



This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

### Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

- + *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
- + *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
- + *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
- + *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

### About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at <http://books.google.com/>



Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

### **Diretrizes de uso**

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

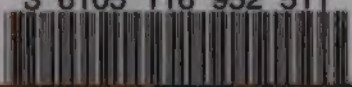
- Faça somente uso não comercial dos arquivos.  
A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.
- Evite consultas automatizadas.  
Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento ótico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.
- Mantenha a atribuição.  
A "marca d'água" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.
- Mantenha os padrões legais.  
Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As consequências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

### **Sobre a Pesquisa de Livros do Google**

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em <http://books.google.com/>



Stanford University Libraries  
3 6105 116 952 511















HISTORIA  
DA  
**GUERRA CIVIL**  
E DO  
ESTABELECIMENTO DO GOVERNO PARLAMENTAR  
EM  
**PORTUGAL**

Comprehendendo a historia diplomatica, militar e politica d'este reino  
desde 1777 até 1834

por

**SIMÃO JOSÉ DA LUZ SORIANO**

*pharmacologo e em medicina pela universidade de Coimbra e socio correspondente  
do Instituto da referida cidade  
e honorarissimo do Gremio Litterario da cidade de Angra do Heroismo*

TERCEIRA EPOCHA

TOMO VI



LISBOA

IMPRESSA NACIONAL

1887



**HISTORIA DA GUERRA CIVIL**

**E DO**

**ESTABELECIMENTO DO GOVERNO PARLAMENTAR**

**EM**

**PORTUGAL**





# **HISTORIA DA GUERRA CIVIL**

**E DO  
ESTABELECIMENTO DO GOVERNO PARLAMENTAR**

**EM  
PORTUGAL**

**Comprehendendo a historia diplomatica, militar e politica d'este reino  
desde 1777 até 1834**

**POR  
SIMÃO JOSÉ DA LUZ SORIANO**

**Bacharel formado em medicina pela universidade de Coimbra, socio correspondente  
do Instituto da mesma cidade  
e benemerito do Gremio Litterario da cidade de Angra do Heroismo**

**Propter Sion non tacebo, et propter  
Jerusalem non quiescam.  
*Isaias, cap. 02.***

**TERCEIRA EPOCHA**

**TOMO VI**



**LISBOA  
IMPrensa NACIONAL  
1887**

DP646

L8

1.18





vamos fazer, dando á luz o presente volume, que comprehende os documentos citados no primeiro tomo, e na primeira parte do segundo, da citada terceira epocha. Preferimos principiar por esta, por serem os documentos n'elle citados relativos á nossa luta civil com o governo usurpador, por nos parecer que por esta causa se tornariam mais interessantes que os da segunda, relativos, como são, á guerra da península; e acrescendo, alem d'isto, o acharmo-nos tambem já n'uma idade bastante avançada, o que nos leva a receiar o faltar-nos a vida antes de publicar os documentos das duas citadas epochas, nem por isto deixa esta circumstancia de influir igualmente na resolução que tomámos.

Mas dirão agora os nossos leitores, que a nossa publicação nada mais é do que uma repetição, não só do *Supplemento collecção dos tratados, convenções e actos publicos*, do sr. visconde de Borges de Castro, mas tambem dos *Documentos para a historia das côrtes geraes da nação portugueza*, do sr. Clemente José dos Santos. Á primeira vista parece não ter isto contra; mas tem-na effectivamente, apesar da grand copia das peças officiaes n'esta volumosa obra contidas. Na prevenção ao leitor, que precede o volume dos documentos da primeira epocha da nossa *Historia da guerra civil*, já por nós publicado em 1879, dissemos que, sendo o citado *Supplemento* destinado a assumptos diplomaticos, e comprehendendo a nossa *Historia* não só este assumpto, mas outros de diversa natureza, proprios de uma historia geral, como é a nossa, não podem com razão dizer-se inuteis com relação ao citado *Supplemento*. Mas não são só estes, alheios aos assumptos diplomaticos os que n'elle faltam, pois nada menciona que noventa documentos diplomaticos n'elle se não encontram, achando-se elles aliás na nossa collecção da dita primeira epocha. Alem d'estes faltam-lhe mais oitenta e treze não diplomaticos, havendo sómente vinte e nove repetidos por nós, entre duzentos e dois, que na totalidade (incluindo os das letras alphabeticas), comprehende o nosso citado volume da primeira epocha. É realmente para admirar que tendo sido o editor do citado *Supplemento* o archivista da se-

portuguez os officiaes inglezes), 85-A, 86, 86-A, 86-B, 86-C, 87, 88, 89, 89-A, 90, 91, 92, 93, 93-A, 93-B, 93-C, 93-D, 93-E, 95, 95-A, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 105-A, 106, 107, 108, 109, 115, 115-A, 115-B (as nossas relações d'este documento differem das do sr. Clemente, por serem as nossas tiradas da correspondencia da intendencia), 115-B' (este nosso numero tem mais o extracto de uma carta do principe de Metternich), 115-C, 118-C, 118-D, 119, 120, 121, 122, 122-A, 123, 124, 125, 126, 130 (falta no volume do sr. Clemente a parte que se lê de pag. 566 a 568 do nosso), 131, 132, 133, 134-A, 134-B, 134-C, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142 (em additamento ao tratado do Brazil falta no do sr. Clemente uma convenção a elle addicional, como se vê n'este nosso numero a pag. 669), 143, 144, 144-A, 144-C, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159. Faltam portanto ao todo na collecção do sr. Clemente oitenta e sete documentos, que n'este nosso volume se encontram.

Parecerá incrivel que nós ambos vissemos o mesmo archivo, se o facto cabalmente o não demonstrasse pela maneira que fica indicada. Já se vê, pois, que a nossa publicação de documentos não se póde ter como uma simple repetição inutil da obra do sr. Clemente José dos Santos, mas ainda que o fosse, juntar aos volumes da nossa *Historia da guerra civil* a integra dos documentos sobre que elle se funda era uma necessidade, para evitar aos seus leitores ir procurar n'uma outra os respectivos documentos.

Por este modo temos dito o bastante, para se fixar uma justa idéa sobre o extremo cuidado com que fizemos as nossas buscas, sómente com relação aos fins do nosso escripto e do muito trabalho e tempo que n'isto empregámos, sem auxilio de ninguem, pois se um tal auxilio tivessemos recebido, não seriamos nós o que dessemos logar a suspeitas de recorrermos a um ingrato e culposo esquecimento, sem publicamente o confessar, deixando de fazer isto só por proveito proprio, e aspirações a monopolisar uma ingrata gloria, que de facto não podiamos reputar unica.



26, 27-A, 27-B, 28, 28-A, 29, 30, 31, 31-A, 32, 33, 33-A, 33-B, 34, 35, 37, 38, 38-A, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 49-A, 50, 50-A, 51, 52, 53, 54, 55, 55-A, 56, 57, 57-A, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 63-A, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84 e 85.

Ao exposto acrescentaremos mais que de todos os documentos, que desde o n.º 85-A inclusivamente por diante, faltam nos volumes do sr. Clemente, faltam tambem nos do mesmo *Supplemento*, por julgarmos provavel, que se lá se achassem, não deixariam de ser pelo referido senhor incluídos nos seus respectivos volumes. Alem d'isto, devem tambem faltar-lhe muitos outros, que não podemos aqui designar, por não termos tido animo de realisar um tão arduo e inutil trabalho, em rasão do muito baralhadas em que estão, n'alguns dos volumes do mesmo *Supplemento*, as datas dos documentos que n'elles se contém. Á vista pois d'isto, tambem não seremos nós os que, pela nossa parte, entoaremos hymnos de perennal gloria e estremado louvor ao illustre copista, que nos deu á luz o seu *Supplemento*, fructo de um trabalho material, e alem d'isso desordenado, pois que nem ao menos teve o merito de nos dar esse seu mesmo trabalho por seguida ordem chronologica, parecendo que á medida que os respectivos manuscriptos lhe iam chegando á mão, pela mesma ordem por que os encontrava, por essa mesma os copiava, e mandava para a imprensa. A par d'isto, temos ainda a notar, não só o grande numero de faltas de documentos diplomaticos, como temos dito, mas até por singular contraste a isto, o apresentar-nos outros de nenhuma importancia em sentido algum, não fallando em algumas repetições de documentos, que tambem n'esta obra se encontram.

Acresce mais, que sendo muitos de taes documentos de pequena extensão, e não tendo no alto da pagina, onde começam, numeração alguma, fazem com que quem consulta a obra, ande a folhear para trás, e para diante, os respectivos volumes, para ir n'elles encontrar a pagina que o seu indice



alguma nova nomeação de plenipotenciario de sua alteza real para o congresso, me poria a caminho para Vienna no principio de setembro, porque a 27 do dito mez já ali se devem achar suas magestades, o imperador Alexandre e el-rei da Prussia, e já então se pretende, que os plenipotenciarios tenham algum trabalho prompto para submeter á sua approvação. Tanto para dar logar á nomeação de outro plenipotenciario, como para procurar alguma melhoria á minha molestia, penso em aproveitar o mez de agosto a tomar banhos do mar; mas eu rogo muito a v. ex.<sup>a</sup> que se digne alcançar de sua alteza real, o principe regente nosso senhor, a benigna approvação regia, para que ainda sem caracter especial vá commigo o conde de Palmella, porque nem os seus talentos serão ali inuteis ao real serviço, nem me parece prudencia fiarem-se os dois gravissimos interesses, que sua alteza real tem n'aquelle congresso, isto é, a restituição de Olivença, e a decisão sobre o commercio da escravatura, de uma saude tão precaria como a minha, alem da vantagem que sempre ha n'estes ajuntamentos da cooperação de dois, em vez de um só plenipotenciario. Eu tenho escripto ao conde de Palmella para este effeito, e espero vencer a natural difficuldade, que elle póde experimentar da falta das reaes ordens. Acresce um motivo para fazer mais plausivel esta supplica, e é a de serem todos os plenipotenciarios de primeira e segunda classe ao congresso de Vienna os mesmos que foram para o tratado de paz geral a Paris, isto é, lord Castlereagh, o principe de Benevento (mr. de Talleyrand), o principe de Hardensberg, o conde de Nesselrod, o conde de Stadion, e em segunda ordem o barão de Humboldt, o conde de Munster, etc., etc., de todos os quaes é já o conde de Palmella conhecido.

Satisfeito este escrupulo meramente para o caso possivel, que até á minha partida em setembro não receba ordens regias em contrario, passo a expor a v. ex.<sup>a</sup> o resultado das reflexões, que tenho feito para o mesmo caso, e para o congresso de Vienna, onde é facil de prever que sentirei tanto como em Paris senti, a difficuldade de não poder consultar a

raes, para o caso possível da falta de ordens superiores, é de sua natureza inalteravel, e me constitue fóra de toda a responsabilidade. O motivo que me decidiu a assignar com protesto, antes do que não assignar de todo, foi o de fazer sair a sua alteza real da citada guerra com a França, e libertar por conseguinte o commercio da monarchia; mas este perigo não existe já, se sua alteza real assignar o tratado conditionalmente até á entrega de Olivença, ou se eu recusar entregar a ratificação até que me conste da decisão soberana, para o caso não esperado, que Olivença não seja restituída; e por este motivo me parece muito preferivel o methodo de assignar com protesto ao de assignar *sub spe rati*, porque o primeiro indica a duvida, o segundo indica esperança de ratificação.

A respeito dos limites de Guyanna, como sua alteza real está de posse, e não entrega senão até onde lhe parece, como a França não póde recorrer a vias de facto, se o tratado for ratificado, porque está ligada pela mediação que acceitou, parece-me objecto sobre que não haverá duvida, até que eu receba as ordens de sua alteza real. Resta finalmente o grande importantissimo objecto do commercio da escravatura. A minha primeira reflexão a este respeito, ex.<sup>mo</sup> senhor, é que eu não tenho a mais leve instrucção que seja, para conceder no congresso estipulação alguma de abolição geral, ou parcial, portanto que não sou responsavel das consequencias de não assignar cousa alguma n'este assumpto, qualquer que seja a decisão do congresso. Segundo o que eu presenciei em Paris, parece-me impossivel que a França acceda ao congresso á abolição immediata, nem que deixe de buscar algum subterfugio para a continuar, ainda depois dos cinco annos, que ajustou no tratado de paz com a Inglaterra. Se lord Castlereagh terá ordem sincera de insistir na abolição immediata, como o parlamento pediu ao principe regente, não sei dizer! Mas desgraçadamente vejo, que apesar das maiores diligencias que tenho feito para alcançar uma resposta á minha nota de 8 de julho proximo passado, mylord não a dá; e cada vez que eu lhe fallo na injustiça e violencia

Total, parece-me que não . . . poderia porém consentir n'alguma grande reducção, emquanto as mais nações persistissem na continuação d'esse commercio». «Isso é muito justo», disse o duque . . . Mas porque não diz você isso a mylord Castlereagh?» «Tenho-o dito muitas vezes», respondi eu, aqui parou a nossa conversação. D'ella collijo que o governo inglez está persuadido, que sua alteza real nunca ha de consentir de boamente na abolição, e portanto vae tentar todos os esforços, para ver se faz declarar pelo congresso o commercio illicito, para ter um pretexto de atacar os navios empregados n'elle; e emquanto se não desengana em Vienna creê que da nossa parte nunca se ousará usar de represalias sobre o tratado de commercio, em rasão da dependencia de todo o genero, até pecuniario em que nos considera! E como os prepotentes são impunemente injustos, não combina respeito com o desprezo. Eu tenho, como v. ex.<sup>a</sup> viu, feito os maiores esforços, e não os descontinuarei, para que este ministerio dê ordem de suspensão das tomadias, e de toda a distribuição prematura, e faça a reparação devida de todos os males, perdas e danos que temos experimentado; porém estou tão persuadido, que elle se ha de ladear sempre até ver o que póde alcançar em Vienna, que receio, se fizer mais força, que venha a falhar o negocio de Olivença, que me parece bem assombrado. Ainda não posso adivinhar em que ordem serão as materias tratadas; porém creio que as territoriaes hão de ter a prioridade de tempo. De qualquer modo, ali é que ambas as questões serão decididas, visto haver parecido melhor conselho o de não recorrer a represalias mercantiſ sobre o tratado de commercio, como em sentido a nós contrario propunha mr. Canning, e eu referi no meu officio n.º 493.

Concluo pois resumindo. Na falta supposta, o que Deus permitta que se não verifique, de ordem e instrucções régias, e não sendo novo o caso de um plenipotenciario ao congresso, que recusa de assignar n'elle, notavelmente no d' Munster, o plenipotenciario de Hespanha, julgo que não deva assignar acto algum nos seguintes casos:



## DOCUMENTO N.º 1-A

(Citado a pag. 16.)

**Relatorio da pratica confidencial, tida com mylord Castlereagh,  
acerca da não ratificação do tratado de París,  
e da abolição do commercio dos escravos**

Em consequencia do ajustado entre nós tres, fomos hoje buscar a mylord Castlereagh, para lhe participar a não ratificação do tratado de París, e prevenil-o antes da entrega da nossa ncta, annexa ao nosso officio n.º 9, das bases sobre que estavamos resolvidos a negociar a abolição da escravatura. Preferimos começar por esta ultima exposição, e com effeito dissemos a mylord, que estavamos promptos a admitir a divisão da questão, que elle nos havia suggerido; porém que a restituição do valor das presas, que elle nos offercia, em compensação da abolição immediata ao norte do Equador, não era, nem podia ser admissivel, por isso que aquella restituição era uma divida, á qual nós tinhamos um direito incontestavel, e portanto incapaz de entrar em linha de conta como compensação por um favor que de nós se exigia, e que nada menos era que a abolição do artigo 10.º do tratado de alliança de 1810, unico artigo que nos havia feito consentir em outros mui vantajosos á Inglaterra, e que desmanchada aquella deviam cair do mesmo golpe.

Allegámos aqui outros motivos, que se nos desenvolvem nas nossas instrucções, e continuámos dizendo, que a annullação d'este tratado, e a remissão da divida por nós contrahida, seriam a compensação, que recebiamos pela abolição immediata da escravatura ao norte da linha de demarcação em que se conviesse ao norte do Equador, bem entendido que o ajuste para a restituição do valor das presas devia preceder a convenção separado qualquer ponto sobre o negocio da escravatura. Quanto á abolição gradual ao sul da linha traçada, dissemos-lhe que a fixariamos aos oito annos propostos; mas ficando inteiramente dependente da aboli-

ção immediata do tratado de commercio de 1810, e estipulando-se formalmente que este commercio, durante aquelle praso, não seria exposto á restricção ou vexame algum, a fim de se não tomarem d'esse lado novos navios, e dizer-se-nos depois, que se nos restituiria o seu valor, quando cedessemos immediatamente do praso concedido.

Mylord respondeu, que isto era um pedir absurdo, e que as 300:000 libras, que elle nos offerencia, era uma perfeita e grande concessão da parte de Inglaterra; que julgava que nós não tínhamos direito algum nas nossas reclamações, pois que na sua opinião havíamos feito um commercio illicito, e que de mais havia grande differença entre o ter direito e obter o a que elle se tinha. Esta objecção não nos foi difficil repellir com os motivos por v. ex.<sup>a</sup> indicados nas nossas instrucções.

Quanto á remissão da dívida, e á abolição do tratado de alliança, proseguia mylord, dizendo, que nem para uma, nem outra coisa estava auctorizado pela sua côrte: e que demais a primeira era fóra de tempo, por se achar a Inglaterra presentemente sobrecarregada de dividas, e que a segunda não carecia de fazer-se por se annullar o artigo 10.<sup>o</sup> d'esse tratado, tanto mais havendo n'elle um artigo sobre a inquisição. Á primeira reflexão respondemos, que a remissão da dívida não era um desembolso effectivo, e que assim não punha a Inglaterra em aperto, e que a abolição dos dois tratados de 1810 era para nós os negros de mylord, e dos philanthropos inglezes, até mesmo *in odium actoris*, porque lord Strangford era excessivamente mal visto entre nós.

Aqui levantou-se mylord para mandar vir o tratado, e tornando-se a assentar, disse-nos abruptamente: «Que é isso de que mr. de Talleyrand me fallou hontem sobre a não ratificação do tratado de Paris por sua alteza real?» Respondemos-lhe que essa noticia de mr. Talleyrand era veridica, e que nós tambem tínhamos vindo hoje ver mylord na intenção de lhe fazer a mesma participação official, que hontem havíamos feito ao ministro francez. Aqui expuzemos-lhe tudo o que as ordens de sua alteza real nos impunham o dever de declarar,

e mylord, depois de ouvir com um semblante mui sisudo, replicou-nos: «Bem vejo, vocês querem ser obrigados por força á restituição da Guyanna, e já que não são signatarios da paz de Paris, que fazem vocês aqui? Porque se não vão embora? Querem talvez que os guardem como prisioneiros de guerra?» A isto voltámos que nós estávamos em paz com todas as nações, e que com a França se havia ratificado o armistício, e nós nos achavamos auctorisados a tratar separadamente; que além d'isto o unico artigo, a que sua alteza real negava a ratificação, era o artigo 10.º, e isto para manter o decoro devido á sua real pessoa, e para apaziguar os clamores de todos os seus vassallos; que demais a Inglaterra não podia mostrar auctorisação de sua alteza real, para ceder em seu nome a Guyanna á França, nem o embaixador portuguez poderes para transigir sobre esta conquista.

Mylord replicou com viveza: «Mas isto é o contrario do que o conde do Funchal dizia, e eu hei de ter documentos que o provem». Demos em resposta que sua alteza real, expressa e formalmente desauctorisára os ditos do seu embaixador. Sobre isto continuou mylord: «Mas aonde é que isto vae ter? Que querem vocês? Que pretendem?» Queremos, dissemos nós, conservar a Guayanna, ou obter um equivalente». «Pois não tem Olivença, tornou mylord, cuja restituição em Paris nos obrigámos todos a fazer-lhes boa, e cuja negociação aqui tanto nos empata com a Hespanha!» «Olivença deve-se-nos de justiça, respondemos nós, e quando mesmo assim não fosse, nunca jamais poderia ser equivalente da Guyanna; além de que não seria impossivel obtel-a separadamente da Hespanha, e na alternativa antes a Guyanna do que Olivença».

Por fim dissemos-lhe que era com effeito unicamente da Inglaterra que devíamos exigir equivalente, a sermos forçados a abandonar a nossa conquista, porque era mylord quem a havia cedido, sem auctorisação do nosso principe; e que nós não duidavamos que a opposição no parlamento espousasse fortemente a nossa causa contra o ministerio, logo que este procedimento de mylord em Paris fosse d'elle conheci-

## DOCUMENTO N.º 2

(Citado na nota de pag. 47)

**Cartas de gabinete do principe regente de Portugal, dirigidas do  
de Janeiro para Londres ao principe regente de Inglaterra, so  
a remoção de lord Strangford, ministro inglez no Brazil**

**Copia n.º 1, em que se pede a remoção do dito lord  
(Tradução do francez)**

Senhor meu irmão e primo. — O meu coração acha-se verdadeiramente penalizado, em consequencia do dever que minha soberana dignidade me impõe, de levar ao conhecimento de vossa alteza real, factos de que poderia resultar algum desprazer, senão houvesse entre nós ligações tão amigaveis, como politicas.

Desde que lord Strangford reside junto a mim, na qualidade de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario nunca deixei de o distinguir e tratar de modo tão especial que parecia até causar ciúme aos membros do corpo diplomatico. Fallava-lhe a toda a hora que elle desejava tratar negocios commigo; tinha-o alojado no meu palacio no campo e attendia, quanto era possivel, as pretensões de muitos dos meus subditos, por elle protegidos.

Ha muito que a experiencia me tem mostrado, que elle abusava d'esta confiança, quer fallando com inconveniencia e escandalo a respeito da sua influencia no governo, quer tomando a liberdade de propalar ditos injuriosos contra alguns dos meus primeiros magistrados, quer finalmente pretextando indisposição de saude, para deixar de concorrer com o corpo diplomatico, a fim de me cumprimentar segundo o costume, nos dias solemnes, apparecendo n'esta mesma occasião na cidade, para tornar patente a sua pouca attenção.

Entretanto, nada chega ás expressões que lord Strangford ousou proferir na minha presença, a proposito da nomeação

centou por fim, que Araujo, ligado por amizade com o marquez de Aguiar, havia de ter toda a influencia nos negocios publicos. Respon-di que a suprema resolução me pertencia assim como a escolha dos meus ministros; e que o seu procedimento, e as suas expressões, atacavam os direitos da minha soberania. Confesso a vossa alteza real que me foi difficil conter a minha indignação.

Peço, portanto, a vossa alteza real uma satisfação correspondente a este insulto, para que nunca se altere a harmonia que reina entre nós, e que sempre tive a peito conservar. Peço a vossa alteza real que se persuada bem da affeição : mais inviolavel com que sou — Senhor meu irmão e primo — De vossa alteza real, bom irmão e primo. = *João*. — Santa Cruz, 20 de fevereiro de 1814.

---

**Copia n.º 2. — Carta do principe regente de Inglaterra,  
respondendo á do principe regente de Portugal  
(Tradução do inglez)**

Senhor meu irmão e primo. — Soube com profundo pezar pela leitura da carta de vossa alteza real de 20 de fevereiro ultimo, que recebi das mãos do seu embaixador somente : 2 de dezembro <sup>1</sup>, na qual vossa alteza real julgou conveniente representar-me, que o procedimento do ministro de sua magestade, residente n'essa cõrte, havia sido tal, que merecêra a desapprovação de vossa alteza real. Confio que vossa alteza real nunca deixou de me fazer a justiça de acreditar, que as instrucções por que se tem dirigido o ministro de sua ma-

<sup>1</sup> O conde do Funchal andava altamente indisposto com Antonio d' Araujo; e no intento de o embarçar de ir a ministro, tomou a resolução de levar o governo inglez a oppor-se á sua nomeação para tal cargo recorrendo para isto a conservar na sua mão até dezembro de 1814 : carta de gabinete, que o principe regente de Portugal dirigira em 20 de fevereiro do mesmo anno ao principe regente de Inglaterra. Cremos que esta conducta do conde foi causa de mais tarde ser transferido da legação de Londres para a de Roma, cousa que muito amarga lhe foi.

gestade durante a sua residencia no Rio de Janeiro, sempre foram ordenadas da minha parte com o desejo sincero de contribuir quanto podesse para a prosperidade de vossa alteza real e dos seus estados; de attender á verdadeira honra e dignidade da monarchia portugueza; de habilital-a a desenvolver do modo mais efficaç os nobres esforços dos fieis subditos de vossa alteza real a bem da causa da sua independencia, e de prover aos verdadeiros interesses da alliança, que tão felizmente subsiste entre sua magestade e vossa alteza real. Tenho recebido frequentes provas de que na execução d'estas instrucções, o zêlo e intelligencia patenteados na côrte de vossa alteza real pelo ministro de sua magestade, no decurso das suas relações com os ministros de vossa alteza real, produziram vantagens reaes e essenciaes para a causa commum, e esta circumstancia augmentou naturalmente a minha surpresa e pezar, por ver que o procedimento d'esse ministro deixára de ser considerado por vossa alteza real como conveniente ao ministro do seu alliado.

Portanto mandei significar a lord Strangford, que lhe dava licença para voltar á patria, logo que vossa alteza real haja por bem que elle se despeça. Não posso concluir esta carta para vossa alteza real, sem exprimir o meu pezar de vossa alteza real haver renunciado á intenção de voltar aos seus dominios europeus, que me fôra communicada pelo ministro de sua magestade no Rio de Janeiro, e em consequencia da qual expedi para o Brazil uma esquadra de navios de sua magestade para acompanhar vossa alteza real na viagem; e ainda espero que á chegada do contra-almirante sir John Beresford, com os navios do seu commando, vossa alteza real terá julgado conveniente voltar á sua primeira intenção, para que a sua presença em Portugal não se faça esperar por mais tempo.

Rogo a vossa alteza real acredite que tenho o mais vivo interesse pelo prompto e completo restabelecimento do governo de vossa alteza real no seio dos seus antigos e fieis vassallos, e que sou com a mais perfeita estima e considera-

ção, em nome e da parte de sua magestade, senhor meu irmão e primo — De vossa alteza real, bom irmão e primo. = *Jorge*, P. R. — Dada no palacio de Carlton-House, 31 de dezembro de 1814. — Ao meu bom irmão e primo, o principe regente de Portugal.

**Copia n.º 3 — Carta de gabinete do principe regente de Portugal, respondendo á precedente do principe regente de Inglaterra**

Senhor meu irmão e primo. — A carta que vossa alteza real teve a bondade de escrever-me em data de 31 de dezembro, que o seu ministro me apresentou, me deixa penhorado com a mais viva gratidão. Seguro a vossa alteza real que me penalizou muito o ser obrigado a inquietar o animo de vossa alteza real, relativamente ao mesmo ministro, e não o faria, se não tivesse em vista a minha propria dignidade e decoro, e a perfeita harmonia que desejo sempre conservar illesa com vossa alteza real.

Em novas obrigações me constitue vossa alteza real pelas reflexões com que se digna instar sobre o meu regresso a Portugal, e pela escolha, que já agradei a vossa alteza real, de um commandante tão estimavel como é sir John Beresford, para me acompanhar; porém, a consideração de rasões imperiosas, que devem contribuir para a felicidade dos meus estados em geral, me obrigam a deferir a minha restituição á séde antiga da monarchia, e o prazer de me avistar com vassallos, que fizeram tão gloriosos esforços para defender a minha corôa. Tenho sentido vivamente que por effeito de uma inesperada participação vossa alteza real fizesse antecipar a partida das naus destinadas para me acompanhar, e que pelas referidas rasões eu não possa ainda aproveitar-me d'aquella generosa offerta de vossa alteza real.

Com esta occasião devo reiterar a vossa alteza real a segurança do vivo affecto, e da perfeita estima e consideração com que sou — Senhor meu irmão e primo — De vossa alteza real, bom irmão e primo. = *João*. — Palacio do Rio de

profunda magua, que o meu zêlo para preencher os desejos do meu amo, o meu apego pelos enlaces que unem as duas corôas, e minha anciedade por afastar tudo o que, segundo a opinião da minha nação (talvez injusta, ainda que universal e conhecida), poderia, cedo ou tarde, tender a enfraquecel-os, tenha podido persuadir a sua alteza real, que eu era capaz de faltar ao justo respeito, que por todos os motivos lhe devo; e que expressões, dictadas pela sinceridade e franqueza, tenham-se equivocado com as da indecencia e do atrevimento. Mal me conhece sua alteza real o meu coração, se me julga capaz, ou de uma cousa, ou da outra, para com elle e sua augusta familia!

Pelo mais, isto é, pelo que toca ao que se pôde ter dito a sua alteza real a meu respeito, seja-me licito lamentar-me da singular infelicidade da minha posição. Não tenho outro meio de justificar-me d'estas culpas imputadas, senão negando-as altamente, e appellando para o testemunho de todos os que me têm conhecido desde a minha longa carreira n'esta côrte.

Jamais me afastei assás dos dictames da razão, para me ter gabado da influencia nos negocios d'este governo. Influencia! Póde-se acaso dizer que jamais a tive; que jamais a procurei; que jamais um principe independente e esclarecido, ou seus fieis ministros, m'a teriam concedido? E se por milagre eu a tivesse alcançado, seria eu por acaso tão miseravelmente destituído de todo o tino, para gabar-me d'ella nas sociedades que representava?

Reconheço com gratidão infinita a bondade com que sua alteza real foi servido attender certas pretensões de alguns seus vassallos, que tomei a liberdade de lhe apresentar. Desde que estou aqui houve seis occasiões d'esta natureza. Tres por serviços feitos a sua alteza real, duas por objectos (queira v. ex.<sup>a</sup> perdoar-me) mui insignificantes (ainda que isto em nada diminua a condescendencia de sua alteza real), e pelo que pertence á sexta, confesso que estava bem longe de pensar, que n'esta epocha se me teria imputado como crime os meus esforços de então!



dir. É-me impossivel esquecer, que durante muitos annos, e em uma crise das mais importantes para a monarchia portugueza, fui assás feliz para poder fazer alguns serviços a sua alteza real, que elle mesmo, em epocha mais ditosa, se dignou muitas vezes reconhecer! Se pois tive ultimamente a desgraça de offender este soberano adorado, eu o supplico de acreditar, que já me acho assás punido pela dôr que me causa, e pela minha separação proxima de uma nação querida e respeitada, no seio da qual passei os melhores annos da minha vida, e onde tinha esperado acabal-a. Possa pois sua alteza real, satisfeito com um tão severo castigo, não conservar mais a sua indignação contra mim, perdoando meus erros involuntarios, e até persuadindo-se que não existe, mesmo entre os seus proprios vassallos, um coração que lhe seja mais sinceramente, e mais respeitosamente dedicado do que o meu! Convenho que tenho bastante ambição honrada, para não perder toda a esperanza de que um dia possa vir, em que me seja permittido provar evidentemente a verdade d'estes sentimentos, e demonstrar a sua alteza real o meu acatamento inalteravel pela sua pessoa, e meu zêlo pelos seus interesses, e pela sua gloria!

Só me resta agora pedir a v. ex.<sup>a</sup> queira acceitar os meus devidos agradecimentos pelas attenções e cortezanias que me tem feito, assim como os meus votos pela sua saude e prosperidades, tanto suas, como da sua illustre familia, com quem tive (como v. ex.<sup>a</sup> muito bem sabe) enlaços de amizade, quasi desde o momento (para mim o mais feliz da minha vida) da minha chegada a Portugal.

Tenho a honra de ser, com sentimentos da maior e mais perfeita consideração — De v. ex.<sup>a</sup>, muito attento venerador, e mais fiel captivo. = *Strangford*. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. marquez de Aguiar. — Rio de Janeiro, em 8 de março de 1815.

secretario d'estado dos negocios estrangeiros de sua magestade britannica, lhes dirigiu na data de 6 do corrente.

Os abaixo assignados reconheceram com um verdadeiro prazer, que s. ex.<sup>a</sup> testemunhasse pela primeira proposição da sua nota o desejo de satisfazer pela maneira mais completa e amigavel as reclamações do governo portuguez, relativas aos aprisionamentos feitos pelos cruzadores inglezes nas costas da Africa; e de terminar assim amigavelmente uma discussão que, prolongando-se, excitaria no espirito das partes interessadas um azedume pouco conforme ás intimas ligações, que existem felizmente entre as duas nações.

A nota de s. ex.<sup>a</sup>, mylord Castlereagh, contém igualmente uma segunda proposição, isto é, aquella de dividir em duas partes a discussão sobre a abolição gradual do tratado dos negros; e s. ex.<sup>a</sup> desejaria que o governo portuguez começasse por interessar-se a prohibir aos seus subditos a continuação d'este commercio nas costas da Africa, situadas ao norte do Equador, e que a questão da abolição (n'um praso dado) d'este mesmo commercio ao sul da linha, se reservasse para ser discutido conjunctamente com as outras proposições, que os plenipotenciarios portuguezes apresentaram a s. ex.<sup>a</sup> em um *Memorandum*, datado de 17 de novembro passado.

Os abaixo assignados, pelo proprio facto de terem apresentado o citado *Memorandum*, no qual francamente foram tão longe, quanto a sua responsabilidade lhes pôde permitir, lisonjeiam-se de ter dado a mylord Castlereagh uma prova não equívoca do desejo que os anima de levarem a um feliz termo esta negociação. Elles estão até mesmo dispostos a dar d'isto a s. ex.<sup>a</sup> uma decisiva prova, acceitando as duas bases propostas na sua nota, a saber: o pagamento de uma somma redonda, como indemnisação prévia das presas, que tem sido feitas pelos cruzadores inglezes, e depois a estipulação de um tratado da immediata abolição do trafico dos escravos ao norte de uma linha traçada, e pedem que esta linha se fixe na altura do Cabo Formoso.

Os abaixo assignados devem todavia rogar a mylord Castlereagh, que tenha a bondade de observar que elles reclamam a indemnisação das presas feitas sobre o commercio portuguez como um acto de justiça e de reparação, e que como tal elles não poderão jamais admittir, que se considere como o equivalente de uma qualquer concessão, e ainda menos que publicamente pareça comprehendida no novo tratado, que haja de se fazer para prohibir o commercio dos escravos ao norte do Cabo Formoso. Por conseguinte estes dois objectos, ainda que decididos simultaneamente, não deverão fazer parte de uma mesma convenção, nem serem um e outro publicados juntamente.

Os abaixo assignados, passando agora a considerar separadamente estes dois objectos, annunciam a mylord Castlereagh que possuem a avaliação authentica (e reconhecida como tal pelo consul inglez) de doze navios capturados pelos cruzadores inglezes, e pertencentes ao commercio da Bahia; o valor d'estas presas corresponde pouco mais ou menos a 200:000 libras esterlinas; e elles esperam receber brevemente a avaliação de mais seis navios do mesmo porto, de modo que o total da somma, que vem a ser de 300:000 libras, que s. ex.<sup>a</sup>, mylord Castlereagh, propõe, apenas poderá ser aceita como um justo equivalente da perda experimentada pelo commercio da Bahia; mas será preciso juntar-lhe ainda alguma coisa mais, pelo aprisionamento (do qual os abaixo assignados se acham já informados) de alguns navios pertencentes a outros portos; ou se mylord o achar mais conveniente, poder-se-ha esperar por esta parte da indemnisação (que proporcionalmente será de pouca importancia), que as avaliações d'estes aprisionamentos, legalizados pelos consules inglezes dos respectivos portos, cheguem às mãos dos abaixo assignados. Deveria ser igualmente estipulado, que o governo britannico garantisse a indemnisação de todos os novos aprisionamentos, que hajam de ser feitos pelos cruzadores inglezes, até que o tratado de que se trata chegue ao seu conhecimento. Finalmente cumpria sobre tudo fazer as estipulações as mais claras, e as mais rigorosas, para que

de futuro o commercio portuguez seja respeitado, e os termos do novo tratado restrictamente observados.

Os plenipotenciarios de Portugal pensam que a indemnisação das presas, soffridas pelo seu commercio, não podem, nem devem ser o equivalente de uma nova concessão, fundando-se elles em pedir que o governo inglez lhes conceda como compensação da abolição immediata do trafico da escravatura ao norte do Cabo Formoso, a renuncia ao pagamento do capital e dos interesses da divida, que o governo de Portugal actualmente paga ao governo britannico. Esta concessão reciproca, assim estipulada, destruindo o tratado de alliança de 19 de fevereiro de 1810, no qual positivamente se declara, que os subditos portuguezes poderão fazer o commercio dos escravos sobre todos os pontos da costa de Africa, que dependem da corôa de Portugal, de facto ou de direito, os plenipotenciarios pedem que se declare nullo o referido tratado de alliança de 19 de fevereiro de 1810.

E para testemunharem os seus desejos de conciliação, propõem ainda que a renuncia á divida seja considerada como uma indemnisação concedida a sua alteza real, o principe regente de Portugal, pela restituição da Guyanna á França (estipulada no tratado de Paris, sem sua auctorisação e consentimento), como os abaixo assignados o tem explicado a mylord.

Quanto ao tratado do commercio, para a abolição do qual mylord Castlereagh ainda se não julga sufficientemente auctorisado, nem instruido, poderia reservar-se a sua decisão para ser tratada juntamente com a da abolição gradual do tratado ao sul do Cabo Formoso.

Os abaixo assignados rogam a s. ex.<sup>a</sup>, mylord Castlereagh, queira acceitar a segurança da sua mais alta consideração. Vienna, em 12 de janeiro de 1815. = (Assignados) *Conde de Palmella* = *Antonio de Saldanha da Gama* = *Joaquim Lobo da Silveira*.

## DOCUMENTO N.º 4

(Citado a pag. 49)

**Convenção entre o príncipe regente, o senhor D. João, e Jorge III, rei da Gran-Bretanha, para terminar as questões, e indemnisar as perdas dos subditos portuguezes no trafico de escravos de Africa, assignada em Vienna a 21 de janeiro de 1815, e ratificada por parte de Portugal em 8 de junho, e pela da Gran-Bretanha em 14 de fevereiro do dito anno**

Sua alteza real, o príncipe regente de Portugal, e sua magestade britannica, igualmente desejosos de terminar amigavelmente todas as duvidas, suscitadas relativamente aos logares sobre a costa de Africa, em que aos vassallos portuguezes era licito, na conformidade das leis de Portugal, e dos tratados subsistentes com sua magestade britannica, continuar o commercio de escravos; e attendendo a que differentes navios pertencentes a subditos portuguezes haviam sido tomados e condemnados, por se allegar que elles faziam um commercio illicito em escravos; e visto outrosim que, no intento de dar ao seu íntimo e fiel alliado, o príncipe regente de Portugal, uma prova não equivocada da sua amizade, e da attenção que presta ás reclamações de sua alteza real, assim como em consideração das medidas, que o príncipe regente de Portugal se propõe tomar, a fim de que semelhantes duvidas cessem para o futuro, sua magestade britannica deseja da sua parte adoptar os meios mais promptos e efficazes, e ao mesmo tempo sem as delongas inseparaveis das fórmulas judiciaes, para indemnisar ampla e rasoavelmente aquelles dos vassallos portuguezes, que tenham sido lesados por tomadias feitas em consequencia das duvidas já mencionadas; para promover o referido objecto as duas altas partes contratantes nomearam para seus plenipotenciarios. a saber: sua alteza real, o príncipe regente de Portugal, o ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> D. Pedro de Sousa Holstein, conde de Palmella, do seu conselho, commendador da ordem de

Christo, capitão da sua guarda real allemã; os ill.<sup>mos</sup> e ex.<sup>mos</sup> Antonio de Saldanha da Gama, do seu conselho e do da sua real fazenda, commendador da ordem militar de S. Bento de Aviz, e D. Joaquim Lobo da Silveira, do seu conselho, commendador da ordem de Christo; todos tres seus plenipotenciarios ao congresso de Vienna; e sua magestade, el-rei dos reinos unidos da Gran-Bretanha e Irlanda, o muito honrado Roberto Stewart, visconde de Castle-reagh, cavalleiro da muito nobre ordem da Jarreteira, membro do honrosissimo conselho privado de sua dita magestade, membro do parlamento, coronel do regimento de milicias de Londonderry, principal secretario d'estado de sua dita magestade para os negocios estrangeiros, e seu plenipotenciario ao congresso de Vienna; os quaes, havendo reciprocamente trocado os plenos poderes respectivos, que se acharam em boa e devida fórma, convieram nos artigos seguintes :

Artigo 1.<sup>o</sup> Que a somma de 300:000 libras esterlinas haja de ser paga em Londres áquella pessoa, que o principe regente de Portugal nomear para recebê-la, a qual somma formará um fundo destinado (debaixo d'aquelles regulamentos, e pelo modo que sua alteza real ordenar), a satisfazer as reclamações feitas dos navios portuguezes, apresados por cruzadores britannicos antes do 1.<sup>o</sup> de junho de 1814, pelo motivo já allegado de fazerem um commercio illicito em escravos.

Art. 2.<sup>o</sup> Que a referida somma se considerará como pagamento total de todas as pretensões provenientes das capturas feitas antes do 1.<sup>o</sup> de junho de 1814, renunciando sua magestade britannica a intervir por modo algum na disposição d'este dinheiro.

Art. 3.<sup>o</sup> A presente convenção será ratificada, e a troca das ratificações effectuada dentro do espaço de cinco mezes, ou antes se possivel for.

Em fé e testemunho do que os sobreditos plenipotenciarios respectivos a assignaram e firmaram com o sêllo das suas armas.

Feita em Vienna, aos 21 de janeiro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1815. = *Conde de Palmella* (L. S.) = *Antonio de Saldanha da Gama* (L. S.) = *D. Joaquim Lobo da Silveira* (L. S.)<sup>1</sup>

**Artigos secretos, fazendo parte do tratado de alliança  
de 19 de fevereiro de 1810**

**Artigo 1.º** Sua magestade britannica se obriga a empregar os seus bons officios e interposição para com a Porta ottomana, e as regencias de Argel, Tripoli e Tunes, e em geral para com todos os estados da costa da Barbaria, a fim de que sua alteza real, o principe regente de Portugal, possa concluir uma paz justa e duravel com aquellas potencias, e que o commercio e navegação dos seus vassallos não seja por mais tempo interrompido, ou arriscado por actos de hostilidade, praticados por qualquer d'aquelles principes e potencias, ou por seus vassallos.

**Art. 2.º** Sua magestade britannica, desejando dar uma prova d'aquella amisade e consideração, que jamais sua magestade deixou de entreter para com o seu antigo alliado, o principe regente de Portugal, se obriga e promette de empregar os seus bons officios e interposição para obter a restituição á corôa de Portugal dos territorios de Olivença e Juromenha, e igualmente, quando se negociar uma paz geral, de ajudar e apoiar com toda a sua influencia as tentativas, que a côrte de Portugal possa então fazer para procurar o restabelecimento dos antigos limites da America portugueza do lado de Cayenna, conforme a interpretação que Portugal tem constantemente dado ás estipulações do tratado de Utrecht.

<sup>1</sup> Advirto que na collecção dos tratados do visconde de Borges de Castro, a assignatura do negociador inglez, mylord Castlereagh, só isoladamente se acha na parte ingleza d'esta convenção, assim como na parte portugueza só figuram as assignaturas de tres negociadores portuguezes, como acima se vê.

Em retribuição d'este signal de amisade da parte de sua magestade britannica, sua alteza real, o principe regente de Portugal, se obriga a cooperar efficazmente na causa da humanidade, tão gloriosamente sustentada por sua magestade britannica, prohibindo estrictamente, e inteiramente abolindo todo o commercio e trafico em escravos nos estabelecimentos de Bissau e Cacheu; e sua alteza real promette mais ceder em plena soberania a sua magestade britannica os ditos estabelecimentos de Bissau e Cacheu por espaço de cincoenta annos, com a condição de receber uma rasoavel compensação em dinheiro, ou de outra maneira que se determinar para o futuro entre as duas côrtes; reservando comtudo para si o direito de reassumir os ditos estabelecimentos no fim do referido termo de cincoenta annos, e conservando para os seus vassallos a liberdade de commerciar e traficarem com os ditos estabelecimentos em todos e quaesquer artigos, á excepção de escravos, cujo commercio será para sempre abolido e prohibido, e não será renovado depois de findo o termo mencionado de cincoenta annos. Porém, deve ficar entendido que a execução da segunda clausula d'este artigo secreto, que é a cessão de Bissau e Cacheu a sua magestade britannica, deve depender inteiramente da execução da primeira clausula que elle contém, que é no caso da plena e inteira restituição á corôa de Portugal pela corôa da Hespanha dos territorios de Olivença e Juromenha, e no caso do restabelecimento dos antigos limites da America portugueza do lado de Cayenna; e consequentemente que este artigo secreto, ou deverá ser executado na sua totalidade, e em todas as suas partes, ou ficar nullo e sem effeito, no caso de que as estipulações da primeira clausula não sejam devidamente cumpridas.

Conveiu-se e declarou-se que os presentes artigos secretos terão a mesma força como se fossem actualmente inseridos no presente tratado palavra por palavra, e que as suas ratificações serão na fôrma costumada trocadas no mesmo tempo e do mesmo modo.

Em testemunho do que, nós abaixo assignados, plenipo-



tenciarios de sua alteza real, o principe regente de Portugal, e de sua magestade britannica, em virtude dos nossos respectivos plenos poderes, assignámos os presentes artigos secretos com os nossos punhos, e lhe fizemos pôr o sêllo das nossas armas.

Feito na cidade do Rio de Janeiro, aos 19 de fevereiro do anno de Nosso Senhor Jesus Christo de 1810. = *Conde de Linhares* (L. S.)

## DOCUMENTO N.º 5

(Citado a pag. 21)

**Tratado celebrado entre o principe regente, o senhor D. João, e Jorgell, rei da Gran-Bretanha, para a abolição do trafico de escravos em todos os logares da costa de Africa ao norte do Equador, assignado em Vienna aos 22 de janeiro de 1815, e ratificado por parte de Portugal em 8 de junho, e pela da Gran-Bretanha em 14 de fevereiro do dito anno**

*Em nome da santissima e indivisivel trindade.*

Sua alteza real, o principe regente de Portugal, tendo no artigo 10.º do tratado de alliança, feito no Rio de Janeiro em 19 de fevereiro de 1810, declarado a sua real resolução de cooperar com sua magestade britannica na causa da humanidade e justiça, adoptando os meios mais efficazes para promover a abolição gradual do trafico de escravos; e sua alteza real, em virtude da dita sua declaração, desejando effectuar, de commum acordo com sua magestade britannica e com as outras potencias da Europa, que se prestaram a contribuir para este fim benefico, a abolição immediata do referido trafico em todos os logares da costa de Africa sitos ao norte do Equador; sua alteza real, o principe regente de Portugal, e sua magestade britannica, ambos igualmente animados do sincero desejo de accelerar a epocha em que as vantagens de uma industria pacifica, e de um commercio innocente, possam vir a promover-se por toda essa grande

todos os pagamentos, que ainda restem por fazer, para a completa solução do empréstimo de 600:000 libras esterlinas, contrahido em Londres por conta de Portugal no anno de 1809, em consequencia da convenção assignada aos 24 de abril do mesmo anno, a qual convenção, debaixo das condições acima especificadas, se declara pelo presente artigo nulla e de nenhum effeito.

Art. 6.º O presente tratado será ratificado, e as ratificações trocadas no Rio de Janeiro dentro no espaço de cinco mezes, ou antes se possivel for.

Em fé e testemunho do que os plenipotenciarios respectivos o assignaram e firmaram com o sêllo das suas armas.

Feito em Vienna, aos 22 de janeiro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1815. = *Conde de Palmella* (L. S.) = *Antonio de Saldanha da Gama* (L. S.) = *D. Joaquim Lobo da Silveira* (L. S.) <sup>1</sup>

#### Artigo adicional

Convencionou-se que no caso de algum colono portuguez querer passar dos estabelecimentos da corôa de Portugal na costa de Africa ao norte do Equador com os negros, *bona fide*, seus domesticos, para qualquer outra possessão da corôa de Portugal, terá a liberdade de fazel-o, logo que não seja a bordo de navio armado e preparado para o trafico, e logo que venha munido dos competentes passaportes e certidões, conformes á norma que se ajustar entre os dois governos.

O presente artigo adicional terá a mesma força e vigor como se fosse inserido palavra por palavra no tratado assignado n'este dia; e será ratificado, e a ratificação trocada ao mesmo tempo.

<sup>1</sup> Advirto novamente que na collecção dos tratados do visconde de Borges de Castro, a assignatura do negociador inglez, mylord Castlereagh, só isoladamente se acha na parte ingleza d'este tratado, assim como na parte portugueza só figuram as assignaturas dos tres negociadores portuguezes, como acima se vê.

Em fê e testemunho do que os plenipotenciarios respectivos assignaram e firmaram com o sêllo das suas armas. =  
*Conde de Palmella* (L. S.) = *Antonio de Saldanha da Gama*  
 (L. S.) = *D. Joaquim Lobo da Silveira* (L. S.) = *Castlereagh*  
 (L. S.)

### Artigos secretos

**Artigo 1.º** Sua alteza real, o principe regente de Portugal, se obriga a adoptar as medidas necessarias para realizar immediatamente o artigo 10.º do tratado de Paris, que estipula a restituição da Guyenna franceza a sua magestade christianissima; e sua magestade britannica promette a sua mediação, segundo o conteúdo no referido artigo, para obter quanto antes um amigavel arranjo da disputa existente entre sua alteza real, o principe regente de Portugal, e sua magestade christianissima, emquanto ás fronteiras das suas respectivas possessões d'aquelle lado, em conformidade do que se acha disposto pelo artigo 8.º do tratado de Utrecht.

**Art. 2.º** Sua alteza real se obriga a dar pleno e completo effeito á declaração feita no artigo 9.º do tratado de alliança, concluido no Rio de Janeiro aos 19 de fevereiro de 1810, relativamente á Inquisição, ou tribunal do Santo Officio; o qual artigo se renova aqui, e se declara continuar em força. Fica porém entendido que, no caso de sua alteza real, de seu motu proprio abolir a dita Inquisição em todos os seus domínios em geral, este artigo se suspende e se invalida, emquanto aquella abolição continuar em vigor.

**Art. 3.º** No caso de alguns navios portuguezes serem capturados pelos cruzadores de sua magestade britannica (debaixo das circumstancias designadas na convenção concluida aos 21 do corrente, entre sua alteza real, o principe regente de Portugal, e sua magestade britannica) desde o 1.º de junho de 1814, como se especifica na referida convenção, até ao periodo da abolição total do commercio de escravos ao norte do Equador, segundo o pactuado no presente tratado, sua magestade britannica se obriga a satisfa-

zer as justas reclamações de sua alteza real a esse respeito.

Os presentes tres artigos secretos terão o mesmo vigor e effeito como se tivessem sido inseridos palavra por palavra no tratado patente, assignado no dia de hoje; e serão ratificados, e as ratificações trocadas ao mesmo tempo.

Em fé e testemunho do que os plenipotenciarios respectivos os assignaram e firmaram com o sêllo das suas armas.

Feitos em Vienna, aos 22 de janeiro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1815. = *Conde de Palmella* (L. S.) = *Antonio de Saldanha da Gama* (L. S.) = *D. Joaquim Lobo da Silveira* (L. S.) = *Castlereagh* (L. S.)

---

## DOCUMENTO N.º 6

Citado a pag. 30.

**A corte do Brazil condemna que a restituição de Olivença a Portugal  
se acceite como compensação da restituição  
da Guyenna á França**

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Tendo levado á augusta presença do principe regente, meu senhor, o officio que de Paris me dirigiu o conde de Funchal, embaixador do mesmo senhor junto de sua magestade britannica, em data de 22, 23 e 24 de maio do presente anno, ficou por elles sua alteza real na intelligencia de tudo o que o dito conde participava ter-se passado até áquelle dia, relativamente ás negociações entre as potencias alliadas e a França, e de que, tendo-se instituido duas commissões, uma de limites, e outra de reclamações, para preparar o trabalho, que servisse de base ao tratado a que devia proceder-se, fôra elle embaixador convidado a intervir nas commissões, nomeando para isso um substituto, como faziam os outros plenipotenciarios, o que executou, dando para esse effeito algumas instracções a v. ex.<sup>a</sup> para assistir as sessões, de que remetteu copia. Sua alteza real viu com bastante satisfação, que com virtude das ditas instruc-

e protestando, quando seja necessario, contra ella pela maneira por que se quiz estipular n'aquelle artigo, ficando v. ex.<sup>a</sup> na intelligencia de que sua alteza real, na alternativa de ceder por aquelle modo a Guyenna, ou de ficar privado do territorio de Olivença, *está determinadamente resolvido a escolher com preferencia a perda d'este territorio*. Os motivos que induzem a sua alteza real a proceder d'esta maneira serão mais extensamente conhecidos de v. ex.<sup>a</sup> pela inclusa copia, que se dirige ao conde de Funchal.

No caso que v. ex.<sup>a</sup>, e os seus collegas, contra toda a espectação, não sejam admittidos ás sessões do futuro congresso geral, debaixo de qualquer pretexto especioso, de que para isso se possam servir os plenipotenciarios, como porventura interrogando a v. ex.<sup>a</sup>, e aos seus collegas, se tem quaesquer outros artigos a tratar no congresso, alem d'aquelles que se acham estipulados definitivamente no tratado de Paris de 30 de maio, ordena sua alteza real que v. ex.<sup>a</sup>, depois de protestar com todas as formulas e publicidade que convem, contra toda a diminuição ou desaire, que d'esta exclusão possa resultar ao decoro e soberania de sua alteza real, declare todavia que está auctorizado, assim como tambem os seus collegas, para poder tratar separadamente com o plenipotenciario, ou plenipotenciarios de cada uma das potencias, e mesmo para ajustar com elles os tratados particulares em que convierem pelas suas mutuas relações. O que sua alteza real manda participar a v. ex.<sup>a</sup> para lhe ser presente, e para que o communique aos mais plenipotenciarios, a fim de que lhes sirva de governo, e o executem estritamente.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1814. = (Assignado) *Marquez de Aguiar*.

*N. B.* Este officio era dirigido ao conde de Palmella.

## DOCUMENTO N.º 8

(Citado a pag. 73)

**Queixas de Napoleão contra a declaração de 13 de março  
que o congresso de Vienna proferiu contra elle**

Só elles (os plenipotenciarios francezes), dizia o relatorio do conselheiro Defermont, se podiam aventurar á fabricação e publicação de uma peça tal como a pretendida declaração de 13 de março, na esperança de suspender a marcha de Napoleão, e de illudir o povo francez, quanto aos verdadeiros sentimentos das potencias estrangeiras; mas não lhes é dado julgar como ellas o merito de uma nação que elles desconhecem, trahida e entregue ás armas dos estrangeiros. Esta nação, brava e generosa, revolta-se contra tudo que tem o character de cobardia e de oppressão. As suas affeições exaltam-se, quando o seu objecto se vê ameaçado, ou atacado por uma grande injustiça; e o assassinato, a que provocam as primeiras phrases da declaração de 13 de março, não achará braço para o executar, nem entre os 25.000:000 francezes, cuja maioria seguiu, guardou e protegeu Napoleão desde o Mediterraneo até á capital, nem entre os 18.000:000 de italianos, os 6.000:000 belgas, ou habitantes das margens do Rheno, e as numerosas tribus da Allemanha, que n'esta solemne conjunctura tem pronunciado o seu nome com uma respeitosa lembrança, nem no seio da nação ingleza indignada, cujos honrosos sentimentos desapprovam a linguagem, que se tem ousado empregar para com os soberanos.

Os povos da Europa são esclarecidos; julgam os direitos de Napoleão, os direitos dos principes alliados, e os dos Bourbons. Sabem que a convenção de Fontainebleau é um tratado entre soberanos. A sua violação, a entrada de Napoleão no territorio francez, não podia, como toda a infracção diplomatica, como toda a invasão hostil, trazer senão uma guerra ordinaria, cujo resultado não podia ser, *quanto á pessoa*, senão o ser vencedor, ou vencido, livre, ou prisioneiro

de guerra; e quanto *de possesões*, senão conservá-las, ou perdê-las, augmentá-las, ou diminuir-las, e que todo o pensamento, toda a ameaça, todo o attentado contra a vida de um príncipe em guerra contra um outro, é uma cousa inaudita na historia das nações e dos gabinetes da Europa.

Pela violencia, pelo arrebatamento colérico, e pelo esquecimento dos principios, que caracterisam a declaração de 13 de março, reconhecem-se os enviados do mesmo príncipe, os órgãos dos mesmos conselhos, que pela ordenação de 9 de março também punha Napoleão fóra da lei, e chamava também sobre elle os punhaes dos assassinos, prometendo também um salario a quem lhe levasse a cabeça. E todavia que fez Napoleão? . . . Mostrou-se moderado, generoso, protector para com aquelles mesmos, que tinham votado a sua cabeça á morte . . . Se depois de ter examinado a pretendida declaração do congresso debaixo d'este primeiro aspecto, se discute nas suas relações com as convenções diplomaticas, com o tratado de 11 de abril, ratificado pelo governo francez, achar-se-ha que a sua violação não é imputavel senão aos citados plenipotenciarios, que a attribuem a Napoleão.

(Veja-se *Historia do congresso de Vienna*, pelo auctor da *Historia da diplomacia franceza*, vol. II, pag. 24 e seguintes.)

## DOCUMENTO N.º 9

(Citado a pag. 74)

Extrait du procès-verbal des conférences des puissances signataires  
du traité de Paris

Conférence du 12 mai 1815

La commission nommée le 9 de ce mois et chargée d'examiner, si, après les événements qui se sont passés depuis le retour de Napoléon Buonaparte en France, et en suite des pièces publiées à Paris sur la déclaration, que les puissances

ont fait émaner contre lui le 13 mars dernier, il serait nécessaire de procéder à une nouvelle déclaration, a présenté à la séance de ce jour le rapport qui suit :

#### Rapport de la commission

La déclaration publiée le 13 mars dernier contre Napoléon Buonaparte, et ses adhérents, par les puissances qui ont signé le traité de Paris, ayant depuis son retour à Paris été discutée dans différentes formes par ceux, qu'il a employés à cet effet ; ces discussions ayant acquis une grande publicité, et une lettre adressée par lui à tous les souverains, ainsi qu'une note adressée par le duc de Vicence aux chefs des cabinets de l'Europe, ayant également été publiée par lui dans l'intention manifeste d'influer sur l'opinion publique et de l'égarer, la commission nommée dans la séance du 9 de ce mois a été chargée de présenter un travail sur ces objets ; et attendu que, dans les publications susdites, on a essayé d'invalider la déclaration du 13 mars, en posant en fait :

1. Que cette déclaration dirigée contre Buonaparte à l'époque de son débarquement sur les côtes de France, se trouvait sans application, maintenant qu'il s'était emparé des rênes du gouvernement sans résistance ouverte, et que, ce fait, prouvant suffisamment le vœu de la nation, il se trouvait non-seulement rentré dans ses anciens droits vis-à-vis de la France, mais que la question même de la légitimité de son gouvernement avait cessé d'être du ressort des puissances ;

2. Qu'en offrant de ratifier le traité de Paris, il écartait tout motif de guerre contre lui.

La commission a été spécialement chargée de prendre en considération :

1. Si la position de Buonaparte vis-à-vis des puissances de l'Europe a changé par le fait de son arrivée à Paris, et par les circonstances qui ont accompagné les premiers succès de son entreprise sur le trône de France ;

2. Si l'offre de sanctionner le traité de Paris du 30 mai



1814, peut déterminer les puissances à adopter un système différent de celui, qu'elles avaient énoncé dans la déclaration du 13 mars ;

3. S'il est nécessaire ou convenable, de publier une nouvelle déclaration pour confirmer, ou pour modifier celle du 13 mars ?

La commission, après avoir mûrement examiné ces questions, rend à l'assemblée des plénipotentiaires le compte suivant du résultat de ses délibérations :

#### Première question

*La position de Buonaparte vis-à-vis des puissances de l'Europe a-t-elle changé par les premiers succès de son entreprise, ou par les événements qui se sont passés depuis son arrivée à Paris ?*

Les puissances, informées du débarquement de Buonaparte en France, n'ont pu voir en lui qu'un homme qui, en se portant sur le territoire français à main armée, et avec le projet avoué de renverser le gouvernement établi, en excitant le peuple et l'armée à la révolte contre le souverain légitime, et en usurpant le titre d'empereur des français<sup>1</sup>, avait encouru les peines, que toutes les législations prononcent contre de pareils attentats, un homme qui, en abusant de la bonne foi des souverains, avait rompu un traité solennel ; un homme enfin, qui en rappelant sur la France, heureuse et tranquille, tous les fléaux de la guerre intérieure et extérieure, et sur l'Europe, au moment où les bienfaits de la

<sup>1</sup> L'article 1 de la convention du 11 avril 1814 est conçu en ces termes : « L'empereur Napoléon renonce pour lui, ses successeurs et descendants, ainsi que pour tous les membres de sa famille, à tous droits de souveraineté et de pouvoir, non-seulement sur l'empire français, et sur le royaume d'Italie, mais sur tout autre pays ». Non obstant cette renonciation formelle, Buonaparte dans ses différentes proclamations, du golfe de Juan, de Cap, de Grenoble, de Lyon, s'intitula : « Par la grâce de Dieu, et les constitutions de l'empire, empereur des français, etc., etc. » (V. *Moniteur* du 21 mars 1815.)

paix devaient la consoler de ses longues souffrances, la triste nécessité d'un nouvel armement général, était regardé à juste titre comme l'ennemi implacable du bien public. Telle fut l'origine, tels furent les motifs de la déclaration du 13 mars : déclaration, dont la justice et la nécessité ont été universellement reconnues, et que l'opinion générale a sanctionnée.

Les événements qui ont conduit Buonaparte à Paris, et qui lui ont rendu pour le moment l'exercice du pouvoir suprême ont, sans doute, changé de fait la position dans laquelle il se trouvait à l'époque de son entrée en France ; mais ces événements, amenés par des intelligences criminelles, par des conspirations militaires, par des trahisons révoltantes, n'ont pu créer aucun *droit* ; ils sont absolument nuls sous le point de vue légal ; et pour que la position de Buonaparte fut essentiellement et légitimement changée, il faudrait que les démarches qu'il a faites pour s'établir sur les ruines du gouvernement renversé par lui, eussent été confirmées par un titre légal quelconque.

Buonaparte établit dans ses publications, que le vœu de la nation française en faveur de son rétablissement sur le trône suffit pour constituer ce titre légal.

La question à examiner par les puissances, se réduit aux termes suivants : Le consentement réel ou factice, explicite ou tacite de la nation française au rétablissement du pouvoir de Buonaparte, peut-il opérer dans la position de celui-ci vis-à-vis des puissances étrangères, un changement légal et former un titre obligatoire pour ces puissances ?

La commission est d'avis, que tel ne peut point être l'effet d'un pareil consentement : et voici les raisons sur lesquelles elle s'appuie :

Les puissances connaissent trop bien les principes, qui doivent les guider dans leurs rapports avec un pays indépendant pour entreprendre (comme on voudrait les en accuser) « de lui imposer des lois, de s'immiscer dans ses affaires intérieures, de lui assigner une forme de gouvernement, de lui donner des maîtres au gré des intérêts, ou des passions de se

d'admettre que les pactes les plus sacrés peuvent être dénaturés au gré des convenances de l'une ou de l'autre des parties contractantes.

Il s'ensuit, que la volonté du peuple français ne suffit pas pour rétablir, dans le sens légal, un gouvernement proscrit par des engagemens solennels, que ce même peuple avoit pris avec toutes les puissances de l'Europe, et qu'on ne saurait, sous aucun prétexte, faire valoir contre ces puissances le droit de rappeler au trône celui, dont l'exclusion avoit été la condition préalable de tout arrangement pacifique avec la France. Le vœu du peuple français, s'il étoit même pleinement constaté, n'en serait pas moins nul et sans effet vis-à-vis de l'Europe pour rétablir un pouvoir, contre lequel l'Europe entière a été en état de protestation permanente depuis le 31 mars 1814 jusqu'au 13 mars 1815; et sous ce rapport, la position de Buonaparte est précisément aujourd'hui ce qu'elle étoit à ces dernières époques.

#### Seconde question

*L'offre de sanctionner le traité de Paris peut-elle changer les dispositions des puissances?*

La France n'a eu aucune raison de se plaindre du traité de Paris. Ce traité a reconcilié la France avec l'Europe; il a satisfait à tous ses véritables intérêts, lui a assuré tous les biens réels, tous les élémens de prospérité et de gloire qu'un peuple appelé à une des premières places dans le système européen pouvoit raisonnablement désirer, et ne lui a enlevé que ce qui étoit pour elle, sous les dehors trompeurs d'un grand éclat national, une source intarissable de souffrances, de ruine, et de misère. Ce traité étoit même un bienfait immense pour un pays, réduit par le délire de son chef à la situation la plus désastreuse<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> « L'empereur convaincu de la position critique où il a placé la France, et de l'impossibilité où il se trouve de la sauver lui-même, a paru se résigner et consentir à l'abdication entière et sans aucune restriction » Lettre du maréchal Ney au prince de Bénévent, en date de Fontainebleau, 6 avril 1814. (V. *Moniteur* du 7 avril 1814.)

Les puissances alliées eussent trahi leurs intérêts et leurs devoirs, si au prix de tant de modération et de générosité, elles n'avoient pas, en signant ce traité, obtenu quelque avantage solide ; mais le seul qu'elles ambitionnaient était la paix de l'Europe, et le bonheur de la France. Jamais, en traitant avec Buonaparte, elles n'eussent consenti aux conditions qu'elles accorderent à un gouvernement, lequel « en offrant à l'Europe un gage de sécurité et de stabilité, les dispensait d'exiger de la France les garanties qu'elles lui avaient demandées sous son ancien gouvernement »<sup>1</sup>. Cette clause est inséparable du traité de Paris ; l'abolir, c'est rompre ce traité. Le consentement formel de la nation française au retour de Buonaparte sur le trône, équivaudrait à une déclaration de guerre contre l'Europe ; car l'état de paix n'a subsisté entre l'Europe et la France que par le traité de Paris, et le traité de Paris est incompatible avec le pouvoir de Buonaparte.

Si ce raisonnement avait encore besoin d'un appui, il le trouverait dans l'offre même de Buonaparte de ratifier le traité de Paris. Ce traité avait été scrupuleusement observé et exécuté ; les transactions du congrès de Vienne n'en étaient que les supplémens et les développemens ; et sans le nouvel attentat de Buonaparte, il eût été pour une longue suite d'années une des bases du droit public de l'Europe. Mais cet ordre de choses a fait place à une nouvelle révolution ; et les agens de cette révolution, tout en proclamant sans cesse, « qu'il n'y a rien de changé »<sup>2</sup>, conçoivent et sentent eux-mêmes que *tout* est changé autour d'eux. Il ne s'agit plus aujourd'hui de *maintenir* le traité de Paris ; il s'agirait de le *refaire*. Les puissances se trouvent rétablies envers la France dans la même position dans laquelle elles étaient le 31 mars 1814. Ce n'est pas pour prévenir la guerre — car la France l'a rallumée de fait — c'est pour la terminer que l'on offre aujourd'hui à l'Europe un état de choses essentiellement dif-

<sup>1</sup> Préambule du traité de Paris.

<sup>2</sup> C'est l'idée qui reparoit perpétuellement dans le rapport du conseil d'état de Buonaparte, publié dans le *Moniteur* du 13 avril 1815.

1. Que la déclaration du 13 mars a été dictée aux puissances par des motifs d'une justice si évidente, et d'un poids si décisif, qu'aucun des sophismes par lesquels on a prétendu attaquer cette déclaration, ne saurait y porter atteinte ;

2. Que ces motifs subsistent dans toute leur force, et que les changemens survenus de fait, depuis la déclaration du 13 mars, n'ont point opéré dans la position de Buonaparte et de la France, vis-à-vis des puissances ;

3. Que l'offre de ratifier le traité de Paris, ne sauroit, sous aucun rapport, changer les dispositions des puissances.

En conséquence la commission est d'avis, qu'il serait inutile d'émettre une nouvelle déclaration.

Les plénipotentiaires des puissances, qui ont signé le traité de Paris, et qui, comme telles, sont responsables de son exécution vis-à-vis des puissances accédantes, ayant pris en délibération, et sanctionné par leur approbation le rapport précédent, ont résolu qu'il serait donné communication du procès-verbal de ce jour au plénipotentiaires des autres cours royales. Ils ont arrêté en outre que l'extrait du susdit procès-verbal sera rendu public.

Suivent les signatures dans l'ordre alphabétique des cours  
Autriche. — *Le Prince de Metternich* = *Le Baron de Wessenberg*.

Espagne. — *P. Gomez Labrador*.

France. — *Le Prince de Talleyrand* = *Le Duc de Dalberg* = *Le Comte Alexis de Noailles*.

Grande-Bretagne. — *Clamart* = *Cathcart* = *Stewart*.

Portugal. — *Le Comte de Palmella* = *Saldanha* = *Lobo*.

Prusse. — *Le Prince de Hardenberg* = *Le Baron de Humboldt*.

Russie. — *Le Comte de Rasoumowsky* = *Le Comte de Stuckenberg* = *Le Comte de Nesselrode*.

Suède. — *Le Comte de Lovenhielm*.

Les plénipotentiaires soussignés approuvant en totalité les

principes contenus dans le présent extrait du procès-verbal  
y ont apposé leur signature.

Vienne, le 12 mai 1815.

Bavière. — *Le Comte de Rechberg.*

Danemarck. — *C. Bernstorff = I. Bernstorff.*

Hanovre. — *Le Comte de Munster = Le Comte de Hardenberg.*

Pays-Bas. — *Le Baron de Spaen = Le Baron de Gagern.*

Sardaigne. — *Le Marquis de St. Marsan = Le Comte Rossi.*

Saxe. — *Le Comte de Schulemburg.*

Siciles deux). — *Le Commandeur Ruffo.*

Wurtemberg. — *Le Comte de Wintzingerode = Le Baron de Linden.*

#### DOCUMENTO N.º 9-A

(Citado na nota de pag. 190)

Relatório elaborado pelo conde de Palmella acerca da situação do  
governo de Luiz XVIII, por ocasião da sua segunda entrada em  
Paris, depois da campanha de Napoleão no anno de 1815

ll.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — As circumstancias em que se acha  
agora el-rei Luiz XVIII, são de certo mais complicadas e  
difficilosas do que as do anno passado (1814); 500:000 ho-  
mens de tropas estrangeiras inundaram por então a França,  
as quaes em muitas provincias esmagam ao presente, e em  
todas incommodam os povos. Um conselho de soberanos re-  
side em Paris, e dicta as leis à França. Por outra parte o  
exercito francez, retirado para alem do Loire, sujeita-se com  
a maior repugnancia a usar do laço branco, e reconhece só  
nominalmente a auctoridade do monarcha francez. As praças  
todas das fronteiras, mesmo depois de arvorarem a bandeira  
real, resistem abertamente aos ataques dos alliados, e sof-  
frem os maiores estragos antes do que entregarem-se. El-rei  
apenas se atreve a ameaçar com o justo castigo das leis aos  
traidores os mais atrozes e os mais reconhecidos, e vê-se

constrangido a admittir nos seus conselhos, e a tratar familiarmente todos os dias o regicida Foché, que actualmente está sendo o esteio mais poderoso do throno. As vociferações dos buonapartistas, dos jacobinos, são innumerables; o povo francez está debaixo do peso das contribuições impostas pelos exercitos, e soffre pela primeira vez os males da guerra. Esquecido das exacções e devastações de toda a especie com que os seus proprios exercitos assolaram a Europa toda, grita agora contra os estrangeiros, e especialmente contra os prussianos, cuja conducta, a dizer a verdade, se tem distinguido, por um espirito de vingança e de exasperação, da dos outros alliados. O povo francez, igualmente esquecido de que deve tornar a si mesmo, e á conducta de Buonaparte, a culpa de todos os males que soffre, attribue em grande parte a elle esses mesmos males, e não considera que a guerra dos alliados contra Napoleão, e a conducta da França, teriam tido em todo o caso logar, independentemente da causa de elle, e que a volta d'esse monarchia lhe serve ao contrario em certo modo de escudo contra a vingança dos seus inimigos; vocifera contra os soberanos, accusando-os de faltarem á promessa que haviam feito, de não dirigirem a guerra senão contra a pessoa de Napoleão, como se uma similhante declaração não comprehendesse evidentemente a todos os seus adherentes, aos exercitos que combateram por elle, e a maior parte da nação, que cega e servilmente se sacrificou pela sua causa.

El-rei não sabe nem o que deve desejar e pedir, nem quaes são os seus amigos, ou os seus inimigos. A occupação da França por exercitos tão numerosos, não pôde durar sem arrumar absolutamente o paiz, e a evacuação do seu territorio ameaça a auctoridade real com uma ruina immediata. O exercito francez, que se dá agora por sujeito, tornará talvez a levantar o estandarte da rebellião, logo que se afastem as forças superiores que o subjugam. De entre as potencias alliadas, não se pôde duvidar que algumas, como a Prussia e a Baviera, desejam engrandecer-se a custa da França, e cobçam a Alsacia e a Lorena. El-rei não pode, sob pena de

perder toda a esperança de reinar para o futuro, consentir na cessão de uma parte do territorio da França. Dizem que as outras grandes potencias, e especialmente a Inglaterra e a Russia, se declararam pela integridade da monarchia; porém não é possível que os exercitos evacuem o territorio francez, sem proceder um tratado entre todas as potencias interessadas, e as bases d'esse tratado, taes quaes a França as consentira e mesmo as deseja, seriam pouco mais ou menos as seguintes: a evacuação das provincias occupadas por todos os exercitos alliados, á excepção de 120:000 ou 150:000 homens, que deverão ainda permanecer em França por algum tempo, o pagamento de uma contribuição de 600 ou 800 milhões de francos, para indemnisarem os alliados das despesas da guerra: a entrega temporaria de quatro ou cinco das principaes praças das fronteiras, para serem guarnecidas pelos alliados durante alguns annos. Se os soberanos todos convierem n'essas condições, ou em outras semelhantes; se a a camara dos deputados, que se convoca agora, for mais bem composta do que a precedente, e fiel a el-rei, talvez que pouco a pouco socegue a agitação dos espiritos, e que os francezes, convencidos finalmente de que elles sós não bastam para vencer e subjugar a Europa toda, se resolvam a viver, e a deixar viver os outros em paz. Se porém as condições impostas pelo tratado forem demasiadamente duras, ou se continuarem as dissensões entre el-rei e o exercito, entre o ministerio e as camaras, ainda deverá durar muito a crise, e as outras potencias ver-se-hão sempre no embaraço, ou de abandonar os francezes a si mesmos, com os riscos de virem a renovar as scenas da revolução, ou de prolongar indefinidamente uma situação violenta, e tão extraordinaria como a actual.

Ao principio d'este officio disse que um véu mysterioso ainda encobria grande parte dos ultimos successos. Para justificar essa asserção, basta dizer que a revolução, que restituiu momentaneamente a corôa a Buonaparte, não foi preparada por elle. Os jacobinos por uma parte, por outra o exercito e os generaes descontentes, haviam disposto uma insurreição, cujo



assimilham nos nossos primeiros paes, *que não conheciam nem o bem, nem o mal.*

O remate da vida politica de Buonaparte poz termo por sempre ás esperanças dos seus sequazes, e libertou el-rei do seu mais terrivel rival. Resta ver se um paiz agitado por tantas paixões, e por tantos interesses oppostos, poderá finalmente socegar-se, e deixar ao menos o resto da Europa gozar de alguns annos de quietação. O duque de Orleans, unico ponto de apoio dos descontentes, acha-se em Paris, e diz que recebêra ordem de el-rei para se retirar a Napoles. Dizem que esse principe se conserva, por quanto pôde, alheio ás intrigas que se tramam debaixo do seu nome. O pequeno Napoleão já está fóra da questão, vista a determinação nobre e bem positiva do imperador da Austria, de não aceitar de nenhuma proposição a seu respeito. Essa resolução ainda ficará mais consolidada se se verificar, como todos dizem, o casamento entre o duque de Berri e a archiduqueza Leopoldina, que consolidará todos os interesses e todas as paixões. O motivo que expuz a v. ex.<sup>a</sup> no principio d'este officio, servirá de desculpa ás omissões d'elle, tanto mais que v. ex.<sup>a</sup> receberá ao mesmo tempo os do marquez de Marialva e do encarregado de negocios de sua alteza real n'esta côrte, que não deixarão nada a desejar.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Paris, em 30 de julho de 1815. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. marquez de Aguiar. = (Assignado) *Conde de Palmella.*

#### DOCUMENTO N.º 9-B

(Citado na nota da pag. 122)

**Nota dos plenipotenciarios portuguezes, dirigida a cada um dos ministros da Russia, Austria, Inglaterra e Prussia, reclamando para Portugal a quota que lhe pertencia na contribuição de guerra imposta á França**

Os abaixo assignados, plenipotenciarios de sua alteza real o principe regente de Portugal e do Brazil, tem recebido

communição official, que suas altezas e excellencias, os ministros dos gabinetes de Austria, Russia, Gran-Bretanha e Prussia, lhes fizeram a honra de dirigir em data de 19 do corrente. Os abaixo assignados não podem deixar de approvar as bases do arranjoamento, que as quatro potencias sobreditas julgaram conveniente propor ao governo de sua magestade christianissima, e em que parece que elles combinaram, em tanto, quanto as circumstancias admittem, o objecto essencial da coalisção, isto é, o restabelecimento da tranquillidade da Europa sobre fundamentos solidos, com a garantia das justas indemnisações, reclamadas por todos os estados que tiveram parte na alliança.

Os abaixo assignados agradecem aos ministros de Austria, Russia, Gran-Bretanha e Prussia, as seguranças que lhes dão, de communicarem a resposta do governo francez, e as ultimas resoluções a que ella possa conduzir, para o fim de os por em estado de contribuir, segundo o espirito dos tratados, para o resultado final da negociação. As quatro potencias que assignaram o tratado de alliança de 25 de março (de 1815), seguramente não perderão de vista o facto de que Portugal, não só accedeu áquella alliança por um tratado formal, mas tambem que na qualidade de parte assignante, e de garantia da execução dos tratados de Paris e Vienna, devia sem duvida entrar como uma das partes principaes em todos os arranjoamentos, que houverem de ratificar qualquer dos artigos dos ditos tratados.

Os abaixo assignados, convencidos da ponderosa natureza das presentes circumstancias, e da importancia que as potencias devem dar á prompta conclusão da negociação, se absterão de impedir os seus progressos, fazendo da sua parte boas reclamações contra a França: porém, julgando que os sacrificios pecuniarios, que se hão de seguir d'aquella potencia, devem ser destinados não sómente a pagar as despesas da guerra, mas tambem a reembolsar cada uma das potencias alliadas dos preparativos e despesas, que os acontecimentos recentes têm causado, elles reclamam da parte de sua alteza real, o principe regente de Portugal, o

direito de participar na contribuição, que se ha de impor á França; e n'estas vistas elles descansam na justiça e imparcialidade das altas potencias, a quem dirigem as suas reclamações.

Os abaixo assignados, no momento em que se soube em Vienna da fugida de Napoleão Buonaparte, interpretando as intenções do seu augusto soberano, e convencidos da força moral, que produziria a íntima e immediata união de todas as potencias, assignaram sem hesitação as declarações de 13 de março e 12 de maio: e por consequencia desde aquelle momento, em nome da sua alta cõrte, entraram em obrigações as mais solemnes. Seguindo constantemente a mesma linha de comportamento, os abaixo assignados foram os primeiros, que accederam formalmente ao tratado de alliança de 25 de março; elles o communicaram immediatamente á regencia de Portugal, que *in continente* fez todos os preparativos necessarios para pôr o exercito em pé de guerra: e se aquelle exercito não tinha entrado em campo no momento em que terminaram as hostilidades, isto só se pôde attribuir á assignalada victoria, que tão repentinamente poz fim á guerra, e á distancia em que se acha o soberano de Portugal, sem cuja saneção era evidentemente impossivel que um governo delegado pudesse tomar sobre si a responsabilidade de mandar marchar tropas para fóra do reino, em execução de um tratado ainda não ratificado. Esta circumstancia pois não podia annullar, ou affectar em grau algum o direito que reclamam os abaixo assignados, *de serem considerados e tratados como todos os outros membros da alliança*, porquanto Portugal estava prompto da sua parte para executar tudo quanto d'elle se podia legitimamente esperar: e as despesas occasionadas pelos preparativos da guerra, *e sem auxilio de algum subdito estrangeiro*, lhes devem ser pagas pela massa destinada a estas indemnizações.

Se se deseja adoptar a base de não admitir á participação da contribuição senão unicamente as potencias, que tomaram parte activa na guerra, este principio nos levaria demastado longe. Cada uma das potencias aliadas tem inquestionavel-

mente preenchidos os deveres a que se obrigou, e contribuido para o feliz exito d'aquella guerra, mais ou menos activamente, segundo as suas posições; porém, ao mesmo tempo os exercitos russo, austriaco, sardo, etc., não poderam chegar ao theatro da guerra, senão depois de estar decidido o seu resultado; o contingente dinamarquez apenas tinha passado as suas fronteiras, quando cessaram as hostilidades. Portugal, collocado politica e geographicamente em uma posição ainda mais distante, não podia deixar de ser n'estas circumstancias o ultimo que chegasse. Porém, inquestionavelmente, se os acasos da guerra tivessem sido desfavoraveis, elle se teria apresentado, preenchendo os seus ajustes, exposto a submeter-se a todos os inconvenientes, sem que se podesse queixar, ou allegar com a sua involuntaria inactividade. Não é justo que, havendo elle n'este caso de ter a parte nas desgraças, tenha agora o direito de reclamar as indemnisações, que cabem á sua partilha?

Os abaixo assignados, se tem até aqui limitado a considerar a questão debaixo do ponto de vista da ultima guerra, porque elles suppõem que se poderia ter traçado a regra de não admittir outras reclamações. Não seria proprio, porém, prestar alguma attenção, a respeito de Portugal, aos acontecimentos anteriores a 1815, e se, pondo de parte os exemplos, se deseja estabelecer como principio, que as indemnisações exigidas da França não têm outro objecto mais do que satisfazer as despesas da ultima guerra? Não seria justo, pelo menos, que as objecções que se podem fazer ás reclamações de Portugal n'este ponto de vista, fossem contrabalançadas por tantas outras razões incontestaveis, que elle podia allegar a seu favor?

A França extorquiu de Portugal nos annos de 1801 e 1804 a somma de 40 milhões de francos para lhe conceder tratados de paz, que immediatamente violou. Os exercitos francezes invadiram tres vezes Portugal, e commetteram ali as devastações e horrores, que todo o mundo sabe. A nação portugueza sustentou por seis annos uma guerra desproporcio-

nada ás suas forças para sua propria independencia, assim como para a da Europa. No fim da guerra achou-se o exercito portuguez no centro da França, tendo constantemente participado em todas as fortunas do exercito inglez. E contudo, na conclusão da paz, sua alteza real, o principe regente de Portugal, foi *quasi o unico dos alliados* que não recebeu augmento de territorio<sup>1</sup>, que não recebeu indemnisações, nem vantagens, e se viu situado por tal maneira, que ate foi obrigado a restituir á França a colonia de Cayenna, que por tantas rasões desejava reter.

Taes são alguns dos titulos que Portugal podia allegar a seu favor; e os abaixo assignados se lisonjeiam de que os augustos soberanos, agora juntos em Paris, apreciarão toda a sua validade, e sentirão quão arduo seria excluir Portugal de toda a participação nas contribuições, que se exigem da França. As vantagens, alem d'isto, que resultariam ás outras potencias d'esta exclusão seriam de mui pequena monta, porque admitindo-se a esta participação sómente as potencias que accederam formalmente ao tratado de 25 de março, e que têm tropas em França, a exclusão se limitaria a Portugal e Dinamarca.

Os abaixo assignados se aproveitam d'esta occasião para renovar a suas altezas e excellencias as seguranças da sua alta consideração. = (Assignados) *Conde de Palmella* - *D. Joaquim Lobo da Silveira*. — Paris, 23 de setembro de 1815.

<sup>1</sup> Nem ao menos ficou no mesmo estado em que estava antes da guerra, porque em vez de augmento, perdeu a praça e comarca de Olivença, abandonada, como se viu, pela Gran Bretanha, que só soube ter incoerência para privar Portugal da conquista de Cayenna, sem que previamente consultasse o governo portuguez.

## DOCUMENTO N.º 10

(Citado a pag. 134)

**Nota dirigida pelo conde de Palmella ao marquez Wellesley, em 9 de novembro de 1809, reclamando a restituição de Olivença, como compensação da entrada do exercito luso-britannico em Hespanha para a libertar dos francezes**

Le soussigné, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de son altesse royal, le prince régent de Portugal, prend la liberté de remettre par écrit sous les yeux de v. ex<sup>ce</sup> au moment de son départ, quelques unes des questions qu'il a eu l'honneur de lui soumettre verbalement dans plusieurs conférences. L'intérêt que sa majesté britannique prend au bien-être du Portugal, et que v. ex<sup>ce</sup> elle même a si fortement témoigné au soussigné, lui donnent l'assurance que les réponses qu'elle voudra bien faire à ses questions seront calquées sur la parfaite connaissance de ce qui convient le plus aux intérêts bien entendus du Portugal.

V. ex<sup>ce</sup> connaît les demandes que le gouvernement espagnol a faites au soussigné de la coopération d'un corps portugais de 12.000 hommes, et la réponse qu'il y a fait conforme aux liens intimes qui unissent les gouvernements portugais et anglais. v. ex<sup>ce</sup> connaît également quelles sont les instructions que le soussigné a reçues de son gouvernement, relativement à la proposition à faire d'un traité dans lequel son altesse royal désirerait positivement qu'on put inserer la restitution de la ville et du territoire d'Olivença à la monarchie portugaise.

C'est d'après ces données que le soussigné croit devoir représenter à v. ex<sup>ce</sup> ce qui suit: 1º, qu'en cas que l'armée anglaise doive à une époque quelconque agir hostilement en Espagne contre les français il est probable que l'armée portugaise devra agir aussi en combinaison avec elle. Comme cependant il est à croire qu'aucune des deux armées n'agiraient sans avoir préalablement conclu avec le gouvernement espagnol une convention pour assurer au moins tout ce qui tient



aux subsistances et aux transports de l'armée, le soussigné pense qu'il serait convenable que cette convention fût faite séparément pour ce qui tient à l'armée portugaise, afin qu'en aucun temps le gouvernement espagnol ne puisse se croire exempt de toute obligation envers le gouvernement portugais, et attribuer l'assistance de cette armée uniquement à une suite de la liaison du Portugal avec l'Angleterre.

Le soussigné pensait en second lieu que la circonstance dans laquelle on traiterait cette convention pourrait être la plus favorable pour proposer en même temps un traité d'alliance, sur des bases extrêmement générales, et il croit que la restitution d'Oliveira, si cette alliance était proposée au moment de faire agir les armées, et avec l'appui de l'Angleterre, éprouverait alors moins de difficultés qu'en tout autre temps. Une expérience assez récente a prouvé au Portugal qu'il avait été trop confiant en accordant sans y être positivement obligé par les traités, des secours à une puissance qui bientôt après l'a laissé seul en butte aux dangers de la guerre. Et la perte même d'Oliveira, en a été par la suite un des résultats.

Le soussigné n'ose pas s'étendre d'avantage sur des considérations qu'il suffit de présenter à v. ex<sup>te</sup> pour qu'elle les sursis en entier. Et il profite de cette occasion, etc. Cadix, 9 novembre 1809. A s. ex<sup>te</sup> le marquis de Wellesley. — D. Pedro de Sousa e Holstein.

#### DOCUMENTO N.º 11

(Citado a pag. 129)

Memoria apresentada ao congresso de Vienna  
pelos plenipotenciarios de Portugal.  
sobre a reclamação da villa e territorio de Oliveira

Na guerra de 1793 e 1794, entre a Hespanha e a França, Portugal forneceu a primeira um corpo auxiliar de tropas, cuja cooperação durante as duas campanhas sobreditas foi

Alcúdia, então primeiro ministro, que recebeu  
o título de príncipe da Paz, conduziu até ao  
do véu do mais profundo mysterio. Foi então,  
pelo facto do soccorro prestado á Hespanha,  
se considerou no estado de guerra com Portu-  
gual até 1801 fez a côrte de Portugal varias ten-  
tativas para concluir paz com a França, e se o  
portuguez não foi desde aquella epocha atacado  
pelas repubblicas, elle não deve isso senão á sua  
geographica, que não deixa entre os dois estados  
um ponto de contacto.

Em 1801 o ministro que dirigia o gabinete de  
Paris, levado pelas instigações do primeiro consul da  
França com um exercito hespanhol as fronteiras de  
Portugal sem nenhum motivo fundado, nem apparencia de  
justiça para o obrigar a seguir o seu systema na  
guerra, que elle então fazia contra a Inglaterra.

Até a paz de Amiens, e o tratado de Badajoz, que  
foram quasi simultaneamente, pozeram fim pelo mo-  
mento a lucta desigual; mas o príncipe da Paz, que  
via os exercitos da Hespanha, se teria recusado a  
fazê-lo não tivesse consentido em deixar-lhe alguns tro-  
phéus suppostas victorias, e n'este caso necessario  
à cessão de Olivença. Seria inutil lembrar aqui  
que em Portugal, desde 1801 até 1807, o manter a



ainda então dirigido pelo mesmo ministro, e que se achava a respeito de Portugal, em profunda paz, concluiu secretamente com o imperador Napoleão o tratado de Fontainebleau pelo qual Portugal devia ser dividido em tres porções, e a casa real de Bragança desthronada. Esta segunda guerra sem provocação, e de que se procuraria em vão achar o exemplo na historia, não tinha outro pretexto apparente, não o famoso systema continental.

Foi portanto Portugal invadido ainda pelos exercitos combinados, francez e hespanhol. Felizmente a resolução firme e intrepida, que tomou sua alteza real, o principe regente de Portugal, de transferir momentaneamente a séde da sua monarchia para a America, o salvou assim com toda a sua familia, de cair nas mãos de Napoleão, despertou até os mesmos povos da Hespanha, e foi talvez o primeiro signal de todos os grandes acontecimentos, que se tem passado depois.

Entretanto, depois que a scena de traições, que se passou em Bayonna, poz o governo de Hespanha fóra do estado de poder obrar, e que a nação hespanhola, por um movimento nobre e unanime, mostrou a resolução de resistir ao jugo que se lhe queria impor; os portuguezes, uniram immediatamente os seus esforços e os seus exercitos aos de Hespanha, e passaram *(sem que tenha ainda existido entre os dois estados até ao dia de hoje nenhum tratado de aliança, nem sequer de paz)*, de um verdadeiro e legitimo estado de guerra, e nada se poderá dizer a este respeito, que não fique abaixo da simples enumeração do facto. Não houve batalha ganha pelo illustre duque de Wellington, que não custasse sangue portuguez. As praças mais fortes da Hespanha, Ciudad Rodrigo, Badajoz, S. Sebastião, foram tomadas de assalto pelas tropas portuguezas unidas ás britannicas. Por ellas foram os Pyrenéus defendidos e franqueados. A mesma Olivença foi duas vezes tomada aos francezes por estas tropas, e certamente se o governo de Portugal não creu então que devia conservar a sua posse, deve attribuir-se este comportamento a um excesso de boa fé pouco commum, e ao desejo de

tornar a adquirir antes como um penhor de aliança e amizade da parte da Hespanha, do que pelos acontecimentos fortuitos da guerra.

O tratado de Badajoz, unico titulo de que a Hespanha se pôde valer para conservar a posse de Olivença, foi violado e rompido pelo seu mesmo governo ao tempo da sua aggressão contra Portugal em 1807. Logo este tratado não existe, segundo os principios reconhecidos do direito publico; e Portugal requer, vistas todas as circumstancias que o precederam, e se lhe seguiram, tornar a entrar na posse d'aquillo, que pelo dito tratado tinha sido desmembrado da monarchia.

Na epocha das negociações do ultimo tratado de Paris, o conde do Funchal, plenipotenciario de Portugal, não deixou de reclamar a restituição de Olivença, mas a observação que se lhe fez então, de que este tratado não podia comprehender outras estipulações, senão as que diziam respeito immediatamente a França; e que por consequencia o negocio de Olivença se devia differir até ao congresso geral, o obrigou a suspender os seus procedimentos, e a contentar-se com uma declaração a este respeito, que foi communicada por elle antes da assignatura do tratado a todos os plenipotenciarios das potencias que o assignaram logo, em rasão e por falta de reflexão n'estas circumstancias, que se tem pretendido que o negocio de Olivença estava fóra do poder do congresso, por não ter sido indicado no tratado de Paris. Nós acabamos de expor que elle tinha entrado nas negociações que o precederam; e alem d'isto nós não vemos por que se podesse dizer que no congresso de Vienna se deviam abster de tratar senão dos negocios que tivessem sido indicados no tratado de Paris; e não se pôde duvidar que a situação actual em que se acham reciprocamente a Hespanha e Portugal, *sem nenhum tratado que as ligue*, não as ponha no caso de admittir a intervenção de todas as côrtes, que na epocha do tratado de Paris prometteram officialmente aos plenipotenciarios de Portugal os seus bons officios a este respeito.

Ha mil razões, que se poderiam allegar ainda; mas esta breve exposição bastará talvez para aclarar o estado da ques-

tão. O unico argumento que se tem usado para demonstrar que Olivença era de alguma utilidade á Hespanha, isto é, o evitar o contrabando entre os dois paizes, não pôde ser mais futil, considerando-se a extensão das suas fronteiras, e a nulidade dos obstaculos locaes para impedir este contrabando. Espera-se pois, que se tem conseguido demonstrar:

1.º Que o motivo principal por que Portugal se achou empenhado na guerra contra a França foi o soccorro dado á Hespanha.

2.º Que a guerra emprendida em 1801 contra Portugal, e que terminou pela cessão de Olivença, não era por consequencia nem justa, nem provocada.

3.º Que o tratado de Fontainebleau, e a invasão de Portugal em 1807, tendo rompido o tratado de Badajoz, annullou o unico titulo, em rasão do qual Olivença pertencia á Hespanha.

4.º Que as duas nações, hespanhola e portugueza, tendo reunido os seus esforços durante cinco annos na mais importante das luctas, deviam desejar apagar até os menores traços do systema revolucionario que as tinha desunido, e que por pouco as não perdeu ambas.

5.º Que a posse de Olivença não é para a Hespanha de alguma utilidade real, e que a reclamação que fez Portugal ao tempo do tratado de Paris, a cessão de Guyanna, a que acquiesceu para contribuir ao restabelecimento da paz geral, e a promessa official que elle recebeu n'aquella occasião dos bons officios de todas as potencias que assignaram o tratado, o auctorisam a crer, que este negocio está totalmente no poder da mediação do congresso. Depois de todas estas observações, que ficam expostas, não pôde deixar de se esperar que o governo de Hespanha se prestará de boa vontade a destruir esta ultima lembrança de contendas, que não deviam ter jamais existido, e que sua magestade catholica dará com isso o penhor mais solemne de todos os sentimentos, que devem unir para sempre as duas nações vizinhas.

Vienna, 15 de novembro de 1814.

## DOCUMENTO N.º 12

(Citado a pag. 140)

**Nota official de D. Pedro Cevallos ao ministro de Portugal em Madrid  
acerca da restituição de Olivença**

Senhor meu. — Para negociar no congresso, que n'elle se delibere sobre a cessão de Olivença e seu territorio á corôa de Portugal, é preciso suppor-se uma de duas cousas, ou que o assumpto não é exclusivamente dependente do arbitrio e vontade de el-rei, ou que o peso d'esta praça com seu territorio é tal, que convenha tratar esta dependencia para o arranjo do equilibrio da Europa. Occupar-me-hei da primeira supposição, porque a segunda por nenhum principio pôde ser objecto das discussões acerca do equilibrio das potencias da Europa.

A historia documentada da guerra de 1801 é a maior demonstração do perfeito dominio com que el-rei possue Olivença e seu territorio, assim como a prova mais completa de que a ingerencia dos soberanos do congresso em um assumpto tão alheio das suas attribuições, é tão sómente louvavel pelo nobre intento de apagar até os menores receios de contestação entre as potencias, ligadas por vinculos tão fortes, que sempre viveram unidas, apesar do conflicto de interesses, inevitavel entre nações confinantes.

Na guerra que se terminou pelo tratado de Amiens, adoptou o governo portuguez o partido da neutralidade; porém, foi tão pouco escrupuloso na igualdade de atenções, que se deve ter com os belligerantes, que desde logo se observou que seus portos eram pontos de espera, e de ataque dos navios inglezes contra os hespanhoes, aos quaes nada valia o sagrado do territorio. Differentes e vãs foram as queixas e reclamações do gabinete hespanhol sobre a notoria infracção das leis da neutralidade. A todas respondia o governo portu-

guez com evasões cavilosas, e para conhecer a justiça das primeiras, e a nenhuma satisfação às segundas, basta consultar os archivos dos dois gabinetes, e particularmente o mesmo tratado de paz de Badajoz no seu artigo 2.º, em que Portugal se obriga a não dar abrigo hostil em seus portos aos navios de guerra da marinha ingleza. Fica pois aqui provada, e reconhecida por um modo o mais authenticico e fidedigno a justiça da guerra, que a Hespanha declarou em 1801 á corôa de Portugal.

Por direito de conquista *em tão justa guerra*, e por cessão do gabinete portuguez, feita em o artigo 3.º do tratado celebrado em Badajoz, entrou Oliveira e seu territorio no dominio de el-rei. Que vicio annullante pôde achar-se n'esta aquisição, para desconhecer o principio de que o unico, que pôde deliberar sobre esta materia é el-rei meu amo?

Pelo artigo 3.º, já citado, se obrigam as duas potencias a entregar reciprocamente as conquistas, que se fizessem depois da assignatura do mesmo tratado. As que Portugal fez em Buenos-Ayres de territorios e gados pertencentes a el-rei, notoria e reconhecidamente foram posteriores á epocha citada. N'esta certeza, e com tão solemne apoio, as reclamou o gabinete hespanhol; porém, o portuguez, ao passo que reconhecia a obrigação, serviu-se de todos os meios para illudir o seu cumprimento. Á vista de uma infracção tão substancial, como repetida, se poderá dizer que Portugal não renovou o estado de guerra, e que a Hespanha não teve justo motivo para declaral-a no anno de 1807?

Não é o mesmo dizer que se Hespanha teve causas justificadas para a guerra, entrou ella com gosto. É certo que muita repugnancia lhe teve, conhecendo as fataes consequencias de abrigar em seu seio exercitos de uma nação emprendedora; porém, a lei imperiosa da necessidade dava um novo direito, e uma nova causa às muitas, que o gabinete portuguez já tinha dado para o resentimento da Hespanha. A verdade d'estas asserções a encontrará v. s.<sup>a</sup> affiançada nas nfinitas queixas e reclmações, que devem estar nos archivos

de 1815. = (Assignado) *Pedro Cevallos*. — Sr. ministro de Portugal.

(*Investigador*, folheto de novembro de 1815, pag. 97 do vol. XIV.)<sup>1</sup>

## DOCUMENTO N.º 13

(Citado a pag. 162)

**Convenção celebrada entre el-rei D. João VI, e Luiz XVIII, rei de França, para a restituição da Guyenna franceza, e para a demarcação da Guyenna portugueza, assignada em Paris aos 28 de agosto de 1817, e ratificada por parte de Portugal aos 21 de janeiro, e pela de França aos 10 de fevereiro de 1818**

Prescindindo do preambulo, a parte perceptiva é a seguinte:

**Artigo 1.º** Sua magestade fidelissima, achando-se animada do desejo de pôr em execução o artigo 107.º do acto do congresso de Vienna, obriga-se a entregar a sua magestade christianissima no praso de tres mezes, ou antes se for possível, a Guyenna franceza até ao rio Oyapock, cuja embocadura está situada entre o 4.º e 5.º grau de latitude septentrional, e o 322.º grau de longitude a leste da ilha de Ferro pelo parallelo de 2º e 24' de latitude septentrional.

**Art. 2.º** Ambas as partes contratantes procederão immediatamente á nomeação e expedição de commissarios para fixar definitivamente os limites das Guyennas portugueza e franceza, conforme ao sentido preciso do artigo 8.º do tratado de Utrecht, e ás estipulações do acto do congresso de Vienna: os ditos commissarios deverão terminar os seus trabalhos no praso de um anno, o mais tardar da data do dia da sua reunião na Guyenna. Se, expirado este termo de um anno, os ditos commissarios respectivos não conseguirem vir

<sup>1</sup> Á precedente nota, elaborámos em tempo uma severa resposta da nossa lavra: mas para não renovar, sem fructo, passados azedumes, entendemos por melhor não publicar agora este nosso trabalho.

## DOCUMENTO N.º 13-A

(Citado a pag. 437)

## N. Buonaparte aux français

Français, la main de l'éternel vient de me précipiter du faite des grandeurs, dans la poussière . . . En vain les hommes prétendraient-ils attribuer à leur force, ou à la sagesse de leurs conseils, une catastrophe semblable; Dieu seul a pu lui donner ce caractère imposant, qui a inopinément renversé tous les obstacles. Les princes de l'Europe sont en cet instant l'instrument de Dieu, comme je l'ai été moi-même lorsqu'il lui a plu de les humilier.

C'est cette pensée qui m'a porté à remettre mon abdication d'un pouvoir dont je reconnais que l'Etre Suprême m'a dépouillé, pour en revêtir une dynastie sur laquelle il jette un regard de clémence.

Mon parti est irrévocablement pris : *Jamais je ne formerai ni ne seconderai aucun projet tendant à me ressaisir de l'autorité à laquelle j'ai solennellement renoncé.* Je dois cette déclaration au petit nombre de personnes qui me sont restées fidèles, et qui pourraient faire d'inutiles tentatives dont leur perte serait l'inévitable suite.

Le bandeau, hélas ! trop épais, dont on avait couvert mes yeux, est entièrement tombé : je gémis sur mes fautes ; je me les reproche dans l'amertume de mon cœur ; elles m'affligent bien plus profondément encore que le châtiment terrible qu'elles m'ont attiré.

Mais vous, français, d'où vous vient cet aveuglement inconcevable, qui vous porte à réunir sur ma seule tête vos malédictions et votre haine ? Suis-je donc le seul coupable ! . . . N'ais-je eu ni conseils, ni coopérateurs, ni complices !

Sont-ils innocents des maux que vous avez soufferts, ces grands, ces ministres et ce conseil d'état, qui m'entouraient à l'envi de leurs séductions et de leurs basses flatteries ? . . .

Vous vous plaignez de l'institution des droits réunis ; mais

n'est-ce pas aux insidieuses conceptions de français de Nantes qu'elle est due? Ce camaléon politique ne m'a-t-il pas répété cent fois que le peuple voyait cet impôt sans peine, attendu qu'il était favorable au développement de l'industrie et du commerce?

Les magistrats des villes se plaignent d'avoir été dépouillés de leurs octrois : mais le décret du 8 février 1812, n'est-il pas l'ouvrage de ce même français et de Gasson qui, quoiqu'il fût l'allié de ma famille, a fondé sa fortune sur ma perte et ma dépopularité? Cependant j'apprends chaque jour que ces deux misérables ont soulevé d'indignation les habitants de la vieille France, ainsi que ceux des pays que la valeur française et mon bras avaient conquis. Mais j'apprends aussi qu'ils sont devenus eux-mêmes l'objet de l'exécration et du mépris des peuples. Leurs brigandages reçoivent donc, dès ce moment, leur juste salaire.

Les droits de douanes et d'enregistrement ont été, dit-on, portés à l'excès : mais n'est-ce pas aux inspirations adroites et fallacieuses des Colin et des Duchâtel que j'ai dû céder?

Oui, tous ces hommes et les Defermont, et les Jaubert, et les Regnault et tant d'autres encore, qui, par leurs viles adulations et leurs pernicieux mensonges, cherchaient à arracher chaque jour de mes mains de nouvelles faveurs ; tous ces hommes dont l'ambition et la cupidité étaient insatiables, sont les véritables artisans de vos malheurs et des miens.

Et cette conscription fatale qui a soulevé le monde contre moi, ne sont-ce pas mes ministres, ne sont-ce pas les membres de mon conseil, qui m'en représentait sans cesse la levée comme n'étant point pénible à mes peuples? Ne m'ont-ils pas dit en propres termes, *que je n'enlevais que le luxe de la population*, et que l'agriculture avait plus de bras, qu'elle n'en avait eu sous les règnes précédents. Et qu'elle contribuait aussi à l'accroissement de la population?

N'ont-ils pas eu l'impudence de déclarer dans leurs rapports officiels que jamais *l'agriculture, l'industrie et le commerce ne s'étaient trouvés dans un état plus prospère!*

Et le sénat m'a-t-il fait des remontrances? Loin de-là, ne



m'ont-ils pas accordé souvent plus que je ne demandais. Tout les rapports qui m'étaient faits tendaient si fort à m'aveugler sur l'état réel de la France, que je dus regarder comme des factieux les membres du corps législatif, lorsqu'ils eurent, pour la première fois, le courage de me faire entendre le langage de la vérité ?

Si la responsabilité n'est pas une chimère, quelle indignation, quel châtiment ne méritent-ils pas ces hommes qui, en m'entraînant à ma perte, ont placé la France au bord de l'abîme qui l'eut engloutie à jamais, si la Providence n'eût pas fait intervenir sa puissante médiation !

Que cette responsabilité les atteigne moralement du moins ces pervers, que je viens de vous signaler, et ceux que vous désignera l'opinion publique, qui toujours est équitable, lorsqu'elle est abandonnée à elle-même.

Français, les hommes qui, après une telle conduite, se sont empressés à m'abandonner et à reconnaître le gouvernement qui me succède, ceux qui, non contents de cette lâcheté, ont encore la bassesse et l'audace de réclamer, ou de s'assurer eux-mêmes des emplois et leurs dignités pour *eux et leurs successeurs*, sans même daigner songer aux braves, qui ont versé leur sang pour la patrie, quelle confiance peuvent-ils inspirer aux gouvernants ? Que peuvent en attendre les gouvernés, si ce n'est les fruits empoisonnés, que portent nécessairement la cupidité, l'ambition et la perfidie ! Ma conscience vous donne cet avis ; recueillez-le pour votre bien et celui de la génération qui vous jugera bientôt aussi sévèrement que vous me jugez moi-même.

Français, soyez du moins équitables dans vos ressentiments ; que je ne sois point seul accablé du poids de votre haine. Je vous le déclare en présence de l'Eternel qui vient de me frapper ; je suis coupable, sans doute, de m'être abandonné à trop d'ambition pour la gloire et à des vues qu'il n'appartient pas au vulgaire de pénétrer ; mais ils sont bien plus criminels encore ceux qui, connaissant très-bien les plaies de l'état et les maux de la patrie, ont non seulement négligé de me les faire connaître, mais encore ont employé tous les

...res de séduction et de mensonge pour empêcher la vérité  
 d'arriver jusqu'à moi. — *N. Buonaparte.*  
 (Imprime à Fontainebleau, avril 1814.)

## DOCUMENTO N.º 14

(Citado a pag. 163)

Relata a convenção, por meio da qual a Inglaterra tomou a seu cargo a prisão e segurança de Buonaparte, podendo cada uma das potencias signatarias ter junto d'elle um commissario para attestar a sua existencia, prerogativa que o conde de Palmella exigiu tambem para Portugal

Mil<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Mylord Castlereagh communicou-me a relação de que tenho a honra de enviar copia a v. ex.<sup>a</sup>, e que tanto mais interessante, quanto o seu conteúdo não permite por agora que se publique. Por elle verá v. ex.<sup>a</sup> que a resolução de enviar Buonaparte para a ilha de Santa Helena está definitivamente tomada.

Assignou-se uma convenção entre a Gran-Bretanha, a Russia, a Austria, e a Prussia, relativamente á pessoa de Napoleão. Supponho que será communicada muito brevemente a todas as demais potencias. Entretanto posso informar a v. ex.<sup>a</sup> do seu conteúdo, que é o seguinte :

Artigo 1.º Napoleão é declarado prisioneiro das potencias aliadas.

Art. 2.º Pede-se á Gran-Bretanha que se encarregue de o guardar, do modo que mais seguro e melhor lhe parecer.

Art. 3.º A Gran-Bretanha acceita esse encargo, e as despesas que d'ahi resultam.

Art. 4.º Cada uma das potencias mencionadas poderá ter um commissario junto á pessoa de Buonaparte, não para responder pela sua custodia, mas para attestar em certo modo a sua existencia.

A França foi convidada para acceder á sobredita conven-

ção, e para enviar tambem, se quizesse, um commissario. Mr. de Talleyrand respondeu por uma nota, acceitando o offerecimento, e indicando que se deveria fazer o mesmo convite a sua magestade catholica.

Tal era o estado d'este negocio ha tres dias, quando mr. de Humboldt m'o communicou. Immediatamente fui ter com mylord Castlereag, e manifestei-lhe quão estranho me parecia que sua alteza real, o principe regente de Portugal, não fosse convidado para acceder ao sobredito tratado. Fiz-lhe observar que essa omissão se tornaria de algum modo offensiva no caso da accessão da Hespanha; que as offensas que sua alteza real recebeu de Buonaparte, a importancia da cooperação de Portugal na ultima guerra, a consideração de que esta corôa tinha gosado no congresso de Vienna, a parte que tivera nas declarações de 13 de março e de 12 de maio, a sua accessão ao tratado de alliança, etc., eram outras tantas razões para que n'esta occasião fosse considerada ao par das outras potencias principaes. Finalmente, lembrei-lhe que a posição geographica de Santa Helena, situada entre as nossas colonias da America e da Africa, e a frequencia com que as embarcações portuguezas tocavam n'aquella ilha, tornariam talvez mais util a presença de um commissario portu-guez, do que a dos commissarios das outras nações.

A tudo isto respondeu mylord, que não era praticavel admittirem-se commissarios de todas as potencias, e que o governo britannico não queria formar uma especie de congresso diplomatico junto á pessoa de Buonaparte; que mr. de Talleyrand insinuára, é verdade, que se deveria convidar a Hespanha, porém que nenhuma resolução se havia até agora tomado a esse respeito, e que se admittissem os commissarios de uma ou outra potencia, todas se julgariam obrigadas por pundonor, a reclamar o mesmo direito. Finalmente, depois de varias observações de parte a parte, tendo-lhe eu dito entre outras cousas, que o enviar um commissario me parecia para nós um objecto secundario, mas que a accessão da convenção interessava em certo modo o decoro da corôa de Portugal, encarregou-se mylord de comunicar aos seus colle-

gas (na conferencia das quatro potencias) as observações que eu lhe havia feito, e de que me havia de dar algumas respostas ácerca d'ellas. Insisti principalmente para que não fizesse n'esta occasião differença entre Hespanha e Portugal.

Fallei tambem a D. Pedro Labrador sobre o mesmo assumpto e fiquei de accordo com elle para darmos conjunctamente alguns passos officiaes, no caso de serem necessarios. Pela primeira occasião espero poder dar conta a v. ex.<sup>a</sup> do resultado. D. Pedro Labrador assegurou-me que a sua côrte declarara formalmente, que não assignaria o tratado de Vienna, e parece que sua magestade, a senhora infanta D. Maria Luiza, recusou tambem definitivamente a partilha, que pelo mesmo tratado se lhe havia feito.

Não refiro a v. ex.<sup>a</sup> as noticias de França, porque o encarregado de negocios de sua alteza real o faz exactamente, e porque tenho continuado a estar até agora doente, e recluso em cama.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> muitos annos. Paris, 12 de agosto de 1815 — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. marquez de Aguiar. = (Assignado) *Conde de Palmella.*

#### DOCUMENTO N.º 15

(Citado a pag. 163)

**Tratado em que a Gran-Bretanha, a Austria, a Russia e a Prussia declaram Napoleão Buonaparte seu prisioneiro de guerra, commettendo á Gran-Bretanha o fixar-lhe o logar da residencia, e tomar a seu cargo as despezas para tal fim necessarias**

*Em nome da santissima e indivisivel trindade.*

Napoleão Buonaparte, estando em poder das potencias aliadas, suas magestades o imperador de todas as Russias, o rei do reino unido da Gran-Bretanha e da Irlanda, o imperador da Austria, e o rei da Prussia, tem-se reunido em virtude das estipulações do tratado de alliança de 23 de março de

1815, para o fim de tomarem as medidas mais proprias a tornar impraticavel toda a empreza da sua parte contra o repouso da Europa. Sua magestade o imperador de todas as Russias, e sua magestade o rei do reino unido da Gran-Bretanha e da Irlanda, tendo em consequencia nomeado os plenipotenciarios para este effeito, a saber: sua magestade o imperador de todas as Russias, s. ex.<sup>a</sup> o cavalheiro Roberto, conde de Nesselrode, seu cavalheiro privado, etc.; e sua magestade britannica, o honradissimo Roberto Steward, visconde de Castlereagh, e cavalheiro da nobilissima ordem da Jarreteira, etc., e o honradissimo sr. Arthur, duque de Wellington, etc., os ditos plenipotenciarios concordaram nos pontos e artigos seguintes:

Artigo 1.<sup>o</sup> Napoleão Buonaparte é olhado pelas potencias, que assignaram o tratado de 25 de março ultimo, como seu prisioneiro.

Art. 2.<sup>o</sup> A sua guarda é especialmente confiada ao governo britannico. A escolha do logar, e a das medidas que melhor podem assegurar o fim da presente estipulação, são reservadas a sua magestade britannica.

Art. 3.<sup>o</sup> As côrtes imperiaes da Russia e da Austria, e a côrte real da Prussia, nomearão os commissarios, que se dirigirão e residirão no logar em que o governo britannico houver designado para residencia de Napoleão Buonaparte, e que sem estarem encarregados da responsabilidade da sua guarda, certificar-se-hão da sua presença.

Art. 4.<sup>o</sup> Sua magestade christianissima será convidado, em nome das quatro côrtes acima designadas, a enviar igualmente um commissario francez ao local da detenção de Napoleão Buonaparte.

Art. 5.<sup>o</sup> Sua magestade o rei do reino unido da Gran-Bretanha e da Irlanda, obriga-se ao desempenho das obrigações que para elle resultam da presente convenção.

Art. 6.<sup>o</sup> A presente convenção será ratificada, e as ratificações trocadas no termo de quinze dias, ou antes se pôder ser.

Em fê do que os respectivos plenipotenciarios assignaram

a presente convenção, e a sellaram com o sêllo das suas armas.

Feita em Paris, aos 2 de agosto de 1815. = (L. S.) *Conde de Nesselrode* = (L. S.) *Castlereagh* = (L. S.) *Wellington*.

## DOCUMENTO N.º 16

(Citado na nota de pag. 181)

Pedido feito pelo governo britannico ao de Portugal, para que no caso da morte de lord Wellington, seja o tenente general sir John Hope quem o substitua no commando do exercito portuguez como marechal general

Pelo officio de v. ex.<sup>a</sup>, n.º 540, datado de 23 de novembro do anno proximo passado, foi presente a sua alteza real, o principe regente meu senhor, o que v. ex.<sup>a</sup> refere, relativamente aos dois importantissimos objectos, sobre que v. ex.<sup>a</sup> tinha tratado em conferencia com lord Castlereagh, sendo o primeiro dos ditos objectos o desejo que aquelle ministro d'estado communicou a v. ex.<sup>a</sup>, que tinha o principe regente do reino unido, de que sua alteza real, o principe regente meu senhor, fizesse constar ao marechal marquez de Campo Maior a sua real vontade de que, no caso de morte, molestia, ou ausencia por qualquer outro motivo do duque de Vittoria do exercito alliado, ficasse revestido dos mesmos poderes de marechal general, que elle tem no exercito portuguez, o tenente general do exercito inglez, que fosse nomeado para lhe succeder, devendo (pelo que o mesmo ministro d'estado depois declarou a v. ex.<sup>a</sup>), recair esta nomeação em sir John Hope; e sendo o segundo objecto da carta de gabinete, que o principe regente do reino unido escreveria a sua alteza real sobre a sua restituição á antiga sêde da monarchia em Portugal, acrescentando v. ex.<sup>a</sup> que lord Strangford receberia ordens para aqui tratar do primeiro objecto, e que deveria apresentar a mencionada carta do principe regente do reino

## DOCUMENTO N.º 18

(Citado a pag. 184)

**Nota de lord Strangford, participando ao governo do Brazil a vinda de uma esquadra ingleza para conduzir o principe regente á Europa, e resposta que a esta nota lhe deu o marquez de Aguiar**

O muito interesse que tem a cõrte de Londres pela prosperidade do reino de Portugal, cuja energia e heroismo têm grandemente contribuido para o triumpho da causa dos alliados, e a vontade efficaz que tem de fazer tudo quanto possa concorrer para cumprir com os desejos de sua alteza real, o principe regente de Portugal, de quem conhece mui bem os sentimentos paternaes para com os seus fieis vassallos da Europa, tem feito crer ao abaixo assignado, que é da sua obrigação tornar ainda a tratar do objecto importante da volta de sua alteza real para Portugal. Havendo o abaixo assignado constantemente apresentado á sua cõrte a persuasão em que estava, de que existia no coração de sua alteza real um desejo mui vivo de se aproveitar da primeira occasião favoravel para recompensar os seus valorosos vassallos portuguezes, por tudo quanto tinham soffrido na sua ausencia, com o maior beneficio que lhes podia fazer, isto é, com a presença do seu adorado soberano; e julgando o governo britannico estar já chegado este momento, procurou immediatamente contribuir com quanto lhe era possivel, para pôr em execução os sentimentos do seu alliado. Fez por consequencia partir o contra-almirante, o cavalheiro Beresford, e esta expedição antes que chegasse a Inglaterra a resposta, que a cõrte do Brazil deu á nota, que o abaixo assignado teve a honra de dirigir a s. ex.<sup>a</sup> com data de 1 de outubro passado. Foi tambem na persuasão da força d'estes sentimentos de sua alteza real, e do desejo ardente que tem de se aproveitar das circumstancias, que a pacificação geral apresenta, para tornar a ver o reino dos seus augustos antepassados, que sua alteza real, o principe regente da Gran-Bretanha, dirigiu a sua alteza real a carta inclusa, que o abaixo assignado



roga a s. ex.<sup>a</sup> queira ter a bondade de entregar a sua alteza real, assim como de receber para si a copia d'ella, que ao mesmo tempo tem a honra de remetter-lhe. O objecto da expedição do cavalleiro Beresford, não tem outro fim senão o de facilitar a sua alteza real os meios de acclerar a sua partida deste paiz, no caso de que julgue conveniente servir-se d'ela. Nem em caso algum ella se deve considerar como uma escola para proteger a pessoa sagrada de sua alteza real; porque seus proprios navios poderiam amplamente exercer este honroso emprego. O abaixo assignado não pôde occultar a s. ex.<sup>a</sup> quão agradavel seria para a sua côrte, que sua alteza real guado pelo seu amor para com a nação portugueza, que tem feito tantos sacrificios, e tantas provas tem dado de uma lealdade mais do que heroica, para defender a sua causa, julgasse agora conveniente aproveitar-se dos meios que a côrte de Londres acaba de pôr á sua disposição, para com elles completar a felicidade da nação portugueza, acrescentando a seus triumphos este de ver dentro d'ella o objecto augusto e querido de todos os seus trabalhos. Com effeito, que prazer não seria o de Portugal, e o do seu fiel e generoso alliado, se visse o restabelecimento do esplendor da antiga sêde da monarchia portugueza! E que satisfação não haveria em ver que não faltava membro algum da grande familia europea, para celebrar a volta da paz e a renovação da ordem social! Que vantagem, enfim, não seria para os interesses de sua alteza real, como soberano europeu, o entrar na metropole dos seus estados, antes da conclusão das negociações importantes que se estão tratando, e d'este modo obviar todos os inconvenientes, que a distancia immensa, que agora separa sua alteza real do theatro d'estas negociações, deve necessariamente causar, não obstante o muito zêlo e fidelidade dos seus alliados! O abaixo assignado roga a s. ex.<sup>a</sup> queira ter a bondade de apresentar esta nota a sua alteza real, e aproveita esta occasião para renovar a s. ex.<sup>a</sup> a segurança da sua mais alta e respeitosa consideração.

Rio de Janeiro, aos 2 de janeiro de 1815. = (Assignado)  
Strangford.



62

**Resposta dada pelo marquez de Aguiar  
à precedente nota**

O abaixo assignado, conselheiro d'estado, ministro assistente ao despacho, e encarregado interinamente da repartição dos negocios estrangeiros e da guerra, depois de ter levado á augusta presença de sua alteza real, o principe regente seu amo, a nota de s. ex.<sup>a</sup> lord Strangford, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de sua magestade britannica, com data de 2 do corrente mez, tem a honra de transmittir-lhe a seguinte resposta, em conformidade das ordens que recebeu do mesmo senhor. Contendo a referida nota de s. ex.<sup>a</sup> as mais sinceras e evidentes demonstrações do vivo affecto, que sua alteza real deve a sua alteza real, o principe regente do reino unido, continuando nos seus desejos de cooperar para a sua volta á Europa, não pôde o mesmo senhor deixar de expressar a sua gratidão, e tomar como uma nova prova d'aquella affeição o ter-se accelerado a partida do contra-almirante, sir John Beresford, para o acompanhar a Lisboa. Entra tambem em consideração para os agradecimentos de sua alteza real, a delicadeza na escolha d'este distincto official, tanto em rasão do seu proprio merecimento, como por ser irmão do bravo e illustre chefe do exercito de Portugal, que o soube conduzir á gloria de vencer um inimigo guerreiro, tendo igualado em disciplina as melhores tropas da Europa. Entre as disposições que occupam a mente de sua alteza real em beneficio de seus estados, nenhuma é tão importante como a restituição da sua real pessoa á antiga sêde da monarchia; voltar ao seu paiz natal, aonde reinaram tantos heroes seus ascendentes, e d'onde saíram para as outras partes do mundo tantos homens, que se fizeram celebres, contribuindo consideravelmente para a civilisação em geral, e para o augmento das riquezas da Europa, por meio das suas navegações, descobertas, conquistas, e estabelecimentos de relações commerciaes; e, chegando á sua patria, achar-se no meio de um povo leal ao seu soberano, e zeloso da honra nacional; e ver-se ao mesmo tempo á frente de um exercito

triumphante, composto de vassallos briosos, que tanto na sua submissão, a mais rigorosa disciplina militar, como na sua bravura, se mostraram dignos descendentes dos antigos portugueses. Semilhante espectáculo é sem duvida o mais plausivel e glorioso que pôde gosar um imperante. Á medida que as forças combinadas das outras potencias da Europa contribuíam, com as de sua alteza real, para debellar as do inimigo, se sujeava o mesmo senhor progressivamente de se appreimar d'aquella feliz epocha em que satisfizesse os seus verdadeiros desejos de patentear com a sua real presença o seu affecto paternal, e a justa gratidão de que o seu animo está occupado para com tão benemeritos vassallos.

Apesar d'estes constantes sentimentos, tão naturaes ao coração de sua alteza real, tem elle resolvido differir por algum tempo a sua retirada para Portugal, persuadido de que esta determinação é, não sómente util e indispensavel para o bem geral da monarchia, de que a Providencia lhe confiou a direcção, mas muito particularmente o é para os interesses dos seus vassallos em Portugal, o que certamente elles hão de reconhecer, em consequencia das providencias que sua alteza real houver de dar, seja para a segurança, seja para a ligação de interesses entre os estados que constituem a mesma monarchia. Entretanto espera o mesmo senhor, que se restaure completamente a tranquillidade do mundo, extinguindo-se o resto das dissensões produzidas por uma revolução, cujos horrorosos effeitos não tem paralelo na historia humana.

Fundado em tão graves considerações, respondeu sua alteza real as cartas, que sua alteza real, o príncipe regente do reino unido, lhe escreveu em 21 de novembro de 1813, e 27 de julho de 1814, e igualmente mandou responder ás notas de s. ex.<sup>a</sup>, que trouxeram as datas de 24 de março, e do 1.º de outubro passado. As respostas a esta ultima amigavel solicitação, que tinha por objecto o saber a determinação de sua alteza real sobre a sua regressão a Portugal, foram conduzidas pelo bergantim inglez *Argelino*, que o ministro britannico havia aqui mandado com esse mesmo destino. Ellas

não tinham, nem podiam ter chegado a Inglaterra, quando sua alteza real viu com admiração um officio do seu embaixador em Londres, datado de 3 de setembro, em que participa simplesmente, que em consequencia do aviso que d'essa carta recebêra o governo inglez, este se determinava a mandar uma esquadra, commandada pelo contra-almirante sir John Beresford, para acompanhar sua alteza real. Uma noticia tão inesperada motivou a nota do abaixo assignado a s. ex.<sup>a</sup>, lord Strangford, em data de 15 dezembro, requerendo a respeito d'ella alguma elucidação. S. ex.<sup>a</sup> respondeu em summa, que não tinha avisado cousa alguma positiva a este respeito, mas unicamente participára por varias vezes os desejos, que sua alteza real manifestava de voltar a Portugal. E ainda que, em data de 3 de novembro, communicou a esta côrte o conde do Funchal, que em conversação com mr. Canning, este lhe dissera que tinha lido o despacho final, em que s. ex.<sup>a</sup>, lord Strangford, pedia a immediata partida da esquadra ingleza. Sua alteza real, apesar d'esta contradicção, e de haver grande differença entre a expressão dos seus desejos, e a declaração da epocha em que lhe convem cumpril-os, se persuade que houve algum mal entendido, d'onde resultou esta accelerada determinação.

O mesmo senhor, tendo já reconhecido a generosidade do seu antigo e bom alliado, pelas precedentes offertas, francamente lhe participou que as acceitaria com gratidão, logo que fixasse a epocha do seu regresso a Portugal, e espera que sua alteza real, o principe regente do reino unido, fique convencido de que sua alteza real não a retarda senão por motivos ponderosos, que lhe devem inspirar esta prudente e necessaria disposição.

O abaixo assignado aproveita esta occasião para reiterar a s. ex.<sup>a</sup>, lord Strangford, os protestos da sua particular estima. — *Marquez de Aguiar*. — Palacio do Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1815.

## DOCUMENTO N.º 19

(Citado na nota de pag. 188)

Participa novamente o marquez de Aguiar a lord Strangford, que não obstante a chegada ao Rio de Janeiro da esquadra ingleza para o transporte de sua alteza real para a Europa, o mesmo senhor persiste em continuar a conservar-se no Brazil

Subiu á real presença do principe regente, meu senhor. O officio de v. ex.<sup>a</sup>, datado de 3 de setembro, com o n.º 616, por primeira e segunda via, no qual v. ex.<sup>a</sup> participa que, em consequencia do aviso que esse governo recebeu de sua alteza real, o principe regente meu senhor, desejava que a esquadra ingleza, que o ha de escortar, fosse logo expedida, e lhe dicesse lord Liverpool, que iam dar essa ordem immediatamente, e que apesar de lhe ser pedido o almirante G. Moore para a commandar, não se atreviam a alterar a nomeação já feita e avisada de sir John Beresford.

Anteriormente, no officio n.º 602, com data de 30 de julho, referiu v. ex.<sup>a</sup> tudo quanto tinha passado n'essa côrte, respectivamente á partida de sua alteza real para Portugal; e pelo brigue que o trouxe, mandou sua alteza real intimar a v. ex.<sup>a</sup> a sua real vontade, e responden a sua alteza real, o principe regente do reino unido, agradecendo a nova demonstração que lhe dava do seu affecto, e participando-lhe que não julgava dever ainda restituir-se á sua antiga residencia. Á vista pois do que se havia passado sobre este assumpto, admirou-se justamente sua alteza real da inesperada deliberação d'esse governo, que v. ex.<sup>a</sup> participa no ultimo dos seus citados officios, da qual não podem deixar de resultar effeitos desagradaveis; e me ordenou que, sem perda de tempo, dirigisse a lord Strangford a nota de que remetto copia a v. ex.<sup>a</sup>, assim como da resposta que elle me deu.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 1811. — *Marquez de Aguiar*. — Para o conde do Funchal.

*P. S.* Acaba de chegar a este porto no dia 28 d'este mez o almirante Beresford, que no dia seguinte foi apresentado a sua alteza real por lord Strangford; nada porém consta de positivo sobre o objecto da sua missão, dizendo-se apenas vagamente, que ella não é para substituir o almirante Dixon. Lord Strangford annunciou ter algumas communições que fazer por esta occasião; mas por ora nada tem dirigido a esta secretaria d'estado.

---

## DOCUMENTO N.º 20

(Citado na nota de pag. 190)

**O governo do Brazil declara subalternas as funcções dos governadores do reino em Portugal, cohibindo-lhes a usurpação do poder que arbitrariamente haviam assumido**

Muitos individuos houve que condemnaram nos governadores do reino as suas aspirações a exercitarem todos os direitos magestáticos de que falla a carta de lei de 23 de novembro de 1674, considerando-se no mesmo caso em que estava o principe regente, pelo impedimento de sua augusta mãe. Pelo teor do decreto de 26 de novembro de 1807, e instrucções a elle annexas, as funcções dos governadores pelo principe regente nomeados, eram de um caracter subalterno ás d'aquelle governo, em que residia a soberania, sendo portanto da mesma natureza da dos vice-reis, governadores e capitães generaes das colonias, emquanto a sêde do governo se achava na Europa. Em consequencia pois d'aquelle decreto e instrucções, os governadores nomeados deram as suas providencias e ordens, expedindo avisos e editaes, que se passavam em seu nome, e eram assignados pelos seus respectivos secretarios. Não fizeram alvarás, cartas de lei, cartas regias, ou decretos, deixando assim de tomar os exteriores da soberania, que lhes não competia. Tal foi a primeira epocha da regencia, ou antes dos governadores do reino, como mais propriamente se lhes chamou, tendo todavia os

seus d'los secretarios commettido o erro de expedirem as ordens, empregando a formula: *Os governadores do reino*, e não a de *os senhores governadores do reino*, visto que jamais secretario algum expedie ordens em nome d'quelle com quem serve, sem lhe dar o titulo de *senhor*, que a civilidade, a pratica, e os estylos do reino exigem. Vindo depois o general Junot, que se intitulava governador de Portugal, e em tudo obrava como se o fosse, tendo ciúme do titulo de governadores do reino, de que usavam os individuos nomeados para este cargo pelo principe regente, deu-lhes a nomeação de *conselho de regencia* nas ordens e decretos que publicava, e lhes encarregava de executar, e fazer executar, denominação de que elles mesmos principiaram a usar, como se pôde ver das gazetas de dezembro de 1807 a fevereiro de 1808, adoptando assim a formula: *O conselho da regencia é servido*, etc., formula com que elles ganhavam muito, segundo as leis e estylos do reino, quando a Junot parecia que os abatia; mas a final, assumindo o mesmo Junot a auctoridade que sempre compete á força, dissolveu o tal chamado *conselho de regencia*, e passou elle mesmo a governar directamente em seu nome, ou em nome do imperador Napoleão, seu amo. Restabelecido posteriormente o governo legitimo em setembro de 1808, e seu secretario, Salter de Mendonça, homem de lei, como era, renovou as portarias da primeira epocha do governo transacto, isto é, empregou nos avisos, assignados por elle, a antiga formula: *Os governadores do reino determinam*, etc.; mas nas portarias, ou decretos em que elles governadores assignavam, a formula era: *Attendendo a . . . , determinamos*, etc. Obrar assim era seguir o exemplo fornecido pela epocha da dominação de Castella, em que tambem houve governadores do reino, delegados do soberano, sem exercitarem a soberania. Obrar assim, era obrar muito regularmente, por ficar sendo conhecido a todos quaes as determinações directas dos governadores, e quaes as que porventura dimanassem do soberano, quando porventura houvesse de ordenar o que bem lhe parecesse.

Com o andar do tempo veio aos secretarios do governo a

idéa de se constituírem em secretarios d'estado, e desde então por diante tudo se começou a transtornar, sendo o mais culpado de tudo isto o secretario Salter de Mendonça, porque sendo homem de lei, como já dissemos, devia respeitar as formulas e saber as praticas. O primeiro exemplo da aberração d'estas praticas foi o que forneceu o alvará de 7 de outubro de 1808 <sup>1</sup>, feito pelo principe regente, como indica a formula: *Eu, o principe regente, faço saber, etc.*, e termina pela assignatura de tres governadores do reino. O certo é que desde 22 do dito mez de outubro em diante os governadores do reino assumiram nos seus diplomas, contra todas as regras da razão e do bom senso, o exterior da soberania, fazendo-se e redigindo-se os decretos como se n'elles fallasse directamente o principe regente, e até fazendo-se cartas regias com a mesma formalidade, isto é, com a mesma redacção e emprego de phrases como se acham nas expedidas pelos reis d'este reino, terminando com a anomala assignatura dos governadores do reino <sup>2</sup>. Os avisos passaram tambem a lavrar-se em nome de sua alteza real, empregando-se a formula: *O principe regente nosso senhor, manda remetter a v. s.ª, etc.* É portanto um facto, que os governadores do reino, desde o citado mez de outubro de 1808 em diante, assumiram sem reboço todos os exteriores da soberania, faltando-lhes só o perfeito conhecimento das formulas proprias a cada um dos artigos, ou ramos da legislação patria, para como tal se constituírem, á vista do procedimento adoptado por elles. Dados pois estes passos, os mesmos governadores passaram até a assumir o poder legislativo, fazendo leis novas, ampliando, declarando, ou revogando as antigas, como bem lhes pareceu, chegando os seus mesmos secretarios a lavrarem avisos, para revogarem as mais respeitaveis leis do paiz, fazendo isto um homem de lei, como era João Antonio

<sup>1</sup> Veja-se a *Gazeta de Lisboa* de 14 de outubro do dito anno, primeiro supplemento.

<sup>2</sup> Veja-se a carta regia de 2 de janeiro de 1809 na *Minerva lusitana* n.º 76, e outras na *Gazeta de Lisboa* de 21 de fevereiro do dito anno.



Salter de Mendonça, que na sua qualidade de procurador geral da corôa, tamanha obrigação tinha de zelar e defender os direitos magestáticos, em vez de os usurpar, ou postergar. A illegalidade d'este procedimento não podia esconder-se aos mais desituidos de conhecimentos juridicos, vendo que existiam duas magestades para o mesmo paiz, uma residente na America, e outra na Europa, e ambas ellas exercendo ao mesmo tempo o poder legislativo, e para que nunca se distinguisse de qual d'estas magestades vinha a determinação que se publicava, o governo de Lisboa chegou até a conservar em segredo as ordens que recebia do Rio de Janeiro, communicando o seu conteúdo ás repartições por avisos em que se dizia: *Sua alteza real é servido mandar*, etc., formula que era ao mesmo tempo a empregada para as resoluções, que emanavam originariamente dos governadores do reino, de que resultava não se poder saber se a medida publicada provinha da magestade que estava na America, ou da que se achava em Lisboa, de modo que os governadores, nem ao menos quizeram adoptar a pratica dos tribunaes do reino, que, quando expedem provisões, sempre no reverso fazem notar a fonte d'onde dimanam, distinguindo-se assim as que proteem de despachos seus, e as determinações regias.

Tão irregular procedimento ainda aqui não parou. Tendo-se estabelecido a casa da supplicação do Brazil, ordenou-se que para ella fossem os recursos, que dos Açores e Madeira vinham d'antes para Lisboa, visto achar-se o reino occupado pelos francezes. Pela installação do governo na capital, e expulsão dos mesmos francezes, expediu-se um aviso á casa da supplicação de Lisboa para que continuasse a tomar conhecimento dos recursos que lhe fossem d'aquellas ilhas, e aos magistrados d'ellas expediu o referido tribunal as necessarias ordens para aquelle fim, de que resultou prohibir o capitão general dos Açores, D. Miguel Antonio de Mello, aos respectivos magistrados a execução do que a tal respeito se lhes ordenava, dando por fundamento a confusão que fazia o governo de Lisboa com a expedição dos seus avisos, sem nunca se poder saber quaes os que provinham directamente



d'elle, e quaes os de determinação da côrte do Rio de Janeiro; mas não foi só o poder legislativo o que os governadores do reino usurparam, pois a si apropriaram tambem o uso do padroado real, provendo igrejas em remuneração de serviços militares <sup>1</sup>, quando os soberanos d'este reino costumavam usar d'este direito, provendo as igrejas do seu padroado em sujeitos previamente examinados e habilitados para ellas, precedendo informação do seu capellão mór, como já dos tempos antigos se acha expresso em *Cabedo de patronatis regio*, coron., cap. xix; mas os governadores do reino entenderam dever exercital-o por seu proprio arbitrio e vontade, desprezando, não só as leis civis, mas tambem as ecclesiasticas. O direito de impor penas tambem foi exercitado pelos ditos governadores na mais larga escala possivel, e em muitos casos immediatamente <sup>2</sup>. Estabeleceram na casa da supplicação dois juizes de commissão para sentencear os réus politicos, cujas culpas elles governadores lhes haviam de remetter <sup>3</sup>, devendo as suas sentenças subir á sua presença para serem por elles revistas, confirmadas ou revogadas, prerogativas de que usaram o mais arbitraria e irregularmente possivel, praticando-se actos da mais flagrante injustiça e insupportavel despotismo. O seu atrevimento subiu a tal ponto, que até chegaram a exautorar das ordens militares alguns dos seus respectivos cavalleiros, bem como a privar das honras aos creados da real casa, como se viu praticado para com o dr. Joaquim Henriques de Paiva. E não só se viu isto, mas até proverem elles um logar de deputado da companhia da agricultura e commissão dos vinhos do Alto Douro n'um cunhado do secretario Salter de Mendonça, sem preceder eleição dos accionistas, formalidade a que os mes-

<sup>1</sup> Veja-se o aviso de 7 de dezembro e o decreto de 15 de outubro de 1809, publicados nas *Gazetas de Lisboa* n.º 31 e 42, de 25 e 29 do mesmo mez.

<sup>2</sup> Decretos de 31 de outubro de 1808 e 27 de janeiro de 1809, impressos nas *Gazetas de Lisboa* de novembro de 1808, e 10 de fevereiro da 1809, primeiro supplemento.

<sup>3</sup> Decretos de 7 de dezembro de 1808 e 26 de janeiro de 1809.

os reis costumavam mandar proceder para os ditos provimentos. Quanto á instrucção publica, crearam uma cadeira de rhetorica na cidade de Guimarães, em que proveram um régua da ordem dos prégadores e conventual d'aquella cidade, sem outra prova mais de merito, a não ser a da coragem que mostrou na perseguição contra os francezes em 1808, como se o provimento das cadeiras do magisterio secundario devesse recompensar serviços militares por mais importantes que fossem.

Consequentemente, é um facto exuberantemente provado, que os governadores do reino, não obstante as restricções que pelo proprio governo do principe regente haviam sido impostas á sua auctoridade, nenhuma duvida tiveram em assumir a si por arbitrio seu as funcções proprias da soberania, e portanto tal qual as havia exercitado o mesmo principe regente no impedimento de sua augusta mãe, e segundo a dita carta de lei de 23 de novembro de 1674. Foi isto mesmo o que logo se deixou ver nas instrucções dadas pelo bispo do Porto para o estabelecimento do governo de Lisboa, dando no artigo 2.º, que na eleição dos novos membros se attendesse ao conteúdo na referida carta de lei de 23 de novembro, que mandava contemplar para a regencia do reino os arcebispos de Braga e Evora. O certo é que desde então foi a todos patente que, ou a ignorancia, ou a ambição tinha feito attribuir ao governo de Lisboa a alta consideração de uma regencia do reino com poderes magestáticos, cousa que se não continha no decreto e instrucções de 26 de novembro de 1807, por que foram nomeados pelo principe regente os governadores do reino por occasião da sua partida para o Brazil, decreto que apenas os constituia n'uma delegação de parte do exercicio da soberania. Similhante procedimento não podia deixar de fazer abalo na côrte do Rio de Janeiro, que para lhe pôr cobro expediu para Lisboa as cartas regias de 2 e 11 de janeiro de 1809, pelas quaes se restringiu ou modificou o poder, que os mesmos governadores tão arbitrariamente tinham assumido. O resultado d'isto foi o representarem elles ao principe regente contra taes cartas regias,

deter os nossos navios legitimamente empregados no trafico dos escravos, em virtude do nosso ultimo tratado, e que outrosim se procedesse á indemnisação pura e plena, a que o terceiro artigo secreto do mesmo tratado nos auctorisava; recebemos sobre ambas estas instancias a resposta satisfactoria; quanto á primeira, a promessa de escrever n'esse sentido a mylord Liverpool; e quanto á segunda, o reconhecimento da obrigação allegada, que a Inglaterra não recusasse de preencher. Sem embargo d'isto, e não obstante achar-se o ministro de sua alteza real em Londres encarregado de fazer ahi as reclamações competentes, quanto á indemnisação devida; julgámos acertado passar sobre este ultimo ponto a nota annexa, letra A, porque, achando-se mylord Castlereagh aqui, este passo contribuiria a facilitar o bom exito da negociação de Cypriano Ribeiro Freire com lord Liverpool em Londres.

Sobre o negocio da ilha de Santa Helena, foi lord Castlereagh que fallou primeiramente, dizendo que em consequencia da sua promessa, nos prevenia de que o embaixador de Hespanha lhe havia entregue uma nota, reclamando em nome do seu governo o direito de mandar um commissario para junto de Buonaparte. Deu-nos claramente a entender, que, admittida a Hespanha, quanto á sua reclamação, tambem nós o seriamos, quanto á nossa; mas observou igualmente que sem um ordenado de 2:000 libras esterlinas, não era possivel que um commissario podesse viver n'aquella ilha, segundo o que lord Liverpool lhe escrevêra, para instrucção dos alliados. Em virtude d'isto, transmittimos-lhe a nota que v. ex.<sup>a</sup> achará inclusa debaixo da letra B, persuadidos de que, obtendo o salvar o decoro do soberano, e o pundonor nacional, sua alteza real podia depois, como julgasse mais conveniente, ou mandar um commissario portuguez, ou commetter a algum dos das outras potencias, ou deixar de fazer uma e outra cousa.

A respeito da parte proporcional, que pretendiamos ter na distribuição da contribuição imposta á França, a titulo de indemnisação pelos gastos da guerra; sobre isto recusou-se

lord Castlereagh *in limine* a entrar na menor discussão, dizendo-lhe laconicamente, que nem um só real se nos daria. Isto não obstante fizemos-lhe ver, que mesmo sem fallar nos poderosíssimos, e bem conhecidos motivos que tinhamos para sermos indemnizados, cingindo-nos estritamente ao principio adoptado para a imposição e distribuição da contribuição actual, que era cobrir meramente os gastos d'esta ultima guerra, nós tinhamos um direito incontestavel a recebermos a quota que pretendiamos, pois que haviamos feito da nossa parte um serio desembolso, em rasão dos governadores do reino terem procedido a apromptar (como se via da nota de D. Miguel Pereira Forjaz a mr. Canning, em data de 23 de anno passado), os 30:000 homens estipulados na nossa accessão ao tratado de 25 de março d'este anno, o que se fez em virtude da promessa do governo britannico, communicada officialmente aos ditos governadores, de que tanto com relação ao transporte, como á paga, vestuario e sustento do nosso contingente, ficava a sua despesa por conta de Inglaterra. Este argumento motivou um ataque vivissimo de mylord Castlereagh contra a conducta dos governadores, relatingo até a estes se não haverem prestado a mandar fazer o embarque, que o governo britannico lhe havia pedido, em consequencia d'esse mesmo tratado. Nós repellimos com força e verdade o rasgo de lord Castlereagh, fazendo-lhe observar a natureza e limite de poderes de um governo delegado, assim como tambem a nullidade da obrigação de um tratado antes da sua ratificação. Sem replica ás nossas razões, contentou-se mylord em chamal-as especiosas: aconselhou-nos a não dar passo algum official a bem da nossa pretensão, porquanto certos de não obter cousa alguma, por não termos contribuido para a guerra, só nos poderiamos comprometter chamando á memoria a recusa tão desagradavel, e queria ver no procedimento dos governadores do reino uma prova evidente de mudança de sentimentos do nosso governo para com a Inglaterra, a que elle dava a côr de ingratitude. Mostrámo-nos firmes na nossa resolução de passar, não obstante uma nota a este respeito, allegando-lhe a

nossa responsabilidade, e pozemo-nos em campo para defender o nosso governo da injusta imputação que se lhe fazia.

No decurso da discussão que então começou, viemos claramente no conhecimento de que o não terem os governadores do reino mandado embarcar o nosso contingente sobre a simples reclamação do governo britannico, fundada na nossa accessão ao tratado de 25 de março; a prorrogação do privilegio da companhia dos vinhos do Alto Douro, e a continuação da estada de sua alteza real no Brazil, sem embargo de todos os esforços da Inglaterra para a sua volta para Portugal, eram as tres cousas que profundamente feriam os inglezes, e sobre que elles não podiam fallar de sangue frio. Lord Castlereagh foi tão longe no seu fogo, que nos disse abertamente, que tinha sido na intenção de mostrar a sua alteza real o resentimento do príncipe regente do reino unido, que este lhe não mandára a ordem da Jarreteira; e que também pelo mesmo motivo a Inglaterra se propunha de não mandar ministro, quer para Portugal, quer para o Brazil, mas tão sómente conservar os encarregados de negocios que abi se achavam, porque era melhor viver em indifferença publica connosco, do que em amisade suspeita; acrescentou que o duque de Wellington, mr. Canning, lord Beresford, sir Carlos Stuart, o ministerio, a nação, e até mesmo o regente estavam persuadidos da mudança de sentimentos da nação portugueza para com a ingleza, e ainda mais do governo portuguez; que fizessemos o que quizessemos, que a Inglaterra se não embaraçaria connosco. Nós ouvimos com socego, e replicando primeiro ás accusações, desfizemos o que dizia respeito á recusa de embarcar tropas pelo modo acima indicado. A segunda repellimos-a, observando a mylord que a prorrogação da companhia dos vinhos do Alto Douro não era uma contravenção arbitraria ao tratado de commercio de 1810, assás roto pela Inglaterra desde o seu principio, porquanto nunca o governo portuguez tinha entretido a menor duvida sobre o direito que elle, em virtude d'esse mesmo tratado, possuia de prorogar ou não os privi-

legios da referida companhia, como constava bem evidentemente da volumosa correspondencia official entre as duas côrtes a tal respeito. O terceiro artigo da accusação, allegando a necessidade de deixar com vigilancia tomar pé nos novos estabelecimentos, que sua alteza real havia creado n'esse vasto imperio, para consolidar o bem dos seus vassallos através do delirio revolucionario em que se achavam os nossos vizinhos, coincidindo com isto igualmente as ondas da incerteza em que o estado da Europa estava ainda envolvido, e sobretudo com a politica de sua alteza real, de que ninguem era melhor juiz do que elle.

Passando ao ponto da ordem da Jarreteira, e de sómente se conservarem encarregados de negocios, quer em Portugal, quer no Brazil, dissemos-lhe sem reboço, que era pequeno e indecoroso o modo por que o principe regente do reino unido queria mostrar a sua indifferença ao principe regente de Portugal, visto que a reciprocidade na troca de ordem era uma polidez recebida entre os soberanos, e que o faltar a esta polidez era uma desattenção pessoal, impropria do regente da Gran-Bretanha, e que o resentimento do governo, emquanto a não se mandar ministro para junto de sua alteza real, pelo motivo que mylord nos dava, era prova de uma susceptibilidade bem alheia do character de uma grande nação. Quanto á indifferença da nação portugueza para com a nação ingleza, e da supposta frieza do nosso para com o governo britannico, era necessario, lhe representámos, não confundir uma cousa com outra. Que nós não negavamos que a primeira existisse, nem o contrario seria possível, sem que a nação tivesse inteiramente perdido todo o sentimento de nacionalidade. Os dois tratados de 1810; as exações que o nosso commercio experimentava dos corsarios inglezes, sem que se fizesse attenção ás suas justas e repetidas queixas em momento em que o sangue portuguez vertia juntamente com o inglez, não já para a restauração de Portugal, mas para de mãos dadas promover o feliz exito da boa causa que a Inglaterra capitaneava; a pouca delicadeza com que se attendia á independencia nacional; o con-

tinuo lançar em rosto a uma nação reconhecida, mas inferior em força á sua alliada, se bem que sua companheira na gloria militar, que sem o seu auxilio nunca jamais ella se teria libertado; que sem os seus officiaes nunca jamais o seu exercito se teria distinguido, e que até mesmo deixaria de ser exercito, abandonando os seus officiaes o serviço portuguez, e isto quando Portugal incensava grato a Inglaterra; quando fazia o maior sacrificio que uma nação póde fazer, a do seu amor proprio nacional; quando sentia as suas forças, quando testemunhava os grandes feitos das suas tropas, exposto, não obstante, a ver-se roubado de uma grande parte da gloria que lhe pertencia; eis-aqui o que sobretudo contribuiu para amornar os sentimentos da nação.

Quanto ao governo portuguez, sem embargo da conducta e da correspondencia official de lord Strangford, não obstante o artigo 10.º do tratado de Paris, depois de uma guerra tão gloriosa, e de tantos sacrificios nossos, independente de não ousarmos guardar a Guyenna, e de nos devermos contentar de promessas vagas para a obtenção de Olivença, e de não conseguirmos, quer indemnisação pelas grandes perdas que soffremos, quer como recompensa, como outras nações menos activas na grande luta, alcançaram pela poderosa influencia da Gran-Bretanha, nem por isso deixou elle de testemunhar inalteravelmente ao governo britannico a mesma amisade e confiança, que sempre lhe patenteára; e nos mesmos órgãos das intenções do soberano tinhamos repetidas vezes declarado a mylord o empenho, que o principe nosso amo punha na conservação da alliança e da amisade do seu antigo alliado, sem lesão todavia do seu decoro e da independencia nacional, e nos lisonjeavamos de haver no decurso das nossas negociações em Vienna dado a s. ex.<sup>a</sup> provas incontestaveis dos verdadeiros sentimentos do nosso para com o governo britannico, que bem demonstram a opinião da pessoas que elle nos citava, cujo parecer podia em grande parte ser devido a intrigas do lord Strangford. Mylord Castlereagh ouviu com grande attenção e sem enfado quanto lh diziamos, e sem responder á nossa replica, confessou-no



com ingenuidade, que elle se louvava muito da nossa conducta para com elle, e que via na convenção e tratado, que se haviam ratificado, um caminho aberto para a conservação da boa intelligencia entre os dois governos. Foi mesmo a ponto de nos dar claramente a entender, que estava prompto a pôr por terra o ultimo tratado de commercio, e fazer outro logo que voltasse para Londres. Este final, unido ao bom modo por que lord Castlereagh nos trata, e a confiança que nos mostra, fez-nos pensar que as queixas do governo britannico, e o azedume que n'ellas se põe, são mais depressa arrufos, tendentes a intimidar-nos, e ver se assim dobremos outra vez o pescoço ao antigo jugo, do que indicio de existencia de um novo systema politico de Inglaterra a nosso respeito; e estamos persuadidos de que procedendo o nosso governo sem vacillar, com a firmeza moderada e digna que tem mostrado, os inglezes se deshabituarão pouco a pouco das suas pretensões para comnosco, que postos então em um pé de igualdade com elles, poderemos assim tirar muito maior vantagem da sua alliança.

No entanto uma das cousas em que a Inglaterra parece pôr o maior empenho é a volta de sua alteza real para a Europa, e, surda a todas as razões, não faz senão fallar de que o principe regente de Portugal parece intentar excluir-se da lista das potencias europeas. Este empenho tem todo o ar de leonino. Resta-nos agora expor a v. ex.<sup>a</sup> o que mylord Castlereagh nos disse confidencialmente sobre o estado das negociações pendentes. Affirmou-nos que o trabalho dos plenipotenciarios das quatro grandes potencias estava quasi concluido, e que, logo que estivesse prompto para se entregar á França, se communicaria aos alliados, para ver se o queriam ou não assignar, pelo mesmo modo por que se havia assignado o tratado de París. Fallou-nos de que era ali questão de uma contribuição, que se exigia da França, a titulo de indemnisação unicamente pelos gastos d'esta ultima guerra, e da qual se excluïam a Hespanha, Portugal, Suecia e Dinamarca, por não terem effectivamente concorrido a tempo com os seus contingentes, e intimou-nos que se exi-



giam algumas praças fortes da fronteira, e que se deixava um exercito alliado de 200:000 homens em posição convencionada, para segurança de todos; mas que a península ficava fóra d'este ultimo ajuste, por se não carecer de tropas do lado dos Pyrenéus. Sobre este ultimo ponto observámos-lhe que esta exclusão, sem consentimento dos plenipotenciarios portuguezes, era indecorosa para Portugal, por haveremos pela nossa accessão ao tratado de 25 de março contrahido reciprocamente com as demais potencias a alliança defensiva do tratado de Chaumont, que só terminava passados vinte annos, alliança de que, sem nosso consentimento, ninguém tinha direito de arbitrariamente nos excluir. Que, demais, a offensa que se dava à Hespanha, não podia deixar de a forçar a uma alliança íntima com a França, e que em tal caso, abandonados nós na extremidade da Europa, nos veríamos obrigados talvez a adoptar a politica que as quatro grandes potencias, pela exclusão arbitraria da península da sua alliança, nos parecia preservar. Esta observação fez algum effeito em mylord, que immediatamente nos respondeu, que a Inglaterra garantia Portugal. Á vista d'isto, bem póde v. ex.<sup>a</sup> julgar quão continental a Inglaterra se tem feito, quão pouco contempla a península, e que mudança parece querer estabelecer-se no systema do equilibrio politico da Europa. E portanto que sua alteza real não deixará de estender e modelar a sua politica segundo as circumstancias, e de projectar em grande, e concluir opportunamente aquellas allianças, que o bem dos seus vassallos, a gloria e independencia dos seus reinos reclamarem da sua paternal vigilancia. Os grandes grupos, que na Europa se formam, tendentes a concentrar as forças, e a estabelecer unidade, e dar consideração politica às grandes divisões territoriaes geographicas de que ella se compõe, parecem exigir que a península, á imitação da Allemanha e da Italia, busque identificar quanto possivel os seus interesses, a fim de que os dois soberanos d'ella ganhem, de commun accordo nas transacções europeas aquelle peso, e mantenham aquella influencia, que as forças e a dignidade de ambas imperiosa-

mente requerem, e de que isolados, ou isolando-os, os outros os privam, ou intentam privar.

Ousámos fazer esta representação, por julgar que o nosso dever nos-o prescreve.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> muitos annos. Paris, 26 de setembro de 1813. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. marquez de Aguiar. = *Conde de Palmella* = *Joaquim Lobo da Silveira*.

---

## DOCUMENTO N.º 22

(Citado na nota de pag. 122, e na pag. 191)

Este documento é o mesmo do n.º 9-B, já atrás citado, e que por engano aqui se repetiu com o n.º 22.

---

## DOCUMENTO N.º 23

(Citado a pag. 195)

**Reclamação da quota parte dos despojos da guerra da península,  
para serem distribuidos ao exercito portuguez**

Em conformidade do que referi a v. ex.<sup>a</sup> no meu anterior despacho n.º 35, sobre o proposito firme em que está sua alteza real, o principe regente meu senhor, de reclamar do governo de sua magestade britannica a quota parte, que dos despojos tomados aos francezes em Portugal, Hespanha e França, deve caber ao exercito portuguez, manda o mesmo augusto senhor remetter por copia a v. ex.<sup>a</sup>: 1.º, o requerimento dirigido pelo feld marechal duque de Wellington, e o exercito do seu commando, ao conde de Bathurst, para o fim de reclamar o valor da propriedade publica, que o dito exercito apprehendêra; 2.º, o mappa do valor d'essa propriedade, e que monta a libras 916:450-2-6 1/2 pence; 3.º, uma memoria do marechal marquez de Campo Maior, sobre esta

e outras reclamações, a que o exercito portuguez do seu commando tem o mais inquestionavel direito.

Pela leitura d'estes tres bem circumstanciados documentos, ficará v. ex.<sup>a</sup> plenamente informado d'este importante negocio, e por certo maravilhado do menospreço em que teve o governo britannico os extraordinarios e efficazes esforços das armas portuguezas, as quaes, havendo tido igual (e em algumas occasiões maior) parte nos perigos e males da guerra, não tiveram jamais partilha igual nas vantagens d'ella. Cincoenta peças das tomadas em Vittoria, e 20 a 30:000 pesos duros (parte do dinheiro que n'esse mesmo logar se tomou ao inimigo), foram os unicos despojos que tocaram ao exercito de Portugal em todo o decurso de seis annos, em que pelejou combinadamente com o de sua magestade britannica; e ainda a desigualdade d'esta partilha foi tão escandalosa, que recebemos nós cincoenta peças de artilleria, e os hespanhoes cento e cincoenta! Por onde se patenteia que este rateio não foi regulado, nem na rasão do numero dos combatentes, nem da superior importancia da sua cooperação, d'onde resulta que o exercito portuguez, que era mais numeroso que o hespanhol, ficou muito lesado.

Não obstante, porém, a manifesta lesão que soffreu o exercito de Portugal n'este rateio, isto mesmo prova que o general, chefe britannico, reconhece o direito que tem o nosso exercito de ser contemplado na repartição dos despojos tomados, e de reclamar a parte que lhe deve competir em uma rasão que se ha de ajustar, visto que sobre esta materia se omittiu fazer anteriormente uma convenção especial, e foi n'esta intelligencia que o duque de Wellington, no sobredito requerimento, dirigido a lord Bathurst, computou o exercito do seu commando em 100:000 homens, numero este que a todas as luzes comprehende, tanto o exercito portuguez, como o hespanhol, por isso que o exercito inglez na península jamais chegou a metade do numero especificado. Demais, o mesmo duque havia convindo no anno de 1813, de repartir em quatro partes iguaes os despojos que se houvessem de tomar; a saber: duas para o exercito da sua pa-

ção, uma para o portuguez, e outra para o hespanhol, como porque este por muito tempo antes, e em muitas occasiões não cooperasse, tal foi entre outras a da batalha de Orthez, e como quer que o duque de Wellington confesse que esta batalha decida a queda de Bordeaux, e outrossim seja facto muito recente e notorio, que foi o exercito portuguez (com-mandado pelo marechal marquez do Campo Maior, e composto somente de uma terça parte de tropas inglezas), o que entrou naquella cidade, e apprehendeu todos os effectos mencionados nos artigos 3.º, 4.º, 5.º e 6.º do mappa junto, e que são avaliados em libras 446:305-13-7 1/2 pence, é manifestoque não sómente a razão, que se deve convencionar para a partilha dos despojos em questão, deve ser a da respectiva força numerica dos tres exercitos combinados, sendo que a do portuguez e inglez estava antes da batalha como 27 para 42, e sempre continuasse n'esta proporção: mas tambem que a dita partilha deve ter unicamente logar entre os exercitos que taes despojos houverem tomado, devendo por consequente o exercito hespanhol não ser contemplado na distribuição d'aquelles despojos tomados, ou antes da sua incorporação, ou sem a sua cooperação, como foram os de que acima fiz menção.

E portanto sua alteza real servido, que instruido v. ex.ª de quanto acabo de referir-lhe, e de tudo mais que nos documentos se contem, passe, sem perda de tempo, a reclamar officialmente perante o governo de sua magestade britannica a parte dos despojos a que o exercito de sua alteza real tem o mais decidido direito.

Assegura o marechal general, marquez de Campo Maior, que o ministerio britannico tem já admittido a reclamação feita pelo duque de Wellington, e o exercito de Portugal, e tem expedido as ordens necessarias para se lhe pagar a somma redonda de 800:000 libras, como valor estimado de todos os despojos por elle apprehendidos e reclamados. Isto supposto, logo que o governo britannico tiver, como lhe cumpre, reconhecido o direito que tem o exercito de Portugal a intervenir na distribuição das 800:000 libras referidas, deve

v. ex.<sup>a</sup> passar a ajustar a rasão em que esta somma deve ser rateada entre o exercito combinado, a qual jamais deverá ser a da divisão em quatro partes iguaes, uma vez que foi tão desigual a respectiva cooperação dos tres exercitos reunidos, e que o hespanhol se combinou sómente a final, e cooperou muito pouco, e em muito menor numero. Por todos estes motivos a quota parte, que se ha de conventionar, deve ser proporcionada á força numerica de cada um corpo, e á parte mais ou menos activa que tomou na guerra, e é n'esta mesma rasão, que se acaba de fazer em París a partilha da contribuição pecuniaria entre as potencias alliadas. .

Por occasião d'esta reclamação espera o principe regente meu senhor, que o ministerio de sua magestade britannica se desabusará, supposto o saldo devido pelo governo de Portugal ao commissariado inglez, e que falhará necessariamente o mencionado pretexto com que se pretendia embargar, ou empatar o pagamento (que já se não pôde dizer prompto) das 300:000 libras estipuladas para indemnisação dos navios portuguezes, tão escandalosamente capturados pelos cruzadores britannicos.

Cumpre-me prevenir a v. ex.<sup>a</sup> de que não é conveniente que v. ex.<sup>a</sup> no principio d'estas reclamações se sirva e allegue por escripto a auctoridade do marechal general, marquez de Campo Maior, o que poderá ter logar sómente no caso d'este negocio tomar, como não é de esperar, uma face mais contenciosa.

V. ex.<sup>a</sup> transmittirá por via segura ao encarregado de negocios de sua alteza real em París os despacho que para elle agora se expedem.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro de 1816. = *Marquez de Aguiar*. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Cypriano Ribeiro Freire.

**Resposta dada por este ministro ao precedente officio**

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — O despacho de v. ex.<sup>a</sup>, n.º 40, me participa o proposito firme em que está o principe regente nosso senhor, de reclamar do governo de sua magestade britannica a quota parte dos despojos tomados aos francezes em Portugal, em Hespanha e França, que deve caber ao exercito portuguez, remettendo-me para esse effeito, e minha instrucção, o fundamento da reclamação, que o mesmo augusto senhor me ordena de fazer, os seguintes circumstanciados documentos: 1.º, o requerimento dirigido pelo feld marechal duque de Wellington, e o exercito do seu commando, ao conde de Bathurst, para o fim de reclamar o valor da propriedade publica, que o dito exercito apprehendera; 2.º, o mappa do valor d'essa propriedade, e que monta a libras 916:450—2—6  $\frac{1}{2}$ ; 3.º, uma memoria do marechal marquez de Campo Maior, sobre esta e outra reclamação, a que o exercito portuguez do seu commando tem o mais inquestionavel direito.

Este despacho de v. ex.<sup>a</sup> põe na sua verdadeira luz a justiça da reclamação, e a quota parte proporcional que deveria competir ao exercito portuguez das 800:000 libras votadas, e concedidas por este parlamento, e que de justiça deveriam ser rateadas na razão do numero relativo dos combatentes, e da importancia da sua cooperação, e parte que gloriosamente tiveram nas repetidas acções e successos da guerra. Dos despojos apprehendidos ao inimigo, no decurso de seis annos, de que se apropriou o exercito britannico, não recebeu Portugal senão a desproporcionada e mesquinha parte de cincoenta peças das tomadas em Vittoria, e 20 a 30:000 duros. quando á Hespanha se entregaram cento e cincoenta peças de artilheria. E o que de mais é, que a representação feita por parte do exercito britannico a este governo, e dirigida ao secretario da guerra, conde de Bathurst, computa o exercito, para o qual reclama uma indemnisação pelos despojos tomados ao inimigo, e apropriados ao serviço britannico, em 100:000 homens, quando evidentemente se mostra que o

exercito inglez jamais chegou a metade do numero especificado, e antes da batalha de Vittoria se achava na proporção de 42 a 27 com o portuguez. E as mesmas munições e provimentos apprehendidos ao inimigo, se d'elles recebeu alguma parte o exercito portuguez, lhe foi lançada em conta como fornecimento que devia satisfazer.

Plenissimamente instruido, pois, por v. ex.<sup>a</sup> sobre este importante negocio, e convencido da justiça que assiste a Portugal para uma tão fundada reclamação, a que indubitavelmente tem direito, havendo o seu exercito sido privado da parte que lhe devia pertencer, e ser distribuida dos despojos de toda a qualidade apprehendidos ao inimigo; assim mesmo tenho o desgosto de informar a v. ex.<sup>a</sup> que as 800:000 libras foram votadas por este parlamento, restrictamente para o exercito britannico, commandado pelo feld marechal duque de Wellington, que serviu debaixo das suas ordens desde o anno de 1809 até o de 1814 inclusive, como será presente a v. ex.<sup>a</sup> do documento incluso, publicado por autoridade da secretaria da guerra, annunciando a distribuição d'esta remuneração nacional aos commandantes, officiaes, officiaes inferiores, e soldados do mesmo exercito, que serviram nas differentes acções e campanhas em Portugal, Hespanha e França, e cujos pagamentos me informam acharem-se concluidos e satisfeitos a quasi todo o exercito.

Receio consequentemente que nada se obtenha d'esta reclamação, e que este governo pretenderá que toca a cada potencia compensar o seu exercito, não obstante o facto de ter a Inglaterra ficado com todos os despojos, e que se eximirá d'esta contribuição, allegando o destino positivo e restricto do voto do parlamento a favor do exercito britannico, e cuja somma não ficára a seu arbitrio applicar, ou destinar ao exercito de alguma das outras duas nações cooperadoras e alliadas.

Assim mesmo, conforme as ordens do principe regente nosso senhor, passarei uma nota de reclamação a este governo, ainda que pouco esperançado no seu successo; mas

para que assim mesmo conste o direito e fundamento d'esta justa reclamação de Portugal, e se manifeste o abandono em que este ministerio tem tratado, e trata os nossos interesses, e a pouca contemplação que lhe tem merecido um seu alliado, o mais antigo, constante e fiel, e que nas circumstancias as mais apuradas, lhe deu decisivas provas da sua adhesão e firmeza, e da religiosa inviolabilidade dos seus principios, amizade, e caracter nacional.

Se todos os despojos, e presas feitas ao inimigo, tivessem sido distribuidos proporcionalmente aos exercitos alliados, então pareceria competir a cada uma das potencias alliadas contemplar respectivamente cada uma o seu exercito com a remuneração que lhe arbitrasse; mas receber e apropriar-se a Inglaterra de todas as presas, despojos, munições de guerra, proventos, e mais generos apprehendidos e tomados nos successos das batalhas, sitios, rendimentos de praças, e campanhas em que Portugal teve uma parte mui distincta, gloriosa e decisiva, sem compensação alguma, e applicar aquelle valor, estimado na somma de 800:000 libras, unicamente ao exercito britannico, repugna aos principios de justiça, de direito e de contemplação, que Portugal devia esperar da Gran-Bretanha, como confiára com a maior generosidade e segura boa fé.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Londres, 6 de maio de 1816. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. marquez de Aguiar. — *Cypriano Ribeiro Freire*.

N. B. Esta materia deu logar a uma aturada correspondencia com o governo inglez, que o leitor poderá ir ver no principio do vol. xi do *Supplemento aos Tratados* do visconde de Borges de Castro.



## DOCUMENTO N.º 24

(Citado a pag. 193)

**Nota do conde de Palmella, dirigida a lord Castlereagh, em resposta á que este ministro lhe enviára, exigindo de Portugal o pagamento das despesas que occasionára a construcção das linhas de Torres Vedras em 1810**

Londres, 8 de abril de 1817.—O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de sua magestade fidelissima, recebeu a nota que s. ex.<sup>a</sup> mylord Castlereagh, principal secretario d'estado de sua magestade britannica na repartição dos negocios estrangeiros, lhe dirigiu na data de 3 do corrente, na qual s. ex.<sup>a</sup> lhe fez a honra de o informar de que, examinando a conta das despesas feitas pelo governo inglez durante a guerra da península, encontrou um *item* de libras 255:793-0-9 <sup>3</sup>/<sub>4</sub> esterlinas, gastas com a construcção e manutenção da linha militar, estabelecida para a defeza do terreno, que vae desde Torres Vedras até á margem do Tejo no anno de 1810, debaixo das ordens do sr. duque de Wellington. S. ex.<sup>a</sup> acrescenta que a construcção d'estas linhas, tendo um resultado da maior importancia para Portugal, e contribuido poderosamente para a libertação d'este reino, parecia-lhe justo que as despesas occasionadas por esta medida fossem, senão inteiramente custeadas, pelo menos partilhadas n'uma grande parte pelo paiz que d'ellas retirou tão grandes vantagens. S. ex.<sup>a</sup> termina a sua nota convidando o conde de Palmella em levar sem demora o conteúdo ao conhecimento da sua còrte, a fim de que ella possa enviar as instrucções necessarias aos governadores do reino de Portugal, para que, verificadas as contas que lhe forem presentes sobre este objecto, procedam á liquidação da parte d'esta somma, que de boa fé parecer dever ser posta a cargo de Portugal.

O conde de Palmella começa por assegurar a mylord Castlereagh, que transmittirá á sua còrte, na primeira occasião,

a nota acima mencionada. Prevê elle todavia que será recebida pelo ministerio do Brazil com um grau de espanto, pelo menos igual áquelle que produziu ao abaixo assignado.

Ninguém pôde pôr em duvida as immensas vantagens que a construção das linhas de Torres Vedras trouxeram para o bom successo da guerra da península; mas esta medida não foi todavia tomada de accordo com o governo de Portugal, nem adoptada por sua magestade fidelissima, cujos subditos fizeram toda a dita guerra, e notavelmente a campanha de 1810, de que se trata, soffrendo perdas e sacrificios, que se devem ter como havendo já pago todas as despesas que d'elles se deviam exigir, e tanto mais quanto que o resultado d'esta campanha, assim como o de toda a guerra, foi tão vantajoso para a Inglaterra como para Portugal. O abaixo assignado não pretende, por meio d'estas observações, diminuir o peso das obrigações que Portugal deveu durante toda esta guerra á generosidade britannica; mas pensa que este mesmo espirito de generosidade exige que se lhe não anteponham novas reclamações, pois que admittido uma vez semelhante principio, ellas se multiplicariam ao infinito.

Quanto ás linhas de Torres Vedras, não precedeu accordo algum feito entre os dois governos, pertencendo a direcção e a responsabilidade da medida inteiramente ao duque de Wellington, e sendo tambem o final triumpho um resultado d'ella, não parece justo obrigar agora o governo portuguez a pagar a respectiva medida, depois de sete annos de silencio a semelhante respeito.

Finalmente, o abaixo assignado aguardará, como já teve a honra de annunciar, as ordens da sua cõrte, e de prompto transmittirá a resposta a s. ex.<sup>a</sup>, mylord Castlereagh, a quem no emtanto pede queira acceitar a segurança da sua mais subida consideração. — A s. ex.<sup>a</sup>, mylord Castlereagh. =  
(Assignado) *Conde de Palmella.*

prosperidade d'elles, não desprezava, mas antes procurav  
 ouvir os votos e sentimentos de pessoas mais versada  
 n'aquella parte, que mais respeita aos interesses nacionaes  
 e que mais podem decidir da sua prosperidade, ou decaden  
 cia, não se havendo ainda concluido uma tal averiguação  
 que comtudo se espera esteja em poucos dias finalizada  
 se começarão então logo as conferencias com lord Stran  
 ford sobre os objectos de que está encarregado de trata  
 n'esta côrte, visto que contra toda a especulação transferi  
 para aqui a negociação, que por tanto tempo ali se tratou  
 Entretanto me limito a prevenir a v. ex.<sup>a</sup>, que na discussã  
 de tão complicados interesses, não deixará sua alteza rea  
 de recommendar ao seu ministro, que empregue no trat  
 d'estes importantes negocios toda aquella franqueza, ba  
 fé e conciliação, que são proprias dos vinculos de ami  
 sade e alliança, que subsiste entre as duas corôas, e de  
 vivos desejos que sua alteza real tem de os estreitar mai  
 e mais.

Emquanto ao que v. ex.<sup>a</sup> expõe, relativamente á neces  
 sidade urgentissima de se lhe remetterem os plenos poderes  
 e amplissimas instrucções, para poder tratar definitivamente  
 estes assumptos, já v. ex.<sup>a</sup> terá visto, com a recepção de  
 meus despachos n.ºs 116, 117 e 121, e dos plenos poderes  
 que os acompanharam, que d'aqui se havia já prevenido  
 antecipado esta medida. tratando-se de todos aquelles obje  
 ctos anteriores e subsequentes, de que até então se tinha  
 aqui conhecimento.

Não podia tambem deixar de desagradar muito a sua al  
 teza real a participação que v. ex.<sup>a</sup> lhe faz, de que não ha  
 em Inglaterra um só artigo do tratado, executado como  
 devia ser a favor dos portuguezes, quando aqui se tem pro  
 cedido com o maior escrupulo e vigilancia, para que estric  
 tamente se observe tudo quanto n'elle se estipulou a favor  
 dos vassallos inglezes; e como v. ex.<sup>a</sup> reconhece no seu c  
 tado officio, que no Brazil não se pôde saber o que padecem  
 os portuguezes em Inglaterra, e que este conhecimento se  
 em Londres se pôde ter, a v. ex.<sup>a</sup> cumpre pois fazer toda

aquellas representações que convem, para que se effectuem as estipulações do tratado que se acham por observar.

Dens guarde a v. ex.<sup>a</sup> Palacio do Rio de Janciro, 6 de outubro de 1813. — *Conde das Galreias*. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conde do Funchal.

## DOCUMENTO N.º 26

(Citado na nota de pag. 198)

Porta regia para o conde de Trancoso (marechal Beresford), ampliando-lhe as suas prerogativas para obstar ás deserções, proceder ao recrutamento, castigar os omissos, e reformar as milicias e as ordenanças

Conde de Trancoso, do meu conselho, marechal commandante em chefe dos meus exercitos reaes, amigo. Eu o príncipe regente vos envio muito saudar, como aquelle que prezou. Sendo-me constante a necessidade que ainda ha, de me novamente vos renove a approvação, que sempre tinha tido aos vossos gloriosos esforços, com que tendes recreado o meu exercito, e o tendes elevado ao grau de perfeição que eu desejava, para que mostrasse, não só igualdade, mas até superioridade sobre o exercito francez; e que os successos das campanhas de Portugal o tem verificado, fazendo-se os exercitos portuguezes e inglezes invenciveis, debaixo das ordens do marechal general conde de Vimeiro, lord Wellington, commandante em chefe dos exercitos alliados e das nossas; e sendo-me igualmente presente, que vós desejaveis ser mais especificadamente auctorizado para dardes algumas posteriores providencias a respeito de objectos muito importantes, seja para corpos do meu exercito, seja para admissão e manutenção do mesmo exercito em campanha, e posto que em taes materias já vos tivesse inteiramente auctorizado, contudo sempre julguei dever-vos repetir as minhas reaes ordens, para que, de acordo e perfeito conhecimento com o marechal general, commandante em chefe dos exercitos al-

liados, conde de Vimeiro, lord Wellington, possaes das as providencias que julgardes convenientes e tenh entendido, que tudo o que diz respeito ao exercito e corpos militares, seja de tropa de linha, seja de milicia seja de ordenanças, vol-o tenho confiado, e que podeis visoriamente estabelecer, innovar e alterar tudo o que gardes conveniente, de acordo com o marechal general dando-me depois conta de tudo, para que possa mandar observar como lei perpetua e inalteravel, e que assim se que executando. Principiarei pois encarregando-vos de fazer constar aos generaes, officiaes e soldados, que compõem meu exercito, a plena approvaçãõ que me merece a sua riosa conducta, e que espero ver sempre renovada, e quanto durar a guerra novas provas do seu valor, e da disciplina, e da sua subordinaçãõ, e d'aquelle amor da patria, que é o distinctivo caracteristico do bom soldado, nada tem em vista senão a grandeza do seu soberano salvaçãõ da sua patria, sacrificando tudo a estes grandes e dignos objectos; igualmente tendo encarregado aos governadores do reino, que sempre em todas as occasiões acções gloriosas, ou por assignaladas victorias, ou por combates em que ficasse vencedor o meu exercito, não deixassem de lhe significar o meu reconhecimento, e de mostrar com lisonjeiras expressões a minha approvaçãõ e agradecimento, agora novamente lhes repito a mesma ordem para que assim o executem em todas as occasiões que no futuro possam acontecer, e que tenham entendido que esta é a minha real intençãõ, para que assim o mandem executar. Havendo tambem conhecido, que vos seria agradavel o vos expressamente a faculdade de me poderdes representar e fazer subir ao meu real conhecimento os nomes d'aquelles que por seus trabalhos, privações, e perigos inherentes a gloriosas campanhas mais se tivessem distinguido por relevantes serviços, merecendo que eu assim o mande contemplar com premios honorificos em remuneraçãõ das acções praticadas, e que muito serve de estímulo para provar e multiplicar: sou servido auctorisar-vos para

assim o pratiqueis, e que propunhaes os premios e recompensas honorificas, que, segundo o grau de merecimento, julgardes se lles devem deferir, para que tome tudo na minha real consideração, e decida o que julgar mais conveniente; e assim vol-o mando participar, podendo desde já segurar-vos, que me não esquecerei de attender aos dois officiaes generaes, Manuel Pinto Bacellar, e Antonio José de Miranda Henriques, que recommendastes na minha real presença, sendo bem demonstrado que o promover o recrutamento e evitar a deserção, são os dois pontos mais essenciais para formar e conservar um bom e numeroso exercito, que mutuamente se ligam entre si, pois que da dificuldade do mau systema de recrutamento, se origina em grande parte a deserção: considerando tambem que esta culpa procede do pouco zelo, relaxação e impunidade dos magistrados territoriaes, dos capitães móres e officiaes de ordenanças, e que o grande numero de desertores se compoem de soldados bisonhos, chamados de nova leva; e que os prejuizos e falsas ideas, e expressões dadas aos camponeses produzem intencivel horror, para que não venham voluntariamente alistar-se na tropa, e que para se evadirem do recrutamento emigram de districto para districto, de provincia para provincia, d'onde se segue que quando dos districtos se fazem recrutas, faltam homens capazes e do domado conhecido, tendo sido culpa dos magistrados e officiaes das ordenanças, que não vigiam sobre a gente do seu districto e transitó dos forasteiros, acrescentando tambem que os conventos e casas dos grandes, dos fidalgos e dos ricos proprietarios servem de asylo aos homens sujeitos ao recrutamento: que os coroneis de milicias, para preencherem os seus regimentos, accéitam soldados que não deveriam que os creados de servir, gente propria pela sua robustez, e sujeita ao alistamento, se isentam assim de assomar praça, e que ha regimentos, assim como o n.º 22, que ainda não entrou em campanha, porque tendo recebido um grande numero de recrutas, foram sempre tão incapazes e desertaram tanto, que nunca o regimento pôde entrar

em campanha; que, finalmente os capitães môres, e seus subordinados, não se interessam no recrutamento, e illudem a boa disposição das leis. Para obviar, pois, a tão grandes inconvenientes, sou servido nomear-vos conselheiro de guerra, onde ordeno que tomeis o primeiro logar, em attenção ao vosso eminente posto de marechal commandante em chefe dos meus exercitos, como tenho ordenado por decreto da data d'esta minha carta regia, e encarregar-vos de que propunhaes, e desde logo façaes executar tudo o que julgardes conveniente para estabelecer um bom e exacto recrutamento, prescrevendo-vos que principieis a dar todos os convenientes remedios aos grandes males existentes, que vos acabo de communicar, e que desde logo procureis que a deserção se evite com a segura e infallivel execução das penas da lei contra os culpados; que o processo seja breve, e o castigo prompto; que procureis que se faça algum exemplar castigo sobre os magistrados ou capitães môres, ou quaesquer outras auctoridades que a consentirem; que façaes estabelecer, que durante a guerra ninguem transite sem passaportes; que todos os viajantes e forasteiros sejam examinados pelos postos da policia dos corpos de ordenanças, que vós tiverdes estabelecido; que procureis que se estabeleçam bons premios aos que prenderem desertores, pagos pelas pessoas (sem excepção alguma), em cujas casas se acharem, pelas auctoridades que consentirem, ou pelos povos onde os desertores habitarem, fazendo que todos estes rigorosos castigos se executem com uma justa e austera severidade; que de uma parte nada deixe a desejar, para evitar a deserção, e da outra se faça respeitar, pela imparcialidade da justiça com que é praticado. Sobre esta materia do recrutamento não vos esquecerá de procurar pelas tabellas dos nascidos, mortos, e numeramento das povoações, que os governadores vos deverão communicar annualmente, uma especie de cadastro da povoação, pelo qual regularéis o systema de recrutamento, que annualmente se pôde estabelecer em todo o reino, e que deve ser proporcionado á sua população, quando cessarem as actuaes circumstancias

da presente guerra, durante a qual o manter a força do exercito deve ser superior a toda e qualquer outra consideração. Segue-se o recommendar-vos a reforma das milicias, e constando-me que nas mesmas ha erros essenciaes, não só vos auctoriso para que os reformeis, mas para que os façaes extirpar, e me proponhaes aquelle plano, que julgardes mais posta convir ao meu real serviço, e que executado logo provisoriamente, haja depois receber a minha perfeita e inteira approvação, para ficar sendo inalteravelmente executado. Actualmente os erros principaes introduzidos na pratica, e que vos encargo de reformardes, logo com toda a brevidade, são os seguintes: 1.º, a impropriedade da escolha, e eleição dos officiaes, e ignorancia absoluta dos mesmos; 2.º, a sordida e repugnante venalidade, ou corrupção com que muitos coroneis, chefes de regimentos milicianos, recebem dadas, ou favores, para isentarem muitas pessoas, ou cavalheiros, de assentarem praça de soldados, como deviam, fazendo-os logo nomear officiaes, para satisfação do seu egoismo, ou da sua fraqueza e frouxidão, d'onde se segue o grave inconveniente de só se recrutarem para soldados de milicias, contra o disposto nas minhas leis, gente pobre, e outros que pertencem ao recrutamento de linha, e haverem assim immensas deserções, alem de que os corpos milicianos jamais se acham completos; 3.º, a falta de regularidade e methodo nas promoções dos officiaes, e igualmente o mau methodo de recrutar, de que procede a deserção e estado incompleto dos corpos, deixando-vos o arbitrio e escolha de remedios proporcionaes a taes, e tão sensiveis males. Sou servido sómente lembrar-vos, que pareceria muito conveniente, que os coroneis dos regimentos fossem escolhidos do numero dos bons officiaes maiores das tropas de linha, e que na guerra e paz tivessem o soldo de coroneis de linha, porque só assim, sendo habeis e independentes, poderão crear, educar bons officiaes, e aperfeiçoar na disciplina seus regimentos, devendo essa maior despeza resultar de alguma boa economia, que vos auctoriso estabelecer do modo que julgardes conveniente provisoriamente, e que depois fareis



subir á minha real presença, para eu a sancionar; que igualmente parece, que estes habeis, honrados e activos militares, farão desaparecer os males, que nascem do peculato e corrupção; que nas milicias não deverão existir officiaes aggregados, procurando dar-se saída ao multiplicado numero de coroneis, que ha actualmente nos corpos milicianos, e que, finalmente, deve estabelecer-se, que nas milicias as propostas para officiaes sejam feitas gradualmente de posto a posto, passando o alferes a tenente, o tenente a capitão, e o capitão a tenente coronel, progredindo assim; e que sobre o systema de recrutamento, o mesmo se fizesse observar rigorosamente, segundo a lei estabelecida, e alterações que se julgassem convenientes por officiaes honrados, e sujeitos á mais austera responsabilidade do serviço militar. Não devo tambem deixar de recommendar-vos, que deis a maior attenção ao corpo das ordenanças, o qual forma, por assim dizer, o levantamento em massa de todos os meus vassallos, quando chamados a defender os proprios lares; e tendo a experiencia mostrado que este corpo merece uma grande alteração e regulamento na fórma com que se deve organizar, para lhe dar certa ordem, e maior ponto de perfeição no systema actual; tendo mostrado a experiencia de tres campanhas serem quasi geralmente maus os capitães môres, e seus officiaes, e o maior numero tendo pouco zêlo, prestimo, patriotismo, valor e desembaraço, sendo muito velhos, enfermos e ignorantes, sem espirito, indolentes, preguiçosos, e até venaes, e que dando grandes sommas para serem eleitos, depois se indemnizam opprimindo os povos com vexações, enriquecendo-se á custa dos mesmos, e na face do inimigo fugindo para evitar perder suas riquezas, deixando assim os povos sacrificados e abandonados á sua triste sorte: Sou servido ordenar-vos me proponhaes tudo o que julgardes mais essencial para produzir o desejado melhoramento, e por agora conferindo-vos toda a eminente auctoridade, para aterrar e estabelecer o que vos parecer necessario e util ao desejado fim, de que depois me dareis uma exacta conta, para que tenha a minha real approvação; mando por

ora lembrar-vos o nomear um inspector geral, que se occupe em inspecionar pessoalmente todos os corpos de ordenanças em cada provincia, e proceder á reforma de todos os officiaes que julgardes incapazes; o estabelocer que as propostas sejam remettidas ao inspector, para este verificar as qualidades e circumstancias dos promovidos, e que o mesmo inspector a remetta a vós, como marechal commandante em chefe do meu exercito, com a sua informação, devendo vos depois propor-me pelo conselho de guerra os que julgardes mais capazes, recommendando-vos porém muito que não guardes os privilegios das casas reaes, grandes donatarios, e que só procureis que os mesmos não sejam prejudiciaes ao meu real serviço, combinando sabiamente as autoridades estabelecidas com o que exigir o bem do meu real serviço: se vós julgardes necessario o estabelecimento deste inspector, procurareis estabelecer-lhe o seu competente soldo, ou de alguma nova pequena contribuição de todas as camaras, ou de alguma pequena economia que possaes introduzir, e de tudo me dareis a competente parte. Muito cuidardo me tem merecido, e muito vos mando agora de novo especialmente recommendar a remonta da cavallaria, pois sem a competente força d'esta arma jamais se podera segurar a defeza do reino, e é talvez á sua falta e pouca força, que se deve attribuir que os grandes successos das armadas não tenham tido toda a extensão, que era de esperar da grandeza dos mesmos. Parece pois que deveis tomar em consideração: 1.º, que os cavallos se vão extinguindo, e que é necessario cuidar na creação e propagação dos mesmos, attendendo-se ás providencias, que mandei dar pela carta regia ultimamente dirigida aos governadores do reino, para o augmento e melhoramento das minhas manadas reaes e das condelarias do reino; 2.º, que a cavallaria inimiga é sempre superior a nossa, ainda mesmo combinada com a ingleza; 3.º, que sua magestade britannica a não pôde auxiliar com a quantidade que deseja, pela difficuldade dos transportes; 4.º, que sendo mesmo completo o numero da nossa cavallaria de 7:000 cavallos, unidos á cavallaria ingleza, apenas

nos podem servir para sustentar a defensiva do reino; 3.º, que o completo de 7:000 cavallos nunca excedeu a 3:000, e que nunca se deram providencias de fórma indispensaveis, para que a remonta da cavallaria seja feita com fructo; e na realidade, que a lei que obriga aos particulares a entregar os cavallos, é executada com muita frouxidão; que quando mandado executar militarmente, produziu algum effeito, logo parou, apenas se mandou usar simplesmente dos meios ordinarios, não se havendo imposto as penas da lei aos que commetteram actos contra as mesmas; e finalmente, que não se havendo feito entrar nas caixas regimentaes as massas economicas, por cujo meio se poderiam ter comprado cavallos, assim como fez o regimento n.º 12, e que se acham atrasados de sete e oito mezes, d'ahi tem resultado falta de remonta para os regimentos. Desejando, pois, occorrer a tão graves e essenciaes inconvenientes, recommendo-vos em primeiro logar, que, de acordo com os governadores do reino, procureis logo principiar a dar as mais activas providencias, para o restabelecimento das minhas manadas reaes e das coudelarias do reino, na conformidade do que a este respeito se acha estabelecido; em segundo logar mando agora participar-vos, que já ordenei ao estribeiro mór, que mandasse dar para a remonta todos os cavallos que existissem, ou se recolhessem nas minhas reaes cavallariças, exceptuando sòmente os cavallos-paes, que se devem conservar para perpetuar as boas raças; em terceiro logar ordeno-vos que, de acordo com os governadores do reino, fixeis logo uma certa somma para se principiarem a pagar os cavallos, que se tomarem para a tropa, preferindo sempre no pagamento todos os que trouxerem os hespanhoes; em quarto logar, que se proceda novamente ao já ordenado alistamento, e enumeramento de todos os cavallos do reino, sem entender com os cavallos-paes, e que se tomem por avaliação todos os precisos para a tropa, dando-se logo o bilhete para o seu pagamento, o qual se pague exactamente, posto que haja alguma demora, se o estado das finanças assim o exigir imperiosamente; em quinto logar, que

transmutado em outro, que hoje circula com grande credito, crearam os Estados Unidos os meios com que resistiram á mãe patria, cuja força e poder a Europa admira, e ao qual deve no momento actual a esperança, que ainda tem de poder ser estabelecido o seu antigo equilibrio. Com meios de similhante natureza, sem serem levados a um tal excesso, ajudados dos subsidios e empréstimos da Gran-Bretanha, podem achar-se recursos proporcionaes ás grandes despesas do exercito, e da defeza do reino, que em beneficio dos meus vassallos e o unico objecto dos meus mais energicos votos, e de vós espero que animeis e illustreis os governadores do reino, para entrarem na execução d'estas grandes vistas, que não tenho cessado de recommendar-lhes, desde que principiou a feliz restauração do reino. Lisonjeio-me, e espero do vosso zelo e das vossas luzes, que, de accordo com o marechal general, executareis tudo que mando agora novamente recommendar, e será mais esse um motivo para que eu possa ter novas occasiões de reconhecer os grandes serviços, que tendes feito á minha real corôa. Assim o tenho entendido e faço cumprir.

Escrita no palacio do Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 1811. — *Principe*. — Para o conde de Trancoso.

---

Carta regia dirigida aos governadores,  
e que na precedente se acha citada

Governadores do reino de Portugal, e dos Algarves, amigos. Eu o principe regente vos envio muito saudar, como aquelles que amo e prezo. Tendo julgado conveniente renovar ao conde de Trancoso, marechal commandante em chefe dos meus exercitos, a lembrança dos differentes e interessantes objectos, que mais podem concorrer a manter o meu exercito no respeitavel pé a que o mesmo marechal o tem levado, o que se tem mostrado pelo valor, disciplina e subordinação com que tem vencido o inimigo da minha corôa, que antes julgava que as suas tropas eram invenciveis;

e desejando que o mesmo marechal conde de Trancoso, de acordo com o marechal general conde de Vimeiro, os faça executar: sou servido mandar-vos remetter copia da minha carta regia, que com esta vos dirijo, a fim que da vossa parte concorraes com o mesmo marechal, conde de Trancoso, para a sua prompta execução, e me dareis logo conta de assim o haverdes feito, e de tudo o que em tal materia julgardes conveniente ao meu real serviço, sem comtudo obstar de modo algum ás luminosas e grandes vistas, e ao plano de que sou servido confiar a execução ao marechal conde de Trancoso. Igualmente tenho sido servido dar um novo e permanente testemunho da satisfação, que me causa o pé em que se acha o meu exercito: mando novamente declarar-vos, que é da minha real intenção, que em todas as occasiões em que o meu exercito se cobrir de gloria, ou por victorias decisivas, ou por factos gloriosos na presença do inimigo, lhe mandeis dar uma publica demonstração do meu agradecimento, e da firme esperanza em que estou de que nunca deixarão de continuar a merecer toda a consideração, que me tem merecido. Assim o cumprireis, e fareis executar, não obstante quaesquer leis, ou regias determinações, que todas hei por derogadas, como se d'ellas fizesse expressa menção.

Escripta no palacio do Rio de Janeiro, em 16 de outubro de 1811. = *Principe*. — Para os governadores do reino de Portugal e Algarves.

---

## DOCUMENTO N.º 27

(Citado a pag. 227)

Nota dirigida ao marquez de Aguiar, ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros na cõrte do Rio de Janeiro, pelos cinco ministros das cinco grandes potencias, que em Paris constituíam a commissão da chamada santa alliança

Paris, 16 de março de 1817. — Logo que se scube na Europa haverem as tropas portuguezas do Brazil occupado uma

parte das possessões hespanholas do Rio da Prata, recorreu logo a medidas officiaes e simultaneas a côrte de Madrid, de accordo com a de Vienna, Paris, Londres, Berlim e S. Peterbourg, para protestar solemnemente contra a occupação, e reclamar a ajuda d'esses governos contra essa aggressão.

Poderia talvez a côrte de Madrid julgar-se com direito de recorrer aos meios de defeza, que a Providencia poz nas suas mãos, e repellir a força com a força; mas *guiada por o espirito de sabedoria e moderação*, desejou usar primeiro os meios de negociação e persuasão, e preferiu (não obstante a desvantagem que d'ahi podia vir às suas possessões transmarinas), a dirigir-se ás cinco potencias mencionadas, para se ajustar uma transacção amigavel das suas differenças com a côrte do Brazil, e assim evitar um rompimento, que poderia ser igualmente funesto aos dois reinos, e perturbar a paz de ambos os hemispherios.

Mal poderia tão nobre resolução deixar de ter a inteira approvação dos gabinetes, aos quaes se dirigiu a côrte de Hespanha: e animadas com o desejo de prevenirem as fataes consequencias, que poderiam resultar do estado presente dos negocios, as côrtes da Austria, França, Gran-Bretanha, Prussia e Russia, igualmente amigas de Portugal como de Hespanha, depois de haverem tomado em consideração as justas razões d'esta ultima côrte, têm encarregado aos abaixo assignados o fazer sabido ao gabinete de sua magestade fidelissima:

Que ellas viram com verdadeiro sentimento, e não sem espanto, que em quanto duas allianças matrimoniaes pareciam vincular mais estreitamente os laços de familia, que já existiam entre as casas de Bragança e de Bourbon; e quando tal alliança se destinava a fazer os dois paizes mais inteiramente amigos, então Portugal invadiu as possessões hespanholas do Rio da Prata, sem nenhuma explanação, e até sem declaração de guerra;

Que os principios de equidade e justiça, que dirigem os conselhos das cinco côrtes, e a firme resolução que tem adoptado, de preservarem, quanto n'ellas estiver, a paz do mun-

do, comprada por tão caros sacrificios, as têm determinado a tomar conhecimento d'este negocio, e tomar parte n'elle, e a darem-lhe fim por o modo mais conforme á equidade e desejo, que têm de conservar a paz geral;

Que as referidas côrtes não podem dissimular que as diferenças entre Portugal e a Hespanha podem turvar essa paz, e mover na Europa uma guerra, a qual seja desastrosa aos dois paizes, e contraria aos interesses e tranquillidade das outras nações;

Que em fim hão resolvido fazer conhecer ao governo de sua magestade fidelissima os seus sentimentos sobre este objecto, e convidal-o a dar-lhes uma explanação sufficiente dos fins que o moveram, e a tomar as medidas mais promptas e capazes de dissiparem as inquietações, que a sua invasão das possessões hespanholas no Rio da Prata ha commoção causado na Europa, e a satisfazer aos direitos reclamados pela Hespanha, e aos principios de justiça e imparcialidade, que movem os mediadores. Se o gabinete do Rio de Janeiro não cumprir com tão justo requerimento, não deixarão duvida as suas verdadeiras intenções; os funestos effeitos que d'ahi podem resultar aos dois hemispherios, e a Portugal serão imputados; e a Hespanha, depois de ter visto a Europa inteira applaudir o seu prudente e moderado procedimento, achará na justiça da sua causa, e na ajuda dos seus alliados, meios sufficientes de reparar e fazer justiça ás suas queixas. = (Assignados) *Vincent* = *Richelieu* = *Stuart-Goltz* = *Pozzo di Borgho*.

## DOCUMENTO N.º 27-A

(Citado a pag. 253)

Participação da revolução de Pernambuco em 1817,  
feita para Lisboa pelo conde da Barca

Ex.<sup>mo</sup> e rev.<sup>mo</sup> sr. — É do meu dever communicar a esse governo um facto, que lhe fará tanta surpresa como causou



em geral aos vassallos de sua magestade, el rei nosso senhor. Alguns malevolos na capitania de Pernambuco tinham, pelo que se mostrou, procurado ha tempos a esta parte semear a discórdia entre os habitantes, excitando mal entendidas rivalidades de brasileiros e europeus, e propagando a insubordinação na pequena força militar que ali existia. O governador, capitão general, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que no principio não se fez cargo de alguns indícios, que teve a esse respeito, pela futilidade da causa em si mesma e pela pouca importancia das pessoas envolvidas, julgou a proposito publicar uma proclamação, recommendando a ordem e o sossego: mas não sendo esta acompanhada de outras providencias mais fortes, não produziu effeito, em consequencia do que o sobredito governador mandou d'ahi a dois dias prender o principal cabeça dos sediciosos, Domingos Jose Martins, o que se effeituou, e tratando com os commandantes dos dois regimentos de linha sobre a maneira de pacificar os seus respectivos corpos, que estavam em desordem, tomaram elles sobre si o irem prender os officiaes revoltosos, e foram a esta diligencia: mas dirigindo-se o brigadeiro Manuel Joaquim, que gosava de mui bom conceito entre todos, ao quartel onde o seu regimento estava em sublevação, foi com a maior atrocidade assassinado por um capitão, a quem dera a voz de preso, e tendo o governador mandado o ajudante de ordens, Alexandre Thomás, que era geralmente estimado, desfecharam com elle os soldados ao apontar na porta do quartel, e ficou logo morto. Commettidos estes nefandos crimes, a tropa revoltosa saiu pelas ruas, e arrastando á sedição o outro corpo, e a plebe ignobil fez outros assassinios de pessoas inermes, principalmente europeus, que se diz seriam dezeseis pelo menos, e arrombando a cadeia, associou ao seu partido os facinorosos. Não encontrando resistencia alguma, se encaminharam á casa do governador, o qual a custo pôde evadir-se para um pequeno forte com vinte pessoas, que o quizeram acompanhar: mas não havendo ali, nem viveres, nem meios de defeza, foi obrigado a capitular com os rebeldes, que o deixaram recolher



a esta côrte, tendo a inaudita insolencia de mandarem para isto uma summaca com bandeira branca, a titulo de parlamentaria, que aqui entrou no dia 25 do corrente. Cinco dos cabeças, que são o citado Martins, um capitão de artilheria, um padre, um advogado e um coronel de milicias, se apoderaram depois da administração, assumindo o nome de *governo provisional*.

Consternado o coração benefico de sua magestade, por ver-se constrangido a usar de meios de rigor como soberano, quando os seus vassallos o tem conhecido sómente como pae, ainda que não confunde com os malvados a maioridade da povoação de Pernambuco, cujos sentimentos de lealdade foram, e são suffocados por uma força militar indisciplinada, tem mandado já, não só cortar toda a comunicação d'esta com as capitancias limitrophes, mas até fechar-lhe por mar o bloqueio com os seus navios de guerra, para o que vae sair d'aqui immediatamente uma divisão. O que sua magestade manda participar aos governadores do reino, para serem prevenidos os navios, que commerciam com aquelle porto. Alem d'estas medidas, nas quaes se proseguirá com todo o rigor que o caso pede, tem sua magestade mandado dar as mais energicas providencias, para que dentro em mui pouco tempo vá uma força sufficiente para castigar os mal intencionados, e restituir as cousas á ordem. Entre os sentimentos desagradaveis, com que o desvario e crimes d'aquelles malfeitores tem maguado o extremoso e paternal coração de el-rei nosso senhor, tem tido ao mesmo tempo viva satisfação de testemunhar o amor e a adhesão dos seus fieis vassallos, os quaes por offertas de pessoas e bens, por meio de subscrição não solicitada, e por demonstrações de toda a qualidade, tem manifestado o horror que lhes causa semelhante delicto, cuja nodoa, nunca vista na monarchia portugueza, quereriam apagar á custa de todos os sacrificios. Certo do abalo, que tão inesperada noticia fará no animo de v. ex.<sup>a</sup>, e dos mais governadores, me apressarei a communicar-lhe a extincção d'este funesto desar, o que acontecerá com toda a brevidade,

gundo a esperança geral, ou, para melhor dizer, quasi com certeza.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Palacio do Rio de Janeiro, em 30 março de 1817. = *Conde da Barca*.

## DOCUMENTO N.º 27-B

(Citado a pag. 233)

### Participação da revolução de Pernambuco, feita pelos governadores do reino para o Rio de Janeiro

enhor! No dia 16 do corrente entrou n'este porto o navio *Camões*, vindo de Bengala, o qual tocou em Pernambuco, e largára em 21 de março, conduzindo a seu bordo al-  
passageiros, que com muito trabalho se haviam podido ar d'aquella cidade, e por esta occasião nos foi constante a noticia da revolução, que ali tivera logar no dia 6 do dito  
de março, com mortes de varias pessoas, e expulsão do governador e capitão general, Caetano Pinto de Miranda Mon-  
teiro, bem como o estado de insurreição em que continha-se a manter-se aquella capitania; como será presente a vossa magestade pelos documentos, que remettemos por co-  
bixa do n.º 1, convem a saber, as proclamações que chegaram á mão, do chamado *governo provisório*, e os documentos que fizeram á intendencia geral da policia os  
negócios que vieram no dito navio.

Assim, pois, de todos os embaraços que nos cercam para prestarmos aos diversos serviços, e considerações que não nos despezam, e da falta de ordens immediatas de vossa  
majestade, que nos guiem n'esta perplexidade, julgámos  
que o nosso dever concorrer, quanto nos permittiam  
as circumstancias, para suffocar na sua origem um mal, que,  
sendo atalhado logo, pôde vir em muito breve tempo a  
causa da ruina de toda a monarchia. Consta-nos, pelos  
passageiros, pelo que se deprehende das cartas que  
DOC.

d'ali se escrevem, e pelo teor das mesmas representações, que ali existe falta de armas, munições e viveres; que longe de haver entre os habitantes unanimidade de sentimentos, tudo indicava que havia entre elles grande descontentamento, e que se pôde considerar aquella colonia mais opprimida pela força de uma facção poderosa, do que revolucionada, e que em taes circumstancias pôde vir a ser de grande utilidade para o serviço de vossa magestade procurar interceptar desde logo, e enquanto vossa magestade não pôde dar outras mais efficazes providencias, a communicação d'este porto e embarçar o abastecimento do que pôde servir para dar mais força ao partido dominante, tomámos a resolução de fazer sair immediatamente a fragata *Perola*, unica que nos resta, com ordem de ir em direitura a Pernambuco, e de bloquear os portos d'aquelle estado, procurando auxiliar o partido fiel, que ali poderá encontrar, e cujo zêlo poderá promover e excitar, regulando-se pelo que as circumstancias, que aqui ignorâmos, lhe dictarem como mais util ao fim que nos propomos n'esta diligencia, enquanto não chegarem ordens, ou providencias, dadas immediatamente por vossa magestade, ás quaes se deverá logo conformar, como tudo consta da copia n.º 2, das instrucções dadas ao commandante da dita fragata e proclamação annexa.

Julgamos indispensavel, para a mais desembaraçada execução d'esta medida, e para evitar todos os motivos de compromettimento com qualquer nação estrangeira, fazer annunciar a todos por meio dos seus representantes aqui, a deliberação que tomámos de fazer bloquear o dito porto de Pernambuco, enquanto vossa magestade não mandar o contrario, o que fizemos do modo constante da circular, que vae por copia, debaixo do n.º 3.

Considerando, porém, que uma similhante medida por si só pôde ser insufficiente, e que não só a conservação d'aquelle capitania, mas a do resto do Brazil, pôde correr um grande risco, se se permittir a esta facção tempo para engrossar o seu partido, e quanto por isso insta suffocar logo com uma força effectiva, e proporcionada a esta insurreição no seu

Antonio Cabral Calheiros, alferes que foi do regimento de infantaria n.º 13, e os mais que se acharem culpados, procedendo-se contra os criminosos na conformidade das leis.

Manda sua magestade outrossim, que o dr. João de Mattos Vasconcellos Barbosa de Magalhães, do seu conselho, desembargador do paço, e intendente geral da policia da corte e reino, o tenha assim entendido, e o faça executar, escolhendo os ministros que lhe parecerem aptos para fazerem as ditas diligencias, e formarem os processos, que hão de ser julgados como de direito for no juizo da inconfidencia. Palacio do governo, em 24 de maio de 1817. = Com as rubricas dos governadores do reino.

## DOCUMENTO N.º 28-A

(Citado a pag. 266)

### Officio dos governadores do reino,

dirigido ao ministro de Portugal em Madrid, D. José Luiz Sousa,  
participando-lhe a projectada revolução de 1817

Por ordem dos governadores do reino, cumpre-me commandar a v. ex.ª que, tendo chegado ao seu conhecimento a existencia de uma conspiração, que muito artificiosamente se tramava n'este reino, e que se proponha effectuar n'elle, por meio de uma violenta revolução, um transtorno geral, e o estabelecimento de um governo revolucionario, servindo-se para esse fim de todas as idéas, que mais podiam operar no animo da nação, e pintando-lhe como um abandono, que sua magestade intentava fazer d'este reino, os diversos acontecimentos politicos, e rumores a que elles têm dado lugar: e constando pelas declarações de alguns dos conspiradores, que á testa da mesma conspiração se achava o tenente general Gomes Freire de Andrade, e que n'esta estava igualmente envolvido o barão d'Eben, que tinha sido brigadeiro do exercito d'este reino, e sendo conhecidas dos mesmos governadores as activas e secretas diligencias, que já se ha-

viam empregado, e as que se empregariam agora com mais força, para seduzir e alliciar entre a tropa, e as outras classes de habitantes, cooperadores para um tão damnado fim; tendo-se até, finalmente, apprehendido as proclamações já impressas, e em nome de um chamado *conselho regenerador*, que era o titulo que se davam os chefes d'esta conspiração, pareceu indispensavel atalhar desde logo as funestas consequências, que em uma conjuncção tão critica poderiam resultar de uma intempestiva demora, e em consequencia se procedeu na madrugada do dia 26 do mez passado a fazer apprehender n'esta cidade, não só os dois já mencionados officiaes, mas algumas outras pessoas, que se sabia estarem mais intimamente iniciadas no projecto; e se prosegue com toda a actividade nas indispensaveis diligencias para o perfeito conhecimento d'esta horrivel trama, a fim de se proceder depois na conformidade das leis ao que for de justiça.

Tenho a maior satisfação de poder assegurar a v. ex.<sup>a</sup> que estas prisões se effectuaram sem a mais leve alteração n'esta cidade, e que todas as classes de seus habitantes, assim como os corpos do exercito (posto que não tenham ainda um perfeito conhecimento da extensão dos males que os ameaçavam), patenteiam na expressão dos seus sentimentos a fidelidade e honra de que todos estão possuidos, e o justo horror que lhes causa a simples idéa de um semelhante attentado. Communicando a v. ex.<sup>a</sup> este successo, devo acrescentar, por ordem dos mesmos governadores do reino, e para que v. ex.<sup>a</sup> possa informar, como suppõem conveniente, a sua magestade catholica, que este projecto, por tudo o que consta até agora, se ligava com o dos revolucionarios de Hespanha, contando os d'aqui, que ao mesmo tempo que tivesse logar a explosão n'este reino, a haveria igualmente n'esse, e sendo muito notavel que o brigadeiro Cabanes, que se suppõe mandado aqui por sua magestade catholica, e que com o disfarce para observar as disposições d'este reino, tivesse uma íntima communicação, e jantasse differentes vezes com o dito tenente general Gomes Freire, e outros individuos, que se julgam iniciados n'estes projectos, os quaes de certo

não têm em vista favorecer outro qualquer partido, que não seja o de uma revolução contraria ao legitimo governo, como e facil de reconhecer das suas proprias proclamações.

Com este motivo renovo a v. ex.<sup>a</sup> os protestos da particular consideração com que sou — De v. ex.<sup>a</sup>, o mais attento e fiel capto. — *D. Miguel Pereira Forjaz.* — Lisboa, em 4 de junho de 1817.

### DOCUMENTO N.º 29

(Citado a pag. 267)

#### Participação da projectada revolução de 1817, feita para o Rio de Janeiro ao principe regente pelos governadores do reino

Senhor! — Na manhã do dia 23 do passado mez de maio de 1817. foi o marechal general, marquez de Campo Maior, communicar pessoalmente ao secretario do governo, D. Miguel Pereira Forjaz, todas as noções e clarezas que tinha podido obter da existencia de uma conspiração, que se tramava n'esta capital e no reino, indicando-lhe a maneira por que adquirira estas noticias, apresentando-lhe as copias que temos a honra de levar á presença de vossa magestade debaixo do n.º 1 das instrucções, credenciaes e proclamações. que os conspiradores tinham tenção de publicar, e de que constava serem os chefes e agentes principaes d'estes projectos, e vão declarados na relação n.º 2, communicando-lhe igualmente que o projecto dos conspiradores era de os assassinar a elle marechal, e o secretario do governo; de deporem o governo, prenderem os officiaes inglezes, que se achavam ao serviço de Portugal, e proclamarem um governo revolucionario, como indica bem claramente a proclamação, que vai debaixo do n.º 4, e que, conforme as noticias que tinha, o projecto estava tão adiantado, que podia arrebentar de um dia para o outro. Não perdeu o dito secretario do governo um instante em ir communicar ao marquez de Borba

tudo quanto o marechal lhe havia confiado, e sendo dia o da sessão do governo, assentaram de fazer chamam-se n'aquella noite a casa do mesmo marquez, e disfarçando-se o intendente geral da policia, para se combinar o que conviria fazer, e obter por sua informação as informações que sobre isto podesse ter, especialmente muitos dos ditos individuos, cuja conducta ha muito occupava a attenção da policia e do governo.

No dia seguinte 24, nos expoz o marquez de Foz o dito secretario, o que se havia passado, e vindo depois o intendente da policia, e conferindo todos nós sobre a realidade do negocio, e a urgencia de uma prompta providencia que evitasse uma explosão, que por muitos principia receiar immediata e de funestas consequencias para nós, tomamos que, tomando-se as devidas precauções por parte do marechal, quanto á força armada, se apprehendessem os presos pela policia, e parte pelas auctoridades militares, e que vão indicadas no papel n.º 3, na madrugada do mez proximo passado, o que felizmente teve logo a menor alteração n'esta cidade, quanto aos que aqui estavam, apprehendendo-se-lhes igualmente os seus papeis e se ficam examinando por uma commissão, que preside o tenente meámos, presidida pelo juiz da inconfidencia, e dos ministros, que indica a relação n.º 4; e consequentemente por ora os presos em segredo e incommunicavelmente general Gomes Freire, do mesmo modo na S. Julião da Barra, para cuja segurança se têm tomadas as devidas precauções. Tem-se já encontrado exemplares da proclamação, e alguns dos presos começam a fazer declarações, que nos fazem esperar que bem de perto poderá chegar a obter o cabal conhecimento d'esta traição, que estamos determinados a fazer perseguir com todo o rigor das leis, como exige a gravidade de um tal attentado, e as circumstancias presentes.

Eram muito vehementes as suspeitas que já tinham contra o tenente general Gomes Freire de Andrade, n'esta sua conhecida genio, e pela adhesão que paten-



serviço de Buonaparte, achando-se empregado até ao fim da campanha de 1814 em um posto de tanta confiança, como era o de segundo commandante da guarnição de Dresde, que o mesmo Buonaparte deixára occupada por uma fortíssima guarnição, quando se retirou para Leipsick, mas pela circumstancia, que depois soubemos, que elle fôra eleito gran-mestre da maçonaria em Portugal, depois da sua volta para este reino. Esta circumstancia, junta á má vontade, que pelas razões já expostas nos nossos officios anteriores, existe contra o marechal general, explica o phenomeno que se observa de que, não havendo aquelle official prestado n'este reino serviços alguns tão relevantes, que lhe attrahissem uma geral benevolencia, antes pelo contrario havendo-os prestado até ao ultimo momento ao seu mais implacavel inimigo, contudo attribue-se-lhe grande merecimento, por não ter vindo combater pessoalmente na península: suppõe-se-lhe grandes talentos militares, grande patriotismo, e era tal a disposição que os manejos da seita, a que preside, tinham conseguido espalhar no publico, que, ainda agora mesmo, uma grande parte da nação attribue este procedimento mais a uma intriga do marechal, do que á verdadeira culpabilidade dos presos, o que nos obrigou a expedir a portaria da copia n.º 5, enquanto se procede ás necessarias diligencias para pôr este negocio em toda a sua luz, e para o fazer patente a todos, como muito convem em circumstancias tão melindrosas, como são aquellas em que nos achámos.

Quanto ao barão d Eben, as intimas e diarias relações que elle tinha com o general Gomes Freire, a extraordinaria demora da sua residencia n'esta capital, pretextada com a de alguns insignificantes requerimentos, faziam muito vehementes as suspeitas que havia contra elle, e consta já que entre os seus papeis se achára uma copia da sobredita proclamação, bem como lhe encontraram todos os preparos de uma imprensa, de que faltam comtudo as letras.

Não podemos concluir este officio, sem fazer observar a vossa magestade o mesmo que já tivemos a honra de lhe representar nos nossos anteriores officios, que a ausencia de



vossa magestade d'estes seus reinos, ou de algum principe da sua augusta familia que o represente, põe este reino nas actuaes circumstancias no mais imminente perigo da sua perda. A massa da nação está pura, e tem os melhores sentimentos, e vossa magestade não poderá deixar de observar quaes são os pretextos que buscam para commoverem os perturbadores do socego publico, e a idéa que mais sobresáe, alem do odio ao marechal, é a do abandono em que suppõe que vossa magestade tem determinado deixar este reino, e a de que fixa a sua residencia na America, idéa que affecta, juntamente com as outras, tão sensivelmente a nação, que somos obrigados pelo nosso dever a repetir novamente a vossa magestade, que é ella a que, no nosso entender, põe, e porá para o futuro em grande contingencia a conservação da tranquillidade d'este reino, apesar de todos os nossos mais leaes e assiduos esforços, se vossa magestade se não dignar prover a isto de prompto remedio.

Á muito alta, etc. Lisboa, no palacio do governo, em 2 de junho de 1817. = *Marquez de Borba* = *Principal Sousa* = *Ricardo Raymundo Nogueira* = *D. Miguel Pereira Forjaz*.

#### Documentos que acompanhavam este officio

N.º 1. — Carta credencial, passada em 13 de maio de 1817.

Proclamação sem data, mas que, por um apontamento que tinha no alto, parecia ser de 19 de maio.

Instrucções. — Methodo para a aquisição dos socios. — Norma das associações, etc.

N.º 2. — Lista dada pelo marechal general.

N.º 3. — Lista das pessoas apprehendidas pelo marechal, e pela policia na madrugada do dia 26 de maio.

N.º 4. — Portaria do governo, com data de 28 de maio, nomeando ministros para a commissão.

N.º 5. — Portaria de 31 de maio, para se sentenciar o processo dos réus pelo juizo da inconfidencia, e adjuntos competentes.

## DOCUMENTO N.º 30

(Citado a pag. 267)

**Portaria dos governadores do reino,  
ordenando ao juiz da inconfidencia o processar certos réus  
envolvidos na conspiração de 1817**

Constando com toda a certeza a existencia de uma conjuração, formada por alguns traidores, os quaes, com opprobrio da lealdade hereditaria dos portuguezes, conceberam o louco e detestavel projecto de estabelecer um governo revolucionario, procurando com falsos e affectados pretextos, que por si, e por seus adherentes espalhavam no publico, encobrir os verdadeiros fins de um plano, que, se chegasse a realisar-se, precipitaria este reino nos horrores da anarchia, e renovaria em Portugal as scenas de sangue e devastação, que em nos-  
sas dias affligiram a desgraçada França, chegando a sua allu-  
enação a persuadir-lhes que um povo e um exercito, que  
são, e foram sempre os mais vigilantes guardas e defensores  
da religião, do soberano e da patria, poderiam jamais dar  
ouvidos á vil seducção de infames e despreziveis rebeldes;  
e estando a proceder-se com toda a legalidade, e possivel  
promptidão, para se vir no conhecimento dos réus d'este  
horrendo e abominavel delicto, de maneira que os culpados  
sejam punidos com as penas determinadas pelas leis, e os  
innocentes absolutos: manda el-rei nosso senhor, que, logo  
que se concluirem as averiguações a que se está procedendo,  
formado e preparado o processo, seja este sentenciado como  
direito for, em relação pelo juiz da inconfidencia e adjuntos  
competentes.

Manda sua magestade outrosim, que o dr. Antonio Gomes  
habero, do seu conselho, desembargador do paço e juiz da  
inconfidencia, o tenha assim entendido, e o execute pela parte  
que lhe toca. Palacio do governo, em 31 de maio de 1817. =  
*Com tres rubricas dos governadores do reino.*

## DOCUMENTO N.º 31

(Citado a pag. 267)

**Officio do intendente geral da policia,  
propondo a nomeação de uma commissão para examinar os papeis  
apprehendidos aos conspiradores de 1817**

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. D. Miguel Pereira Forjaz. — Alem do que participei já a v. ex.<sup>a</sup> pelo meu officio de hontem, ácerca da prisão dos individuos, que se effeituou ultimamente em cumprimento das ordens do governo, tenho a informar que o architecto, Francisco Antonio de Sousa, o qual se podéra evadir pelo jardim da sua casa, foi hontem mesmo apprehendido pelo fim da tarde, e levado ás cadeias do Limoeiro, onde se acha; no momento em que se evadiu pozeram-se sêllos nos quartos das casas em que existiam papeis, postaram-se interiormente sentinellas, que ainda lá se conservam, para se repetirem as buscas nos mesmos quartos, diligencia que logo se começou na noite da prisão, se renovou hontem, e ha de ainda ultimar-se, por haverem ali differentes esconderijos e logares na livraria, indicativos de reserva e segredo.

Quanto ao progresso d'esta importante diligencia, para se aclarar o fio d'ella e formar-se promptamente o processo, se assim for das intenções de sua magestade, tenho por necessarias algumas providencias que passo a propor. É a primeira, a mudança de todos os presos, incluindo os militares (cujos nomes e logares em que existam detidos, sendo pertencentes a esta diligencia, convem me sejam communicados), para alguma fortaleza, ou para os carceres da inquisição, como propuz já, permittindo-me v. ex.<sup>a</sup> observar, que sendo evidentemente necessario não ficarem a grande distancia, nem muito separados, alem do que importa para não se communicarem; a fortaleza de Cascaes tem a impropriedade de diffcultar as idas do magistrado que os ha de interrogar, e por isso não foram removidos para ali, e para a torre de Belem na noite de hontem, como ponderei pessoalmente a

autos. Logo na primeira conferencia, que se fez na relação no dia 4 do corrente, se proferiu o accordão n.º 3, que mandou tirar do segredo todos os presos, soltar nove, que declarou innocentes, e remetter dois ao intendente geral da policia, com os seus papeis, para lhes dar a direcção que conviesse. E para que Gomes Freire de Andrade não pudesse abusar da liberdade de se communicar, mandou o governo para a torre de S. Julião da Barra o desembargador Pedro Duarte da Silva, encarregado de regular as communicações, que elle pudesse ter sem prejuizo algum».

N. B. O leitor não poderá deixar de notar a consideravel pressa, que se poz em se proferir a sentença contra os infelizes presos, e em se dar á execução, devendo saber que isto foi devido ás exigencias, feitas a D. Miguel Pereira Forjaz, pelo marechal Beresford, que não descansou enquanto não viu mortas as infelizes victimas.

## DOCUMENTO N.º 32

(Citado a pag. 286)

Senhor! — Levamos á real presença de vossa magestade o officio do marechal general, marquez de Campo Maior, dirigido ao secretario do governo, D. Miguel Pereira Forjaz, em 29 de outubro do presente anno, que tem por objecto justificar o irregular procedimento do tenente coronel do regimento de infantaria n.º 19, Roberto Haddock, no dia da execução do réu de alta traição, Gomes Freire de Andrade, e nos antecedentes, queixando-se do desembargador Pedro Duarte da Silva, que fôra mandado por este governo por portarias de 6 e 9 de setembro, copiadas no n.º 1, para a torre de S. Julião, para regular a communicação de Gomes Freire com segurança da sua pessoa, por haver o mesmo desembargador atacado o dito tenente coronel com offensa da sua honra, pelo que fez em execução dos seus deveres militares, imputando-lhe o grandissimo delicto de ser socio de

um réu já sentenciado por crime de lesa-magestade. Fui o marechal general as suas asserções na decisão de um conselho de investigação a que mandou proceder, e nas contadas por aquelle tenente coronel, e pelo seu coronel, o marechal commandante da divisão, Archibaldo Campbell, que tudo remettemos por copia n.º 2. Já no nosso officio n.º 496, em que demos conta a vossa magestade da execução dos réus sentenciados em pena ultima pela horrida conspiração que haviam tramado, offerecemos ao conhecimento de vossa magestade as participações que ao governo e ao chanceller, que serve de regedor, tinham feito o mencionado desembargador Pedro Duarte da Silva, o corregedor de Belem, e o juiz do crime do bairro do Limoeiro, ambos encarregados da direcção e assistencia da execução de Gomes Freire, nas quaes, dando conta do cumprimento da sua commissão, referem os factos de que trata o officio do marechal general, e são as mesmas, que novamente remettemos pelas copias n.ºs 3 e 4. Mas querendo pôr em toda a evidencia um acontecimento, que se relatava com tanta variedade mandámos que o desembargador Pedro Duarte informasse segunda vez, exigimos do padre frei Diogo de Mello, monge de S. Jeronymo, que confessou e agonizou o réu, uma attenção jurada dos factos praticados pelo tenente coronel na sua presença, e uma certidão do escrivão do meirinho das cadeias, declarando os embaraços com que elle difficultou e retardou a sua entrada e a do executor da justiça na torre. Todos estes documentos vão por copia n.º 5. Á vista d'elle será presente a vossa magestade:

1.º Que o tenente coronel commetteu excessos puniveis, insistindo em entrar, e entrando effectivamente na prisão em que se achava o réu na vespera e ante-vespera da sua execução, quando estava entregue ao seu confessor, e cuidando unicamente na sua salvação, dizendo-lhe, como attestou o confessor, que vinha da parte do general Campbell offercer-lhe os seus auxilios, sem fazer caso da constante resistencia do desembargador Pedro Duarte, e sem advertir que o preso estava inteiramente entregue á auctoridade civil, e

quem devia receber as ordens, para auxiliar com a força armada a execução da sentença.

2.º Que a opposição que fez á abertura da porta da fortaleza, resistindo ao governador d'ella e ao mesmo desembargador, quando chegou o executor, e o official de justiça que o acompanhava, e outro facto criminoso, e tão reprehensivel como a pertinacia com que desprezou as representações, que lhe foram os ministros encarregados da diligencia, na occasião em que o reu saia da prisão para o logar do supplicio, advertido-lhe que não convinha ao bem espirital do mesmo reu, que, em tão tremenda hora, visse uma pessoa de quem, pelas vistas antecedentes, parecia ser amigo.

3.º Que o desembargador Pedro Duarte, o confessor, e os dois ministros, encarregados de assistir á execução, nunca presumiram que o tenente coronel fosse socio da conjuração em que o reu fôra comprehendido, nem o accusaram jamais de semelhante crime, como o marechal general affirmar no seu officio. Mas,

4.º Que o mesmo desembargador e ministros tiveram justos motivos de desconfiança para receiarem que os factos tão irregulares, e obstinadamente praticados por aquelle tenente coronel, e apoiados pelo seu general, tivessem por fim subtrahir o reu ao castigo, ministrando-lhe occultamente algum veneno, ou instrumento com que se matasse, dando occasião com demoras e obstaculos, suscitados acintemente a algum momento da tropa, cuja errada prevenção a favor de Gomes Freire era bem conhecida. Consistiram os ditos motivos principalmente na relaxação em que estava a guarda do preso, pela imprudente negligencia do marechal de campo Archibaldo Campbell, que o não conservava incommunicavel, como devia estar um preso d'estado, e lhe havia sido ordenado, sendo o governo obrigado a mandar para a fortaleza o desembargador Pedro Duarte, o qual na sua primeira conta affirmar que o preso tinha antes muitas conversações desnecessarias com o dito marechal, e com outras pessoas das que ali se achavam, e ate sabia as novidades e lia as gazetas, devendo aliás estar em rigoroso segredo. Em segundo logar,

em ter o mesmo Gomes Freire declarado, que se queria matar com um tiro de pistola na noite em que foi preso, e que não executou esta acção desesperada, por lhe ter sido arrancada da mão a pistola por pessoa da sua casa, que se achava presente. E finalmente, em ser constante que Gomes Freire era chefe da sociedade maçonica, o que elle mesmo confirmou no seu depoimento, declarando que occupava os primeiros logares na dita sociedade, e em ser igualmente notorio que n'este reino, e principalmente no exercito, ha grande numero de pedreiros-livres, em que a voz publica conta a maior parte dos officiaes inglezes, nascendo d'aqui suspeitas de que aquella infame sociedade procurasse livrar o seu chefe da morte ignominiosa a que fôra sentenciado por algum dos meios já referidos. Esta desconfiança não era só do desembargador Pedro Duarte, pois que ella tinha já sido a que moveu os juizes do processo a determinar que o dito réu fosse executado na vizinhança da fortaleza aonde se achava preso, parecendo-lhes perigosa a sua trasladação para a cadeia do Limoeiro, e a execução no Campo de Sant'Anna, aonde os seus cúmplices foram executados. Nem o conselho de investigação, a que o marechal general mandou proceder, mostra que o desembargador Pedro Duarte, ou os outros magistrados que ali se achavam, excedessem a sua auctoridade. O mesmo conselho, por sua natureza, só poderia servir para provar, que o tenente coronel não tinha faltado á disciplina militar; mas nem justifica os excessos com que offendeu a auctoridade civil, nem a imprudencia com que os seus superiores obstinadamente as apoiavam.

A importancia do negocio nos obrigou a fatigar a attenção de vossa magestade com uma exacta relação de todas as suas circumstancias, á vista das quaes será presente a vossa magestade o pouco respeito com que os militares geralmente tratam os magistrados, que, em nome de vossa magestade, administram justiça aos seus vassallos, assim como as funestas consequencias, que podem resultar d'esta falta de harmonia entre os dois poderes, para dar sobre tudo as providencias que forem do agrado de vossa magestade.



A muito alla, e muito poderosa pessoa de vossa magestade, guarde Deus muitos annos, como desejámos e havemos mister. Lisboa, no palacio do governo, em 29 de novembro de 1817.=*Marquez de Borba* = *Ricardo Raymundo Nogueira* = *Alexandre José Ferreira Castello*.

## DOCUMENTO N.º 33

(Citado a pag. 288)

**Ordem dos principaes da patriarchal de Lisboa,  
para acções de graças, pela descoberta de uma conjuração em Lisboa  
no anno de 1817**

*Nos, primarii presbyteri, et diaconi sanctæ lisbonensis  
ecclesiæ principales sede patriarchali vacante.*

Tendo chegado ao nosso conhecimento com indubitavel certeza, pela portaria do governo d'estes reinos, datada de 31 de maio d'este anno, inserta na gazeta official d'esta cidade de 4 de junho presente, que houveram insensatos tão temerarios e atrevidos, que ousaram formar o louco e detestavel projecto de estabelecer um governo revolucionario, pretendendo, sobre falsos e affectados pretextos, desviar alguns dos fieis vassallos e sempre leaes portuguezes da obediencia, fidelidade e respeito, que por todos os direitos é devida a sua magestade fidelissima, o senhor D. João VI, nosso senhor, que hoje por nossa felicidade tão sabiamente nos governa, para o fim de fazerem uma sublevação, que, se chegasse a realisar-se, aos culpados e aos innocentes seria igualmente fatal, pelos innumeraveis males em que nos teria submergido, e dos quaes pela vigilancia, sabedoria, zêlo, e acertadas providencias da auctoridade, que em nome de sua magestade nos governa, estamos livre. Conhecendo que todo o bem nos vem de Deus, sejam quaes forem os meios de que elle para isso se sirva, claro fica que a elle devemos dirigir as nossas acções de graças; sendo certo outrosim que não



foram os nossos merecimentos, que devem ter movido o Senhor a fazer-nos um tão extraordinario beneficio, livrando-nos dos horrores que de perto nos ameaçavam, devemos agradecer attribuil-o á poderosissima intercessão da especial protectora d'estes reinos e conquistas, a Immaculada Virgem Maria Nossa Senhora, que veneramos especialmente, e com devoção propria e hereditaria de portuguezes no augusto mysterio da sua conceição; por sua efficaz e poderosa intervenção, pois, é que devemos apresentar ante a Divina Magestade os nossos agradecimentos, rendendo-lhe as devidas acções de graças, pelo singular beneficio que das suas magnificientissimas mãos acabámos de receber. É por isso que vamos por bem ordenar que no dia domingo, que se hão de contar 15 do presente mez, em todas as parochias d'este patriarchado, e igrejas dos conventos regulares, concluidos os divinos officios proprios do dia, se cante, ou reze, aonde não poder cantar, depois da hora de Nôa, a missa voliva de Nossa Senhora *pro Gratiarum actione*, ajuntando-lhe no fim o hymno *Te-Deum laudamus* com o Santissimo Sacramento exposto, dizendo-se igualmente n'este dia em todas as missas a oração *pro Gratiarum actione*.

O ex.<sup>mo</sup> arcebispo de Lacedemonia, nosso vigario, o tenha assim entendido e faça executar; ordenando alem d'isso aos reverendos parochos hajam em o dia 13 do corrente á execução da missa de assim o fazer publico, e excitar os fieis a concorrerem áquella solemne acção de graças, pois tanta parte lhes coube n'este incomparavel beneficio. Lisboa, collegio, séde vacante, 8 de junho de 1817. = *D. A. Principalis Camara* = *D. D. Principalis Lencastre* = *A. Principalis Furtado*. — Logar ✕ do sêllo. = *Monsenhor Luiz Leonardo de Sequeira*.

## DOCUMENTO N.º 33-A

(Citado a pag. 290)

**Proclamação do chamado conselho regenerador,  
reputado como o que promovia a revolução de 1817**

Portuguezes ! Que criminosa apathia vos detem? Com que esperanças buscaes nevoar o desengano, que de toda a parte vos brada? É preciso que findem os tempos da cegueira, e da apparente e debil segurança, com que desmascarando o despotismo, guia ao sepulchro a independencia nacional: ninguém se lie. Eia pois, soem os brados meus no intimo dos vossos corações, e a vossa dignidade amortecida resuscite á voz despertadora com que o patriotismo vos convoca. Correi, caros concidadãos; unamo-nos todos a aniquilar o jugo insupportavel, com que a ingratidão pretende escravizar-nos. Não receiaes vós das tropas que giram nas fronteiras; tendes por medida favoravel que Almeida se mandasse desarmar, e que a Elvas succeda o mesmo em poucos dias? *Dá-vos idéa de prosperidade ver esgotados os cofres publicos e particulares? Não sabeis que maior requisição de tropas se faz ao nosso paiz, e que esse ridiculo aventureiro (que em desabono nosso é commandante em chefe do exercito), tenta levar ao fim o novo recrutamento, já por fazer á sua patria o serviço de aniquilar-nos o commercio, artes, e toda a industria nacional, e já para que exauridos de braços, e inermes, não frustremos o tacito e sacrilego tratado, por onde o ingrato monarcha nos sujeitou á tyrannia dos hespanhoes, como dote da filha, ou presente de escravatura? Flagellou-nos toda a sorte de males em sete annos; e que premios tem o despota distribuido por tão arduos sacrificios aos benemeritos casalllos, que derramando o sangue, lhe seguraram a corôa e sceptro? Chama-os ao açougue do precario imperio. Ah! E vós ireis, vendo que as orphãs e viuvras dos que morreram na batalha não encontraram outro paiz, nem maridos senão na desventura de quem são victimas, por o não serem da in-*



de outras duas testemunhas da devassa de n.º 17  
inculcados pelo mesmo denunciante Pedro Pinto de  
Sarmiento, e tão indignos de credito, quanto se pa-  
ra os motivos de inimisade e suggestão que os in-

. A sentença de revista acima mencionada, foi profe-  
r accordo de 20 de maio de 1822. N'este accordo,  
acima exposto, se lê tambem o seguinte:

ndo-se em todo o processo, que o marechal, então  
dante do exercito, conhecia desde o mez de abril de  
tecido de projectos, que serviram de pretexto aos  
mentos depois instituidos, reconhece-se pelas mes-  
ras, que em lugar de se obviarem progressos, que  
am a tanto desastre, tratou-se pelos ardis da simu-  
s denunciantes de dar corpo e caracter ao que no  
não podia ter importancia alguma, obrando os mes-  
unciantes com plena affouteza, que lhes dava a se-  
da impunidade para atraçoarem a seu salvo aquel-  
com as apparencias de amisade e da confiança,  
am precipitar na ultima ruina, como conseguiram  
suggestões traidoras; de modo que a manifestação  
policia, foi depois de ultimados todos os preparati-  
deviam consummar um sacrificio premeditado e  
o qual se teria evitado, assim como a origem a que  
a, se o commandante da força armada, que estava  
e das investigações, que elle mesmo dirigia, pon-  
portunamente no conhecimento do governo, fizesse  
os terriveis acontecimentos que se seguiram.

contra os conspiradores, que foi executada no dia 18 do corrente mez com o maior socego e tranquillidade, na fórma das contas n.<sup>os</sup> 2 e 3 do chanceller da casa da supplicação, que serve de regedor das justiças, e do intendente geral da policia. O povo, que assistiu em grande numero a este triste espectáculo, mostrou constantemente o horror, que merecia a enormidade dos delictos de taes réus, e temos a satisfação de poder assegurar a vossa magestade, que estes mesmos sentimentos são geraes a todos os seus fieis vassallos d'estes reinos, assim como o grande desprazer de que entre elles nascessem individuos tão perversos, que pretendessem manchar o amor e fidelidade, que consagram á soberana pessoa de vossa magestade, e de que tem sempre dado as mais evidentes provas. D'este mesmo amor e fidelidade nascem os incessantes votos, que todos fazemos ao céu, para que nos restitua o nosso augusto rei e senhor, e a sua real familia, cuja presença tão necessaria é para a felicidade d'estes reinos. Tendo o desembargador do paço, e juiz da inconfidencia, Antonio Gomes Ribeiro, dirigido a este governo a conta e relação n.<sup>o</sup> 4, mandámos expedir ao juiz do fisco por inconfidencia o aviso da copia n.<sup>o</sup> 5. E quanto á justa recommendação, que elle fez dos importantes serviços, que pelo espaço de nove annos, e particularmente na presente occasião, tem praticado como escrivão do dito juizo o desembargador do Porto, Luiz Gomes Leitão de Moura, é o nosso parecer que elle, em recompensa dos mesmos serviços, bem merece que vossa magestade lhe faça mercê do primeiro logar de desembargador da casa da supplicação que vagar, para o entrar effectivamente a servir sem prejuizo da antiguidade dos que a tiverem maior. Na conta da copia n.<sup>o</sup> 6, refere o desembargador Pedro Duarte da Silva o que praticou em execução da ordem que recebeu, para passar á torre de S. Julião, e regular a comunicação do réu Gomes Freire na occasião em que saiu do segredo; o que o dito ministro cumpriu com o seu costumado zêlo, actividade e vigilancia, parecendo outrosim muito digno da mais séria attenção de vossa magestade o que na mesma conta se relata sobre o ir-

regular e escandaloso procedimento do tenente coronel inglez do regimento de infantaria n.º 19, que poderia ter pessimas consequencias, senão fosse a boa disposição em que se achava o réu, merecendo talvez o mesmo tenente coronel que vossa magestade tenha a seu respeito a demonstração que for do seu real agrado, mórmente sendo constante que no exercito se acham infelizmente muitos individuos ligados a sociedades occultas, que ha todas as razões para suppor que só procuram a ruina da religião e do estado.

A muito alta e muito poderosa pessoa de vossa magestade guarde Deus muitos annos, como desejámos e havemos mister. Lisboa, no palacio do governo, em 25 de outubro de 1817.—*Marquez de Borba* = *Ricardo Raymundo Nogueira* = *Alexandre José Ferreira Castello*.

---

Outro officio sobre o mesmo assumpto,  
da parte do intendente geral da policia  
para os governadores do reino

Senhor! — N'este momento, que são dez horas da noite, findaram as execuções dos réus conspiradores, que tiveram de padecer hoje a pena capital. Nenhum incidente occorreu, que perturbasse, nem levemente, a tranquillidade e boa ordem d'aquelle acto, excepto apenas a occorrença de dois pequenos susurros, ao tempo em que se praticava a nona e undecima execução, sendo já de noite, e de que se não pôde conhecer a origem, presumindo-se que seria alguma tentativa de furto. O povo apresentou constantemente sentimentos de compaixão e horror; porém, nenhuma voz, e nenhuma acção se conheceu, que fosse tendente a desapprovar este indispensavel acto de justiça; e constando que alguns dos réus, já no patibulo, alçaram a voz, pedindo perdões publicos, repetindo a confissão dos seus crimes, e convidando os espectadores a aproveitarem-se do triste exemplo das suas circumstancias, isto que principiou pelo réu José Francisco das Neves, e praticou depois outro, foi de proveitoso effeito, por acrescentar, se era necessario, o convencimento em que

4.<sup>a</sup> Per tudo o que se acaba de expor, parece evidente que Portugal não pôde deixar de ser, no presente estado de cousas, a sêde da monarchia portugueza, sem um grave risco da conservação de ambos os reinos, por isso que Portugal, apesar da sua pouca extensão, comparada com o Brazil, é de facto a parte mais forte e principal da monarchia; e o soberano residente em Portugal pôde defender-se a si e ao Brazil, entretanto que collocado no Brazil, nem tem forças com que possa contar com segurança para a sua propria defeza, e menos ainda para conservar Portugal na sua dependencia.

5.<sup>a</sup> Se d'estes principios geraes, e applicaveis em todos os tempos aos dois reinos, passarmos a considerar a sua actual situação, e a dos estados que o cercam, ver-se-ha facilmente que a America é no presente momento o paiz mais exposto ao furor revolucionario; aquelle onde os seus effeitos são mais para temer, e o que tem agora os vizinhos mais oppositos ao estabelecimento e conservação de um governo monarchico e legitimo. A heterogenea mistura de côres e de patrias dos actuaes habitantes do Brazil, forma da sua povoação um composto tão pouco unido de sentimentos e de principios, que elle só por si, e independentemente da natural tendencia que n'estes ultimos tempos têm mostrado os naturaes do Brazil para a chamada *liberdade*, está ameaçando a cada instante uma revolução n'aquelle continente, revolução que a differença das côres pôde fazer tão horrivel como a que teve logar na ilha de S. Domingos, e que achará mais facil acolhimento entre povos, que não tiveram ainda a dolorosa experiencia dos seus fataes effeitos, como acontece hoje aos povos da Europa; revolução finalmente que accendida pelos mesmos revolucionarios, que a têm tentado em vão nos differentes estados da Europa, aonde a vigilancia dos governos illustrados por uma triste experiencia a procura em beneficio proprio suffocar em toda a parte, acharia auxiliares, ou publicos, ou encobertos no governo dos Estados Unidos, ou no das colonias hespanholas rebelladas contra o seu soberano, e que unidos de sentimentos e de interesses, procurariam por todos os modos minar e destruir

uma monarchia collocada no meio d'elles, e cuja existencia devem considerar necessariamente como incompativel com a sua.

Sua magestade, mudando a sêde da sua residencia para Portugal, até podia combinar melhor com as faculdades do reino a existencia do seu exercito de Portugal, provendo ao mesmo tempo á segurança do Brazil de um modo que a experiencia das nações que têm colonias mostra não só praticavel, mas proveitoso.

Das doze brigadas de infantaria, de que se compõe actualmente o exercito de Portugal, tres com a competente artilheria, residiriam no Brazil nos tres pontos principaes de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, sustentadas por aquellas capitancias. No fim de cada anno se mudaria do reino uma brigada para Pernambuco; a que ali tivesse estado passaria para a Bahia, a da Bahia para o Rio, e a do Rio voltaria para Portugal. Por este modo não viriam a estar na America mais tres annos, e em cada ponto mais de um, e haveria só a pequena despesa do transporte de uma brigada cada anno, e, feito em navios de guerra, seria de mui pequena consequencia.

## DOCUMENTO N.º 36

(Citado a pag. 308)

### Collecção de documentos relativos á notavel e mallograda conspiração de 1817

#### Prisão dos envolvidos n'ella

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. D. Miguel Pereira Forjaz. — Ainda que ex.<sup>a</sup>, segundo me consta, está já informado, pelo menos em grande parte, do resultado das diligencias determinadas pelo governo para se executarem na noite de hontem, cumpro aos meus deveres, agora que tenho recolhido as participações officiaes de todos os ministros executores das ordens, informar a v. ex.<sup>a</sup>, para ser presente a sua magestade, que



se effeituou a prisão de Gomes Freire de Andrade, e se acha na torre de S. Julião entregue ao coronel Francisco José da Costa do Amaral, que d'elle passou recibo para o ter incommunicavel. Verificaram-se tambem as prisões de José Dionysio da Serra, do barão d'Eben, de Cypriano Lopes de Andrade, que foi capitão de guias, de Verissimo Antonio Ferreira da Costa, que foi tenente coronel do regimento n.º 15, e actualmente se diz no livro dos presos por escrivão da alfandega do tabaco, e do coronel reformado Manuel Monteiro de Carvalho; os quaes se acham todos incommunicaveis em segurança nas cadeias do Limoeiro e do Castello, tendo-se a todos apprehendido os seus papeis para serem examinados, o que, pelo seu immenso volume, demanda necessariamente muito tempo. Quanto ao architecto e ao abbade, sinto ter de informar, que apesar da maior combinação dos meios empregados, o primeiro pôde fugir para o jardim da sua casa <sup>1</sup>, na qual se deu busca, e seguraram os papeis, tendo eu razões para crer que possa ser elle descoberto e preso; e quanto ao segundo, não se pôde por ora obter ainda noticia fixa da sua habitação aqui, em cuja diligencia se continúa.

Dando parte do referido, seja-me permittido ponderar que acho, por todas as condições, impropria a detenção de taes presos nas cadeias publicas; e que, seja qualquer que for o destino e demora que hajam de ter, era muito conveniente passal-os para fortalezas, ou para os carceres da inquisição.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Lisboa, em 26 de maio de 1817. =  
*João de Mattos e Vasconcellos Barbosa de Magalhães.*

<sup>1</sup> Estas casas e jardim são as que estão pegadas ao chafariz do Rato, pertencentes hoje ao actual duque de Palmella.

cartas de D. Miguel Pereira Forjaz, dirigidas ao intendente geral da policia, João de Mattos e Vasconcellos Barbosa de Magalhães, sobre a conjuração de 1817, e que por nós foram encontradas no archivo do governo civil de Lisboa.

1.<sup>a</sup> Ill.<sup>mo</sup> sr. — Sempre seria bom que v. s.<sup>a</sup> pudesse aqui apparecer um instante, para combinar com v. s.<sup>a</sup> e o governo o que hontem tratei com o marechal. Isto não o deve distrahir por muito tempo, e aliás se paralyará a outra diligencia, ~~me~~ v. s.<sup>a</sup> hontem me recommendou para amanhã.

Seu de v. s.<sup>a</sup> o mais attento e fiel captivo. = *D. Miguel Pereira Forjaz*. — Sabbado, 7 de março de 1817.

2.<sup>a</sup> Remetto a v. s.<sup>a</sup> a carta inclusa, e proclamação que me remette o marechal, para que v. s.<sup>a</sup> se possa servir das noticias que elle diz. Escuso ponderar a v. s.<sup>a</sup> que o importante n'este negocio é segurar os cabeças, *um principalmente* manifesta referencia ao infeliz Gomes Freire), e que por ~~me~~ se devem empregar todos os meios mais efficazes, ~~por~~ da falta d'isso podem resultar graves prejuizos. Escuso ponderar quanto convem estar informado do que possa acontecer.

De v. s.<sup>a</sup>, muito attento e fiel captivo. = *D. Miguel Pereira Forjaz*. — 25 de março de 1817.

#### Carta do marechal, a que se refere a antecedente

A s. ex.<sup>co</sup> D. Miguel Pereira Forjaz. — Je vous remets la proclamation imprimée, que me vient de Santarem. Il a eu beaucoup d'assemblées dans la maison du capitaine mór de Alhandra (era Palmeiro). Je doute fortement, que nous ferons grande prise cette nuit. Un ami m'est avisé qu'a une lettre pour mrs. Neves et Cabral, et allant ce matin la présenter, on lui a dit qu'il ne sera pas à la maison avant neuve heures du demain au matin. Cabral est à Santarem, ou il a fait ses prosélites. = *Marquez de Campo Maior*. — Il n'est pas improbable que plusieurs d'eux se remissent à la maison du

baron d'Eben, qu'on me dit ordinaire. — Dimanche, trois heures, p. m.

3.<sup>a</sup> Ill.<sup>mo</sup> sr. — Communiquei ao marechal o officio de v. s.<sup>a</sup> em data de hoje, e a carta inclusa do sr. principal; e remetto a v. s.<sup>a</sup> a propria resposta do marechal, para seu conhecimento. Estou absolutamente pelo que diz o marechal, quanto ao pouco receio que deve haver ácerca da segurança dos presos; mas emfim separem-se os que parecer conveniente, como estava já determinado, se v. s.<sup>a</sup> julgar conveniente. Quanto, porém, á opinião do sr. principal, de os mandar sair na fragata com esta precipitação, parece-me meio impolitico e inconveniente; é dar a tudo isto um ar de violencia e injustiça, que servirá ás mil maravilhas os projectos dos seus adherentes, — quando, ainda mal, temos na mão provas da existencia de uma infernal conjuração, que cõvem aclarar e punir, para fazer cessar a continuação d'esta gangrena, — o fazel-o assim com promptidão, actividade e energia, mas com toda a sisudeza e gravidade, que compete a um governo legitimo, e não lhe dar a apparencia de uma meia medida, que indica parcialidade e fraqueza. Esta decisão é muito mais lindrosa para se tomar com ligeireza. Rogo a v. s.<sup>a</sup> trate logo isto com o sr. marquez (era o marechal Beresford), e queira participar-me o que lhes parece, para poder escrever ao sr. principal (era o principal Sousa, um dos governadores do reino), a quem já indiquei na minha resposta o meu modo de pensar a este respeito. O que creio que se deve fazer é acautelar o que pôde acontecer nas provincias, tomando a policia as suas medidas; aqui fazer vigiar bem os que conhece, e colligir promptamente as clarezas, que se podem obter pelos papeis apprehendidos, para cortar os fios á meada, e entretanto manter as cautelas militares e de prevenção, que estão tomadas.

Segunda feira, ás sete horas da tarde de 26 de março de 1817. — Sou, de v. s.<sup>a</sup>, muito attento e fiel captivo. — *D. Miguel Pereira Forjaz.*

4.<sup>a</sup> Ill.<sup>mo</sup> sr. — *Conforme o que me diz o marechal, se faz indispensavel que v. s.<sup>a</sup> mande a S. Julião alguma pessoa da*

sua confiança, talvez o seu ajudante, regular o que se deve dar ao preso (refere-se a Gomes Freire), e as cautelas com que isto se deve fazer, e estabelecer ali alguém que regule para o futuro as que deve haver com o seu serviço diario. Tal é a sua proposição, que communico a v. s.<sup>a</sup> para, á vista d'ella, ver o que se póde fazer, a fim de se prover logo ás necessidades que dizem soffre, de cama e outros objectos.

Sou, de v. s.<sup>a</sup>, muito attento e fiel captivo. = *D. Miguel Pereira Forjaz*. — Quarta feira á noite, 28 de maio de 1817.

5.<sup>a</sup> Ill.<sup>mo</sup> sr. — Remetto a v. s.<sup>a</sup> uma outra carta, que acabo de receber do marechal com a inclusa de Francisco de Paula Leite. Fiz examinar, e acho o que vae a lapis na mesma denuncia, pelo que me parece digno de attenção.

Sou, de v. s.<sup>a</sup>, muito attento e fiel captivo. = *D. Miguel Pereira Forjaz*. — Quinta feira, 29 de maio de 1817.

#### Carta do marechal

Monsieur. — Je crains que ma lettre, remettant à v. ex<sup>co</sup> celle du gouverneur de Elvas, ne fut pas datée, mais c'était facile ce matin. Je remets également à v. ex<sup>co</sup> la lettre et son accompagnement, que je viens de recevoir du lieutenant général F. P. Leite. Je crois qu'il y eut le nom de Mourão, ce qui a la patent donnée pour la province da Beira. Je ne sais pas si cela puisse avoir combination avec celui, dont part cette information. Je prierais à v. ex<sup>co</sup> de me faire avoir au plus tôt les ordres sur l'organisation pour les corps pour Pernambuco, et je lui prie de me croire avec toute consideration.

Votre très humble et très obéissant serviteur. = *Marquez de Campo Maior*. — Palais du Saldanha, 29 mai 1817.

N. B. A carta do general Leite remetia ao marechal uma grosseira denuncia anonyma de nenhum valor, na opinião do proprio general.

6.<sup>a</sup> Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Acabo de receber a carta de v. ex.<sup>a</sup>, e ao mesmo tempo outra do intendente; a este respondo já, que póde mandar esta noite para a torre de Belem, ou Cas-

caes, os presos que julgar conveniente. Escrevi ao marechal, prevenindo-o de tudo. Mandeí aqui chamar o commandante da fragata, a quem ordenei que venha fundear cá em baixo, e ali mesmo poderão embarcar os que se assentarem, que devem ir, como e com que ordens; todos não me parece conveniente, e mesmo porque alguns é preciso ver bem o que se faz, porque inculcar medo não fará mais do que dar armas aos outros, e gritarem contra a injustiça, tomando-se cautelas, que são mais faceis agora do que nunca, e fallando o governo á nação, explicando-lhe a razão do seu procedimento, e fazendo apurar, e pôr em claro este negocio, creio que é o caminho mais seguro, decente e conveniente.

Por tudo sou, de v. ex.<sup>a</sup>, o mais attento e fiel captivo. = *D. Miguel Pereira Forjaz.*

*N. B.* Esta carta não tem data, nem direcção, que seguramente não era para o intendente, nem para o marechal, como do seu contexto se vê.

7.<sup>a</sup> Ill.<sup>mo</sup> sr. — Preciso ter, para se remetter para a America, uma copia exacta dos primeiros papeis fornecidos pelo marechal general, isto é, instrucções, credenciaes, proclamação, etc.<sup>1</sup>. Sirva-se v. s.<sup>a</sup> remetter-me até á noite a dita copia, e persuada-se do muito que prézo ser, de v. s.<sup>a</sup>, o mais attento e fiel captivo. = *D. Miguel Pereira Forjaz.*

8.<sup>a</sup> Ill.<sup>mo</sup> sr. — Remetto a v. s.<sup>a</sup> todos os papeis e documentos do tal Cabral, que me acaba de remetter o marechal general, para que v. s.<sup>a</sup> possa desde logo fazer d'elles o uso que for conveniente, e mesmo antes de os apresentar ao governo, por isso que julgo que v. s.<sup>a</sup> não deixará de ir ali amanhã, para o informar do progresso d'este importante negocio, e então os poderá ali levar.

Sou, de v. s.<sup>a</sup>, etc. = *D. Miguel Pereira Forjaz.* — Segunda feira, 2 de junho de 1817.

9.<sup>a</sup> Ill.<sup>mo</sup> sr. — Restituo a v. s.<sup>a</sup> os papeis que me enviou, e ficam copiados; e peço a relação dos que effectivamente se

<sup>1</sup> A lista geral dos que se deviam prender, como consta dos mesmos papeis, etc. — Domingo, 1.<sup>o</sup> de junho de 1817.

assentou que se apprehendessem, uns por v. s.<sup>a</sup> e outros pelo marechal, queira v. s.<sup>a</sup> remetter-m'os logo, porque o navio parte amanhã. Fica prevenido o marechal, quanto ao depoimento, e eu o faço a v. s.<sup>a</sup>, de que tenho ordenado ao redactor da *Gazeta*, que a submeta á sua censura, para evitar que se appareçam, como tem acontecido ultimamente, artigos impertinentes para as circumstancias.

Sou, de v. s.<sup>a</sup>, etc. = *D. Miguel Pereira Forjaz*. — Segunda-feira, 2 de junho de 1817.

10.<sup>a</sup> Ill.<sup>mo</sup> sr. — Estimaria muito que v. s.<sup>a</sup> podesse hoje, as horas que mais lhe conviesse, vir por aqui, por isso que os objectos de que hontem fui encarregado pelo governo de tratar com o marechal general, se não poderão decidir sem que preceda esta conferencia.

Sou, de v. s.<sup>a</sup>, etc. = *D. Miguel Pereira Forjaz*. — Quarta-feira, 4 de junho.

11.<sup>a</sup> Ill.<sup>mo</sup> sr. — Accuso a recepção da carta que v. s.<sup>a</sup> me dirigiu; e como agora vou partir para o governo, e ali espero ver a v. s.<sup>a</sup>, então fallaremos sobre o objecto da mesma sua carta.

Sou com toda a estimação, de v. s.<sup>a</sup>, etc. = *D. Miguel Pereira Forjaz*. — Calçada da Ajuda, 7 de junho de 1817.

N. B. Esta carta tinha dentro uns papeis de lembranças, que diziam: «Estão declarados como associados José Campello, tio, ou primo do alferes Pinto de n.º 4, e um Manuel Ignacio, irmão de um official do mesmo numero, que é morador na travessa do Açougue Velho, em casa de uma irmã casada, da qual poderão dar noticia na tenda que ha na mesma travessa. E Campello mora defronte da igreja da Encarnação, com familia, em um primeiro andar, e é necessaria a sua prisão, mais a do dito Manuel Ignacio. Precisa saber-se pelo capataz do chafariz das Amoreiras, quem é um gallego que no dia 18 do corrente foi, em um domingo ao amanhecer, chamado por um soldado para fazer um recado ao dono de uma casa, que está situada passado o muro das freiras do Rato, da parte esquerda defronte do arco, a primeira na primeira escada, agua-furtada, aonde mora uma rapariga cha-

mada D. Antonia, a cuja casa ia um alferes de n.º 16. Officio ao general da provincia, ou ao general Rosa, para a prisão de Manuel de Jesus Monteiro, official effectivo ou reformado de artilheria, que é, ou foi empregado em um dos parques de artilheria volante. Mr. Maxwel, ao Arco do Marquez, vendeu o prélo e a letra precisa; examinar-se o que se determinou a seu respeito, quanto ás imprensas pequenas; examinar nos papeis do Limoeiro a respeito de Pinto, sobre o requerimento feito contra o corregedor de Elvas, quem seja um Campello, que aconselhou a fazer o dito requerimento.

12.ª Ill.º sr. — Remetto a v. s.ª as cartas, que no correio se encontraram para os presos, conforme tinha recommendado a Lourenço Antonio. Igualmente remetto dois papeis, que me foram dirigidos entre as petições, e a que v. s.ª dará o valor que julgar que merecem, e ultimamente a carta anonyma que recebi de Paris, da qual peço a restituição, depois de tirar copia para seu governo.

Sou, de v. s.ª, etc. = *D. Miguel Pereira Forjaz.* — Casa 10 de julho de 1817.

#### Minuta da resposta à carta acima

Ill.º e ex.º sr. — Inclusas achará v. ex.ª as cartas que me remetteu, as quaes nada de interessante contêm, e por isso penso que se podem lançar outra vez no logar competente, para serem entregues ás pessoas a quem pertencem. Vae tambem a carta anonyma de França, de que deixo a copia para meu governo, assim como os dois papeis em forma de denuncia, que v. ex.ª juntamente me remetteu. Espalhou-se que morrêra das suas feridas o alferes Pinto; mas foi boato, pois elle hontem ainda vivia no hospital. Foi preso o capitão Pedro Ricardo; e de Santarem veio Francisco Sodré, cunhado do réu Cabral, como refiro em carta, que hoje sobe pela secretaria d'estado do reino, em que lembro ser muito necessario que venha para as cadeias do Limoeiro o capitão Manuel de Jesus Monteiro, como tenho exigido.

u, de v. ex.<sup>a</sup>, etc. = *João de Mattos e Vasconcellos Bar-le Magalhães*. — Em 12 de julho.

<sup>a</sup> Ill.<sup>mo</sup> sr. — Remetto a v. s.<sup>a</sup> a carta que acabo de re-do marechal general, marquez de Campo Maior, bem o maço de papeis que a acompanhavam; e desejo que me indique a resposta que convirá dar á pergunta que a carta faz sobre o destino dos presos.

, de v. s.<sup>a</sup>, etc. = *D. Miguel Pereira Forjaz*. — Quarta 11 de junho de 1817.

---

#### Carta do marechal

sieur. — Ayant étais informé, tant avant que depuis 25 du mois passé, que l'*alferes* de cavallarie n<sup>o</sup> 10, João da Costa, fut impliqué et avait entré dans la nation déjà découverte; j'envoyai à Evora, où il avait voyé de Santarem, pour le faire arreter et saisir ses . Il est déjà arrêté et en *segredo* à Evora, et je désavoir la destination que je dois donner à cet officier. je remets à v. ex<sup>co</sup> les papiers que le colonel White nit, que furent pris dans la malle de cet officier. se souviendra que je n'ai encore reçu aucune ordre destination du colonel Bilstein en prison en Elvas; t que c'est celui, qu'on appelle aussi Guilherme.

l'honneur d'être de v. ex<sup>co</sup> le très humble et très obéissrviteur. = *Marquez de Campo Maior*. — Pateo do Sal- 11 juin 1817. — A s. ex<sup>co</sup> D. Miguel Pereira Forjaz.

Ill.<sup>mo</sup> sr. — Remetto a v. s.<sup>a</sup> a carta que acabo de re-do marechal general, marquez de Campo Maior, com 3 cartas inclusas a que ella se refere, relativa a varios loos, que elle fez prender no regimento n.<sup>o</sup> 16.

, de v. s.<sup>a</sup>, etc. = *D. Miguel Pereira Forjaz*. — 13 de io de 1817.



**Carta do marechal**

Monsieur. — J'ai l'honneur de remettre à v. tre n° 1, que le lieutenant colonel du régiment dirigé, comme aussi celle n° 2, sa réponse, à celle écrit en conséquence de sa première. Il sera nécessaire les personnes, que j'ai cru nécessaires de prendre information, les *alferes* José Manuel da Cruz, s tenent José Maria, et sa femme, soient examinés gistrat; peut-être que l'intendant général de police mieux de faire dans les quartiers des prisons comme de fait, ces personnes ne paraissent pas les deux derniers n'ayant qu'à dire la vérité sur les actions de l'*alferes*, et celui-ci d'informer de qui lui a présenté le papier pour signer, et ce qu'il sait de ces officiers, dont il fait mention, peut-être que l'intendant ne jugera pas nécessaire de les garder plus particulièrement le lieutenant et sa femme, qui ne sent rien dire, de ce que aura dit l'*alferes*; non, n'ai pas cru que nous devrions négliger cette information dans ces circonstances.

J'ai l'honneur d'être de v. ex<sup>co</sup> le très humble, et  
*quez de Campo Maior.* — Pateo do Saldanha, 13

15.<sup>a</sup> Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Remetto a v. s.<sup>a</sup> a cause que me escreveu o marechal general em data de 11 de maio assim as duas cartas anonyms que recebi pelos Portos e Chaves, para que possa fazer d'ellas o uso que v. s.<sup>a</sup> recerem.

Sou, de v. s.<sup>a</sup>, etc. = *D. Miguel Pereira Forbado*, 14 de junho de 1817.

**Carta do marechal**

Monsieur. — Je retourne à v. ex<sup>co</sup> la lettre de l'intendant général de police, que m'envoya hier, ayant des ordres pour que l'*alferes* Christovão da Costa,

sa aux ordres de l'intendant général. L'alferes José Ribeiro Pinto fut envoyé du Porto le 12 courant, et j'espère que le capitaine Pedro Pinto sera ici aujourd'hui. Je crains que le capitaine d'artillerie, Manuel de Jesus Monteiro, s'est évadé, comme il ne s'était pas présenté à son régiment jusqu'au jour 41, comme v. ex<sup>co</sup> verra par la lettre ci jointe du maréchal de camp, João Lobo Brandão. J'avais aussi hier des lettres du comte de Amarante, et il n'y a encore aucune information du major Jose Maximo; ainsi il nous manque celui-ci; le capitaine adjudant de milice occidentale, et le capitaine d'artillerie Manuel de Jesus Monteiro, que probablement se sont tous évadés.

J'ai l'honneur, etc. — *Marquez de Campo Maior*. — Pateo do Soldanha, 14 juin 1817. — A s. ex<sup>co</sup> D. Miguel Pereira Forjaz.

#### Carta de João Lobo Brandão

M<sup>to</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Meu general do meu maior respeito. — Recebendo a ordem de v. ex.<sup>a</sup> de 9 do corrente, tudo quanto v. ex.<sup>a</sup> determina será executado, logo que chegue a esta praça Manuel de Jesus Monteiro; porém, até ao presente ainda não ha aqui noticia d'elle. Eu tenho andado sempre em observação, e o mesmo tenho recommendado ao coronel tenente-rei; porém, nada se tem descoberto; e o corregedor, que tambem está encarregado pela policia, fallando-me no geral d'estes acontecimentos, tambem me diz o mesmo. Aqui ha um tenente do regimento n.<sup>o</sup> 17, chamado João Luiz Serrão, irmão do capitão Serrão do regimento n.<sup>o</sup> 15, e como corresse a noticia d'este estar preso, por isto tenho recommendado particularmente, que se observe a sua conducta, e talvez seria bom examinar as cartas que lhe vierem pelo correio, porem, só com expressa ordem se poderá fazer, pois é subjecto, como v. ex.<sup>a</sup> sabe, da maior delicadeza e fê publica. Tambem devo pôr na presença de v. ex.<sup>a</sup> que o capitão Manuel de Sousa, que se acha encarregado de guardar o coronel Bulstein no forte de Santa Luzia, se deve ser rendido, ou não por outro official, achando-se soffrer igual incommodo,

assim como ás do preso. De tudo o que houver noticiarei a v. ex.<sup>a</sup>, remettendo-me com o maior respeito e submissão ás ordens de v. ex.<sup>a</sup>

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Elvas, 11 de junho de 1817. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. marquez de Campo Maior, marechal general. = *João Lobo Brandão de Almeida*, marechal governador de Elvas.

*N. B.* Esta carta é toda autographa, e é da maior vergonha para a memoria do seu auctor estar crivada dos mais crassos erros de orthographia.

16.<sup>a</sup> Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Em resposta á carta que v. ex.<sup>a</sup> me escreveu em data de hoje, tenho a remetter a v. ex.<sup>a</sup> a carta inclusa do marechal general, que responde plenamente a tudo que se deseja saber.

Sou, etc. = *D. Miguel Pereira Forjaz*. — Domingo, 22 de junho.

#### Carta do marechal

Monsieur. — Je viens de recevoir la note de v. ex.<sup>ce</sup>, et en réponse je dois lui informer que P. Pinto, a déjà tous les papiers pour se présenter demain à l'heure indiquée à l'intendant général de police, l'ayant appelé pour cet effet, et l'ayant prévenu de se conformer en tout dans la mode, ou forme de donner son témoignage à ce que l'intendant général prescrivera comme sachant mieux les formes que nous. V. ex.<sup>ce</sup> peut ainsi communiquer ce à l'intendant général.

J'ai l'honneur d'être, etc. = *Marquez de Campo Maior*. — A s. ex.<sup>ce</sup> D. Miguel Pereira Forjaz.

*N. B.* Esta carta não tem data.

17.<sup>a</sup> Ill.<sup>mo</sup> sr. — Remetto a v. s.<sup>a</sup> a carta, que recebi n'este correio, de José Maximo Pinto, e outra que recebeu do mesmo o sr. marquez de Borba. Tambem remetto o officio que recebi do marechal general, ácerca do que v. s.<sup>a</sup> me disse na sua carta sobre o descuido do official, que conduzia o alferes Pinto; e á vista do que o mesmo official me expoz, tambem me parece que foi um successo accidental, que se lhe não

pode imputar como crime. Seria bom prevenir com o tempo a hora e o modo com que deve entrar em Lisboa o abbade de Carrazedo.

Sou, etc. = *D. Miguel Pereira Forjaz*. — Domingo, 22 de Junho.

N. B. As cartas de José Maximo Pinto da Fonseca Rangel, não contém lamentos da sua triste sorte, tanto por causa das molestias de que era victima, como por causa das calumnias que lhe levantavam, affirmando com a maior intimativa possível a sua innocencia a respeito de tudo que contra elle se podesse politicamente dizer.

O officio do marechal Beresford é o seguinte:

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Tenho a honra de responder ao escripto de v. ex.<sup>a</sup> datado de hontem, que o alferes do regimento n.<sup>o</sup> 16, José Ribeiro Pinto, que por engano se disse estar no hospital real de S. José, se acha no hospital militar do Beato Antonio na mais estreita cautela, com sentinella á vista e incommunicavel, mas inteiramente á disposição do intendente geral da policia, para se lhe poderem fazer as perguntas que entender que são necessarias. Eu não vejo que a culpa competente, que conduziu o referido alferes preso, seja tão grave como diz o intendente geral da policia na sua carta, de v. ex.<sup>a</sup> me remetteu, e será preciso saberem-se as circumstancias do acontecimento, para se julgar se elle é culpado, pois que aquillo que por ora sei é que elle em todo o caminho teve excessiva vigilancia com o preso, e que na occasião de passar a barca de Sacavem, querendo que isto se fizesse sem demora, e em ordem, para evitar qualquer acontecimento, o preso lançou repentinamente mão de uma pistola, que elle para maior segurança trazia no sacco da sege do seu lado, e commetteu o attentado de dar um tiro contra si, dando occasião a isto um momentaneo descuido a que todo o homem é sujeito. Tambem o não considero culpado por entrar aqui pela manhã, porque elle não sabia os desejos do intendente geral da policia para que entrasse de noite, e este é que deveria ter mandado mais cedo ao caminho as suas ordens para este fim, sabendo que elle deveria chegar

4.<sup>a</sup> Monsieur. — J'envoie à v. ex<sup>ce</sup> le récit de ce que passé depuis que je fut informé d'une conspiration contre le gouvernement légale de cette monarchie. C'est inutile pour le présent j'ajoute de plus, comme ce ne sera que guider les pas nécessaires à prendre dans cette affaire personnes à qui fait allusion ce récit, sont prêts à pa quand les gouverneurs le croyeront nécessaire, au même à moins que leur témoignage soit à la fin nécessaire ou sement, et sera beaucoup mieux qu'ils ne paraissent pas.

J'ai l'honneur, etc. = *Marquez de Campo Maior*. — do Saldanha, 31 mai 1817. — A s. ex<sup>ce</sup> D. Miguel P. Forjaz.

2.<sup>a</sup> Ill.<sup>mo</sup> sr. — Tenho a participar a v. s.<sup>a</sup> que se faz ma diligencia sobre o capitão Pedro Pinto de Moraes mento, ajudante de ordens do brigadeiro general Vahia ha poucos dias saiu d'esta côrte, e aqui deverá voltar deve logo sustar, pois eu fico por elle responsavel.

Deus guarde a v. s.<sup>a</sup> Quartel general no pateo do S nha, 4 de junho de 1817. = *Marquez de Campo Maior*, rechal general. — Sr. João de Mattos e Vasconcellos Ba de Magalhães.

3.<sup>a</sup> Monsieur. — V. ex<sup>ce</sup> se souviendra que quelqu'un conspirateurs, avant d'être arrêtés, désirent qu'un lieutenant colonel Guilherme était employé à Oporto dans cette affaire et ils disent au même temps qu'il y était allé en compagnie d'un bachelier, mais dont ils ne donnerent jamais le nom. En conséquence, dans ma communication avec lieutenant général Philippe de Sousa Canavarro, je lui indiquais ces constances, afin que s'il trouvait une personne dans ces constances, il la fàirait arrêter. J'envoyai à v. ex<sup>ce</sup> la réponse qu'il m'a donné, et en ce que concerne F. Quartini, il ne pas avoir question, comme il est sorti d'ici par ma permission de se joindre au général Wilson, étant de son état militaire. Pour le major Henrique Navarro de Andrade, je n'ai aucune raison de supposer qu'il puisse être la personne en question, comme il a toujours bien servi et très loyalement, j'ai envoyé la lettre du lieutenant général Canavarro,

me communique de plus que l'alferes Pinto du 16, y avait arivé le 28, et en sorti le 29, deux heures avant l'arrivée de ma lettre, et qu'il avait envoyé l'arrêter; ainsi je ne doute pas qu'il sera déjà pris. Il dit que cet officier arrivait à Oporto en compagnie avec trois étudiants de Coimbra, et qu'il se dirigeait à Braga, Guimarães et Lamego.

J'ai l'honneur, etc. = *Marquez de Campo Maior*. — Pateo do Saldanha, 2 juin 1817. — A s. ex.<sup>te</sup> D. Miguel Pereira Forjaz.

#### Officio do general Canavarro

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Tendo-me constado pelas partes da po-  
nha que um official superior tinha chegado ao Porto, vindo  
de Lisboa na companhia de um bacharel, Bento de Macedo,  
e o official d'estado maior da provincia do Minho F. Quartini,  
tinha chegado tambem a esta cidade, e não se tinha apresen-  
tado ao meu quartel general, mereceu-me desconfiança, e o  
fiz chamar à minha presença, e soube que já tinha partido  
para Vianna. Soube mais que o official superior se chama  
Henrique Navarro de Andrade, que serviu no batalhão de  
caçadores n.º 6, e agora é major de milicias em Vianna; e co-  
mo o nome de Guilherme, e o posto de tenente coronel, que  
declararam as instrucções de v. ex.<sup>a</sup>, não contradizem com o  
nome e o posto que elle tem, por este motivo pararam as  
nhas diligencias; mas julgo do meu dever fazer sciente a  
v. ex.<sup>a</sup> d'aquellas que fiz, para serem do conhecimento e al-  
cançe de v. ex.<sup>a</sup>

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Quartel general do Porto, em 30 de  
março de 1817. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. marechal general, mar-  
quez de Campo Maior. = *Filippe de Sousa Canavarro*, tenente  
general.

4.<sup>a</sup> Confidentiel. — Monsieur. — J'ai parlé à ceux qui doi-  
vent déposer devant l'intendant général de police, et ils  
donnent la préférence à faire leur déposition en secret, où  
leurs noms ne paraîtront pas avec leurs témoignages: car ils

disent que si toute leur témoignage soit mise dans une enquête, où seront leurs noms, que le public verra immédiatement toute l'affaire, en ce que leur ait égard. Ils proposent donc, qu'ils soient appelés comme quelque autre pour l'enquête générale par l'intendant général de police, et qu'ils déposeront là quelque chose de peu de conséquence, et qui ne les compromettra pas, et qu'ils prendront la même occasion de déposer là tout à l'intendant général de police séparément et en secret, ce que me paraît sera le mieux pour tous les objets, que nous avons, car entrant dans l'enquête générale, où ils ne diront pas grande chose, otera toute idée de suspicion sur eux, et ils puissent peut-être nous servir, et au même temps il y aura l'avantage de leur pleine témoignage dans toutes ses parties. *Je vous ai envoyé quelques questions qu'il me paraît seront utiles de faire aux témoins de l'enquête, et particulièrement à quelqu'uns d'eux, et v. ex<sup>ce</sup> verra que ce seront outre des questions, que la plus grande connaissance de l'intendant général de police puisse leur faire et de plus il verra que ce ne sont que des questions préliminaires, et conformément à leurs réponses; beaucoup d'autres puissent suivre chacune de celle-ci. Naturellement ces questions seront mises entre les grandes nombres, que se propose l'intendant général de faire, car autrement, étant mises séparément, on pourrait savoir dont elles viennent et leur objet.*

J'ai l'honneur, etc. = *Marquez de Campo Maior.* — Pato do Saldanha, 10 juin 1817. — A s. ex<sup>ce</sup> D. Miguel Pereira Forjaz.

N. B. Não transcrevemos aqui as perguntas a que se refere o officio supra, por se acharem já publicadas a pag. 271 e 272 do vol. 1 d'esta terceira epocha.

5.<sup>a</sup> Monsieur. — Je remets à v. ex<sup>ce</sup> avec l'information que le capitaine d'artillerie, Manuel de Jesus Monteiro, est pris à Elvas, les papiers qu'on lui a pris et la lettre du maréchal João Lobo Brandão, en égard de lui, tout que du colonel Bilstein, avec les requêtes de ce dernier.

J'ai l'honneur, etc. = *Marquez de Campo Maior.* — Pato



do Saldanha, 17 juin 1817. — A s. ex<sup>ce</sup> D. Miguel Pereira Forjaz.

N. B. O officio do marechal de campo, João Lobo Brandão, relate o modo por que no dia 12 de junho á noite fôra preso o capitão Manuel de Jesus Monteiro, e apprehendidos os seus papéis, sem nada mais ter de notavel. Quanto aos requerimentos do coronel Bilstein, preso no forte de Santa Luzia, nada mais contém do que allegar a sua innocencia, e pedir ser permitido a justificar-se.

6.<sup>a</sup> Monsieur. — Le maréchal de camp Campbell m'a communiqué que la santé du lieutenant général Gomes Freire a souffert quelque chose de l'état où il se trouve, et qu'on s'ex<sup>ce</sup> n'a jamais demandé de l'aide médicale, encore le général voudrait être informé, en cas qu'il la demande, ou que cela lui soit nécessaire, ce qu'il doit pratiquer, et qui l'appeler, et sous quelles précautions. Il demande également, en cas que la santé du lieutenant général l'exige, s'il lui soit permit de prendre l'air, une ou deux heures près de son prison, et dans la compagnie, ou du gouverneur, ou de lui le marechal de camp. Il paraît que la place où est le lieutenant général est extrêmement humide, et j'ai déjà ordonné que son lit soit mis à l'air tous les jours, sous l'instruction immédiate et avec toutes les précautions nécessaires du gouverneur actuel de la place, qui a déjà la surintendance de sa personne et communication. Je ne doute pas que cette mesure sera de l'agrément de s. ex<sup>ce</sup> les gouverneurs du royaume.

J'ai l'honneur, etc. *Marquez de Campo Maior.* — A s. ex<sup>ce</sup> D. Miguel Pereira Forjaz. — (Não tem data, e uma nota a lapis diz que é de junho de 1817.)

7.<sup>a</sup> Monsieur. — J'ai l'honneur de remettre à v. ex<sup>ce</sup> la disposition de Antonio Cabral Calheiros Furtado de Lemos, comme il l'a fait hier au soir, et je ne peut que dire que visiblement il n'y avait pas la sincérité qu'il avait promise, mais tout le contraire. Il n'a pas même mentionné les personnes principales, qu'il avait, avant d'être pris, dit être engagés dans cette affaire, et je n'ai pas voulu, qu'on lui fit des interroga-



tions là-dessus, comme sa venue ici était seulement à son désir, et pour avouer librement tout ce qu'il savait; les magistrats seront de plus ce qu'ils leur paraîtra nécessaire. Je remets au même temp les papiers, que j'avait déjà donné à v. ex<sup>ce</sup>, et que vous m'avez renvoyé, et d'autres du même Cabral, que me furent envoyés de Santarem par l'escort que l'amenait. Je l'ai envoyé au Limociro, pour y être à la disposition de l'intendant général de police.

J'ai l'honneur, etc. = *Marquez de Campo Maior.*

---

**Officio de Salter de Mendonça para o intendente**

Ill.<sup>mo</sup> sr. João de Mattos e Vasconcellos Barbosa de Magalhães. — Por isso mesmo que o caso é muito extraordinario, e tem a todos em grande expectação, deve proceder-se com a maior legalidade e circumspecção sem perda de tempo, fazendo-se amanhã o auto do corpo de delicto pela proclamação e noticias, que se consideram verdadeiras. A devassa começará, logo que for possivel, pelos juramentos das duas testemunhas, que se mostram tão instruidas. Tambem é justo que se façam immediatamente as perguntas a Gomes Freire, barão, etc., até para que se não queixem da demora. Estou certo que v. s.<sup>a</sup> não se ha de esquecer de alguns dos requisitos necessarios; mas, como todos somos interessados na averiguação da verdade, faço estes pequenos apontamentos.

Deus guarde a v. s.<sup>a</sup>, etc. — Amigo, collega, e fiel crendo. = *João Antonio Salter de Mendonça.* — Em 27 de maio de 1817.

---

**Doença de Gomes Freire**  
**Officio para o intendente geral da policia**

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Em execução das ordens de sua magestade, fui ante-hontem á torre de S. Julião visitar o general Gomes Freire de Andrade; e para satisfazer ao officio que v. ex.<sup>a</sup> me dirigiu com data de hontem, cumpre-me in-

firmar que o dito general me disse que padecia indisposição de estomago, grande comichão na cara, e dores rheumaticas, de que já ha annos era atacado, e que agora muito o incommodam de um e outro lado da cabeça, e observei-lhe conspurcação de lingua, e algumas pustulas pela cara e braços. Em attenção ao estado do estomago e hemicraneia, lembrei-lhe um emetico, que não receitei pelo não ver propenso a tomal-o, e só me limitei a mandar-lhe fazer um cozimento de malvas e flor de sabugueiro, para com elle e leite banhar as pustulas da cara, a fim de modificar a comichão e inquietação que ellas lhe causam, e o ter as barbas muito crescidas, e por isso seria bom que se lhe permittisse o fazer a barba, porque com este pequeno soccorro elle se dá por satisfeito, e prescinde de outra applicação de remedios, e até da mudança da casa em que se acha, que é bastante humida, e muito pôde concorrer para exacerbar a molestia rheumatica.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Lisboa, 8 de julho de 1817. —  
M.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. João de Mattos e Vasconcellos Barbosa de Magalhães. — *O dr. José Carlos Barreto.*

## DOCUMENTO N.º 37

(Citado a pag. 370)

Organisação da divisão hespanhola de Cadiz, productora da revolução liberal de 1820 n'aquella cidade, destinada como estava pela metropole a ir occupar Buenos Ayres, e as mais colonias hespanholas do Rio da Prata

General commandante em chefe, o tenente general conde del Abisbal.

Chefe do estado maior, o marechal de campo D. Braz Fournas.

Sub-inspector de infantaria, o brigadeiro D. Antonio Blanco.

Sub-inspector da cavallaria, o brigadeiro Ramonella.

A primeira divisão, commandada pelo marechal de camp Cruz Mourgeon, compunha-se de sete corpos, formando duz brigadas.

Primeira brigada, commandante o brigadeiro Demetri O'Daly.

Corpos de infantaria de linha :

1 batalhão das Canarias, n.º 13 de caçadores.

1 batalhão de el-rei, n.º 1.

2 batalhões de Aragão, n.º 31.

Segunda brigada, commandante o brigadeiro Freixes.

Corpos de infantaria de linha :

1 batalhão de Soria, n.º 11.

1 batalhão de Valencia, n.º 16.

1 batalhão da Princeza, n.º 33.

Segunda divisão, commandada pelo marechal de camp D. Pedro Sarsfield; tambem se compunha de sete corpos formando duas brigadas.

Primeira brigada, commandante o brigadeiro Michelen

Corpos de infantaria de linha :

1 batalhão, 2.º da Catalunha, e n.º 3 de caçadores.

1 batalhão das Asturias, n.º 26.

1 batalhão da America, n.º 32.

1 batalhão da Guadalaxara, n.º 13.

Segunda brigada, commandante o brigadeiro Haro.

Corpos de infantaria ligeira :

1 batalhão de Malaga, n.º 35.

1 batalhão de Sevilha, n.º 14.

1 batalhão do Principe, n.º 4.

Cavallaria :

4 esquadrões do regimento de el-rei, e 1.º de Cordova.

4 esquadrões de Farnesio, n.º 6.

4 esquadrões de Alcantara, n.º 7.

2 esquadrões de artilheria volante.

700 artilheiros de praça.

400 sapadores e minadores.

**Reserva de infantaria:**

1 batalhão, 1.º da Catalunha, caçadores.

1 batalhão de guias, guarda do general.

2 esquadrões de cavallaria, dragões do general.

N.B. A força total d'esta grande expedição calculava-se em 2400 homens de todas as armas.

**DOCUMENTO N.º 38**

(Citado a pag. 378)

**Proclamação dos revolucionarios de Cadiz,  
e do general D. Manuel Freire, que contra elles marchava**

El ejército nacional, al pronunciar-se por la constitucion de la monarchia española, promulgada en Cadiz por sus legítimos representantes, non trata en ningun modo de atentar á los derechos del legitimo soberano, que ella reconoce; mas convencido de que todas las operaciones de su gobierno por una fatalidad tan funesta, como incompresivel, solo han contribuido á hacer desgraciada á una nacion, que hizo tantos sacrificios para sancionarla, cree que solo este pronunciamiento puede salvar, tanto á ella, como al principe del estado de nulidad en que se encuentran. No trata el ejército de atentar á las propiedades, ni á las personas, ni tan poco de hacer inovaciones, que la equidad, la justicia, y la religion de nuestros padres no autorizen. No es un espiritu de sedicion, no son los momentos de una efervescencia efimera los resortes que le animan; el mas puro patriotismo, los deseos mas ardientes por la felicidad de su pais, les han dictado el juramento mas solemne de derramar la ultima gota de su sangre por verlos satisfechos. El resto de la milicia española, que no ha perdonado sacrificio alguno al honor, y á la gloria de su patria, la nacion entera, que ha dado al universo tan brillantes pruebas de heroismo no podrán menos de aplaudir los sentimientos y resolucion tan firme de sus

individuos. Esta idea tan satisfactoria será el premio a sus trabajos, su ejemplo será seguido de quantos un corazon elevado y generoso.

Pueblo español! En tu mano está el futuro, en está el volver á tus pasadas glorias, ó hundirte para en un abismo de ignorancia y de esclavitud! La opinion no es dudosa, y la Europa entera, cuya atencion oculto, no perderá las esperanzas que tiene concebidas y que, que hace seis años la sacó de su letargo, de entonces su destino.

En nombre y por auzencia del general en jefe. =  
d'estado mayor (firmado) = *Filippe de Arco Arguero*

---

Proclamação do general D. Manuel Freire,  
commandante do exercito realista  
em marcha contra os constitucionaes de Cadiz

Soldados! Los derechos del soberano, amado, reconocido y respetado por la nacion entera, han sido hollados por facciosos, que erigiendose en arbitros de la destinacion voluntad general, quieren resucitar unas instituciones la experiencia ha manifestado que los españoles no por ellas su felicidad. El trono, la nacion entera por la revolucion las ha proscripto, y yo gustoso me coloco al frente de vos otros para conduciros a desengañar y atraer á quienes incautamente han sido seducidos, y sofocar esta revolucion sensilla. Vuestra fidelidad me anima, y la confianza que de vuestro acreditado valor me hace esperar que pronto tendré la dulce satisfacion de asegurar al rey, nuestro soberano, que sus sagrados derechos han sido sostenidos por el esfuerzo de un ejercito, que ni el oro, ni la seducion y promesas han separado de la senda del honor.

Soldados! Sois el modelo de los ejercitos: me complace premiado con el placer de mandaros, y no dudeis que el soberano recompensará generosamente vuestra fidelidad y constancia.

Sevilla, 10 de enero de 1820. = (Firmado) *Manuel Freire*

## DOCUMENTO N.º 38-A

(Citado a pag. 305)

**Participação da revolução da Hespanha,  
lida para o Rio de Janeiro pelos governadores do reino  
em 18 de março de 1820**

Senhor! Sendo do nosso dever não demorar um momento a participação dos extraordinarios successos da Hespanha, a quaes serão constantes a vossa magestade pelos officios de D. Jose Luiz de Sousa, e mais papeis que levamos á sua augusta presença, mandámos aprompliar, e armar como correio a escuna *Nympha*, para por ella expedirmos os despachos do dito ministro com a seguinte exposição dos nossos sentimentos, e com algumas ponderações, que no estado actual dos negocios publicos julgámos da nossa obrigação levar aos pés do throno de vossa magestade, com aquella fidelidade, amor e respeito, que deve ser inherente ao distincto e importante emprego, que vossa magestade se dignou confiar-nos.

A gravidade, e o rapido progresso dos revolucionarios, factos desenvolvidos em algumas partes da Hespanha, e ultimamente em Madrid; o horrivel assassinio do duque de Berry; as conjurações descobertas em Inglaterra e na Alemanha, e as inquietações da Prussia e Russia, mostram bem claramente a que ponto tem chegado o effeito das tramas revolucionarias, que não cessando de procurar o extravio da opinião publica, por meio de periodicos e outros escriptos incendiarios, tiram ao mesmo tempo todo o partido dos descontentamentos que observam nos povos, produzidos muitas vezes por circumstancias, que o melhor systema de governo não poderia evitar.

Se uma sublevação em Pernambuco, energica e promptamente suffocada, e se uma conjuração ha tres annos descoberta n'esta capital, não fossem provas evidentes de que entre os portuguezes existem d'aquelles mesmos espiritos,

ainda competir nos portos do Brazil com a concorrência dos vinhos e outros generos estrangeiros, exige mui fortemente que vossa magestade, como benigno pae dos seus vassallos, se digne ampliar as sabias providencias dadas pelo dito alvará, por meio de algum favoravel regulamento, que, promovendo o reciproco interesse dos commerciantes das diversas praças do reino unido, lhes estabeleça uma decisiva e vantajosa preferencia sobre o commercio estrangeiro.

A consideravel perda de metal, de que Portugal se ~~vae~~ exaurindo pela sua continuada saída para toda a parte, ~~não~~ só conduz ao empobrecimento do paiz pela falta de fundos, mas occasiona os maiores prejuizos em todas as transacções, pela desproporção em que já se acha a moeda papel, que apenas serve para uma parte das transacções internas, e ~~que~~ deve circular com uma igual porção de metal, tendo a dita moeda perdido já tanto do seu credito, que n'estes proximos dias chegou o agio a 25 por cento, o que faz receiar que, não havendo alguma providencia que faça sustar a saída do numerario, se approxime a epocha de uma bancarota, que lançaria este paiz no abysmo da maior desgraça. Rogâmos, pois, a vossa magestade, que sobre um tão importante objecto, se digne acudir-nos com as suas paternaes providencias, a fim de que se possa atalhar um mal tão consequente, parecendo-nos que produzirá muito bom effeito toda a medida que, por meios directos ou indirectos, concorrer para que qualquer remessa de cabedaes, que tenha de se fazer d'aqui para o Brazil, se effectue em generos, em lugar de numerario.

Tendo-se espalhado n'esta capital, á chegada do correio *Treze de Maio*, não sabemos com que fundamento, a noticia de que vossa magestade declarára a sua residencia fixa no Brazil, dizendo-se até que esta declaração se estava imprimindo no Rio de Janeiro, e apparecendo isto mesmo nos papeis inglezes, não devemos occultar a vossa magestade a sensação que produziu a dita noticia, posto que vaga, e receiámos muito que d'esta sensação se aproveitem os mal in-

encionados, indispondo os animos de todos a quem isto descontenta, ainda que sem fins sinistros.

Para se poder julgar a nação livre dos effeitos de choques tão desagradaveis, não considerámos nenhum meio tão poderoso como a presença de uma pessoa real n'esta parte do reino unido, conforme o nosso zêlo nos induziu já a expressar a vossa magestade em o nosso officio de 12 de agosto de 1817, dirigido pela repartição da guerra; e rogámos humilmente a vossa magestade se digne lançar as suas benedictões e palmeraes vistas sobre o conteúdo do dito officio, desculpando qualquer excesso de opinião e sentimentos a que os vossos puros e fieis desejos nos possam ter arrastado naquella e n'esta exposição.

A muito alta, etc. Lisboa, no palacio do governo, em 18 de março de 1820. — *Cardeal Patriarcha* — *Marquez de Boba* — *Conde de Peniche* — *D. Miguel Pereira Forjaz* — *João Antonio Salter de Mendonça*.

#### DOCUMENTO N.º 39

(Citado a pag. 403)

Participação feita por Antonio de Saldanha da Gama (ministro de Portugal em Madrid) ao marquez de Marialva (embaixador portuguez em Paris), sobre o estado em que se achava a Hespanha, ameaçando aniquillar o altar e o throno

III.<sup>ma</sup> e ex.<sup>ma</sup> sr. — Tenho motivos para me persuadir que o ministerio de sua magestade christianissima não está informado cabalmente do estado verdadeiro do espirito revolucionario d'este paiz, e das tramas e projectos decididos de aniquillar o throno e o altar; e por isso julgo dever communicar a v. ex.<sup>a</sup> o que sei, para que v. ex.<sup>a</sup> possa d'isto fazer uso junto d'esse governo, na certeza de que no actual estado de cousas só esse ministerio é que poderá atalhar tão grande mal. As sociedades secretas, que manejam esta re-

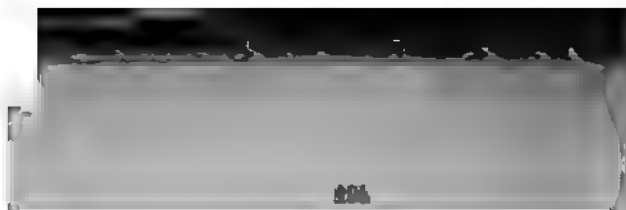


volução, estão firmes na resolução de proclamarem a liberdade e igualdade, nomeando um director, ou dictador annual; para chegar a este ponto é preciso acabar com a monarchia e legitimidade; e para que possam conseguir estes fins, têm conseguido introduzir a intriga na real familia, fazendo conceber ao infante D. Francisco de Paula a louca esperança de o fazerem subir ao throno. Elle, com esta esperança, não deixa de fazer a intriga entre seus dois irmãos, compromettendo-os, e talvez aconselhando-os a tomarem medidas falsas, que os criminem na opinião publica. Apesar de tudo, é necessario confessar que o partido de el-rei no povo e nos soldados é grande, e por isso os seus meios se reduzirão, ou a um assassinato, ou a aconselhar a fugida de el-rei. O primeiro meio talvez fosse já o verdadeiro objecto da revolução dos guardas de corpo na noite de 8 para 9 do corrente; revolução em que sem duvida tramaram parte o conde del Abisbal, Queiroga, e o governador militar d'esta praça, Velasco. O segundo meio talvez seja aconselhado a el-rei na sua estada em Sacedon, para onde partiu no dia 20 do corrente. É certo que esta partida de el-rei foi festejada nos clubs secretos, o que prova que ella coincide com os seus perversos intentos. V. ex.<sup>a</sup> bem conhece quanto convem á tranquillidade da Europa, que se não verifique semelhante transtorno, que irá animar os inimigos da monarchia e legitimidade, e quanto o governo francez deve interessar-se em obstar a taes intentos. Estou persuadido intimamente que um habil agente francez, com algum dinheiro á sua disposição, poderia ainda evitar uma catastrophe, que de outra maneira será inevitavel, e trará consigo tristes resultados para toda a Europa. Este, obrando de acordo com a Russia e commigo, pôde julgar-se com probabilidade, que conseguiria estabelecer uma ordem de cousas duravel, e que merecesse a confiança europêa. Não permite a escassez do tempo, que eu desenvolva mais esta idéa; porém, se v. ex.<sup>a</sup> vir que esse governo está prompto a obrar com actividade e promptidão, eu não terei duvida de dar a v. ex.<sup>a</sup> sobre este assumpto todas as clarezas que se possam desejar.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Madrid, 21 de julho de 1820. —  
 Ill.<sup>ma</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. marquez de Marialva. = *Antonio de Salda-*  
*ma da Gama.*

Novo officio sobre o mesmo assumpto

Ill.<sup>ma</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Uma revolta militar, cujas cabeças im-  
 ptem ao seu soberano uma constituição; uma constituição  
 toda fundada no principio da soberania do povo, e na qual o  
 poder executivo é nullo; o principio da rebellião consagrado,  
 e os chefes revoltosos premiados, são as considerações que  
 offerece este paiz no estado actual dos acontecimentos a to-  
 dos os gabinetes da Europa. Acresce a isto a consideração  
 de que tudo isto é manejado pelas sociedades secretas, cujos  
 estatutos são os mais subversivos, e que se dirigem sem du-  
 vida alguma a derribarem os thronos e os altares; o que eu  
 posso fazer chegar ás mãos de v. ex.<sup>a</sup> por ocasião segura,  
 se esse governo tiver interesse em os conhecer. Os effeitos  
 de tal systema, e do espirito de proselytismo, estão assás  
 manifestos pelos successos de Napoles. O mesmo club que  
 instruiu mr. d'Onis para revolucionar o reino de Napoles,  
 foi o que instruiu mr. Pando para revolucionar o reino de  
 Portugal, e é o que tem agentes em Liorne, París, Veneza,  
 Genova, Polonia e Prussia, e que envia extraordinariamente  
 agentes a differentes pontos, segundo as circumstancias o  
 exigem. Para comprovar tudo isto ha sobejos documentos;  
 portanto, eu julguei do meu dever o informar a v. ex.<sup>a</sup> de  
 tudo isto, a fim de que v. ex.<sup>a</sup> possa annunciar ao governo,  
 junto do qual se acha acreditado, para que não só se tomem  
 as medidas particulares, que possam evitar o progresso do  
 mal, mas até para que as potencias principaes da Europa  
 possam reunir os seus esforços, para obstarem á propagação  
 de um principio, que ameaça a ruina do systema monarchico.  
 Se v. ex.<sup>a</sup> julgar a proposito que eu entre em maiores deta-  
 lhes e elucidações a este respeito, eu estou prompto a for-  
 necer a v. ex.<sup>a</sup> todas as peças comprovantes; porém, com



aquella cautela e segurança, que a prudencia dicta e  
dificéis circumstancias.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> muitos annos. Madrid, 3 de  
de 1820. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. marquez de Marialva. — *As  
de Saldanha da Gama.*

## DOCUMENTO N.º 40

(Chado a pag. 408)

Carta dirigida para Portugal, por Antonio de Saldanha da Gama  
ticipando que os liberaes hespanheos se pretendiam constituir  
republica, incluindo n'estes planos igualmente Portugal

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Ha muitos dias havia feito o officio  
incluo, e por falta de occasião segura o não tenho em  
Agora que se offerece a partida do principe Galitzá  
aproveito d'esta occasião para o enviar a v. ex.<sup>a</sup> Os neq  
continuam da mesma fórma; o partido revolucionario  
as suas tramas nas sociedades secretas, e ha pouco  
que d'aqui enviou para essa cidade um tal Maximo, q  
pois de concertar os seus planos com os collegas d'ahi  
tirá para a Prussia e Varsovia. Na Prussia é correspon  
um tal Lianno, que está ao serviço de el-rei, e em Par  
principal correspondente o general Sebastiani. Os est  
d'esta sociedade são os que incluso remetto, e dos  
v. ex.<sup>a</sup> fará um uso discreto, a fim de que nem eu, n  
meus agentes possamos ser compromettidos. Entre  
julgo mui interessante á causa publica, que esse gover  
nheça a fundo toda a trama, pois desconfio que a emb  
franceza esteja mui mal informada. A respeito d'este  
é a intenção actual d'estes reformadores dividir o ex  
republicas, formando uma confederação, e sendo a su  
stituição mui analogá á de 94 em França. N'este pro  
entra Portugal, dividido em duas republicas, debaixo  
denominação de *Lusitania ulterior* e *Lusitania citeri*  
cando os Algarves unidos á Betica. Este motivo au

mas argente para instar com este governo para chamar o asde Pando, e nomear individuo que execute com preferencia as ordens do seu governo ás que recebe das sociedades secretas. O actual ministerio está demasiadamente descaçado: se é connivencia, se é ignorancia, é difficil de manejar. Queiroga fomenta, e está á testa do partido realacado, e o senhor infante D. Francisco de Paula não é estranho a sociedade que o fomenta. Sommas de dinheiro são espalhadas pelos agentes de Godoy, com o fim de causar algum transtorno, que seja funesto á vida de el-rei e do infante D. Carlos; porem, tudo tenho descoberto a tempo, e não abstar até agora; não sei porém o que possa succeder para o futuro. Tenho a infelicidade de que a maior parte dos meus colegas se negam á evidencia, e só no seguinte dia é que se capacitam do que deviam ter acreditado na vespera. O descontentamento é geral no interior das provincias; a falta de dinheiro é mui grande, e por estas razões uma exposição qualquer terá logar dentro de pouco tempo, a não haver algum milagre.

Perdão esta secco; porém, assim julguei preciso ao serviço do nosso amo. Creado, amigo e obrigado. Madrid, 1.º de agosto de 1820. — *Antonio de Saldanha da Gama.*

N. B. Não se diz a quem esta carta foi dirigida; mas creio que o seria a D. Miguel Pereira Forjaz, que tinha a pasta dos estrangeiros, em cujo archivo encontrámos a referida carta.

#### DOCUMENTO N.º 41

(Citado a pag. 407)

**Proclamação dirigida aos portuguezes pelos liberaes hespanhoes,  
publicada no jornal hespanhol «El Conservador»  
de 4 de agosto de 1820**

Portuguezes! — No seais los ultimos en tomar una resolución que afianzará vuestra dicha. No perdaís el momento

favorable que os ofrece esta España, vuestra amiga, que estrechará sus vínculos de fraternidad para unir vuestros intereses a los suyos. No temais a los tiranos, que son cobardes por naturaleza, y el grito de *libertad* basta para confundirlos; su poder solo se apoya en una fuerza maquinal, que mueve el oro, jamás la voluntad, ni el convencimiento; esclavos ellos mismos de perversos que los rodean, tiemblan al aspecto de un hombre libre y determinado; la turba los abandona y caen en fin en los lazos que tendian a los pueblos. Asi se anonadan los colosos despoticos, asi se restabelece la libertad usurpada a las naciones, y asi se fijan las bases de una constitucion, que es preciso adopteis. Oid, pues, el consejo salutable de los hombres libres, y verificad pronto esa revolucion, que os es tan necesaria. Mas no detenga vuestros pasos el phantasma que a nosotros nos rodea; despreciad los prestigios, que adelante para seduciros, no creais en su voz dulce y suave, que solo predica la moderación y la indulgencia... Portugueses! Los malos llegan siempre a ser perversos, si la justicia severa y eficaz no los intimida; odian a los libres y juran su esterminio con tanto mas ardor, cuanto mayores son los rasgos generosos, que se les tributan. Su alma vil, ávida de atrocidades, se exalta con el perdon de crímenes, que le son inseparables, venido de manos que les son más odiosas que la muerte. Satisfaced pues su último placer... perezcan, ya que no quieren ser felices con los pueblos. *Monstros de la tierra! Despotas insolentes y orgullosos! Tiranos de los pueblos! Temblad! Llegó la época venturosa de vuestro esterminio, y el alcazar de la esclavitud caerá derrocado por los golpes del hacha de la libertad.* No veis su genio benefico tremolando la bandera de la paz, y esgrimiendo la espada de la justicia? Ella os amaga, y en vano osais oponeros a la voluntad unanime, que ha jurado vuestro fin. No lo dudeis: no os engañe el prestigio seductor, que acompaña a los despotas; vuestro reino acabó, el siglo ix terminará viendo libres a los hombres, y destruidos los tiranos. Tal es el efecto indispensable de la ilustracion.

## DOCUMENTO N.º 42

(Citado a pag. 408)

de Antonio de Saldanha, dirigida a D. Evaristo Peres de Castro,  
reclamando contra um artigo,  
publicado no jornal intitulado «Conservador»

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de sua magestade fidelissima, se vê na triste necessidade de levar ao conhecimento de s. ex.<sup>a</sup>, o sr. ministro d'estado, a seguinte exposição: O abaixo assignado não se occultar a dor, que o seu coração sentiu ao ler n'este momento no *Conservador* n.º 131 a falla, ou proclamação, n'este numero se dirige aos portuguezes, no sentido de levar os povos a um transtorno da ordem do governo estabelecido. Ao ler este papel, pareceu-lhe ter tornado ao vivo da celebre constituição da republica franceza, e pelos mesmos impressos n'aquelle desgraçado momento, e que depois se repetiram na revolução de Buenos Ayres em 1810 e 1811. O abaixo assignado não pôde deixar de comparar nesta occasião o procedimento da regencia de Portugal, que não dá de dar provas tão evidentes de quanto deseja cooperar para evitar que haja, ou se fomenta perturbação alguma no actual governo da Hespanha, com a tendencia manifesta de induzir individuos hespanhoes para occasionarem em Portugal uma manifesta revolução. Periodicos, sociedades secretas, e outros meios d'ellas, e alguns condecorados, tudo se tem posto em movimento para se conseguir este fim. É porventura esta reciprocidade dos artigos dos antigos tratados, que o encarregado dos negocios da Hespanha em Portugal tem reclamado a seu favor? É porventura esta a correspondencia paga pela Hespanha dá ao sacrificio, que o governo de Portugal fazia de fazer á consolidação do systema actual da Hespanha, chegando ao excesso de prender individuos, que na boa fé tinham procurado asylo no seu territorio? Se o governo de sua magestade não pôde conter estes attentados, não tem,

nem pôde ter direito a exigir a execução de artigos, e a execução deixa de ser reciproca; n'esse caso o abaixo assignado julga do seu dever o declarar explicitamente ao governo de sua magestade catholica, que, se em Hespanha não deixam de praticar os meios, que até agora se têm praticado para transtornar a ordem do governo estabelecida em Portugal, a regencia de Portugal se considerará desligada da obrigação, que se tinha proposto de não consentir, e antes de obstar aos meios que ali se procuraram praticar para transtornar o actual systema de governo em Hespanha. O abaixo assignado deixa á sabia e providente consideração de s. ex.<sup>a</sup>, o sr. ministro d'estado, o considerar as consequências que de tal systema podem resultar; entretanto elle julga do seu dever o fazer a todos os gabinetes da Europa uma exposição clara e succinta do procedimento da regencia de Portugal, á vista das reclamações do encarregado de negócios de Hespanha, e comparal-o com todos os meios que se têm posto em pratica aqui para trastornar a ordem do governo estabelecida em Portugal, chamando mui particularment a attenção dos governos sobre as expressões contidas no *Conservador* incluso, cujas phrases são applicaveis a todos os governos actualmente constituidos; assim como o abaixo assignado não deixará de comunicar aos mesmos gabinetes a resposta, que s. ex.<sup>a</sup>, o sr. ministro d'estado, lhe fizesse a honra de enviar.

O abaixo assignado aproveita esta occasião para renovar a s. ex.<sup>a</sup> as seguridades da sua maior consideração. Madrid 4 de agosto de 1820. = *Antonio de Saldanha da Gama*.

## DOCUMENTO N.º 43

Citado a pag. 408)

Os governadores do reino reclamam a remoção do ministro hespanhol em Lisboa, D. José Maria de Pando, o que levou o ministro português em Madrid a dirigir para este fim uma nota ao governo hespanhol.

D. S. e ex.<sup>ma</sup> sr. — Tendo este governo sobejas provas de que o encarregado de negocios da Hespanha n'esta capital, D. José Maria de Pando, não só foi sabedor da sublevação que se passou na cidade do Porto no dia 24 do mez passado, e que entrou activamente em a promover, sabendo-se mais isso que elle teve aqui conferencias com o desembarcar Manuel Fernandes Thomás, um dos chefes da mesma sublevação, e que ainda mesmo agora se acha trabalhando neste sentido, tratando com o governo revolucionario da mesma cidade, tanto elle, como o tenente coronel José Maria Barrero, addido á legação de Hespanha: e da o mesmo governo recommendar mui positivamente a v.<sup>sa</sup> que haja de assim o participar a sua magestade catholica, pedindo-lhe, em nome d'este governo, a immediata remoção dos mencionados encarregado de negocios e tenente coronel Barrero. No caso, porém, que não deixa de ser provavel, de ser negada, ou indeferida esta satisfação, a v.<sup>sa</sup> se servirá declarar desde logo a sua magestade catholica, que, se por excesso de deferencia, se não dá dar passaporte áquelles dois individuos para saírem do reino, está comtudo o governo na resolução, visto este um caso tão flagrante de, por meio de uma circumstancia, os ministros da sua magestade, el-rei nosso senhor, e diversas côrtes da Europa, declarar o procedimento aqui tem tido o mencionado encarregado de negocios, e amente com a recusação da côrte de Hespanha a este ponto.

Deus guarde a v.<sup>sa</sup> muitos annos. Lisboa, no palacio do



nem pôde ter direito a exigir a execução de artigos, cuja execução deixa de ser reciproca; n'esse caso o abaixo assignado julga do seu dever o declarar explicitamente ao governo de sua magestade catholica, que, se em Hespanha se não deixam de praticar os meios, que até agora se têm praticado para transtornar a ordem do governo estabelecida em Portugal, a regencia de Portugal se considerará desligada da obrigação, que se tinha proposto de não consentir, mas antes de obstar aos meios que ali se procuraram praticar, para transtornar o actual systema de governo em Hespanha. O abaixo assignado deixa á sabia e providente consideração de s. ex.<sup>a</sup>, o sr. ministro d'estado, o considerar as consequencias que de tal systema podem resultar; entretanto elle julga do seu dever o fazer a todos os gabinetes da Europa uma exposição clara e succinta do procedimento da regencia de Portugal, á vista das reclamações do encarregado de negocios de Hespanha, e comparal-o com todos os meios que se têm posto em pratica aqui para trastornar a ordem do governo estabelecida em Portugal, chamando mui particularmente a attenção dos governos sobre as expressões contidas no *Conservador* incluso, cujas phrases são applicaveis a todos os governos actualmente constituídos; assim como o abaixo assignado não deixará de comunicar aos mesmos gabinetes a resposta, que s. ex.<sup>a</sup>, o sr. ministro d'estado, lhe fizer a honra de enviar.

O abaixo assignado aproveita esta occasião para renovar a s. ex.<sup>a</sup> as seguridades da sua maior consideração. Madrid, 4 de agosto de 1820. = *Antonio de Saldanha da Gama*.

## DOCUMENTO N.º 43

(Citado a pag. 408)

Os governadores do reino reclamam a remoção do ministro hespanhol em Lisboa, D. José Maria de Pando, o que levou o ministro português em Madrid a dirigir para este fim uma nota ao governo hespanhol

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>ma</sup> sr. — Tendo este governo sobejas provas de que o encarregado de negocios da Hespanha n'esta capital, D. José Maria de Pando, não só foi sabedor da sublevação que se operou na cidade do Porto no dia 24 do mez passado, mas ate que entrou activamente em a promover, sabendo-se alem d'isso que elle teve aqui conferencias com o desembargador Manuel Fernandes Thomás, um dos chefes da mesma revolução, e que ainda mesmo agora se acha trabalhando aqui neste sentido, tratando com o governo revolucionario da sobredita cidade, tanto elle, como o tenente coronel D. José Maria Barrero, addido á legação de Hespanha: manda o mesmo governo recomenदार mui positivamente a v. ex.<sup>a</sup> que haja de assum o participar a sua magestade catholica, pedindo-lhe, em nome d'este governo, a immediata remoção dos mencionados encarregado de negocios e tenente coronel Barrero. No caso, porém, que não deixa de ser provavel, de ser negada, ou indeferida esta satisfação, v. ex.<sup>a</sup> se servirá declarar desde logo a sua magestade catholica, que, se por excesso de deferencia, se não manda dar passaporte áquelles dois individuos para sairem d'este reino, está comtudo o governo na resolução, visto ser este um caso tão flagrante de, por meio de uma circular aos ministros de sua magestade, el-rei nosso senhor nas diversas côrtes da Europa, declarar o procedimento que aqui tem tido o mencionado encarregado de negocios, juntamente com a recusação da côrte de Hespanha a este respeito.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> muitos annos. Lisboa, no palacio do

governo, em 6 de setembro de 1820. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Antonio de Saldanha da Gama. = *Conde da Feira*.

**Nota do ministro portuguez em Madrid  
sobre o precedente assumpto**

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de sua magestade fidelissima junto de sua magestade catholica, acaba de receber a ultima prova de comportamento nada equivoco do encarregado de negocios de sua magestade catholica junto á regencia de Portugal e para que não succeda, que uma inversão de termos possa transtornar o sentido, o abaixo assignado leva á presença de ex.<sup>mo</sup> sr. ministro d'estado a copia do officio, que os governadores do reino lhe dirigiram, e á vista do que n'elle contém, e de tudo quanto o abaixo assignado tem tido a honra de communicar a s. ex.<sup>a</sup>, elle não pôde deixar de repetir incessantemente a remoção do encarregado de negocios D. José Maria de Pando, assim como a prompta retirada do tenente coronel D. José Maria Barrero, addido áquelle encarregado de negocios. O abaixo assignado não duvida só instante em que sua magestade catholica fará remover d'aquelle emprego individuos cujo comportamento é tão oposto aos sentimentos de amizade e de justiça reconhecidos assim como aos protestos que s. ex.<sup>a</sup>, o sr. ministro d'estado constantemente lhe tem feito nas diferentes conferencias, que o abaixo assignado tem tido com s. ex.<sup>a</sup> sobre este mesmo assumpto.

O abaixo assignado, em tão criticas circumstancias, além do seu dever o rogar a s. ex.<sup>a</sup>, o sr. ministro d'estado, uma prompta resposta a esta nota; entretanto aproveita gostoso esta occasião para renovar a s. ex.<sup>a</sup> as seguridades da sua mais distincta consideração. Madrid, 13 de setembro de 1820. = *Antonio de Saldanha da Gama*.

o assignado, enviado extraordinario e ministro ciario de sua magestade fidelissima junto de sua catholica, teve a honra de receber de s. ex.<sup>a</sup>, o o d'estado, duas notas, uma datada de 20, e outra vez passado, debaixo do mesmo sobrescripto, em nota que o abaixo assignado dirigiu a s. ex.<sup>a</sup>, a lir a immediata remoção do encarregado de ne-sua magestade catholica junto á regencia de Porosé Maria de Pando. A demora que houve em exposta, que o abaixo assignado pedia, promptinha, não surpreendeu o abaixo assignado, pois inca esperou obtel-a, senão quando constasse po-que a revolução se tivesse consummado em Lis-rehendeu, porém, algum tanto o abaixo assignado da mencionada nota; porém, a reflexão de que a o, que se fazia do negocio da remoção do encar-negocios com outras, que nenhuma connexão podem ter com elle, fazia a questão mais embru-õe ao abaixo assignado o penoso dever de pôr a baixo do seu verdadeiro ponto de vista, para que imparcial possa fazer um recto juizo sobre esta ue tanto interesse deve merecer a todos os gabi-x.<sup>a</sup>, o sr. ministro d'estado, refere-se na sua nota explicações que o abaixo assignado teve a honra de s. ex.<sup>a</sup>, ás multiplicadas queixas que o abaixo bem informado fazia da conducta de D. José Maria e seu socio Barrero; porém, de que serviam ex-que se oppunham a factos? O procedimento de aria de Pando, e seu socio Barrero, cada dia se

tornava mais claro e positivo, nem se podia crer que elle obrava contra as instrucções do seu governo; e não seria esta mais uma rasão para o governo de sua magestade catholica remover immediatamente um funcionario publico, que de tal maneira compromettia a boa fé que devia reger o procedimento do seu governo? O governo de sua magestade catholica daria ao universo uma prova clara dos principios de justiça que o animam, retirando ao primeiro movimento de suspeita unicamente um funcionario publico, que fosse objecto de tal suspeita em tão criticas circumstancias. Este foi o proceder de sua magestade catholica a respeito dos individuos da legação de Luca. Porque não foi semelhante o procedimento para com a legação hespanhola de Portugal? Acaso houve da parte d'aquelle governo provas mais veheementes do que as que apresentou a regencia de Portugal?

Pondo de parte tudo quanto é anterior, e de bastante momento, o abaixo assignado notará aqui tão sómente os factos ultimos, praticados pelo dito encarregado de negocios, referidos, ou deixados por copia a s. ex.<sup>a</sup> nas conferencias precedentes: 1.º, a noticia espalhada por elle em o dia 20 de agosto, de que brevemente haveria uma revolução na cidade do Porto; 2.º, que esta revolução seria apoiada por duas divisões de 25:000 homens cada uma, pela Galliza e Extremadura; 3.º, a missão do tenente coronel Barrero á cidade do Porto n'essa mesma occasião; 4.º, a approximação das tropas de Galliza ás fronteiras n'essa mesma occasião, communicada por uma nota do mesmo encarregado; 5.º, as conferencias do dito encarregado de negocios com o desembargador Manuel Fernandes Thomás, um dos chefes da revolução do Porto; 6.º, a correspondencia que depois conservou com a junta revolucionaria do Porto, tanto elle, como o seu agente Barrero; 7.º, a correspondencia do dito encarregado com um dos principaes clubs desorganizadores da capital, sendo de maior interesse as cartas d'elle, recebidas nas sessões dos dias 24 e 25 de julho, e 15 de agosto, sendo na data de 25 de julho mui notavel a escolha, que elle havia feito de um individuo para enviar ao Rio de Janeiro com si-

nistros fins de perturbar tambem ali o socego publico. Todos estes factos, pois, pareciam mais que sufficientes para que o ministerio de sua magestade catholica fizesse promptamente retirar um agente, que, ainda mesmo que não tivesse merecido senão suspeitas do governo, junto do qual estava a retido, jamais poderia concorrer para a conservação da paz e da boa harmonia, que o governo de sua magestade catholica declarava querer manter. A idéa que os hespanhoes perseguidos foram os que conseguiram indispor a regencia de Portugal com o mencionado encarregado de negocios, é uma supposição destituida de provas e fundamentos, quando da outra parte se apresentam factos.

S. ex.<sup>a</sup> o sr. ministro passa a tratar do negocio das reclamações dos presos hespanhoes, e é então que s. ex.<sup>a</sup> pensa reunir dois negocios de tão differente natureza, para d'elles fazer um so, e o abaixo assignado passa a elucidar primeiro o negocio das reclamações, para depois tratar do da recusação do encarregado de negocios. As reclamações do encarregado de negocios, D. José Maria de Pando, a respeito da prisão dos hespanhoes refugiados, dividem-se em duas categorias: 1.<sup>a</sup>, desertores; 2.<sup>a</sup>, a chamada *junta apostolica*. Emquanto á primeira requisição, ella foi feita por nota do encarregado de negocios na data de 18 de julho, e na resposta que se lhe deu em 19 do mesmo mez, se communicava ao dito encarregado a ordem dirigida ao intendente geral da policia, passada no mesmo dia 19, para a prisão de D. José Maria Rodrigues, e D. José Ballesteros, unicos mencionados na supradita nota. Emquanto á famosa *junta apostolica*, com que se tem procurado fazer tanta bulha, e que se diz ser causa de quasi uma batalha, ella foi denunciada ao governo pelo dito encarregado de negocios na sua nota datada de 15 de julho, annexando a ella uma relação com os nomes de oito pessoas, pedindo que estes individuos fossem removidos das fronteiras. O governo adheriu a tal proposição, e as ordens passadas ao intendente geral da policia e ao general em chefe do exercito, datadas de 19 e 22 de julho, são documentos inuegaveis, assim como é a resposta dada ao en-

carregado de negocios na data de 19 do mesmo mez. Outra nota dirigiu o mesmo encarregado de negocios com data de 18, pedindo a prisão e entrega de dois dos individuos mencionados, a saber: de D. Manuel Freire Castillon, e de D. Manuel Chantre, fundando-se para isto na interpretação de um dos artigos dos antigos tratados, e na sua nota de 22 pede a prisão e entrega de todos os que se achavam incluídos na lista, que acompanhava a sua nota de 15. A regencia, debaixo da melhor fé, ordenou na data de 22 ao general em chefe do exercito, e ao intendente geral da policia, a prisão requerida, e assim o communicou ao mencionado encarregado de negocios em data do mesmo dia 22; e este, em data de 23, agradeceu em nome do seu governo, á regencia de Portugal o procedimento por ella adoptado. Fica d'este modo completamente comprovada a boa fé, com que a regencia de Portugal se houve no negocio das reclamações, e as multiplicadas provas que deu do desejo de que os tratados fossem fiel e reciprocamente executados. O abaixo assignado fará agora uma breve exposição do que se praticava ao mesmo tempo em Hespanha, e do que praticavam os agentes hespanhoes em Portugal.

Emquanto a regencia de Portugal assim obrava com uma franqueza e boa fé poucas vezes vista nos annaes diplomaticos, se imprimiam em Hespanha diatribes horrorosas contra a mesma regencia; discursos em que se atacavam não só os direitos da soberania, mas até os da independencia, propondo-se meios de dividir o reino de Portugal, e de annexar á Hespanha as provincias do norte. Nas gazetas d'esta capital appareciam proclamações incendiarias, dirigidas aos portuguezes, taes quaes a republica franceza havia produzido, e imitado depois a republica de Buenos Ayres; e os mesmos hespanhoes, auctores de tão abominaveis papeis, se vangloriavam depois do effeito que taes papeis haviam produzido. Em S. Sebastião de Biscaia um portuguez fazia em uma gazeta uma proclamação sediciosa, dirigida a dois fins bem expressamente manifestos nos mais papeis: 1.º, o de semear a discordia entre a Gran-Bretanha e Portugal; 2.º, o de per-

suadir aos portuguezes a faltarem á devida obediencia ao seu legitimo soberano. Nos clubs d'esta capital, de que eram membros pessoas de alta jerarchia e de cargos importantes, se tratavam os meios convenientes para revoltar o reino de Portugal, compondo proclamações, e traduzindo-as (sendo os traductores empregados publicos), e remettendo-as para as fronteiras de Portugal. O encarregado de negocios de sua magestade catholica em Lisboa, correspondendo-se com o mesmo club. Em Portugal, este mesmo encarregado de negocios, compondo clubs em uma casa, fazendo entrar os consules hespanhoes n'aquelle reino nas suas vistas revolucionarias, e tendo correspondencias com os chefes de alguns corpos militares, a fim de os persuadir á rebellião, como succedeu com o commandante do regimento de infantaria n.º 7, que a regencia se viu obrigada a remover precipitadamente do commando. N'estas circumstancias obrou a regencia de Portugal com acertado acordo, em demorar a entrega dos presos reclamados, em virtude do artigo 6.º do tratado de 11 de março de 1768, até que o governo de sua magestade catholica cumprisse, e fizesse cumprir as claras estipulações dos artigos 1.º e 2.º do mesmo tratado, contra cujo literal e genuino sentido tão escandalosamente se procedia em Hespanha, e os mesmos agentes hespanhoes o faziam em Portugal. Este foi o objecto das repetidas conferencias do abaixo assignado com s. ex.<sup>a</sup>, o sr. ministro d'estado, e nas quaes elle recebeu sempre os maiores protestos de amizade, que não correspondiam aos factos; porém, quando se tratava da applicação dos artigos do mencionado tratado, s. ex.<sup>a</sup> não podia deixar de confessar, que a liberdade da imprensa se oppunha á execução d'ella por parte da Hespanha; comtudo, s. ex.<sup>a</sup> não deixava de manifestar, que um projecto de lei seria proposto para reprimir esta licença, de que o abaixo assignado tanto tinha a queixar-se. Emquanto á reciproca entrega dos criminosos e desertores portuguezes, s. ex.<sup>a</sup>, o sr. ministro d'estado, sempre declarou ao abaixo assignado, que o governo hespanhol estava prompto a fazel-o; porém, seja permittido observar que a discussão

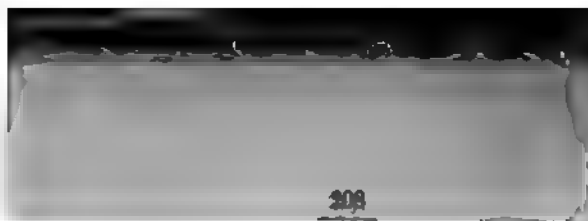


que ainda hoje existe nas côrtes sobre tal objecto, faz acreditar quão difficil teria sido a s. ex.<sup>a</sup> o cumprir então a sua promessa sem infringir a constituição; e por consequencia, bem patente fica, que nenhuma reciprocidade havia por parte da Hespanha na execução dos tratados, que o encarregado de negocios reclamava para a entrega dos individuos hespanhoes, presos já então em Portugal, e por isso inhibidos de poder directa, ou indirectamente perturbar o socego do governo hespanhol.

À vista do exposto, fica claramente demonstrado, que a regencia de Portugal não estava de maneira alguma ligada à entrega dos presos, antes deu uma prova de demasiada boa fé em proceder á prisão requerida, quando pelas mudanças que se haviam operado no governo hespanhol, ficava claramente demonstrada a impossibilidade da completa reciprocidade da execução dos artigos dos antigos tratados. O abaixo assignado roga a s. ex.<sup>a</sup>, o sr. ministro d'estado, o favor de observar que a regencia de Portugal não exigiu documentos para a prisão d'estes individuos, quando s. ex.<sup>a</sup> exige documentos para a simples remoção de um encarregado de negocios. Não ha certamente exemplo na historia diplomatica, de conservar um agente diplomatico contra a vontade expressa e manifesta do governo, junto do qual elle se acha acreditado, a não ser no tempo infeliz da republica franceza, ou do dominio de Napoleão Buonaparte. Todos os gabinetes que desejam conservar a boa paz e harmonia, se apressam em retirar immediatamente os seus agentes, logo que elles desagradam ao governo junto do qual se acham acreditados; assim o fez o gabinete de S. James com o seu enviado extraordinario no Rio de Janeiro em 1814; assim o fez o gabinete de S. Petersburgo com o seu embaixador extraordinario na mesma côrte em 1817. A idéa de conservar o agente diplomatico contra a vontade do governo junto do qual se acha acreditado, não pôde ser fundada, nem em principios de direito publico, nem de mutua conveniencia, e só se encontrará seguida em tempos calamitosos e de tribulação. Os documentos, pois, a que s. ex.<sup>a</sup>, o sr. ministro d'estado, se

na sua nota, seriam precisos para proceder a impôr castigo a um funcionario publico, que de tal maneira se tivesse dado do caminho, que lhe era prescripto pelas leis da nação, e pelos principios do direito das gentes; porém, já se poderiam julgar precisos para a remoção de um embaixador de negocios, quando o governo, junto do qual elle se encontra, se explica da maneira que a regencia de Portugal o faz no seu officio da data de 6 de setembro, que o abaixo assignado incluiu na sua nota de 13 do dito mez. Quanto á especie, que s. ex.<sup>a</sup>, o sr. ministro d'estado, no fim da sua nota, de que o abaixo assignado communicou ao embaixador de sua magestade britannica, que os portuguezes tinham vindo ha mezes, e haviam tratado com o ministerio de sua magestade catholica, foi sem duvida o abaixo assignado quem suggeriu ao embaixador portuguez esta idéa, a respeito da qual elle se reserva de explicar em outra occasião, e sómente agora se julga obrigado a declarar, que a explicação verbal, que s. ex.<sup>a</sup> lhe deu em conferencia, de que *nenhum dos ministros de sua magestade catholica houvera com elles tratado*, não satisfaz de modo algum, nem ao abaixo assignado, nem áquelles que sabem que similhantes negocios sempre se tratam por pessoas postas. O abaixo assignado não julga do seu dever desenvolver por agora, nem este, nem outros pontos de diversa natureza, para não complicar de novo a questão da remoção, que de si é tão simples. Portanto elle julga do seu dever em insistir na prompta e immediata remoção do embaixador de negocios de sua magestade catholica, D. José de Pando, e do seu adjunto, o tenente coronel D. José de Barrero.

O abaixo assignado aproveita esta occasião para renovar a s. ex.<sup>a</sup>, o sr. ministro d'estado, os sentimentos da sua mais alta consideração. Madrid, 8 de outubro de 1820. =  
 João de Saldanha da Gama.



## DOCUMENTO N.º 45

(Citado a pag. 419)

**Exposição de João Antonio Salter de Mendonça, dirigida a  
de Jansiro, pedindo providencias para melhorar o mis-  
tado da fazenda publica**

Apesar de não servir, por estar em uso de rem  
impossibilitado para as grandes meditações, que es-  
urgencias do estado, não terei socego enquanto  
acudir com algumas providencias á miseria a que n-  
mos reduzidos, pelas excessivas despesas, que nenhu-  
porção têm com a receita, pois ainda que se não te-  
rificado as ameaças das cartas anonymas, facilmer  
haver revolução, pela pobreza e descontentament  
não podendo manter-se estado algum sem meios pa-  
despesa indispensavel, e não havendo em um reino  
meio mais suave e adequado para augmentar a rend-  
a economia, a qual tem sido a base em que sempr-  
mon a gloriosa conservação da nossa monarchia. A  
gestade, tomando em consideração a conta do govern-  
de setembro de 1816, n.º 440, sobre o verdadeiro e  
fazenda real n'estes reinos, a que já então faltavam c-  
lhões para saldar as despesas de um anno, e conv-  
necessidade de se recorrer á mais severa economi-  
dos os ramos da administração, e promover o augme-  
rendas, não por impostos, com que não pôde o rei  
por sabios regulamentos, auctorisou o governo, por  
24 de setembro de 1817, para propor as reformas,  
recessem mais convenientes, e os meios mais propr-  
se conseguir tão importante fim. Até agora não se t-  
posto, nem praticado economia alguma, excepto a da  
ção da superintendencia geral das decimas, que se t-  
tabelecido com sua contadoria, contra a minha intell-  
pois supposto por vezes se tenha tratado d'este impo-  
simo negocio, nada mais se tem concluido. Em loga-

reformarem e extinguirem as enormissimas despezas do tempo da guerra, tem-se augmentado as do real exercito, como se as rendas tivessem crescido, e não fosse verdadeira a falta de meios: 1.º, com as mudanças dos regimentos de um para outros quartéis, as quaes tambem vexam os povos nas passagens e transportes, descontentam e prejudicam os meios militares; 2.º, com as gratificações, que excedem a 71.000\$000 réis, ainda sem se comprehenderem as dos officaes dos regimentos de linha; 3.º, com custosas obras militares, dizendo-se agora que se vae construir um quartel de cavallaria em Torres Novas, que custará 300:000 cruzados, uma cadeia militar n'esta cidade, e outras obras que nunca se poderam fazer em tempo da abundancia. Os juros de 6 por cento do emprestimo dos ultimos seis mithões, que não está completo, aggravam muito o real erario, sendo remedio momentaneo, como ponderei na conta n.º 482. De todo tem resultado a grande falta de pagamento de alguns annos de juros reaes e tenças, mais de dezoito mezes de vencimentos de monte pio e reformados, o atrasamento de alguns quartéis de ordenados, e de varios mezes de soldos, e até a demora do pret da tropa, não havendo cousa mais arriscada e propria para uma revolução do que a força armada sem pagamento. As rendas reaes, como as dos particulares, necessariamente se diminuem pela estagnação do commercio, perdas de navegação, ruinas de muitas familias com as presas dos insurgentes, barateza de fructos, exportação do numerario por todos os meios, e por consequencia o abalimento dos preços dos contratos reaes, que andam em praça sem lanços, ou com lanços tão diminutos, que os reduziram a um terço menos dos ultimos arrendamentos, e a mais de metade, se ficarem por administração. O maior contrato do tabaco, e saboarias, só tem tido o lanço de 1.100:000\$000 réis, offerecido sem concorrente pelos actuaes contratadores, com a diminuição de 344:000\$000 réis, que pagam.

Estamos, portanto, nas mais terriveis e dolorosas circumstancias em que nunca nos vimos, achando-se o erario falto

obriga o governo, com preferencia a outro qualque a fazer sem demora, e com a maior energia, tudo q for possivel, para nos livrar do abysmo em que nos quasi submergidos, isto é, pagar primeiro que tudo e propor a sua magestade as economias mais con- suspendendo já as despesas excessivas, que se podem par, para se poderem pagar as indispensaveis, e entretanto o mal não cresça, de sorte que depois ter remedio algum. As economias que me parece de se representarem a sua magestade, suspender á real resolução, vem a ser as seguintes: 1.º, o commissariado, que, segundo o mappa n.º 3, p ordenados 68:000:000 réis, quantia maior que a ordenados do real erario, importante em 67:274, procedendo-se logo pelo conselho da fazenda á ar das rações de pão e forragem, para cessar então o do mesmo commissariado; 2.º, o ramo dos transp alem da despesa que faz, vexa os proprietarios e com falta de pagamentos, sujeição e dependencia d respectivos; 3.º, os officiaes da auditoria, e sua s que fazem a despesa de 6:205,584 réis, que nu em tempo de paz, continuando o auditor geral a relator do conselho de justiça. Reduzir quanto fo as despesas dos estados maiores, contemplando do real erario. Suspende: 1.º, as despesas do a obras militares, menos quanto ao fornecimento d

cações aos directores das obras, 7:696\$800 réis de gratificações e ordenados, 2:787\$200 réis de moradias dos caserneiros, 8:762\$000 réis de ordenados da intendencia e contadoria, e 7:428\$000 réis de despeza com o expediente da contadoria; 2.º, as mudanças dos regimentos, pelas razões que já disse; 3.º, todas as gratificações, menos por ora as dos officiaes dos regimentos de linha; 4.º, as despesas dos generaes de divisões e brigadas, e seus officiaes, podendo servir interinamente em lugar d'aquelles os governadores das provincias, se for indispensavel, mas sem venimento; 5.º, os provimentos dos postos e as reformas, entrando nas vagaturas sómente aquelles officiaes reformados, que se acharem restabelecidos e com aptidão; 6.º, os provimentos dos logares dos tribunaes, relações, e officios que não forem de absoluta necessidade. Tambem me parece que seria conveniente ao real erario, e aos interessados, que sua magestade fosse servido mandar separar o cofre do monte pio, para ser pago pelos seus fundos, sem dependencia, nem encargo do real erario. Estas são as economias que agora me occorrem, parecendo-me finalmente que o marechal general pôde ser ouvido sobre as militares, pois espero que elle, bem inteirado do verdadeiro estado do erario e da nação, não só convenha sem demora n'estas economias, mas até aponte outras, que reduzam todas as despesas a dez milhões, incluída a manutenção dos voluntarios reaes, para que o resto se applique, não só á marinha, que nunca nos foi mais necessaria, mas tambem para pagamento das outras despesas, indispensaveis para a subsistencia da monarchia. O governo, com as suas sabias meditações e notorio zêlo, proporá e dará as providencias, que melhor convierem ao real serviço, e á conservação da monarchia, de que depende toda a nossa felicidade.

Lisboa, 26 de outubro de 1819. — *João Antonio Salter de Mendonça.*

## DOCUMENTO N.º 46

(Citado a pag. 344, e na nota de pag. 422)

**Carta publicada n'um folheto francez, denominado: Fiebrez politica, dando o Marquez de Marialva como envolvido em planos de se throno de Portugal a casa de Cadaval**

Lisbonne, 20 avril 1820. — ... Notre malheureux pays trouve maintenant à peu près dans la même position l'avait placé la domination espagnole, lorsque tous les portugais réunirent leurs efforts pour reconquérir leur indépendance en replaçant sur le trône le duc de Bragance, le légitime des souverains de Portugal.

Les déplorables effets que produisit alors la domination étrangère sont reproduits aujourd'hui par l'éloignement de notre roi. Les causes sont différentes, mais les résultats les mêmes. Dépouillés de notre indépendance et de nos libertés, les sujets d'un royaume lointain, gouvernées par des administrateurs délégués dont la négligence ne peut qu'augmenter en raison de l'éloignement du monarque, privés des secours et des améliorations qu'il pourrait fournir et opérer, s'il se trouvait sur les lieux, n'occupant plus parmi les nations le rang auquel nous donnait droit la gloire de nos ancêtres, et condamnés à voir périr inutilement entre nos mains les moyens par lesquels ils l'ont acquise, et par lesquels nous pourrions la perpétuer; tels nous étions lorsque Philippe III régna sur le Portugal, en vertu d'une usurpation, tels nous sommes aujourd'hui que notre souverain, par des motifs particuliers, ou par les conseils de certains nobles portugais, a transporté dans le nouveau monde le siège de son empire.

Sur la fin de la domination de Philippe III, tous les vœux se tournèrent sur le duc de Bragance, prince du sang royal et légitime héritier de la couronne, pour faire cesser les maux de la patrie. Un plan aussi hardi qu'ingénieux fut combiné et reçut son exécution, dans le temps même où les espagnols occupaient les places fortes du royaume; et

que plusieurs nobles portugais fussent unis d'intérêts avec la monarchie espagnole, quoique plusieurs d'entr'eux eussent contracté des liaisons particulières avec Philippe III; quoique le monarque, contre la domination duquel s'ourdissait cette trame, résidât à une très petite distance de Lisbonne, et pût disposer encore de forces militaires considérables, vingt-cinq ans de guerre ne firent qu'affermir sur le trône la maison de Bragance, et rendre plus brillante la gloire portugaise.

Depuis cet événement, les ducs de la maison de Cadaval sont devenus *de droit et de fait* les premiers princes du sang et les légitimes et immédiats héritiers au trône portugais, au défaut de descendants de la maison de Bragance.

Le dernier duc de Cadaval est mort au Brésil, où il avait accompagné la famille royale, il a laissé deux fils et une fille. L'aîné de ces enfans, duc actuel de Cadaval, le second, *marquis de Ferreira*, à la fleur de leur âge, se font remarquer par l'élégance et les grâces de leurs manières, la culture de leur esprit, et la solidité de leur caractère, avantages qu'ils doivent aux soins de leur mère. Française de nation et sœur du duc de L..., elle s'est trouvée placée dans une position qui lui a fait apprécier à leur juste valeur les ressources qu'on ne tient que du hasard, et celles que l'on peut tirer de soi-même. Elle a vu son époux souffrir tous les maux de l'émigration, et périr dans l'exil loin de sa patrie, après avoir été longtemps réduit à de très-faibles moyens d'existence.

Ces leçons de l'expérience n'ont pas été perdues pour cette excellente mère, et elle a fait son premier devoir de l'éducation de ses enfans.

La duchesse et ses enfans étaient fixés au Brésil; mais, quand le duc de L... fut choisi par le gouvernement français en 1816, pour remplir à Rio-Janeiro les fonctions d'ambassadeur, à son retour, il ramena avec lui sa sœur et ses enfans qu'il laissa à Lisbonne. Après la maison de Cadaval celle de Lafoens est la première; elle descend de l'un des frères bâtards du roi Jean V; le dernier duc de ce nom avait



né la sœur du marquis de M. . . , celui qui, dans ces années, habite Paris, où il a été quelque temps seigneur de la cour de Brésil.

De la famille de Lafoens, il ne reste maintenant que deux filles, dont l'aînée à l'héritage des privilèges, droits et considérations de sa maison, réunira probablement tout le bien de la maison de M. . . , puisqu'il paraît que son oncle a renoncé au projet de se marier.

Le marquis de M. . . avait eu, dit-on, l'intention de marier l'aînée de ses nièces, mais ce projet a disparu depuis que des espérances plus brillantes se sont présentées. On sait généralement ici, que, quelque temps avant que le marquis de L. . . partît pour le Brésil, le marquis de M. . . , voyant la triste situation de sa patrie, depuis que la reine de Bragance s'est définitivement fixée au Brésil, pour le mariage de ses deux nièces Lafoens aux deux neveux de L. . . , seuls représentants de la famille de Cadaval, il a été convenu que l'aîné des Cadaval épouserait la fille aînée de Lafoens, et que le cadet de Cadaval épouserait la cadette de Lafoens, cet arrangement vient de recevoir son effet dans ce qui regarde la duchesse de Lafoens; ce sera ainsi qu'on le voit, la cadette de Lafoens qui sera de la famille de Cadaval, comme le cadet de Cadaval est déjà duc de Lafoens.

Cette réunion, par des alliances, des droits hérités des deux premières familles de Portugal, place la maison de Cadaval dans une position où elle jouit d'autant d'influence de considération et de puissance qu'en avait la maison de Bragance sous Philippe III, lorsque pour rendre aux Portugais leur indépendance on plaça sur le trône le chef de la famille qui régna sous le nom de Jean IV.

Aussi a-t-on remarqué que dernièrement, lors du départ de la duchesse de Lafoens, tous les personnages de distinction portugais, qui se trouvaient à Lisbonne, accompagnèrent son cortège quoiqu'ils n'y eussent pas été invités.

Ce mariage excita l'attention publique, l'immense concours des habitants de Lisbonne se porta sur le passage de

des nouveaux époux, et leur témoigna tout l'intérêt qu'ils leur portait, démonstrations auxquelles les époux répondirent par les saluts les plus affables.

Ainsi donc, d'un côté, l'éloignement de notre souverain à notre malheureuse patrie dans une situation pareille à celle se trouvait sous Philippe III, d'un autre côté, les deux maisons de Lafoens et de Cadaval et les marquis qui viennent de les réunir, placent la maison de Cadaval dans la position où était alors la maison de Bragance.

Les différentes combinaisons et cette similitude de situations occupent beaucoup les esprits.

Philippe III voyait avec peine le séjour du duc de Bragance en Portugal, après lui en avoir accordé la permission, et le comte duc Olivarès fit tout son possible pour l'en faire partir. Le duc de Bragance s'en excusa longtemps sous divers prétextes, et à la dernière extrémité, les ordres de son retour étant devenus plus pressants, et les raisons d'éloigner étant épuisées, son secrétaire Pinto Ribeiro hâta l'exécution du plan qu'il avait conçu et dont il avait fourni les moyens.

Le roi de Brésil a permis le retour en Portugal du duc de Cadaval, qui maintenant, dit-on, pressé de repartir pour le Brésil, donne aussi différents prétextes pour s'en dispenser, comme la nécessité de rebâtir son palais pour la célébration de son mariage, après lequel il a promis de s'embarquer sur le Sébastien, qui l'attend depuis longtemps pour le conduire à Rio-Janeiro.

Le désir que manifeste le marquis de M... de rester en France, l'appui qu'il cherche à se créer dans certain parti, le spectacle qu'il étale à Paris, le refus formel qu'il ferait de retourner au Brésil si on l'exigeait de lui, l'éloignement qu'il éprouve pour communiquer avec certains de ses compatriotes sont des moyens adroits, fort propres à augmenter son influence; influence que sans doute il saura faire valoir lorsqu'il le pensera qu'il en sera temps.

On le dit intimement lié avec mr. de F... l'un des secrétaires de la régence de Portugal. On croit que ce dernier est

ici le premier moteur du projet dont je vous parle, projet dont l'opinion et le bruit public paraissent appuyer la réussite.

On va jusqu'à dire qu'il a stipulé avec de solides garanties des conditions avantageuses et brillantes, qui le mettraient à même de jouer le rôle que joua dans le temps Pinto Ribeiro.

On ne doute pas que l'objet du voyage récent et précipité du marquis de Beresford au Brésil, ne soit de faire connaître au roi les combinaisons, qui ont été faites et les résultats qu'on en doit attendre.

Je vous promets de vous tenir au courant de tout ce que je pourrai apprendre sur tout ceci. Vous pouvez voir, comme moi, d'après ces données qu'il se trame quelque grand projet, et si cela est vrai, que de nombreuses chances de réussite se montrent en sa faveur...

---

## DOCUMENTO N.º 47

(Citado a pag. 429)

**Officio do marquez de Marialva para o consul geral de Portugal em Paris, Bernardo Daupias, commettendo-lhe tirar uma inquirição, para se saber quem fosse o auctor da carta publicada no folheto intitulado «Pièces politiques»**

Tendo-se publicado ultimamente n'esta capital um escripto incendiario, intitulado *Pièces politiques*, que vae annexo ao presente officio, e sendo constante que o mencionado escripto, e nomeadamente a carta (supposta datada de Lisboa aos 20 de abril proximo passado), que n'elle se acha desde pag. 11 até 16, e que tem por fim provocar os fieis habitantes de Portugal ao horroroso crime de rebelião contra o nosso augusto e legitimo soberano, é obra de um vassallo portuguez, que reside presentemente n'esta cidade; exige o bem do real serviço e da justiça, que v. m.<sup>ce</sup> proceda, sem perda de tempo, a uma inquirição judicial a este respeito,

convocando officialmente a esse consulado geral, e inquirindo todos e quaesquer vassallos do mesmo senhor residentes em Paris, que v. m.<sup>ce</sup> presumir que têm conhecimento da publicação do referido escripto, e da pessoa do auctor da mencionada carta. Finda que seja esta inquirição, em que v. m.<sup>ce</sup> guardará todas as formalidades prescriptas pelas ordenações do reino, liv. 1.<sup>o</sup>, tit. 86.<sup>o</sup>, remetterá para a secretaria d'esta embaixada o instrumento respectivo, selado e cerrado na fôrma costumada, deixando traslado n'esse consulado geral.

Deus guarde a v. m.<sup>ce</sup> Paris, 20 de junho de 1820. —  
*Marquez de Marialva.* — Sr. Bernardo Daupias.

#### DOCUMENTO N.<sup>o</sup> 48

(Citado a pag. 430)

Correspondencia entre o marquez de Marialva e Heliodoro Jacinto do Araujo Carneiro, relativa ao auctor da carta publicada no folheto intitulado «*Pièces politiques*»

III.<sup>mo</sup> sr. — Convindo muito ao serviço de sua magestade, que, tudo quanto v. s.<sup>a</sup> me revelou ácerca do auctor, ou auctores de uma carta (supposta datada de Lisboa aos 20 de abril do anno proximo passado), que por extracto vem transcripta no folheto intitulado *Pièces politiques*, que ultimamente foi dado á luz n'esta capital, tenha um character official, e seja constante de um modo formal, ostensivo e permanente dirijo-me a v. s.<sup>a</sup> para que haja de responder a este meu officio, repetindo fielmente por escripto tudo o que verbalmente me disse a este respeito.

Deus guarde a v. s.<sup>a</sup> Paris, em 20 de junho de 1820. —  
*Marquez de Marialva.* — Sr. Heliodoro Jacinto de Araujo Carneiro.

Primeira resposta ao officio supra:

III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Como a situação em que me acho me impede o poder, ou dever reconhecer por officio, senão o

que me é mandado expressamente por sua magestade el-nosso senhor, por isso me vejo na dura situação de não poder responder á carta de v. ex.<sup>a</sup>, chamada officio de 20 presente; quanto mais, que me persuado que o que as pessoas de bem communicam umas ás outras em boa fé e confidencialmente, não é para se repetir officialmente; ali d'isto é preciso não confundir o que disse a v. ex.<sup>a</sup> sobre a carta em questão, pois que nunca lhe disse era forjada nem que o auctor existia em Paris! Boa lição para não fazer serviços forçados!

Sou, de v. ex.<sup>a</sup>, com toda a consideração, respeitoso adorador e creado. — 20 de junho de 1820. = *Heliodoro José de Araujo Carneiro.*

Segunda resposta ao sobredito officio:

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Escrevi hontem um pouco á propoz querer dar uma resposta immediata a v. ex.<sup>a</sup>, uma que o não achasse em casa, aonde fui para ter e dar explicação sobre o que vinha de receber. Como não achou v. ex.<sup>a</sup>, tenho a acrescentar á minha de hontem, que na carta de v. ex.<sup>a</sup> com o nome de officio, que, *convindo ao serviço de sua magestade, que tudo quanto eu tinha a lado a v. ex.<sup>a</sup> tenha um character official, e seja constante um modo formal, ostensivo, etc., etc.* Não posso deixar-me admirar cada vez mais, que v. ex.<sup>a</sup> deixasse escrever milhante peça para assignar, e muito mais que a deixasse dirigir-me! E que, a querer v. ex.<sup>a</sup> dizer-me alguma coisa o não fizesse pela sua propria mão, visto que o que se confidenciaalmente com v. ex.<sup>a</sup> não devia pertencer a escriptas de secretaria!

O que convem a sua magestade, el-rei nosso senhor, sobre este objecto, creio, é não fallar muito n'isto, nem querer-se dar valor ao que talvez espalham cabeceiradas, e apaixonadas de uma familia, que não tem menor direito ao que lhe querem inculcar perante o publico; a minha primeira observação a isto, quando se mostrou pela primeira vez, foi que era uma incensura á familia de Cadaval, e uma calumnia aos portuguezes.

E me admira que, quem deu a tal carta, quizesse  
ir o que se faz por generosidade, e confidencialmen-  
o que faz um esbirro.

ex.<sup>a</sup> quer que lhe diga o que nunca me atrevi a di-  
por estar antecipado da pouca franqueza com que  
va! Digo-lhe, que não só se me confiou a carta, mas  
de Lisboa, em que se recommendava a inserção  
s jornaes. V. ex.<sup>a</sup> creio não ignora que sua mages-  
tade ha mais de tres annos d'esta manobra em Por-  
pareceu isto a publico agora, não faz senão dar-se-  
reço que não merece, não só pela obscuridade da  
a si, mas porque quando se publicam as conspira-  
quando se não fazem, ou quando abortam os planos!  
n'esta transacção v. ex.<sup>a</sup> parece ter inimigos, não  
inha; pelo contrario, fiz o que podia, e que talvez  
não fizesse, tratado com a reserva, como tenho sido,  
ar apparecesse em publico, como lhe fiz ver. A paga  
de v. ex.<sup>a</sup> não é como se devia esperar das pessoas  
lasse! Isto é, servir-se do favor, e obrigar a que faça  
o ridiculo e degradante a pessoa de quem se serve!  
le v. ex.<sup>a</sup>, attento venerador, e creado muito obri-  
21 de junho de 1820. — Rua de Clichy, n.º 23. =  
*Jacinto de Araujo Carneiro.*

## DOCUMENTO N.º 49

(Citado a pag. 439)

**Proclamações dirigidas pelo conselho militar do Porto  
ao exercito que abraçára a causa da revolução  
em 24 de agosto de 1820**

**1.ª Soldados! Uma só vontade nos una. Caminhem  
vação da patria. Não ha males que Portugal não sofra  
ha soffrimento que nos portuguezes não esteja apurado  
portuguezes sem segurança em suas pessoas e bens  
o nosso auxilio; elles querem a liberdade regrada.  
Vós mesmos, victimas dos males communs, tendes  
a consideração, que vosso brio e vossas virtudes merecem.  
É necessaria uma reforma; mas esta reforma deve ser  
pela razão e pela justiça, não pela licença. Coadjuvem;  
cohibi os tumultos; abafae a anarchia. Criei um  
governo provisorio, em que confiemos. Elle chame a  
que sejam o orgão da nação, e ellas preparem uma constituição  
ção que assegure os nossos direitos. O nosso rei, o  
D. João VI, como bom, como benigno, e como amante do  
povo, que o idolatra, ha de abençoar nossas fadigas.  
nosso rei! Vivam as côrtes, e por ellas a constituição**

**Porto, e em conselho militar, aos 24 de agosto de 1820.**  
O commendador *Sebastião Drago Valente de Brito* Coronel de artilheria n.º 4 = *Bernardo Correia de Almeida*  
*Sepulveda*, coronel de infantaria n.º 18 = *Domingos*  
*Gil de Figueiredo Sarmiento*, tenente coronel commandante de infantaria n.º 6 = *José Pereira da Silva Leite de Faria*  
tenente coronel commandante do real corpo da policia = *José de Sousa Pimentel*, major commandante interino das  
milicias do Porto = *José Pedro Cardoso e Silva*, major commandante das milicias da Maia.

**2.ª Soldados! Acabou o soffrimento! A patria em  
a vossa consideração perdida; nossos sacrificios bem empregados.  
Um soldado portuguez proximo a mendigar uma**

Soldados! O momento é este; voemos á nossa salvação própria. Camaradas, vinde commigo. Vamos com os nossos irmãos de armas organizar um governo provincial, que chame as côrtes a fazer a constituição, cuja falta é a origem de todos os nossos males. É desnecessario o desenvolvê-lo, porque cada qual de vós o sente. A nossa santa religião será guardada. Assim como nossos esforços são puros e virtuosos, assim Deus os ha de abençoar. Os soldados que compõem o bravo exercito portuguez, hão de correr a abraçar a nossa causa, porque é igualmente a sua. Soldados! A força é nossa; nós devemos portanto não consentir os tumultos. Se cada um de nós deve a patria a salvação, deva a cada um de nós a nação a sua segurança e tranquillidade. Tende confiança n'um chefe, que nunca soube ensinar-vos senão o caminho da honra.

Soldados! Não deveis medir a grandeza da causa pela brevidade dos meus discursos. Os homens sabios têm de desenvolver um dia esse feito maior que mil victorias. Sanctifiquemos este dia, e seja desde hoje o grito do nosso coração. Viva el-rei o senhor D. João VII! Viva o exercito portuguez! Vivam as côrtes, e por ellas a constituição nacional! =  
*Com as assignaturas do conselho militar.*

#### DOCUMENTO N.º 49-A

(Citado a pag. 440)

Atto geral da camara municipal do Porto, em consequencia do qual se procedeu á nomeação de uma junta de governo, que se denominou junta provisoria do governo supremo do reino

Vereação extraordinaria de 24 de agosto de 1820. — N'esta cidade do Porto, e casa do illustrissimo senado da camara, onde foram vindos o doutor juiz de fóra do cível, e vereadores, com assistencia do procurador da cidade, e da do povo. E logo n'esta vereação relatou o doutor juiz de fóra do cível,



que elle recebêra hoje um officio, que leu, e que é do teor seguinte:

Ill.<sup>mo</sup> sr. — Por bem do serviço de el-rei nosso senhor, e da nação portugueza, queira v. s.<sup>a</sup> fazer convocar immediatamente a illustrissima camara d'esta cidade, a saber: os quatro vereadores, procurador do concelho, escrivão, doutor syndico, juiz e procurador do povo, e escrivão do expediente, para que com v. s.<sup>a</sup> se achem reunidos infallivelmente pelas oito horas da manhã nos paços do conselho, exigindo resposta da entrega da participação, pela qual v. s.<sup>a</sup> fôr responsável, para em tempo se prover á substituição dos ausentes, pelos que serviram na passada vereação. Abi nos acharemos.

Porto, em conselho militar, aos 24 de agosto de 1820. — O commendador *Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira*, coronel de artilheria n.º 4 = *Bernardo Correia de Castro e Sepulveda*, coronel do regimento de infantaria n.º 18 = *Domingos Antonio Gil de Figueiredo Sarmiento*, tenente coronel do regimento n.º 6 = *José Pereira da Silva Leite de Berredo*, tenente coronel commandante da policia = *José de Sousa Pimentel de Faria*, major commandante interino do regimento de milicias do Porto = *José Pedro Cardoso e Silca*, major do regimento da Maia.

Em consequencia do que, elle doutor juiz de fóra, fizera as competentes participações, do que resultou a presente vereação. E logo, estando reunidos todos os abaixo assignados, pelos illustrissimos membros do conselho militar acima mencionados, foi representado, que sendo evidentes os soffrimentos de todas as classes, e tendo de esperar-se a cada momento um rompimento anarchico, que levasse a nação a todos os males, que este monstro semeia na sociedade; elles, animados do mais vivo desejo de prestar serviços á nação, de salvá-la, de fazel-a reganhar os seus verdadeiros direitos, e caminhando outrosim sobre a base firme e inabalavel, de manter fidelidade e vassallagem ao nosso grande e muito poderoso monarcha, o senhor D. João VI, se deliberaram a propor, como têm proposto, o seguinte: Que se formará

uma junta provisoria, depositaria do supremo governo do reino, composta das seguintes pessoas, e do vice-presidente por essa mesma junta eleger, a saber: Junta provisional do governo supremo do reino. Presidente, Antonio da Silveira Pinto Vogaes; pelo clero, o deão Luiz Pedro de Andrade Roderode; pela nobreza, Pedro Leite Ferreira de Mello, e Francisco de Sousa Cirne de Madureira; pela magistratura, o desembargador Manuel Fernandes Thomás; pela universidade, o doutor frei Francisco de S. Luiz; pela provincia do Minho, o desembargador João da Cunha Souto Maior, e José Maria Xavier de Araujo; pela provincia da Beira, José de Melo Castro e Abreu, e Roque Ribeiro de Abranches Castello Branco; pela provincia de Traz os Montes, José Joaquim de Moura, e José Manuel de Sousa Ferreira e Castro; pelo commercio, Francisco José de Barros Lima. Secretarios em todo, José Ferreira Borges, José da Silva Carvalho, e Francisco Gomes da Silva. Que esta junta governará em nome do senhor rei, o senhor D. João VI. Que ella manterá a sagrada religião catholica romana, que temos a felicidade de professar. Que a junta é erecta para convocar côrtes representativas da nação, e n'ellas formar uma constituição adequada á nossa santa religião, aos nossos bons usos, e ás leis que na actualidade das cousas nos convem. A qual proposição foi aceita unanimemente por todos, canonicamente firmada a eleição sem perturbação alguma, e a aprazimento reciproco. E n'este mesmo acto foi recebida a resposta do ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. governador das armas do partido, a qual é do teor seguinte:

«Il.<sup>mo</sup> srs. Recebi o officio de v. s.<sup>as</sup>, de hoje, e com elle o exemplar de uma proclamação, que v. s.<sup>as</sup> acabam de fazer á tropa estacionada n'esta cidade; e em virtude do seu conteudo cumpre-me dizer-lhes que eu, ás horas indicadas por v. s.<sup>as</sup>, me acharei nas casas do conselho na Praça Nova, como v. s.<sup>as</sup> dizem, pois que a minha vontade é a conservação do socego publico, e a felicidade dos vassallos d'este reino.

«Deus guarde a v. s.<sup>as</sup> Quartel general em Leça da Pal-

meira, 24 de agosto de 1820. — *Filippe de Sousa Canavarro*, tenente general. — Ill.<sup>mos</sup> srs. commandantes da força armada, existente na cidade do Porto.»

E logo n'este mesmo acto, acabada a eleição, foi deferido, em nome do conselho militar, o seguinte juramento por mão do coronel commendador Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, e do coronel Bernardo Correia de Castro e Sepulveda, ao doutor juiz de fóra do cível, que depois o deferiu ao mesmo conselho militar, e a todos os membros que compõem a illustrissima camara, e a todas as mais pessoas que n'este acto assignam, segundo suas respectivas attribuições, cujo juramento é do teor seguinte: «Juro aos Santos Evangelhos obediencia á junta provisional do governo supremo do reino, que se acaba de instaurar, e que em nome de elle rei nosso senhor, o senhor D. João VI, ha de governar até á installação das côrtes, que deve convocar para organizar a constituição portugueza. Juro obediencia a essas côrtes, e á constituição que fizerem, mantida a religião catholica romana, e a dynastia da serenissima casa de Bragança. — *Seguem-se as respectivas assignaturas.*

## DOCUMENTO N.º 50

(Citado a pag. 441)

### Proclamação da junta provisional do governo supremo do reino aos portuguezes

Se na agitação porfiosa, que commoveu as nações da Europa, e abalou os thronos, o vosso exercito salvou a patria, immortalisando o seu nome, elle não se mostra hoje menos benemerito d'ella, acabando de arrancal-a do abysmo em que se achava precipitada, e proxima quasi a perder até a sua representação nacional.

Uma administração inconsiderada, cheia de erros e de vicios, havia acarretado sobre nós toda a casta de males,

ando nossos fóros e direitos; quebrando nossas franque-  
e liberdades, e profanando até esseslouvaveis costumes,  
e nos caracterisaram sempre desde o estabelecimento da  
monarchia, e que eram porventura o mais seguro penhor  
das nossas virtudes sociaes.

Amor da patria, sacrificado ao egoismo, não foi mais do  
que um nome vão na bôca d'esses homens ambiciosos, que  
ocupavam os primeiros logares da nação, e que só tinham  
o fim de medrar nas honras e nas riquezas, em premio, ou  
para escapar dos crimes, ou da falta de luzes e de experiencia com  
que dirigiam as cousas do estado. Assim vimos nós desap-  
parecer desgraçadamente nosso commercio, e definhar-se  
a nossa industria, esmorecer a agricultura, e apodrecer a  
navegação marinha.

Poucos dias mais bastavam para perdermos até o ultimo  
navegante, e para acabar de todo a navegação, pela qual  
estávamos tão poderosos no tempo da nossa passada gloria; sul-  
camos então os mares todos, devassando as suas costas,  
abastecendo os seus portos, e espalhando pela Europa, es-  
ta terra tão invejosa, as preciosidades do oriente, e as rique-  
zas de ambos os mundos.

Estancadas por tal modo as fontes da prosperidade nacio-  
nal, devia ser, e foi uma consequencia necessaria a perdi-  
da dos nossos mais caros interesses; e para cumulo de  
desventura deixou de viver entre nós o nosso adoravel so-  
berano. Portuguezes! Desde esse dia fatal, contâmos as nos-  
sas desgraças pelos momentos que tem durado a nossa or-  
de. Perdemos tudo! E até haveríamos perdido o nosso  
reino, tão famoso no universo, senão mostrassemos que  
somos os mesmos pela constancia com que temos  
suportado tantas calamidades e misérias, e pela heroica reso-  
lucão que hoje havemos tomado.

Nossos avós foram felizes, porque viveram nos seculos  
dourados, em que Portugal tinha um governo representa-  
tivo nas côrtes da nação, e obraram prodigios de valor em-  
quanto obedeciam ás leis, que elles sabiamente constituíam,  
e que aproveitavam a todos, porque a todos obrigavam.

Foi então que elles fizeram tremor a Africa, que conquistaram a India, e que assombraram o mundo conhecido, e acrescentaram outro, para dilatar ainda mais o renome das proezas. Nunca a religião, o throno e a patria, receberam serviços tão importantes; nunca adquiriram, nem lustre, nem mais solida grandeza; e todos estes bens sustentavam perennemente da constituição do estado, porque sustentava em perfeito equilibrio, e na mais concertada harmonia os direitos do soberano e dos vassallos, fazendo nação e do seu chefe uma só familia, em que todos trabalhavam para a felicidade geral.

Tenhamos, pois, essa constituição, e tornaremos venturosos. O senhor D. João VI, nosso adorado monarca, tem deixado de a dar, porque ignora nossos desejos, já tempo de pedir-lh'a, porque os males que soffrem mais ainda os que devemos receiar, exigem um prompto remedio.

Imitando nossos maiores, convoquemos as cortes, e tomemos da sua sabedoria e firmeza as medidas, que só podem salvar-nos da perdição, e segurar nossa existencia presente. Eis o voto da nação; e o exercito, que o enunciou por modo, não fez senão facilitar os meios de seu cumprimento. retardado já em demasia pela timidez, ou pela desunião dos amantes da patria. Nos gloriosos campos de Ourique o exercito levanta a voz, e apparece a monarchia; hoje, no campo de Portugal, o exercito levanta a voz, e salva da destruição e da ruina este precioso deposito, confiado á sua guarda e sustentado pelo valor do seu braço invencivel. depois de muitos seculos de existencia.

Portuguezes! O passo que acabaes de dar para a felicidade futura era necessario, e até indispensavel: a vossa desgraçada situação plenamente justifica o vosso cedimento. Não vos intimideis portanto, porque de certo atraiçoaes os sentimentos da vossa natural fidelidade. Nenhuma lei, ou instituição humana, é feita para durar sempre, e o exemplo de nossos vizinhos bastaria para nos cegar. O mundo conhece bem, que a nossa deliberação

feito de uma raiva pessoal contra o governo, ou de uma  
 leição á casa augusta de Bragança; pelo contrario, nós  
 por este modo estreitar mais os laços de amor, de  
 e de vassallagem, com que nos achámos felizmente  
 á dynastia do immortal D. João IV, e as virtudes que  
 o coração do mais amado de seus descendentes  
 am que elle ha de unir os seus aos nossos esfor-  
 citando um povo, que tantas acções de heroismo  
 tificado, para lhe segurar na frente a corôa do luso  
 o.

adança que fazemos não ataca as partes estaveis da  
 chia. A religião santa de nossos paes ganhará mais bri-  
 splendor, e a melhora dos costumes, fructo tambem  
 illuminada instrucção publica, até hoje por desgraça  
 ada, fará a nossa felicidade, e das idades futuras.  
 is do reino, observadas religiosamente, segurarão a  
 ridade individual, e a nação sustentará a cada um no  
 gozo dos seus direitos, porque ella não quer des-  
 quer conservar. As mesmas ordens, os mesmos loga-  
 os mesmos officios, o sacerdocio, a magistratura, todos  
 respeitados no livre exercicio da auctoridade, que se  
 depositada nas suas mãos.

quem será incommodado por suas opiniões, ou con-  
 passada, e as mais bem combinadas medidas se tem  
 para evitar os tumultos, e a satisfação de odios, ou  
 as particulares.

guezes! Vivei certos dos bons desejos que nos ani-  
 Escolhidos para vigiar sobre os vossos destinos, até  
 memoravel, em que vós, competentemente represen-  
 haveis de estabelecer outra fôrma de governo, em-  
 temos todas as nossas forças para corresponder á  
 ça que se fez de nós; e se o resultado for como  
 mos, uma constituição que segure solidamente os di-  
 da monarchia e os vossos, podeis acreditar que será  
 maior e a mais gloriosa recompensa de nossos traba-  
 fadigas.

to, e paço do governo, 24 de agosto de 1820. = Pre-

sidente, *Antonio da Silveira Pinto da Fonseca* —  
dente, *Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira* —  
*Correia de Castro e Sepulveda*. — Pelo clero, *Leí*  
*Andrade e Brederode*, deão — Pela nobreza, *Pedre*  
*reira de Mello* — Pela magistratura, *Mmanuel Fern*  
*más*. — Pelo commercio, *Francisco José de Barre*  
Pela provincia do Minho, *José Maria Xavier de*  
*João da Cunha Souto Maior*. — Secretarios, *Jon*  
*Borges* — *José da Silva Carvalho* — *Francisco*  
*Silva* <sup>1</sup>.

## DOCUMENTO N.º 50-A

(Citado a pag. 461)

**Officio dirigido ao coronel Sebastião Drago Valente de Bri  
com o fim de saírem do exercito portuguez os officiaes  
que n'elle tinham patentes**

III.<sup>no</sup> sr. — O memoravel acontecimento, que n  
portuguezes ao logar que justamente lhes compet  
nações, não permittiu que a junta provisional do g  
premo em um momento de tanta importancia, e  
as mais promptas e efficazes medidas, fizesse par  
officiaes inglezes, que occupavam postos no exerci  
foi necessario suspendel-os, até que ponto ella de  
trar a justa e bem merecida consideração em q  
seus relevantes serviços, e o quanto ella se consi  
liz, se se julgasse auctorizada para os premiar di  
porém, na impossibilidade de o fazer, ella sente  
dos primeiros dos seus deveres, em exercicio da a  
que lhe foi confiada, mandar que v. s.<sup>a</sup> declare a t  
tos officiaes, e a cada um de per si, que ficam co  
todas as suas honras, privilegios e distincções co  
aos seus postos, assim como o soldo de suas pat  
lhes será pontualmente pago até á installação das

<sup>1</sup> Os tres primeiros acima designados, representavam o t

A junta quer tambem que v. s.<sup>a</sup> lhes faça entender, que conformando-se com a vontade geral da nação portugueza, todos os desejos, regulados pela sua generosidade e gratidão, não tem limites, ella fará proporcionar áquelles dos ditos officiaes, que os quizerem, os meios todos de que precisarem para com toda a decencia e commodidade se conservarem no paiz, enquanto não tomarem a deliberação de se transportarem ao seu, ou a outro qualquer, para o que lhes offerecimentos. Que a junta, porém, espera que os se comportem nas actuaes circumstancias com aquella firmeza, e circumspecção propria de homens, que até por experiência sabem conhecer e apreciar o respeito e consideração que merece o voto de um povo, que tão solemnemente declarou a firme resolução de manter os seus direitos. Deus guarde a v. s.<sup>a</sup> Paço do governo, em 26 de agosto de 1820. — *Francisco Gomes da Silva*. — Sr. Sebastião D'Alente de Brito Cabreira, commandante em chefe da armada n'este partido.

## DOCUMENTO N.º 51

(Citado a pag. 442)

**Proclamação do conde de Amarante aos transmontanos,  
declarando-se hostil á revolução do Porto**

Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, conde de Amarante, do conselho de sua magestade fidelissima, gran-cruz da Torre e Espada, e de S. Fernando na Hespanha, commendador das mesmas ordens, e da de Christo, nono senhor das honras de Nogueira, de S. Cypriano, tenente general dos reaes exercitos, e governador das armas da provincia de Traz os Montes.

Transmontanos valorosos e fieis! — É a terceira vez que as circumstancias me fazem convocar-vos ás armas, e sempre com a satisfação de vos ver correr a defender os sagrados



direitos do nosso augusto soberano, o senhor D. João do reino unido de Portugal, Brazil e Algarves. Em estes vós quem rompeu o captivo, que os exercito perfido invasor nos tinha lançado; mas desgraçada temos feito, pois se não temos inimigos externos entre nós homens ambiciosos, loucos e perdidos infelizmente, com o nome de portuguezes, querem de governo, e com especiosos e falsos motivos nos induzir a ser traidores ao rei, e perjuros ao sagramento que lhe demos, e semeando a anarchia na nação promettem grandes bens com taes mudanças; mas l'vos de quaes foram os que os francezes revolução causaram á França, onde só se viram mortes, incêndios, roubos, e por fim uma destruidora guerra; mas a delidade é tão conhecida, que não é necessario descom rasões. Eu estou decidido pelos principios da honra e da religião a sacrificar até á ultima gota de sangue em defeza dos sagrados direitos de el-rei n'osso senhor; estou certo que estes sentimentos serão os de todos. É um crime reconhecer o governo revolucionario de Porto; as camaras, magistrados e todas as auctoridades militares, como civis, o deverão repellir, e não reconhecer tal governo.

Transmontanos! Conservemos a nossa fidelidade, nosso grito geral: Viva el-rei! Vivam os portuguezes fiéis, que lhe forem fieis!

Quartel general de Chaves, 26 de agosto de 1820.  
*de Amarante.*

## DOCUMENTO N.º 52

(Citado a pag. 443)

**Proclamação do tenente general da Beira Alta, Antonio Marcellino de Victoria, ás tropas da sua provincia, para que se não deixem enganar pelos revolucionarios do Porto**

Antonio Marcellino de Victoria, fidalgo cavalleiro da casa de sua magestade, cavalleiro professo na ordem de S. Bento de Aviz, tenente general dos reaes exercitos, encarregado do governo das armas da provincia da Beira, etc.

Tendo pleno conhecimento, de que toda a tropa d'esta provincia, e mesmo os habitantes d'ella, temem a Deus todo poderoso, e amam como devem ao seu rei, estou certo que cumprirão estes dois sagrados preceitos, que são indispensaveis para o socego publico e particular, só lhes devo trazer á memoria áquellas proclamações, ou palanfrorios, com que Buonaparte nos promettia todo o bem, porém causava todo o mal. Todos são testemunhas d'estes enganoses, e por isso é que eu peço se não deixem illudir e enganar com estes papeis, que todos são cavillosos.

Viva el-rei nosso senhor! Viva el-rei nosso senhor! Viva el-rei nosso senhor! Quartel general de Vizeu, 29 de agosto de 1820. — *Antonio Marcellino de Victoria.*

## DOCUMENTO N.º 53

(Citado a pag. 443)

**Proclamação dirigida aos habitantes de Lisboa  
pela junta provisional do Porto**

O grito de 100:000 almas, que n'esta cidade proclamaram unanimemente a vontade de recobrar seus direitos, retumbou nas provincias, e foi repetido com aquelle santo entusiasmo, de tão heroico feito devia causar.

Nós suffocavamos até agora a expressão dos nossos sentimentos, esperando todos os dias que a justiça, e o amor do nosso adorado soberano, dêsse remedio aos males que tem affligido a nação ás bordas do abysmo; mas desenganados e desanimados, homens malfazejos impedem que elle conheça toda a extensão do nosso soffrimento, tomámos o lugar que nos coube, e é a nobre resolução de lhe dizer a verdade.

Os descendentes do immortal Pelagio, nossos vizinhos, deram-nos o exemplo; e Fernando, possua mais viva e paternal satisfação, conhece hoje que só elle é verdadeiramente rei desde o dia 7 de março d'este anno, e moravel em acontecimentos grandes. A mesma religião, a mesma lingua, os mesmos sentimentos de nobreza e de amor ao bem, as mesmas desgraças finalmente, e talvez outras mais pungentes . . . Habitantes de Lisboa! Que mais é necessário para justificar a valorosa resolução que tomaram os portuguezes, e que deveis fazer vossa?!

Nem vos detenha a consideração de tres reinos unidos, o nosso adorado soberano vivendo em tanta distancia. A constituição sabiamente organizada pela representação nacional, regula a sorte dos estados, a politica, por mais vastos e dispersos que elles sejam, olha sempre com o mesmo centro aquelle lugar em que o monarcha fixou a sua residência, porque, na qualidade de chefe da nação, elle forma o ponto da reunião de todos os interesses e relações sociaes; sente em toda a parte pelas providencias que dá, para observar a lei, reina pacificamente, porque o povo tem sempre á sua disposição meios suaves, facéis e promptos para fazer respeitar seus direitos, sem perturbar a ordem, sem baratar a marcha augusta da justiça, e sem atacar a honra e a segurança publica.

Desde uma até outra extremidade do seu imperio, o soberano recebe então do amor de todos os seus vassallos as mais nobres e mais firmes demonstrações da mais firme obediencia em reconhecimento dos bens, que elle lhes procura pela sabedoria com que governa; e é na esperança d'esta mutua correspondência de direitos e de obrigações, que talvez se esconda o ad

mysterio, pelo qual o homem rennnciou o maior dos bens, a verdade.

Habitantes de Lisboa! Voltae agora o quadro, e vêde o que somos! Não temos senão quem nos faça males. De mais longe, a algumas leguas de distancia nos apparecem decretos feitos em nome do soberano. Mas este soberano é bom, é justo, quer a nossa felicidade, e elles só nos trazem a desgraça e a miséria. Esses decretos portanto não são obra d'elle. Assim vemos bem que existe a monarchia, emquanto o throno permanece vago. Os horrores da anarchia acabariam de nos convencer d'esta desgraçada verdade, se o brioso exercito das provincias não se deliberasse a sustentar os nossos direitos, estabelecendo esta junta, para governar a nação até á reunião das côrtes.

Ella vae exercer sua auctoridade entre vós. Aquelles de vossos concidadãos, que forem mais capazes por suas luzes, mais conhecidos por seu zêlo ao bem publico, homens emfim portuguezes só, sem mistura, isentos d'essa vergonhosa e pueril mania de pertencerem por sentimentos a outra nação, desconhecendo a patria que lhes dera o ser, hão de ajudar-nos a levar ao cabo esta obra verdadeiramente grande e magestosa. Unindo-se a nós, elles acabarão de fechar o quadro da representação nacional, tão perfeito como é possível fazel-o em taes circumstancias. Lá teremos tambem os deputados do Alentejo e Algarve, que a distancia não permitia ainda que se juntassem connosco.

Tende confiança no exercito, que fará sustentar e respeitar o governo; e tende confiança no governo, que fará respeitar as leis. Esquecei-vos dos males que haveis soffrido; evitae que n'esta occasião a vingança empregue a velleza de suas odiosas medidas. Por mais justificadas razões, que tenhaes para vos indignardes contra quaesquer depositarios da publica auctoridade, perdoae-lhes, desprezae-os, não façaes caso d'elles, tratae-os como desgraçados que perderam a honra. Não queiraes outro castigo: é este o maior que podeis dar aos homens que nasceram portuguezes.

Habitantes de Lisboa! Vivei socegados; imitae o exemplo

de vossos irmãos, os portuenses; admirae, e segui a sua moderação, sustentada no fogo do maior enthusiasmo. Nós vamos ultimar comvosco a grande obra da nossa regeneração, e estae certos de que o mais agradável, e mais fraternal acolhimento que nos podeis fazer, é dar-nos, ao entrar na vossa cidade, a paz de que tiverdes gosado. Respeitae os magistrados e as auctoridades encarregadas da publica administração. Na reverencia ao governo que preside aos seus destinos, mostra um povo, justo e illustrado, que é verdadeiramente digno de ter uma constituição que o faça feliz.

Porto, no paço do governo, 28 de agosto de 1820. = Presidente, *Antonio da Silveira Pinto da Fonseca* = Vice-presidente, *Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira* = *Bernardo Correia de Castro e Sepulveda*. = Pelo clero, *Luiz Pedro de Andrade e Brederode*. = Pela nobreza, *Pedro Leite Pereira de Mello* = *Francisco de Sousa Cirne de Madureira*. = Pela magistratura, *Manuel Fernandes Thomás*. = Pelo commercio, *Francisco José de Barros Lima*. = Pela provincia do Minho, *José Maria Xavier de Araujo* = *João da Cunha Souto Maior*. = Secretarios, *José Ferreira Borges* = *José da Silva Carvalho* = *Francisco Gomes da Silva*.

## DOCUMENTO N.º 54

(Citado a pag. 444)

### Carta dirigida pela junta provisional do Porto aos governadores do reino

Ill.<sup>mos</sup> e ex.<sup>mos</sup> srs. — Ninguém melhor que v. ex.<sup>as</sup> sabe o triste estado de miseria e oppressão em que se achava a nossa infeliz patria, e quanto seus passos eram rapidos e precipitados para uma total subversão. Nós nos poupâmos ao dissabor de recordar individualmente males tão universaes, tão notorios, e tão pungentes a corações portuguezes.

V. ex.<sup>as</sup> sabem igualmente que, para cumulo das nossas

desgraças, se haviam formado, e iam engrossando em Portugal, n'essa propria cidade, na patria da honra e da lealdade, tres diversos e oppostos partidos, que, com o apparente intuito de salvar a nação, mas em realidade para conservarem, ou promoverem seus particulares interesses, urdiam o tal projecto, ou de nos entregarem a uma nação estrangeira, ou de nos manterem debaixo da vergonhosa tutela de outra, ou de derribarem do throno o nosso adorado soberano, para lhe substituirem o chefe de uma illustre casa portugueza, cuja lealdade comtudo se recusaria sem duvida a tão intempestiva honra. Quaesquer que fossem as imaginadas vantagens d'estes projectos, elles tendiam essencialmente a roubar-nos a nossa independencia, e a riscar da lista das nações um povo leal e bravo, que tem figurado entre ellas com tanta gloria; e quando menos, a lançar do throno portuguez uma familia augusta, que o possui por titulos tão legitimos, e que por sua clemencia, bondade, e amor dos seus povos, tem adquirido os mais sagrados direitos á nossa obediencia e fidelidade.

V. ex.<sup>aa</sup>, a quem o nosso adorado soberano confiou o governo d'estes reinos, a felicidade dos portuguezes, e a segurança do seu throno e soberania, não tem tido energia, ou poder, nem para adoçar aquelles males, nem para dissipar estes projectos. Nós não ousámos suppor a vil prevaricação em animos nobres e portuguezes.

Que restava pois a uma nação sempre honrada, generosa e cheia de brio? Nenhum outro recurso, senão o de empregar em seu beneficio os meios extremos a que recorre, e tem direito de recorrer qualquer simples individuo, que vê atacada a sua propria existencia, ou estancadas todas as fontes da sua prosperidade.

Não podemos portanto ver, sem grande admiração e magua, que v. ex.<sup>aa</sup> inconsideradamente ousassem qualificar de rebelião o sagrado entusiasmo de tantos illustres filhos da patria, que, avivando em seus corações o fogo do patriotismo, que tantas desgraças tinham suffocado, mas não extinto, levantaram o primeiro clamor da honra, da liberdade e da

independencia nacional, e nenhum outro fim propozeram ~~se~~ não salvar de indelevel mancha estes preciosos ornamentos da nação portugueza.

Ao character de um governo justo, conscio das suas puras intenções, e amante da publica felicidade, cumpre fundar suas resoluções sobre as bases da mais apurada circumspecção, e da mais exacta e fiel verdade. Seja-nos porém permitido dizer a v. ex.<sup>as</sup>, que uma e outra cousa parece haver-se totalmente preterido na proclamação que v. ex.<sup>as</sup> publicaram contra esta junta, e contra os numerosos povos de algumas provincias que a desejavam, a applaudiram, e lhe prestaram sua obediencia.

Se o verdadeiro e illuminado zêlo a dictasse, ha muito tempo que este nobre sentimento se teria manifestado em uteis providencias, que melhorassem a situação dos portuguezes, e dissipassem os partidos que os iam dividindo, enfraquecendo a sua força moral, e levando-os á sua total ruina. Ha muito tempo que v. ex.<sup>as</sup> teriam attendido, ou levado á presença do soberano, as multiplicadas representações que lhe foram feitas pelo zêlo dos portuguezes sobre a situação publica, e que, para opprobrio nosso, sómente serviram de engrossar os nossos periodicos impressos em as nações estrangeiras, e de dar ao mundo novos argumentos da funesta indifferença d'aquelles que nos governavam. Não ignoram v. ex.<sup>as</sup> qual seja actualmente o espirito publico em Portugal. A proclamação, porém, que tende a desvairal-o, e pol-o em fatal discordia, pôde attrahir sobre toda a nação males incalculaveis, cujos effeitos e termo se não podem prever, mas que provavelmente recairão em grande parte sobre v. ex.<sup>as</sup>, e os farão agora, e na posteridade, responsaveis da ultima desgraça da patria.

Este mal que, até considerado em remota perspectiva, assusta os bons corações, ainda pôde evitar-se, mantendo v. ex.<sup>as</sup> em paz essa capital, e cessando de excitar os espiritos desprevenidos, até que se possa desenvolver sem risco o sentimento de lealdade e independencia, que anima a todos os portuguezes. Nós lh'o intimâmos assim em nome da pa-

tria, da humanidade e da religião. A nossa resolução está definitiva e irrevogavelmente tomada; nós sustentaremos á vista das proprias vidas a santa causa que havemos emprendido, e um milhão de portuguezes que a seguem não retrocederão facilmente da carreira que começaram, muito mais quando esta carreira é a da honra, e quando ao fim d'ella se lhes apresenta a immortalidade.

Nos tomámos por testemunhas a nossa amada patria, a Europa, o mundo inteiro, o auctor e senhor do universo, que as nossas intenções são tão puras, como firmes, e que só a v. ex.<sup>aa</sup> serão impulaveis as fataes consequencias de tão indiscreta e arriscada opposição.

Nós, finalmente, desejámos que v. ex.<sup>aa</sup> attendam nossas expressões, como dictadas pelo amor da patria, pela franqueza de homens livres, pelo amor da humanidade e da paz, e pelo mais perfeito desinteresse.

Deus guarde a v. ex.<sup>aa</sup> Porto, e paço do governo, 3 de setembro de 1820. — Presidente, *Antonio da Silveira Pinto da Fonseca* — Vice-presidente, *Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira* — *Luiz Pedro de Andrade e Brederode* — *Pedro Leite Ferreira de Mello* — *Francisco de Sousa Cirne de Madureira* — *Manuel Fernandes Thomás* — *Frei Francisco de S. Luiz* — *Francisco José de Barros Lima* — *José Maria Xavier de Araujo* — *João da Cunha Souto Maior* — *José de Mello Castro e Abreu*. — Secretarios, *José Ferreira Borges* — *José da Silva Carvalho* — *Francisco Gomes da Silva*.

---

#### DOCUMENTO N.º 55

(Citado a pag. 446)

**Proclamação dirigida pelos governadores do reino aos portuguezes,  
declamando contra a revolução do Porto,  
e chamando perversos aos seus promotores**

Portuguezes! O horrendo crime da rebelião contra o poder e auctoridade legitima do nosso angusto soberano,



el-rei nosso senhor, acaba de ser commettido na cidade do Porto.

Alguns poucos individuos mal intencionados, allucinando os chefes dos corpos da tropa d'aquella cidade, poderam desgraçadamente influil-os para que, cobrindo-se de opprobrio, quebrassem no dia 24 do corrente o juramento de fidelidade ao seu rei e ás suas bandeiras, e se atrevessem a constituir, por sua propria auctoridade, n'aquella cidade um governo a que dão o titulo de *Governo supremo do reino*.

Bem conheciam os *perversos*, que machinaram esta conspiração, que só poderiam conseguir extraviar corações portuguezes, occultando-lhes, debaixo de apparencias de um juramento illusorio de amor e fidelidade ao seu soberano, o primeiro e tremendo passo, que lhes fizeram dar para o abysmo das revoluções, cujas consequencias podem ser a subversão da monarchia, e a sujeição de uma nação, sempre zelosa da sua independencia, á ignominia de um jugo estrangeiro.

Não vos illudaes, pois, fieis e valorosos portuguezes, com semelhantes apparencias; é evidente a contradicção com que os revoltosos, protestando obediencia a el-rei nosso senhor, se subtrahem á auctoridade do governo legitimamente estabelecida por sua magestade, propondo-se, como declararam os intrusos, que a si mesmos se constituiram debaixo do titulo de *Governo supremo do reino*, a convocar côrtes, que sempre serão illegaes, quando não forem chamadas pelo soberano, e annunciar mudanças e alterações, que, quando muito, deviam limitar-se a pedir, por isso que só podem emanar legitima e permanentemente do real consentimento.

O nosso soberano nunca deixou de prestar-se a solicitações justas, que se dirigem ao bem e prosperidade dos seus vassallos. Agora mesmo, pela embarcação de guerra entrada hontem no porto d'esta capital, acabam de chegar providencias, que serão promptamente publicadas, patenteando a solicitude verdadeiramente paternal com que se digna attender ao bem d'este reino, e que augmenta ainda mais, se é pos-

, o horror que a todos deve causar o attentado commet-  
na cidade do Porto.

Os governadores do reino estão dando, e continuarão a  
todas as providencias, que taes circumstancias imperio-  
mente dictam, e que lhes são prescriptas pelos mais sa-  
dos deveres do seu cargo.

Quando, porém, alguns motivos de queixa, e de justas re-  
clamações, lhes sejam expostos, elles se apressarão a le-  
vante respeitosamente á real presença, lisonjeando-se de  
os mesmos individuos já envolvidos em tão criminosa  
reição, reflectirão nas desgraças em que vão precipitar-  
se, voltarão arrependidos á obediencia do seu soberano,  
confiados na clemencia inalteravel do mais piedoso dos mo-  
narchas. Entretanto, esperam os governadores do reino que  
esta fidelissima nação conserve constantemente a lealdade,  
que foi sempre o seu mais prezado timbre; que o exercito,  
a heroicidade foi ha tão pouco tempo admirada pela Eu-  
ropa toda, se apresse em apagar a mancha de que a sua  
honra está ameaçada pelo extravio d'esses poucos corpos,  
que inconsideradamente se deixaram allucinar, e que a maio-  
ra tropa portugueza conserve, a par do seu valor inalte-  
ravel, a virtude não menos distincta da sua fidelidade.

Portuguezes! A conservação intacta da obediencia a el-rei  
nosso senhor, é a obrigação mais importante para todos nós,  
e ao mesmo tempo que é o nosso mais patente interesse. Haja  
a firmeza n'estes principios! Concorram todas as classes  
a manter a tranquillidade publica, e promptamente vereis  
reestabelecida a ordem, que os mal intencionados se arrojam  
a perturbativa de transtornar. É o que vos recommendam, em  
nome do nosso adorado soberano, os governadores do reino.  
Lisboa, em palacio do governo, em 29 de agosto de 1820.==  
*Real Patriarcha* == *Marquez de Borba* == *Conde de Peniche*  
*Conde da Feira* == *Antonio Gomes Ribeiro*.

## DOCUMENTO N.º 15-A

(Citado a pag. 447)

**Proclamação dirigida pelos governadores do reino  
às tropas que abraçaram a revolução de Porto**

Valorosos militares, que vos deixastes seduzir! Des-  
terdes sustentado com o vosso sangue os direitos da re-  
do throno e da patria; depois de haverdes no meio de  
gos e privações assombrado as nações da Europa com  
gloriosos feitos, que praticastes em uma guerra sem in-  
no seio da paz, no centro das vossas familias, e nos  
proprios lares, que uma capciosa seducção vos faz pe-  
merecimento, que tanto vos custou a adquirir, mancha  
vossa, até agora illibada fidelidade. Os governadores do  
se usassem da força e dos meios, que sua magestade de-  
tou nas suas mãos, e que são sustentados pela lealdade  
briosa conducta das tropas das provincias de Traz os Montes,  
Beira, Extremadura, Alemtejo e reino do Algarve, aos  
suggestões que têm sido dirigidas pela supposta jun-  
prema, foram recebidas com o desprezo de que eram dignas,  
em breve vos fariam conhecer a que triste situação vos en-  
taram os auctores do vosso extravio; porém, certos no  
paternal do nosso piedoso monarcha, e do quanto lhes  
penoso derramar sangue portuguez, vos concedem  
real nome um completo perdão. Considerando que os  
ciaes e soldados dos corpos extraviados delinquiram,  
por obediencia aos seus chefes, do que por intenção  
subtrahirem ao legitimo governo do seu soberano, offere-  
cem premios aos que voltarem aos seus deveres, pe-  
indigno do nome portuguez que um tal estimulo seja  
faça voltar ás suas obrigações tropas que nunca foram  
cenarias; mas offerecem a clemencia do seu monarcha  
perfeito esquecimento da inconsideração commettida  
os que promptamente abandonarem o partido injusto,  
desgraçadamente se deixaram ligar, e se reunirem a

s, que lhes ficarem mais proximos. Os officiaes dos extraviados, que promptamente concorrerem para fahituir á devida obediencia os mesmos corpos, serão, perdoados, mas se terá com elles a especial contem-  
que merecer a maneira da sua resolução.

boa, no palacio do governo, em 2 de setembro de 1820. =  
el Patriarcha = Marquez de Borba = Conde de Peni-  
Conde da Feira = Antonio Gomes Ribeiro.

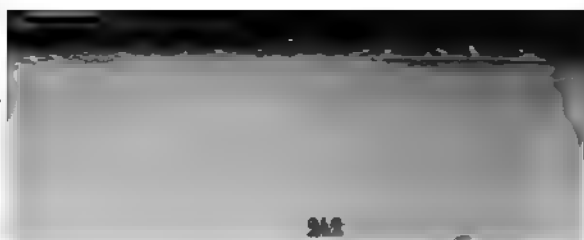
## DOCUMENTO N.º 56

(Citado a pag. 452)

**Proclamação dos governadores do reino,  
annunciando o chamamento a côrtes dos antigos  
tres estados do reino**

luguezes ! — Os governadores do reino, persuadidos  
igo imminente que corre a nação e a monarchia, se se-  
gar a crise produzida pela sublevação da cidade do  
e usando das faculdades extraordinarias, que pelas  
instrucções lhes são concedidas em casos urgentes, de-  
e ouvirem o parecer de grande numero de pessoas do  
ho de sua magestade, e conspicuas entre as diversas  
da nação, resolveram, em nome de el-rei nosso se-  
convocar côrtes, nomeando immediatamente uma com-  
destinada a proceder aos trabalhos necessarios para  
apta reunião das mesmas côrtes. Esperam os gover-  
s do reino. que uma medida, que tão decididamente  
a terminação de se attender ás queixas, e ouvir os vo-  
nação, reunirá immediatamente a um centro legitimo  
num a nação inteira, e que todas as classes de que a  
se compõe reconhecerão a necessidade de uma tal  
para evitar os males imminentes da anarchia, da guerra  
talvez da dissolução da monarchia.

boa, no palacio do governo, em 1 de setembro de 1820. =



**Cardeal Patriarcha — Marquez de Borba — Conde de  
che — Conde da Feira — Antonio Gomes Ribeiro.**

**N. B.** A commissão compoz-se do arcebispo de  
conde de Barbacena (que depois foi substituido pelo  
quim José Ferreira Gordo), tenente general Mathias de  
Azedo, e os desembargadores Antonio José Guillo e  
Thomás da Silva Leitão.

### **DOCUMENTO N.º 57**

(Citado a pag. 483)

**Proclamação dirigida pelos governadores do reino aos habi-  
Porto, chamando-os á obediencia do governo legitimo, e  
pando-lhes e terem ordenada a convocação das côrtes**

Habitantes da cidade do Porto, e mais portuguezes  
seu exemplo vos deixastes illudir! — Os governadores  
reino, unicos depositarios legitimos da auctoridade real  
ausencia do nosso amado soberano, acabam de dar :  
nteira a prova mais evidente dos paternaes sentimentos  
mesmo senhor, adoptando em seu real nome a resolução  
convocar côrtes, na persuasão de que esta medida encerra  
satisfação todas as provincias do reino, e sobre tudo a  
que fundam n'esse desejo o extravio a que foram arrastados.  
Elles esperam que uma tal resolução será o signal de  
união e concordia, persuadindo-se que só por interme-  
diarias, ou por uma allucinação manifesta, haverá quem  
recusar obediencia ao governo, legitimo representante  
rei nosso senhor, quando este adopta o meio legal de  
der ás queixas e desejos da nação, e está firme e  
ramente determinado a effectuar com a maior prompti-  
tud possible a resolução que tomou.

Portuguezes que fostes illudidos! Mostraes aos vossos  
patriotas, mostraes á Europa toda, que o vosso extrave-  
nimento não foi motivado, nem por falta de lealdade  
por projectos ambiciosos; e não presteis ouvidos ás i-

as partidas, que talvez se vos façam; lembrae-vos de que o primeiro dever, o primeiro voto de todo o bom portuguez, é de manter independente a monarchia, assum como indissolúvel a sua unidade. Os governadores do reino affiançam solemnemente, em nome de sua magestade, inteira amnistia a todos aquelles, que de prompto entrarem nos seus deveres e se submeterem ao legitimo governo: declarando outrossim, que em todo o caso, bem seguros dos leaes sentimentos dos bons portuguezes, de que se compõe a grande gloria briosa da nação, estão determinados a fazer reconhecer por todo o reino a auctoridade de sua magestade.

Lisboa, no palacio do governo, em 2 de setembro de 1820. —  
*Cardenal Patriarcha — Marquez de Borba — Conde de Penha — Conde da Feira — Antonio Gomes Ribeiro.*

#### DOCUMENTO N.º 57-A

(Citado a pag. 453.)

Participação da revolução do Porto, feita para o Rio de Janeiro pelos governadores do reino, expondo n'ella igualmente as medidas, que a tal respeito tinham pela sua parte adoptado

Senhor! — Depois que tivemos a honra de fazer chegar ao vobranco conhecimento de vossa magestade, por officio que o secretario do governo, conde da Feira, dirigiu ao ministro secretario d'estado, Thomás Antonio de Villa Nova Portugal, em data de 27 do mez proximo passado, os receios em que nos achavamos de que na cidade do Porto e provincias do norte, se manifestasse alguma insurreição, commutando então a vossa magestade as ordens e providencias que assentámos se dessem para obstar a tão terriveis e funestos acontecimentos, recebemos infelizmente no dia 28 do mesmo mez a infausta noticia de que no dia 24 se havia declarado na cidade do Porto uma revolução, em que figuraram os corpos da sua guarnição, da maneira que será con-

stante a vossa magestade pelos impressos e mais que temos a honra de enviar incisos debaixo do n.º

Um acontecimento de tal natureza causou a este a maior consternação, não só pela mancha de que se aquella parte dos vassallos de vossa magestade, de se allucinar a ponto de esquecer os seus primeiros e mais sagrados deveres, mas também pela terrivel idéa das consequências, que o progresso d'esta mesma insurreição necessariamente motivar, achando-nos na maior perda, sem podermos receber as sabias determinações e ordens de vossa magestade, para o que mais convinhasse para tão criticas circumstancias.

Deliberou-se então que nos reunissemos entretanto no mesmo dia 28, para se lerem as noticias recebidas e meditar sobre as providencias, que mais opportuno se deveriam dar, convocando para a mesma conferencia o ministro e secretario d'estado conde de Palmella, o general commandante interino do exercito, e o intendente geral da policia.

N'esta sessão se converiu, entre outras providencias, constará a vossa magestade pelo assento que se formou debaixo do n.º 2, em que se fizesse e publicasse a perda de tempo uma proclamação, declarando á nação o acontecimento do Porto, o que se fez do modo que será a vossa magestade pela proclamação, que vai junta ao assento.

Esta medida, porém, que parecia ser sufficiente para retrair em toda a evidencia o erro e criminoso procedimento das tropas d'aquella cidade, não produziu contudo o que se desejava, segundo nos fez saber o intendente da policia, pelos seus officios, que vão debaixo do n.º 3, junto ás mais noticias, que foram chegando ao nosso conhecimento pelo decurso do dia 29, entre as quaes se notava que o regimento de infantaria n.º 20, que se achava guarnição na praça de Abrantes, a quem o seu chefe se allucinado pelas ordens, que recebeu da chamada junta do Porto, se tinha revoltado, assim como o resto da

d'aquelle praça, fez com que o governo, não obstante tido a sua sessão ordinaria, se reunisse extraordinariamente em a noite d'aquelle dia, convocando as mesmas pessoas que á outra conferencia tinha chamado, e se deliberou o que consta do assento, que sobe por copia n.º 4.

No correio do dia seguinte, 30 de agosto, se receberam cartas particulares, e um officio do marechal de campo Almeida, datado de Coimbra a 28, que nos davam todos os indícios de que as tres provincias do norte, e mesmo a Beira tinham seguido o partido revolucionario; em tão lastimeiras circumstancias, vendo nós que o perigo que de perto nos ameaçava, em vez de diminuir, ia progredindo, augmentava por isso cada vez mais, convocado novamente em a noite do mesmo dia, á vista do que então se fez, fomos de opinião, entre as outras providencias que em do assento n.º 5, que se convocassem no dia immediatamente, alem dos membros d'este governo, e o mesmo conde de Almella, as pessoas cujos nomes se declaram na relação do referido assento, por nos parecerem as mais proprias a ser consultadas em materia tão delicada, qual a da conservação da monarchia, sem duvida no maior e mais imminente perigo; parecendo-nos ser este expediente o unico que poderia livrar, assim dos embaraços em que nos consistiamos, mas tambem da responsabilidade em que nos fomos constituidos para com a sagrada pessoa de vossa magestade.

Para com effeito logar a determinada conferencia; e sendo lido pelo secretario, conde da Feira, o relatorio que vae em a n.º 6, de tudo o que nos tinha constado desde aquella conferencia successo, e das providencias que o nosso zelo pelo bem do serviço de vossa magestade, e felicidade d'estes reinos nos suggeriu, foi o parecer unanime de todas as pessoas convocadas (com muito pequena excepção, como se na declaração que vae junta ao mesmo relatorio), de que havia outro algum remedio, que podesse prometter um resultado, senão o de convocar as antigas côrtes d'esta monarchia.



Seria impossível poder exprimir a vossa magestade a nossa mágoa em uma tão crítica situação, obri-  
gado pelo aperto das circumstancias a tomar uma medida ex-  
traordinaria, á qual sómente vos poderia resolver a  
deração do imminente risco em que se achava o re-  
a necessidade absoluta de tomar um prompto expe-  
que pozesse termo aos males, que precisamente ha-  
produzir o actual estado das cousas. Fez-se, pois,  
sento, que temos a honra de levar ao real conheci-  
de vossa magestade com o n.º 7, em consequen-  
qual mandámos publicar as importantes noticias re-  
dos generaes Victoria e João Lobo Brandão de Al-  
como constará a vossa magestade da *Gazeta extraordi-*  
n.º 8, bem como a proclamação na mesma *anuncio*  
portaria n.º 9.

Tem-se recebido depois d'isso, como constará a v-  
gestade da segunda *Gazeta extraordinaria* n.º 10, a-  
de que a provincia de Traz os Montes, governada pe-  
digno general, o conde de Amarante, se conserva na  
tranquillidade, e debaixo do legitimo governo de vos-  
gestade, e sendo merecedora dos maiores elogios a  
fidelidade e verdadeiro patriotismo do mesmo genera-  
sim como o tenente general Antonio Marcellino de Vi-  
encarregado do governo da Beira, e João Lobo Brand-  
Almeida, a quem pelo mencionado secretario do go-  
e pelo tenente general, commandante interino do ex-  
se fez logo constar, em nome de vossa magestade, o  
e bem merecido elogio, pela maneira com que sou-  
triumphar das suggestões dos revolucionarios, temos  
minado dirigir-lhes directamente em carta nossa os  
res de que se fazem mui dignos, e a certeza de que al-  
xariamos de levar á augusta presença de vossa mag-  
a noticia do seu leal e honrado comportamento.

Tendo feito a vossa magestade uma fiel narração de  
quanto se tem passado, relativamente a este aconteci-  
com a verdade e singeleza que cumpre ao nosso dever  
podemos, nem devemos omitir a vossa magestade, q

pedido e muito recommendado por todas as sobreditas  
 as, convocadas no dia 1.º do corrente, que na occasião  
 e fazermos chegar ao soberano conhecimento de vossa ma-  
 gestade esta nossa conta, lhe houvessemos de supplicar com  
 maior instancia, e como uma medida sem a qual seria im-  
 praticavel, não só o poder conservar estes reinos na conve-  
 niente prosperidade e necessario socego, mas tambem o ti-  
 torse la convocação das côrtes, uma vez que ella fosse  
 tomada, aquelles resultados que podem vir a ser de maior  
 e mais decidido interesse para a felicidade dos mesmos rei-  
 nos, e segurança dos sagrados e inalienaveis direitos da real  
 corôa e soberania de vossa magestade, que se effectuasse  
 quanto antes a restituição da real pessoa de vossa magesta-  
 de em de algum dos membros da sua augusta familia, para  
 reger no real nome de vossa magestade, ao que satisfi-  
 mos, não só em conformidade do que então lhes promette-  
 mos, mas tambem pela convicção em que nos achâmos da  
 verdade de taes sentimentos, como já por muitas e repeti-  
 das vezes temos ousado expor a vossa magestade, sendo  
 alem d'isso o voto geral e desejos unanimes de toda a  
 nação.

Não podemos deixar de levar, finalmente, á augusta pre-  
 sença de vossa magestade, que, achando-se aqui felizmente  
 no de Palmella, ministro e secretario d'estado de vossa  
 magestade nas repartições dos negocios estrangeiros e da  
 guerra, e tendo-lhe nós pedido que houvesse de auxiliar-nos  
 em tão criticas e difficeis circumstancias, como aquellas em  
 que ultimamente temos estado, com o seu conselho, ta-  
 nto e reconhecido zêlo por tudo quanto pertence ao real  
 serviço de vossa magestade, elle, apesar da sua delica-  
 za e melindre, pelo logar que vae occupar, se tem pres-  
 to a todas as nossas solicitações com a melhor vontade  
 e tal interesse, que nos cumpre fazer d'elle uma especial  
 menção a vossa magestade, para que assim lhe possa ser  
 grato.

A muito alta, e muito poderosa pessoa de vossa mages-  
 tade guarde Deus muito annos, como desejâmos e havemos

mister. Lisboa, no palacio do governo, em 2 de  
de 1820. = *Cardeal Patriarcha* = *Marquez de Borbo*  
*de Peniche* = *Conde da Feira* = *Antonio Gomes Ribeiro*

O documento n.º 6 é o seguinte:

A revolta da cidade do Porto e provincias do n  
se verificou no dia 24 do corrente, foi conhecida d  
verno no dia 28.

Soube-se que n'aquelle dia os chefes dos tres d  
linha, que faziam a guarnição da mesma cidade  
regimentos de milicias do Porto e da Maia, e o  
cia, reunidos na madrugada do referido dia, f  
pela sua propria auctoridade um governo, a qu  
ram supremo, como consta do auto junto, e p  
a proclamação n.º 1.

Por cartas particulares se dizia que as provincias  
e Traz os Montes tinham adherido a este partido,  
governo, á vista das cartas, que havia recebido pouc  
tenente general conde de Amaranto (n.º 2), estava e  
da em duvida sobre o verdadeiro estado d'aquelle p  
quanto á do Minho, apesar das seguranças que lhe c  
anteriores noticias do general Wilson, que a govern  
boa disposição de toda ella, não pôde duvidar á vist  
formidade com que todas as cartas interceptadas d  
fallam sobre este acontecimento, que aquella provin  
igualmente adherido á revolução do Porto, e tanto  
se diz haverem prendido o general Wilson, que a is  
pozera, como era de esperar da sua honra.

<sup>1</sup> Este documento nós o havíamos alcançado por extracto, confiámos ao sr. José Augusto da Silva, chefe da revista da nacional. Elle porém, com o seu zêlo de efficaç e proveitoso dor da excellente obra *Documentos para a historia das côrte nação portugueza*, encontrou-o na integra nos registos offici a bondade de nol-o confiar, o que nos leva aqui a agradecer obsequio, por effeito do qual o podemos tambem apresent mente na integra.

O marechal Pamplona, que ia tomar o commando da sua divisão, quando chegou a Aveiro, teve a primeira noticia deste acontecimento, e achando o batalhão n.º 10, que estava de guarnição em boa disposição, conseguiu voltar com elle a Coimbra, como consta dos seus officios, pelos quaes se conhece tambem a incerteza em que elle estava ainda aquella epocha do partido que se tinha adoptado na Beira, e mesmo sobre a determinação do regimento n.º 22, que estava em Leiria.

Nestas circumstancias, julgou o governo do seu dever fazer publicar a proclamação n.º 3, limitando-se, na incerteza do estado das outras provincias, a determinar que se procurasse occupar e manter o ponto de Coimbra, como muito essencial para entreter a correspondencia com as provincias do norte e com a Beira, e que se estabelecessem postas até aquella cidade para accelerar a correspondencia, e noticias que tão precisas nos são.

Successivamente soube pelas participações (n.º 4) do general Champalimaud, que o regimento n.º 20, que guarnecia Abrantes, por suggestões de um agente enviado do Porto, e seducção do seu commandante, adherira ao partido da revolta, e em consequencia d'isso ordenou-se ao general Champalimaud, que procurasse ver o modo de fazer entrar aquelle corpo no seu dever, de que se não sabe ainda o resultado. Pelas participações do brigadeiro Domingos Bernardino, que commanda a brigada de cavallaria n.ºs 7 e 10, constam as boas disposições d'estes corpos, e do batalhão de caçadores n.º 2, que está em Thomar, mas persistindo ainda a incerteza sobre o estado da provincia da Beira, e sobre as disposições do regimento n.º 22, como consta da carta do general Pamplona de 28, que é a ultima, e ficando por isso muito contingente a possibilidade, que teria o mesmo marechal de se conservar em Coimbra, se determinou em uma sessão extraordinaria na noite de 29, que se formasse logo um corpo avançado, ou em Coimbra, ou entre Leiria e Lisboa, como as circumstancias o permittissem, composto dos batalhões de caçadores n.ºs 2 e 10, regimentos de infantaria n.ºs 13, 19

e 22, se este estivesse fiel, regimentos de cavallaria n.º 7 e 10, e de uma brigada de artilheria, com o objecto de entreter a communição tão necessaria com a Beira, e em todo o caso de afastar da capital, quanto fosse possivel, a influencia da força e da auctoridade do governo rebelde; mas a incerteza da situação dos corpos e do estado das cousas, obrigou a fazer dependente a effectiva marcha d'estes corpos da informação de um official do estado maior, que partiu a essa diligencia.

Hontem receberam-se, por expresso do general Victoria, as noticias que constam da sua correspondencia, pela qual se vê que elle se conserva firme, como pede o seu dever, na legitima obediencia d'este governo; e por outro do tenente general João Lobo de Almeida, a mui digna e briosa resolução, que elle tomou com toda a sua guarnição de se manter firme na devida obediencia ao governo legitimo d'este reino.

Do Algarve não consta por ora nada.

Recapitulando tudo o que até agora se pôde saber do estado das provincias, resulta que o partido do Porto e Minho estão indubitavelmente addidos ao governo illegitimo do Porto.

Que Traz os Montes ainda é duvidoso, e tanto mais que a carta do correio de Villa Real, recebida hoje, contendo a ordem que recebêra do conde de Amarante, para mudar o giro do correio para Vizeu, parece indicar boas disposições da sua parte, a respeito do partido que tem abraçado; mas entretanto admira que não tenha ainda escripto cousa alguma posterior á sua carta de 24, que está na sua correspondencia.

A Beira, á excepção da praça de Abrantes, até ao dia 29 não havia adherido ás suggestões do Porto.

As tropas da Extremadura, á excepção do n.º 22, de que se estava em duvida, posto que cartas particulares de Coimbra diziam ter-se effectivamente reunido ao marechal Pamplona n'aquella cidade, estão sujeitas ao legitimo governo, bem

como as d'esta capital, a praça de Elvas, o Alentejo e Algarve, onde não consta por ora que se communicasse a insurreição.

No correio de hoje vieram do Porto os impressos que vão incluídos, em que se patenteia bem quaes sejam as intenções do governo intruso a respeito d'esta capital.

O estado pois d'este reino é na verdade o mais critico que se pôde suppor: ameaçado de um guerra civil e de uma anarchia, que facilitaria aos nossos vizinhos a opportuna occasião de nos dominar, o que têm talvez em vista ha muito tempo, pois que é conhecido do governo, que elles têm tido uma grande influencia n'estes successos, e que para os animar têm espalhado haverem grandes forças para apoiar o partido da revolta: vendo-se o governo privado dos recursos que lhe forneciam as ricas provincias do norte, e mesmo as das outras, em que pelo estado de perturbação em que se acha o reino por este acontecimento, será mui difficil que se faça com regularidade a necessaria arrecadação e reduzido por isso á maior estreiteza de meios. Vendo que o espirito publico, e mesmo o da capital, imbuído com as opiniões dominantes em toda a Europa, não considera com horror aquelle acontecimento, pelas lisongeiras esperanças que o governo revolucionario lhes apresenta nas suas proclamações convocar as côrtes, e de fazer melhoramentos, que em geral se desejam, não se podendo por isso contar, mesmo da parte dos que se conservam leaes, que hajam de fazer aquelles energicos esforços, que se fariam necessarios para suffocar a dita insurreição.

Em consequencia de tudo isto, achando-se o governo do reino no maior embaraço e responsabilidade em que outro qualquer se pôde achar, longe do recurso ao seu soberano, para decisões de casos tão extremos, em que se trata, não só de salvar a sua responsabilidade, mas de evitar quanto for possivel os males mais horriveis que uma nação pôde recer, quaes são, a guerra civil, a anarchia, e naturalmente a dissolução da monarchia, por isso que os revolucionarios empregam a sua costumada actividade em excitar n'esta ci-

dei aos seguintes quesitos :

1.º Se deverão, ou poderão empregar-se meios para aggreir, ou para se oppor aos revoltosos; qu que modo, e até que ponto?

2.º No caso de se julgar impraticavel, ou nocivo prego de forças militares, se resta ainda empregar medida de qualquer outra natureza, e qual ella seja'

Em o 1.º de setembro de 1820.

E passando a votar sobre o conteúdo nos ditos dois, se assentou por quasi uniformidade de pareceres ao 1.º quesito :

Que, considerando-se o estado actual das circumstancias a força que rapidamente ganhava a insurreição, augm alem do que está referido na exposição lida n'esta occasia, pelas noticias, que já depois d'ella principiada o marechal de campo Manuel Pamplona Carneiro Rana expoz verbalmente e ha de reduzir-se a escripto para tar a diante ; considerando-se não poder haver confia corpora da tropa, ainda fiel, de que pondo-se em c com a revoltada não se debande, como outra já te adherindo ao systema dos revoltosos, crescendo : d'elles, e diminuindo-se a do governo; considerand gravissimos males de uma guerra civil, dos tumult anarchia, que se podem seguir; e considerando-se o a falta de meios, pela interrupção das cobranças do mentos reaes nos territorios occupados pela mesma

que outra força também armada tinha feito, e estava sustentando. sem se correr o risco de que, não se conseguindo por este meio unicamente pacificar o reino, extinguindo a revolta, mal se acrescentasse com a effusão de sangue e com a anarquia.

Foi sómente de outro parecer o sr. Cypriano Ribeiro Freire, e ficou incumbido de dar o seu voto por escripto para se juntar a este.

Quanto ao segundo quesito, assentou-se da mesma forma, por quasi unanimidade de pareceres, que a força moral de que estavam armados os revoltosos, pela tendencia das opiniões do presente seculo, e pelos exemplos dados recentemente na Europa em differentes logares por semelhante modo, era a que mais se precisava combater, antes de empregar a força militar.

Que era por isso indispensavel ganhar esta força moral para o partido legitimo do governo de sua magestade n'este reino; que unida assim a força da opinião á legitimidade, cairia então a mascara com que os revoltosos se ostentam em seus projectos e proclamações, inculcando obediencia e fidelidade ao mesmo senhor, e que elles ficariam sómente criminosos, sem terem por sua parte nem a apparencia com que se encobrem dos males, que indicam, e da necessidade do remedio dos mesmos males, entretanto que o governo legitimo se fortaleceria com a cooperação da opinião por sua parte.

Por todos estes motivos e muitas outras razões, que foram zelosamente desenvolvidas nos votos, pareceu quasi por unanimidade, como fica referido, que se devia logo proclamar a convocação das côrtes; que, sendo esta medida conforme ás leis e usos da monarchia, não derogados por alguma lei, mas apenas descontinuados desde pouco mais de um seculo, não podia na tal medida considerar-se offendida a soberana magestade de el rei nosso senhor; que, sendo esta providencia illegitima por parte dos revoltosos, era legitima e proveitosa, adoptando-se em nome do mesmo augusto senhor, e pelo governo legitimo em momentos de um mal



só compete defender o rei e a nação), a dictar pela força leis, que só devem emanar, para serem prósidas e permanentes, dos deputados d'essa mesma nação e do throno. Os governadores do reino vos afiançam, e o tempo brevemente vos provará, que elles estão firmemente determinados a effectuar a solemne promessa que fizeram. Não acrediteis os que insidiosamente vos ensinam, que o governo intenta ganhar tempo com o annuncio da convocação das côrtes, e chama, para impor silencio á voz dos portuguezes, o auxilio das tropas estrangeiras. Os governadores do reino vos asseguram que elles nem esperam, nem poderiam, nem estão dispostos a receber um tal auxilio: elles detestam a idéa de ver o sangue dos seus concidadãos derramado n'uma guerra civil, e só confiam que os ajudareis a cumprir o seu mais sagrado dever, de manter illesa a unidade do governo, que lhes está legitimamente commettido. Continuae a ser pela vossa lealdade, como pelo vosso valor, o exemplo e a inveja das nações estrangeiras: a maior felicidade vos espera, o soberano e a nação vos deverão a sua segurança, e os nossos vindouros abençoarão os vossos nomes. Viva el rei nosso senhor!

Lisboa, no palacio do governo, em 6 de setembro de 1820.==  
*Cardeal Patriarcha*==*Marquez de Borba*==*Conde de Peniche*==*Conde da Feira*==*Antonio Gomes Ribeiro*.

## DOCUMENTO N.º 59

(Citado a pag.454 )

**Carta regia dos governadores do reino, dirigida ao antigo senado da camara de Lisboa, ordenando-lhe que proceda á eleição dos procuradores a côrtes**

Presidentes, vereadores, procuradores d'esta cidade de Lisboa, e procuradores dos mesteres d'ella. El-rei nosso senhor pelos governadores dos seus reinos de Portugale e Algarve vos envia muito saudar. Havendo nós já annuciado a necessi-

e que ha nas actuaes urgentes circumstancias de se con-  
 terem côrtes, para n'ellas se tratarem e discutirem com os  
 estados dos ditos reinos cousas mui importantes ao ser-  
 viço de Deus, do mesmo senhor, e bem dos seus povos: de-  
 mandamos em seu real nome convocal-as n'esta cidade de  
 Lisboa para o dia 15 de novembro do presente anno de  
 1820 pelo que muito vos recommendamos que logo que esta  
 for elejaes dois procuradores, que tenham as qualidades  
 e circumstancias, que para tal acto se requerem, os quaes  
 sejam munidos de procuração bastante (como sempre foi uso  
 e costume), para com elles e com os das outras cidades e  
 villas, que tambem mandamos vir ás ditas côrtes, se pra-  
 ticarem e assentar em tudo aquillo, que parecer  
 conveniente aos referidos fins: e trarão outrosim quaes-  
 quer lembranças, que vos parecer serão mais interessantes  
 ao geral da nação, e ao particular d'esta cidade, e se  
 assentarão com a conveniente antecipação ao secretario  
 do governo da repartição dos negocios do reino, a quem  
 entregarão a mencionada procuração. E confiâmos de vós,  
 assim na eleição dos mesmos procuradores, como em  
 tudo o mais que toca a esta materia, procedereis com a con-  
 sideração que ella merece. E porquanto é notorio que os  
 referidos fizeram grandes despesas, e soffreram muitas vexa-  
 ções por occasião da guerra passada, e é vontade do mesmo  
 senhor fazer-lhe mercê em tudo o que se lhe offerecer, man-  
 damos que os referidos procuradores, bem como os das  
 outras terras do reino, sejam ajudados nas despesas que  
 tiverem de fazer nas ditas côrtes, conforme a necessidade  
 de cada logar. Escripta n'esta cidade de Lisboa no palacio  
 do governo, em 9 de setembro de 1820. = *Cardeal Pa-*  
*ncha* = *Marquez de Borba* = *Conde de Peniche* = *Conde*  
*de Faria* = *Antonio Gomes Ribeiro*.

## DOCUMENTO N.º 60

(Citado a pag. 460)

**A proclamação da junta provisional do Porto,  
dirigida aos portuguezes, em resposta  
á que tambem lhes tinham dirigido os governadores do reino**

Povo portuguez! A junta provisoria do governo supremo agora mais que nunca tem necessidade de fallar-vos com sinceridade e franqueza, que cumpre a homens honrados e bons portuguezes. Ella não precisa de justificar perante vós os motivos das suas resoluções, e dos assiduos trabalhos que tem emprendido com o mais sublime enthusiasmo e consciencia pela vossa causa, e pela salvação da nossa amada patria; a pureza de suas intenções, a regularidade dos seus procedimentos, a firmeza invencivel em sustentar e cumprir suas promessas, e o incessante desvelo, com que se tem empregado em levar ao fim o grande edificio da organização publica, devem ser-vos conhecidos pelos papeis, pelos factos, e pelo testemunho dos numerosos povos, que mais de perto observam suas operações. Os governadores de Lisboa, que no dia 26 de agosto foram informados do acontecimento nas provincias do norte, e do ardente enthusiasmo que rapidamente se ia propagando, ficaram ainda por mais tres dias indifferentes observadores da opinião publica e dos effeitos de nossos clamores: e só quando puderam saber que os dois generaes de Traz os Montes e Beira se haviam ligado entre si para reprimir o espirito nacional, tão altamente pronunciado, para agrilhoar mais os povos, e para os conservar na extrema abjecção e miseria a que tinham chegado, é que levantaram a voz da sua até então adormecida fidelidade, e se lembraram de proclamar que um milhão de portuguezes, que desejavam ser felizes, eram rebeldes ao seu rei; que uma junta, que appoiava e promovia tão inconteste e tavel direito, era intrusa; que os seus uteis e gloriosos trabalhos eram um transtorno da ordem publica; que as côrtes

mente podiam ser convocadas por el-rei; e que toda a  
 ão devia esperar em silencio providencias tantas vezes  
 meridas e promettidas, e outras tantas vezes denegadas  
 aos nossos votos e aos nossos brados. Não podemos suppor  
 os governadores de Lisboa intentassem com tão absur-  
 principios e capciosas phrases, desunir os portuguezes,  
 uns contra os outros, e accumular nos vossos males  
 o extremo da guerra civil. Elles são homens, e em peitos  
 não cabe tão negro e vil projecto.

Esta seria por certo a inevitavel consequencia de suas  
 ararias expressões, se nos animos portuguezes não fallas-  
 mais alto as vozes sagradas da natureza, da religião, do  
 catismo, e da nobre e bem regulada liberdade. A junta  
 governo supremo não se assustou com esta capciosa me-  
 dos governadores de Lisboa, porque conhece os vossos  
 ões, e está firme em seus principios. Ella não é rebelde  
 ao rei, por que o ama, e tem jurado firmar e manter a  
 dependencia e a gloria do seu throno, que os governado-  
 do reino deslustravam por sua administração inepta, e  
 avam minar por odiosos partidos. Ella não é intrusa,  
 que foi estabelecida pelo voto unanime de um povo nu-  
 oso, que quiz subtrahir-se á sua ultima e já quasi inevi-  
 á ruina. Ella não transtorna a ordem publica, antes a  
 r restituir. Ella... mas que necessidade ha de expor-vos  
 ne vós sabeis, ou tendes observado? A junta proseguirá  
 le em seu caminho, e vós já tendes visto os mais felizes  
 tos da sua constancia heroica e inexpugnavel. As bra-  
 tropas de Traz os Montes e Beira têm desamparado  
 cessivamente os seus dois generaes, e estão ao presente  
 las quasi sem excepção á santa causa da patria, que ju-  
 ns defender. O general Silveira já prestou juramento de  
 lidade a esta mesma causa. Os povos das tres provin-  
 do norte têm podido desenvolver sem obstaculo o no-  
 espirito que os anima, e vão marchar ao encontro de  
 irmãos, que, com enthusiasmo igualmente unanime,  
 esperam.

Os governadores de Lisboa não ignoram estes ultimos

acontecimentos, tão contrários ás suas esperanças, q  
oppositos á conservação do seu poder e da sua adm  
ção. Buscam portanto agora outro artificio mais insi  
mas igualmente inutil para alienar vossos animos. E  
vos persuadir, que n'elles achareis os remedios até  
em vão esperados, da publica desgraça. Dizem qu  
convocar as côrtes, pelas particulares instruções que  
d'el-rei nosso senhor para os casos urgentes! Notae  
illustres portuguezes! A 29 de agosto ninguém tinha  
de convocar as côrtes senão el-rei. Os povos que as p  
eram rebeldes. Então ainda havia esperança de desva  
opiniões, de reprimir o espirito publico, de nemear a dis  
A 2 de setemhro já os governadores de Lisboa têm in  
ções particulares para convocar as côrtes em casos  
tes.

E que maior urgencia que a desgraça publica, h  
tempo geralmente sentida e lamentada? Que maior  
cia que os clamores geraes da nação, tantas vezes  
tantos modos repetidos em particular e em publico  
maior urgencia que a funesta divisão dos portugue  
tres partidos bem conhecidos, e nunca reprimidos d  
vernadores de Lisboa? Que maior urgencia que o gr  
uma provincia inteira, que se levanta do abysmo e que  
soccorro? Mas esta provincia então era rebelde, e  
ainda havia esperanças de a reprimir e assolar. Os d  
geraes eram vozes de insubordinação, e como taes ca  
dos e suffocados. Os partidos eram entretenimentos d  
sos, que o governo olhava com indifferença. A desgra  
patria não lhes tocava os corações, porque se não fa  
tir em seus elegantes e soberbos palacios.

Elles querem convocar as côrtes! Mas de que m  
Para que fim? Com que intenções? Será acaso para  
regulado pela justiça e por consequencia diminuido  
poder? Será para remediar a malversação dos a  
tradores das rendas publicas, e as derramarem em  
ficio da agricultura, da industria e do commercio n  
Será para resuscitarem a nossa marinha, de todo e

para estabelecerem leis justas, que mantenham em  
 os povos, que lhes afiancem seus direitos, que repri-  
 os abusos e os crimes, ja quasi naturalizados entre  
 que restitua a ordem publica, e que assentem so-  
 bases firmes a geral felicidade? Será para determina-  
 bem expressamente os direitos sagrados da nação,  
 traçarem os justos limites do poder e da obediên-  
 Será enfim para nos darem uma constituição estavel,  
 a desejâmos, que seja o baluarte inexpugnavel da  
 idade publica, e o solido fundamento de um throno  
 ?

! Não vos enganeis, portuguezes! Se estes fossem os  
 dos governadores de Lisboa, ha muito tempo que os  
 executado, porque ha muito tempo que as nossas neces-  
 des são extremas. Elles mesmos nos dizem, que as in-  
 ções de el-rei a isso os auctorisavam em casos urgentes.  
 era urgente a miseria publica? . . . Vae estabelecer-se,  
 em elles, ou já está estabelecida uma commissão de pes-  
 escolhidas para consultarem o methodo de convocar e  
 orar as côrtes! Pessoas escolhidas por elles, e da sua  
 ança! Pessoas que estão debaixo da sua influencia! Pes-  
 que de certo hão de espaçar seus trabalhos, até que a  
 se ponha em discordia, até que o ardor do enthu-  
 mo publico se apague, até que um exercito estrangeiro  
 talvez subjugar-nos, e fazer mais pesados nossos  
 os, até finalmente que por medidas de rigor e severi-  
 se possam illudir os votos nacionaes, e a nação volte  
 submergida em um abysmo ainda mais profundo!

ão, illustres portuguezes! Não, valorosas tropas nacio-  
 s! Não vos deixeis enganar! Já sabeis o que deveis es-  
 ar das pomposas promessas dos governadores de Lisboa.  
 em até agora foi indifferente a vossos males continuará a  
 o d'aqui em diante. Quem até agora frustrou suas pro-  
 sas e nossas esperanças, não muda de systema em tres  
 . O tyrannico despotismo, que chega a reprimir, ou en-  
 quecer os primeiros esforços da liberdade, torna-se sem-  
 mais pesado e mais audacioso. Firmeza e constancia são

as virtudes que a patria de vós demanda n'esta occasi-  
meza e constancia são as virtudes que hão de levar  
os nossos projectos, e de que a junta do governo  
ha de dar-vos o mais digno exemplo até derramar  
vós a ultima gota de sangue, e morrer com honra  
das ruinas da liberdade publica <sup>1</sup>.

Porto, e paço do governo, em 8 de setembro de  
*Antonio da Silveira Pinto da Fonseca*, presidente==  
*Drago Valente de Brito Cabreira*, vice-presidente  
*Pedro de Andrade e Brederode*==*Pedro Leite Po-*  
*Mello*==*Francisco de Sousa Cirne de Madureira*==  
*Fernandes Thomás*==*Fr. Francisco de S. Luiz*==  
*José de Barros Lima*==*José Maria Xavier de Araújo*  
*da Cunha Souto Maior*==*José de Mello e Castro do*  
**Secretarios, José Ferreira Borges**==**José da Silva**  
**Uzo**==**Francisco Gomes da Silva**.

<sup>1</sup> Nos *Documentos para a historia das côrtes geroes*, o sr.  
José dos Santos e o nosso infatigavel amigo, o sr. José Augusto  
não acharam a data do documento que acima se dá; mas nós  
com a data de 8 de setembro, como superiormente designam.

Igualmente se acha omissa no *Supplemento aos tratados* de  
de Borges de Castro, publicação cheia de uma farragem de doc-  
colligidos e impressos á custa do thesouro, sem criterio, nem  
algum historico, parecendo unicamente destinados a avoluma-  
via tem tal publicação por si o laudatorio pregão official, que  
prichou em pôr o Pelion sobre o Ossa, para levar ás alturas  
gloria e fama o eximio copista (da parte em que não mandou  
pia), nada mais fazendo do que enviar para a imprensa a in-  
lecção a que nos referimos, e que com tanto desvanecimento  
aponta a todos os seus amigos como monumental brazão do  
saber e profundo talento.!

A omissão do citado *Supplemento*, apesar do seu laudat-  
official, é de tal ordem, que á excepção dos documentos n.<sup>o</sup>  
(onde ainda assim faltam as copias n.<sup>o</sup> 3 e 4), 3, 4, 5, 10 e  
os mais por nós publicados até aqui n'este volume, lhe são in-  
estranhos. Isto são factos, á vista dos quaes nada valem palav-  
d'onde vier a protecção ao editor.

## DOCUMENTO N.º 61

(Citado a pag. 462)

**Proclamação da junta provisoria do Porto em 2 de setembro de 1820,  
certificando o auxilio de tropas hespanholas**

**Portuenses!** A franqueza é a primeira das virtudes de um governo justo. Sabei portanto tudo que nós sabemos, e **com certeza vos afiançamos.** Os que foram governadores do reino têm proclamado, que poucos soldados e poucos homens mudaram na vossa cidade a ordem antiga das cousas, e que por isso ninguém deve obedecer-nos. Vós conheceis até que ponto elles estão enganados, ou querem enganar, porque vós conheceis perfeitamente com que rapidez o grito que vós destes vae sendo repetido em toda a parte. Não receeis. Em Lisboa vós sois tratados de heroes e de verdadeiros patriotas, e os seus habitantes, que querem imitar-vos até no nocego com que proclamastes a vossa independencia, só esperam que se approxime alguma força para se declararem, sem receio de soffrer males, e sem se verem na necessidade de os fazer.

*Portuenses! Temos forças, temos meios de sustentar a nossa causa. Ella é justa, é tambem a causa dos nossos vizinhos, os hespanhoes, e por isso tropas d'elles occupam já nossas fronteiras na Galliza, aonde se acham promptas a auxiliar a nossa independencia. Nós queriamos dever a nossos unicos esforços a liberdade de que vamos gosar; mas os inimigos da nação até n'isso querem offuscar a gloria, que ella por tantos titulos merece. Portuenses! Nada temaes; Deus é por nós.*

**Porto, no paço do governo, em 2 de setembro de 1820. = Antonio da Silveira Pinto da Fonseca, presidente = Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, vice-presidente = Luiz Pedro de Andrade e Brederode. = Pedro Leite Pereira de Mello = Francisco de Sousa Cirne de Madureira = Manuel Fernandes Thomás = Fr. Francisco de S. Luiz = Francisco**



*José de Barros Lima* = *José Maria Xavier de Araújo* =  
*da Cunha Sotto Maior* = *José de Mello e Castro de Abranches*  
 Secretarios, *José Ferreira Borges* = *José da Silva G*  
*lho* = *Francisco Gomes da Silva*.

Nota que, por causa da proclamação retro, o ministro  
 Portugal em Madrid dirigiu ao governo hespanhol, pe-  
 do-lhe explicações sobre a allusão de tropas hespanholas  
 na fronteira.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e muni-  
 plenipotenciario de sua magestade fidelissima, se dirige  
 bem pezar seu a s. ex.<sup>a</sup>, o sr. ministro d'estado, para  
 o seguinte negocio. A junta revolucionaria do Porto pu-  
 na data de 2 de setembro uma proclamação, na qual in-  
 nhecer aos povos d'aquella provincia, que as tropas he-  
 nholas occupavam já as fronteiras de Portugal, e se ach-  
 promptas a auxiliar aquella causa. Este facto, de tão  
 consequencias, é inteiramente opposto aos protestos,  
 abaixo assignado tem continuamente recebido de s.  
 porém o abaixo assignado não pôde deixar de o re-  
 asserção feita em Lisboa pelo encarregado de negocios  
 sua magestade catholica, de que a revolução em Portu-  
 seria apoiada por dois corpos hespanhoes de 25:000 ho-  
 cada um pelas duas provincias de Extremadura e Gal-  
 assim como a nota do mencionado encarregado de ne-  
 cios, datada de 18 de agosto, participando a approxi-  
 d'aquellas mesmas tropas, que a junta revolucionaria  
 Porto affirma em 2 de setembro estarem promptas a co-  
 rarem com ella.

Á vista do exposto o abaixo assignado se vê no po-  
 dever de pedir ao ministro de sua magestade catholica  
 necessarias explicações sobre os tres pontos seguintes:

1.º Sobre a noticia dada e espalhada em Lisboa, pelo  
 carregado de negocios de sua magestade catholica, de que  
 movimento revolucionario em Portugal seria apoiado [

dois corpos hespanhoes, compostos cada um de 25:000 homens.

2.º Sobre o objecto da nota do mencionado encarregado de negocios, communicando a approximação de corpos hespanhoes ás fronteiras de Portugal, communicação feita depois das conferencias, que o mencionado encarregado de negocios teve com um dos chefes da revolução, Manuel Fernandes Thomás, e depois que os refugiados hespanhoes se achavam já presos, e portanto inhibidos de inquietarem a Hespanha.

3.º O apoio que a junta revolucionaria do Porto affirmar n'essas mesmas tropas hespanholas para auxiliarem o seu movimento revolucionario.

O abaixo assignado espera que s. ex.<sup>a</sup>, o sr. ministro d'estado, não tardará em lhe dar aquellas explicações necessarias, não só para que o abaixo assignado possa tranquillisar o governo de sua magestade fidelissima, que em consequencia d'estes factos deve ter recebido a justa inquietação que elles causam, mas até para que a conducta do ministério de sua magestade catholica possa ser apresentada pelo abaixo assignado a todos os gabinetes da Europa tão pura e tão coherente como os principios de justiça, como tem sido sempre os protestos reiterados de s. ex.<sup>a</sup>, o sr. ministro d'estado. O abaixo assignado renova n'esta occasião os protestos da sua mais alta consideração.

Madrid, 7 de outubro de 1820. = *Antonio de Saldanha da Gama*. (Documentos I e L, que fazem parte do officio n.º 12 de Antonio de Saldanha da Gama para Thomás Antonio de Villa Nova Portugal, em data de 9 de outubro de 1820.) <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Este documento e nota vem omissos nos *Documentos para a historia das cirtas geraes da nação portugueza*.

## DOCUMENTO N.º 62

(Citado a pag. 463)

**Proclamação dirigida pelo general, conde de Barbacena, aos seus soldados em favor do governo de Lisboa, estigmatizando a guerra civil e a anarchia de que o paiz estava ameaçado.**

Soldados! Tornando a ser vosso companheiro de armas, se não me proponho a gloria de concorrer outra vez agora na cooperação e no testemunho dos vossos triumphos contra inimigos invasores, alcançaremos outro, não menos glorioso contra a guerra civil, e contra a anarchia, que por uma funesta allucinação e discordia de antigos camaradas, ameaça a nossa patria, e que já se acha resentida por muitos dos fieis cidadãos da cidade do Porto, nossos compatriotas. Esta causa que nos move, grandemente nos afflige, mas tambem o meios discretos de persuasão e de clemencia, de que somo depositarios e instrumentos, que pretendo empregar de preferencia aos que ministra o vosso reconhecido valor, assim como a bem fundada esperança de conseguir o objecto que nos é determinado, tambem grandemente nos consola.

O governo unico legitimo do reino, certificado da benevolencia do nosso poderoso e sempre benigno soberano, que elle representa, considerou o incrivel comportamento, que deplorámos, d'essa pequena parte da briosa nação portugueza, como um delirio devido aos prestigios de mal entendidas doutrinas, afiapçando-lhes solemnemente, em nome de sua magestade, inteira amnistia, se de prompto entrarem nos seus deveres.

Procuremos todos os modos, aproveitemos todas as conjuncturas de chamar á sombra protectora das nossas bandeiras, que pela vossa fidelidade e pelo vosso patriotismo, não menos que por vosso valor, tremulam sem macula, a esses valorosos militares, que se deixaram illudir; será nosso intento facilitar-lhes esse benefico refugio, e teremos a satisfação que nos é permittida, de os receber com perfeito esque-

zimento do passado; uma endurecida renitencia fica sómente sendo crime.

Soldados! Com a subordinação aos vossos chefes, que não é qualidade nova nos vossos animos, prestaes sempre a devida obediencia e plena confiança ao governo, que bem seguro dos nossos sentimentos, está determinado a fazer reconhecer, desde Lisboa e em todo o reino, a auctoridade que sua magestade entregou á sua lealdade e sabedoria, tomando desde já por divisa o grito que do coração nasce. Viva el-rei nosso senhor! Viva a sua real familia e augusta dynastia! Viva a leal nação portugueza! E viva o unico legitimo governo, que na ausencia de sua magestade é depositario da sua regia auctoridade.

Quartel de Alcoentre, 9 de setembro de 1820. = *Conde de Barbacena, Francisco*, commandante do corpo de exercito, formado na provincia da Extremadura.

### DOCUMENTO N.º 63

(Citado a pag. 464)

*Carta dirigida pelos governadores do reino á junta do Porto, de que foi portador o general Alvaro Xavier da Fonseca Continho e Poveas, com o fim de se congraçar com ella*

Os governadores do reino, considerando que o dever mais sagrado, que lhes foi imposto pelo nosso augusto soberano, é o de manter a paz entre os habitautes d'este reino, e de preservar illesa a unidade da corôa, assim como a independencia da monarchia, usaram dos poderes extraordinarios, que lhes são confiados por el-rei nosso senhor para casos urgentes, e interpretando os seus paternaes sentimentos, resolveram, em seu real nome, convocar as côrtes, que deverão juntar-se em Lisboa a 15 de novembro do presente anno.

É hoje o dia em que se expedem a todas as camaras do

uma serie de revoluções, que só terão fim com a dissolução da monarchia.

A vós, unicamente a vós, serão imputaveis tamanhos males; sobre vós pesará, até á posteridade mais remota, tão enorme responsabilidade, se não ouvirdes as vozes que hoje vos dirigem os governadores do reino. Elles não têm outra ambição mais que a de salvar a nação, e de assegurar a sua felicidade, nem se recusarão a admittir representações algumas, que possam conduzir a tão importante e desejado fim, e esperam que a Providencia, abençoando os seus esforços, apressará o dia venturoso, e por elles especialmente appetecido, em que possam restituir nas reaes mãos do nosso soberano o sagrado e importante deposito que lhes confiou.

Lisboa, no palacio do governo, em 9 de setembro de 1820. =  
*Cardeal Patriarcha* = *Marquez de Borba* = *Conde de Peniche* = *Conde da Feira* = *Antonio Gomes Ribeiro*.

---

## DOCUMENTO N.º 63-A

(Citado a pag. 472)

Officio do governo interino de Lisboa, dirigido para o Rio de Janeiro, e outro do conde de Rezende, dirigido tambem para aquella capital, relatando ambos os acontecimentos que n'ella tiveram logar no dia 15 de setembro de 1820

### Carta

Senhor:—Sendo costume juntar-se as tropas da guarnição de Lisboa no dia 15 de setembro na praça do Rocio em grande parada, para celebrar militarmente o anniversario da restauração, haviam os governadores do reino determinado que este anno se não fizesse tal reunião, porque assim o entenderam. Todavia a tropa levou a mal esta medida, e por motivos que depois se manifestaram, poz-se em marcha para o Rocio e abi proclamou os principios já adoptados pelo exercito do norte. Uma multidão immensa de povo, que con-

salvar a patria dos horrores de uma guerra civil, e convocar, effectivamente côrtes, as quaes recebem dos representantes do soberano um caracter de legalidade, que nunca poderiam ter aquellas que foram annunciadas pela junta do Porto.

Vós sois portuguezes, e este titulo glorioso, que vos pertence, basta para afiançar que não cabe em vossos peitos a dissimulação; sede pois fieis ás vossas proprias declarações, e coherentes com vós mesmos. Vós proclamastes a santa religião catholica romana: todos nós a temos gravada nos nossos corações: proclamastes o augusto soberano, que nos rege e a sua dynastia; toda a nação o reconhece, e está inabalavel n'estes sentimentos de lealdade. As côrtes, ellas já se acham convocadas em nome do soberano: a constituição, esta mesma convocação vol-a assegura, fôra dada nas leis primordiaes d'esta monarchia, que regeram os nossos maiores na epocha da sua prosperidade e dos seus triumphos. Se isto pois, que vós proclamastes, é só o que sinceramente quereis, nada mais resta já a desejar, e só falta agora que desprendendo-vos de uma auctoridade, que exerceis sem titulo algum legal, e desde agora até sem pretexto algum, deis ao mundo e á posteridade uma prova evidente de que não sois movidos por paixões occultas, nem ambiciosas, de que as vossas declarações foram sinceras, e de que não quereis expor o reino ao perigo, que resultaria da prolongação de uma contenda entre as suas provincias, nem abrir caminho a que as nações estrangeiras, que sempre têm de respeitar a nossa independencia enquanto estivermos unidos, intentem prevalecer-se das nossas divisões. Não que não ha tempo a perder para pararmos á borda do precipicio. Já os cidadãos se acham armados em opposição uns aos outros. Os commandantes das tropas que vos estão sujeitas ameaçam as cidades e villas da perda dos seus foros e privilegios: ameaçam os officiaes e soldados, que se não unirem a elles, de serem julgados e castigados como traidores! . . . Um só passo mais eis-nos immersos na guerra civil, inundados do sangue de nossos irmãos, ameaçados de

verno receber as ordens para a parada do dia seguinte, manifestou o povo a maior indisposição contra o dito general, e por isso julgou este governo necessaria esta medida de precaução e segurança publica, até mesmo da pessoa do general Leite, e pelo mesmo motivo se insinnou ao tenente coronel commandante da policia desse parte de doente e passasse o commando ao seu immediato.

No dia 17 mandou este governo affixar a proclamação n.º 4. De tarde houve grande parada no Rocio, e este governo, os chefes e os corpos militares, e um concurso immenso de povo de todas as classes, juraram e proclamaram com o maior enthusiasmo, fidelidade á religião, á pessoa de vossa magestade e real casa de Bragança, e ás côrtes que hão de fazer a nova constituição. No dia 18 fez este governo a participação necessaria sobre a sua installação ao corpo diplomatico nacional e estrangeiro, e deu outras providencias convenientes ás circumstancias em que se achava, que todas sobem á presença de vossa magestade debaixo do n.º 3.

Sendo o primeiro cuidado d'este governo procurar a conservação da integridade do reino e independencia nacional, era consequente abrir logo uma communicação franca e leal com a junta do Porto, a fim de se concentrar o poder executivo, e de se prevenirem os males da divisão e anarchia, que, ameaçando a subversão da ordem social, punham em perigo até o mesmo throno de vossa magestade.

Haviam começado esta communicação os governadores do reino por intervenção do marechal Povoas, que foi mal recebido por aquelle governo em Coimbra, tornando-lhe as credenciaes e a carta dos governadores, sem ser aberta por falta de solemnidade e formalidades, como se vê da *Gazeta*, n.º 6.

Abriu pois este governo novamente communicação com a junta do Porto por meio do officio n.º 7, a que se seguiram os outros n.ºs 8, 9 e 10 até ao dia 23, em que a junta do Porto declarou a resolução em que estava, de annunciar os seus pensamentos sobre o modo de verificar-se a designação dos representantes de Lisboa e provincias do sul, d'onde

de vossa magestade conhecer quanto é bem fundada a  
esperança de se restabelecer sem demora a ordem das cou-  
sas e que dentro de poucos dias haverá um só governo.

Entretanto este governo interino observa que a vontade  
e decisiva da nação é fazer uma constituição por meio  
dos seus representantes em côrtes, tendo por bases, desde  
estabelecidas por voto unanime, a mesma religião e a mes-  
ma dynastia reinante, e no meio d'este impulso para a li-  
berdade civil se conserva em paz, respeita as leis actuaes,  
a religião e a sagrada pessoa de vossa magestade, e não  
perde a lealdade que o caracteriza.

Os membros de que se compõe este governo interino bei-  
jam a real mão de vossa magestade com o mais profundo  
recurso, jubilo e satisfação, não só pela interessantissima no-  
ticia da preciosa saude de vossa magestade e mais pessoas  
de que houve conhecimento pelo correio maritimo In-  
te D. Sebastião, chegado a este porto no dia 15 do cor-  
rente, mas tambem por poderem segurar a vossa magestade,  
e nem os acontecimentos do Porto no dia 24 de agosto,  
e os de Lisboa no dia 15 do corrente e ulteriores, altera-  
ra os naturaes e indeleveis sentimentos de amor e leal-  
dade que a nação portugueza consagra á pessoa de vossa  
magestade e real dynastia.

A muito alta e muito poderosa pessoa de vossa magestade  
perde Deus muitos annos, como desejâmos e havemos  
de obter.

Lisboa, no palacio do governo, em 26 de setembro de  
1820. = *Principal Decano* = *Conde de Sampaio* = *Conde de  
Pende* = *Conde de Penafiel* = *Mathias José Dias Azedo* =  
*Francisco José Braamcamp do Sobral* = *Joaquim Pedro Go-  
mez de Oliveira* = *José Nunes da Silveira* = *Luiz Monteiro* =  
*Francisco de Lemos Bettencourt* = *Bento Pereira do Car-  
valho* = *Barão de Moilhos* = *Filippe Ferreira de Araujo e  
Almeida*.



**Officio a que se refere a carta supra**

Ill.<sup>mos</sup> e ex.<sup>mos</sup> srs. — No dia 14 do corrente mez, estando eu em minha casa (cousa muito usual, tanto pelo meu carácter melancholico, como por afflicções domesticas, que ha muito me perseguem, e molestias), chegou um soldado da praça com um officio do ajudante general, Manuel de Brito Machado, de que ajunto a publica fórma. Passei immediatamente a cumprir a ordem que tinha recebido, e ao apear-me appareceu-me o capitão Lima, que me conduziu a uma sala e quarto alto. Veiu logo o marechal de campo Vasconcellos Sá, depois o tenente rei da praça de Almeida, barão de Molellos, depois o brigadeiro Azeredo, e passada mais de uma hora chegou o ajudante general, o qual ordenou ao barão de Molellos e brigadeiro Azeredo, que partissem um para o Castello Branco e outro para Thomar. Passou depois com o marechal de campo Vasconcellos ao seu gabinete, onde nos disse que o governo julgava muito prudente não haver reunião de tropas no dia 15, por se ter notado que entre o povo e tropa havia grande intimidade, e mesmo factos observados de brindes em lojas de bebidas de geral do povo e soldados.

Para que a tropa não apparecesse no Rocio, ordenou-me o ajudante general que buscasse todos os meios para ter durante a noite e dia os regimentos de infantaria n.º 4, n.º 10 e vigiasse tambem o do n.º 16, apesar de não ter d'antes o commando d'este corpo, mas que tomasse por pretexto uma ordem do general, e que d'isto prevenia o coronel Snodgrass a quem incumbia o entretenimento do regimento no dia 15. Passei immediatamente a minha casa, onde mandei juntar o brigadeiro Armstrong, commandante do n.º 4, e o tenente coronel José Benedicto de Mello, commandante do n.º 10, ordenando-lhes que buscassem todas as medidas ficticias que podessem escogitar para executar a ordem, que eu tinha recebido do ajudante general, a qual lhes communiquei toda por inteiro.

No dia 15, pela uma hora e meia da tarde, chegaram

na casa José Benedicto de Mello e o major Avellar, dizendo-me que por um official da secretaria, Feliciano, irmão capitão Gerardo do n.º 16, tinha sabido que este regimento estava em fermentação, que o tenente coronel tinha vindo convencer os officiaes, mas que lhes parecia que não conseguira, e que era da primeira necessidade a minha ir a esse regimento. Parti immediatamente ao seu quartel de acordo da ordem que tinha recebido do ajudante general do dia 14, onde achei um dissimulado socego. Entrei no quartel da ordem, onde estive algum tempo com o coronel comandante do regimento, que me seguiu nada havia de novo nel n'este corpo, ao menos que tivesse chegado ao seu destino.

Quedei immediatamente chamar o tenente coronel do regimento, Caetano de Mello Sarrea, a quem perguntei se tinha alguma proposta de alguns officiaes para saírem com o regimento para o Porto, e se elle os tinha feito entrar nos seus deveres, ou não. Disse-me que tinha tido a proposta, e buscára todos os meios de que se lembrára para os fazer entrar nos seus deveres, mas que lhe parecia não tinham conseguido, e que fazendo-lhes eu uma falla talvez me ouvissem de outra maneira. Fiz ajuntar os officiaes, que apresentando-se-me dois ou tres quando cheguei ao quartel, n'essa ocasião appareceram quasi todos, até então escondidos nos quartéis de varios que ali moram. Fiz-lhe uma falla propria a quem respeita el-rei e os seus representantes, repeti-a duas ou tres vezes; não tive uma unica resposta; e como vi que eram baldadas todas as minhas diligencias, fiz sair os officiaes e passei á casa do detalhe, onde estava lamentando com o coronel Snodgrass e o tenente coronel Sarrea o nenhum effeito que me parecia tinha feito a minha falla.

De repente brada-se ás armas, correm os soldados de uma outra parte, e municiam-se de cartuchos embalados e de facha, preparativos todos em uso para uma marcha hostil, e até então eu saber a que se dirigia este decidido passo. Corro-me ao regimento, ajunto os officiaes, e pergunto-lhes qual era a sua tenção.

Responderam a uma voz que marchavam a unirem-se a seus irmãos de armas já decididos, porque se julgavam injuriados do governo e commandante do exercito por se confiarem na tropa, ajuntando-a, como era costume, em um tal como o anniversario da restauração do reino. Quizem vencer-os de que não era falta de confiança na tropa, mas uma medida politica de a não empenhar em rebater algum attentado da parte de alguns descontentes do povo, o que seria muito para sentir; e que este tinha sido o sentido com que o governo julgára conveniente a não junção da tropa com o povo n'aquelle dia.

Ora como eu via que a resolução do regimento estava decididamente tomada, e temia que a seu exemplo toda a tropa fizesse o mesmo (conjectura a meu ver muito acertada pela falta de confiança de toda a tropa, que me tinha feito o ajudante general, a quem é patente o conhecimento moral do exercito), tomando em consideração a tumultuaria saída da tropa d'esta cidade, e os males que faria aqui mesmo, e até a união com a do norte, fiz uma nova falla aos officiaes, pedindo-lhes que a base fundamental da vida militar era a subordinação; mas que não sendo contra ella o representado o subdito ao superior, que eu partia ao quartel do commandante em chefe do exercito, e contava que s. ex.<sup>a</sup> passar as ordens para toda a tropa ir á reunião do costume.

A este tempo brada-se de novo ás armas, tocam-se tambores, apresenta-se uma companhia no logar da parada, carregam as armas, e todos a seu exemplo faziam o mesmo. Novamente chamei os officiaes, que já então me tinham dito que os havia de acompanhar para onde quer que o destino os levasse, ao que ainda não tinha accedido, expressando-lhes já de todo o esperava, porque fazendo a força ceder aos soberanos, como podia eu deixar de ceder a ella? E com havia os dizeres de irem á praça do Rocio dar vivas a elle e ao nosso senhor e ás côrtes, que haviam de formar uma constituição, e depois para o Porto, lancei mão da ida ao Rocio e convenci-os de que este passo era o mais acertado, dizendo-lhes (pelos temores de que acima faço menção), que o

acompanharia, mas que os penhorava por palavra de honra de darem aos quarteis, logo que tivessem essa ordem. Pediram-me que mandasse vir o regimento n.º 4 de infantaria, a que respondi que iria pessoalmente ver se estava do mesmo animo, e ali voltava.

Disseram-me que mandasse antes um official, e, como bayonetas armadas quando pedem mandem, enviei um official.

Principei a minha marcha com o regimento n.º 16 para o Rocio, onde apenas appareciam alguns grupos de paizanos; mas, como em um repente, appareceu tanta gente, que já embaraçava o regimento a passar da fôrma de columna aberta, em que ia, a de se metter em linha, e já as vozes do commandante se não ouviam, por serem suffocadas com as de innumeraveis vivas a el-rei nosso senhor, á dynastia da real casa de Bragança, á religião, ás côrtes, que hão de formar a constituição, e aos valorosos do Porto. Duraram estas demonstrações por grande espaço: chegou o regimento n.º 4 de infantaria, e varias partidas da guarda real da policia, e appareceu n'este tempo o ajudante general Mosinho, arguin-do-me da minha vinda ao Rocio sem ordem legal; isto alterrou bastante o povo contra elle, e alguns o quizeram matar, o que milagrosamente consegui evitar com as minhas persuasões.

O povo exigiu que eu mandasse chamar toda a tropa ás praças publicas, para fazer a mesma acclamação que ali se fazia, e o juiz do povo, que logo veio com o seu escrivão. Seguiu-se mandar o mesmo povo e tropa, que eu passasse ordem á torre de S. Julião para embaraçar a saída dos navios, para o que se me apresentou tinteiro e papel, e crescendo os alaridos pela execução d'esta ordem, a expedi.

Passou depois o povo e tropa em altas vozes a nomear governadores, cujos nomes foi escrevendo um do mesmo povo com a penna de lapis em um pequeno bilhete, que são o conde de Sampaio, principal Freire, conde de Rezende, conde de Penafiel, barão do Sobral (filho), tenente general

Mathias José Dias Azedo, e dois ministros, de que ficaram os nomes.

Seguia-se exigir o povo que o extinto governo se reunisse na varanda do palacio da regencia para d'ali fazer uma sessão solenne. Isto foi repetido por muitas vezes, e que cada vez se augmentava mais o desejo de ver com a sua ardente vontade, que divisei não se limitava a uma sessão. N'este caso, julguei do meu dever oppor-me a isso, fosse possível a um semelhante attentado, ponderando ao povo o quanto lhe era indecoroso o aviltar uma reunião nomeada por el-rei nosso senhor; que elles, como he se tinham enganado na administração dos paternos conselhos de el-rei nosso senhor, e que o mesmo lhe acontecia na eleição que fazia dos novos governadores. Com e contras palavras, de que me não recordo, evitei o que uma pessoa sensata deve suppor de uma tal apparição e lugar e por tal ordem.

Depois fui conduzido pelo povo ao palacio da regencia onde achei á porta o juiz do povo e escrivão. Ali novamente impuz silencio ao povo, para que ouvisse ler o bilheite que um de entre o mesmo povo tinha escripto. Li-o em voz alta na presença do juiz do povo e escrivão. Disseram que os mesmos governadores que tinham nomeado, e que eu á varanda do mesmo palacio com um d'aquelles, parecia visto do innumeravel povo que se achava na rua. Diram-me á dita varanda com o juiz do povo e escrivão, e d'ali fiz fazer repetições de viva el-rei nosso senhor, a religião catholica, e as côrtes, que hão de formar uma constituição.

Passado algum tempo fiz avisar os elegidos pelo povo ao governo, que vieram uns após outros, segundo as listas que se achavam, e á proporção que iam chegando, dizia ao povo que fossem á varanda, o que todos fizeram visivelmente conheceu serem os da sua escolha, e que a esse tempo havia já uma illuminação geral. Depois de terminadas as sessões do governo, onde já estavam o conde de Penafiel, o conselheiro Hermano Braamca, o conde de Sampaio e o tenente general Mathias José

Apelo, principiou-se a examinar novamente o bilhete, no qual, por ter sido escripto com penna de lapis e passado por muitas mãos, estava pouco legivel o nome do conde de Resende, que exigiu uma nova declaração, assim como o conselheiro Braamcamp, por lhe ter chamado o povo barão do Solar (filho), na occasião em que o tinha nomeado. Chegou novamente o juiz do povo á varanda, e fez sciante o escripto em que se achavam os ditos conde e conselheiro, ao que o povo respondeu que eram sem duvida nenhuma os que lhaa elegido.

Passamos depois entre todas as ordens proprias para o sossego publico, e para as tropas irem a quartéis. E quanto, segundo a minha lembrança, se passou no dia 15 de setembro.

Lisboa, em 25 de setembro de 1820. — *Conde de Rezende.*

---

#### Carta dirigida a el-rei pelos governadores eleitos

senhor. — Na conta que dirigimos á real presença de vossa magestade, na data de 26 de setembro, tivemos a honra de expor a vossa magestade os acontecimentos do dia 15, as circumstancias que precederam a installação do governo interino estabelecido em Lisboa, os membros de que este se compoz e as providencias que se deram, acompanhando a nossa conta com as copias authenticas de tudo o que se fez, e a demonstração do estado das cousas até áquella epocha, assim como a lealdade dos portuguezes, e o constante amor, e adhesão á sagrada pessoa de vossa magestade e sua augusta dynastia. Era então o primeiro cuidado do governo interino, como expozemos a vossa magestade, procurar a conservação da integridade do reino e independencia nacional, prevenir os males da anarchia, e assegurar o throno de vossa magestade contra o perigo de que o ameaçava a existencia dos dois governos e a decisão dos animos, visto que a maior parte da nação havia reconhecido a junta provisional do supremo governo do reino, erigida no Porto, e que em

consequencia havia o governo interino de Lisboa aberto uma comunicação franca e leal com aquelle governo. Agora temos a incomparavel satisfação de communicar a vossa magestade o feliz resultado d'aquella negociação, porque achando-se os sentimentos dos membros d'aquelle governo perfeitamente de accordo com os nossos, conseguimos que cessasse a divisão, e se concentrasse o poder executivo provisional, sendo tão prudentemente combinadas as medidas que se adoptaram, que a entrada da junta provisional do supremo governo do reino n'esta capital foi um espectáculo unico no seu genero.

O dia 1.º de outubro, em que se verificou esta entrada, foi um dia de festa nacional, e o povo de Lisboa, em perfeita harmonia com o de todo o reino, offereceu um exemplo de todas as virtudes, que faz a admiração dos presentes, e que a posteridade apenas acreditará. Nos transportes do maior entusiasmo de liberdade e da mais pura alegria não houve um successo desastroso, nem uma circumstancia incidente que perturbasse esta scena verdadeiramente maravilhosa. Resoava em toda a parte o nome augusto de vossa magestade, porque a sua imagem está profundamente gravada nos corações portuguezes. Houve pois grande parada na praça do Rocio, tendo ficado as tropas que acompanhavam o governo supremo acantonadas nas immedições da capital; e tendo logar n'esse dia a desejada união, e organizada a junta provisional do supremo governo do reino da maneira indicada nos officios, e portaria de 27 de setembro, cessaram as funcções do governo interino estabelecido em Lisboa, e cada um dos seus membros, occupando o logar que o governo e o interesse da patria lhes assignára, seguiu o seu destino.

Os membros do governo interino, expondo fielmente na presença de vossa magestade a continuação dos seus trabalhos desde 26 de setembro até ao 1.º de outubro, acompanhada de todos os documentos respectivos, se lisonjeiam de haver bem merecido da patria e da consideração de vossa magestade, por haverem posto o seu cuidado e esforços em evi-

tar a anarchia, procurando conservar a tranquillidade publica, a independencia da nação, e o throno de vossa magestade, o que felizmente conseguiram.

Os membros de que se compõe o governo interino beijam a real mão de vossa magestade com o mais profundo respeito e a mais decidida lealdade, e attestando na presença de vossa magestade a continuação inalteravel da lealdade portugueza, rendem e exprimem os seus votos mais ardentes pela conservação da preciosissima vida e saude de vossa magestade e sua augusta e real dynastia.

A muito alta e muito poderosa pessoa de vossa magestade guarde Deus muitos annos, como desejámos e havemos mis-

Lisboa, no palacio do governo, em o 1.º de outubro de 1820. — *Principal Decano* — *Conde de Sampaio* — *Conde de Azende* — *Conde de Penafiel* — *Hermano José Braamcamp do Sobral* — *Muthias José Dias Azedo* — *Joaquim Pedro Gomes de Oliveira* — *Francisco de Lemos Bettencourt* — *Bento Pereira do Carmo* — *José Nunes da Silveira* — *Luiz Monteiro* — *Barão de Molellos* — *Filippe Ferreira de Araujo e Castro*.

#### DOCUMENTO N.º 64

(Citado a pag. 476)

**Officio dirigido pelo governo interino de Lisboa á junta provisional do Porto, participando-lhe as occorrencias da capital, e achando-se disposto a accordar com ella, para conseguir o fim a que se propunham**

**III.º e ex.º sr.** — O governo interino estabelecido em Lisboa por voto unanime do povo, e perante os corpos militares d'esta guarnição, installado no dia 15 do corrente mez, bem convencido do patriotismo e fidelidade do povo, do exercito e do governo proclamado n'essa cidade do Porto, querendo fazer cessar toda a divisão, que possa retardar o



complemento da vontade geral da nação, que tanto anseia  
 ser legitimamente representada em cântas; e por outra parte  
 estando na mais sincera disposição de cooperar para a effec-  
 tiva reunião dos animos a bem da causa publica: se de  
 ao mesmo governo do Porto, participando-lhe a resolução  
 em que está de se entender com elle, e de common accordo  
 deliberaram sobre o modo mais acertado de chegar ao fim  
 a que a nação se propõe. Portanto é da maior urgencia  
 assegurar a tranquillidade publica, que se verifique a des-  
 união, e para este fim seria muito conveniente que se  
 perda de tempo se abrisse um caminho prompto á reciproca  
 intelligencia de ambos os governos, para que entre si se  
 empenhem o cargo que lhes impõe a vontade nacional.  
 Assim o espera este governo do assignalado patriotismo  
 que se tem distinguido o governo e habitantes d'essa  
 trada cidade. Lisboa, 17 de setembro de 1820. — *Primeiro  
 Decano* — *Conde de Sampaio* — *Conde de Resende* — *Conde  
 Penafiel* — *Mathias José Dias Azedo* — *Hernando José  
 Camp do Sobral* — *Filippe Ferreira de Araujo e Castro*.

## DOCUMENTO N.º 65

(Citado a pag. 477)

Officio da junta provisional do Porto, respondendo ao governo  
 do reino de Lisboa, e fazendo alguns reparos sobre a proclamação  
 publicada na Gazeta

Ill.<sup>mas</sup> e ex.<sup>mas</sup> srs. — A junta provisoria do governo  
 do reino, ora estante em Coimbra, não pôde com-  
 as publicas demonstrações do seu jubilo, quando no dia  
 do corrente mez recebeu por um impresso, assignado  
 honrado juiz do povo d'essa capital, e communicado  
 capitão de cavallaria, do regimento n.º 4, Bernardo de  
 Nogueira, a noticia de haverem sido nomeadas pelo  
 povo interinamente para o governo de Lisboa, pessoas

so relevantes qualidades e dignas de confiança publica. A satisfação que a junta experimentou e mostrou ao receber a grata noticia, é uma prova mui abonada dos sentimentos que a animam, relativamente á desejada união, e é um pe-  
 cor seguro de que ella jamais será infiel a esses sentimentos.

A junta esperou desde esse momento com o maior alvoroço a participação official de um acontecimento, que parecia dever aplanar todas as difficuldades da sua empresa, con-  
 vir em um só voto os votos de todos os portuguezes, e acclerar o momento venturoso que elles tão anciosamente desejam.

A junta contudo, fallando com a franqueza e boa fé, que sempre ao caracter de homens ingenuos, e que é proprio da sua dignidade, não pôde, nem deve dissimular a máguia que sentiu, observando que na *Gazeta de Lisboa*, de 16 de dezembro, na proclamação impressa de 17, e no proprio offi-  
 cio, que agora se lhe dirige em data do mesmo dia, não só se alteram substancialmente as palavras d'aquelle primeiro impresso, e se guarda um affectado silencio a respeito dos justos applausos, que o nobre e honrado povo de Lisboa deu á junta do governo supremo no dia 15, mas tambem se lhe denega esta qualificação, a que ella se julga com direito pelo unanime concurso de mais de dois terços da nação, firmando com o sêllo sagrado do juramento.

Sem embargo de tudo isto, o interesse da causa publica e o desejo da união e da paz, altamente gravada nos corações de todos os membros da junta, que a este nobre sentimento têm sacrificado tantos outros, não lhes permite adoptar na presente occasião arbitrio algum, que não seja tendente a remover toda a idéa de ambição, e toda a influencia de quaesquer sentimentos pessoaes; reunindo-se unicamente no ponto central de suas primeiras intenções, e abrindo o officio que se lhe dirigiu, com a esperanza de que por meio d'elle podesse preparar o caminho para realisal-as, não obstante haver-se recusado a acceitar outro, que com similhante impro-  
 priiedade lhe foi dirigido pelos precedentes governadores.

A junta tem sobejamente manifestado os seus intentos á

face da nação inteira. Ella ratifica ainda agora com igu-  
 ceridade, e com o mais perfeito e absoluto desinter-  
 firmeza incontestavel das palavras e promessas, as q-  
 acham claramente enumeradas na inclusa proclamação  
 de agosto. Uma d'estas promessas é a de receber com  
 nal acolhimento, e unir cordialmente a si os represen-  
 d'essa illustre cidade e das provincias do sul, para tr-  
 rem de mão commum, e só até á convocação das cô-  
 grande obra da regeneração publica, desejada e em-  
 dida pelo voto unanime da nação.

Debaixo d'este ponto de vista, a junta acolherá co-  
 queza toda e qualquer communicação, que tambem l-  
 devidamente se lhe queira fazer para aquelle sauda-  
 e desejando desde já dar mais uma prova da lealdade  
 sentimentos, ella continuará em breve a sua marcha  
 approximar mais á capital, e facilitar por este modo a  
 pondencia, que as circumstancias não permittem se-  
 demorada.

Coimbra, paço do governo em 20 de setembro de 1  
 Presidente, *Antonio da Silveira Pinto da Fonseca*;  
 presidente, *Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira*  
*da Cunha Sotto Maior* = *Roque Ribeiro de Abranch*  
*tello Branco* = *Frei Francisco de S. Luiz* = *Manuel*  
*des Thomás* = *Francisco José de Barros Lima.* = *S*  
*rios, José da Silva Carvalho* = *Francisco Gomes da*  
*José Ferreira Borges.*

## DOCUMENTO N.º 66

(Citado a pag. 477)

Novo officio dirigido pelo governo interino de Lisboa á junta  
 ria do Porto, dando-lhe uma especie de satisfação, para  
 as duvidas levantadas pela respectiva junta

Ill.<sup>mos</sup> e ex.<sup>mos</sup> srs. — O governo interino estabele-  
 Lisboa acaba de receber com a maior satisfação o o

a provisoria do governo supremo do reino, datado de  
 o corrente, em resposta ao que lhe dirigiu na data de  
 E lisonjeando-se por extremo, não só por tão patrioti-  
 disposições a bem da causa publica, mas tambem pelas  
 ações obsequiosas, relativamente ás pessoas de que se  
 de este governo, não póde todavia dissimular o des-  
 que sentiu, observando que o supremo governo não  
 retasse o comportamento d'este no sentido da mais  
 franqueza. É por isso que o governo interino estabe-  
 em Lisboa torna a manifestar os seus desejos de acce-  
 a conclusão da empreza tão gloriosamente começada.  
 de governo, logo depois da sua installação, expediu o ca-  
 Bernardo de Sá para participar o grato acontecimento  
 da 15 pelo modo que permittiam as circumstancias do  
 ento. Os transportes do geral regosijo, e a necessidade  
 atender á conservação da tranquillidade publica, não con-  
 ram enviar mais cedo a participação official do dia 17.  
 Alta de noticias de declaração das provincias do sul, e a  
 ssidade de dar ordens ao general conde de Barbacena,  
 a fazer recolher as tropas aos seus antigos acantonamen-  
 e de se evitar a anarchia, foram os motivos que obri-  
 am este governo a tomar o titulo de interino, estabele-  
 o em Lisboa. Estando pois este governo perfeitamente de  
 ordo com a junta provisoria do supremo governo do rei-  
 e não querendo desviar-se do systema adoptado pela  
 ma junta suprema, deseja que lhe seja indicado o modo  
 verificar-se a designação dos representantes d'esta cidade  
 as provincias do sul, assim como tudo o mais que for  
 cernente ao bem da causa nacional e da suspirada união.  
 O governo interino, estabelecido em Lisboa, tem sobejos  
 ivos para esperar que a junta provisoria do supremo go-  
 no do reino tomará com reflectida prudencia as medidas  
 venientes, a fim de levar felizmente ao cabo esta gloriosa  
 reza, as quaes serão promptamente abraçadas com a boa  
 lealdade, que são proprias de pessoas, que se condu-  
 pelos mesmos principios, e tem os mesmos interesses.  
 Lisboa, palacio do governo em 22 de setembro de 1820. =

*Principal Decano=Conde de Sampaio=Conde de Rezende=Conde de Penafiel=Mathias José Dias Azedo=Hermano José Braamcamp do Sobral=José Nunes da Silveira=Luiz Monteiro=Francisco de Lemos Bettencourt=Bento Pereira do Carmo=Barão de Molellos=Filippe Ferreira de Araujo e Castro.*

## DOCUMENTO N.º 67

(Citado a pag. 477)

**Novo officio da junta provisional para o governo interino de Lisboa, participando-lhe que se dirigiria para Alcobaca, e que de lá lhe participaria os seus pensamentos sobre o objecto em questão**

A junta provisoria do supremo governo do reino recebeu hontem ás onze horas da noite em Pombal, o officio, que lhe dirigiu o governo interino estabelecido em Lisboa; e tendo de continuar a sua marcha para esta cidade de Leiria, e reunir aqui os seus membros, não lhe foi possível responder ao referido officio com a brevidade que desejava e que a importancia do seu assumpto exigia.

A junta provisoria observou com mui particular satisfação sua em cada uma das expressões do dito officio outras tantas provas de cordialidade, franqueza e generoso accordo de principios e interesse de que a junta interina se acha animada para com ella. E não pôde deixar de testemunhar por este motivo, e da maneira mais solemne e authentica, os seus sinceros agradecimentos á junta interina, por cujas mui patrioticas disposições acresce o mais firme e solido apoio ás esperanças da nação.

A junta provisoria do supremo governo do reino, devendo experimentar ainda na sua marcha ulterior o inevitavel retardamento de alguns poucos dias, e desejando por outra parte proceder com circumspecção e madureza sobre o modo de verificar-se a designação dos representantes da cidade

de Lisboa e provincias do sul, suspende ainda por ora a resolução d'este ponto, e logo que chegue a Alcobça, para onde parte no dia 26, participará á junta interina os seus pensamentos sobre o referido objecto com inteira franqueza, pois que em tudo deseja merecer a sua approvação, e está prompta a escutar os seus avisados conselhos.

A junta provisoria previne a junta interina, que a marcha das tropas para a vizinhança de Lisboa é uma medida absolutamente necessaria nas presentes circumstancias, para facilitar o seu fornecimento, e que sómente entrarão na capital aquellas que de commum accordo se julgar conveniente, que acompanhem a junta provisoria, tanto para seu decoro, como para participarem do espectáculo da alegria publica, e dos justos applausos que merece o seu patriotismo.

Paço do governo em Leiria, aos 24 de setembro de 1820. =  
 Presidente, *Antônio da Silveira Pinto da Fonseca* = vice-presidente, commendador, *Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira* = *Manuel Fernandes Thomás* = *Frei Francisco de S. Luiz* = *José Joaquim Ferreira de Moura* = *Roque Ribeiro de Abranches Castello Branco* = Secretarios, *José Ferreira Borges* = *José da Silva Carvalho*.

#### DOCUMENTO N.º 68

(Citado a pag. 490)

Officio da junta provisional dirigido ao governo interino de Lisboa, annunciando-lhe a sua marcha para a capital, disposta a unir-se com o referido governo

III. <sup>mos</sup> e ex. <sup>mos</sup> srs. — A junta provisoria do supremo governo do reino, desejando conciliar os interesses da causa publica e o bem do estado com todas as particulares circumstancias, que lhe parecem dignas da sua attenção, e dar ao mesmo tempo á junta interina estabelecida em Lisboa, ao povo d'esta grande capital, e á nação inteira uma prova não equivocada de seus

puros e desinteressados sentimentos: depois de mais reflexão, julgou conveniente unir a si todos os membros do governo interino, para comporem com ella um só e dividir este em duas secções, na fôrma que consta da seguinte inclusa.

A junta do supremo governo pensa que esta medida, combinada com a mais perfeita imparcialidade, terá de remover todo o genero de suspeita sobre a validade das suas intenções e procedimentos, e conciliar os animos, trazendo-os ao unico ponto, que nas circumstancias presentes deve unir todos os portuguezes a favor da nossa patria e á sua futura felicidade.

A junta provisoria vae continuar sem demora a sua marcha para a capital, que só tem sido retardada por circumstancias inevitaveis, que de nenhum modo dizem respeito ás reciprocas relações, que ha entre ella e o governo. As difficuldades, nem tão pouco foram causadas por motivo algum, que alterasse a justa confiança, que a junta tem nos bons e leaes habitantes de Lisboa.

A junta nada tem mais no coração do que merecer a retribuição de confiança e seguridade, e ver-se quando no meio dos seus irmãos, para acceitar as demonstrações do seu jubilo, e pagar-lhes o tributo do mais cordial reconhecimento.

A junta deseja que os seus sentimentos aqui expressados sejam immediatamente presentes ao publico por meio da imprensa.

Alcobaça, em junta, 27 de setembro de 1820. =  
*Antonio da Silveira Pinto da Fonseca* = vice-presidente,  
*Sebastião Drago Valente de Brito* = commendador,  
*Bernardo Correia de Castro e Sepulveda* =  
*Francisco de S. Luiz* = *Manuel Fernandes Thomás* =  
*Ribeiro de Abranches Castello Branco* = *José Joaquim*  
*reira de Moura* = *Francisco José de Barros Lima* =  
 secretarios, *José da Silva Carvalho* = *Francisco Gomes da*  
*José Ferreira Borges*.

## Portaria de organização do governo definitivo

A junta provisoria do supremo governo do reino, tendo respeito aos votos publicos manifestados na capital, e aos meritos pessoaes de cada um dos individuos que compõe o governo interino, ora estabelecido em Lisboa, resolveu unir jsi os membros do mesmo governo, para ficarem compondo com ella um só corpo, encarregado provisoriamente da direcção dos negocios e administração publica, e dos trabalhos preparatorios para a convocação das côrtes, em cuja epocha deverão cessar infallivelmente os seus trabalhos, e dissolver-se o mesmo corpo, como solemnemente se ha prometido e jurado.

Considerando porém que uma associação tão numerosa é absolutamente incompativel com a simplicidade, regularidade, e unidade de um governo, e impropria para a prompta execução, que nas presentes circumstancias requerem os negocios das differentes repartições: resolveu, outrossim, dividir aquelle corpo em duas secções, uma que continuará a denominar-se, *Junta provisional do supremo governo do reino*, e que terá privativamente a seu cargo a administração publica em todos os seus ramos, e outra que se denominará, *Junta provisional preparatoria das côrtes*, cujo objecto será preparar e dispor com a maior brevidade possivel tudo o que se julgar necessario para a mais prompta convocação das côrtes e regularidade, e boa ordem da sua celebração.

A junta provisional do supremo governo do reino é composta dos seguintes membros: Presidente, o Principal deão, vice-presidente, Antonio da Silveira Pinto da Fonseca; deputados, o conde de Penafiel, Hermano José Braamecamp do Sobral, o desembargador Manuel Fernandes Thomás, o doutor Fr. Francisco de S. Luiz, o bacharel José Joaquim Correia de Moura: encarregado dos negocios do reino e da fazenda, o deputado Manuel Fernandes Thomás: encarregado dos negocios estrangeiros, o deputado Hermano José Braamecamp do Sobral. Secretario dos negocios da guerra e marinha, com voto nos objectos da sua repartição, o tenente



general Mathias José Dias Azedo. Ajudantes do de  
encarregado dos negocios do reino e fazenda, o bachar  
Ferreira Borges, o bacharel José da Silva Carvalho. A  
putado encarregado dos negocios estrangeiros, Roq  
beiro de Abranches Castello Branco. Do secretario d  
gócios da guerra e marinha, o coronel Bernardo C  
de Castro e Sepulveda.

A junta provisional preparatoria das côrtes é co  
dos seguintes membros: O conde de Sampaio, o con  
Rezende, o barão de Meilhes, o coronel Sebastião  
Valente de Brito Cabreira, o coronel Bernardo Com  
Castro e Sepulveda, o Deão da Sé do Porto Luiz Pe  
Andrade e Brederode, o desembargador do paço, A  
Vicente Teixeira de Carvalho, Pedro Leite Pereira de  
o desembargador da casa da supplicação, Joaquim  
Gomes de Oliveira, Francisco de Sousa Cirne de Mad  
o desembargador do Porto, João da Cunha Sotto M  
bacharel Francisco de Lemos Bettencourt, Luiz Mont  
desembargador Filippe Ferreira de Araujo e Castro,  
charel José Maria Xavier de Araujo, o coronel de  
José de Mello e Castro de Abreu, Francisco José de  
Lima, o bacharel José Manuel Ferreira de Sousa e  
José Nunes da Silveira, o bacharel Francisco Gomes  
va, o bacharel Bento Pereira do Carmo, o bacharel J  
Silva Carvalho, o bacharel José Ferreira Borges.

Esta junta, para melhor arranjo de seus trabalhos,  
vidará em duas, na primeira das quaes se tratará de  
que diz respeito á convocação das côrtes, e na segun  
tudo quanto possa servir de illustração aos objecto  
n'ellas se devem discutir.

Da primeira será presidente o conde de Sampaio, vi  
sidente o conde de Rezende, e secretarios o barão de  
los, e o desembargador Filippe Ferreira de Aranjó e C

E da segunda será presidente o coronel Sebastião  
Valente de Brito Cabreira; vice-presidente o desemb  
João da Cunha Sotto Maior, e secretario o bacharel  
cisco Gomes da Silva, e o bacharel Bento Pereira do C

A junta, de accordo com todos os seus membros, se reserva o poder de associar aos trabalhos d'estas duas comissões aquellas pessoas que, por suas luzes e amor da patria, se julgarem aptas para cooperar no desempenho dos grandes objectos dos seus trabalhos.

Acobaga em junta, aos 27 de setembro de 1820. = Presidente, *Antonio da Silveira Pinto da Fonseca* = Vice-presidente, o commendador *Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira* = *Bernardo Correia de Castro e Sepulveda* = *Manoel Fernandes Thomaz* = *Roque Ribeiro de Abranches Castello Branco* = *Jose Joaquim Ferreira de Moura* = *Fr. Francisco de S. Luiz* = *Francisco José de Barros Lima* = Secretarios, *Jose da Silva Carvalho* = *Francisco Gomes da Silva* e *Jose Ferreira Borges*.

#### DOCUMENTO N.º 69

(Citado a pag. 482)

**Representação dirigida a el-rei pelo supremo governo do reino, erigido no Porto, relatando-lhe os successos d'aquella cidade, e as causas que lhes deram logar**

Senhor. — Um dos primeiros e principaes sentimentos, que animam os leaes corações do povo portuguez, é sem duvida o amor, que professam á sagrada pessoa de vossa magestade, e á soberania de sua augusta casa.

Se fosse necessario dar a vossa magestade provas d'esta verdade, facil nos seria achal-as na historia portugueza desde a venturosa fundação e estabelecimento da serenissima casa de que vossa magestade descende, até aos nossos dias. Basta porém trazer á lembrança de vossa magestade as duas notaveis e gloriosas epochas de 1640 e 1808, nas quaes esta pia e leal nação se gloria de haver dado ao mundo inextinguíveis os testemunhos mais authenticos, e mais sollemnes da sua nunca desmentida afeição á augusta casa de Bragança, e á real pessoa de vossa magestade, não havendo sacrificio

algun que não fizesse com gosto, ou para collocar throno portuguez, na primeira epocha, o sr. D. João para restituir a vossa magestade, na segunda, os dñs soberania de que uma invasão perfida pretendêra de

Não é possível, senhor, que um povo grande, ill heroico, conserve com invariavel firmeza taes sent a ponto de os identificar com a sua propria existencia, sem estar intimamente convencido, não só beranas virtudes, que adornam o coração de vossa magestade, e que são como hereditarias em sua real familia, tambem de que a prosperidade, a grandeza, e a monarchia são de algum modo inseparaveis da conservação da estabilidade e do esplendor de um throno, onde portuguezes têm sempre respeitado e venerado, ante amigos, do que reis e monarchas.

Sendo pois estes, senhor, os sentimentos e a paixão dos portuguezes, e sendo esta ditosa correspondencia os reis e os povos o mais certo e seguro penhor de felicidade, parecia muito de esperar que esta nação tão favorecida da natureza, e em outro tempo tão em grandes homens e em grandes feitos, quando servasse o logar eminente, que tinha adquirido entre as nações da Europa, e do qual o despeitoso ciunbição estrangeira conseguiram derribal-o, ao menos chegaria a escurecer de todo a sua passada gloria, e zir-se ao estado de aniquilação politica, e de miseria, que ao presente se notava e sentia entre nós, e mágua dos corações verdadeiramente portuguezes, e admiração e espanto dos estrangeiros.

Não é aqui logar, senhor, nem de descrever miudamente os males publicos em que a nação se achava submergida a ser de todo abysmada, nem de ferir o paternal coração de vossa magestade, indicando as causas d'elles. A rápida e rapida decadencia da nossa agricultura, industria e commercio; a quasi total extincção da marinha militar; a ruina do thesouro e credito nacional; a desastrosa malversação dos agentes publicos; a viciosa

ção da justiça; emfim uma inundação temerosa de todos vícios, que costumam acompanhar a indigência e o es-  
camento da propria dignidade, e que iam minando em  
as as classes a moralidade publica, esta principal base da  
idade dos individuos e dos povos; são apenas, senhor,  
primeiros rasgos do triste e assombroso quadro, que de  
pouco desviâmos dos olhos de vossa magestade.

Para cumulo de nossos males, faltava-nos vossa mages-  
tade que ouvisse de perto as supplicas do seu povo; faltava-  
o seu throno, a cuja sombra os desvalidos e opprimidos  
acolhessem, e achassem benigno e prompto remedio a  
seus males. Estavamos expostos a partidos e facções, que  
iam a cada momento perturbar a paz publica, e trazer  
e nós desgraças incalculaveis. As nações estrangeiras,  
m, olhavam para nós com indifferença, e talvez com des-  
o, e pôde ser que algumas d'ellas especulassem sobre  
essa futura sorte e existencia, assim como até agora o  
um feito sobre os nossos recursos e riquezas.

Na situação, a mais desgraçada em que se tem visto um  
paiz, digno por certo de melhor ventura, durou em differen-  
ças largos annos, limitando-se os portuguezes em  
esse periodo a supportar com incrivel constancia a sua  
adversidade, e a esperar em respeitoso silencio, que vossa  
magestade fosse informado de seus males pelo orgão d'aquel-  
quem vossa magestade com paternaes expressões dei-  
ncumbido o precioso deposito da fortuna e felicidade  
dos seus povos.

Porém, senhor, a paciencia dos homens, e maiormen-  
te as nações, tem sempre um termo. As esperanças publicas  
 iam-se frustradas, e os males recresciam a cada mo-  
mento. Ao desgosto universal, profundamente sentido, e já  
au grado reprimido nos corações portuguezes, acresceu  
a falta de pão no meio da abundancia, e a extrema barateza  
dos generos de que elle se fabrica, tormento terrivel para as  
classes indigentes, que são tambem as mais numerosas, e  
o espinho ordinario de violentas commoções populares, sem-  
pre agudas, e quasi sempre ensanguentadas. Manifesta-

va-se por toda a parte nos povos a triste e sombria inquietação, que costuma preceder as grandes catastrophes. Todos temiam o momento da explosão e ninguém sabia os meios de a desviar. Emfim, senhor, já não havia outro remédio, que não fosse o extremo, ou de aguardar os resultados de uma desordem geral e popular, que exporia a nação á última ruína; ou de prevenil-a de uma maneira, que, afiançando aos povos o beneficio da regeneração publica, afastásse ao mesmo tempo de seus olhos o horrivel e sanguinolento quadro da anarchia.

Um conselho de militares, amigos do throno e da nação, tomou a si com nobre ousadia o desempenho d'este segundo arbitrio, que começou a executar-se na cidade do Porto no dia 24 de agosto do corrente anno. Esses mesmos militares, que em 1808, e nas seguintes campanhas empregaram seu heroico zêlo e valor em restituir a vossa magestade a corôa de seus augustos avós, e aos portuguezes a sua liberdade, a sua independencia e a sua honra, foram os que agora, sem se desviarem de seus leaes sentimentos e principios, quiseram firmar essa mesma corôa sobre a cabeça de vossa magestade e de seus augustos descendentes, dando ao real throno de vossa magestade por base uma constituição justa; e por ornamento a prosperidade e gloria do povo portuguez.

Vossa magestade verá, pelo impresso n.º 4, o espirito em que foi concebida eprehendida esta obra, tão difficil, como arriscada. A firme adhesão á santa religião de nossos paes, á sagrada pessoa de vossa magestade, e á sua augusta dynastia; a convocação das côrtes, que, organisadas de uma maneira conveniente ao estado da nação e ás luzes da Europa, hajam de estabelecer as leis fundamentais da monarchia, e preparal-a para tornar a elevar-se a um alto grau de esplendor, de que, desgraçadamente, havia decaído, são as bases seguras e firmes sobre que aquelles bravos militares, dirigidos pelo voto geral, entenderam que devia assentar o magestoso edificio da felicidade publica.

Todas as auctoridades ecclesiasticas, civis e militares uniram sem discrepancia, e sem opposição a votos tão sol-

mente pronunciados, e o dia 24 de agosto foi um dia de **ria publica**, e de festa nacional para os numerosos **habi-**  
**es da segunda cidade do reino.**

**Em consequencia do mesmo acto fomos nós (os que agora**  
**os a honra de escrever a vossa magestade esta carta),**  
**ados para compor a junta provisional, depositaria do**  
**governo do reino, e para tomar em nome de vossa**  
**magestade o difficil cargo da publica administração. E po-**  
**mos dizer a vossa magestade, com toda a liberdade e**  
**queza, a segurança que nos inspira o testemunho da**  
**a consciencia, que n'aquelle momento, que poderia pa-**  
**r perigoso, todos os nossos cuidados, todos os nossos**  
**alhos, todos os nossos sacrificios se dirigiram unica-**  
**te á salvação da nossa cara patria, á conservação e glo-**  
**lo augusto throno de vossa magestade, e á felicidade**  
**ica dos portuguezes. Os impressos n.ºs 2 e 3 annunciam**  
**clara e precisamente os puros sentimentos de que então**  
**amos animados, e que até ao presente momento nos**  
**constantemente dirigido.**

**ria longo e importuno narrar a vossa magestade com**  
**a particularidade todos os acontecimentos que diaria-**  
**e se foram succedendo, e todas as medidas que tomá-**  
**e nos pareceram conducentes ao bem publico em**  
**riticas circumstancias. Ellas não excederam os limites,**  
**essas mesmas circumstancias imperiosamente nos pre-**  
**riam; e a propria suspensão dos officiaes inglezes, que**  
**am no exercito, desejada e ordenada pelo voto publico,**  
**o clamor geral, foi executada com tão prudente mode-**  
**o e temperança, qual cumpria ao nosso dever, aos rele-**  
**es serviços dos mesmos officiaes, e ao respeito de uma**  
**o amiga e alliada.**

**ossa magestade fará melhor conceito dos nossos proce-**  
**ntos em crise tão difficil, e avaliará ao justo o estado**  
**spirito publico, quando lhe dissermos com a mais exacta**  
**verdade, que, no espaço de vinte dias, as tropas e os**  
**das tres provincias do norte, e ainda de uma parte da**  
**madura, se declararam pela causa geral com uma unani-**

midade tão decisiva, que não podia nascer senão do profundo sentimento dos males publicos, e do ardente desejo de uma nova ordem de cousas, que parecesse tendente a remedial-os.

A grande totalidade dos povos, das auctoridades, das corporações, dos individuos não oppozeram, nem duvida, nem resistencia alguma, e prestaram juramento, segundo a formula expressa no n.º 1. Não houve uma só desordem, um unico ataque á propriedade, ou segurança publica, ou individual; um unico insulto a qualquer auctoridade; emfim, um unico grito, que se fizesse ouvir contra o clamor geral. Apenas alguns individuos vacillaram em sua resolução, ou quiseram oppor alguma força, enquanto esta os não desamparou, e enquanto na capital se não desenvolveu espontaneamente a publica opinião pelo memoravel acontecimento do 15 de setembro, de que vossa magestade já foi informado, e depois do qual podemos dizer a vossa magestade, que não houve mais que um só voto, uma só linguagem em ambos estes reinos de Portugal e dos Algarves.

Não devemos occultar a vossa magestade, ainda que nos seja doloroso recordal-o, que os precedentes governadores do reino, ou por ignorarem o modo com que tinhamos sido chamados a exercitar a auctoridade publica em nome de vossa magestade, ou por não terem exacta informação dos acontecimentos, nos fizeram a injustiça de nos appellidarem com o odioso nome de rebeldes em sua proclamação de 29 de agosto.

Vossa magestade ha de achar em sua soberana intelligencia, e nos proprios sentimentos do seu real coração, sobejos motivos para nos julgar limpos de tão feia nodoa. A nossa resposta foi a que vossa magestade verá na carta e proclamação n.ºs 4 e 5, e a nossa apologia foi ultimada pela espontanea e unanime resolução desta capital no dia 15, a que immediatamente se seguiu o assenso universal de todos os povos d'estes reinos, como já indicámos a vossa magestade. Os governadores do reino já não puderam conciliar a confiança publica, quando pela convocação das côrtes pareceram



querer seguir o voto nacional, e o seu poder deixou de ter exercicio no mesmo dia 13, pela instituição do governo interino de Lisboa, que nos foi immediatamente communicada pelo impresso n.º 6.

Desde esse momento nenhum outro interesse nos dirigiu, nenhum outro objecto distrahiu nossos cuidados, senão o de nos termos em uma só as duas juntas então estabelecidas, a fim de darmos ao governo a unidade, e aos negocios publicos a regularidade e boa ordem, que em tão criticas circumstancias se fazia indispensavelmente necessaria. Pode a razão, a justiça e a verdade que digámos a vossa magestade, que o governo interino, estabelecido em Lisboa, depois de se empenhar com o mais assiduo desvelo em cumprir seus importantes e arduos deveres, tambem n'isto cooperou com os nossos desejos da maneira mais franca, generosa, e cordial, mostrando que um só e unico interesse o dirigia, o da união, da paz e da felicidade publica.

O acto n.º 7 consummou esta desejada união, e removeu toda a possibilidade de qualquer discordia, ou discrepancia. Nós entrámos n'esta capital no 4.º do corrente mez, sendo recebidos de todas as classes de pessoas, que compõem a sua grande povoação, com um enthusiasmo raras vezes visto, e com taes demonstrações de jubilo e applauso, que seria difficil descrever. Desde então começámos a entender respectivamente na administração dos negocios publicos, e nos trabalhos preparatorios das côrtes, segundo a divisão estabelecida no referido acto, e de cujos resultados daremos successivamente conta a vossa magestade.

Eis-aqui, senhor, em abreviado quadro, os notaveis acontecimentos, que se começaram e ultimaram no curto periodo de trinta e sete dias, sem se derramar uma só gota de sangue, sem haver uma só desordem, ou desgraça publica, ou individual; acontecimentos que farão uma epocha memoravel nos annos da nação, e na historia do reinado de vossa magestade, e que excitarão a admiração e a inveja das nações da Europa, mostrando-lhes no seu verdadeiro ponto de vista o nome, honrado e generoso character dos portuguezes, que no



mudanças, que se tem feito, e pretendem fazer na fórma interna da sua administração. E confia que esta exposição, rectificando as erradas idéas que porventura se hajam concebido dos referidos acontecimentos, merecerá a benevolência e a atenção dos soberanos e dos povos.

Toda a Europa sabe as extraordinarias circumstancias, que no anno de 1807 forçaram o sr. D. João VI, então príncipe regente de Portugal, a passar com sua real familia aos seus dominios transatlanticos. E posto que esta resolução de sua magestade se julgou então da mais reconhecida vantagem para a causa geral da liberdade publica da Europa; ninguém comtudo deixou de prever a critica situação, em que ficava Portugal por esta ausencia do seu príncipe; e os factos ultteriores provaram demonstrativamente que esta providencia não era vã e temeraria.

Portugal, separado do seu soberano pela vasta extensão dos mares, privado de todos os recursos das suas possessões ultramarinas, e de todos os beneficios do commercio; pelo bloqueio dos seus portos, e dominado no interior por uma força inimiga, que então se julgava invencivel, parecia haver tocado o ultimo termo da sua existencia politica, e não dever mais entrar na lista das nações independentes.

Em tão apurada crise, este povo heroico não perdeu nem a honra, nem o valor, nem a fidelidade ao seu rei, porque estes sentimentos não lhe podiam ser arrancados do coração pela violencia das circumstancias, nem pela força prepotente do inimigo. Elles se manifestaram effectivamente da maneira mais energica, logo que se offereceu conjuncção opportuna. Os portuguezes, com o auxilio dos seus alliados, conquistaram, á custa dos mais penosos sacrificios, a sua propria existencia politica, e restituiram com generosa lealdade ao seu monarcha o throno e a corôa, e a Europa imparcial ha de confessar (ainda que nem sempre se tenha feito esta justiça), que a elles deve tambem em grande parte os triumphos, que depois alcançou em beneficio da liberdade, e independencia dos thronos e dos povos.

Qual fosse porém a situação interna de Portugal, depois

o throno de vossa magestade, empenham em seu favor  
 a honra da nação, a felicidade publica, o amor de vossa ma-  
 jestade, e os sentimentos de religiosa piedade que caracte-  
 ram o seu real coração.

Lisboa, 6 de outubro de 1820. = Presidente, *Antonio  
 Pereira Pinto da Fonseca* = Vice-presidente, *Sebastião  
 Valente de Brito Cabreira* = *Bernardo Correia de  
 e Sepulveda* = *Luiz Pedro de Andrade e Brederode* =  
*Antônio Fernandes Thomás* = *Fr. Francisco de S. Luiz* =  
*João Leite Pereira de Mello* = *Francisco de Sousa Cirne de  
 Almeida* = *João da Cunha Souto Maior* = *José Maria Xa-  
 de Araujo* = *Roque Ribeiro de Abranches Castello Bran-  
 co* = *José Joaquim Ferreira de Moura* = *José Manuel Fer-  
 reira de Sousa e Castro* = *Francisco José de Barros Lima* =  
 Secretarios, *José Ferreira Borges* = *Francisco Gomes da Sil-  
 va* = *José da Silva Carvalho*.

## DOCUMENTO N.º 70

(Citado a pag. 483)

**Manifesto dirigido de Lisboa  
 pelo supremo governo do reino á nação portugueza,  
 bem como aos soberanos e povos da Europa**

A nação portugueza, animada do mais sincero e ardente  
 desejo de manter as relações politicas e commerciaes, que até  
 agora a tem ligado a todos os governos e povos da Europa, e  
 não ainda mais particularmente a peito continuar a merecer  
 a opinião e conceito dos homens illustrados de todas as na-  
 ções a estima e consideração, que nunca se recusou ao ca-  
 racter leal e honrado dos portuguezes: julga de indispen-  
 sável necessidade offerecer ao publico a succinta, mas franca  
 exposição das causas, que produziram os memoraveis acon-  
 tecimentos ha pouco succedidos em Portugal; do verdadeiro  
 espirito que os dirigiu; e do unico alvo a que tendem as

A industria não foi mais favorecida, nem era de esperar que a sua sorte fosse mais feliz. Os portuguezes viram e soffreram que as suas fabricas e manufacturas fossem destruidas, e quasi de todo aniquiladas; que os productos do seu trabalho não podessem supportar a concorrência dos estrangeiros; que os moveis mais insignificantes de suas casas, os vestidos, e roupas do trajo mais ordinario e usual, as proprias camisas e sapatos, que vestem e calçam, lhes fossem trazidos de fóra, deixando innumeraveis artistas officiaes na ociosidade e na miseria. Os portuguezes viram e soffreram, que os seus vasos mercantes lhes fossem roubados por amigos e inimigos; que andassem expostos aos insultos dos piratas, e fossem por elles apresados, até á vista das suas proprias fortalezas. Os portuguezes viram e soffreram... mas para que é renovar aqui tão profundas e sensiveis máguas? Para que é recordar males tão notorios, e tão universalmente sentidos? Digam-no os proprios estrangeiros; digam-no os mesmos que tem tirado proveito da espantosa indifferença, ou frouxidão do governo portuguez, e que não poucas vezes repetiam com honrada franqueza, *que este bello paiz era digno de melhor sorte.*

A agricultura, no meio de tamanho abandono de todos os interesses publicos, não era natural que obtivesse a particular attenção e desvelo, que por sua reconhecida influencia sobre a felicidade das nações lhe é devido. Peja-se o brio portuguez de confessar haver recebido da generosidade de uma nação estrangeira tenues soccorros a beneficio da classe a mais util, e a mais miseravel dos seus habitantes; soccorros que, não podendo produzir utilidade alguma real, nem pelo seu valor, nem pelo modo da sua distribuição, sómente serviram de patentear aos olhos da Europa espantada o profundo abysmo de miseria a que esta nação, outr'ora rica e opulenta, se achava reduzida.

A Providencia quiz favorecer o agricultor portuguez, abrindo em seu beneficio o seio fecundo da terra, e dando-lhe annos de copiosa colheita; mas este mesmo favor do céu foi inutilisado pelos erros dos homens. O numerario tinha

apparecido da circulação pela estagnação do commercio, pela ruina da industria, pelas avultadas sommas, que os dias passavam sem retorno aos estrangeiros em troca de generos indispensaveis ao consumo da nação, e pelas consideraveis remessas eventuaes, ou regulares, que se faziam para o exterior com differentes motivos e applicações, chegando a ponto a falta de giro, e consequentemente a pobreza publica, que no meio da abundancia de pão, augmentada ainda pela importação excessiva, e imprudentemente tolerada de todo genero, o povo morria de fome; o lavrador desamortava as suas terras e os seus trabalhos; todos lamentavam a geral penuria, e a cada momento se temia, que a desespesa se rompesse em tumultos, e que os tumultos degenerassem na mais completa e terrivel anarchia. Sendo tal o estado de que se achavam as principaes fontes da prosperidade e da riqueza nacional, facil é de conjecturar qual seria tambem o estado do thesouro e o credito publico.

Não sómente se conservaram sem necessidade e sem diminuição as antigas despesas, proporcionadas á grandeza, ao aparato e esplendor de uma côrte, que já não existia em Portugal, mas acrescentavam-se cada dia outras igualmente avultadas, e não menos exorbitantes, ao mesmo passo que crescia sensivelmente a receita, já pelas causas indicadas, e já pela pasmosa negligencia, ou prevaricação dos administradores subalternos, a muitos dos quaes a impunidade escapava de algum modo o pacifico uso das suas criminosas especulações.

Sobre estes males cresceram ainda as extraordinarias despesas de algumas expedições maritimas, destinadas a levar tropas á desastrosa guerra da America do sul, e os minuos saques de moeda para soldo e manutenção da tropa do exercito portuguez ali destacada; despesas que, sendo irrevogavelmente grandes sommas do giro nacional, tinham ao mesmo tempo a mais nociva influencia sobre o valor do dinheiro papel, cujo cambio se tornava de dia em dia mais desfavoravel e mais ruinoso.

Os empregados publicos, o corpo militar, os melhores e

mais uteis servos do estado soffriam um extraordinario zamento na satisfação dos seus merecidos salarios mesmo tempo que esta falta abysmava a uns na miseria e desesperação, excitava a outros a romper em altos e furiosos clamores, ou a aventurarem-se aos excessos da funesta venalidade e corrupção.

Os credores do estado invocavam em vão a fé e o cumprimento das sagradas promessas, que se lhes tinham feito, e sobre as quaes sómente se podia manter o credito do thesouro, e a esperança de novos recursos, quasi sem necessarios.

Emfim, que, precisando ultimamente o erario de um emprestimo de quatro milhões de cruzados, e sendo conhecido que a propria estagnação do commercio convidava os capitalistas a entrarem á porfia n'esta negociação, que lhes offerecia de segura vantagem pelo valor das hypothecas assignadas ao pagamento do juro regular, e á amortisação gradual, não foi possível (com vergonha o dizemos), não só não se pôde preencher-o, nem ainda quando o governo, transgredindo os limites da espontaneidade, que ao principio annuira, quiz forçar a isso os capitalistas e proprietarios, impondo-lhes de uma derrama calculada sobre a avaliação da propriedade individual, e dos presuppostos fundos de cada casa contribuinte.

Em meio de tantas desgraças, que por espaço de annos nos opprimiram os portuguezes em progressivo crescimento, ainda de vez em quando se avivava em seus corações um lampejo de esperança de que el-rei viria ao meio d'ellas para aliviar as suas queixas, e dar o possível remedio a males tantos e oppressivos. Conheciam por experiencia a natureza do seu coração, herdada de seus augustos avós, e prepropensa a promover a felicidade dos povos de seus dominios, e confiavam que ella lhes prepararia as reformas e melhoramentos e beneficios de que tanto se necessitava em todos os ramos da publica administração; sua mui boa vontade parecia haver dado por algumas vezes logar a esta esperanza.

a porém foi-se desvanecendo pouco a pouco, e o ministro do Rio de Janeiro, que talvez desviava do animo de elle, pensamento de realisal-a, até soffria de mau grado, que o cidadão amigo da sua patria ousasse expor ao publico as opiniões sobre este importante objecto, e mostrasse diligencias de se restituir a Portugal a séde da monarchia. De maneira começaram os portuguezes a desconfiar do recurso e meio de salvação, que ainda parecia restar no meio da quasi total ruina da sua cara patria. A idéa de estado de colonia, a que Portugal em realidade se achava reduzido, affligia sobre maneira os cidadãos, que ainda conservavam e prezavam o sentimento da dignidade nacional. A patria era administrada desde o Brazil a povos fieis da Europa. Isto é, desde a distancia de 2:000 leguas, com excessivas despesas e delongas, e quando a paciencia dos vassallos já já fatigada e exhausta de fastidiosas e talvez iniquas medidas. Muitas vezes se desviavam dos olhos e attenção do rei, ao arbitrio dos ministros e validos, as representações que se dirigiam ao throno, e que não podiam ser acompanhadas das importunações e lagrimas dos necessitados. Todos emfim conheciam a impossibilidade de pôr em marcha regular os negocios publicos e regulares de uma monarchia, achando-se a tamanha distancia do centro de seus movimentos, e sendo estes muitas vezes impedidos, ou retardados pela malignidade dos homens, pela violencia das paixões, e até pela força dos elementos. Esta mesma distancia, difficultando as queixas dos opprimidos, ou dos individuos opprimidos, fazia mais ousada a audácia dos maus administradores da justiça, e dos infieis e venalitarios de qualquer porção da auctoridade publica. A venalidade tinha corrompido tudo. A ambição, a avaricia, o egoismo insensato haviam substituido o amor da ordem publica, o amor da patria, virtudes em outro tempo familiares ao povo portuguez, e origens verdadeiras dos seus feitos, que a Europa illustrada ainda hoje admira, e virará sempre na historia d'esta grande nação. Todos os vinculos sociaes se achavam relaxados, todos os inte-

russes em contradicção, todas as opiniões em discordância, todos os partidos em divergencia: todas as paixões em campo e em combate. Um unico sentimento commum a todos os portuguezes, o da sua profunda *gráça*. Em um só desejo se uniam todos os bons cidadãos, o de uma nova ordem de cousas, que salvasse do estado do lamentavel e miserando naufragio em que se perder-se.

Que deveria pois fazer o povo portuguez, uma nação teirra em tão apurada situação? Sofrer e esperar? Elle freu e esperou em vão por largos annos. Gemer, repetir, queixar-se? Elle gemeu, e os seus gemidos não foram escutados: que dizemos, não foram escutados? Foram gemidos, foram cruelmente suffocados. Elle representou: xou-se; mas as suas queixas e representações não chegaram aos degraus do throno. Dizia-se a el-rei que os seus vassallos viviam contentes e eram fieis. . . Sim elles eram, e são: nenhuma nação do mundo tem dado mais constantes provas de amor aos seus principes, de lealdade aos seus monarchas. Agora mesmo elles têm protestado, e protestam ainda contra a Europa e do mundo inteiro a mais firme adhesão ao rei e á sua augusta familia, a quem cordialmente amam e adoram; mas elles não viviam contentes, nem o contentamento pôde jamais alliar-se em uma nação com a pobreza e miseria, com a triste decadencia de todos os estabelecimentos uteis, com a perda da dignidade, e da consideração publica, com a ignorancia systematicamente introduzida ou sustentada, com a ruina enfim da honra, da gloria e da liberdade nacional. Elles não eram felizes, e quizam sê-lo. Póde disputar-se a alguma nação este direito, e meios de o exercitar e pôr em practica? Póde alguma nação grande ou pequeno, alguma associação de homens se recusar a prescindir d'este direito inalienavel, para sujeitar-se irrevogavelmente ao arbitrio de algum, ou de alguns homens, para obedecer cegamente a um poder illimitado, a uma vontade, que pôde ser injusta, caprichosa, decaída? Póde deixar-se levar ao abysmo da desgraça, sem

passo que o desvie do precipício, sem fazer um esforço  
eroso para salvar-se?

O povo português appella para o sentimento íntimo de  
os seus concidadãos, dos homens illustrados de todos  
izes, dos povos da Europa, e dos augustos monarchas  
regem.

são, como se diz, os falsos principios de um philoso-  
absurdo e desorganizador das sociedades; não é o  
de uma liberdade illimitada e inconciliavel com a ver-  
ra felicidade do homem, que o tem conduzido em seus  
olicos movimentos, é o sentimento profundo da des-  
a publica e o desejo de remedial-a, é a necessidade  
avel de ser feliz, e o poder que a natureza deposi-  
m suas mãos de empregar os recursos proprios para o  
eguir.

natureza fez o homem social para lhe facilitar os meios  
rover á sua felicidade, que é o fim commum de todos  
eres racionaes. As sociedades não podem existir sem  
rno; a natureza pois aconselha a existencia d'esse go-  
bo, e auctorisa o poder que elle deve exercitar; mas um  
er subordinado ao fim, um poder limitado pelo seu pro-  
destino, um poder que deixa de merecer este nome  
tomar o odioso nome de tyrannia, logo que, exorbi-  
do dos seus naturaes limites, impede, em lugar de pro-  
ter a felicidade dos povos, que lhe estão sujeitos.

de qualquer modo que este poder tenha sido exercitado  
uma nação, ou por um, ou por muitos, ou concentrado,  
repartido, ou limitado por leis expressas, ou confiado sem  
ms limites, nem a força das armas, nem os habitos inve-  
idos, nem o decurso dos tempos podem jamais despojar  
a nação da faculdade e invariavel direito, que sempre con-  
ta de rever suas leis fundamentaes, de rectificar seus pri-  
ros passos, de melhorar a fôrma do seu governo, de pre-  
ver-lhe justos limites, e de fazel-o util á collecção dos  
ciados. A propria nação inteira, se em massa podesse  
rcitar os poderes do governo, não os teria illimitados,  
que nenhuma sociedade poderia rasoavelmente querer,



aprovar, auctorisar a sua propria infelicidade e commum desgraça.

Eis-aqui pois os verdadeiros principios que dirigiram o portuguezes, que os constituiram na indispensavel necessidade de levantarem unanimes a voz, não para offenderem ou menos prezarem o seu principe, não para o despojarem ou á sua augusta casa dos direitos que por tantos titulos, e mui especialmente por sua bondade, clemencia e amor de seus povos, tem adquirido sobre os corações de todos elles; não emfim para collocarem sobre o throno a licença, a immoralidade, e a absurda e barbara anarchia; mas sim para darem a esse throno as bases solidas da justiça, e da lei; para o libertarem das insidias da lisonja, dos laços da ambição, das astucias da arbitrariedade; para o fazerem firme, sem poder ser injusto; para o pôrem em igual distancia dos excessos violentos do despotismo tyrannico, e da frouxidão não menos funesta do negligente e inerte do mazelo.

Foram estes os votos de todos os portuguezes, quando proclamaram a necessidade de uma constituição, de uma lei fundamental, que regulasse os limites do poder e da obediencia; que afiançasse para o futuro os direitos e a felicidade do povo, que restituísse á nação a sua honra, a sua independencia e a sua gloria, e que sobre estes fundamentos mantivesse firme e inviolavel o throno do senhor D. João VI, e da augusta casa e familia de Bragança, e a pureza e esplendor da religião santa, que em todas as epochas da monarchia tem sido um dos mais prezados timbres dos portuguezes, e tem dado o mais nobre lustre a seus heroicos feitos. Debalde se pretende calumniar este generoso esforço qualificando-o de innovação perigosa. Os homens doutos e imparciaes, versados na historia das nações, sabem que em todas as idades os povos opprimidos reconheceram o mesmo direito, e o empregaram ainda com maior amplitude. A mesma historia de Portugal subministra exemplos d'isso, e a actual casa reinante a um semelhante esforço deve a sua exaltação, e a sua mais distincta gloria. Se a moderna phi

sophia creou o systema scientifico do direito publico das nações e dos povos, nem por isso inventou, ou creou os direitos sagrados, que a propria mão da natureza gravou com caracteres indeleveis nos corações dos homens, e que, sendo mais, ou menos desenvolvidos, mas nunca de todo ignorados.

Os portuguezes deram o throno em 1139 ao seu primeiro monarca, e fizeram nas côrtes de Lamego as primeiras leis fundamentaes da monarchia. Os portuguezes deram o throno em 1385 a el-rei D. João I, e lhe impozeram algumas condições, que elle acceitou e guardou. Os portuguezes deram o throno em 1640 ao senhor D. João IV, que tambem respeitou e guardou religiosamente os fóros e liberdade da nação. Os portuguezes tiveram sempre côrtes de 1698, nas quaes se trataram os mais importantes negocios, relativos á politica, legislação e fazenda, e n'este periodo, que abrange a mais de cinco seculos, os portuguezes se elevaram ao cumulo da gloria e da grandeza, e se fizeram acretores do distincto logar, que, a despeito da inveja da paridade, hão de sempre occupar na historia dos povos europeus. O que hoje pois querem e desejam não é uma innovação, é a restituição das suas antigas e saudaveis instituições, corrigidas e applicadas segundo as luzes do seculo, e as circumstancias politicas do mundo civilisado; é a restituição dos inalienaveis direitos, que a natureza lhes concedeu, como concede a todos os povos; que os seus maiores constantemente exercitaram e zelaram, e de que sómente a um seculo foram privados, ou pelo errado systema do governo, ou pelas falsas doutrinas com que os vis adulares dos principes confundiram as verdadeiras e sãs noções do direito publico.

O nome de rebelião, a qualificação de illegitimidade tem sido igualmente empregados para com elles se manchar a honra dos portuguezes, para se fazerem odiosos os seus patrioticos movimentos, para se attribuir a crime a sua nobre insubmissão. Mas a rebelião é a resistencia ao poder legitimo, e não é legitimo o poder, que não é regulado pela lei, que se

não emprega conforme a lei, que não é dirigido ao bem dos governados e para felicidade d'elles. Não é illegitimo senão o que é injusto, e não é injusto senão o que se pratica sem direito, ou contra direito.

Com semelhantes denominações pretendeu Filippe IV infamar perante as côrtes da Europa o glorioso levantamento dos portuguezes em 1640. A justiça prevaleceu; o senhor D. João IV deixou de ser rebelde e usurpador; os portuguezes que o fizeram rei foram benemeritos da patria, e a augusta casa de Bragança começou a fazer as delicias da nação. Não pretendemos fazer o parallelo d'essa epocha com a actual em todas as suas circumstancias. Estamos mui longe de pretender comparar o character de el-rei D. Filippe IV com o do senhor D. João VI; os sentimentos do primeiro para com os portuguezes, com as virtudes que elles mesmos reconhecem no segundo, e com o amor e benevolencia de que elle são devedores. Mas nem por isso é menos certo, que a nação soffria ao presente a mesma pobreza, a mesma decadencia, os mesmos vicios e a mesma oppressão que n'aquella epocha. Os seus direitos são os mesmos. O desenvolvimento d'elles, que então se reputou legitimo, não pôde hoje ser criminoso.

Os que attribuem esse desenvolvimento, nas circumstancias actuaes de Portugal, a effeitos de uma facção, honram por certo em demasia este nome, porque nunca houve facção alguma, nem tão sagrada nos seus motivos, nem tão desinteressada nas suas intenções, nem tão moderada nos seus procedimentos, nem tão unanimemente desejada, nem tão provada, applaudida. Nunca houve facção alguma, que em curto espaço de trinta e sete dias mudasse a face de uma nação inteira, e de uma nação que se preza de religiosa e leal, sem derramar uma só gotta de sangue, sem dar lugar a um só insulto contra a auctoridade, a um só ataque contra a propriedade publica, ou individual, sem occasião para a mais ligeira desgraça, ou desordem, ou ainda qualquer desagradavel incidente. Nunca houve facção alguma, que com tão justa razão excitasse a admiração, e merecesse o ap-

plauso dos estrangeiros, que a viram começar, que observaram o seu progresso e o seu espirito, e que não podem deixar de render a devida homenagem ao character nobre, generoso e pacifico dos portuguezes, assim como muitas vezes lamentavam a sua triste decadencia e infeliz situação.

A vista de tudo o que fica substanciado, não podem os portuguezes duvidar de que os seus patrioticos movimentos hajam de merecer, não só a mais favoravel consideração, mas o justo louvor, tanto na opinião publica das nações illustradas, como na dos gabinetes dos soberanos, que regem os diferentes povos da Europa.

Seria por certo bem doloroso para a nação portugueza, de grandes e poderosos monarchas, com quem ella tem tido em todos os tempos relações amigaveis, fiel e religiosamente guardadas e respeitadas, abusassem agora do seu poder e superioridade para subjugal-a e impor-lhe leis, empregassem a sua influencia para reprimir o nobre e oudente esforço de um povo sobejamente humilhado e infeliz, o qual, achando-se impossibilitado, pela sua situação geographica, de estender o seu poder, de dilatar-se em conquistas, de perturbar os outros povos na livre e pacifica enção de seus direitos e de suas instituições, sómente pode intentar, e sómente intenta em realidade, melhorar a sua sorte, reformar a sua interna administração, recobrar os direitos sagrados, que a natureza lhe concedeu, de que se desposou, e de que nenhum poder a deve despojar, e finalmente restituir á corôa do seu augusto principe a independencia, o esplendor, e a gloria, que em mais felizes idades constituiram o seu melhor ornamento.

Nunca a nação portugueza se entremetteu nos negocios internos das outras nações da Europa. Ella reconhece e respeita os direitos, que competem aos povos independentes, e deve esperar que tambem sejam reconhecidos e respeitados os que ella mesma tem por igual rasão. Como poderia elle ver sem grande mágua, que, postergados a seu respeito estes direitos, se abusasse do poder e da força para a conservar na humilhação e no abatimento, para aggravar mais a

## DOCUMENTO N.º 71

(Citado na nota de pag. 145)

**Lista das reclamações apresentadas ao governo francez pelos commissarios liquidadores portuguezes, e por estes dirigida á missão franceza em 31 de julho de 1818, na conformidade da qual foi determinado na conferencia de 29 de mesmo mez e anno.**

	Dinheiro portuguez Réis	Dinheiro franc Fran
1.º Lista dos navios portuguezes confiscados nos portos da França em 1807, reclamando os certificados dos productos das vendas para se proseguir na sua reclamação .....	-	-
2.º Reclamação do emprestimo forçado pelo general Junot aos negociantes de Lisboa.....	800:000,000	5.000:
3.º Reclamação do dinheiro tirado por ordem do general Junot do deposito publico de Lisboa.....	320:000,000	2.000:
4.º Reclamação de José Francisco Castanheira por vinhos que forneceu a um regimento francez em Cascaes.....	218,010	1:
5.º Reclamação de 3:097 espingardas, propriedade portugueza, tomadas pelas auctoridades francezas em Brunswick e Hamburgo.....	16:787,577	104:
6.º Reclamação das cargas dos navios <i>Santo Antonio</i> e <i>Bona Fides</i> , pertencentes a negociantes portuguezes, e tomadas em Hamburgo pelas auctoridades francezas.....	272:707,5200	1.704:
7.º Reclamação de fundos pertencentes a portuguezes, que foram confiscados em Hamburgo por ordem do principe de Eckmuhl.....	18:814,5946	117:
8.º Reclamação do valor da prata tirada por ordem do general Junot ás igrejas de Portugal.....	1.434:424,5867	8.965:
9.º Reclamação da carga da nau da India <i>Conceição</i> , tomada em maio de 1808 pelo corsario <i>Le Revenant</i> , e conduzida á ilha de França, onde foi condemnada .....	206:874,5966	1.280:
10.º Reclamação de tres navios tomados em 1794, e outros em 1805 e 1808, antes da guerra, e em 1814 antes do armisticio .....	547:123,5626	3.419:
Alem de 15.524:928 francos e 5 soldos, moeda de França das colonias, e dos valores a que montaram os navios do artigo 1.º	3.614:951,5242	22.583:

DOCUMENTO N.º 72<sup>1</sup>

(Citado na nota de pag. 143)

O duque de Wellington tem como inadmissíveis as reclamações, que os commissarios liquidadores portuguezes lhe dirigiram

O preambulo da convenção, assignada pelos ministros al-liados com a França aos 25 de abril de 1818, annunciou positivamente ficarem extinctas todas as reclamações estrangeiras feitas contra a França, provenientes dos tratados e convenções de 1814 e 1815, pela referida convenção de 25 de abril, concertada pelos plenipotenciarios e o duque de Wellington, e de acordo com as partes interessadas. Este supposto accordo não foi livre, nem geral com os agentes diplomaticos, pois a maior parte só teve conhecimento dos artigos depois da assignatura, sem serem consultados para a sua redacção, em que poderiam inserir clausulas respectivas aos seus interesses. Houve sim uma commissão de cinco membros estrangeiros, que concorreu para a redacção dos artigos, mas ella nem communicou o seu trabalho á commissão central, nem a consultou jamais, guardando sobre isto o maior mysterio<sup>2</sup>.

As estipulações da convenção de 20 de novembro de 1815 tornaram-se illusorias de facto, em rasão da politica condescendente das côrtes alliadas, excitada pelo imperador da Russia, por ter confiado o arbitramento das reclamações estrangeiras não liquidadas ao duque de Wellington, com notorio prejuizo dos interessados, e menoscabo do governo francez, annullando-se assim de facto a citada convenção de 20 de

<sup>1</sup> Estes documentos, n.ºs 71 e 72, faltam nos *Documentos para a historia das côrtes geraes*, o que não admira, pois que o seu assumpto é estranho a citada obra; mas não o é ao *Supplemento aos tratados*, onde tambem faltam, não devendo faltar, pois encontrando-os eu no archivo da secretaria dos negocios estrangeiros, o chefe da repartição do archivo não os encontrou! Tal era a ordem em que tinha o archivo!

<sup>2</sup> Officio n.º 68, de 2 de maio de 1818, de Francisco José Maria de Brito para D. Miguel Pereira Forjaz.

A isto allegaram os nossos commissarios, que os citados dois milhões tinham sido um verdadeiro emprestimo, feito pelos negociantes portuguezes para supprir a contribuição de igual somma, imposta pelo general Junot em 3 de dezembro de 1807, e portanto pagos na caixa do recebedor geral do exercito francez, não como *contribuição*, mas como *empréstimo*, que de reforço a isto vinha tambem o artigo 1.º do decreto de 1 de fevereiro de 1808, declarando explicitamente que aquelle avanço seria reembolsado, passando por conseguinte innegavel, que entrava mesmo textualmente no § 6.º do artigo 2.º da convenção de 20 de novembro de 1815. O duque porém insistiu na sua opinião, de não tomar conta de tal reclamação, a qual, bem como todas as outras rejeitadas por elle, poderiam ser apresentadas aos commissarios francezes, posto achar-se persuadido que Portugal não receberia por ellas um unico soldo, e particularmente a do chamado emprestimo forçado. Quanto á quarta reclamação (navios portuguezes queimados pela esquadra franceza do almirante L'Allemande em Rochefort, no valor de 813:566 francos e 66 centimos), notou que os commissarios francezes faziam algum obstaculo em a admittir, mas que elle a considerava admissivel. Quanto á quinta (fundos tirados por Junot do deposito publico, no valor de 2.000:000 francos), julgava-a inadmissivel, dizendo que pelos recibos 320:000\$000, tirados do deposito, se deviam ter recebido apolices grandes. A isto replicaram os commissarios portuguezes, dizendo que taes apolices nunca haviam entrado no deposito; e todavia lord Wellington tambem não quiz admittir esta reclamação, rematando, como nos precedentes casos, que não havia estipulação, que auctorisasse tal pretensão, não obstante a allegação do artigo 11.º da convenção de 1814 e artigo 25.º do tratado de 1814.

Quanto á sexta reclamação (fundos portuguezes que estavam depositados em Hamburgo, no valor de 117:593 francos e 29 centimos), tambem não foi acceita por lord Wellington, allegando que esta apprehensão, sendo feita pelos francezes durante a guerra de 1811, estava legitimamente feita, e



tendendo a allegação dos commissarios portuguezes, quanto a procedencia dos casos identicos, tal como o de 83:930 francos e 30 centimos, reclamados pela cidade de Hamburgo em nome de mrs. Stock Feik & C.<sup>a</sup> da dita cidade, e registada nos commissarios francezes debaixo do n.º 8, tendo sido admitida em sessão de 18 de fevereiro de 1817, e como tal comprehendida no livro da liquidação n.º 65, artigo 4.º Vista pois da rejeição de lord Wellington, pôde dizer-se que elle tinha duas medidas para a avaliação das reclamações, admittindo a de Hamburgo, e rejeitando a de Portugal, e tanto concorreu para a sua gloria e engrandecimento pessoal. A setima arma das armas apprehendidas pelos francezes em Hamburgo e Brunswick, no valor de 104:922 francos e 42 centimos, igualmente foi rejeitada como contraria ao artigo 18.º do tratado de 30 de maio de 1814. Estas armas subiam ao numero de 3:745, das quaes 648 tinham sido apprehendidas em Brunswick em janeiro de 1807 por ordem do ministro da guerra francez, antes da declaração de guerra a Portugal, intimaada a dita ordem por intermedio do comandante da praça; tinham as 3:097 restantes sido depositadas no arsenal de Hamburgo, por ordem do principe Eckmuhl. A restituição do valor das 648 armas, parecia não dever admitir objecção, por terem sido apprehendidas antes de hostilidade alguma por parte da França contra Portugal; quanto as 3:097, essas não foram depositadas, mas confiscadas no arsenal, devendo ser restituídas na falta de valor. O proprio duque de Feltro, durante o seu ministerio havia commettido a sua restituição ao ministro portuguez em Madrid. A oitava finalmente (cargas dos navios *Santo Antonio* e *Bona fides*, no valor de 1.704:420 francos), foi tambem rejeitada inadmissivel, allegando ter sido feita em tempo de guerra, sendo portanto boas presas.

A somma de todas estas oito reclamações importavam em 747:036 francos e 74 centimos, e foi esta a que os commissarios liquidadores portuguezes pretendiam que o duque de Wellington acceitasse, para ser apresentada á commissão dos ministros das cinco grandes potencias, e depois



aos commissarios francezes, para ser a final paga pela praça. O duque admittiu portanto a primeira, porque, sendo um contrato de compra, trazia por sua propria reza a obrigação legal do seu pagamento, entrando por conseguinte textualmente na convenção. Parecia que estas duas rasões se deviam admittir quanto á segunda, fornecido ao regimento n.º 70 de linha, quando fez a aquisição de Cascaes; mas como os vales, segundo o duque não comportavam promessa de venda, foi rejeitada. Quanto ao empréstimo dos dois milhões de cruzados, era uma rasão que o general Junot o estabelecera por decreto de 3 de dezembro de 1807, ordenando alem d'isso pelo de 29 de mez de dezembro, que os referidos dois milhões, que deviam entrar na caixa do pagador geral, o fossem antes do recebedor geral Berthelot, como succedeu, seguiu áquelles dois decretos o do 1.º de fevereiro de 1808, continha a promessa de pagar aos cotisados (que eram negociantes da praça de Lisboa), os citados dois milhões de cruzados.

O general Junot, no seu decreto de 3 de dezembro de 1807 lançou a Portugal uma contribuição de dois milhões de cruzados, para ser repartida na proporção da fortuna de cada individuo; mas desejando accelerar a entrada d'esta somma em lugar de exigir esta contribuição, pediu á força um empréstimo d'esta somma aos mais ricos negociantes da praça de Lisboa, ordenando que cada um d'elles entrasse com sua respectiva quota dentro em poucos dias no cofre do pagador geral do exercito francez. Isto explica a rasão por que no seu decreto do 1.º de fevereiro de 1808 elle deu ao empréstimo o nome de contribuição, posto que estes dois milhões de cruzados nunca tivessem sido exigidos como contribuição, mas unicamente como empréstimo; e tanto mais que no seu dito decreto do 1.º de fevereiro de 1808 ordenou elle que esta somma fosse reembolsada. Por conseguinte o empréstimo, e a promessa do seu pagamento, eram claros e terminantes, estando portanto este objecto textualmente comprehendido na convenção. A queima dos navios portuguezes

de 1814. Ora, tendo os navios, cujo valor se reclamava, sido queimados para segurança da esquadra do contra-almirante L'Allemand, a fim de que não dessem novas d'ella, e indicassem a sua derrota, era manifesto o direito á indemnisação respectiva.

Tanto ao dinheiro tirado do deposito publico, pertencente a particulares, parecia não poder haver duvida em o restituir. Em apoio d'esta reclamação vinha o proprio decreto do general Junot de 7 de agosto de 1808, que ordenava que este dinheiro fosse entregue dentro de vinte e quatro horas pelos administradores do deposito publico no furo, como surcedeu, e constava por um recibo do regente geral, mr. Berthelot. O artigo 41.º da convenção de 20 de novembro de 1813, e o artigo 23.º do tratado de 20 de maio de 1814, admittiam esta reclamação da mais exacta maneira; mas o duque de Wellington, não obstante os mais vantajosos serviços que Portugal e o seu exercito lhe tinham feito, tanto a elle, como ao seu paiz, julgou deixar Portugal sem Olivença, e negando-nos a admissão de algumas reclamações do mais manifesto e inquestionavel direito, apenas admittindo a primeira e a terceira, ficando as mais para serem reclamadas directamente ao governo francez, como o marquez de Marialva effectivamente fez.

O preambulo da convenção de 23 de abril de 1818 diz assim: As cortes da Austria, Gran-Bretanha, Prussia e Russia, ratificando o tratado de 20 de novembro de 1813, tendo decidido que a liquidação das reclamações particulares a

execução dos artigos 19.º e seguintes do tratado de maio de 1814, tendo-se constituído, pela incerteza da duração e do seu resultado, uma causa de inquietação crescente para a nação franceza, partilhando o seguinte com sua magestade christianissima o desejo de fim a esta incerteza por uma transacção, destinada a satisfazer todas estas reclamações, mediante uma somma assignada; as ditas potencias, e sua magestade christiana, têm determinado, por meio dos seus respectivos plenipotenciarios, nos seguintes artigos, e attendendo a que o curso do marechal duque de Wellington contribuiu muito para o bom successo d'esta negociação, os plenipotenciarios, depois de terem concertado com o marechal de acordo com as partes interessadas, as bases do tratado, têm concluido, em virtude dos poderes nos já citados artigos, etc., etc. = (Señor *Baron de Vincent* (pela Allemanha) = *Richelieu* (pela França) = *Charles Stuart* (pela Inglaterra) = *Conde de Gortchakoff* (pela Prussia) = *Pozzo de Borgo* (pela Russia).

## DOCUMENTO N.º 73

(Citado a pag. 234)

**Memoria e projecto de um tratado apresentado pelo conde de  
à sanctão dos plenipotenciarios  
da commissão das cinco grandes potencias**

Paris, 26 de agosto de 1819. — A negociação entre Portugal e de Hespanha, a que deu logar a o temporaria da margem esquerda do Rio da Prata, modo complicada e cheia de incidentes, que, no momento que ella parece chegada ao seu ultimo periodo, não se inutil procurar traçar summariamente as suas principaes circumstancias, a fim de apresental-a toda debaixo do ponto de vista á consideração da conferencia das cinco

mediadoras. Esta negociação foi aberta pela nota <sup>1</sup>, que os plenipotenciarios da conferencia de Paris dirigiram ao ministro dos negocios estrangeiros de sua magestade fidelissima, na qual s. ex.<sup>ta</sup>, fundando-se no desejo dos seus augustos soberanos de *conservar a paz do mundo*, comprada á custa de tantos sacrificios, pediam ao gabinete do Rio de Janeiro que desse explicações ao de Madrid sobre os motivos, que tinham occasionado a occupação da margem esquerda do Rio da Prata pelas tropas portuguezas, e annunciavam que sua magestade catholica recorrêra á mediação das cinco côrtes alliadas para o arranjo das differenças suscitadas entre suas magestades fidelissima e catholica. Immediatamente depois da recepção d'esta nota, sua magestade fidelissima auctorizou o conde de Palmella, na qualidade de seu plenipotenciario, para aceitar a mediação pedida pela Hespanha, e offerencia pelas cinco côrtes alliadas; e reconhecendo formalmente a soberania de sua magestade catholica sobre a provincia temporariamente occupada pelas suas tropas, ordenou ao seu plenipotenciario, que desse as mais minuciosas explicações sobre os motivos urgentes que tinham obrigado a mandar uma expedição portugueza a Montevideu, com o fim de garantir as fronteiras do contacto revolucionario, e de repellir as aggressões a que as provincias limitrophes do Brazil estavam expostas ha muitos annos, sem que sua magestade catholica podesse defendel-as.

A negociação, achando-se assim entabulada em Paris, e os obstaculos que o gabinete de Madrid oppunha á sua marcha, exigindo do plenipotenciario portuguez uma declaração preliminar, considerada impossivel pelas mesmas côrtes mediadoras, tendo sido finalmente removidos, tratou-se de common accordo de achar os meios de repor sua magestade catholica na posse da margem esquerda do Rio da Prata, sem por isso comprometter a segurança e a neutralidade do reino do Brazil. Este duplicado fim que se desejava obter, offerecia

<sup>1</sup> Nota dos plenipotenciarios das côrtes mediadoras, de 16 de março de 1817, ao marquez de Aguiar

tado, foi julgada inadmissivel pelas potencias medi  
o plenipotenciario portuguez propoz desde logo, pa  
formar com os desejos d'ellas, novas bases, que  
de um modo mais prompto, posto que com menos  
rias garantias, preencher aquelle duplicado fim qu  
em vista.

Foi sobre estas novas bases, aceitas pela confere  
a negociação assentou desde então. Ellas reduzir  
sencialmente: 1.º, a repor sua magestade catholica  
do territorio, temporariamente occupado pelas tr  
tuguezas; 2.º, a tomar todas as medidas para que  
tuição se effectue, sem comprometter a dignidade d  
das duas potencias, e para garantir quanto seja  
segurança do Brazil; 3.º, a fornecer a sua mages  
lissima uma indemnisação equivalente ás despesas  
com a expedição de Montevideu; 4.º, a terminar, s  
sivel, simultaneamente, e debaixo de mediação  
das cinco potencias, todas as questões que havia, al  
de Montevideu, entre as duas corôas de Portugal  
panha. Seria superfluo entrar no detalhe de todas  
e contra-notas, dos projectos e contra-projectos, q  
apresentados de uma e outra parte, para fixar os ar  
resultam dos quatro principios enunciados. Os plen  
rios portuguezes desejavam acabar com a questão  
tevideu, a do arranjo dos limites das possessões  
corôas na America e esta pretensão da sua parte

negociação secundaria teria delongas, que era conveniente evitar, e consentiram em que o arranjo dos limites fosse objecto de uma negociação subsequente, que se encetaria sob os auspícios da mediação, immediatamente depois da assignatura do primeiro tratado.

Quando-se assim removeo este obstaculo, os plenipotenciarios das côrtes mediadoras, depois de uma deliberação mais madura e imparcial, redigiram enfim, no mez de agosto de 1818, os projectos de um tratado, de uma convenção, e de muitas notas officiaes, que propozeram á aceitação das duas côrtes, a fim de terminar as questões existentes entre estas; e os plenipotenciarios de sua magestade fidelissima se apressaram em adherir por uma nota official ao dito projecto de arranjo. Desde o momento em que os plenipotenciarios portuguezes annunciaram a sua aceitação do projecto proposto por s. ex.<sup>ta</sup>, os plenipotenciarios das côrtes mediadoras, elles deviam julgar acabada a negociação, por isso que o projecto não era de facto senão o resultado das concessões formalmente accordadas de uma e de outra parte no decurso da negociação. As unicas difficuldades que o gabinete de Madrid ainda teria direito de oppor, não podiam versar senão sobre a fôrma, ou redacção d'estes differentes actos, mas nunca devia esperar-se que elle se retractasse sobre o essencial dos artigos principaes, já formalmente ajustados.

Contudo, o plenipotenciario de sua magestade catholica não deu nenhuma resposta desde agosto até dezembro de 1818 ao projecto emanado da conferencia de Paris; mas de certo n'este intervallo foram dirigidas representações ás potencias mediadoras, pois que os plenipotenciarios d'estas mesmas potencias, reunidos em Aix-la-Chapelle, declararam no protocollo da sua conferencia de 22 de novembro: 1.<sup>o</sup>, que os seus cuidados haviam tido primeiro um bom resultado na aceitação que do seu projecto de arranjo fizera uma das partes; 2.<sup>o</sup>, que devendo esperar a determinação da outra parte, antes de procederem ulteriormente no negocio, elles não considerariam por isso a mediação como

terminada, se a côrte de Hespanha recusasse o todo d' projecto, que elles redigiram para interesse das duas partes. Este protocollo, em que se distingue claramente o espirito de moderação, que preside aos conselhos das potencias mediadoras, estava portanto bem longe de destruir e annular como pretendeu depois o gabinete de Madrid, o projecto da conferencia de Paris, pois que ao contrario as côrtes mediadoras se applaudiam do resultado, que o mesmo projecto já tinha obtido pela aceitação de uma das partes interessadas; e será permittido observar alem d'isto, que sem a mediação dos plenipotenciarios, reunidos em Aix-la-Chapelle, o mesmo teriam admittido a hypothese da não aceitação do projecto da parte da Hespanha, se elles tivessem produzido n'aquella epocha as notas officiaes do plenipotenciario de sua magestade catholica, em que todós os principios envolvidos no todo do projecto haviam sido positivamente aceitos.

Como quer que fosse, os plenipotenciarios portuguezes testemunharam de novo a sua consideração pela opinião das côrtes mediadoras, prestando-se a proseguir a negociação, que elles tinham direito a dar por acabada. Quando o duque de Fernan Nunez apresentou finalmente um contra-projecto, proposto pela sua côrte, os plenipotenciarios portuguezes lhe responderam, fazendo observar, que muitos objectos mais importantes, sobre que versava a negociação, não se achavam comprehendidos n'este contra-projecto, que assim mesmo elles aceitariam de boa vontade a proposição agora feita, de trocar a indemnisação pecuniaria por uma cessão de territorio equivalente á somma fixada. Sentando-se novas difficuldades ácerca da occupação de uma zona temporaria, tal como fôra proposta pela conferencia mediadores, os plenipotenciarios portuguezes, desejando sobretudo simplificar a negociação, e dar provas irrecusaveis dos sentimentos de conciliação da sua côrte, consentiram pontaneamente em fazer o sacrificio d'esta estipulação. O gabinete de Madrid, offerecendo por este modo substituir por uma cessão de territorio o pagamento da indemnisação,

ia, recusou-se sempre a determinar (o que os plenipotenciarios portuguezes evidentemente estavam determinando), ao menos os pontos cardeaes da nova linha de, que seria traçada.

raciocínios com que o plenipotenciario hespanhol suscitava esta questão, não serviam senão para prolongar a discussão n'um circulo vicioso, e o resultado da estipulação elle queria fazer admittir, teria sido o privar sua magestade fidelissima do pagamento da somma ajustada, mediante a promessa vaga de uma cessão de territorio, que finalmente se negava o plenipotenciario a especificar.

Para terminar por fim esta discussão, os plenipotenciarios portuguezes não viram outro meio senão o de voltar ao principio d'onde haviam partido, e offereceram pura e simplesmente a alternativa, ou de receber de uma vez a somma de 1.000.000 francos ao tempo da entrega de Montevideu, ou de receber em troca uma cessão territorial, de que fossem ao menos os pontos cardeaes. Depois de uma nova sessão de tres mezes, a corte de Hespanha decidiu responder que ella aceitava a primeira proposição d'esta alternativa, *mas modificando-a* pelo pagamento de duas prestações annuaes ajustadas. Era sobretudo para evitar esta divisão do pagamento em duas prestações, que os plenipotenciarios da magestade fidelissima tinham decidido renunciar á concessão de uma linha temporaria, depois da entrega de Montevideu, e elles podiam depois d'isto julgar-se auctorizados para rejeitar esta modificação.

Assim, constantes no systema de prestar-se, quanto a responsabilidade lhes permittia, a tudo o que pudesse levar a conclusão de um arranjo, tanto tempo desejado, e ainda se resolveram a dar esta prova de condescendência, e declararam que aceitariam o pagamento em duas prestações, com tanto que a totalidade lhes fosse, como era a somma, garantida de qualquer maneira plenamente satisfactoria. É depois d'esta ultima resposta que a conferencia mediadores julgou dever induzir os plenipotenciarios da magestade fidelissima a se avistarem com o duque



3 Fernan Nunez, para se trabalhar na confecção do tratado, do qual todas as bases pareciam com razão accôrdo de ambas as partes; e de certo bem longe estava a intenção de pensar que o plenipotenciario de sua magestade catholica se não julgava auctorizado para mais do que signar pura e simplesmente a entrega de Montevideo, comprehendendo nenhum dos outros pontos ajustados. porém o resultado que houve da primeira conferencia, o duque de Fernan Nunez annuiu a ter com os plenipotenciarios de sua magestade fidelissima desde o começo da negociação! O facto é, por consequencia, que da primeira vez as duas partes estavam realmente de accordo, e quando a segunda se retractou uma das mesmas partes sobre pontos anteriormente convencionados.

Para provar esta asserção de um modo incontestavel, minará a exposição, que se acaba de fazer de todo o andamento da negociação por uma analyse succinta do projecto dos mediadores, a respeito dos quaes os plenipotenciarios portuguezes tinham o direito de crer que se faria um *mutuo accordo*.

---

**Projecto do tratado, proposto pela conferencia  
dos mediadores**

**Artigo 1.º** Declaração da intima harmonia que se estabeleceu entre as duas côrtes. — *Admittido no contra-projecto de Hespanha de 3 de dezembro de 1818 (artigo 1.º)*

**Art. 2.º** Obrigação de entregar a praça de Montevideo e o territorio hespanhol na margem esquerda do Rio da Platta a sua magestade catholica, pela maneira que será estabelecida nos artigos seguintes — *Admittido (artigo 2.º)*

**Art. 3.º** Obrigação da parte de sua magestade catholica de conceder aos habitantes do sobredito territorio a mais ampla amnistia, e esquecimento do passado, etc. — *Admittido (artigo 3.º)*

**Art. 4.º** As duas partes contratantes concordam que a entrega do territorio em questão terá lugar com i

de commissarios nomeados para esse fim pelas potências mediadoras.— *Esta obrigação é estipulada igualmente no artigo 4.º do projecto mencionado, com algumas alterações de redacção, e com a clausula (inadmissivel) de que a presença dos commissarios não estorvará de cumprir todas as obrigações estipuladas no tratado.*

Art. 5.º Refere-se quanto á epocha e aos detalhes da evacuação da margem esquerda do Rio da Prata, e a uma convenção addicional ao presente tratado. — *Não se faz menção de convenção addicional no contra-projecto da Hespanha, visto que os principaes artigos d'esta convenção estão reprodidos no dito contra-projecto de tratado. É uma pura alteração de fórma na redacção d'estes actos, á qual os plenipotenciarios portuguezes não darão nenhuma importância.*

Art. 6.º Estipula-se que o numero de tropas hespanholas enviadas para tomarem posse do territorio occupado, será igual pelo menos ao das tropas portuguezas, que ali se acham, e para especificar este numero refere-se á convenção. — *O contra-projecto da corte de Hespanha declara no artigo 5.º) que o numero das tropas hespanholas, enviadas ao Rio da Prata, não será menos de doze mil homens.*

N. B. No projecto da convenção dos mediadores o numero das tropas não é elevado a mais de oito mil homens: esta estipulação dos mediadores é mais em favor de sua magestade catholica do que a do seu contra-projecto.

Art. 7.º Sua magestade catholica obriga-se a pagar na mesma occasião da entrega de Montevideu a somma de sete milhões e meio de francos, a titulo de indemnisação das despesas occasionadas pelo arranjo da expedição portugueza. — *Esta obrigação contém-se no artigo 8.º do contra-projecto, sem especificar contudo a epocha do pagamento, porque no artigo seguinte sua magestade catholica propõe trocá-la por uma cessão territorial, que será determinada debaixo da intervenção dos mediadores.*

Art. 8.º As duas altas partes contratantes declaram que ellas procederão immediatamente, e debaixo da mediação

das altas potencias mediadoras, á confecção de um projecto de tratado separado, que terá por objecto a fixação das bases de um arranjo definitivo de todas as questões territoriaes existentes entre as duas corôas, e especialmente a rectificação dos limites das suas possessões da America, mandando por bases os seus interesses e conveniencias mutuas assim como a liquidação das suas mutuas reclamações pecuniarias. — *Tudo o que se refere n'este artigo á rectificação dos limites está explicitamente concordado nos artigos 10.º do contra-projecto da corte de Madrid. A liquidação das reclamações pecuniarias mutuas não está ali inserida, mas alem de ser este ponto de uma justiça evidente, elle é mais concedido pelo plenipotenciario de sua magestade catholica em a nota de 9 de julho de 1818.*

Art. 9.º O presente tratado ficará secreto até á epocha da chegada da expedição hespanhola a Montevideo. — *mittido no artigo 15.º do contra-projecto.*

#### Projecto de convenção, proposto pela conferencia

Artigo 1.º O numero das tropas hespanholas enviadas a Montevideo não será menor de oito mil homens. — *Já observou que o artigo 5.º do contra-projecto de Hespanha eleva o numero d'estas tropas a doze mil homens.*

Art. 2.º Este artigo especifica qual será a intervenção dos commissarios mediadores para a execução das obrigações contrahidas no tratado, e declara que elles obrarão segund as instrucções que lhes forem dirigidas pela mediação. *Todas as estipulações d'este artigo estão comprehendidas no artigo 4.º do contra-projecto.*

Art. 3.º Estipula-se que na occasião da entrega de Montevideo os effeitos reconhecidos bons e de valor pelos commissarios mediadores, serão entregues ao commandante das tropas portuguezas pelo chefe da expedição hespanhola ao equivalente da totalidade da somma de sete e meio milhões de francos. — *Este artigo não se comprehende no a*

tra-projecto, porque a côrte de Madrid propoz, como já se disse, trocar o pagamento da somma estipulada por uma cessão de territorio. Ultimamente converteu ella em effctuar metade do pagamento a dinheiro no momento da entrega de Montevideu, e a outra metade no momento da entrada das tropas portuguezas na linha que occupavam em 1815. Esta divisão do pagamento em duas prestações é accenta pelos plenipotenciarios de sua magestade fidelissima, comtanto que elles recebam uma sufficiente garantia da sua completa execução. Parece por isso que tambem n'este artigo se está quasi de accordo, como em todos os outros.

Art. 4.º Os navios de transporte, que tiverem conduzido as tropas hespanholas, serão postos todos, ou parte, á disposição do commandante das tropas portuguezas, segundo elle os julgar necessarios. — Esta estipulação é admittida no artigo 12.º do contra-projecto, com a clausula de fazer pagar a sua magestade fidelissima o frete dos navios que forem empregados para as suas tropas. Esta clausula é inteiramente secundaria, e sera sem durida regulada amigavelmente pelo uso seguido em semelhantes occasiões.

Art. 5.º A entrega de Montevideu ás tropas hespanholas será efftuada no espaço de tres dias, depois da sua chegada a este porto. — Esta estipulação comprehende-se no artigo 4.º do contra-projecto, assim como as que se referem á entrega dos outros pontos do territorio hespanhol. occupado pelas tropas portuguezas; e os plenipotenciarios de sua magestade fidelissima se prestarão voluntariamente a inserir todas estas estipulações no tratado que se fizer, pois que elles não renunciado á occupação de uma linha temporaria, para não trazerem obstaculos ao objecto de que se trata. Este arranjo deveria ser regulado de commun accordo entre os commandantes das tropas portuguezas e hespanholas.

Art. 6.º Estipula-se a occupação de uma linha militar de observação, cuja esquerda será apoiada no posto de Maldonado, etc, etc. — Os plenipotenciarios de sua magestade fidelissima declararam que desistiam d'esta estipulação, posto que estivesse em parte admittida pelo artigo 11.º do con-

obrigando-se, em nome da sua côrte, a que os postos da margem esquerda do Rio da Prata, que forem entregues ás tropas portuguezas ás tropas hespanholas, fiquem abertos ao commercio estrangeiro, segundo os regulamentos de raes, etc, etc.

*Observação.* Esta concessão foi promettida pela côrte de Madrid, e existe um projecto de nota a este respeito, de 27 de agosto de 1818, e entregue á conferencia pelo plenipotenciario hespanhol. A dita nota começa por menção da mediação pedida por sua magestade catholica para a pacificação das provincias da America; mas não fazer dependente de modo nenhum a execução da proposta em favor da margem esquerda do Prata do resultado de outra negociação.

Espera-se haver evidentemente provado, pelas observações que se acabam de fazer sobre cada artigo do projecto dos mediadores, que de facto as duas partes já estavam de accordo, ácerca de todos os pontos essenciaes, e que deveria existir discussão entre ellas senão em alguns pontos inteiramente secundarios, que de certo não deveriam obstar, nem de uma, nem de outra parte, á conclusão de um arranjo tão importante. Será inutil recordar ainda ao gabinete de Madrid se acha em erro manifesto, quando se suppõe que os plenipotenciarios portuguezes, pela proposta da alternativa sobre o modo de effectuar a mediação ajustada, entendiam desistir de todos os outros pontos, comprehendidos no projecto dos mediadores: é certo que pelo contrario os ditos plenipotenciarios declararam positivamente na sua nota do 1.º de maio, que não tornavam a tratar de todos estes pontos accessórios porque os consideravam já ajustados, e por consequencia limitavam á discussão do ponto principal, sobre que se não estava de accordo.

Finalmente, a leitura d'esta memoria provará que os plenipotenciarios de sua magestade fidelissima procuraram desempenhar o seu dever, seguindo em todo o decurso d'esta negociação um andamento coherente: que não r

eram nunca pretensões de que uma vez tivessem desistido; que manifestamente o desejo de conciliação, de que sua magestade fidelissima está animado, e as atenções que devem á mediação, conformando-se constantemente, e em quasi todos os pontos da discussão com a opinião da conferencia; emfim que não houve nunca da parte d'elles nem vacillações, nem retractações em toda esta transacção. Ousam elles esperar que as côrtes mediadoras, que já tinham reconhecido que sua magestade fidelissima, pela aceitação do projecto, emanado da conferencia, havia satisfeito a tudo quanto podia justamente pedir-se-lhe, enunciarão agora mais positivamente esta opinião, quando tomarem em consideração as novas provas de condescendencia, que os plenipotenciarios portuguezes ainda deram ha um anno, desistindo dos dois pontos importantes, que lhes haviam sido concedidos no dito projecto.

Nota dos plenipotenciarios portuguezes  
aos plenipotenciarios das potencias mediadoras

Paris, 26 de agosto de 1819. Os abaixo assignados, plenipotenciarios de sua magestade fidelissima, têm a honra de transmittir, junto aos plenipotenciarios das côrtes mediadoras, um memorial em que, segundo o desejo expressado por s. ex.<sup>ta</sup>, elles indicam todos os pontos essenciaes do arranjo final, que estavam auctorizados a concluir com o plenipotenciario de sua magestade catholica. Os abaixo assignados hisonjeiam-se de que a conferencia tambem verá no memorial uma fiel exposição do que se passou no decurso da presente negociação, fundada sobre documentos os mais officiaes. Resulta d'esta exposição: 1.<sup>o</sup>, que sua magestade catholica já não tinha liberdade de recusar o seu assentimento ao projecto do arranjo definitivo, que foi proposto pela conferencia no mez de agosto do anno passado, por isso que este projecto era inteiramente fundado sobre as concessões feitas officialmente de uma e da outra parte, durante

a negociação; 2.º, que os plenipotenciarios de sua Magestade fidelissima deram a mais evidente prova dos seus sentimentos de conciliação, de que está animada a sua cõrte, podendo-se a discutir novamente questões, que elles deviam como já terminadas, desistindo ainda depois d'isto das ultimas estipulações, que tinham sido admittidas no processo de mediação, e que elles com rasão consideravam por tão importantes; 3.º, que logo que os plenipotenciarios de ambas as partes julgaram, que estas ultimas concessões tinham sido feitas, toda a especie de motivo, e até de pretexto de desconfiança, que só tinham de avistar-se com o duque de Fernand, para se concordar nos detalhes da confecção do tratado, succedeu que pela segunda vez a justa esperança de uma paz fôra illudida pela recusa do plenipotenciario de sua Magestade catholica, de nada estipular sobre diversos artigos, os abaixo assignados desde muito tempo haviam permittidos.

Não pretendem os abaixo assignados actualmente ficar, nem julgar os factos, que ficam provados de modo que não podem contradizer-se; limitar-se-hão a invocar as potencias mediadoras para testemunhas do seu procedimento n'esta negociação, e a repellir para longe d'ellas a responsabilidade das desgraças que poderão seguir-se. Desejando sobretudo que as intenções do seu augusto soberano fiquem constatadas de um modo claro e irrefragavel, os abaixo assignados declaram *que elles estão prontos a assignar o tratado, a convenção e as notas, que confirmam o todo do projecto proposto pelas cõrtes mediantes, e aceito por elles desde o mez de agosto de 1818 com as modificações em que depois consentiram, a saber: a continuação da occupação de uma linha temporaria, e o pagamento de sete milhões e meio de francos em duas prestações, a saber: a primeira de quatro milhões e meio de francos, e a segunda de dois milhões e meio de francos, a ser paga em duas prestações, a saber: a primeira de mil e oitocentos mil francos, e a segunda de mil e oitocentos mil francos, a ser paga em duas prestações, a saber: a primeira de mil e oitocentos mil francos, e a segunda de mil e oitocentos mil francos.* Mas as suas instrucções, não lhes permittindo desistir de nenhum dos artigos essenciaes dos que se comprehendem na intenção d'aquelle projecto emanado de conferencia, cumpre

declarar, que se não apartarão da invariavel resolução que annunciaram, e que esperam obterá a approvação das altias potencias mediadoras. Elles declararam alem d'isto que no caso de julgar a côrte de Hespanha dever deferir ainda o adoptar uma definitiva resolução, serão os abaixo assignados obrigados a reclamar desde esta epocha a indemnisação das despesas extraordinarias, que resultarem da prolongação da demora das tropas portuguezas na margem esquerda do Rio da Prata, segundo o principio que foi reconhecido, e admittido sem contestação pelo plenipotenciario de sua magestade catholica no artigo 9.<sup>o</sup> do projecto de convenção da conferencia dos mediadores.

Os abaixo assignados aproveitam esta occasião, etc.==  
*Conde de Palmella* = *Marquez de Marialva*. — A s. ex.<sup>as</sup> os plenipotenciarios das potencias mediadoras <sup>4</sup>.

Uma das cousas que realmente nos espanta, é ver que a nota acima transcripta esta impressa a pag. 318 do vol. xi do *Supplemento aos trabalhos do visconde de Borges de Castro*, e inteiramente desacompanhada da *Memoria e documentos* que se lhe seguem, e superiormente se acham ligadas. Este facto é mais uma outra prova da desordem em que o archivo da secretaria d'estado dos negocios estrangeiros estava debaixo da direcção superior do editor do citado *Supplemento*, pois não acreditamos que elle desprezasse um dos melhores trabalhos diplomaticos do então conde de Palmella, tido como foi em sua vida por um dos mais notaveis diplomaticos portuguezes.

É certo é que em resultado d'esta notavel negociação, o mesmo Palmella, e o marquez de Marialva, conseguiram obter um tratado, que teve por resultado o beneficio dos plenipotenciarios das potencias mediadoras. Por effeito d'elle a Hespanha obrigou-se a mandar uma expedição ao Rio da Prata, a qual se organisou em Cadiz nos fins do anno de 1819. Todavia, antes de seguir para o seu destino, sublevou-se em favor das idéas liberais em janeiro de 1820, sublevação que vingou em toda a Hespanha, sendo tambem promotora em Portugal da revolução liberal do Porto de 11 de agosto d'aquelle mesmo anno. Por conseguinte, este nosso documento n.<sup>o</sup> 73, com razão se deve ter como ligado a historia das nossas côrtes, posto que remotamente o seja.



## DOCUMENTO N.º 74

(Citado a pag. 487)

**Termo de juramento prestado em Lisboa  
à nova ordem de cousas políticas pelos titulares  
que então se achavam na capital**

Aos 11 de outubro de 1820, n'este palacio do governo perante a junta provisional do governo supremo do reino compareceram as pessoas abaixo assignadas, para quem ou como procuradores bastantes de outras, por virtude das procurações que mostraram, darem o juramento, que fôra determinado por aviso de 6 do corrente, e logo depois uma d'ellas, pondo a mão direita no livro dos Santos Evangelhos, jurou na fôrma que primeiramente por mim fiz em voz alta, na presença de todos, dizendo: «Juro aos Santos Evangelhos obediencia á junta provisional do governo supremo do reino, que se acha instaurado, e que em nome de el-rei nosso senhor, o senhor rei D. João VI, ha de durar até á instituição das côrtes, que devem convocar e organizar a constituição portugueza; juro obediencia ao senhor rei D. João VI, a essas côrtes, e á constituição que fizerem, mantida a religião catholica romana, e a dynastia da serenissima casa de Bragança». = *Duque de Cadaval* = *Duque de Lafões* = *Marquez de Alentejo* = *Marquez de Abrantes* = *Marquez de Sabugosa* = *Marquez de Abrantes* (D. João). Como procurador do marquez de Castello Melhor, *Marquez de Abrantes* (D. José). = *Marquez de Lourical* = *Marquez de Fronteira* = *D. Nuno Gaetano Alvares Pereira de Albuquerque* = *Marquez de Tancos* = *Conde de Sampaio* = *Conde de Almeida* = *Conde de Lumiares* = *Conde da Cunha* = *Conde de Oeiras* = *Conde de Redondo*, por mim e por meu pai, *Marquez de Borba* = *Conde de Castro Marim* = *Fernando de Almeida*, trinchante-mór = *Conde de Bobadella*, e pelo *Conde da Feira* = *Conde de S. Lourenço* = *Conde da Atalaia* = *Conde de Almada* = *Conde de Peniche* (D. Manuel),

irador de meu pae, o sr. conde de Peniche D. Caetano;  
 no procurador do marquez de Valença = *Conde Arma-*  
*Mór* = Como procurador do conde de Alva, o prégador  
 a, e clérigo beneficiado = *Francisco José Carrera* = Por  
 e como tutor do conde de S. Vicente, *D. José Maria*  
*da Castro Noronha Lobo* = Como procurador do ex.<sup>ma</sup>  
 z de Pombal, *José Antonio de Amorim do Valle* =  
 in, e por meu filho, *Visconde de Fonte Arcada* = *Vis-*  
*da Bahia* = *Visconde de Ervedosa* = Como procura-  
 o visconde de Juromenha, e do barão de Teixeira, *Car-*  
*niel Deodaly de Lacerda*, prelado patriarchal = *Visconde*  
*remoz* = *Visconde de Manique do Intendente* = *Barão*  
*ral* = Por meu pae, o barão de Beduido, *João Maria*  
*arda* = *Barão do Rio Secco* = *Barão de Quintella* =  
*ez de Ponte de Lima* = *Conde de Ficalho* = Como pro-  
 or do conde de Sabugal, *Conde de Ficalho* = *Conde de*  
 = Como procurador do conde de Barbacena, *Conde de*  
 .

> que tudo eu, Manuel Fernandes Thomás, membro da  
 provisional do governo supremo do reino, encarregado  
 negocios do reino e fazenda, fiz lavrar por ordem da  
 a junta este termo, que assignei com os outros mem-  
 d'ella; e de tudo se extrahi uma copia authentica,  
 m por mim assignada, para se remetter ao real archivo  
 re do Tombo, e n'elle ser guardado, ficando o original  
 retaria d'estado dos negocios do reino. = *Manuel Fer-*  
*Thomás* = *G. Principal decano* = *Antonio da Silveira*  
*da Fonseca* = *Conde de Penafiel* = *Mathias José Dias*  
 = *Hermano José Braamcamp do Sobral* = *Frei Fran-*  
*de S. Luiz* = *José Joaquim Ferreira de Moura*.

o dia 13 fizeram o mesmo juramento por seus procura-  
 bastantes, o conde de Barbacena (Francisco Furtado  
 stro do Rio de Mendonça), e o visconde de Souzel (An-  
 José de Miranda Henriques).

## DOCUMENTO N.º 75

(Citado a pag. 489)

**Carta patente dos novos poderes concedidos por el-rei  
ao marechal Beresford**

D. João, etc. Faço saber que, sendo mui dignos real contemplação os grandes e assignalados serviços que me ha feito o marquez de Campo Maior, marechal commandante em chefe do meu exercito de Portugal, rendo dar-lhe um novo testemunho publico de consideração em que os tenho, e do apreço e com que me merece: hei por bem, por graça especial, e eminente posto de marechal general junto á minha soa. Determino em consequencia que fiquem debaixo da immediata auctoridade todos os corpos militares minhas, e os objectos militares que tendem á disciplina, recrutamento do exercito, estado das praças, e fortificações feitas, ou a fazer, para a defeza de Portugal e dos Algarves, arsenaes reais do reino, fundições, trens, obras publicas militares, auctoridade particões civis do exercito, collegio militar, e tudo for execução, regulamentos, leis, e quaesquer disposições, ou para o futuro fixarem a regra militar para ou para qualquer dos objectos referidos, remettendo immediatamente todas as propostas, e participações de qualquer natureza que sejam, para eu lhe dirigir as minhas resoluções pelo ministro e secretario d'estado com e quando as propostas para promoções forem feitas. No reino, onde eu fizer a minha residencia, poderá dar dos seus postos aos alferes, tenentes e capitães que quiser, até que baixem as minhas resoluções a esse respeito. Finalmente, ordeno que em qualquer parte do reino, e no estrangeiro, onde se achar o dito marechal general junto a real pessoa, fóra dos districtos da sua immediata jurisdicção, os governadores e generaes se prestem a quanto

a conhecimento do estado de disciplina, economia dos  
pos, ou do estado das fortificações existentes, ou preci-  
a fim de me informar do que achar, ou se dever corri-  
ou acrescentar. E mando a todas as auctoridades, ou  
civis, ou militares, e a todos os meus vassallos de to-  
as classes, a quem possa competir obedecer, ou coadju-  
referido marechal general junto á minha real pessoa,  
desempenho das obrigações e auctoridades, que por  
carta patente lhe imponho e concedo, assim o façam  
duvida alguma.

esta será registada em todos os logares onde deva  
ar esta minha real determinação. Em firmeza, etc. Dada  
29 de julho de 1820. = EL-REI, com guarda = *Rodrigo*  
*Guedes* = *Luiz da Mota Fêo*. — Por decreto de 24 de  
de 1820. = *João Valentim*.

## DOCUMENTO N.º 76

(Citado a pag. 495)

**clamação, ou manifesto dos membros do governo constitucional,  
annunciando a convocação das côrtes**

o governo supremo do reino, tendo dado primeiramente  
evidas graças ao eterno legislador do homem, se con-  
ula comvosco em meio da sua e da vossa felicidade, por  
pproximar o termo de vos congregardes em côrtes, para  
tem a honra de vos convocar. Que diuturnos tempos se  
a passado em vergonhoso silencio, sem que tenha soado  
nossos ouvidos esta palavra tão familiar a nossos avós!  
hoje é licito publicar, á face dos céus e da terra, o que  
iamos desejar até no inviolavel asylo de nossas recatadas  
ciencias. Succedeu a voz legal e magestosa da nação ás  
leriosas e interessadas suggestões dos aulicos, e breve-  
te exercitareis, em solemne e sublime apparato, as func-  
da soberania, vós, a quem emmudecia a bôca, mesmo

generosa e firme a grande carta da vossa liberdade, segurissimos penhores da vossa futuraidade. Sacrificado no altar do bem publico o egoismões e interesses privados, elles confirmarão em magnanimas tenções, com que vos confundis com : nada quereis sem a patria. Lei e vontade será mesma cousa ; direito e justiça, palavras synonymdade e igualdade, significações reciprocas ; interesse, qualificação identica ; sacrificios e inclinação inseparaveis ; e a honra de cidadão, a nobreza n que possa aspirar a vossa ambição. Tereis, em um constituição qual a natureza a copiaria do origin cujos caracteres não é dado á tyrannia apagar, n scripção dos abusos desfazer, nem á versatilidade c alterar ; e o seculo xix, precursor em suas acclam que se seguirem, personalisadas n'elle a gloria e a lidade, acompanhará as corôas que vos offerecer, oraculos sublimes : *esta obra é minha ; todo o me cunhou ; nasceu das maduras meditações dos anti dernos tempos.*

Tal codigo creador, que anima o ser publico, lhe pelos membros as funcções vitaes, lhe equilibra symetrisa o tódo, e caracteriza as bem pronunciad da nação ; debalde o esquadrinhareis nas reiterad vas das côrtes precedentes. Só á consummada e concedido entender a carta enigmatica, imperfeita

mesma pessoa, como se a imperfeição do homem participasse dos attributos da divindade, ou se dos caprichos de um devessem depender os destinos de todos. Nenhuma demarcação bem determinadas limitam as espheras dos varios corpos activos da sociedade. Faltam barreiras que resistam ás tentações do poder executivo, tão ardentes por seus incentivos, e efficazes pela facilidade dos meios, quanto perigosas por suas fataes e transcendentales consequencias. Negamos á justa independencia do pensamento, e até para a consciencia se forjam algemas. Propriedade! Propriedade! Centro da união social, quantas vezes não oscilla incerta, e quasi tornada nome vão pelo vicio de leis multiplicadas e obscuras, a cujo amparo leal e omnipotente recorrêra. E em que fragil apoio se estriba a segurança pessoal! Pergaminhos, archivos, e usos forçados conquistam para as classes e massas attribuições monstruosas, nivelados os individuos pela igualdade da escravidão; em uma palavra, a parte torna-se todo, e o todo nada; privilegio é a lei; estados se encravam no estado; e ao homem, e ao cidadão, nenhuma idéa importante corresponde.

E que outros resultados menos ingratos e mais felizes nos dariam côrtes, que só se chamariam hoje impropriamente nacionaes? Convocal-as e dissolver-as, augmentar-lhes, ou diminuir-lhes as vozes; attendel-as, ou indeferir-lhes, pendia absolutamente do chefe que as presidia, entre a magnificencia da magestade, poderoso em forças, senhor das graças, e opulento em riquezas. Grandes, prelados, e procuradores de algumas povoações, ministravam os unicos elementos da sua composição. Nem a nobreza elegia os primeiros, nem o clero os segundos, nem a massa total do terceiro estado os derradeiros. Tres corpos, separados em suas deliberações, offereciam aos olhos o mui expressivo emblema da parcialidade de interesses, que os aparcellava em fracções, sem convergencia, que os impellisse para o contacto de um ponto commum. Tradições marcicaes e avoengas, que remontavam ás primeiras conquistas, nenhum termo punham ás indefinidas prerogativas de uns; nem sempre os outros extremavam

suas pretensões sobrenaturaes das attribuições politicas, — lhes cabiam em sorte; e os humildes procuradores, captivados a sua imaginação pelo respeito civil e religioso, costumavam a rastejar perante os mesmos com quem emparelhavam momentaneamente, desconheciam a dignidade do seu caracter e não ousavam elevar-se á eminencia da sua missão. O congresso, ora figurava como soberano, ora como supplicante. Consentindo nos tributos, formando queixas, e apresentando petições, tinha cumprido á letra com as suas credenciaes. Concluiam-se as sessões com esperanças e promessas, que liberalmente se franqueavam. Que dignos representantes da magestade nacional! Que augusto senado para orgão da soberania! Que excelsos legisladores mais do que homens em suas funcções, isentos como a independencia, providentes como a divindade, inflexiveis como o fado, e como a lei venerandos! Aonde o todo da soberania essencialmente indivisivel? Que é da unidade de interesses? Quando se identificou o espirito de corporação com o espirito do bem publico? É licito a mandatarios exprimir vontades, que se lhes não declararam, tratar negocios que se lhes não commetteram, e impor obrigações em que nem se cogitára? Nasceram os homens individuos, ou classes, e ligam-se á sociedade por cabeças, ou por massas?

Portuguezes! Não foi para resuscitar as antiquadas formas do feudalismo, e um vão simulacro de côrtes, que nos dias 24 de agosto e 15 de setembro, eternamente memoraveis e gloriosos, tomastes a postura terrivel de um povo, que, resgatando-se por sua propria virtude dos ferros, hypothecava suas vidas para segurar a sua liberdade. Todos vos unistes para todos subcreverdes as condições fundamentaes em que vos accordastes. Voltando momentaneamente por uma ficção politica, para o estado da natureza, não careceis para administrar vossos direitos de alheios tutores, dados á infancia e á imbecillidade; mas de delegados proprios da vossa unanime confiança, dignos de um povo adulto e emancipado. Se não é illusoria a palavra constituição, que com tanta energia pronunciastes, ou n'ella exprimireis vossas vontades, ou pro-

lavaros sacrilegamente um termo sacrosanto, figurando de  
 remate em farças pueris e escandalosas. Embora a surda  
 voz de um, ou outro, que só tem abusos por patrimonio,  
 rompa frustraneamente o estylo das côrtes antigas, para  
 e de l' saudosa memoria! O clamor geral, de mãos da-  
 dadas ao bem commum, decreta, sanciona, e publica ou-  
 tras leis. Rotinas temporarias, impostas pela prepotencia, e  
 continuadas pela ignorancia, por mais inveteradas que se in-  
 troquem e consagrem, cedem á eternidade de direitos natu-  
 rais e inalienaveis. Não se liga a vontade do soberano, ne-  
 nhum prescripção lhe resiste. Nações constituidas seguem  
 as regras que se prescreveram; um povo que vae organisar-  
 se confirma, deroga, e altera como lhe parece. Portugue-  
 zes! Collocados no meio de uma atmosphera vasta e lumi-  
 nosa; sabendo já ler no divino código do homem e do cida-  
 dão emparelhados como povos que ha pouco se refundiram  
 em verda leiras nações; fortes em grandes exemplos, em  
 grandes experiencias, postos em espectaculo maravilhoso á  
 observação universal, de certo que marchareis ao nivel do  
 illustre seculo, em que tendes a ventura de vos constituir-  
 des.

Estes os triumphantes motivos, que convenceram o governo  
 supremo a offerecer-vos nas instrucções, que acompanham  
 esta, novo plano de representação nacional. Devendo-vos a  
 sua existencia, character, dignidade e poder, transporia com  
 ingrata infidelidade os limites da sua commissão, se não se  
 entregasse religiosamente a estudar e servir de interprete á  
 vossa illustrada vontade. Feliz, mil vezes feliz, por achal-a  
 perfeitamente ajustada com a sua propria consciencia, com  
 os seus principios inalteraveis, com as suas intenções rectas,  
 e sobretudo com a verdade e justiça, e com a vossa ven-  
 tura. Mimiso e alentado soccorro lhe foram innumeraveis  
 memorias, primoroso tributo, que o zêlo do bem commum  
 se apressou a offerlar, quaes primicias sagradas no altar da  
 patria. Algumas discrepancias pouco consideraveis não to-  
 ham de entrever claramente que a grande preponderancia  
 dos sabios nacionaes, unida com o infallivel instincto da



classe menos instruida, promette concluir-se efficaz e finalmente a melhor e maior obra dos povos.

Entre as varias plantas de eleições, que não concordam accidentalmente, mereceu a preferencia' aquella, que, representando a verdadeira e legitima representação nacional, simplifica o systema, e economisava o tempo. Qualquer outro de desenho mais complexo acarretaria consigo deliquencias, alem de serem pouco aceitas á bem intencionada economia do publico, não se accommodariam com a imperiosa exigencia das circumstancias actuaes. Nem convinha, todavia, a mais singela, a fim de precaver que os varios corpos electoraes, por sua mui carregada multidão, dessem azo a tumultos e confusões. Escusam-se glosas e commentos para desentranhar o espirito, por que se guiou o governo supremo na ordenação dos outros artigos. Encerram providas cautelas, predispostas a desviar astucias, subornos e outras manobras, que possam impecer a liberdade e acerto das eleições.

A junta provisional do governo supremo remata as suas instrucções, applicando-as em geral ás ilhas adjacentes, Brazil, e aos dominios ultramarinos. A estreiteza do tempo, a urgencia do estado presente dos negocios, a distancia, a immensa dos logares, e outras considerações de peso superfacéis de se penetrarem, não lhe permittiu que ella desenvolvesse particularidades mais positivas e circumstanciaes. Limita-se a rogar a seus irmãos ultramarinos, em nome da patria, de tão intimas e sagradas relações, que nos ligam na mesma familia; em nome de habitos, que a uns e a outros nos são tão caros; em nome, finalmente, dos mutuos e reciprocos interesses que nos prendem, não tardem a vir operar connosco em um mesmo congresso na regeneração immortal do imperio lusitano. Extincto para sempre o odioso appellido de colonias, não queremos todos outro nome que o titulo generoso de concidadãos da mesma patria. Que nos deprimiu a uns e a outros a mesma escravidão, tornará a exaltar a commum liberdade; e entre o europeu, americano, asiatico e africano, não restará outra distincção que

orfiada competencia de nos excedermos e avantajarmos por mais entranhavel fraternidade, por mais heroico patriotismo, pelos mais denodados sacrificios.

Portuguezes! É esta a vez primeira que no largo decurso de seculos podereis eleger mandatarios, em quem se personifica realmente a vontade universal. Tão delicado e espiado ensaio desenganará o velho e o novo mundo, se chegado áquelle ponto de virilidade madura e nacional, em que as instituições, costumes e caracter, emancipam naturalmente os povos, tornando-os sem perigo arbitros da sua liberdade e independencia. Ai de vós! Se os diuturnos habituados de uma cega e passiva obediencia vos submeterem indifferentes aos impulsos dos partidos, ou se a soffreguidão e fatalismo pela nova ordem de cousas vos arrojarem pelo desabadeiro da licença. Apontado está o buril da historia para gravar em seus fastos a epocha, que o seja, ou de nossa gloria mortal, ou de indelevel vituperio. Pendem por momentos os destinos de milhões de homens da procuração que subreverterdes. A Deus, á religião, á patria, ao rei, e á infinita serie de vossos vindouros respondereis pelo uso que ides fazer dos vossos tremendos votos. A direcção que agora tomardes, se converterá em exemplo para as immediatas eleições que se seguirem, e em lei para todas as outras. Sepultareis a patria no momento em que a perderdes de vista em essas deliberações, e com as fórmulas da liberdade vos impondes tantos tyrannos, quantos descobrirem o segredo de vossa corrupção e villeza.

Portuguezes! Na crise que está imminente não ha paixão, nem louvavel, como torpe, que não fermente, e se desenvolva com todas as forças do caracter que lhe é proprio. Subidos ao apice do enthusiasmo, estudarão astutas e perspicacias as mais finas artes de illudir vossa boa fé, e de captivar essa confiança, pouco versada na tactica e manobras das agitações populares. Todos os vicios pedirão emprestadas mascaras ás virtudes contrarias, e as farças de hypocrisia patriótica se repetirão innumeraveis por todo o vosso territorio. Só o merecimento modesto, tremendo de ser desco-

berto, se occultará em seu innocente e retirado asylo. In-  
gas surdas, ata pues manifestos, conhuos poderosos, tran-  
subtis, calumnias, satyras, elogios, e até a virtude, e até a r-  
gião e até a patria, tudo se porá em movimento, de tudo  
abusará para o triumpho dos mais reconcentrados inter-  
ses. Não haverá um só ponto no vosso coração, ou no vo-  
espirito, tentados os affectos que vos forem mais intrinsec-  
a que se não disparem os mais infalliveis tiros.

Portuguezes! Vigilancia, cautela, circumspecção. Não  
mighalhâmos os ferros para nos vendermos servis aos pa-  
dos e ás facções. Profanam-se as santas mãos da liberdade  
quando depositam seus votos n'outra urna que não seja a  
seio da patria. Considerae, e considerae desde já, e conside-  
rae até ao derradeiro momento das eleições, que ides com-  
mitter vossos bens, vossas liberdades, vossas pessoas, e  
todas as relações que vos são mais caras até á ultima poste-  
ridade, nas mãos de vossos deputados. Serão estes os pa-  
triarchas da nação, os fundadores da patria, e os alicerces do  
estado. Considerae, e elegei.

Lisboa, e palacio do governo, 31 de outubro de 1820. =  
Presidente, *Principal Decano* = Vice-presidente, *Antônio da  
Silveira Pinto da Fonseca* — *Barão de Molellos* = O coronel  
*Bernardo Correia de Castro e Sepulveda* = O bacharel *Rento  
Pereira do Carmo* = *Conde de Sampaio* = *Conde de Penafiel* =  
O desembargador *Filippe Ferreira de Arango e Castro* =  
O doutor *Frei Francisco de S. Luiz* = O bacharel *Francisco  
Gomes da Silva* — *Francisco José de Barros Lima* = O bacha-  
rel *Francisco de Lemos Bettencourt* = *Francisco de Sousa  
Cirne de Madureira* — *Hermano José Braamcamp do So-  
bral* = *Joaquim Pereira Annes de Carvalho* — O desembarga-  
dor *Joaquim Pedro Gomes de Oliveira* = O desembarga-  
dor *João da Cunha Souto Maior* — O bacharel *José Ferreira  
Borges* — *José Francisco Fernandes Correia* — O bacharel  
*José Joaquim Ferreira de Moura* — O bacharel *José Maria  
Xavier de Araujo* = O bacharel *José Manuel Ferreira de Sousa  
e Castro* = *José Nunes da Silveira* — O bacharel *José da Silva  
Carvalho* — *Luiz Monteiro* = O deão da sé do Porto *Luiz*

*de Andrade e Brederode* = O desembargador *Manuel Fernandes Thomás* = O tenente general *Mathias José Dias* = *Pedro Leite Pereira de Mello* = *Roque Ribeiro de*  
*anches Castello Branco* = O coronel *Sebastião Drago Va-*  
*de Brito Cabreira*.

## DOCUMENTO N.º 77

(Citado a pag. 496)

**Carta do juiz do povo de Lisboa, dirigida ao marechal de campo  
 Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda**

Vendo o povo d'esta capital, que a junta preparatoria das  
 Cortes não accedeu em toda a extensão ao justo requerimento  
 do juiz do povo de Lisboa, em nome do mesmo povo,  
 conjunctamente com o exercito lhe fez, expondo que era da  
 vontade do povo, e de absoluta necessidade para o bem da  
 nação, que os deputados de côrtes fossem eleitos pelo me-  
 todo, e com as mesmas circumstancias prescriptas na con-  
 stituição hespanhola, se encheu de mágua, e julgou seus di-  
 reitos offendidos; e querendo o povo, e o exercito, evitar  
 o aquelle acto da pluralidade da junta preparatoria das  
 Cortes fosse ávante em prejuizo da nação, é por isto que re-  
 corre a v. ex.<sup>a</sup>, como general commandante em chefe da força  
 armada do norte e sul de Portugal, e agora n'esta cidade,  
 para que se digne de o tomar em consideração. Portanto re-  
 corre a v. ex.<sup>a</sup> para que, reunindo o exercito, faça proclamar  
 a constituição hespanhola, a qual, sendo modificada pelas  
 Cortes convocadas á maneira hespanhola, se adopte e apro-  
 veitue aos usos, costumes e terreno de Portugal, sem que lhe  
 fiquem o seu essencial, e as idéas liberaes que ella contém.  
 Eis o que confiámos do patriotismo de v. ex.<sup>a</sup> Lisboa, 11  
 novembro de 1820. = *João Alves* = *Verissimo José da*  
*Almeida*.

## DOCUMENTO N.º 80

(Citado a pag. 199)

**Proclamação de Gaspar Teixeira aos habitantes de Lisboa  
com a relação dos acontecimentos do dia 11 de novembro**

Habitantes de Lisboa! - O meu caracter firme e ressoado exige que vos falle em toda a extensão de e que tanto é devida áquella, que á frente do vosso fui recebido por vós n'esta capital. Acreditae que a minha carreira militar ainda não dei passos, que não legitimados. Examinae-os. As vossas propriedades, os vossos direitos atropellados, a nossa patria bom rei illudido, foram os imperiosos motivos do commando do exercito, que primeiro soltou a verdade, permittida na ordem social. Não desejo elevar trarias ao meu genio, e sereis convencidos no momento que a nação e o throno não tenham que receiar de inimigos internos. Sabeis que vós mesmos, pelo vosso honrado juiz, e escrivão do povo, e que a valorosa guarnição de Lisboa haviam insinuado ao governo temporariamente erigido, os nossos desejos relatados ás côrtes; e sabeis igualmente que a pluralidade do mesmo governo abandonou as vossas rogativas. Eu persisti até ao momento em que a vossa magna e meu conhecimento pelo vosso muito honrado juiz do povo, assim como a representação do exercito Julguei do meu mais sagrado dever apoiar a vossa e o movimento e junção da tropa do meu commando 11 do corrente, e rogar aos meus bravos companheiros armas d'esta capital o seu applauso e approvação. E todos soldados, e todos cidadãos da mesma nação mos os vossos direitos offendidos, e em união prestámos o juramento ás leis estabelecidas pela nação de Hespanha com aquellas alterações liberaes, e verem de fazer as nossas côrtes. Não era de supor

nacia dos votos contra os vossos desejos deixasse de fundamento de qualquer apoio; tomei as medidas de precaução para evitar os vossos desastres, e as desgraçadas contingências, que a malícia dos perversos poderia amontoar sobre os verdadeiros e sãos portuguezes. A imprevista casualidade, que haveis notado na artilheria, não offendeu tanto a vossa circumspecção, como penetrou meu coração mais profundo sentimento, e muito principalmente administrar aos malevolos a idéa de subverter a sanidade das minhas intenções. Portuguezes! Resta-me a satisfação, de que vós presencastes a subordinação e disciplina dos soldados, que vos respeitaram como irmãos, e que passaram seguros por entre as suas bayonetas, promptas, bem como eu, a derramar a ultima gota de sangue pela religião dos vossos paes, pela patria e pelo rei.

Lisboa, 13 de novembro de 1820. = *Gaspar Teixeira de Alvaes e Lacerda*, marechal de campo, commandante chefe do exercito do norte.

---

## DOCUMENTO N.º 81

(Citado a pag. 503)

Officio do novo governo do reino, estabelecido em Lisboa em setembro de 1820, dirigido a el-rei para o Rio de Janeiro, participando-lhe as occorrencias que haviam tido logar

tracto. — Neste officio se referem os governadores do reino ás participações, que tinham feito a el-rei no mez de outubro, mencionando-lhe as principaes providencias que foram tomadas nos differentes ramos da publica administração, dizendo que no referido mez de outubro adiantára a junta pretoria das côrtes os trabalhos proprios da sua competência e havendo-os finalmente concluido com a brevidade que as circumstancias imperiosamente exigiam, publicaram-se as Leis n.º 1, que deviam regular as eleições dos depu-



tados ás côrtes, sendo as ditas instrucções remettidos os districtos do reino. Desde o dia 6 d'aquelle xára de assistir ás sessões do governo o principal seu presidente, em consequencia de molestia de que ctima, e o embaraçava de poder a ellas assistir. No estabelecêra-se uma commissão para o exame e mmento do importante ramo da saude publica, em concia de terem chegado ao governo energicas e repetidas xas, tanto por parte dos negociantes portuguezes, como donos e capitães dos navios mercantes nacionaes e geiros, accusando uns e outros as violencias, extor nocivos empates que soffriam, occasionados, ou das medidas da junta de saude, ou da má applicação providencias, que se achavam estabelecidas nas leis lamentos, relativos a este respeito.

No dia 11 de novembro, estando as tropas postapraça do Rocio por ordem dos seus respectivos ajuntando se no palacio do governo o juiz do povo, escrivão, com os generaes e commandantes dos corpos diferentes armas, fizeram convocar os membros do g aos quaes o mesmo juiz do povo, e seu escrivão, a nhados de uma deputação militar, apresentaram os n.º 3, requerendo que o governo accedesse a elles, tasse juramento de os observar. O governo assim o ex temendo as funestas consequencias, que n'aquelle m poderiam resultar da sua resistencia, e logo ficaram a ao numero dos seus membros os quatro, que nos artigos para similhante fim vinham nomeados.

No dia 13, apresentando o vice-presidente, Antonio Silveira Pinto da Fonseca, ao governo um periodico de insinuações calumniosas, e notoriamente feitas contra membros não nomeados, mas sobejamente indicados, alvo principal a que se dirigiam as mudanças intentadas dia 11, e pedindo que o governo ordenasse a publicação d'este periodico, que a commissão de censura não he por digno da luz publica, julgaram-se gravemente offendidos na sua honra os deputados Hermano José Braamcamp

frei Francisco de S. Luiz, Manuel Fernandes Thomás, e João Joaquim Ferreira de Moura, e com instancia pediram a demissão, que o governo se não julgou auctorisado a conceder, nem a negar. Comtudo, representando-se por este tempo as secretarias dos negocios do reino e fazehda, e dos negocios estrangeiros, foram immediatamente encarregadas a primeira ao bacharel José Manuel Ferreira de Sousa, e a segunda ao conde de Sampaio, e a terceira ao vice-presidente da junta provisional do governo. Estes successos foram geralmente condemnados pela opinião publica, derramando não pequeno desgosto sobre os habitantes da capital, sem que todavia se alterasse a paz e o sossego publico, pelo raro exemplo de prudencia e moderação patenteado pelos mesmos habitantes. Foi em virtude do geral sentimento de desgosto, que em todos se tornou patente, quem levou os proprios chefes militares, auctores e promotores dos acontecimentos do dia 14, e dos artigos que foram apresentados ao governo, a apresentarem no dia 17 uma proposta, em consequencia da qual voltaram as cousas ao precedente estado, com unanime satisfação de toda a capital. Consequentemente, os quatro membros que se haviam demittido, foram por um officio chamados de novo ao governo, retirando-se os que indevidamente a elle tinham se aggregados, chegando o proprio general, que no citado dia foi declarado commandante em chefe do exercito, a retirar espontaneamente de si esta qualificação por um officio por elle dirigido ao governo, que ao dito officio respondeu. Uma proclamação foi pelo mesmo governo dirigida aos habitantes de Lisboa, por meio da qual se expressou sobre a situação das cousas n'aquella epocha, o estado da opinião, e os sentimentos dominantes de todas as classes da nação. O vice-presidente do governo, que tamanha influencia havia tido nos acontecimentos dos dias precedentes, que no dia 16, instruido já da opinião publica que o havia, tinha pedido a sua demissão, pretextada com a pequena enfermidade de que dizia ser victima, quiz no dia 20 comparecer ás sessões do governo.



Esta resolução, porém, combinada com os precedentes factos, parecia envolver uma manifesta duplicidade, tendo-se que produzisse consequências, não só desagradáveis mas até mesmo perigosas. O governo portanto mandou elle fosse removido da capital por ordem do mesmo governo, cujos teor e peças justificativas, a que ella se refere, se publicaram no *Diário do governo*. Achando-se portanto a junta sem vice-presidente, e continuando o príncipe a achar-se privado de saúde, a mesma junta nomeou para vice-presidente o conde de Sampaio, que regularmente desempenhou os deveres do seu cargo. Na mesma data de 20 se creou uma commissão militar, encarregada de apresentar ao governo todas as providencias que julgasse convenientes para a organização, serviço e manutenção dos corpos e de se compunham as diferentes armas do exercito. Os membros d'esta commissão, tirados de todas as armas, foram o marechal de campo Gaspar Teixeira de Magalhães e Lima como presidente; como vogaes, os marechaes de campo de Vasconcellos e Sá, e Alvaro Xavier da Fonseca de Albuquerque e Povoas; os brigadeiros Francisco de Paula Azeredo, Maria de Moura; o coronel Bernardo Correia de Castro Pulveda, e o major do real corpo de engenheiros, Francisco Simões Margiochi; e como secretario o capitão Agostinho José Freire. Em consequencia da proposta militar do príncipe, ficaram sem effeito as instrucções, que se haviam formado para as eleições dos deputados das côrtes, e se adoptou com a conveniente modificação, as que em Hespanha se servido para o mesmo fim, sendo o teor d'ellas dirigida carta de officio a todos os districtos do reino, publicada alem d'isso no *Diário do governo*<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> O extracto que acima se lê, foi tirado por nós do officio dirigido para o Rio de Janeiro em 2 de dezembro de 1820, pelo governo provisional do supremo governo do reino, officio que não se encontra no *Supplemento aos tratados* do visconde de Borges de Castro. Os *Documentos para a historia das côrtes gerais da nação portugueza* se acha registado no liv. 8.º e ultimo da correspondencia do rei de Portugal, dirigida pela secretaria do reino a el-rei D. João VI.

## DOCUMENTO N.º 82

(Citado a pag. 502)

**Declaração da junta provisional de supremo governo do reino,  
 dirigida aos habitantes de Lisboa em 18 de novembro de 1820**

Meus habitantes de Lisboa! — Conhecidos são a todos os acontecimentos do dia 11 do corrente mez de novembro que presenciastes n'esta capital. O governo, que muito particular participou da profunda máguia que então sentiram todos os leaes portuguezes, não deve agora avivar em vossos corações tão penosa recordação.

Isso é novo na historia das grandes commoções politicas, e a boa fé do homem mais distincto por sua honra, probidade e zélo patriotico, seja desgraçadamente illudido por ardis e prevenções, que a sua nobre franqueza nem ousa admitir, e que muitas vezes, a seu pezar, o conduzem a actos tão arriscados em sua execução, quanto funestos em suas consequências.

No dia 11 de novembro offereceu aos portuguezes consternação, e subministrará á historia mais um exemplo de tão cruel verdade. Mas a benefica Providencia, que parece vigiar com especial cuidado sobre este povo honrado e virtuoso, operou um novo milagre em favor d'elle, e no meio do mais imminente risco desviou de cima de nós os tremendos desastres que nos ameaçaram. Tudo entrou na ordem, tudo se voltou á precedente regularidade, tudo está em quietação e sossego.

Ilustre general, que por um instante se deixou allucinar, e cujas rectissimas intenções e notorios sentimentos foram por maligna influencia, desviados do seu verdadeiro objecto, vem de dar o mais bello exemplo d'aquella solidão de leza de alma, que faz o heroe militar superior ás suas victorias, superior a si mesmo. Elle sabe e reconhece, que a gloria das armas é inseparavel do respeito ás leis, á auctoridade, que tem a seu cargo fazel-as executar.

O bravo exercito, que tantos louros tem adquirido em o tempo por seu extremado valor, e que nos memoraveis 24 de agosto e 15 de setembro se cobriu de immortal glorioza pelo seu nobre e heroico patriotismo, fez o seu dever cumprindo. Esta é a divisa do soldado honrado. A sua reputação é sem mancha aos olhos dos habitantes de Lisboa, aos olhos de todos os portuguezes. Elle jamais soube desviar-se do caminho da honra, nem relaxar os estreitos e preciosos vinculos que o unem, de uma parte ao povo, pela unidade dos interesses, pelos direitos da fraternidade, e de outra parte ao governo, e ás auctoridades legitimas, pelo severo dever de subordinação e da obediencia.

O governo não deve, nem pôde recusar ao illustre general, e a todo o exercito, a porção do justo louvor e agradecimento, que respectivamente lhes compete pela unanimemente tuosa e activa cooperação, que empregaram na manutenção da boa ordem, e na restituição da paz publica da capital.

Mas o mesmo governo, quando deseja elogiar, louvar e agradecer o espirito de moderação e prudencia, que os habitantes de Lisboa, os dignos e honrados habitantes da capital que festejaram em crise tão difficil, não acha expressões, que não exprimam os seus sentimentos; porque nenhuma ha tambem que não pintem com sufficiente energia a temperança e que não exprimam d'este povo fiel e amigo das leis, no meio da terrivel e súbita apprehensão de males imminentes, que lhes eram deseados, e da perda dos bens mais preciosos, e mais caros aos verdadeiros portuguezes, a sua liberdade, e a sua dignidade.

Habitantes de Lisboa! Continuae tranquillos, como sempre o fostes. Os vossos irmãos de todas as provincias, a Europa inteira, o mundo inteiro fará justiça ás vossas virtudes patrioticas, e vos pagará o devido tributo da sua admiração. O governo, cada vez mais firme e consolidado pelos acontecimentos dos precedentes dias, e pela cordial e generosa adhesão do exercito, cada vez mais unido a vós pelo seu valor e gratidão, cada vez mais penhorado pela vossa honrosa confiança, sustentará intrepido os vossos direitos, que são os direitos de todos os portuguezes; manterá com inviolavel fidelidade

nos sagrados da justiça e da virtude; e derramará, se necessário for, o seu sangue em defeza da patria, do rei, da constituição, e da publica liberdade.

Lisboa, palacio do governo, 18 de novembro de 1820. =  
*Conde de Sampaio* = *Conde de Penafiel* = *Mathias José Dias*  
*de Sá* = *Hermano José Braamcamp do Sobral* = *Pedro Leite*  
*de Mello* = *Francisco de Sousa Cirne de Madureira* =  
*Francisco de S. Luiz* = *Manuel Fernandes Thomás* =  
*Joaquim Ferreira de Moura* = *José Manuel de Sousa e*  
*outro.*

# DOCUMENTO N.º 83

(Citado a pag. 503)

Officio de Antonio da Silveira Pinto da Fonseca,  
 pedindo a sua demissão de membro do governo

Ill.<sup>mas</sup> e ex.<sup>mas</sup> srs. — A febre nervosa que soffro ha muitos dias, tem-se aggravado de fórma que arrisca a minha vida, segundo o voto do habil facultativo que me trata, se eu sair com brevidade para os ares do campo, aonde possa achar os remedios proprios d'esta perigosa molestia; não podendo por isso continuar as honrosas funcções, que exerço n'esse governo, antes de trinta ou quarenta dias, e de modo ellas cessar legalmente dentro d'este praso de tempo, a convocação das proximas côrtes, não pôde ser julgada tempestiva, nem mal fundada a demissão que agora peço, para poder ir recuperar, emquanto é tempo, nos ares patrios a minha saude perdida. Vendo a minha patria salva, e salvo o trono da augusta casa de Bragança, com o juramento prestado solemnemente aos principios e bases fundamentaes da constituição hespanhola, assim como ao methodo das suas funcções, toda a minha ambição está satisfeita, e a nenhum outro objecto me propuz desde o primeiro momento, em que mez de março proximo passado entrevi a esperanza de se realisada esta segurança e felicidade da minha patria,

acrescendo ao referido o não poder fazer falta o m entre os sabios e importantes votos que ficam. Eu n jeio de obter, ou a justa demissão que imploro, ou a uma licença de quarenta dias, para poder restabeleo nha saude. Resta-me agradecer a v. ex.<sup>aa</sup> por este m o podendo fazer pessoalmente, como desejava, o atenção com que tão generosamente me honraram, serei constantemente reconhecido, e votando ardent pela prosperidade de v. ex.<sup>aa</sup>, da nossa amada patr nosso augusto soberano.

Deus guarde a v. ex.<sup>aa</sup> muitos annos. Casa dos Acy 16 de novembro de 1820. — *Antônio da Silveira F Fonseca*. — Ill.<sup>mos</sup> e ex.<sup>mos</sup> srs. presidente e deputa supremo governo do reino.

---

Resposta da junta ao precedente officio

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Levando ao conhecimento da jun visional do governo supremo do reino o officio de v. mesma junta me encarrega de dizer-lhe, que, sentin decimento de v. ex.<sup>a</sup>, não se julga todavia auctorisa aceitar, nem para denegar-lhe a sua demissão; e ist mesmos principios que, de accordo com v. ex.<sup>a</sup>, to dia 13 por fundamento de uma igual deliberação, quatro dos seus benemeritos membros requereram si tes demissões, e de cuja cooperação por nenhuma r se privaria, se lhe fosse licito deferir-lhes negativa. O tratamento, porém, da saude de v. ex.<sup>a</sup> poderá le aquillo, que a junta provisional do governo não pô ceder, e ellá folgará com a boa nova do restabele de v. ex.<sup>a</sup>

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Palacio do governo, em 17 vembro de 1820. — *José Manuel de Sousa Ferreira tro*. — Sr. Antonio da Silveira Pinto da Fonseca.

## DOCUMENTO N.º 84

(Citado a pag. 309)

## Novo officio de Antonio da Silveira

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Apresso-me em participar a v. ex.<sup>a</sup>, para poder informar o governo, que eu recebi, com a estimação e respeito devido, a resposta ao meu officio da data de honravel. ju.<sup>a</sup> v. ex.<sup>a</sup> teve a bondade de enviar-me esta tarde. Na impossibilidade de obter a demissão, que a minha saude necessita, ou ao menos uma licença de vinte ou trinta dias, para ir tomar os ares do campo, eu me resigno a estas circumstancias; e consequentemente no mesmo instante em que me for permittido pelo habil facultativo que me trata, irei continuar as minhas funcções quanto for possivel.

Não posso tambem dispensar-me de rogar a attenção do governo, por via de v. ex.<sup>a</sup>, sobre a pasta dos negocios estrangeiros, que por elle me foi destinada contra a minha vontade e insufficiencia, e que aceitei sómente por não haver quem d'ella se quizesse encarregar. A minha molestia, cuja duração é incerta, e o ter eu sabido de homens doutos e inteligentes, que eu não posso exercer estas funcções conjunctamente com aquellas outras de vice-presidente, induz-me a rogar mui respeitosa e ao governo queira dispensar-me da dita pasta, attentas as razões ponderadas, e até mesmo mandal-o publicar no *Diario*, para intelligencia do publico.

Entretanto, rénovando o meu respeito e obediencia ao governo, repito que sou, com a mais perfeita estima, de v. ex.<sup>a</sup> — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. José Manuel Ferreira de Sousa e Castro. — Antonio da Silveira Pinto da Fonseca. — Casa dos Typrestes, 17 de novembro de 1820.

## DOCUMENTO N.º 85

(Citado a pag. 503)

Officio da junta provisional do supremo governo do reino, sair de Lisboa para a sua quinta de Canellas o vice-presidente da mesma junta, Antonio da Silveira Pinto da Fonseca

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. -Tendo v. ex.<sup>a</sup> pedido no dia 4 corrente a sua demissão, e na falta d'ella a licença pela existencia do actual governo provisorio; e não se duvidar, depois d'este passo dado por v. ex.<sup>a</sup>, e da que em consequencia d'elle recebeu, que a sua vontade não tornar a occupar mais o logar que tinha no governo, principalmente depois de ser essa vontade o resultado dos acontecimentos que foram publicos n'esta em o referido dia, e nos antecedentes; e constando que v. ex.<sup>a</sup>, sem embargo d'isso, projecta voltar ao exercicio das suas funcções, que tão solememente e que já lhe não era permittido reassumir sem manifestação com o seu proprio facto, e sem uma inevitável perturbação da ordem e socego publico da mesma capital, e de cada de horrosas calamidades por tão inesperado e a junta provisional do supremo governo do reino, e ação ao referido, e a que só na certeza de tal abdicção que os quatro membros do governo, chamados novamente, convieram em continuar a servir a patria na posição que os deixára o dia 10 do corrente: ordena (em nome do poder que a nação lhe confiára), que v. ex.<sup>a</sup> saia das horas d'esta cidade para a sua quinta de Canellas, na marca de Villa Real, não se demorando em parte alguma aquelle tempo que for necessario para a sua preparação em jornadas regulares, participando pela autoridade competente a sua chegada, e ficando no i...

que v. ex.<sup>a</sup> seja acompanhado até á distancia de tres le-  
 as com uma escolta de cavallaria.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Palacio do governo, em 20 de no-  
 vembro de 1820. = *Manuel Fernandes Thomás*. — Sr. Anto-  
 nio da Silveira Pinto da Fonseca.

## DOCUMENTO N.º 85-A

(Citado a pag. 516)

**Relatório de D. José Luiz de Sousa, ministro de Portugal em Londres,  
 relatando uma conferencia que teve com lord Castlereagh**

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Não escrevi a v. ex.<sup>a</sup> logo que cheguei,  
 porque, devendo avistar-me com lord Castlereagh, desejava  
 informar a v. ex.<sup>a</sup> das suas idéas relativamente á situação de  
 Portugal, a fim de poder combinar com v. ex.<sup>a</sup>, e com os ou-  
 tros empregados diplomaticos, a conducta que devemos se-  
 guir em tão difficeis circumstancias, com a certeza de ser-  
 mos escudados pela opinião uniforme das potencias alliadas,  
 como convem aos interesses de sua magestade fidelissima.

A promptidão, com que a revolução do Porto se estendeu  
 por toda a provincia do Minho, e a impressão que fez no resto  
 do reino, mesmo nos habitantes de Lisboa, e na guarnição da  
 capital, mostrou logo aos governadores do reino a imminen-  
 cia do perigo. Tanto elles, como as pessoas que consultaram,  
 foram de parecer que era impossivel comprimir a insurrei-  
 ção pela força, e que só a convocação de côrtes podia atalhar  
 o mal e tranquillisar a nação. Pensaram em formar um corpo  
 de exercito em Coimbra, para interromper a communicação  
 entre o Porto, e dar tempo a que se publicasse aquella provi-  
 ncia; porém, a defeecção do regimento n.º 22, aquartelado  
 em Leiria, impediu que se realisasse aquelle projecto. Mes-  
 mo entre os regimentos de Lisboa principiaram a haver mo-  
 mentos sediciosos, e cresceu muito o embaraço do gover-  
 no. Tendo perdido a confiança da nação, poderam persuadir



as intrigas dos emissarios do Porto, e dos revoltosos ligados pelo reino, que eram illusorias as promessas dos governadores do reino, e que a reunião das côrtes, as leis antigas, não era sufficiente para remediar os males da nação. Com estas, e outras asserções, nas quaes o hespanhol achava meio de promover os seus interesses, a romper a revolução em Lisboa no dia 15 de setem-

Logo desde o principio da revolução, se conheceu que não era por meio de forças estrangeiras que se podessem conseguir, que se havia de restabelecer a tranquillidade, visto que ellas só serviriam de reunião dos portuguezes ao partido revolucionario, e de meio de resistir ao jugo de uma potencia, contra a qual tinha fomentado o resentimento dos portuguezes. Sendo-se portanto os governadores do reino d'esta maneira solicitaram d'este governo soccorros pecuniaes, e se os governadores do reino, quando ainda estavam a sua auctoridade em Lisboa, julgavam que a judicial á causa de el-rei o auxilio de forças estrangeiras, muito peiores consequencias se deveriam temer de pregar agora, quando lhes falta o apoio da cidade e de Lisboa.

Um dos maiores cuidados dos empregados de sua Magestade, deve ser o de evitar que os revoltosos possam ter a falsa idéa das intenções beneficicas, e dos paternalismos de el-rei nosso senhor a favor dos seus vassallos, apesar de me persuadir que uma grande parte da nação não está corrompida, e que não se teria abalançado contra a fidelidade jurada ao nosso augusto soberano, não se tivesse artificiosamente pretextado, que nada havia contra a sua real pessoa e augusta dynastia. Deixa de conhecer a facilidade com que se pôde enganar o espirito de uma nação, quando se chegou a pôr em movimento. Desde o principio da revolução sempre houveram e ha dois partidos, um que debaixo do pretexto de querer Portugal independente do Brazil, tendia a separação da pessoa de el-rei, e outro que apresentava como a

a de salvação para Portugal a sua reunião com a Hespanha, tanto porque a nossa posição geographica assim o precisa exigir, como porque não faltarão individuos, que annuem que a constituição hespanhola assegura aos portugueses a mais ampla liberdade. Os impressos que se têm publicado em Portugal, mostram bem os esforços que se fazem para dispor a opinião publica a uma similhante mudança. Ninguem duvida que existe em Hespanha um partido altamente protegido pelo ministerio hespanhol, ainda que levado por elle, que apoia e fomenta aquellas idéas.

À vista pois de similhante perigo, parece ser de summa importancia o impedir que as auctoridades, que actualmente reinam em Portugal, mostrem que elles não têm outro curso senão este, valendo-se da impressão que faria nos olhos, e já tem feito, as insinuações malignas que se têm lançado, de que sua magestade, illudido pelos conselhos das pessoas que o cercam, e tendo ignorado os males que precisam os portuguezes, não cuidaria agora em lhe dar remedio, depois da revolução de Portugal. Persuado-me, porém, que é ainda assás grande o seu poder moral, pelo amor natural dos portuguezes á sua augusta pessoa, e que a esperança de a ver restituída a esta parte dos seus domínios, ou a presença de algum dos seus augustos filhos, com a certeza de concorrer para o estabelecimento de administração, que proteja a nação contra os abusos de que se queixam, terá o desejado effeito de reunir outra vez todos os reinos de Portugal á roda do seu throno.

Sua magestade determinará sem duvida o que for mais conveniente com a sabedoria que lhe é propria, e com o amor que tem aos seus vassallos; mas emquanto não é conhecida a soberana vontade, julgo ter uma obrigação essencial de proceder com a maior prudencia para não exasperar os animos dos portuguezes, infelizmente já demasiadamente exaltados. O que de mim está o querer dar passo, pelo qual se supponha que eu reconheço as auctoridades estabelecidas em Portugal, mas não posso cuidar em solicitar d'este governo, que se interrompam as relações commerciaes com aquelle

reino. Esta medida, alem de ser inutil, como póde imaginar, pelo conhecimento que tem do systema de governo, regulado pela opinião publica da nação, e de modo a evitar ao fim que tanto importa evitar. Por isso a medida que tive com lord Castlereagh, mostrei-lhe que era semelhante pretensão; insisti, porém, na necessidade que este governo declarasse, assim como as mais potencias, que não reconheceria nenhum, que se estivesse em Portugal, sem ter a approvação de sua magestade nosso senhor, e que a todos convinha mostrar, contra os principios mais sagrados do direito publico de governo, ou individuos de uma nação, fomentasse a vizinha a desordem e a rebellião, alludindo a Hespanha.

Segurou-me lord Castlereagh, que já tinha daquella natureza a mr. Ward, para que não se considerasse como encarregado de negocios; mas mostrou auctoridade em o mandar sair de Lisboa, como lhe deu que attribuiu ao temor que tem este ministerio de qualquer passo, que excite mais contra si a opinião publica em Inglaterra. Isto tambem é um motivo que concorre ao ministerio achar, que tem feito quanto os seus interesses requerem, e quanto corresponde á obrigação, que tem com el-rei nosso senhor, pela garantia de Portugal, mandado declarar ao ministerio hespanhol, que a Hespanha não poderia olhar com indifferença, que a Hespanha directa, ou indirectamente para que os povos de Portugal subtrahissem á obediencia devida a sua magestade. Citei-lhe a proclamação dos membros da junta em que dizem que as tropas hespanholas sómente para Galliza para proteger a sublevação; mas responde que o governo hespanhol já tinha protestado a lord Wellesley officialmente, que todos esses rumores são fundados, e que sómente podia dar ordem auctorizada para requerer a retirada de Pando de Portugal, e que sómente podia dar ordem auctorizada para que podesse produzir um documento que provasse que a Hespanha estava ateado a revolução.

Apesar de lhe representar a difficuldade de apresentar o documento, e de repetir todos os motivos, que tinha para o haver a menor duvida da conducta do governo hespanhol, e aprovada com a subtileza de que usava agora, de nomear um consul geral, para ali o conservar, como me participa o Sr. Antonio de Saldanha, não pude persuadir lord Castlereagh a mandar dar algum passo mais decisivo, para obter do governo hespanhol alguma declaração, pela qual se ligue a resolução das outras potencias, de não reconhecer nenhum governo que em Portugal se estabeleça sem a approvação da magestade. Parece da maior importancia que os haespanhoes d'aquelle reino não possam ser illudidos a semelhante respeito pelas auctoridades que ali dominam. Este facto me obrigará ainda a insistir na retirada de mr. Ward, e a permanencia em Portugal como particular, só serve de contrariar os desejos que este governo tem de contemporisar, e de que tem ali um consul geral para tratar de assumptos commerciaes. Por todas estas differentes considerações, posso-me não dever negar passaportes ás pessoas que quizerem passar a Portugal, nem ordenar aos consules que não embarcassem embarcações algumas para aquelle reino.

A opinião de lord Castlereagh n'este ponto foi muito decisiva, e não podia deixar de influir muito na minha resolução, e considerar que é da maior necessidade o obrar de accordo com as potencias alliadas, para obviar aos perigos que ameaçam Portugal, e que deixo ponderados, a fim de tirar todo o partido possivel da sua influencia moral. Não é porém menos importante a perfeita uniformidade na conducta dos empregados diplomaticos de sua magestade, e por isso muito estimarei que mereça a approvação de v. ex.<sup>a</sup> a moderação que eu me proponho observar, não podendo escapar á penetração de v. ex.<sup>a</sup> quanto têm mudado as circumstancias depois que a resolução se estendeu por todo o reino de Portugal, e continuando a sujeitar-se o exercito ao governo insurgente.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Londres, 31 de outubro de 1820. —  
 Sr. e ex.<sup>mo</sup> sr. marquez de Marialva. = (Assignado) *D. José Luiz de Sousa.*

Por nos parecer curioso, e de não pouca importancia a historia das côrtes geraes da nação portugueza, acrescentamos aqui ao officio que se acaba de ler o extracto de outro, que com o n.º 5 a junta provisional do supremo verno do reino dirigiu para o Rio de Janeiro, na data de janeiro de 1821, visto não se encontrar tambem na importante collecção dos documentos destinados a sobre historia, publicados pelos srs. Clemente José dos Santos e José Augusto da Silva.

Extracto. — Constava pelo citado officio n.º 5, que a tinha chegado o brigue-correio *Treze de Maio*, fundado Tejo no dia 13 do citado mez de janeiro com noticias não desagradaram á junta governativa, a qual no mesmo officio não pôde deixar de se mostrar sentida do irregular procedimento dos ministros portuguezes nas côrtes geraes, os quaes, arrastados por um intempestivo zelaram privar o seu paiz dos beneficios do commercio e da communicação dos seus naturaes, quasi querendo portuguezes em apertado bloqueio, e porventura machucaram sua ruina. Com similhantes vistas, não só negaram os portos do estylo aos vasos mercantes, que pretendiam ir para os portos do reino, e aos portuguezes que vezes estrangeiros desejavam voltar á sua patria, mas ainda pozeram a adopção de tão importantes medidas aos olhos de alguns soberanos estrangeiros, com pouco credito de plômacia portugueza. Não contentes ainda com isto, empregaram-se em uma grande côrte alguns agentes das legações portuguezas, para d'ali, como centro dos seus conselhos e operações, espalharem as mais falsas, calumniosas e falsas noticias, a respeito dos negocios e estado de Portugal para moverem os diversos soberanos da Europa a serem inimigos do dito reino, e a lhe moverem uma guerra que seria tão impolitica, quanto ruinosa á prosperidade da sua patria.

Os principios invariaveis de moderação e indulgencia a junta provisional tinha tomado para medida directiva de todos os seus procedimentos, fizeram-lhe suppor que

tentativas eram filhas de um excesso de zelo pelo  
e não effeito de ordens, ou insinuações algumas da  
do Rio de Janeiro, e talvez mesmo contrarias ás be-  
propensões do coração de el-rei, sendo aliás muito  
da natureza e limites das missões diplomaticas, e tão  
aos verdadeiros interesses da sua patria. Simi-  
procedimentos eram tanto mais dignos de severa  
quanto diversos da conducta dos ministros estran-  
em Lisboa, os quaes, sem reconhecerem formalmente  
mo de Portugal, lhe tinham comtudo dado provas de  
e amizade, distinguindo-se com particularidade  
regado de negocios da Hespanha na plena satisfação,  
parte do seu governo deu, pela violação do territorio  
em Alfaiates, na fronteira da provincia da Beira,  
dando por este modo os sagrados direitos da indepen-  
nacional, que a junta provisional defendeu com aquelle  
proprio da sua situação. Em conclusão, da exposição  
sobre este ponto a mesma junta fazia a el-rei, n'este seu  
ocio n.º 5, datado de 29 de janeiro de 1821, pedia-lhe  
que elle houvesse por bem desaggravar a honra nacio-  
nallida, e o proprio decoro real, dando aos seus subdi-  
esta prova dos seus benevolos sentimentos para com

quando a referir, em continuação aos precedentes offi-  
occorrencias que tinham tido logar no mez de de-  
a junta provisional dava parte a el-rei da criação  
commissão para o thesouro publico nacional, com os  
os constantes da portaria de 1 de dezembro. A neces-  
e importancia d'esta providencia, era o resultado do  
decadente das rendas publicas do paiz, que parecia  
de total ruina o credito nacional, e com ella a perda  
esperanças dos innumeraveis crêdores do estado, e de  
os empregados publicos. E posto que o governo pa-  
seu bem os seus assiduos cuidados sobre este ramo  
dica administração, mostrando toda a sua actividade  
pelos balanços mensaes, que confeccionava, nem por  
fizou de reconhecer a necessidade de uma semelhante



commissão, que, desprendida de toda a applicação a outros quaesquer negocios, vigiava com toda a solicitude sobre o objecto que se lhe confiára.

Quanto ás eleições, expunha ser sabido pelas respectivas instrucções, que ellas deviam ter logar nos dias 10, 17 e 24 de dezembro. Em toda a parte se procedeu a ellas com satisfação publica, com sufficiente regularidade, e sobre tudo sem perturbação da ordem, da tranquillidade e da paz, distinguindo-se particularmente n'este acto os habitantes de Lisboa, que n'elle deram uma nova prova do seu espirito pacifico, patriotico, e verdadeiramente portuguez. No dia 17, vespéra das primeiras eleições parochiaes, annunciou o senado, por um pomposo bando, os actos solemnes a que havia de dar principio no seguinte dia, acompanhando esse annuncio com uma proclamação dirigida ao povo de Lisboa. O effeito correspondeu exactamente aos avisados conselhos e insinuações do mesmo senado, e aos desejos e espectaculo de todos os amigos da patria. Nos dias designados, e respectivamente seguintes, fizeram-se as eleições de parochia, de comarca e de provincia, precedidas de actos religiosos determinados nas instrucções.

Todos os cidadãos concorreram para a manutenção da ordem; e no fim de cada turno das eleições, resoavam por toda a parte os publicos signaes e demonstrações de alegria e applauso, acompanhados sempre de repetidos e ardentes vivas a el-rei, á sua augusta familia, ás côrtes, e á constituição. No meio da satisfação, que a capital sentia por tão plausiveis motivos, annunciou-se no dia 17 de dezembro a chegada do brigue *Providencia* ao Tejo com malas para o governo. N'ellas vinha a carta regia de 17 de outubro de 1820, dirigida aos precedentes governadores, por meio da qual el-rei se dignava annuir á primeira convocação das côrtes, annunciando tambem a sua vinda para Portugal, ou a de algum dos principes seus filhos, noticia que animou muito, tanto os membros do governo, como o geral da nação, pela bem fundada esperanza de que mereceria tambem a regia approvação tudo quanto ultimamente

praticado em favor da nova ordem de cousas política, que por si parecia ter a quasi unanimidade dos votos.

Quando se conservado na capital grande parte da tropa das frotas do norte, que n'ella havia entrado no dia 5 de outubro, e sendo conveniente restituil-a aos seus quartéis, ou outras posições que fossem mais adequadas ás circumstanças, então, pareceu á junta provisional ser de absoluta necessidade fazer, em nome de el-rei, uma promoção geral de todos os corpos das differentes armas, e ao mesmo tempo perceber, que em conformidade do real decreto do 1.º de julho de 1816, podessem os officiaes e soldados do exercito usar de logo das medalhas, e cruces de campanhas e batalhas. As resoluções, e outras menos importantes relativas ao exercito, constam individualmente das ordens do dia, entre as quaes figurava tambem a da restituição aos seus antigos officiaes, concedida áquelles officiaes regressados de França, e á vez que por algum titulo especial não tivessem desmerecido a honra de continuar no serviço militar da sua patria. Differentes corpos de tropas começaram a sair successivamente da capital desde o dia 8 de janeiro, publicando-se simultaneamente a ordem do dia da mesma data, em que se fez referença ao seu bom comportamento e disciplina, durante o tempo que existiram em Lisboa.

No dia 6 deviam estar reunidos na capital os deputados do reino, em conformidade das instrucções, que assim o mandavam; mas foram tão extraordinariamente copiosas as nevas da estação invernosa, que só a 23 se acharam em Lisboa os dois terços do numero total dos mesmos deputados, com os quaes pareceu conveniente começarem-se os effectivos trabalhos. No dia 24, pois, se reuniram para a declaração e legalidade dos seus poderes; e achando-se authenticos e legitimos, depois de se annunciar por bando no dia 25 a proxima installação do congresso nacional, se celebrou a ella no dia 26, precedendo uma solemne missa, celebrada com toda a pompa na basilica de Santa Maria, e os deputados prestaram o juramento, segundo a for-



mula. Acabada esta solemnidade ecclesiastica, dirigiram-se os deputados, acompanhados dos membros do governo, a sala destinada para as sessões das côrtes, cujo local e ornato consta do *Diário do governo*, sendo a principal, e a mais augusta decoração da casa, o retrato de el-rei, que por ordem do governo executou o primeiro pintor da real camara, Domingos Antonio de Sequeira, com toda a expressão e dignidade, que devia esperar-se dos seus bem distinctos talentos. Ali, em presença de todo o congresso, recitou o conde de Sampaio, como presidente e órgão dos sentimentos do governo, o discurso que se lê no *Diário do governo*, e ficando por este modo começadas as funcções das côrtes, terminou o governo os seus trabalhos, devendo ser substituído pelos que as mesmas côrtes nomeassem. Deve igualmente mencionar-se o manifesto, que o governo fez n'aquelle tempo, com o fim de infundir nos soberanos e povos da Europa um justo conceito ácerca das causas, do espirito, e da tendencia das mudanças effectuadas em Portugal, a fim de se não fegularem sobre tão importante objecto por apprehensões falsas, ou por mal intencionadas informações <sup>1</sup>.

---

DOCUMENTO N.º 86

(Citado a pag. 547)

**Participação feita pelo conde da Feira a Rafael da Cruz Guerreiro, do apparecimento da revolução liberal do Porto**

Lisboa, no palacio do governo, em 29 de agosto de 1820.—  
Cumpro um bem penoso dever, tendo de participar a v. s. que finalmente o pessimo e tão consequente exemplo, dado pela tropa hespanhola e napolitana, acaba de contaminar

<sup>1</sup> Julgamos que o original officio n.º 6, d'onde tirámos o que acima se lê, deve achar-se tambem registado no liv. 8.º, e ultimo, da correspondencia do governo de Portugal, dirigida para o Rio de Janeiro.

ntes abalada fidelidade da tropa portugueza. Berreia de Castro e Sepulveda, coronel do regimento n.º 18; Sebastião Drago Valente de Brito Coronel de artilheria n.º 4; e Domingos Antonio Gil, coronel do regimento de infantaria n.º 6, que com a guarnição da cidade do Porto, deixando-se alluciperfidias suggestões dos que com tanto affinco prestornar em toda a parte a ordem estabelecida, e effectuar no dia 24 do corrente, por meio da força da revolução n'aquella cidade, e talvez nas províncias do norte d'este reino. A mesma força militar, arrogando, que por nenhum titulo lhe compete, installou no a que chamou supremo, composto de pessoas, e estavam já escolhidas de antemão, cujo governo, dando a mais apparente submissão a sua magestade, no tempo que se constitue em rebelião contra o governo legitimo do mesmo senhor, declara a sua intenção de convocar as côrtes do reino, para restabelecer a nossa antiga constituição, quando aquellas nunca o podem ser senão por ordem do soberano, nem legitima nenhuma alteração, dimanar da mesma fonte. O brigadeiro Maxwell Grant, mandava o regimento n.º 6, consta que, recusando, natural, prestar-se ás intenções dos revoltosos, e elles preso, e que todos os officiaes inglezes, que se nos corpos foram depostos.

Logo a v. s.ª inclusas as proclamações dos revoltosos, agora têm chegado ao conhecimento do governo, e o mesmo governo acaba de publicar, dando a conhecer este horroroso attentado; e me ordenou que houvesse ao mesmo tempo que assim o communicasse a v. s.ª, commendar instantemente, por serviço de sua magestade, que faça v. s.ª conhecer ao governo de sua magestade, quão proveitoso e necessario seria para a conservação do legitimo governo de sua magestade n'este reino e o do seu fiel e antigo alliado, prestasse promptamente um auxilio pecuniario que podesse supprir o *deficit*, e vae experimentar pela cessação momentanea dos

consideraveis rendimentos, que percebia das províncias do norte, com que por agora não pôde contar, enquanto não conseguir restabelecer a ordem, alterada por este successo.

E suppondo o mesmo governo, que a repetição da natureza d'aquelles, que tenho hoje o dissabor de comunicar a v. s.<sup>a</sup>, deverá ter já sobejamente desengano de todos os gabinetes da Europa, da indispensavel necessidade de pôr um termo á continuação de um systema, que conduz á destruição de todos os governos legitimos; n'este caso espero que v. s.<sup>a</sup> poderá obter, como muito lhe requeirido, das potencias signatarias do tratado de Vienna, aquelle auxilio moral, que tão necessario se faz para os bons, e conter o progresso dos maus.

Deus guarde a v. s.<sup>a</sup> muitos annos. — Sr. Rafael Guerreiro. — De v. s.<sup>a</sup> muito attento e fiel captivo. *da Feira.*

#### DOCUMENTO N.º 86-A

(Citado a pag. 517)

##### Segunda participação do precedente assumpto

Lisboa, no palacio do governo, 2 de setembro de 1811. Ainda que com muita satisfação se tem sabido, que as províncias da Beira e Alemtejo se conservam em tranquillidade, não havendo motivo para duvidar, que o mesmo acontecimento na de Traz os Montes e no reino do Algarve, a v. s.<sup>a</sup> verá na *Gazeta* d'esta capital do dia de hoje; e devendo o mais serio cuidado ao governo d'este reino, para prolongação da crise em que nos achámos, convocou hontem um grande numero de pessoas do conselho de magestade, e conspicuas entre as diferentes classes da corte, para serem interrogadas, depois de se lhes ler uma exposição das noticias que tínhamos até então, e as perguntas que se haviam dado em consequencia d'ellas, e de

os seus pareceres a respeito dos meios que cada uma julgava em sua honra e consciencia, que convinha mais adoptar, para obstar ao imminente perigo que ameaça esta monarchia.

A vista pois de taes noticias do estado actual das cousas, e de que no acto da mesma conferencia declarou o marechal de campo Pamplona, que acabava de chegar n'aquelle momento da cidade de Coimbra, aonde não reinava o maior sossego, e d'onde foi obrigado a retirar-se pela defecção do regimento n.º 22, e influencia que o procedimento d'este motivou no batalhão de caçadores n.º 40, com que o mesmo marechal de campo contava, foi o parecer de todos os concorrentes, com uma pequena excepção; que se fazia indispensavel tirar da mão dos revoltosos a arma mais poderosa, que era a da opinião publica, seduzida pelas promessas lisonjeiras da convocação das côrtes, para fazer melhoramentos, que em grosso se desejam, mas que o não seriam, ou muito prejudiciaes, se fossem praticadas como elles o intentariam fazer, e que em taes circumstancias cumpria ao governo do reino, para se salvar esta monarchia do imminente risco a que estava exposta, tomar sobre si, e logo convocar em nome de sua magestade as côrtes do reino, o que se acaba de declarar pela proclamação, que v. s.<sup>a</sup> encontrará na mesma *Gazeta*, e que parece ter já produzido o melhor effeito, o que me cumpre communicar a v. s.<sup>a</sup> de ordem dos governadores do reino.

Deus guarde a v. s.<sup>a</sup> muitos annos. — Sr. Rafael da Cruz Gaerreiro. — *Conde da Feira*.

P. S. Depois d'este feito acabam de receber-se as mais importantes noticias, que constam do extraordinario incluso, que, segurando-nos a determinação do conde de Amarante pela boa causa, nos deixa nas mais lisonjeiras esperanças de que em pouco tempo poderemos ter a felicidade de ver restituidas á devida obediencia as provincias e tropas extraviadas, no que se vae cuidar com a actividade que taes circumstancias exigem.

## DOCUMENTO N.º 86-B

(Citado a pag. 517)

Offício do conde da Feira, dirigido para Londres a R.º  
Guerreiro, relatando-lhe a sublevação que tivera lugar  
do Porto em 21 de agosto de 1820, e as providencias to-  
los governadores do reino

Ill.<sup>mo</sup> sr. — Já v. s.<sup>a</sup> terá tido conhecimento pelas  
publicas, da sublevação que teve lugar na cidade  
no dia 21 do mez proximo passado; esse movimen-  
rado á imitação das revoluções de Hespanha e de  
foi effeituado inteiramente pela tropa da guarnição  
cidade, movida por uma associação secreta que e-  
officialidade, e, segundo parece, efficaz e escandale-  
auxiliada pelas intrigas do encarregado de negocios  
panha n'esta capital, e dos seus agentes. Os gove-  
do reino, prevenidos com alguma antecipação da  
que se premeditava, procuraram inutilmente impe-  
vendo os rebeldes, em consequencia das medidas  
para esse fim, apressado alguns dias a sublevação.  
de que elles se serviram para excitar os soldados  
foram o atrazo dos soldos, occasionado pelo *deficit*  
das publicas, quando sua magestade, em consequen-  
representações do governo de Portugal, se occupava  
mente dos remedios, que deveriam applicar-se a tão  
mal, e o descontentamento cada dia mais manifesta-  
nação portugueza, pela prolongação da ausencia do  
berano e da sua real familia.

As proclamações da junta do Porto, que v. s.<sup>a</sup> tem  
nos papeis publicos, annunciam a resolução de con-  
obediencia a el-rei nosso senhor, e á sua dynastia, e  
que venha residir para Portugal, arrogando-se ao  
tempo aquella junta, debaixo do titulo de suprema  
o governo d'elle até á reunião das côrtes que preta-  
vocar, para formarem uma constituição; e ainda q

declarações se não descubra immediatamente a influencia hespanhola, contudo é certo que, ou seja por mania de proselytismo, ou, o que é mais provavel, para excitar uma guerra civil, e tirar proveito d'ella, os agentes d'aquella nação foram os ardentes instigadores d'esta revolução.

Apenas se recebeu em Lisboa uma tal noticia, tratou o governo de adoptar com a maior actividade todas as medidas que lhe occorreram em tão perigosa crise, para obstar aos progressos do incendio, e abrir os olhos á parte leal e sensata da nação. Com este fim publicou a proclamação inclusa n.º 1; porém, vendo que os espiritos se achavam excessivamente agitados, e que era indispensavel, para os acalmar, e tomarem os governadores do reino sobre si a responsabilidade de uma resolução prompta e decisiva, convocaram no dia 1.º do corrente um conselho, composto de um grande numero de individuos de diversas classes do estado, e, em conformidade dos votos, quasi unanimes, do mesmo conselho, publicaram no dia seguinte a proclamação inclusa n.º 2, annunciando a determinação de convocar as côrtes.

Successivamente se foram publicando as diversas proclamações, que tambem vão inclusas n'este officio, e adoptando as providencias que a v. s.ª constarão das *Gazetas*, cuja serie se lhe remette; entretanto as circumstancias continuam a ser excessivamente criticas, e o bom exito das incessantes diligencias do governo ainda parece duvidoso. A junta intrusa do Porto tem sido reconhecida em todo o partido d'aquella cidade e provincia do Minho, assim como na porção da Beira, que se estende desde o Porto até á cidade de Coimbra inclusivamente. A tropa, e os habitantes da provincia de Traz os Montes, se mantêm fieis, graças á resolução energica que manifestou o conde de Amarante, governador das armas da mesma provincia. Vizeu, Lamego, e o resto da Beira, assim como as provincias da Extremadura, Alemtejo e o reino do Algarve, tambem se conservam por agora isentos da insurreição; porém, o regimento de infantaria n.º 22, e o de cavallaria n.º 10, que estavam acantonados em Leiria e Santarem, desertaram para Coimbra.



para as afagar e satisfazer, assim como para a  
publica da nação, na qual se manifesta um geral  
vel desejo de ver accelerada a reunião das côrtes.

Depois de haver habilitado a v. s.<sup>a</sup>, pela exposi-  
dos factos acontecidos, a formar uma idéa adeq-  
tuação critica em que se acha este reino, julgo de  
ferir aos impressos, que remetto inclusos, para  
e os demais ministros de sua magestade nas cô-  
ropa, possam conhecer qual é o modo de pensar  
nadores do reino, e nas communicações que tẽ  
as respectivas côrtes, junto às quaes se achar-  
dos, informarem-se, se o houverem por conveni-  
mesmos sentimentos, e desfazerem as impressões  
ou prejudiciaes, que talvez se suscitarão.

Os governadores do reino não desconhecem  
responsabilidade, que sobre elles recae; porém, e  
igualmente da urgencia e da gravidade do perigo  
a benigna approvação do nosso angusto soberano,  
em suas consciencias o unico systema, que lhes p-  
cer alguma probabilidade de manter illesa a sua  
de conservar a independencia e a unidade da m-  
de evitar os horrores de uma guerra civil. Elles e  
as côrtes antigas da monarchia, isto é, os tres  
reino, na esperança de que, satisfazendo-se assi-  
unanimis da nação, poderão operar-se as reform-  
indispensaveis do estado, sem passar por uma re-

la e sisuda da nação, a fim de manterem até á reunião  
mesmas côrtes o enlace legitimo, que deve existir entre  
o rei e a nação, por meio do governo que el-rei se  
constituir como seu representante. Para obter tão  
importante e saudavel projecto, é necessario seguir constante  
mente um systema mixto de moderação e de firmeza  
e manter com uma plena sinceridade as promessas feitas  
ao povo. Tal é a resolução em que se acha este governo, e  
porventura o unico meio de desfazer as intrigas hesi-  
tantes, que tarde, ou cedo ameaçam a independencia de  
Portugal.

Os trabalhos da commissão preparatoria, para a convoca-  
ção das côrtes, seguem-se com actividade; espera-se, dentro  
de poucos dias, poder expedir as cartas de convocação  
para as cortes do reino.

Devo v. s.<sup>a</sup> fazer o uso, que a sua prudencia lhe dictar,  
na communicação, que, por ordem dos governadores do  
reino, acabo de fazer-lhe, na certeza de que continuarei a  
atender ás occorrencias, que forem havendo em tão criti-  
cumsstancias.

Deus guarde a v. s.<sup>a</sup> Lisboa, no palacio do governo, em  
13 de setembro de 1820. — De v. s.<sup>a</sup>, etc. — Sr. Rafael da  
Guerreiro. = *Conde da Feira*.

---

## DOCUMENTO N.º 86-C

(Citado a pag. 517)

O governo inglez nega-se ao pedido,  
e não lhe fez em 13 de setembro de 1820, de soccorrer Portugal  
com algum dinheiro, e com uma sua esquadra

Lisboa, 13 de setembro de 1820.

Meu e ex.<sup>mo</sup> sr. — Hoje, e por breves instantes, pude al-  
cançar o fallar com mylord Castlereagh; e depois de lhe en-  
viar uma carta, que o sr. conde de Palmella me encarre-



gou de pôr em mão propria de mylord, passei a a s. s.<sup>a</sup> quão proveitoso e necessario se fazia para a conservação do governo de sua magestade n'esse reino. seu antigo e fiel alliado o soccorresse promptamente com dinheiro e com uma esquadra, a qual, pela sua conteria os desaffeitados, e daria animo aos leaes. depois de expressar com toda a sinceridade a situação do governo, e elle em particular, tomavam no que se ia a acontecer em Portugal, disse-me: «V. . . que conhece bem o estado de apuro em que se acham as nossas forças, sabe por consequencia a impossibilidade de nós achâmos de prestar o auxilio pecuniario que se requer. V. . . sabe tambem que sem isso mesmo não podemos fazer, sem a precisa approvação do parlamento. A situação de guerra é differente, porque por meio de um tratado, elle põe á nossa disposição uma certa somma de dinheiro. dispomos segundo nos parece conveniente, e depois. Enquanto ao mandar uma esquadra ao Brasil temos, acrescentou mylord, e o seu armamento é uma grande bulha no publico. De resto, á vista das disposições em que os portuguezes se acham a nos fazer qualquer demonstração que fizéssemos em favor de el-rei, serviria só talvez de os afastar da lealdade. menos apparentemente professam a sua magestade, offereceria um pretexto para se lançarem nos hespaulhoes, o que é da maior importancia para o governo. Mylord concluiu a breve conferencia que teve comigo dizendo-me: «que antes de tomar qualquer resolução, esperar ainda para saber o estado verdadeiro do governo em Portugal, de que só teriam conhecimento da abertura do paquete que se esperava, e que então resolveremos o assumpto d'esta conferencia».

Como o ministro de sua magestade, nomeado para a corte, está a chegar pelo proximo paquete, e devidamente informado da situação em que deiza esse governo, poderá com esta informação fazer junto a corte aquellas diligencias, que mais podêrem contribuir

edio aos males que actualmente nos opprimem. No emtanto  
ago da minha obrigação o mandar copia do officio de v. ex.<sup>a</sup>  
os ministros de sua magestade junto ás potencias, que for-  
am a grande aliança, para que elles possam fazer n'aquel-  
as cortes as diligencias, que o seu zelo lhes suggerir a bem  
do real serviço.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup>, etc. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conde da  
Feira. = *Rafael da Cruz Guerreiro.*

## DOCUMENTO N.º 87

(Citado a pag. 318)

**Desistencia feita pelo conde da Feira, dos soccorros militares,  
que tinha mandado pedir ao governo inglez**

Ill.<sup>mo</sup> sr. — Tendo communicado a v. s.<sup>a</sup>, pelo meu officio  
de 8 do corrente, que da parte do governo lhe dirigi com as  
proclamações e gazetas publicadas desde o dia 29 do mez  
passado, que contém tudo quanto tem chegado á noticia do  
mesmo governo sobre os acontecimentos, que tiveram logar  
na cidade do Porto no dia 24 do dito mez, e as providencias  
que se tem dado sobre este desastroso successo: cumpre-me  
agora dizer a v. s.<sup>a</sup>, que não convem por modo algum nos  
sejam enviados por esse ministerio soccorros militares, quer  
sejam de mar, quer de terra, pois que só serviriam n'este  
momento de aggravar o mal, visto que, mesmo a respeito  
dos officiaes inglezes que aqui se acham, é tal a prevenção,  
como prova a medida adoptada pelo governo do Porto, que  
os governadores do reino não podem deixar de os ir remo-  
vendo com pretextos apparentes do commando das tropas,  
esta a delicada situação em que nos achámos, como confi-  
dencialmente o participo a mr. Ward. O que porém urge  
nisto, e pôde ainda concorrer para salvar a monarchia, é a  
prompta chegada dos soccorros pecuniarios, ou sejam os  
que solicitei a v. s.<sup>a</sup> de ordem d'este governo, ou o resultado

do empréstimo que se diz sua magestade mandou trahir sobre diamantes para soccorrer este reino, do-se que um tal mr. Young viera do Rio com bencia.

Esperam os governadores do reino, do zelo e esforços de v. s.<sup>a</sup>, que fará sobre este assumpto o que entender a bem do serviço de sua magestade.

Deus guarde a v. s.<sup>a</sup> muitos annos. Lisboa, no governo, em 12 de setembro de 1820. — Sr. Raimão Guerreiro. = *Conde da Feira*.

## DOCUMENTO N.º 88

(Citado a pag. 330)

Instrucções deixadas em Madrid a Joaquim Severino  
por Antonio de Saldanha da Gama,  
ao sair d'aquella cidade para a de Paris

As circumstancias mui extraordinarias que tem vindo a obrigar o abaixo assignado a deixar esta missão nos ultimos mezes, por comprazer com os desejos, que manifestado o sr. Joaquim Severino Gomes, que de facto carregado dos negocios, passa a expender a sua opinião e a conducta a seguir n'esta missão durante a sua permanencia, bem persuadido que o reconhecido zelo do sr. Joaquim Severino Gomes, a sua pratica de negocios, e com a confiança não só do paiz, como dos individuos que hoje figuram, que podem vir a figurar, serão de muito maior utilidade do que quanto o abaixo assignado possa escrever:

1.º A falta de pagamento, que esta legação tem vindo a experimentar n'estes ultimos seis mezes, e a pouca esparçagem que se realisem promptamente, não só os atrasados, como as correntes despezas, exigem a mais restricta economia, e impossibilita esta missão de satisfazer as pensões e gratificações, que até agora iam contemplados nas listas de

2.º Nunca se perderá de vista o fazer todos os esforços possíveis para conseguir a remoção de D. José Maria de Pando, e D. José Maria Barrero, não só como negocio em que interessa o decoro de sua magestade, mas porque também a independencia nacional assim o exige, pois que evidentemente se manifesta que os trabalhos d'aquelle encarregado de negocios se dirigem ao fim de reunir Portugal á Hespanha.

3.º O governo, que á força de armas se constituiu em Portugal, é um governo revolucionario, que jamais pôde ser reconhecido pelos ministros de sua magestade; nem estes podem, nem devem permitir que os governos, junto dos quaes se acham acreditados, o reconheçam, nem com elle tratem; e havendo o tal reconhecimento, este acto por si só se deve tomar como um attentado aos direitos sagrados da soberania, e considerado como uma positiva declaração de guerra.

4.º Sendo no officio de 19 de abril do presente anno, que sua magestade, el-rei nosso senhor, olha a causa de sua magestade catholica como sua propria, é do dever d'esta missão o obrar n'este sentido; porém, com a maior discrição e circumspecção, na certeza de que todo o bem que se possa operar em Hespanha deve reflectir em Portugal.

5.º Existe de certo uma correspondencia entre um dos chefes da revolta de Portugal (o coronel Sepulveda) e Gargamala; e este homem deve ser sobremaneira suspeito a esta legação, não só por isto, como pelo comportamento revolucionario de seu irmão em Lisboa; não é menos suspeito o comportamento do marquez de Moz, e a seu respeito deve haver toda a vigilancia e circumspecção.

6.º No caso de haverem para o futuro meios pecuniarios, seria mui util para conservar e augmentar o partido em Portugal, addicto á boa causa, o imprimir alguns papeis em que se rebatessem os principios revolucionarios, e se analysassem as medidas subversivas, adoptadas pelo intruso governo.

7.º Logo que se conheça que os outros governos fazem

retirar de Lisboa os seus agentes diplomaticos, desistir com toda a energia para que este governo faça o seu.

8.º Toda a negociação com este governo, ou seja expedição do Rio da Prata, ou seja sobre outro qualisumpto, exige a prudencia que se suspenda, até que as tomem uma face mais segura.

9.º Depois das ultimas noticias vindas de Paris, bitavel que a duqueza de Cadaval intriga em Paris, de seu irmão, o duque de Montmorency, para fazer seu filho ao throno de Portugal. É muito provavel duque de Laval entre n'este plano, e obre de a e é necessaria toda a vigilancia, não só para desmas até para obstar a tal projecto. Segundo algumas confianças, o coronel Castro (seria o Sepulveda?) estranho a este projecto, e merece a sua conducta ser vigiada.

Madrid, 8 de novembro de 1820. — Antonio de S. da Gama.

#### DOCUMENTOS N.ºs 89 E 89-A

(Citado a pag. 324)

Circular expedida pelo marquez de Marialva a diferentes legações portuguezas, estabelecidas na Eu

Ill.ºº e ex.ºº sr. — Hontem recebeu este governo official de se haverem iusurgido, na tarde do dia 13 passado, as tropas da guarnição de Lisboa, tendo á sua o conde de Rezende, e de terem procedido, com as do juiz do povo, e em nome de sua magestade, á nome de um novo governo, recaíndo a escolha nas pessoas condes de Rezende, de Sampaio e de Penafiel, do p. Freire, do general Mathias José Dias Azedo, e Hernan Braamcamp. Tal é a triste participação, que hoje me fazer a v. ex.ª (ou s.ª), para que possa tomar se

tempo todas as medidas, que o seu zêlo lhe dictar a bem  
serviço do nosso augusto amo.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> (ou s.<sup>a</sup>). Paris, em 2 de outubro  
1820. — *Marquez de Marialva.*

## DOCUMENTO N.º 90

(Citado a pag. 525)

**Nota dirigida pelo marquez de Marialva ao governo francez,  
participando-lhe a revolta liberal de Lisboa  
em 15 de setembro de 1820**

Monsieur le baron. — Je remplis aujourd'hui un bien pénible devoir, en vous annonçant que l'insurrection du Porto a été suivie d'une autre à Lisbonne, qui, à l'instar de la première, a été opérée par la garnison de cette ville le 15 du mois dernier. Et comme par suite de cette dernière catastrophe il y fut établi un gouvernement insurrectionnel, qui remplace la régence instituée par le roi, mon maître, auprès de laquelle étaient accrédités les divers agents diplomatiques, résidant à Lisbonne (lesquels ne peuvent donc continuer leurs respectives fonctions, sans le grand scandale de reconnaître tacitement le gouvernement révolutionnaire, qui existe malheureusement dans cette ville), j'ai l'honneur de vous déclarer qu'il soit enjoint incessamment à Mr. le chevalier Lesseps de s'abstenir de tous les rapports officiels avec le gouvernement intrus, et de se borner à la gestion des affaires purement commerciales, en s'adressant officiellement au tribunal, qui en a la direction. Cette demande est régulière et si juste, que je compte sur l'empressement de v. ex.<sup>ce</sup> à prendre les ordres du roi là-dessus, et à m'en donner connaissance, pour que je puisse informer ma cour de cette nouvelle marque de la justice éclairée de sa majesté chrétienne.

Dans cette attente, j'ai l'honneur d'être, Mr. le baron, avec



une très haute considération, de v. ex<sup>ce</sup> le très humble et très obéissant serviteur. — *Le Marquis de Marialva*. — S. ex<sup>ce</sup> mr. le baron Pasquier. — Paris, ce 5 octobre 1820.

## DOCUMENTO N.º 91

(Citado a pag. 523)

**Nota circular do marquez de Marialva, dirigida as legações portuguezas, participando-lhes deverem suspender as suas respectivas funções por effeito dos acontecimentos de Lisboa**

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. (ou ill.<sup>mo</sup> sr.) — Como pelo facto da instituição de um governo popular, e illegítimo, na cidade de Lisboa, devam cessar as funções de todos os empregados diplomaticos, que estavam acreditados junto do governo legitimo, estabelecido por sua magestade, tenho reclamado d'este ministerio a expedição das ordens necessarias para que o seu encarregado de negocios, residente em Lisboa, haja de interromper o exercicio das suas respectivas funções, abstando-se de toda a correspondencia official com o governo intruso, para não commetter o escandalo de reconhecer tacitamente a sua intrusão; e o participo a v. ex.<sup>a</sup> (ou s.<sup>a</sup>), para seu devido conhecimento, e para que a tal respeito possa fazer outro tanto, ou o que entender de melhor a bem do serviço do nosso augusto amo.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> (ou s.<sup>a</sup>). Paris, em 4 de outubro de 1820. — *Marquez de Marialva*.

## DOCUMENTO N.º 92

(Citado a pag. 525)

*Nota dirigida pelo marquez de Marialva ao principe de Metternich, pedindo-lhe a intervenção da Austria nos paizes onde apparecerem revoluções populares (tradução do francez)*

Meu principe! — Confiado, talvez em demasia, nos irrefragaveis testemunhos de amizade com que vossa alteza me tem constantemente honrado, atrevo-me a escrever-lhe n'um momento em que occupações innumeraveis e extremamente importantes, devem absorver todo o vosso tempo; mas como longe de vós, em vez de vos distrahir, ao contrario, vos vou entreter com um assumpto, que tem a mais intima relação com o grande objecto, que actualmente reclama toda a vossa attenção (tal como a manutenção da paz e da ordem social na Europa), espero que vós acolhereis com benevolencia esta presente carta. O reino de Portugal tambem por sua vez acaba de ser atacado pela molestia moral, que desde algum tempo afflige uma grande parte das nações europeas. Não entreterei pois vossa alteza, expondo a maneira por que este mal n'elle se manifestou, nem tão pouco as salutaes medidas, que o governo legitimo d'este paiz empregou para conjurar a tempestade, pois que o meu estimavel amigo e collega, o commendador Navarro, vos terá sem duvida informado de todas as circumstancias, que têm caracterizado este triste acontecimento; mas limitar-me-hei, meu principe, a fixar a vossa attenção sobre a imperiosa necessidade de proseguir sem descanso no salutar projecto, que sua magestade, o imperador, de accordo com os seus poderosos alliaes, concebeu de aniquilar este espirito de revolta, que tende á subversão de todos os governos legitimos, subversão que ameaça a Europa de um geral transtorno. Se as altas potencias, que possuem ainda uma tão grande força moral, e que com segurança podem dispor das suas forças materiaes, querem desempenhar esta nobre e generosa vocação, Por-



ugal será salvo, e o dogma da legitimidade para consagrado. Por mais de uma vez me tem vossa alteza munhado o interesse que o vosso governo, e vós mesmos patenteado em favor da monarchia portugueza; que a sorte de Portugal está tão essencialmente ligada à Europa, seria muito para desejar que as potencias se proclamassem no geral interesse os seguintes principios

1.º Que ellas não reconhecerão jamais mudança nas constituições politicas dos estados da Europa, e nada por uma insurreição, quer seja militar, quer politico visto que todas as fórmulas de governo existentes se implicitamente garantidas pelos actos solemnes de Pavia, Vienna, e de Aix-la-Chapelle.

2.º Que ellas exercerão esta garantia todas as vezes desgraçadas circumstancias reclamarem a sua execução

3.º Que dispostas todas ellas a interpor os seus bons officios nas contendas entre os soberanos e os seus respectivos subditos, ellas empregarão os meios ao seu alcance para primir todo o ataque, dirigido contra os direitos da monarchia, que reciprocamente por ellas são garantidos.

Taes são, meu principe, as minhas idéas e os meus sentimentos sobre um tão grave objecto, e eu as entrego com a inteira confiança ao vosso esclarecido juizo, rogando-vos lhes todos os desenvolvimentos, que as vossas luzes e a breza dos vossos principios vos poderão suggerir.

Por tudo isto vós ajuntareis, meu principe, novos e mais alta consideração, com que tenho a honra de vossa alteza, o mais humilde e obediente creado. — *João de Marialva*. — Paris, 6 de outubro de 1820.

## DOCUMENTOS N.º 93 A 93-D

(Citados a pag. 525)

**Notas do marquez de Marialva,  
dirigidas a diversas,  
para fazer mallograr o governo liberal em Portugal**

**N.º 93 — Nota dirigida  
aos plenipotenciarios das cinco côrtes aliadas,  
residentes em Paris**

O abaixo assignado, embaixador de sua magestade fidelissima, junto de sua magestade christianissima, desempenha um bem penoso dever, dirigindo-se a s. ex.ª, os srs. plenipotenciarios das côrtes de Austria, França, Gran-Bretanha, Prussia e Russia, tendo de lhes noticiar que a guarnição de Lisboa, á maneira da do Porto, se insurgiu no dia 13 de setembro ultimo, e destruiu a regencia estabelecida por el-rei, substituindo-lhe um governo insurreccional, eleito em praça publica. E como esta grande catastrophe, augmentando proposadamente o perigo de que Portugal está ameaçado, pôde trazer uma influencia maligna na tranquillidade da Europa, acrescentando por isto um novo peso ás grandes considerações, que o abaixo assignado ha submettido ás altas potências acima mencionadas, por meio do officio que dirigiu a s. ex.ª na data de 17 do mez ultimo, roga-lhes instantemente que tenham a bondade de dar conhecimento d'este ultimo accesso ás suas respectivas côrtes, para que ellas lhe possam prestar toda a attenção que merece.

O abaixo assignado roga, alem d'isso, a s. ex.ª os srs. plenipotenciarios da côrtes da Austria, de França, da Gran-Bretanha, da Prussia e da Russia, que aceitem as mais desveladas seguranças da sua mais alta consideração. — *Marquez de Marialva*. — Paris, 8 de outubro de 1820. — A s. ex.ª os plenipotenciarios das côrtes de Austria, de França, da Gran-Bretanha, da Prussia, e da Russia.

N.º 93-A — Outra nota  
dirigida aos mesmos plenipotenciarios

Meus senhores! — Os governos insurreccionaes do F e de Lisboa, tendo proclamado as côrtes de Portugal, que immediatamente cuidem na apresentação de uma constituição, prevejo, com bem vivo pezar, que um gr novo ataque se dê aos direitos de soberania de sua m tade fidelissima, pois que estas côrtes, não tendo voto berativo, mas apenas um simples direito de representação soberano, ultrapassam em tal commissão os limites das attribuições primitivas de redigir uma constituição sem ictorisação de el-rei. Ouso acreditar, meus senhores, qu ria possível, e digno das altas potencias alliadas, evita tal escandalo, se, no momento da reunião das côrtes em tugal, ellas lhes notificassem por uma maneira solenne, considerando-se legalmente installadas em virtude da clamação da regencia, na data de 2 de setembro ultimo peravam que se limitassem ao exercicio das suas func legítimas, dirigindo respeitosamente ao conhecimento d rei, aguardando o dignar-se elle adoptar as medidas, q sua sabedoria elle julgasse mais proprias para assegurar felicidade dos seus subditos, na certeza de que, obrando este modo, ellas nada mais fazem do que desempenhar rosamente a sua importante missão, tornando-se em tal dignas da benevolencia de sua magestade fidelissima, todos os soberanos da Europa. Tão intimamente persu estou, meus senhores, da vantagem d'esta nobre e gen intervenção das ditas potencias alliadas, que me atrevo gar, em nome de el-rei meu senhor, que hajaes por he cidir-vos a fazer expedir as convenientes ordens aos ag diplomaticos residentes em Lisboa, para que levem as d a conduzirem-se pela maneira indicada. E como esta mação não pôde ter melhor caminho, que o de ser co a v. ex.<sup>as</sup>, tenho a honra de vos pedir, que a submettaes q antes ás vossas respectivas côrtes, para que se sirvan

este grande testemunho do interesse, que as anima pela augusta casa de Bragança.

V. ex.<sup>as</sup>, acolhendo esta minha supplica, ajuntarão novos títulos à mais alta consideração, com que tenho a honra de ser de v. ex.<sup>as</sup>, o mais humilde e obediente servo. — *Marquez de Marulva*. — Paris, 10 de outubro de 1820. — A s. ex.<sup>as</sup> os srs. plenipotenciarios das côrtes de Austria, de França, da Grã-Bretanha, da Prussia, e da Russia.

N.º 93-B Offício dirigido pelo marquez de Marialva  
ao ministro de Portugal em Vienna,  
Rodrigo Navarro de Andrade

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Sendo constante que suas magestades, os imperadores da Austria, e da Russia, se vão reunir em Tropeau com o louvavel e generoso designio de combinar as medidas necessarias, para preservarem certos estados da Europa do perigo que os ameaça, e proverem por esse meio à conservação da tranquillidade geral; e occorrendo que as referidas devem ser em grande parte relativas a Portugal, pelas tristes circumstancias em que presentemente se acha aquelle reino, ousou crer que v. ex.<sup>a</sup> (que tem a fortuna de merecer a benevolencia dos referidos soberanos, e a consideração especial dos seus ministros), prestaria um grande serviço ao nosso augusto amo, se quizesse passar immediatamente a Tropeau, ou a qualquer outro lugar, onde se haja de tratar de tão importante objecto, e fosse ali zelar os direitos do nosso augusto amo, solicitando e insinuando a adopção d'aquellas medidas, que lhe parecerem as mais efficazes. para manterem a independencia de Portugal, e os direitos de soberania da augusta casa de Bragança, e a unidade actual da monarchia portugueza. Na persuasão, pois, de que v. ex.<sup>a</sup> folgará muito de dar a sua magestade uma prova tão decisiva do seu zelo, e desejando coadjuval-o em tão honroso trabalho, communicar-lhe-hei as minhas idéas a este respeito, transmutando-lhe as peças officiaes inclusas, em que

maior a v. ex.<sup>a</sup> a respeito de tudo. — E finalmente aos sobreditos plenipotenciarios, reque-  
seus respectivos governos façam intimar ás o-  
vões reunir em Portugal, que elles esperam que  
tem a levar á presença de el-rei os votos da nação  
das suas primitivas attribuições, e da convocação  
regencia na data de 2 do mez passado. E por  
minha reclamação tem por fim prevenir, que  
côrtes commettam o escandalo de traçarem a  
ção, sem especial auctorisação de sua magestade  
muito ao serviço do mesmo augusto senhor, que  
de empregar as diligencias necessarias perante  
no, para decidil-o a prestar-nos a intervenção  
d'elle reclamâmos.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Paris, em 13 de outubro  
Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Rodrigo Navarro de Andrad  
*de Marialva*.

---

N.º 93-C — Resposta dada pelo barão de  
ao marquez de Marialva

Paris, 12 de outubro de 1820. — O abaixo  
viado extraordinario e ministro plenipotencia-  
gestade imperial e real apostolica, recebeu a  
official que s. ex.<sup>a</sup>, o sr. marquez de Marialva, e  
sua magestade fidelissima, junto de sua mage-  
missima, lhe fez o honra de dirigir.

arnição de Lisboa effeituou no dia 15 de setembro. O abaixo assignado apressar-se-ha em levar, sem a demora, estas duas peças ao conhecimento da sua m conformidade dos desejos de s. ex.<sup>a</sup>, o que elle já fez com aquella, que tambem lhe dirigiu em 17 do mo.

proveita ao mesmo tempo esta occasião, para renovar, s. ex.<sup>a</sup>, o sr. marquez de Marialva, os protestos da sua alta consideração. — *Barão de Vincent*. — A s. ex.<sup>a</sup>, sr marquez de Marialva, embaixador de sua magestade elissima, junto de sua magestade christianissima.

— Nova nota dirigida pelo marquez de Marialva ao sr. de Metternich, reclamando a intervenção dos signatarios, reunidos em Troppeau, nos negocios de Portugal.

mon prince! — Dans la persuasion que votre altesse sera d'apprendre les dernières occurrences du Portugal, je ne puis que vous prier de vouloir mieux remplir le noble et genereux engagement que vous avez pris de veiller aux intérêts de sa majesté très-chrétienne. Après des augustes souverains réunis à Troppeau, il me fait un honneur de vous annoncer, que le gouvernement républicain établi à Lisbonne, a pris l'étrange résolution, non seulement d'exiger des autorités constituées de ce royaume, mais de toutes les personnes titrées, la prestation de serment d'obéissance au roi, aux cortès et à la constitution actuelle, mais encore d'apporter, au mépris de nos vénéralbles lois constitutionnelles, un nouveau mode pour la formation des cortès, et l'élection des députés, en abandonnant à l'universalité du peuple le choix de ses représentants. La seule base de la population, que est censée de 10 millions d'habitants, et à raison d'un député sur vingt mille. Ces elections devant avoir lieu incessamment, afin que les cortès puissent s'assembler infailliblement le 1<sup>er</sup> de l'année prochaine. Ces procédés, mon prince, sont autant d'atteintes portées aux droits de souveraineté.

Les intérêts du roi me sont trop chers, pour qu'en prévoyant tous ces graves inconvénients, je presse pas à vous en donner connaissance, et de vouloir bien en informer les augustes souverains à Tropeau afin qu'ils puissent en délibérer, et venir à introposer sans délai leur haute médiation des desmarches officielles, et collectives, que j'ai de vous indiquer dans ma précédente lettre de ce mois. Mais comme il est important de l'intervention des puissances alliées avec les égards à sa majesté très-fidèle, le roi, mon maître, la liberté d'observer à votre altesse que, quoiqu'elles soient concertées et arrêtées dans les conférences, il est toutefois indispensable que les mêmes puissances, résidant à Paris, aient la mission de négocier avec le plénipotentiaire portugais sur les plus convenables de rendre effective la médiation. Telle est, mon prince, la communication que je fais aujourd'hui à votre altesse, en la priant d'en faire le plus avantageux dans l'intérêt du roi, mon maître.

Et je saisis en même temps cette occasion pour renouveler les assurances les plus formelles de ma considération avec laquelle j'ai l'honneur d'être, etc. — *Le Marquis de Marialva*. — Son altesse le prince de Metternich, etc., etc. — Paris, ce 10 1820.

das insurreições. Depois d'isto passei aos plenipotenciarios das côrtes alliadas a nota junta por copia para lhes dar conhecimento official da revolta da guarnição de Lisboa, e da consecutiva instituição de governo insurreccional n'aquella cidade, bem como chamar a attenção das mesmas côrtes sobre um acontecimento, que é de superior importancia, por ser o que poz fim á criminosa empreza da insurreição d'aquelle reino. Nesta, passei a nota junta (letra F) aos referidos plenipotenciarios, reclamando no augusto nome de sua magestade a intervenção dos seus respectivos soberanos, para que as côrtes convocadas em Portugal commettam o creditado menoscabo da auctoridade real, traçando a instituição para aquelle reino, sem o beneplacito e licença especial do mesmo augusto senhor. Por este meio procurei tambem obviar a um outro moi grave inconveniente, qual é o de fazerem as sobreditas côrtes uma concessão, nos termos pouco mais ou menos da monstruosa declaração hespanhola, o que é muito de receiar, porque ha Hespanha contribuido efficazmente para a insurreição de Portugal, ha de querer ter um eterno monumento da sua nociva intervenção.

Em todas estas ponderosas considerações, decidi-me a recorrer á mediação das grandes potencias por meio da seguinte nota, e dei immediatamente conhecimento do seu conteúdo aos ministros de sua magestade, junto das côrtes de Viena, Berlim, e Petersburgo, rogando-lhes instan-



seus interesses. E ainda que até hoje não  
resposta do dito ministro, estou contudo pe-  
elle se prestou de muito bom grado á mi-  
Alguns dias depois de haver escripto ao co-  
varro, no sentido que levo indicado, recebi  
me dirigiu o ministro de sua magestade em  
parte de achar-se munido de plenos poderes  
assistir a qualquer congresso que tiver logar  
em que se haja de tratar de interesses de Po-  
do-me o meu parecer sobre o dever, ou não  
mesmos plenos poderes na conjunctura presen-  
te, porém, não ter eu cabal conhecimento dos  
soberanos pretendem dar ás conferencias  
vi-me na impossibilidade de poder bem infor-  
ministro, e decidi-me a escrever ao príncipe  
noticiando a missão do meu benemerito col-  
Saldanha da Gama, e pedindo-lhe o favor de  
logar aonde se farão as conferencias, que a  
seguir á reunião dos soberanos em Troppeau  
mediatamente conhecimento ao ministro de  
em Madrid, acrescentando que, se no estado  
que nos achámos, sobre o haverem, ou não ca-  
sequentes ás de Troppeau, elle quizesse an-  
gem a esta côrte, teríamos, quando menos,  
nos avistarmos, e de conferirmos sobre o  
que fazer a bem do serviço do nosso an-  
gosto.

julgando, porém, ainda satisfeitas todas as minhas  
 ações para com el-rei, meu senhor (pois que além da  
 de ser seu embaixador, tenho a de ser membro do seu  
 conselho, ousarei dizer com toda a franqueza, que a urgen-  
 cia das circumstancias reclama quaes sejam as providencias.  
 Me parecem mais adequadas e efficazes para prover ao  
 actual de Portugal, e restaurar com o decoro devido  
 a realidade real d'aquelle reino. Em primeiro lugar terei  
 a honra de declarar a v. ex.<sup>a</sup> que me parece mui conveniente,  
 que sua magestade se digne conceder uma amnistia geral,  
 pelo meio de uma proclamação, dirigida aos habitantes de  
 Portugal que tomaram parte na insurreição, e redigida em  
 termos taes, que, em vez de offender o amor proprio d'esses  
 individuos, haja pelo contrario de penetrar-os de um gene-  
 ral arrependimento, e de um vivo reconhecimento pela au-  
 toridade da pessoa de sua magestade. E esta proclamação poderá  
 ser acompanhada de duas cartas regias, dirigidas aos juizes  
 do novo de Lisboa e do Porto, que seriam encarregados de  
 lê-las por todo o reino. A segunda providencia que  
 se deve dar, será a de ratificar a convocação das côrtes,  
 feita pela portaria da regencia, na data de 2 do mez passa-  
 do. A terceira providencia, que no meu entender se deve dar em  
 primeiro lugar, é a de nomear uma nova regencia; e n'este  
 caso preciso ponderar antes, se ella deve ser unicamente  
 composta de pessoas, que sejam de todo estranhas aos acon-  
 tecimentos, que tiveram ultimamente lugar em Portugal, ou  
 se convem compo-la de um certo numero de taes pessoas,  
 e algumas d'aquellas, que tendo aliás tomado parte na  
 insurreição, possam contudo, pela moderação da sua con-  
 duta na crise actual, inspirar ainda confiança a sua mages-  
 tade. E este problema é de tamanha gravidade, que, tendo  
 em vista de vista ha muitos annos alguns dos individuos  
 que formam o governo intruso, e não conhecendo os demais,  
 me atrevo a pronunciar a minha opinião sobre a sua so-  
 lução. Seja porém qual for o modo por que sua magestade  
 decidir por bem de formar a nova regencia, é necessario ante-  
 res aos habitantes de Portugal a idéa de que ella é provi-

soria, enquanto os negocios d'aquelle reino não se arranjarem de uma maneira tão estavel e decorosa, que o mesmo senhor, por complemento de mercê aos seus vassallos d'aquelle reino, possa conferir o governo d'elles a sua alteza realissimo principe, o senhor D. Pedro. A providencia que convem dar em quarto e ultimo logar (talvez a mais importante), é a de organizar o ministerio quanto antes, e de maneira tal, que o serviço publico possa ser feito com a regularidade, decencia e ponderação, que a crise actual periosamente reclama. Esta medida deve ser de maior agouro para os habitantes de Portugal, porque na sua mediata e espontanea adopção verão elles o proposito em que está sua magestade de melhorar a administração publica, e de fazer cessar os motivos com que se pretendia farçar o attentado commettido pelo facto da insurreição.

Eu estou inteiramente persuadido de que o mecho da nossa administração publica é defeituoso, e de que a forma apropriado ás circumstancias actuaes da monarchia, e por isso creio que o maior beneficio que o nosso monarcha pôde fazer aos seus fieis vassallos, é o de melhorar a organização da mesma administração. Estas são em geral as minhas idéas; e se ellas podêrem ser de alguma utilidade para o serviço de sua magestade na conjunctura presente, felicitar-me-hei de as haver manifestado, porque eu tenho unicamente em vista o bem da monarchia, e a gloria do soberano. E terminarei o presente officio, transmitindo a v. ex.<sup>a</sup> (sob a letra H) a nota, pela qual os plenipotenciarios das côrtes alliadas responderam ás que lhe dirigi nos dias de 8 e 10 do corrente mez, e de que acima tenho feito menção.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Paris, em 28 de outubro de 1808.  
 Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Thomás Antonio de Villa Nova Portugal  
 Marquez, estribeiro mór.

## DOCUMENTO N.º 94

(Citado a pag. 529)

Circular expedida pelo governo liberal,  
para se proceder às eleições dos deputados às côrtes

Remetto a Vm.<sup>ca</sup> as novas instrucções, pelas quaes se deve regular a eleição dos compromissarios, eleitores e deputados das côrtes extraordinarias, ficando sem effeito as que lhe dirigim com aviso de 8 do corrente. A primeira columna d'estas instrucções, é a traducção literal da constituição hespanhola; e a segunda contém as modificações, que pareceram necessarias em nossas particulares circumstancias, ficando em tudo o mais applicaveis n'esta parte aos artigos da mesma constituição, traduzidos nas referidas instrucções. Os artigos relativos aos dominios ultramarinos, que agora não são applicaveis, o serão logo que os seus habitantes queiram espontaneamente acceder aos votos geraes do povo portuguez, e para não fazer confusão, foi n'esta parte que se fizeram as declarações notadas á margem. Vm.<sup>ca</sup> deve ficar entendendo que não ha tempo para fazer perguntas ao governo sobre a extensão das referidas instrucções, e é de crer que nem seja necessario fazel-as; porém, quando alguma duvida se offereça, com qualquer reflexão e conselho de pessoas entendidas, vm.<sup>ca</sup> pôde ficar nas circumstancias de se deliberar, de modo que as eleições se façam infallivelmente nos dias aprazados, e indicados nas instrucções. No caso de não ser possível concluir algumas das eleições nos domingos que estão aprazados, deverá continuar a fazer-se successivamente, e sem interrupção, na segunda feira, e nos mais dias da semana, de modo que não haja senão aquella alteração, que uma imperiosa necessidade absolutamente exige. O logar para a reunião dos deputados das côrtes é esta capital, e o dia d'esta reunião é o mesmo dia 6 de janeiro de 1821, como tambem se achava decidido e indicado nas primeiras instrucções.

Deus guarde a vm.<sup>ca</sup> muitos annos. Lisboa, 22 de novembro de 1820. — *Manuel Fernandes Thomás.*

## DOCUMENTO N.º 95

(Citado a pag. 533)

**Participação que a regencia fez para o Rio de Janeiro  
da sua nomeação e installação**

Senhor! — É do nosso dever dar conta a vossa magestade, que as côrtes geraes e extraordinarias da nação, entraram no exercicio dos seus poderes, procederam á nomeação de uma regencia, que no real nome de vossa magestade, exercitasse o poder executivo nacional, e de secretarios para as repartições dos negocios do real erario, da fazenda, da guerra, da marinha e dos estrangeiros, mettendo nos a nós respectivamente estes importantes cargos, como vossa magestade verá pelos decretos que vós, n.ºs 1, 2 e 3, datados de 30 de janeiro proximo passados. Em consequencia d'esta nomeação, depois de prestarmos, no mesmo dia, nas mãos do presidente das côrtes, o juramento segundo a formula . . . , nos dirigimos ao palacio de vossa magestade, acompanhados de quatro deputados e um secretario, e fomos investidos na posse dos respectivos cargos, e começámos a exercer as funções que elle nos impõem. Ellas, senhor, são arduas e difficeis, e sem duvida mui superiores ás nossas possibilidades; mas a dignidade e honra que nos coube em sorte, fará redobrar nossos esforços no seu desempenho, e o augusto nome de vossa magestade, presente a todas as nossas deliberações e providencias, apresentando-nos a cada passo para guia dos nossos procedimentos as sublimes e reaes virtudes de vossa magestade, nos dirigirá constantemente ao grande objecto da feição publica, que é tambem o unico alvo dos pensamentos e desejos de vossa magestade. Permitta o céu, que em vossa gloriosa carreira, tenhamos a ventura de merecer as bençãos da nação, e o agrado e approvação de vossa magestade. E em breve possamos depor nas reaes mãos de vossa magestade o precioso deposito, que, com inalteravel fidelidade, havemos de zelar e conservar.

nesta occasião temos tambem a honra de levar ao conhecimento de vossa magestade, que no dia de hontem, 16 corrente, se nos apresentaram tres deputados da ilha da Madeira, enviados respectivamente pelo governador e capitão geral, pela camara e pelo povo, e munidos de cartas e paquete vão juntos a esta conta debaixo do n.º 5, pelos quaes vossa magestade verá os ultimos successos d'aquella ilha, conhecerá, não só a unanimidade dos sentimentos que em todos os portuguezes, e o concerto e boa ordem com que elles se desenvolvem, mas tambem o reverente amor e inextinguivel fidelidade, que em toda a parte professam á pessoa de vossa magestade, cujo augusto nome é tratado com tanto enthusiasmo no meio do mais exaltado sentimento patriotismo.

Muito alta e muito poderosa pessoa de vossa magestade de Deus muitos annos, como desejámos e havemos mis-  
 Lisboa, no palacio da regencia, em 17 de janeiro de  
 . = *Conde de Sampaio* = *Frei Francisco de S. Luiz* =  
*da Cunha Souto Maior* = *José da Silva Carvalho* =  
*Francisco Duarte Coelho* = *Antonio Teixeira Rebello* = *An-  
 to José Braamcamp.*

## DOCUMENTO N.º 95-A

(Citado a pag. 589)

de D. José Luiz de Sousa, participando para o Rio de Janeiro  
 reunião dos soberanos do norte no congresso de Laybach, com o  
 de intervirem nos negocios internos de Napoles, alem de outros  
 mais assumptos

M.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Tenho a honra de remetter a v. ex.<sup>a</sup> a  
 correspondencia das differentes missões de sua magestade,  
 me foi remettida fechada pelo marquez de Marialva, e  
 almente os periodicos que pertencem ao mez passado.  
 primeira, é natural que v. ex.<sup>a</sup> seja informado circum-  
 ciadamente dos negocios do continente, especialmente  
 que se têm tratado no congresso dos soberanos em



Troppau, e que são principalmente relativos á revolução de Nápoles. Contudo, não deixarei de referir o que aqui consta pelas gazetas, e informações particulares de maior credito por continuarem a ter a maior reserva os embaixadores das potencias principaes.

Logo que el-rei de Nápoles recebeu as cartas dos dois imperadores e de el-rei da Prussia, todas tres do mesmo teor convidando-o a vir a Laybach a conferenciar com elles, mandou pelo seu ministro dos negocios estrangeiros uma mensagem ao parlamento, fazendo-lhe communicação das referidas cartas, e participando-lhe que elle se resolvia a annuir aos rogos dos soberanos para evitar os males da guerra, e pedindo que até á sua volta não se fizesse innovação alguma, mas protestando que não assignaria nenhuma modificação na constituição, que fosse contraria aos principios, que elle enumerava como bases invariaveis do systema constitucional do reino de Nápoles. Ainda que, como v. ex.<sup>a</sup> verá nos documentos que vão marcados nas gazetas que remetto n'esta occasião, aquelles principios ligavam sufficientemente o soberano, e continham, para assim dizer, uma recapitulação das bases da constituição hespanhola; e ainda que el-rei podia, que se nomeassem quatro deputados do parlamento para o acompanharem ao congresso, foi a proposição de el-rei recebida com signaes de desapprovação da parte do congresso, que dirigiu em consequencia uma representação a el-rei, declarando que o parlamento não tinha poder para consentir em tudo o que continha a mensagem de el-rei, nem na sua partida de Nápoles, se não tivesse por objecto sustentar a constituição hespanhola, que todo o povo tinha jurado. El-rei respondeu, por uma segunda mensagem, em que mostrava o sentimento, que lhe tinha causado a resolução do parlamento, mas igualmente a persuasão de que a sua viagem a Laybach podia ser util, para evitar os males da guerra, sem comprometter os direitos da nação; porque não pensando em violar a constituição hespanhola, lembrava que no seu decreto de 7 de julho se tinha reservado o direito de a modificar.

a modificação não foi porém bastante, porque no dia 1 de dezembro remetteu o duque de Campo Chiaro outra mensagem de el-rei, que declarava que só ia a Laybach com o fim de manter a constituição hespanhola, e pedia uma decisão definitiva do parlamento, se consentia n'aquella viagem, e que os soberanos alliados exigiam uma resposta immediata e se annuia á proposição de deixar o seu filho primogénito como seu vigario geral no reino.

Novamente fez o parlamento outra representação a el-rei, mas elle oppunha-já á ida de el-rei, o qual embarcou no dia 13 em uma ingleza *Vengeur*, sendo esta acompanhada pela franceza *Duqueza de Berry*, e por outra fragata ingleza que iam as pessoas da sua comitiva.

Neste intervallo tinha o ministro dos negocios estrangeiros apresentado ao parlamento outra mensagem de el-rei, na qual participava, que el-rei de França offerecia a sua mediação entre el-rei de Napoles e as potencias estrangeiras, e que se fariam certas mudanças na constituição, como seria a introdução de uma camara de pares, a criação da deputação permanente das côrtes, e a concessão do veto illimitado, alem de outros artigos, que se acham publicados nas gazetas que remetto.

O parlamento, declarando que as negociações eram uma usurpação das prerogativas de el-rei, não deixou por isso de mostrar-lhe a sua desagradação, que uma potencia estrangeira quizesse dictar a lei ao seu soberano; mas, parece que no mesmo tempo em que el-rei embarcou, elle propoz as modificações que julgava deverem ser feitas na constituição, sobre as quaes el-rei não tomou decisão alguma, dizendo que necessitava de ser meditadas com mais vagar e socego, do que no momento em que ia a embarcar, e que por isso deixasse esse assumpto ao cuidado de seu augusto filho. Com effecto, agora na *Gazeta* de 12 do corrente se publica um decreto, que tem o cunho da verdade, da resolução dos soberanos em Troppau, e a resposta que deu el-rei de Napoles á carta que lhe escreveram, que indica a sua satisfação em cooperar com os seus alliados, nos esforços que estão re-



solvidos a fazer para manter as alianças mais sagradas, é digno de nota, que já no dia 10 o príncipe real demittido todos os ministros d'estado, e formado um ministerio.

É difficil ajuizar qual será o resultado d'este movimento. Se el-rei de Napoles está de boa fé nas promessas que fez ao parlamento antes de partir, não tem liberdade alguma para entrar em discussão com os soberanos sobre as modificações, que elles pretendem introduzir na constituição de Napoles, e não poderá admitir nenhuma contrarias á constituição hespanhola. Se elle, pelo contrario, declara aos soberanos, que a sua conducta em Napoles dirigida pela força, fica desligado do parlamento; e em um, como em outro caso, os soberanos alliados, firmes em manter os principios de não reconhecer as resoluções feitas pela tropa, terão que recorrer á força, mas para restabelecer a tranquillidade no reino de Napoles de maneira que, considerando a exaltação dos espiritos, o parlamento de Napoles, poderão talvez os soberanos se decidir no caso de deverem restabelecer el-rei de Napoles no throno por meio dos seus exercitos, ou de o guardarem como refens, para obrigar o parlamento de Napoles a prestar aos desejos dos alliados, e a modificarem a sua constituição, ainda que a conducta dos soberanos, se for esta, não possa deixar de irritar muito, como já as gazetas dão a entender pela paridade, que a opinião publica faria d'este caso o da vinda de el-rei de Hespanha a Bayonna em 1809.

N'esta côrte já se receberam despachos do congresso de Laybach, pois de ali chegar a noticia de el-rei de Napoles ter determinado ir ao congresso de Laybach, e ainda que com quanto lhe foi restricta a sua liberdade de negociar, jeiam-se que poderão tirar partido da sua vinda para ajustar os negocios de Italia. Segundo o exito que estes tira, é que os soberanos se poderão intrometter com a Hespanha e Portugal; mas em quanto a este reino, disse-me lord Clive, que elle estava certo que as potencias alliadas conservavam na resolução de não dar passo algum a

qual seja a determinação de sua magestade, el-rei senhor, e que julgava inúteis todas as diligencias, que ao contrario fizessem os nossos ministros.

Em-se dito que o imperador da Austria não estava muito satisfeito com o da Russia no congresso de Troppau, por querer concorrer em todas as medidas, que aquelle devesse adoptar contra Napoles; porém, se houve alguma pequena falta de intelligencia, creio se dissipou, vendo o accordo que tem obrado. Tambem referiram as gazetas como uma disputa, que houve entre o principe de Metternich, embaixador de Inglaterra; porém, foi desmentida. Entretanto não parece duvidoso, que tanto o governo britannico como o francez, não têem seguido nos negocios de Napoles os mesmos passos que deram os dois imperadores e o da Prussia. Ambos concorrem nos desejos de suffocar as revoluções principiadas pela tropa, e urdidas pelas sociedades secretas de jacobinos debaixo de differentes nomes. O ministerio francez, composto de realistas, e esperando ter victoria nas camaras, em que predomina esse partido depois das ultimas eleições, ha de fazer porém todas as diligencias para proteger a causa de el-rei de Napoles, até por ser um membro da familia dos Bourbons; porém, ha de desejar evitar uma guerra, e influir com medidas de conciliação.

O governo britannico, o qual se suppõe que tem agora enviado a Vienna, como correio, o sub-secretario d'estado, Clamwillian, com a sua resolução final, não pôde deixar de estar animado dos mesmos desejos. Mostra, porém, evidentemente que não sanciona por ora as mudanças que ali se operam, visto não ter ainda querido receber as credenciaes do principe de Cimitile, que chegou recentemente a corte, para residir n'ella como enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Napoles. Póde-se comtudo esperar, que não tomará uma parte activa em operações em Napoles, se os negocios chegarem a esse ponto; por isso estado da opinião publica, e mesmo nos embaraços financeiros em que se acha este ministerio, podia contar toda a nação clamaria contra elle, se acaso a esquadra,

xima sessão do parlamento, em que naturalmente dos commons haverá uma discussão sobre a rainha, o arguam de fazer causa commum com contra a rainha, com quem viveu em grande outro tempo, e de quem fez ainda ultimamente, chegada a Londres, um elogio no parlamento. Seria decente, nem el-rei poderia tolerar, que um dos membros do ministerio, se separasse d'ellas. O seu successor não está ainda nomeado, e lado em varios outros membros do parlamento em mr. Peel, o qual dizem as gazetas, o lugar que lhe offereceram. A vacancia, que dá a entender que tambem sáa algum outro ministerio: porém, el-rei terá grande difficuldade em um ministerio novo, não podendo chamar nenhuns dos da opposição dos whigs, que atacaram a sua pessoa, que não é facil a el-rei o congraciar.

Um dos primeiros objectos de que se ha occorrido quando se reunir, como está decidido, corrente, será o negocio da rainha. Suppõe-se que os commons consentirão em que se lhe estabeleça uma pensão de 50:000 libras, como se concede ás rainhas que não se lhe dá um palacio real para ella e fará inserir o seu nome na liturgia, isto e, nas orações que se fazem pela familia real. Dependendo este negocio da vontade de el-rei, não se julga que os commons

odos os membros do seu partido a viçem assistir a  
 e outro lado os mais exaltados da opposição tambem  
 s esforços possiveis; mas, julgando pelos *addresses*  
 em mandado a el-rei de muitas das principaes cida-  
 Inglaterra, protestando adhesão á sua real pessoa e  
 tuição, devemos suppor que o fanatismo que se mos-  
 la rainha tem diminuido muito.

este o primeiro paquete, que sae n'este anno para  
 Janeiro, é tambem esta a primeira occasião que te-  
 pedir a v. ex.<sup>a</sup> queira elevar á presença de sua ma-  
 a expressão humilde e sincera dos meus votos, para  
 ste novo anno possa ver restabelecida a tranquillidade  
 lugal, e para que se conserve a preciosa vida de sua  
 ide, el-rei nosso senhor, e de toda a sua augusta fa-  
 como desejâmos, e havemos mister.

guarde a v. ex.<sup>a</sup> muitos annos. Londres, 12 de ja-  
 1821. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Thomás Antonio de Villa  
 rtugal. = *D. José Luiz de Sousa*.

---

## DOCUMENTO N.º 96

(Citado a pag. 600)

racto de uma carta, relatando a revolução de Napoles,  
 remettida em circular pelo gabinete de Vienna  
 aos principes da confederação germanica

oyage de l'empereur d'Autriche en Italie, celui du  
 Léopold à Vienne, la réunion de l'armée napolitaine  
 de Sessa, la fuite de mr. Pacca, et enfin la tolé-  
 recordée publiquement par le pape aux protestants;  
 es circonstances combinées donnèrent lieu à diverses  
 res, dont on s'est entretenu à Naples plusieurs mois,  
 s événements du commencement de juillet.

riche, disait-on, maîtresse de la haute Italie, voulait  
 er des états de l'Eglise, aussitôt que la mort du  
 ie l'on croyait très prochaine, ouvrirait la barrière

à l'exécution de ce projet, qui était conçu en faveur du prince Léopold, et dans le secret duquel mr. Pacca était initié. Le rétablissement de la santé du pape dérangerait les mesures que mr. Pacca avait prises pour le dénouement de cette intrigue, et ce dernier proposa au gouvernement autrichien de brusquer l'événement, en hâtant la mort du pape. Mais les délais qu'entraînèrent ces nouvelles négociations, donnèrent aux anglais le temps de découvrir, sinon le mystère, du moins son existence, et il s'ouvrit entre le chef de l'Eglise et les hérétiques des relations, qui firent naître cette condescendance publique en faveur des dissidents, dont nos journaux ont rendu compte dans le temps.

Le pape, quoique placé sur les traces de la conspiration, ne pouvait encore tirer que des inductions, soit du voyage du prince Léopold, soit de la réunion des troupes à Sessa. Mais bientôt les machinations de Pacca furent dévoilées par un événement singulier, et le saint père eut une connaissance positive du projet, et du forfait qui devait en accélérer l'exécution. Tout étant disposé par Pacca, il porta son choix sur l'abbé Bartholucci, dont le service près de la personne du pape, et l'ambition, et les principes indiscrètement énoncés, le portèrent à croire, qu'il serait plus qu'aucun autre capable de présenter la coupe fatale. Pacca vit qu'il s'était trompé; alors il dut se défaire de celui, qui avait reculé devant le crime; mais sa victime, sur le point d'expirer, fit venir un notaire, et déposa entre ses mains un paquet cacheté, qui contenait la révélation du secret. La remise de ce dépôt fut conditionnelle, c'est-à-dire, que, s'il malade en revenait, le dépôt lui serait rendu, et s'il succombait, le notaire devait le remettre au saint père. Il mourut, la lettre fut remise au pape, et Pacca, instruit à temps, s'échappa.

C'est à partir de ce moment que sa sainteté a adopté un système de défense, qui se lie avec les événements dont nous sommes témoins aujourd'hui à Naples. Le pape déclara au cours de Naples et d'Autriche, que, ne pouvant opposer la force des armées à ceux, qui menaçaient son existence personnelle, et celle du trône pontifical, il se voyait obligé de

C'est au milieu de cet état de paix politique, que des erreurs et des actes de faiblesse ont laissé prendre aux factieux un essor prodigieux, les peuples ont été abandonnés au jeu des factions. les classes intermédiaires de la société, ces classes toujours prêtes, en tout temps et en tous lieux, à se lancer dans une carrière d'ambition, qui leur offre la chance de parvenir au gouvernement des affaires, ont secondé leur impulsion.

Tout gouvernement régulier, qu'il soit absolu, ou constitutionnel, se trouvera toujours en butte aux ambitieux, que nous venons de signaler, attendu qu'il est de la nature de tout gouvernement de commander et non d'obéir, et que son premier devoir est de s'opposer à tout bouleversement politique. La France, l'Angleterre, et en somme, tous les états monarchiques peuvent être cités à l'appui de cette vérité. À juger des dispositions des hommes constitutionnels de bonne foi, on devrait admettre que tous les risques du temps seraient évités, et que tous les besoins seraient remplis: ou en un mot, le soit-disant esprit du siècle serait pleinement satisfait, et qu'ainsi le calme succéderait à l'orage, par le fait seul de concessions auxquelles se prêteraient les gouvernements, placés encore hors d'un régime strictement constitutionnel.

L'expérience de tous les temps, et celle que le monde est condamné malheureusement à faire tous les jours, dément catégoriquement cette opinion, en réduisant sa valeur à un vœu fait de bonne foi par les uns, et de pure invention de la part de la masse des révolutionnaires. Parmi les états monarchiques, les moins exposés aux attaques des factions intérieures sont, sans contredit, ceux, qui n'ont rien altéré dans les premières bases, et dans les formes de leur gouvernement. L'Autriche en offre un exemple convaincant. Ce n'est point dans la situation financière, ni dans les charges des guerres passées, qu'il faut chercher les motifs de l'esprit de mécontentement, qui peut se manifester dans un état gouverné avec justice et modération; c'est dans le mouvement seul que les gouvernements eux-mêmes communiquent aux



peuples, ou dans celui que leur incurie, ou des principes fautifs d'administration permettent aux factions de développer dans le sein même de la nation, que se trouvent les véritables motifs de ces crises révolutionnaires qui, par des causes intérieures entraînent les états sur les bords de l'abîme.

Ces vérités une fois démontrées aux factieux, on conçoit qu'ils aient songé à des moyens nouveaux pour parvenir à leurs fins ; l'Espagne en a fourni le premier exemple ; Naples en offre aujourd'hui le second.

La cause que les gouvernements ont à défendre, après ces deux exemples effrayants, mais plus particulièrement après le second, ne peut donc être douteuse. Le triomphe d'une révolution conçue, et dirigée par une association secrète, serait l'arrêt de mort de tous les gouvernements. Car quel serait celui qui se croirait assez fort pour résister à une action dirigée, avec art, dans des voies occultes, contre son existence, n'importe le système sur le quel elle se fonde. Ce qu'a pu un parti, un autre peut l'ambitionner, et pour le moins le tenter. De quel droit, si un premier exemple couronné de succès restait impuni, les gouvernements combattraient-ils le second ?

Ces principes, qui se rattachent à la plus saine raison une fois posés, il ne s'agit plus que de s'occuper des moyens de réprimer le mal dans sa naissance, et d'empêcher qu'il n'envahisse les autres états de la péninsule. Si la révolution de Naples s'organise d'une manière stable, si le règne de carbonari est reconnu comme une institution légitime, il n'existe aucun gouvernement italien, qui puisse compter sur le maintien de son existence. L'Autriche ne partage qu'une partie de ce danger ; ses provinces italiennes ne formant qu'une portion de l'empire, elle trouvera plus de facilité à les maintenir sous ses lois, tandis que les cours toutes italiennes n'auraient avoir à leur disposition les mêmes moyens de répression, le jour où leur action se trouverait attaquée et paralysée, dans l'ensemble et dans le centre de leurs états.

C'est ainsi que par une suite naturelle des principes po-

ques, que professe l'empereur, et des sentiments que ses propres forces lui permettent de mettre en pratique, sa majesté impériale a cru devoir se décider à ne pas sanctionner, par son adhésion, la révolution de Naples. L'empereur se trouve relativement à ce royaume dans une attitude particulière. C'est directement aux efforts que l'Autriche a faits pour y rétablir le gouvernement légitime, que le roi et sa dynastie doivent leur rentrée dans les états napolitains. Le roi d'ailleurs a contracté alors avec l'empereur l'engagement positif de ne point y introduire des principes administratifs, qui menaceraient le repos des autres états de la péninsule; or cet engagement vient d'être vidé par la révolution de Naples, qui est non seulement l'œuvre d'une secte réprouvée, mais qui est même annoncée comme telle par le nouveau gouvernement lui-même. Le roi enfin, en se démettant, dans cette circonstance de son autorité en faveur du prince royal son fils, a prouvé, par ce fait même, qu'il désapprouve ce qui s'est passé, et ce qu'en effet aucun pouvoir légal et libre ne saurait admettre en principe: l'empereur est donc en droit de regarder tous les actes, qui peuvent émaner de ce gouvernement, comme des actes illégaux de la secte sous l'influence directe de laquelle il se trouve; et sa majesté impériale y est déterminée. Ce n'est au reste, ni contre le roi, ni contre le peuple napolitain, que l'Autriche, ou tout autre gouvernement, peuvent avoir des griefs à mettre en avant, et des mesures à prendre; c'est contre la secte qui opprime l'un et l'autre, et c'est uniquement contre elle, qu'avec l'aide de Dieu, et dans les voies de la sagesse et de la modération, sa majesté impériale est décidée à diriger ses efforts moraux, et selon l'exigence des cas, ses efforts matériels.

L'empereur est convaincu que tous les princes d'Italie, envisagent la position actuelle des choses, nommément celle dans laquelle se trouve aujourd'hui le royaume de Naples, à peu près que les dangers que les menacent personnellement, sous un point de vue absolument conforme au sien. La providence a mis à la disposition de l'empereur des forces assez considérables, pour pouvoir, sans aucun secours étranger,



maintenir la tranquillité intérieure dans ses provinces italiennes, et disposer, en outre, d'une quantité de troupes suffisantes pour assurer le repos public en Italie, hors de ses frontières. L'emploi de ces forces ne pourrait, comme de raison, avoir lieu dans les états placés sous leurs gouvernements légitimes, qu'ensuite de requisitions formelles. Quant à ceux qui ont subi déjà, ou qui pourraient subir encore des bouleversements, la nécessité et les circonstances dicteraient les mesures, qu'il sera nécessaire d'adopter à leur égard.

Dans ce moment de crise, qui menace l'existence de tous les trônes, l'empereur, pour en conjurer avec certitude les dangers, réclame, avant tout, de la part des princes de l'Italie, le sentiment de la confiance la plus illimitée. C'est d'un tel sentiment de confiance entière et réciproque, qui peut aujourd'hui se trouver le seul moyen de salut commun. L'empereur ne veut que le maintien le plus exact et le plus scrupuleux de l'ordre politique, établi par les dernières transactions européennes.

Déterminé à ne jamais souffrir qu'elles soient enfreintes vis-à-vis de lui, il en sera constamment le défenseur, et le garant le plus fidèle envers ses voisins, et envers tous les états de l'Europe. Forte de ce sentiment de confiance entière et réciproque, la société peut encore être sauvée en Italie de ses propres erreurs, et des entreprises de quelques factieux. Si ce sentiment pouvait ne pas dominer tous les autres, si dans une époque aussi critique des arrière-pensées, et des calculs d'une politique fausse, et par la même subalterne et pernicieuse devaient prendre le dessus dans la pensée et dans le conseil des princes, l'Italie subirait alors indubitablement le sort des états, qui ont été bouleversés par la révolution.

Dans cette hypothèse douloureuse, il ne resterait à sa majesté impériale d'autre parti à prendre, que de s'occuper exclusivement du soin de remplir les premiers devoirs, que des considérations liées à sa propre existence, et au salut de ses peuples pourraient lui imposer.

**Circulaire du cabinet impériale d'Autriche  
à ceux des cours allemandes**

Les événements qui ont eu lieu récemment dans le royaume de Naples ont prouvé d'une manière bien plus frappante que tous ceux du même genre qui se sont passés antérieurement, que l'influence pernicieuse qu'exercent des sectes révolutionnaires peut occasionner les secousses les plus violentes et amener un bouleversement inattendu, même au sein d'un état bien administré, et au milieu d'un peuple tranquille, loyal, et satisfait de son gouvernement, puisqu'il est démontré jusqu'à l'évidence, que ce sont les menées des carbonari seules qui, sans un choc extérieur et sans prétexte quelconque ont occasionné ces mouvements révolutionnaires par suite des quels sa majesté le roi de Naples s'est décidé à renverser le gouvernement, à dissoudre toutes les autorités existantes, et à proclamer une constitution, laquelle, tout-à-fait étrangère à ses états, n'a pas même encore été éprouvée dans le pays où elle a été créée, en d'autres termes, à proclamer l'anarchie comme loi de l'état.

Sa majesté l'empereur est persuadée qu'un événement aussi inattendu aura produit chez toutes les cours de l'Allemagne la plus vive sensation. C'est un exemple remarquable combien il est dangereux de traiter seulement avec indifférence du mépris l'activité qu'énoncent les associations secrètes, et les conspirations qui s'ourdissent dans les ténèbres, et combien a été sage la conduite des princes allemands, lorsqu'ils ont combattu avec vigilance, et avec sévérité les premiers symptômes de pareilles tentatives criminelles.

Cet événement malheureux intéresse tout particulièrement sa majesté impériale, tant par rapport à ses relations politiques et personnelles, qu'à cause de sa proche parenté avec plusieurs des maisons souveraines de l'Italie, et à cause de la position géographique de ses propres états.

L'ordre politique existant, qui dans l'année 1815 a été constitué sous la garantie de toutes les puissances européen-

nes, a appelé l'Autriche à être le gardien naturel, et le servateur de la tranquillité publique en Italie. L'empereur est fermement décidé à satisfaire à cette grande vocation, à éloigner tant de ses propres frontières, que de celles de ses plus proches voisins, tout mouvement qui menacerait compromettre la tranquillité publique, et à ne souffrir aucune infraction dans ses droits, et les rapports entre les princes de l'Italie que les traités ont sanctionnés, et dans le cas où les moyens légaux et administratifs ne suffiraient point, à recourir aux mesures les plus énergiques.

Il est sans doute consolant de trouver dans la situation respective des puissances européennes, et dans l'esprit de paix qui les anime toutes, une garantie suffisante que de telles mesures, si elles deviennent nécessaires, n'occasionneraient, ni des inimitiés politiques, ni des guerres d'état. Dans le cas où l'emploi de la force serait inévitable, ce qui d'après les sentiments de justice, et de douceur généralement caractéristiques de l'empereur, n'aurait lieu que dans un cas extrême, elle ne serait jamais déployée contre l'autorité légitime, mais uniquement contre des rebelles en armes; mais dans ce cas même dont sa majesté impériale n'admet qu'à regret la nécessité, elle ne ferait aucun appel à l'appui direct, ni à la coopération de ses allies et co-états allemands.

Les mesures à prendre pour maintenir la paix et la tranquillité en Italie se trouvent tout-à-fait hors de la sphère d'activité, que les lois fondamentales ont assignée à la cour germanique; et loin de vouloir s'écarter le moins du monde des principes, qui ont été établis à cet effet d'un commun accord, sa majesté impériale est au contraire prête à faire tous les efforts, et tous les sacrifices possibles pour prévenir le cas d'une telle coopération, et pour éloigner du territoire de la fédération germanique jusqu'au danger, qui pourrait rendre nécessaire. Toutefois il est essentiel et désirable que l'Autriche, tandis qu'elle emploie ses soins et ses forces dans une entreprise aussi salutaire, et d'un intérêt aussi général, puisse compter avec une entière confiance, que la paix intérieure de l'Allemagne ne sera pas troublée. Quelle que

**l'attention qu'exigera la situation de l'Italie, soit pour  
nt, soit à l'avenir, sa majesté ne vouera pas moins  
res de l'Allemagne un intérêt toujours également vif  
ant, tout comme elle satisfera dans toute son étendue  
gations, que lui inspire la qualité de membre de la  
ation. En attendant sa majesté impériale éprouve  
sfaction et une consolation inexprimable dans l'idée,  
que les cours de l'Allemagne se trouveront animées  
f sentiment de leurs devoirs, que leur impose la si-  
critique dans laquelle se trouve le monde politique,  
qu'elles seront pénétrées de cet esprit de concorde,  
eté, et de sagesse qui s'est montré d'une manière si  
e dans le cours des dernières négociations de Vienne,  
epuis lors s'est prononcé de la manière la plus digne  
marche de plusieurs des premiers gouvernements de  
gne, il n'y aura rien à craindre pour nôtre commune**

**rande gloire est réservée à l'Allemagne, si elle trouve  
prudence et la fermeté de ses souverains, dans le  
de ses institutions actuelles, dans la loyauté de ses  
et dans la garantie puissante que lui offre le lien de  
ation, les moyens et les forces suffisantes pour con-  
lans ces temps orageux, qui menacent de tout ren-  
sa paix intérieure, ses lois fondamentales, son indé-  
e, sa dignité et son ancien caractère. Sa majesté est  
ne, qu'aucun des illustres membres de la confédéra-  
manique sera insensible à une telle gloire, et de son  
e s'estimera heureuse d'y réclamer un jour sa part,  
trouvera dans la conviction de n'avoir épargné, ni  
ni sacrifices quelconques, pour atteindre un aussi  
aussi noble but.**

**un moment où les derniers événements qui se sont  
en Italie n'ont que trop de droit à fixer l'attention  
rs allemandes, sa majesté impériale a pensé qu'il  
forme au bien être de ses alliés et co-états d'énon-  
propres vues, et les fermes résolutions aux quelles  
sont déterminées, en s'expliquant envers sa majesté**

ns les voies confidentielles habituées sur les unes  
tres.

C'est dans ce but que v. ex<sup>te</sup> reçoit la présente com-  
munication confidentielle.

## DOCUMENTO N.º 98

(Citado a pag. 605)

### **Declaração que o governo austriaco fez publicar na Gazeta de sobre o resultado das conferencias de Troppau**

Tradução. — Abriram-se as conferencias de Troppa  
las declarações directas da parte dos tres soberanos s  
sobre a maneira por que de *commun accord* se devia  
rar a revolução que rebentou em Napoles; d'ellas resu  
convicção intima de que a revolução, fomentada n'este  
por uma seita louca e enraivecida, tinha sido execut  
uma soldadesca insubordinada, e que a destruição vi  
do antigo governo, e de todas as relações legitimas, s  
tuido pelo estabelecimento de um systema de anar  
de vontade arbitraria, estava não sómente em opp  
manifesta aos principios da ordem, do direito e da n  
dade, sobre os quaes se funda a salvação dos povos  
ameaça evidentemente o repouso e a segurança dos  
estados da Italia, e por conseguinte a paz da Europa. O  
beranos alliados, penetrados d'estas verdades, tomar  
firme resolução de reunir todas as suas forças para a  
larem o actual estado de revolta, e de illegitimidade exi  
no reino das Duas Sicilias, subversivo de todos os prin  
de direito, e tambem para reporem sua magestade su  
n'uma posição, que o ponha em estado de regular a  
do seu governo, consolidando ao mesmo tempo a digi  
do seu throno, o interesse dos seus povos, e o repou  
paizes vizinhos. Os soberanos, desejando não serem le  
a empregar vias de facto, não tem querido desprezar n  
alguma de paz e de accommodamento. Resolveram por

depois de madura deliberação, empregar junto de sua magestade siciliana uma marcha igualmente propria a dissipar todo o genero de duvidas sobre os sentimentos e as intenções das côrtes alliadas, quando porventura fosse possível que existissem no espirito de todo o homem pensador, e sobretudo para salvar, pela mediação do seu benevolente soberano, a nação napolitana do pesado jugo que a acabrunha, e dos males a que ainda seria exposta, garantindo-lhe o governo o repouso e a tranquillidade, que reinam ainda no resto da Italia. É n'este sentido que suas magestades, os imperadores da Austria, e da Russia, e sua magestade o rei da Prussia, dirigiram a sua magestade o rei de Napoles as suas cartas autographas, e conformes, na data de 20 de novembro.

## DOCUMENTO N.º 99

(Citado a pag 605)

**Carta dirigida pelo imperador da Austria ao rei de Napoles,  
convidando-o a uma conferencia**

Tradução. — Senhor meu irmão. — Circumstancias tristes me não tem permittido receber as cartas, que vossa magestade me tem dirigido desde quatro mezes a esta parte; mas os acontecimentos a que ellas certamente se devem ter referendo não tem deixado de ser o assumpto das minhas mais serias meditações: e as potencias alliadas se reuniram em Troppau, para considerarem em commun as consequências de que estes acontecimentos ameaçam o resto da peninsula, e talvez mesmo que toda a Europa. Decidindo-nos nesta determinação em commun, nós nada mais temos a fazer do que conformar-nos ás transacções dos annos de 1814, 1815 e 1818, transacções de que vossa magestade, assim como a Europa inteira, conhecem o caracter e o fim, e sobre as quaes repousa toda a aliança tutelar, destinada unicamente a garantir de todo o ataque a independencia politica,

e a integridade territorial de todos os estados, e a assegurar o reponso da Europa pelo reponso e prosperidade de cada um dos paizes de que ella se compõe. Vossa magestade não duvidará portanto de que a intenção dos gabinetes aqui reunidos não seja para conciliar o interesse e o bem estar, de que a solitudine paternal de vossa magestade deve desejar fazer gosar os seus povos, com os deveres que os monarchas alliados tem a desempenhar para com os seus estados, e para com o mundo. Mas nós nos felicitámos, eu e os meus alliados, em desempenhar estas obrigações solemnes com a cooperação de vossa magestade, e fieis a estes principios, que nós temos proclamado, pedimos hoje esta cooperação. É com este fim que propomos a vossa magestade vir reunir-se a nós na cidade de Laybach. A vossa presença, senhor, apressar-se e d'isto estamos convencidos, uma conciliação tão indispensavel, e é em nome dos interesses os mais caros ao vosso reino, e com esta benevolente solitudine, de que nós acreditámos ter dado mais de um testemunho a vossa magestade, que nós o convidámos a vir receber novas provas da verdadeira amisade, que lhe consagrámos, e da franqueza que faz a base da nossa politica. = (Assignado) *Francisco*.

---

## DOCUMENTO N.º 100

(Citado a pag. 607)

**Ordem do dia dirigida ao seu exercito, pelo general austriaco  
barão de Frimont**

L'armée que sa majesté l'empereur a confiée à mon suprême commandement, passe les frontières de la patrie, avec des intentions pacifiques. Les événements qui ont troublé la tranquillité de l'Italie, ont uniquement motivé notre marche. Nous n'allons pas, comme en 1815, à la rencontre d'un ennemi téméraire. Tout habitant du royaume de Naples, fidèle et bien intentionné, sera notre ami.

Il est du devoir des officiers et des soldats d'observer la discipline la plus rigoureuse; le mien est de la maintenir de toutes mes forces. Soit que l'armée marche à travers les états papaux de l'Italie, soit qu'elle mette le pied sur le territoire napolitain, tous mes soins tendront à ce qu'elle conserve toujours cette réputation de discipline et d'amour de l'ordre, qu'elle s'est acquise dans les années 1815 et 1817 dans les mêmes pays où nous entrons maintenant.

Il n'y a que les ennemis de la tranquillité de leurs concitoyens, il n'y a que les rebelles aux sentiments de leur roi, qui pourront s'opposer à notre marche, et lors même qu'ils réussiraient à en engager d'autres à faire résistance, néanmoins nous atteindrons le but salutaire, que nous avons en vue. Les suites de leur entreprise ne tomberont que sur leurs têtes, et non sur celles des habitants paisibles.

S'il est glorieux pour un guerrier de remplir ses devoirs sur le champ de bataille, il ne l'est pas moins pour lui d'assurer la tranquillité générale contre les attaques des mal-intentionnés.

Notre empereur compte sur nous, et nous saurons justifier encore cette fois la confiance qu'il met en nous, la réputation de son armée, ainsi que le sentiment dont nous sommes animés, de remplir notre devoir.

Du quartier-général de Padoue, le 4 février 1821. — *Jean, maron de Frimont*, général de cavalerie.

# DOCUMENTO N.º 101

(Citado a pag. 607)

Declaração publicada no Jornal de Francfort, de 19 de janeiro de 1821, por ocasião do exercito austriaco passar o Pó na sua marcha contra Napoles, declaração que tambem se publicou na Gazeta official de Vienna de 13 de fevereiro

Après une longue suite d'orages politiques, le royaume de Naples fut rendu en 1815, par le secours des armes au-



autre pour le repos de la péninsule.

le royaume de Naples, comme dans d'autres par une secte ténébreuse, dont les chefs secrets méditer la destruction de tous les gouvernements. Le premier pas vers l'exécution du vaste plan qui Lorsque Murat, pour se soutenir sur un tré échapper, eût conçu le projet téméraire de com le désespoir l'engagea à appeler à son secours carbonari, qu'il avait plus d'une fois combatt coupables intrigues acquirent des lors un po cette alliance inespérée elles n'auraient per obtenu.

La vigilance du gouvernement royal, le zél il s'occupa à opérer des améliorations essent les branches de l'administration, l'affection tée à un souverain, dont la bonté paternelle h les cœurs de ses sujets, firent échouer penlar res années, qui suivirent la restauration, toute ses de cette secte, et peut-être que, comme tar sociations secrètes, elle serait insensiblement l'impuissance et dans l'oubli, si les événements me d'Espagne fut le théâtre au commencement 1820, ne lui avaient fait prendre un nouvel ess moment, elle redoubla d'audace, et par l'effet e fanatisme qu'elle sut exciter, elle augmenta bie en nombre et en influence, que les lois et l'aut ne furent plus assez puissantes pour la

hostiles contre le gouvernement, et le désir passionné des innovations politiques : elle réussit enfin à corrompre une partie du militaire. Forte de ce moyen, le plus criminel de tous, la secte fit éclater la révolution dans les premiers jours du mois de juillet.

Il n'est pas possible de donner un récit plus exact et plus substantiel de cette explosion, que celui qui se trouve dans une dépêche circulaire adressée par le nouveau ministre des affaires étrangères, le jour même qu'il était entré en fonctions, aux agents diplomatiques de Naples auprès des cours étrangères.

Dans la nuit du 1<sup>er</sup> au 2, c'est ainsi que s'exprime textuellement cette dépêche, la plus grande partie du régiment de cavalerie royal Bourbon quitta ses quartiers à Nola, et arbora un drapeau tricolore, avec l'inscription : *Vive la constitution!* Les couleurs étaient celles de la secte des carbonari, laquelle depuis quelque temps avait entretenu une fermentation dans le royaume, et demandait avec instance des formes constitutionnelles. Cette secte avoit fait tant de prosélytes dans l'armée de sa majesté, que les troupes chargées de ramener à l'ordre les déserteurs de Nola, firent cause commune avec eux. La désertion de ces troupes et de quelques régiments de la garnison de Naples, des mouvements simultanés dans les provinces, l'insurrection enfin de quelques chefs de district, prouvèrent à sa majesté que c'étoit le vœu du peuple d'obtenir un gouvernement constitutionnel. En conséquence, le roi a publié une proclamation annonçant que dans huit jours, il ferait connaître les bases d'une constitution, etc.

Cette première victoire n'étoit que le prélude d'un attentat plus décisif. Le lendemain, les chefs de la révolte forcèrent le monarque à proclamer la constitution espagnole ; et sans aucune autre mesure préparatoire, ils firent prêter à sa majesté, aux ministres, aux employés, aux troupes, un serment solennel à cette constitution, qu'au milieu du désordre et de la terreur, on déclara loi fondamentale du royaume.

En signant sa première promesse, le roi avoit fait un grand

sacrifice à l'agitation des esprits : et quoique sa majesté pût point se dissimuler, combien le projet de former une constitution en huit jours était irréfléchi et inexécutable, lui resta au moins l'espoir de faire succéder à l'effervescence du moment des résolutions plus calmes, et plus sages. Mais tout changea de face, lorsqu'après cette première concession on vint offrir à l'acceptation immédiate du roi un acte reçu huit ans plus tôt, dans un pays étranger, sous des auspices particulièrement difficiles et désastreux : acte que ni le roi, ni ses ministres, ni, à l'exception de quelques conspirateurs, aucun napolitain ne connaissait que par des extraits de gazettes, et dont au moment de sa proclamation, il n'existait pas même une traduction à Naples. Cette démarche portait trop ouvertement l'empreinte de son origine, et des motifs criminels qui pouvaient seuls la faire réussir, pour qu'aucun doute eût pu subsister sur la position du monarque et celle de l'état. Une pareille proposition, compromettait également la dignité du souverain et les destinées du pays ; elle ne pouvait être arrachée à sa majesté, que par la violence ou par les menaces ; il ne fallait rien moins que le désir d'éviter les plus grands malheurs et de prévenir les crimes les plus affreux, pour déterminer le roi à consentir momentanément à une mesure aussi funeste. Cette explication d'un événement inexplicable dans toute autre hypothèse, se justifiait d'elle-même, si elle n'était pas d'ailleurs confirmée par des témoignages irréfragables.

Le grand coup frappé, et le pouvoir royal entièrement détruit, les chefs de la secte, et leurs principaux associés dans les premières scènes de la révolte, s'emparèrent sur-le-champ de la domination exclusive. La résistance que le royaume des Deux Siciles opposa à leurs entreprises arbitraires, fut étouffée dans le sang et dans les ruines. Pour donner à leur usurpation une couleur de légalité, ils créèrent bientôt, sous le titre de parlement national, un instrument, qui dans l'espace de peu de mois leur servit à renverser tous les droits existants, et toutes les bases de l'ordre public, et moyennant lequel, sans autre pouvoir que celui de leur vo-

arbitraire, ils remplacèrent les anciennes lois civiles et politiques des deux royaumes par des institutions incongrues, qu'aucune expérience n'avait sanctionnées, et qui étaient par conséquent en contradiction avec le caractère, qu'avec les besoins de la nation.

Le roi, ne pouvant pas regarder comme durable un état de désordre si peu naturel, persuadé toutefois qu'une opposition impetive, au lieu d'arrêter les progrès du mal, ne faisait qu'attirer de nouveaux dangers sur sa personne, sa famille et son pays, supporta avec résignation un sort cruel, qu'il n'avait point mérité. Tous les hommes éclairés du pays, la plus grande partie même de ceux qui, séduits par le vain espoir d'un dénouement plus heureux, avaient d'abord favorisé la révolution, convaincus maintenant des effets pernicieux d'un régime que le parti dominateur, sans jamais examiner l'intérêt des pays, avait uniquement établi comme le plus convenable à ses vues particulières, étaient condamnés au silence. La masse du peuple, bientôt revenue d'un enthousiasme éphémère, affligée de voir ses espérances déçues, et découragée par un pressentiment vague des adversités, qui la menaçaient dans l'avenir, attendait avec une inquiétude muette le développement final de la crise. C'est ainsi que s'explique ce calme apparent, sous le voile duquel le parlement, impuissant lui-même, soumis aux volontés d'un petit nombre de despotes préparés à tous les attentats, conduisit le royaume vers une dissolution inévitable; calme qui n'empêcha pas d'ailleurs que l'anarchie la plus effrénée ne devorât les derniers restes de la prospérité publique, et dont le vrai caractère ne pouvait être méconnu d'aucun gouvernement étranger.

Les événements de Naples avaient produit une vive sensation dans toute l'Italie. Une révolution, tramée par des fanatiques obscurs, et consommée par des soldats parjures, qui avait pu en peu de jours priver un roi de sa puissance et de sa liberté, et plonger deux royaumes dans un abîme de désordres, devait par elle-même, et quelque fût son développement ultérieur, inspirer les plus sérieuses appréhensions à

étaient également menacées par l'exemple et les effets d'un bouleversement qui attaquait jusqu'aux bases les plus profonds de l'édifice social.

L'empereur avait reconnu dès le premier jour que c'en était fait pour longtemps de l'ordre et de la stabilité de l'Italie, si les chefs et les fauteurs d'une révolution ne pouvaient justifier, que rien ne pouvait excuser, d'avoir impunément sacrifié la monarchie sicilienne à des passions insensées. Sa majesté impériale pénétrée de ce qu'elle devait à la conservation et à la sûreté de son empire, à la satisfaction de ses peuples fidèles et heureux, à ses relations avec les princes d'Italie, et à sa position dans la politique de l'Europe, se hâta de prendre des mesures pour arrêter le progrès ultérieur des désordres, et pour arrêter en même temps sans réserve la marche qu'elle avait vue suivre à l'égard de la révolution de Naples. Elle comprit qu'il fût pour sa majesté impériale d'ajouter à ses finances une charge imprévue et considérable, à une époque où elle s'était flattée de pouvoir employer ses ressources à des améliorations intérieures et où elle comptait sur le succès de ses plans formés par l'administration pour obtenir les plus heureux résultats; toute considération se cédant au plus sacré de ses devoirs. Dans la situation où elle se trouvait, le rassemblement d'un corps d'armée dans les provinces italiennes était une mesure de la plus haute nécessité; elle fut reconnue telle par tout le monde.

der dérouter ses ennemis, est aujourd'hui unanimement  
 éti dans toute l'étendue de la péninsule italienne.

A la même époque, sa majesté s'était rendue à Troppau,  
 de délibérer avec ses augustes alliés sur une question  
 la plus haute importance, non seulement pour l'Italie, non  
 ment pour la monarchie autrichienne, mais pour le salut  
 de l'Europe. Ces délibérations ne laissèrent heu-  
 ment aucun doute sur la manière dont toutes les cours  
 envisageaient l'origine et le caractère de la révolution  
 Naples, et les dangers dont elle menaçait d'autres états.  
 Quant aux résolutions qu'exigeait un pareil état de cho-  
 si des considérations particulières d'un grand poids en-  
 rent le gouvernement britannique à ne pas partager  
 des autres cours, et le cabinet de France à n'y accéder  
 avec des restrictions, l'empereur eut la satisfaction de se  
 ver entièrement d'accord sur toutes les questions avec  
 souverains de Russie et de Prusse, et de se convaincre,  
 même temps, que les différences de position et de mar-  
 entre les puissances de l'Europe n'en amèneraient au-  
 dans les bases de leur alliance et dans l'uniformité gé-  
 de leurs principes et de leurs vues.

Les souverains réunis à Troppau, décidés à ne pas recon-  
 tre les changements, que la force et la révolte avaient opé-  
 à Naples, et à faire cesser par des efforts communs les  
 ultats de ces changements, n'en étaient pas moins animés  
 plus vif désir d'atteindre à ce but par des voies pacifi-  
 es, et avec tous les ménagements dûs à un pays déchiré  
 par tant de convulsions et de calamités. C'est dans cet  
 uit qu'ils invitèrent sa majesté impériale à se rendre à  
 bach, pour y délibérer avec eux sur la situation présente  
 ture de son royaume. Cette invitation fut appuyée par  
 majesté le roi de France.

D'après un article de la loi étrangère, qui doit régir le  
 ume des Deux Siciles, le monarque ne peut dépasser  
 frontières de ses états sans le consentement du parle-  
 nt.

Le roi, regardant l'invitation des souverains comme un  
 doc.

bienfait de la Providence, se soumit à cette humilité. Le parlement consentit, mais il attachait son consentement à une condition sur l'effet de laquelle les auteurs de cette mesure ne pouvaient se faire aucune illusion et qui détruisait d'avance les calculs et les vœux des esprits modérés. Le parlement, quoiqu'entièrement au principe des cabinets alliés, imposa au roi le mandat de maintenir sur le maintien, sans modification, de la constitution établie aujourd'hui à Naples, et de mettre cette condition avant, comme seul objet et base unique de ses explications avec les puissances alliées. C'est sous de pareils auspices et ne pouvant plus compter que sur la justice et la bonté de ses augustes amis, que le roi de Naples se rendit à Capri.

Dès son arrivée dans cette ville, sa majesté eut lieu de se convaincre, qu'il serait absolument illusoire de vouloir proposer des propositions quelconques sur des bases irrémédiablement rejetées par les souverains alliés. En effet, les alliés déclarèrent à sa majesté; qu'ils étaient fermement résolus de ne pas laisser subsister le régime qu'une révolution sans titre et sans pouvoir, avait imposé au royaume de Naples par les moyens les plus criminels, régime incompatible avec la sûreté des états voisins, et, avec le maintien de la paix de l'Europe; que si cet état des choses ne pouvait pas finir, comme leurs majestés le désiraient sincèrement, vivement par un désaveu spontané de la part de ceux qui exerçaient le pouvoir à Naples, il fallait avoir recours à la force des armes; qu'aussitôt que par l'un, ou l'autre de ces moyens le grand obstacle à la paix aurait disparu pour Naples, pour l'Italie, les souverains regarderaient leur ouvrage comme accompli; que ce serait alors au roi seul, éclairé par les conseils des hommes les plus intègres, et les plus instruits de son pays, à fonder pour l'avenir la force et la stabilité du gouvernement sur un régime juste et sage, conforme aux intérêts permanents des deux peuples réunis sous sa couronne, et offrant par-là même à tous les états voisins la garantie suffisante de leur sûreté et de leur repos.



Après des déclarations aussi précises, le roi de Naples ne pouvait pas se dissimuler, que toute autre question se trouvant irrévocablement écartée, il n'avait plus comme père et protecteur de son peuple, qu'une seule tâche à remplir, celle de préserver la majorité loyale et bien intentionnée de ses sujets des calamités et des dangers d'une guerre, provoquée, par l'aveugle obstination, ou l'ambition coupable de quelques individus. C'est dans cette conviction que sa majesté adressa à son fils, héritier présomptif de son trône, une lettre franche et paternelle, pour lui représenter la gravité des circonstances, et la nécessité de faire tourner au salut du royaume tous les moyens, qui se trouveraient à sa disposition. Les paroles politiques du roi furent accompagnées d'instructions plus explicites, données par les cabinets d'Autriche, de Russie et de Prusse à leurs agents diplomatiques à Naples; et les plénipotentiaires de sa majesté le roi de France en adressèrent également au chargé d'affaires de leur souverain. L'effet de ces importantes démarches va décider de l'avenir prochain du royaume des Deux Siciles.

Dans cette position des choses, l'armée destinée à accomplir les résolutions arrêtées à Laybach, a reçu l'ordre de passer le Pô, et de se porter vers les frontières napolitaines. Il ne faut à sa majesté sicilienne de supposer que cette armée puisse rencontrer une résistance sérieuse. Il n'y a que des ennemis du bien public, des partisans incurables d'un système conduisant directement à la ruine de la monarchie sicilienne, qui puissent méconnaître ce que dans les circonstances où cette monarchie se trouve placée aujourd'hui, le devoir envers son souverain et le salut de ses concitoyens prescrivent à tout guerrier loyal, comme à tout homme attaché à sa patrie. La grande masse de la nation, dévouée à son monarque, dégoutée d'une liberté imaginaire, qui ne lui a valu que la plus dure tyrannie, et fatiguée d'une existence inquiète et précaire, connaissant d'ailleurs depuis longtemps les sentiments justes et bienveillants dont l'empereur est animé, accueillera avec confiance ceux qui, au nom de sa majesté impériale, et au nom de ses augustes alliés, viendront



lui offrir paix, amitié et protection. Si une aussi juste attente ne se réalisait pas, l'armée saurait surmonter les difficultés qui l'arrêteraient. Et si contre tous les calculs, et contre les vœux les plus chers des monarques alliés, une entreprise formée dans les intentions les plus pures, et qu'aucun esprit hostile ne dirige, dégénérerait en guerre formelle, ou si la résistance d'une faction implacable se prolongerait à une époque indéfinie, sa majesté l'empereur de toutes les Russies, toujours fidèle à ses principes élevés, pénétrée de la nécessité de lutter contre un mal aussi grave, et guidée par cette amitié noble et constante dont elle vient de donner encore à l'empereur tant de gages précieux, ne tarderait pas à joindre ses forces militaires à celles de l'Autriche.

Dans l'ensemble des transactions qui viennent d'avoir lieu, les monarques alliés n'ont eu en vue que le salut des états, qu'ils sont appelés à gouverner, et le repos du monde. C'est là tout le secret de leur politique. Aucune autre pensée, aucun autre intérêt, aucune autre question n'a trouvé place dans les délibérations de leurs cabinets. L'inviolabilité de tous les droits établis, l'indépendance de tous les gouvernements légitimes, l'intégrité de toutes leurs possessions, telles sont les bases dont leurs résolutions ne s'écarteront jamais. Les monarques seraient au comble de leurs vœux, et amplement récompensés de leurs efforts, s'il était possible d'assurer sur ces mêmes bases la tranquillité au sein des états, les droits des trônes, la vraie liberté, et la prospérité des peuples, biens sans lesquels la paix extérieure elle-même ne saurait avoir ni prix ni durée. Ils béniraient le moment, où affranchis de toute autre sollicitude, ils pourraient exclusivement consacrer au bonheur de leurs sujets tout ce que le ciel leur a conféré de moyen et de pouvoir.

## DOCUMENTO N.º 102

(Citado a pag. 612)

sumario dos primeiros resultados das conferencias de Troppau, que pelas tres côrtes alliadas da Russia, Austria e Prussia, foi transmittido aos ministros acreditados junto aos differentes soberanos da Europa

Traducção. — Os acontecimentos de 8 de março em Hespanha, os de 2 de julho em Napoles, e a catastrophe de Portugal, deviam necessariamente fazer nascer em todos os homens, que vigiam na tranquillidade dos estados, um profundo sentimento de inquietação e de pena, a par da necessidade de se unirem, e de se concertarem para desviar da Europa os males, promptos a se derramarem sobre ella. Era natural que esta necessidade, e este sentimento, fossem os mais vivos nos governos, que outr'ora tinham vencido a revolução, e a viam hoje reaparecer triumphante. Era mais natural ainda que para a repellirem uma terceira vez, estes governos recorressem aos meios, que elles tinham tão felizmente empregado na memoravel luta em que a Europa se viu quebrar o jugo, debaixo do qual ella gemia desde vinte annos. Tudo auctorisava a esperar que esta união das principaes potencias, formada no meio das mais criticas circumstancias, coroada pelos mais bellos successos, perpetuada finalmente pelos actos de 1814, 1815 e 1818; que esta união, que preparou, fundou e completou a pacificação do mundo, tendo livrado o continente do despotismo militar, exercido pelo homem da revolução, o livraria igualmente de um poder novo, não menos tyrannico, nem menos desastroso; *do poder do crime e da revolução*. Taes têm sido os motivos e o fim de Troppau. Devem aquelles ser tão geralmente sentidos, que por certo não necessitam uma mais longa explicação: a outra é tão honrosa, e tão util, que todos os votos acompanham sem duvida as côrtes alliadas na sua nobre empresa. O fim que lhes impõe os deveres, e as mais sagra-

operado pela revolta, ainda quando fosse como exemplo, seria já um acto hostil a todas e a todos os governos legitimos, para com os tudo aquelles, que não contentes com a sua graça, procuram pelos seus agentes commo- tros paizes, e se esforçam para n'elles fazer desordem e a insurreição. A posição e a co- estados constituem uma infracção manifesta e perante os governos europeus, com a integ- territorio, a sustentação d'estas relações paci- meiro effeito é excluir até mesmo a propria judicarem reciprocamente. Este facto irrefrag- o ponto de partida dos gabinetes alliados. Por os plenipotenciarios, que mesmo em Troppau ber as ordens dos seus soberanos, determinar os submetteram ás deliberações das côrtes Londres, quaes os principios a seguir para co- tados, que experimentavam uma alteração vio- do seu regimen interno, assim como os meios conciliação, ou de força, proprios para trazer alliança aquelles dos referidos estados, sobre poderia exercer uma acção salutar e efficaz.

Como a revolução de Napoles lança todos mais profundas, e como nenhuma outra amea- neira mais sensivel e mais immediata a tras estados vizinhos, não pôde ser hostil.

medidas de conciliação, os soberanos, presentes em Tro-  
 pa, dirigiram a sua magestade siciliana o convite de vir  
 unir-se a elles em Laybach, convite que teve unicamente  
 o fim de libertar a vontade do rei, e levá-lo a interpor a sua  
 mediação entre os seus povos desvairados e os paizes cujo  
 nome se compromettem. Decididos pois a não reconhecerem  
 os governos engendrados pela sedição, os soberanos não  
 podem estar em relação senão com a pessoa do rei. Os seus  
 ministros em Napoles receberam ordens analogas; a França  
 e a Inglaterra foram convidadas a se juntarem tambem a es-  
 ta determinação. Estas potencias se recusarão sem duvida  
 ao que o principio, em virtude do qual isto se tem feito,  
 está estritamente conforme aos tratados solemnemente ra-  
 ticados por estas duas referidas potencias, e offereça um  
 melhor seguro das mais justas e pacificas vistas. O systema  
 concertado entre a Austria, a Prussia e a Russia, não é um  
 systema novo; elle apresenta sómente uma applicação fiel  
 das maximas consagradas pelas transacções, fundadas pela  
 aliança geral. Longe de enfraquecer a união íntima das côr-  
 tes, que formam o centro d'esta alliança, este systema não  
 pode senão fortificá-la e consolidá-la. Ella se fortalecerá co-  
 mo se estabeleceu, concebida pelos mesmos gabinetes, e  
 successivamente adoptada pelas potencias, que tem reco-  
 nhecido as suas vantagens. A realidade d'estas vantagens  
 não se pôde pôr em duvida. Por outro lado está altamente  
 demonstrado, que não são, nem vistas de conquista, nem  
 desejos de atacar a independencia dos outros governos, pelo  
 que respeita á sua administração interna, nem de embarçar  
 os melhoramentos uteis e voluntarios, conformes aos verda-  
 deiros interesses dos povos, que tem dictado as determina-  
 ções das potencias alliadas. Estas não querem senão manter  
 a paz, preservar a Europa do flagello das revoluções, repa-  
 rar e prevenir, tanto quanto d'ellas depender, as desgraças  
 que consigo traz o esquecimento de todos os principios de  
 ordem e de moral. Por todos estes motivos as potencias po-  
 dem lisonjear-se, que uma approvação unanime lhes recom-  
 pensará os seus cuidados e os seus esforços.

## DOCUMENTO N.º 103

(Citado a pag. 617)

**Declaração que os soberanos alliados fizeram  
antes da sua saída de Laybach**

**Tradução.** — A Europa reconhece os motivos da resolução tomada pelos soberanos alliados de suffocar as conspirações, e de fazer cessar as desordens, que ameaçam a existencia d'esta paz geral, cujo estabelecimento tantos esforços e tantos sacrificios custou. Na propria occasião em que a sua generosa determinação se levava a effeito no reino de Naples, uma rebelião de um genero ainda mais odioso, se possivel era, rebentou no Piemonte. Nem os laços, que desde tantos seculos uniam a casa reinante de Saboya ao seu povo, nem os beneficios de uma administração esclarecida debaixo de um principe sabio e de leis paternaes, nem a triste perspectiva dos males a que a patria ia ser exposta, puderam conter os designios dos perversos. O plano de uma subversão geral estava traçado. N'esta vasta combinação contra o repouso das nações, os conspiradores do Piemonte tinham traçado o seu plano; elles se apressaram em o levar a effeito. O throno e o estado foram trahidos, os juramentos violados, a honra militar desconhecida, e o esquecimento de todos os deveres trouxe bem depressa o flagello de todas as desordens. Por toda a parte o mal apresentou o mesmo character, por toda a parte um mesmo espirito dirigia estas funestas revoluções.

Não podendo achar motivo plausivel para as justificar, nem apoio nacional para as sustentar, é nas falsas doutrinas que os auctores d'estas desordens procuram achar uma apologia, e é sobre as suas criminosas associações que elles fundam uma mais criminosa esperanza. Para elles o salutar imperio das leis é um jugo, que é preciso quebrar. Elles renunciam aos sentimentos, que inspira o verdadeiro amor da patria, e pondo, em lugar de deveres conhecidos, pretextos arbitrarios, e uma indefinida mudança universal nos princi-



pios constitutivos da sociedade, preparam assim ao mundo calamidades sem fim.

Os soberanos alliados tinham reconhecido os perigos d'esta conspiração em toda a sua extensão; mas tinham ao mesmo tempo penetrado a fraqueza real dos conspiradores em traçar o veu das apparencias e das declamações. A experiencia confirmou os seus presentimentos. A resistencia, que a auctoridade legitima tem encontrado, tem sido nulla, e o crime desapareceu diante da clave da justiça. Não é seguramente ás causas accidentaes, nem mesmo aos homens, que tão mal se têm conduzido no dia do combate, que se deve attribuir a facilidade de similhante successo, é sim a um principio mais consolador e mais digno de consideração. A Providencia encheu de terror as consciencias, tão cheias de culpas, que a reprovação dos povos, cuja sorte os fautores da desordem haviam compromettido, lhes fez cair as armas da mão. Unicamente destinadas a combater, e a reprimir a rebelião, as forças alliadas, longe de sustentarem interesse algum exclusivo, têm vindo em soccorro dos povos subjugados, e os povos têm considerado o seu emprego como um apoio em favor da sua liberdade, e não como um ataque contra a sua independencia. Desde então cessou a guerra. Desde então os estados onde a revolta tinha apparecido, não têm sido mais do que estados amigos para as potencias, que nada mais tinham desejado do que a sua tranquillidade e o seu bem estar.

No meio d'estas graves conjuncturas, e n'uma posição tão delicada, os soberanos alliados, de accordo com suas magestades, o rei das Duas Sicilias e o rei da Sardenha, julgaram indispensavel tomar as medidas temporarias de precaução indicadas pela prudencia, e prescriptas pela salvação commum. As tropas alliadas, cuja presença era necessaria para o restabelecimento da ordem, têm sido postas em posições convenientes, sómente com o fim de protegerem o livre exercicio da auctoridade legitima, e de ajudar a preparar debaixo d'esta egide os beneficios que devem apagar os vestigios de tão grandes desgraças.

A justiça e o desinteresse, que têm presidido ás deliberações dos monarchas alliados, regularão sempre a sua politica. Quer para o futuro, ou para o passado, ella terá sempre por fim a conservação da independencia e dos direitos de cada estado, taes como são reconhecidos e definidos pelos tratados existentes. O mesmo resultado de um tão penoso movimento está ainda debaixo dos auspicios da Providencia, bem como a manutenção da paz, que os inimigos dos povos se esforçam por destruir, e a consolidação de uma ordem de cousas, que assegurará ás nações o seu repouso e a sua prosperidade.

Penetrados d'estes sentimentos, os soberanos alliados pondo um termo ás suas conferencias de Laybach, resolveram annunciar ao mundo quaes os principios que os têm guiado. Elles estão decididos a nunca se apartar d'elles, e todos os amigos do bem verão, e acharão constantemente na sua união uma garantia segura contra as tentativas de perturbadores. É com estas vistas, que suas magestades imperiaes e reaes têm ordenado aos seus plenipotenciarios assignar e publicar a presente declaração. Laybach, 12 de maio de 1821. — *Metternich* e *Barão de Vincent* (pela Austria) — *Krusemarck* (pela Prussia) — *Nesselrode*, *Capo di Ferro* e *Pozzo di Borgo* (pela Russia).

## DOCUMENTOS CITADOS NO TOMO II DA 3.ª EPOCHA D'ESTA HISTORIA

## PARTE PRIMEIRA

## DOCUMENTO N.º 104

(Citado a pag. 102)

**Resposta dada pelo conde de Villèle****participação que lhe fizera o ministro de Portugal em Paris,  
de que el-rei D. João VI aceitára jurar a constituição**

Paris, le 18 novembre 1822. — Monsieur. — Vous m'avez l'honneur de m'annoncer le 13 de ce mois, que sa majesté fidèle avait approuvé le code de la constitution politique de la monarchie portugaise, présenté et sanctionné par les conseils généraux extraordinaires. Je me suis empressé, monsieur, de mettre sous les yeux du roi cette importante communication, sa majesté fera toujours de vœux pour la prospérité de votre gouvernement, et de votre pays. Elle desire voir adopter, que des mesures qui soient propres à parvenir à ce but.

Je suis l'honneur d'être avec une considération distinguée, monsieur, votre humble et très-obéissant serviteur. — Le ministre des finances, chargé par interim du portefeuille des affaires étrangères — *De Villèle*. — A monsieur le comte de Costa e Sampaio.

## DOCUMENTO N.º 105

(Citado a pag. 113 e 135)

**Projecto de um tratado de alliança****entre o governo constitucional da Hespanha e o de Portugal****em nome da Santissima Trindade.****Dessejando sua magestade fidelissima, el-rei do reino unido de Portugal, Brazil e Algarves, e sua magestade catholica,**



el-rei das Hespanhas, prover do modo mais efficaz á consolidação e segurança do systema constitucional, adoptado pelas nações portugueza e hespanhola, e sustentar o direito natural e imprescriptivel, que ellas téem de regular com as nações independentes que são, os seus negocios internos, as suas instituições nacionaes, introduzindo n'ellas as reformas que melhor convierem aos interesses particulares de cada uma d'ellas, precavendo que nenhuma potencia attenda contra direitos tão sagrados, ou perturbe a tranquillidade e a paz d'esta parte da Europa: e sendo evidente, que tão saudaveis vistas, e os mais sinceros e cordiaes desejos da conservação da paz e boa intelligencia com todas as outras nações, carecem ser auxiliados pela mais firme e estreita união de forças e de interesses entre as duas referidas potencias peninsulares; determinaram suas sobreditas magestades contrahir o presente tratado eventual de alliança defensiva, e garantia de systema constitucional, o qual tem por objecto fixar o contingente com que cada uma das duas potencias se obriga a auxiliar aquella, que por qualquer potencia conjuncta, ou separadamente por terra, ou por mar, for atacada por uma invasão hostil ao sobredito systema em qualquer parte da peninsula. Em consequencia do que, e para conventionalizar o dito tratado, sua magestade fidelissima, el-rei do reino unido de Portugal, Brazil e Algarves, nomeou e auctorizou como seu plenipotenciario ao sr. . . . , e sua magestade catholica, el-rei das Hespanhas, nomeou e auctorizou ao sr. . . . , os quaes, depois de haverem communicado e trocado os seus poderes, que foram achados em devida forma, e cujas copias vão annexas ao referido tratado, conventionalizaram e pactuaram os artigos seguintes:

Artigo 1.º As duas altas partes contratantes se garantem uma á outra a sua constituição politica, e a sua independencia contra toda a aggressão estrangeira.

Art. 2.º O contingente com que Portugal entrará em campanha no caso sobredito, logo que se verifique a invasão em Hespanha, será de 8:000 homens de tropa de linha de todas as armas, completamente equipados, na proporção ordinaria

de uma divisão. E no de se realizar uma invasão pelas costas de Portugal, ou pelas provincias de Hespanha, que lhe são contiguas, a saber: pela Galliza, Leão, Extremadura e Andaluzia, contribuirá a Hespanha para a defeza d'aquella parte com o seu contingente, que nunca poderá ser menos de 16:000 homens de tropa de linha nas mesmas proporções.

Art. 3.º As forças auxiliares serão sempre commandadas pelo general da nação a que pertencem, e conservar-se-hão nellas o mais que for possível, de modo que possam obrar sobre si. Ellas serão subordinadas nas suas operações ao plano geral de campanha, e interinamente á disposição do commandante em chefe do exercito da nação auxiliada.

Art. 4.º Em operações parciaes, em que concorrerem tropas das duas nações alliadas, recairá sempre e indistinctamente o commando d'estas operações n'aquelle official das duas nações, que for de patente superior, ou, no caso de patente igual, no mais antigo.

Art. 5.º Logo que se verifique a invasão, a potencia ameaçada requererá da outra a parte do seu contingente que lhe parecer necessaria, a qual se reputará ás ordens do general commandante em chefe, que se entenderá com o commandante da força auxiliar sobre o plano especial das marchas e primeiras operações até chegar o contingente ao alcance das suas ordens immediatas dentro da linha determinada.

Art. 6.º A linha de operações, em que os corpos auxiliares portuguezes, e consequentemente a dos seus respectivos fornecedores, devem entrar a obrar, partirá da embocadura do Guadalquivir, e seguirá pela Extremadura, Leão e Galliza. e estes corpos serão sempre collocados pelo general em chefe, de modo que, cooperando para a defeza d'aquellas provincias, possam, quanto a razão e a boa fé o permittem, regressar promptamente a Portugal, no caso de que o reino seja acommettido por uma força externa, ou interno, facilitando-se d'este modo ao contingente portuguez os meios de poder transportar-se immediatamente ao ponto ardeal das operações de plano particular de defeza, que esta aggressão obrigará o governador militar portuguez a

adoptar. Este regresso se verificará de intelligencia e os dois governos.

Art. 7.º No caso de ser atacado Portugal, e que, em nhadas as tropas portuguezas de tal modo pela serie operações do exercito combinado em Hespanha, não possa acudir instantaneamente á defeza de Portugal, prestará log a Hespanha, em auxilio d'esta potencia sua alliada, e á d posição do governo portuguez, o numero de tropas de linha que elle pedir até á extincção do contingente a que a Hespanha se tem obrigado.

Art. 8.º Se as duas potencias forem atacadas simultaneamente, ellas se auxiliarão uma á outra, segundo um plano combinado entre os dois governos, sobre as phases da mutua conservação.

Art. 9.º As tropas auxiliares serão assistidas pontual e regularmente por conta da potencia auxiliada desde que entrarem no seu territorio com alojamentos, transportes, pão, etapas, forragens, munições, e com tudo o mais que se costuma dar em campanha ás tropas nacionaes, á excepção de soldos e fardamentos, e das despezas de conservação e concerto do seu respectivo armamento. As etapas, forragens e cavalgaduras para transportes serão reguladas pela pratica seguida pelo commissariado do exercito portuguez, e segundo a nota annexa a este tratado. A potencia auxiliada designará hospitaes convenientes e bem providos á sua custa, para tratamento dos enfermos e feridos. As auctoridades do paiz prestarão aos hospitaes todo o auxilio e aninho que prescreve a humanidade.

Art. 10.º Os ferimentos das divisões auxiliares, e tudo o que se expressa na dita nota, se entregará pontualmente pela nação auxiliada aos commissarios de guerra dos corpos auxiliares a contar desde o dia em que entrarem no territorio auxiliado, e durante todo o tempo que n'elle permanecerem.

Art. 11.º Junto ao commandante em chefe das forças combinadas achar-se-hão no quartel general officiaes da nação auxiliar, para lhes subministrarem todas as noticias de

que elle possa carecer, e para servirem de orgão de todas as communicações entre o general em chefe e a divisão auxiliar. Estes officiaes terão o direito de se corresponderem com as suas côrtes, para as informar dos acontecimentos.

Art. 12.º Os premios, indemnisações, distribuições de presas, e tudo o mais que tiver relação com este objecto, se farão entre as tropas das duas nações com perfeita igualdade, e como se não formassem mais do que um só exercito.

Art. 13.º Se occorrer necessidade de serem as tropas auxiliares transportadas por mar no seu ingresso, ou quando forem despedidas pelo governo auxiliado, ou quando houverem de recolher ao seu paiz, sendo chamadas em sua defesa, ou finda a guerra, este transporte e toda a despesa de alimentos até ao dia em que desembarcarem no respectivo territorio, será pago pela nação auxiliada. O mesmo se praticará quando houver necessidade de transportar por mar de um para outro territorio peninsular de ambas as potencias qualquer numero de tropas, cuja necessidade será gradada pelo general em chefe do exercito auxiliado.

Art. 14.º Nos casos particulares que resultarem da consequencia de acções, ou de subitos movimentos militares, e que se não podem prever n'este tratado, conformar-se-hão os commandantes das tropas das duas altas partes contratantes com as regras da íntima união e boa intelligencia que existe entre as duas nações.

Art. 15.º Logo que se verifique a aggressão estrangeira reputar-se-hão por inimigos communs das duas altas partes contratantes quaesquer insurgentes, que no interior da península conspirarem contra o systema constitucional, e serão como taes debellados pelas forças alliadas.

Art. 16.º As duas altas partes contratantes se obrigam a empregarem, quanto lh'o permittirem as suas circumstancias particulares, todas as suas forças navaes, nacionaes, e de corso para auxiliar os fins do presente tratado.

Art. 17.º Se os soccorros estipulados forem achados insufficientes, convencionarão entre si as duas altas partes contratantes sobre os meios de os augmentar, e de se sup-

modo mais solenne e obrigatorio que se p  
trarem em negociação alguma de definitivos  
ou convenções de ajustes de paz, ou cessação  
des, *quaesquer que sejam*, com qualquer pote  
sem o consentimento expresso da outra parte  
vantagem para ambas as nações.

Art. 20.º Fica expressamente declarado q  
tratado eventual de alliança defensiva se limi  
camente á defeza do systema constitucional  
de independencia das duas nações alliadas. Q  
guerra, ou aggressão, proveniente de motivos  
principios sustentados n'este tratado, consider  
alheia á presente alliança.

Art. 21.º As duas altas partes contratantes  
desejo de cimentar por laços indissoluveis e  
união e amisade das duas nações, promettem  
gavelmente, dentro do mais curto espaço, to  
sões existentes entre ellas, e de regularem por  
venções, baseadas sobre os principios mais lib  
que for concernente aos seus interesses event  
e commerciaes.

Art. 22.º Entretanto, convem as duas altas  
tantes, que todas as vantagens, favores, ou p  
qualquer d'ellas conceder para o futuro á na  
mercio e industria de qualquer outra nação e  
qualquer parte dos seus estados, por tratado



Art. 23.º O presente tratado será ratificado por sua magestade fidelissima e por sua magestade catholica, e as ratificações serão trocadas dentro do praso mais curto que for possivel.

Em fê do que nós abaixo assignados, etc. Feito em Madrid, etc. - Está conforme. — *Luiz Francisco Risso.*

Composição de uma divisão portugueza de 8.000 homens de todas as armas, a que se refere o artigo 9.º do tratado supra

Designação	Rações de pão e carne	Rações de forragens
1 Commandante de divisão.....	7	7
2 Ajudantes de pessoa.....	6	6
1 Ajudante de campo.....	2	2
1 Ajudante general.....	4	4
1 Ajudante do dito.....	3	3
1 Quartel mestre general.....	4	4
1 Ajudante do dito.....	3	3
1 Deputado do commissario em chefe.....	3	3
1 Praticante.....	1	2
1 Commissario da thesouraria.....	3	3
1 Escripturnario.....	1	2
1 Praticante.....	1	2
1 Delegado do chefe da saude do exercito.....	3	3
1 Auditor.....	2	2
<b>Primeira brigada de infantaria</b>		
1 Commandante.....	5	5
1 Ajudante de pessoa.....	3	3
1 Major da brigada.....	3	3
3.600 Praças.....	3.611	34
95 Cavalgaduras para conduzir as bagagens dos officiaes, trem dos regimentos, boticas, hospitaes e reserva de polvora.....	-	95
73 Cavalgaduras empregadas na condução dos generos pertencente as rações.....	-	73
<b>Segunda brigada de infantaria</b>		
1 Commandante.....	5	5
1 Ajudante de pessoa.....	3	3
	3.673	267

Designação	Rações de pão e etape
<b>Transporte....</b>	<b>3:673</b>
1 Major de brigada.....	3
600 Praças.....	616
38 Cavalgadas para transporte de bagagens dos officiaes, trem das companhias, botica, hos- pital e reserva de pólvora.....	-
60 Cavalgadas para condução de generos per- tencentes ás rações.....	-
<b>Brigada de artilheria de calibre 9</b>	
113 Artilheiros de linha.....	113
112 Artilheiros conductores.....	112
6 Artifices.....	6
255 Bestas muares.....	-
<b>Destacamento de artifices engenheiros</b>	
40 Praças.....	42
20 Cavalgadas para transporte de bagagens e ferramentas.....	-
48 Bagageiros.....	48
<b>Total das rações.....</b>	<b>4:613</b>

**Qualidade e quantidade das rações, que se fornece  
a cada uma praça do exercito portuguez**

*Ração completa de pão e etape:*

Pão, libra e meia, e na sua falta uma libra de bolacha.

Vinho, um quartilho, e na sua falta  $\frac{1}{16}$  de quartilho de ag  
dente.

Carne, meia libra, e sal uma onça; ou arroz quatro onças,  
cinho uma onça; ou bacalhau meia libra, e azeite  $\frac{1}{12}$  de libra  
legumes  $\frac{1}{32}$  de alqueire, azeite  $\frac{1}{16}$  de libra, sal  $\frac{1}{16}$  de libra

*Ração de forragens:*

Grão, meio alqueire.

Palha, 12 libras.

## DOCUMENTO N.º 105-A

**Documentos relativos ás pag. 134 e 135 do vol. II, part. I,  
provando que não era de intento da França  
invadir Portugal com o seu exercito**

As duas ditas paginas dissemos nós que as intenções da França não eram as de invadir Portugal, quando em 1823 elle invadir a Hespanha por um seu exercito, o que a Inglaterra igualmente confirmou ao ministro de Portugal em Londres. Os seguintes documentos assim o comprovam, não tendo sido citados no texto por não estarem ainda na nossa posse; devem-se portanto considerar como citados n'alguma das duas ditas paginas.

---

**Nota n.º 1 — Mr. Canning tem como infundado o receio do governo portuguez, de que a França pense em invadir Portugal com o seu exercito. (Tradução da sua nota)**

O abaixo assignado, principal secretario d'estado de sua Magestade na repartição dos negocios estrangeiros, não deixou de pôr na presença de el-rei, seu amo, a nota verbal, anteriormente lida, e depois entregue ao abaixo assignado ao sr. Moraes Sarmento, encarregado dos negocios de sua Magestade fidelissima, em 25 ultimo.

O abaixo assignado tem ordem para segurar ao sr. Sarmento, que, conforme as informações que tem chegado ao governo britannico, nada pôde ser mais visionario do que o rumor que tem o rei de Portugal, e os seus ministros, de uma invasão de Portugal da parte dos Pyrenéus. E o abaixo assignado não hesita em segurar ao sr. Sarmento, que sua Magestade não veria com indifferença, que potencia alguma estrangeira attentasse contra a independencia, ou segurança de Portugal. Sua magestade estaria prompto a dar toda a protecção, que é devida pela Gran-Bretanha a Portugal, não somente em virtude do tratado de alliança de 1810, que



referiu o sr. Sarmiento (porque este tratado foi decida-  
distinctamente, que estava annullado pelo tratado concluido  
em Vienna em 1815), mas sim em consideração dos ajustes  
ajustes e obrigações.

A intimação feita pelo sr. Sarmiento de que, no caso  
Gran-Bretanha negar soccorro, o rei de Portugal, á vista  
uma justa necessidade, recorreria a outras alianças, foi  
cebido pelo abaixo assignado como uma amigavel commu-  
cação de um fim contingente de circumstancias, que  
mente não existem, e o abaixo assignado espera, e  
sinceramente, que é provavel não existirão.

Portanto, pôde ser prematuro observar que, em  
uma alliança *defensiva* entre quaesquer duas potencias,  
causa suspeita, ou riune a uma terceira potencia, uma  
alliança *offensiva*, tal como (no caso totalmente impro-  
supposto pelo governo portuguez), o sr. Moraes Sar-  
está auctorisado a declarar, que sua magestade fide-  
contrataria, e uma medida de caracter mui differente. É  
medida, que, pondo a decisão da paz, ou guerra para  
gal no seio do seu novo alliado, necessariamente abso-  
o artigo dos ajustes, contratados unicamente com referen-  
à protecção defensiva.

Uma guerra declarada por Hespanha, depois de um  
tratado estar assignado, necessariamente envolveria Por-  
gal, mas não é em uma guerra, assum voluntariamente  
casionada, que Portugal teria direito a invocar o soccorro  
sua magestade.

Comtudo, o abaixo assignado faz unicamente esta ob-  
ção, para não deixar parte alguma essencial da proposição  
sr. Sarmiento sem observação. Pois que, quanto á hypothese  
de que o rei de Portugal teria razão de queixar-se da recusa  
de sua magestade de concorrer a defender Portugal contra  
uma invasão da parte dos Pyrenéus, o abaixo assignado  
pôde deixar de notar, que semelhante invasão é um mal  
nunca succedeu em Portugal, senão no caso em que a Hespa-  
panha, ou cooperava na empreza, ou ao menos n'ella  
sentia.

abaixo assignado aproveita-se d'esta occasião para re-  
 r ao sr. Sarmento a segurança da sua alta considera-  
 — (Assignado) *Jorge Canning*. — Secretaria d'estado dos  
 ocios estrangeiros, em 1 de outubro de 1822.

I. B. Esta nota estava annexa ao officio n.º 24, de 2 de  
 bro de 1822, dirigido para Lisboa pelo ministro portu-  
 guez em Londres, Christovão Pinto de Moraes Sarmento.

da n.º 2 — Traducção de uma nota, em que mr. Canning  
 faz sensatas observações ao ministro portuguez em Lon-  
 dres, Christovão Pinto de Moraes Sarmento

abaixo assignado, principal secretario d'estado de sua  
 magestade na repartição dos negocios estrangeiros, julga  
 necessario observar ao sr. Sarmento, encarregado dos ne-  
 gos de sua magestade fidelissima, que lhe chegaram  
 noticias, tanto de Verona, como de Paris, das communica-  
 ções que fizera ao encarregado de negocios na cõrte de  
 Lisboa o secretario d'estado de sua magestade fidelissima,  
 dando que a Gran-Bretanha tinha recentemente dado a  
 Portugal uma nova e mais especifica garantia, do que aquel-  
 le que existia antes nas relações diplomaticas entre as duas  
 nações; e que similhante garantia, não sómente se estendia  
 a segurança territorial e independencia de Portugal, mas  
 tambem ás suas novas instituições politicas.

abaixo assignado, em consequencia d'estas noticias, a  
 uma das quaes chegou unicamente ao seu conhecimento  
 poucos dias, viu-se na precisão de examinar a correspon-  
 dencia que houve entre o sr. Sarmento e o abaixo assignado  
 em mezes de setembro e outubro, a fim de descobrir os  
 fundamentos, se é que existem alguns, que deram motivo a  
 esta tão extraordinaria falta de intelligencia.

O sr. Sarmento leu, e entregou ao abaixo assignado em  
 1.º de setembro uma nota em que declarava, que tinha in-  
 struções da sua cõrte para exigir do governo britannico, em  
 consequencia da ameaçadora posição das tropas francezas,  
 acamadas nos Pyrenéus, o que o sr. Sarmento representava

como constituindo o *casus federis*, segundo o tratado de 19 de fevereiro de 1810, uma immediata declaração de que o governo britannico cumpriria as condições do tratado de 1810, e garantiria Portugal «contra qualquer ataque, ou invasão estrangeira, empregando a fim a sua mais effizaz influencia e intervenção: e que uma e outra fosse de nenhum effeito, que entã a magestade fidelissima esperava que, conforme o mesmo, se mandassem forças britannicas para Portugal, operar e defender a sua independencia e integridade não se verificando esta declaração, ou soccorro por se é talvez mui claro se se deve considerar a recusa de soccorro unicamente do soccorro, quando fosse devido, um abandono de Portugal aos seus meios de defender a, direitos e independencia da nação), sua magestade fidelissima ver-se-ia obrigado a contrahir uma aliança defensiva com a Hespanha».

Nem uma só palavra se disse n'aquella *nota* do sr. Sarmento, de uma garantia de *instituições politicas*, semelhante garantia foi pedida pelo predecessor do sr. Sarmento, o sr. Oliveira, no mez de janeiro proximo porém foi, como era natural e necessario, de uma *remptoriamente recusada*.

Na verdade, nada seria menos razoavel que depelemhe e publica declaração de el-rei áquelle principio não intrometter nos negocios internos das outras nações qual se guiou a conducta de sua magestade, se ex o mesmo soberano, que tomasse conhecimento d'aquella, de maneira que garantisse a todas as nações, qualquer mudança, ou successão de mudanças, que proprias fazer nas suas instituições politicas.

Recebendo as ordens de el-rei seu amo, quanto a que se devia dar, em nome de sua magestade, á *nota* do sr. Sarmento, sem duvida competiria ao abaixo: o notar a maneira desusada, se não pouco amigavel, se uniu uma apparente ameaça com uma effizaz de auxilio.

mtudo, o abaixo assignado, conhecendo que não houve  
 ção de se faltar ao respeito a sua magestade na intima-  
 la conducta, que Portugal seria obrigado a seguir no caso  
 ecusa de sua magestade, recebeu ordem para se conten-  
 am apontar ao sr. Sarmento, na maneira mais amigavel :  
 a impossibilidade da hypothese sobre que era fundada  
 appellação a sua magestade, isto é, a de uma invasão de  
 gal pelo exercito francez, que atravessasse os Pyrenéus;  
 o erro em que caiu o governo do sr. Sarmento, suppondo  
 estava em vigor o tratado de 19 de fevereiro de 1810,  
 do foi formalmente abolido pelo tratado de Viena de  
 3; 3.º, o effeito (do qual o sr. Sarmento parece não estar  
 cto), de tudo o que tem a natureza de uma alliança *offen-*  
 com qualquer outra potencia, a saber: o de dispensar a  
 magestade de obrigação alguma actual, ou hypothetica,  
 intervir a favor de Portugal contra qualquer ataque, que  
 hante alliança provocasse.

om estas advertencias amigaveis, o abaixo assignado teve  
 em de combinar a certeza, de que sua magestade não ve-  
 com indiferença qualquer tentativa contra a segurança  
 dependencia de Portugal, feita por qualquer potencia es-  
 geira, e que sua magestade estaria prompto a dar toda  
 protecção que é devida da parte da Gran-Bretanha a Por-  
 al, não certamente em virtude do tratado de alliança de  
 10, citado pelo sr. Sarmento (porque este tratado foi de-  
 do distinctamente, que estava annullado pelo tratado  
 cluido em Vienna de 1815), porém em consideração dos  
 gos ajustes e obrigações.

O sr. Sarmento accusou a recepção d'esta nota official, da-  
 do 1.º de outubro, em 28 do mesmo mez, por outra  
 official, na qual annunciava ao abaixo assignado: 1.º,  
 elle havia participado ao seu governo as seguranças ver-  
 as, que havia recebido do abaixo assignado em conferencia  
 25 de setembro (dia em que a *nota verbal* foi lida e en-  
 ue ao abaixo assignado), e havia depois transmittido a  
 official do abaixo assignado, repetindo as mesmas se-  
 anças; 2.º, que elle tinha recebido noticia do seu go-

verno, de haver sido entregue da parte que tinha da conferencia de 25 de setembro, mas não que o mesmo verno havia recebido a nota official do abaixo assignado 1.º de outubro.

N'esta nota o sr. Sarmento negava qualquer intenção da parte do seu governo de concluir com o de Hespanha uma alliança offensiva e defensiva, mas annunciava um tratado como actualmente em negociação (o que portanto não pôde ser uma consequencia da parte de sua magestade real para cumprir quaesquer que podessem ser os seus ajustes com sua magestade fidelissima), tratado que descrevia como uma alliança defensiva, e mutua garantia, em referencio ao systema constitucional dos dois reinos contra um ataque que contra este systema fizesse qualquer outra potencia.

Tendo esta communicação sido feita pelo sr. Sarmento em consequencia das ordens do seu governo, antes d'elle ter conhecimento (segundo disse distinctamente o sr. Sarmento na nota official do 1.º de outubro, o abaixo assignado naturalmente esperava ulterior communicação, quando fosse recebida aquella nota. E continuava a ter essa esperança, que os boatos mencionados no principio d'esta nota chamaram a attenção do abaixo assignado a rever a sua correspondencia com o sr. Sarmento. Recorrendo a esta correspondencia, o abaixo assignado descobre, que quasi dois mezes têm passado depois que o governo de Portugal deve ter recebido a posse da nota do 1.º de outubro. Não se tem todavia ainda noticia por escripto d'esta nota, mas no entanto circulam rumores, attribuindo a ella um caracter e um sentido muito alem do seu sentido.

Portanto, é de dever do abaixo assignado o definir e explicar aquelle sentido, cuja extensão e má interpretação unicamente ter nascido, segundo presume, da circumstancia de não ter respondido á nota official do sr. Sarmento de 1.º de outubro.

Se o abaixo assignado não esperasse ulterior communicação do sr. Sarmento, sem duvida lhe cumpriria a parte do sr. Sarmento a maneira por que se poderiam applicar

tratado, tal como aquelle que annuncia estar em negociação com Hespanha, quasi todas as observações, que o abaixo assignado tomou a liberdade de referir, relativamente á ameaçada alliança defensiva. Similhante tratado, se não fizesse dependente do seu novo alliado a decisão da paz, ou da guerra, para Portugal, tão effectivamente como um tratado de alliança offensiva, ao menos sujeitaria Portugal a entrar em uma guerra por interesses que não são seus, e não é em uma guerra assim voluntariamente incorrida, que Portugal teria direito a invocar o soccorro de sua magestade.

Os antigos ajustes e obrigações, em virtude dos quaes se exigia de sua magestade que prestasse o seu soccorro a Portugal, se referem principal e particularmente ás bases do ataque, ou do intentado ataque, contra Portugal pelos Pyreneus, mandado fazer pelos reis de França, ou de Hespanha, junta, ou separadamente.

Até que ponto, e em que circumstancias terão effeito estes ajustes e obrigações geraes, só se pôde decidir em cada caso particular que occorrer.

Sua magestade nunca faltaria ao desempenho d'elles, quando justamente fossem devidos. Mas assim como a Gran-Bretanha é escrupulosa em cumprir os seus ajustes, é necessario acautelar que não se exagere, ou interprete mal a extensão dos mesmos ajustes. Convem por tanto dizer de antemão, que o caso em que elles certamente não seriam applicaveis seria aquelle em que Portugal procurasse uma guerra, em vez de ser objecto de aggressão injusta, e não provocada.

As seguranças que sua magestade fidelissima publicamente declarou ter recebido da França, tornam toda a discussão d'esta natureza presentemente um assumpto puramente de raciocinio e especulação hypothetica. Porém, o abaixo assignado não poderia consentir que ficasse sem contradicção uma má interpretação tão inconveniente, como a que se deu ás suas seguranças em nome de el-rei seu amo. Era necessario que se não confundisse a independencia territorial com a garantia das instituições politicas, e que ficasse

novar ao sr. Sarmento as seguranças da sua alt  
ção. Secretaria d'estado dos negocios estrangeir  
dezembro de 1822. — *Jorge Canning*.

*N. B.* A traducção da precedente nota de mr.  
nha annexa ao officio n.º 40, dirigido para Lisb  
nistro de Portugal em Londres, Christovão Pini  
Sarmento.

---

Copia n.º 3 — Mr. Canning certifica novamente  
de Portugal em Londres, que a França nem  
tem de invadir Portugal

Secretaria d'estado dos negocios estrangeiro  
março de 1823.

O abaixo assignado, principal secretario d'es  
magestade na repartição dos negocios estrangeir  
e poz na presença de el-rei a nota do sr. Sarment  
corrente, na qual o sr. Sarmento expressa por or  
governo os sentimentos que excitou no coração  
gestade fidelissima o discurso de el-rei de Fran  
janeiro; expõe a natureza das instrucções que fo  
das ao encarregado de negocios de Portugal e  
consequencia d'aquelle discurso, e descreve a li  
ducta, que sua magestade fidelissima menciona se  
de guerra entre a França e Hespanha.

Sua magestade ouviu com grande satisfação



**o** abaixo assignado tem ordem de sua magestade para re-  
**sr. Sarmento** as seguranças, que anteriormente tem  
**sião** de dar, de que o governo francez tem constante  
**amente** negado o ter qualquer tenção, ou disposição,  
**de declarar guerra a Portugal**, ou de dar causa justa  
**gal para declarar guerra á França**.

**no** depois da recepção da nota do sr. Sarmento se  
**ovado** esta asserção, como o sr. Sarmento verá pelo  
**o** incluso de um officio do embaixador de sua mages-  
**n Paris**, o qual o abaixo assignado communica confi-  
**mente** ao sr. Sarmento para levar ao conhecimento  
**governo**, confiando todavia que o seu conteúdo se não  
**blico** em Lisboa.

**aixo** assignado não póde deixar de chamar a attenção  
**Sarmento** particularmente sobre a parte do officio de  
**ries Stuart**, em que s. ex.<sup>a</sup> relata (segundo a intelli-  
**que lhe** foi dada pelo ministerio francez), a maneira  
**o** encarregado de negocios de Portugal em Paris  
**o** as suas instrucções. Parece, por aquella passagem  
**officio**, que o encarregado de negocios de Portugal  
**ommunicado** ao governo francez a determinação da  
**te** de considerar a invasão de Hespanha como uma  
**ção** de guerra feita a Portugal.

**hante** ameaça differe inteiramente da communicação  
**abaixo** assignado pelo sr. Sarmento.

**rixo** assignado sinceramente deseja que a versão do  
**mento**, das instrucções dadas pela sua côrte aos seus  
**is** nos paizes estrangeiros, seja a verdadeira; e está  
**ido** que o sr. Sarmento conhecerá a importancia em  
**de** informar sem demora ao seu governo, do sentido  
**aquellas** instrucções foram executadas pelo sr. Sam-  
**da** maneira que o governo francez entende que ellas  
**ecutadas**.

**ia** tempo a perder por parte do governo portuguez  
**ificar** o erro do sr. Sampaio.

**ntanto**, o abaixo assignado transmittirá ao embaixa-  
**sua** magestade em Paris a copia da nota do sr. Sar-



mento de 4 do corrente, que o abaixo assignado espera produzirá o effeito de suspender por parte da França quaesquellas medidas fundadas em uma errada intelligencia das intenções de sua magestade fidelissima.

O abaixo assignado aproveita esta occasião para reter ao sr. Sarmiento a segurança da sua distincta consideração. = (Assignado) *Jorge Canning*.

---

Extracto a que se refere a nota supra,  
tendo a data de Paris em 3 de março de 1823

Mr. de Villèle me disse ha alguns dias, que as noticias recebidas ultimamente de Portugal tinham produzido a mais desfavoravel impressão no governo francez. Que depois de dar-me repetidas seguranças de que estavam determinados a não envolver o governo d'aquelle reino na contenda com Hespanha; os ministros francezes não estavam de certo preparados a ouvir, que se tinha posto de parte toda a consideração e prudencia, a fim de se entrar em uma guerra com a França, determinação esta que só serve para explicar a questão, e a fazer uma accommodação entre a França e a Hespanha infinitamente mais difficil.

No dia depois que houve esta conversação, o encarregado de negocios de Portugal notificou officialmente ao governo francez a determinação da sua côrte, de considerar que a invasão de Hespanha continha uma declaração de guerra a Portugal, e annunciou que tinha recebido instrucções para n'aquelle caso pedir os seus passaportes.

Mr. de Chateaubriand, de ordem de el-rei, lhe participou que a disputa d'este paiz com a Hespanha deve-se attribuir ao inconveniente positivo que resultava á França do estado presente d'aquelle reino, e não a questão alguma de principios. Que, como estas causas de disputa não se applicam a Portugal, uma hostilidade da sua parte em taes circumstancias, será uma aggressão não provocada á França; e que portanto sua magestade christianissima não intenta retirar

de Portugal os seus agentes diplomaticos e consulares, quaesquer que sejam as medidas (excepto de guerra actual, que julgue conveniente seguir a este respeito.

## DOCUMENTO N.º 106

(Citado a pag 136)

**Nota, pela qual o ministro de Portugal em Madrid declara o governo portuguez em hostilidade com toda a potencia, que na peninsula vier atacar o systema constitucional**

Muito meu senhor. — Constando a sua magestade fidelissima a realisação do iniquo projecto, concebido pelo governo francez contra a liberdade e instituições politicas da nação espanhola, pela effectiva irrupção pelas fronteiras da Hespanha com um exercito hostile, precedido de facciosos e de proclamações, cujos evidentes fins não deixam outro regresso aos povos generosos, contra os quaes esta aggressão é dirigida, senão o recurso das armas; penetrado pois sua magestade fidelissima d'aquelle horror, que lhe inspira este attentado, contra cujos principios elle já havia protestado pelo seu ministro, encarregado dos negocios em Paris, declarando com franqueza e lealdade tão conspicua do seu elevado e real animo, a formal opposição que encontrariam sempre da sua parte os projectos hostis, manifestados pelo governo francez contra as instituições politicas da Hespanha, e perfeitamente convencido que o ataque feito a esta nação abrange as mesmas sinistras intenções contra o reino de Portugal, sendo uma lucta de principios, que envolve os mais caros interesses da nação portugueza, que se acham depositados nas suas boas mãos, e que elle jurou sustentar: resolveu este augusto senhor, de accordo com o conselho dos seus ministros, que ficava o reino de Portugal considerado como atacado pelas tropas francezas, que iam penetrando pela Hespanha, e que por consequencia desde já se reputavam destinadas to-

em frente do inimigo poderiam produzir as consequências.

O governo de sua magestade fidelissima comente nas providencias, que o reconhecido destino de Hespanha expedirá para que as tropas portuguezas, no momento que entrarem na Hespanha, sejam tratadas pelas auctoridades hespanhola, e considerado todo o sentido como as suas proprias tropas, e que este cuidado abrangerá com igual interesse e dos doentes e feridos nos hospitaes, como é prouto do character de humanidade da nação hespanhola em suas leis.

Por estas providencias mui singelas e naturaes de confiança e união, que inspira aos dois governos a formidade da sua causa e das suas circumstancias, o governo de sua magestade fidelissima, que coincide perfeitamente com as bem fundadas reflexões de v. ex.<sup>a</sup> de 21 de março, sobre a multitudine e estado formal na singular posição em que cada uma das nações se acha, por causa das facções que ellas se acham em seu seio; e deixando ao seu respectivo governo em uma defeza de tão vital importancia para a defeza de todos os seus disponiveis recursos, e o auxilio uma da outra, guiadas unicamente pelo sentimento commum da honra nacional, da sua liberdade, da defeza dos seus lares e das suas leis, como elles já se auxiliaram na ultima guerra da sua independencia contra os mesmos inimigos, ficam d'este modo salvos um sem numero de melindres, que pela duração de quasi um anno de negociações, feitas com o fim de satisfazer as mais intenções, pareciam tornar quasi insuperaveis os obstaculos, que se encontravam no detalhe de cada uma das partes, do, ao mesmo tempo que nenhuns existiam de essencial.

O governo de Portugal se lisonjeia, que seguirá sempre o mesmo thema defensivo, que lhe permite a recente convênção de Madrid, e a recente politica dos inimigos das instituições politicas das nações.

anhola <sup>1</sup>, sem contrariar, nem comprometter as suas alianças e relações politicas em evidente damno seu, attendivel augmento de forças para a Hespanha, como parece reconhecer na sua referida nota, fará chegar o ponto em que despertada a cooperação d'essas antigas forças, movidas por circumstancias que não podem deixar de verificarem, a defeza da peninsula alcançará aquelle e triumphante vigor, que Portugal deve esperar dos tratados expressos, ou por tacitas convenções, que formam o corpo do direito das nações, ellas lhe não poderão faltar, sem cair em manifesta contradicção.

Fazendo a v. ex.<sup>a</sup> esta satisfactoria participação, tenho a honra de repetir a v. ex.<sup>a</sup> a segurança da minha mais distincta consideração e particular rendimento.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Sevilha, 22 de abril de 1823. —

A. M. de v. ex.<sup>a</sup>, seu mais attento e seguro servidor. =

João Frederico Torlade Pereira de Azambuja. — Ill.<sup>mo</sup> e

Ex.<sup>o</sup> sr. D. Evaristo S. Miguel.

Está conforme. = Luiz Francisco Risso.

## DOCUMENTO N.º 107

(Citado a pag. 137)

Decreto do ministro de Portugal em Paris, contra o paragrapho de um discurso, que o rei de França pronunciou na abertura das camaras, em 28 de janeiro de 1823

Traducção. — O abaixo assignado, encarregado dos negocios politicos e commerciaes de Portugal, tem a honra de

É a convenção para a reciproca entrega dos criminosos e desertores de 8 de março de 1823, tom. v da *Collecção dos tratados* do visconde de S. Jorge de Castro.

instituições, que não tenham sido dadas ás nações soberanas, ainda mesmo quando tenham admittido a legitimidade. O abaixo assignado, procedendo a razão de que se trata, tem a honra de agradecer a magestade fidelissima não deixará de contar a sua e humanidade de sua magestade christiana vastissima penetração deve infalivelmente prever as culaveis consequencias de uma similhante guerra a toda a Europa se devem sentir. No caso de esta benevolente esperança, e de que o exercito francez no territorio hespanhol, para executar a ordem que sua magestade fidelissima não pôde admittir assignado recebeu ordem de deixar immediatamente o territorio francez, para que seja patente ao mundo o grande horror, que a nação portugueza, e o seu chefe, têm para com principios tão oppostos dos governos, como destruidores da tranquillidade dos povos. Sua magestade fidelissima, não quer por modo algum para os desastres da combater abraçar toda a Europa, o commercio entre as nações continuará enquanto a dignidade e a segurança não forem comprometidas pela premeditação. Em consequencia d'estas intenções pacificas de sua magestade fidelissima consentirá a cessação das relações politicas entre os dois reinos, e que os consules francezes continuem a exercer as suas funções.

que possam forçar Portugal a esposar a causa da Hespanha.

O abaixo assignado aproveita com empenho esta occasião para renovar a s. ex.<sup>a</sup> os protestos da sua mais distincta commendação. Paris, 27 de fevereiro de 1823. = O commendação Sampaio.

## DOCUMENTO N.º 108

(Citado a pag. 137)

**Resposta dada por mr. Chateaubriand  
à precedente nota do ministro de Portugal em París**

**Traducção.** — O abaixo assignado, ministro dos negocios estrangeiros, recebeu, e levou ao conhecimento de el-rei, a nota que o sr. encarregado dos negocios de Portugal lhe deu em 27 de fevereiro; e de sua magestade recebeu elle ordem de fazer ao sr. encarregado de negocios a seguinte communicação. O governo portuguez entende dever protestar contra o principio enunciado no discurso, que sua magestade pronunciou em 28 de fevereiro na abertura da presente sessão. O rei de França é senhor de dirigir ao seu povo a linguagem que tem por mais conveniente, e seria difficil poder apprehender como é que o governo portuguez se acha offendido por um discurso dirigido aos deputados de França. Se o exercito francez tiver de penetrar no territorio hespanhol, o sr. encarregado dos negocios de Portugal está perfeitamente livre de poder deixar o territorio francez, em conformidade da ordem que para isto recebeu do seu governo. Se o governo francez for obrigado a declarar a guerra ao governo hespanhol, isto não tem por fim sustentar a theoria de algumas doutrinas politicas, mas sim porque a segurança immediata, e os seus essenciaes interesses se acham commettidos pelas transacções democraticas da Hespanha. França, não se achando no mesmo caso com relação a Portugal, não tem motivo algum plausivel para que o go-

verno de sua magestade fidelissima renuncie ás relações de paz e amizade. A França espera que ella não terá a repellir uma aggressão não provocada, mas a sustentar uma guerra defensiva, que não terá por base, e por pretexto, por parte d'aquelles que a declaram, senão a enunciação de um principio sobre o qual repousa o direito politico da França. Quanto ás disposições futuras, relativas á residencia de consules, o governo francez não tem precisão de entrar em arranjos a este respeito, pois que a intenção de sua magestade christianissima não tem motivo para retirar de Portugal, nem o seu encarregado de negocios, nem os seus consules, tomando para o futuro o conselho que a sua dignidade lhe dictar.

O abaixo assignado aproveita esta occasião de renovar ao sr. encarregado de negocios de Portugal a segurança da sua mais distincta consideração. — Paris, 27 de fevereiro de 1823. — Ao sr. commendador Costa Sampaio, encarregado dos negocios de Portugal. = *Chateaubriand*.

#### DOCUMENTO N.º 109

(Citado a pag. 138)

Carta do ministro de Portugal em Paris,  
pedindo os seus passaportes a mr. Chateaubriand, e resposta  
que este ministro lhe deu, remettendo-lh'os

Paris, 11 de abril de 1823. — Sr. visconde. — Segundo ordens do meu governo, que já levei ao conhecimento v. ex.ª pela minha nota de 27 de fevereiro, tenho a honra de pedir ao governo de sua magestade christianissima a expedição dos meus passaportes, a fim de deixar immediatamente o territorio francez, visto que o seu exercito acaba de entrar no territorio hespanhol, para pôr em execução a doutrina, que sua magestade fidelissima recusou admitir.

Queira, pois, sr. visconde, aceitar n'esta occasião a seg



da mais distincta consideração com que tenho a honra  
r, etc. = O commendador da Costa Sampaio.

---

**Resposta de mr. Chateaubriand**

Paris, 13 de abril de 1823. — Cuidava eu que as explica-  
ções que tive a honra de vos dar sobre o discurso da corôa,  
em resposta á vossa nota de 27 de fevereiro, poderiam ser  
já satisfactorias, para que esperasseis novas ordens  
do governo, que vos fossem dirigidas. Todavia, senhor, o go-  
verno francez em cousa alguma quer forçar as vossas reso-  
luições, e recebereis junto a esta o passaporte que pedisteis.  
Posso pois deixar de vos repetir aqui o que já vos disse  
na minha nota de 3 de março. A França não tem motivo al-  
gum de contestação com Portugal, e as intenções do rei,  
tanto ao presente, são de não retirar, nem o seu encarre-  
go de negocios, nem os seus consules.  
Recebei, senhor, as seguranças da minha distinctissima  
consideração. = *Chateaubriand*. — Sr. Commendador da Cos-  
ta Sampaio.

---

**DOCUMENTO N.º 110**

(Citado a pag. 151 e 152)

**Proclamação do infante D. Miguel aos portuguezes,  
promettendo-lhes fallazmente uma constituição**

Portuguezes! — É tempo de quebrar o ferreo jugo, em  
ignominiosamente vivemos em nome do melhor dos  
reis, mas assás temos soffrido o mais intoleravel despotismo.  
No coração, combatido entre o firme proposito de não  
restar á obediencia a meu augusto pae e meu senhor, e a dôr  
que me causavam os males da nação generosa a que pertenço,  
excitou em tomar uma resolução, a que por outra parte me  
impedia a obrigação de filho, sem sua real approvação. A força



dos males nacionaes, já sem limites, não me deixou e  
 liber; a honra não me permittiu ver por mais tempo em  
 gonhosa mercia a magestade real ultrajada, e fôta ludi  
 dos facciosos, todas as classes da nação com dialo  
 tuo deprimidas, e todos nós o desprezo da Europa e  
 mundo, por um soffrimento, que passaria a cobardia e  
 logar dos primitivos direitos nacionaes, que vos prom  
 ram recobrar em 24 de agosto de 1820, deram-vos a  
 ruína; o rei reduzido a um mero phantasma; a magistra  
 diariamente despojada, e ultrajada; a nobreza, á que  
 aggregaram successivamente os cidadãos benemeritos,  
 qual deveis a vossa gloria nas terras da Africa, e nos m  
 da Asia, reduzida ao abatimento, e despojada do lustre  
 outr'ora obtivera do reconhecimento real: a religião, e  
 ministros, objecto de mofa e escarneo. Que é uma m  
 quando soffre, ver-se assim aviltada? Eia, portuguezes,  
 mais longa prudencia seria infamia. Já os generosos li  
 montanos nos precederam na luta; vinde juntar-vos a  
 landarte real, que levo em minhas mãos; libertemos e  
 e sua magestade liere, dê uma constituição a seus p  
 fimo-nos em seus paternaes sentimentos; e ella sera tão d  
 do despotismo, como da licença; assim reconciliara a  
 comsigo mesmo, e com a Europa civilisada. Acho m  
 meio de valentes e briosos portuguezes, decididos, e  
 eu, a morrer, ou a restituir sua magestade á sua liber  
 e auctoridade, e a todas as classes seus direitos. Não l  
 teis, ecclesiasticos, e cidadãos de todas as classes, v  
 auxiliar a causa da religião, da realeza, e de vós to  
 e juremos não tornar a beijar a real mão, senão de  
 de sua magestade estar restituído á sua auctoridade.  
*acrediteis que queremos restaurar o despotismo, opera*  
*acções, ou tomar vinganças; juremos, pela religião e*  
*honra, que só queremos a união de todos os portuguezes*  
*um total esquecimento das opiniões passadas.*

Villa Franca, 27 de maio de 1823. = Miguel.

## DOCUMENTO N.º 111

(Citado a pag. 161)

**Declaração dirigida por el-rei D. João VI aos portuguezes,  
com data de Lisboa aos 30 de maio de 1823,  
condemnando a fuga de seu filho para fóra de Lisboa**

**portuguezes! — Meu filho, o infante D. Miguel, fugiu de  
nossos paços, e uniu-se ao regimento n.º 23. Eu já o  
vejo como pae, e saberei punil-o como rei. Pouco a  
algumas das tropas da guarnição d'esta cidade, máo-  
por seus officiaes, se têm escapado, e me têm des-  
ido. Aquelles que ainda ha pouco ratificaram o jura-  
de guardar, e fazer guardar a constituição politica da  
pátria portugueza, que representantes seus, e por elles  
fizeram, acabam de perjurar.**

**ao meu juramento, fiel á religião de nossos paes, eu  
manter aquella constituição, que mui livremente acei-  
ei, e ainda não faltei uma só vez á minha palavra. Se  
vós sereis livres, e continuar a merecer o nome, que por  
seculos conservastes, sêde fieis ao vosso juramento.  
Nem tolhe, nem tolheu até hoje, a minha liberdade. Nin-  
guem lesacatou ainda a minha auctoridade real. Não deis  
vós aos aleives com que pretendem alheiar-vos de vos-  
sas liberdades e da vossa fidelidade. Quem vos attrahe ao per-  
igo, eu lanço-lhes a lança, e lanço-lhes os ferros. Confiaes nas côrtes, descansae  
no meu governo, obedecei á lei; só assim fareis a mi-  
nha vossa felicidade.**

**Lisboa da Bemposta, em 30 de maio de 1823. — EL-REI  
(João VI).**

## DOCUMENTO N.º 112

(Citado a pag. 464)

**Proclamação dirigida de Villa Franca por el-rei aos portuguezes  
com data de 31 de maio,  
promettendo-lhes uma constituição**

Habitantes de Lisboa! — A salvação dos povos é sempre uma lei suprema, e para mim uma lei sagrada; esta resolução, que ha sido o meu pharol nos arriscados lances da vida, a Providencia me tem collocado, dictou imperiosamente a resolução que tomei hontem, com mágua minha, de separe-me de vós por alguns dias, cedendo aos rogos do povo e aos desejos do exercito, que me acompanha, ou me precede.

Habitantes de Lisboa! Tranquillisaes-vos; eu nunca mentirei o amor que vos consagro; por vós me sacrifico; em pouco tempo os vossos mais caros desejos serão satisfeitos.

A experiencia, esta sabia mestra dos povos e dos governos, tem demonstrado de um modo bem doloroso para mim e funesto para a nação, que as instituições existentes são incompatíveis com a vontade, usos, e persuasões da maioria da monarchia; os factos, por sua evidencia, corroboram estas asserções. O Brazil, esta interessante parte da monarchia, está despedaçado; no reino a guerra civil tem fregido o sangue dos portuguezes ás mãos de outros portuguezes; a guerra estrangeira está imminente, e o estado fica assim ameaçado de uma ruina total, se as mais promptas e efficazes medidas não forem rapidamente adoptadas. Na crise melindrosa cumpre-me, como rei e como pae dos meus subditos, salvá-os da anarchia e da invasão, conciliando os partidos que os tornam inimigos.

Para conseguir tão desejado fim, é mister modificar a actual constituição; se ella tivesse feito a ventura da nação, eu continuaria a ser o seu primeiro garante; mas quando a maioria de um povo se declara tão aberta, e hostilmente, contra suas instituições, estas instituições carecem de reforma.

Cidadãos! Eu não desejo, nem desejei nunca o poder absoluto, e hoje mesmo o rejeito; os sentimentos do meu coração repugnam ao despotismo e á oppressão; desejo sim a paz, a honra, e a prosperidade da nação.

Habitantes de Lisboa! Não receeis por vossas liberdades; ellas serão garantidas por um modo, segurando a dignidade da corôa, que respeite e mantenha os direitos dos cidadãos.

Entretanto, obedecei ás auctoridades, esquecei vinganças particulares, suffocae o espirito de partido, evitae a guerra civil, e em pouco vereis as bases de um novo código, que abo-  
*mando a segurança pessoal, a propriedade e empregos verdade-  
mente adquiridos em qualquer epocha do actual governo, de  
todas as garantias que a sociedade exige, una todas as con-  
dições, e faça a prosperidade da nação inteira*

Villa Franca de Xira, 31 de maio de 1823. = JOÃO VI,  
EL-REI (com guarda)<sup>1</sup>.

#### DOCUMENTO N.º 113

(Citado a pag 163)

**Protesto assignado por sessenta e um deputados ás côrtes,  
não admittindo que se fizesse modificação alguma  
na constituição de 1822**

Os representantes da nação portugueza, ora reunidos em côrtes extraordinarias, achando-se destituídos do poder executivo, que leve a effeito quaesquer deliberações suas, e desamparados da força armada, declaram estar na impossibilidade de desempenhar actualmente o encargo das suas procurações, para os objectos para que foram convocados; e por quanto a continuação das suas sessões poderia conduzir ao perigo de ser a nação menosprezada nas pessoas dos

<sup>1</sup> Esta proclamação foi obra da penna de Rodrigo Pinto Pizarro, depois barão da Ribeira de Sabrosa, que n'esta occasião abraçou tambem a causa do absolutismo.

seus representantes, sem esperança de utilidade pública interrompem as suas sessões até que a deputação pervergente, que fica continuando em seu exercício, ou o presidente das côrtes julgue conveniente reunir os seus deputados; e protestam, em nome dos seus constituintes, contra qualquer alteração, ou modificação, que se faça na constituição de 1822.

Lisboa, palacio das côrtes, 2 de junho de 1823. — (Seguem-se sessenta e uma assignaturas.)

#### DOCUMENTO N.º 114

(Citado a pag. 170)

Segunda proclamação, dirigida por el-rei aos portuguezes, datada de Villa Franca aos 3 de junho de 1823, promettendo-lhes mais explicitamente dar-lhes uma constituição

Portuguezes! — Em lugar de uma constituição, que sustentasse a monarchia, e em lugar de representantes escolhidos por vós, appareceu debaixo d'aquelle titulo sagrado um tecido de maximas, promulgadas com o fim de encobrir principios subversivos e insubsistentes, que tinham o fim occulto de sepultar com a dynastia reinante a monarchia portugueza, e appareceram representantes quasi todos eleitos pelas proprias machinações e subornos.

Os cidadãos de reconhecida virtude eram opprimidos debaixo do peso das facções; e a qualidade de fiel ao rei foi inculcada e considerada por criminosa no systema dos principios, que homens corrompidos e exaltados, aferrada e temerariamente seguiam.

Obra de taes elementos não podia ter duração mais longa; a experiencia os reprovou, e se os seus auctores se mantiveram por algum tempo, apesar dos vossos desejos, foi em consequencia de promessas, que não podiam realisar-se pelos meios adoptados. Desenganados dos seus erros, elles

mesmo se dissolveram de facto, como de facto se congregaram, e eu os dissolvei de direito.

Cuidado dos vossos interesses, determinei salvar a minha dignidade real, fazendo renascer a monarchia, que deve ser a base, e não o ludibrio de toda a constituição; e então se manifestou ainda mais a fidelidade portugueza, até entre os fabricadores de tantos males, que em grande parte chegaram a reconhecer a sua illusão.

Portuguezes! O vosso rei, collocado em liberdade no throno dos seus predecessores, vae fazer a vossa felicidade; *dar-vos uma constituição, em que se prescreverão princípios, que a experiencia vos tem mostrado incompatíveis com a duração pacifica do estado; e porque se considera feliz, quando tiver reunidos todos os portuguezes, esquece as opiniões passadas, exigindo fidelidade no comportamento futuro.*

Villa Franca de Xira, em 3 de junho de 1823. = JOÃO VI, Rei-Rei (com guarda) = Joaquim Pedro Gomes de Oliveira.

---

#### DOCUMENTO N.º 115

(Citado a pag. 177)

Declara-se o ministro de Portugal em Madrid, D. Antonio de Saldanha da Gama, collaborador da santa alliança, e jnato d'ella procurador de D. Fernando VII, rei de Hespanha

III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Os felizes acontecimentos que tiveram lugar em Portugal em os ultimos dias de maio, e primeiros de junho passado, restituindo sua magestade aos seus imprescriptiveis direitos, salvando-o, e á sua real familia, do perigo imminente que corriam, e livrando a nação do ferreo jugo que a opprimia, me impõe o dever de rogar a v. ex.<sup>a</sup> o favor de levar á presença de sua magestade, el-rei nosso senhor, os meus submissos votos de felicitação, esperando que v. ex.<sup>a</sup> haja de beijar, em meu nome, a augusta mão de el-rei

a sua augusta pessoa, e a sua real familia, e da Hespanha do estado de anarchia em que elle entrara. O documento annexo é a copia da carta magestade dirigiu a todos os soberanos. A causa catholica era a causa do throno e do altar, e a familia se comprehendia uma filha de el-rei e empreguei, pois, todo o meu zêlo, e os fracos que podia dispor para conseguir um feliz resultado. Laybach, junto dos imperadores da Austria e em Paris, junto de sua magestade christianissima em junho do anno passado, tendo finalmente achado a vontade catholica hespanhoes, que se quizessem a execução das suas reaes ordens, eu julguei dar a minha commissão por acabada, apesar de mostrava o duque de Montmorency de tratar com preferencia, e apesar de se me haver communiado de sua magestade catholica o desejo de que eu fosse aos hespanhoes por elle nomeados. Logo que eu fui, levei á presença de v. ex.<sup>a</sup> um relatório de tudo quanto obrei neste negocio.

Continuei depois, ainda que indirectamente, com o objecto, para cumprir com as especiaes ordens da alteza real, a senhora infanta D. Maria Francisca. A correspondencia fazia regularmente subir á presença da magestade christianissima. A historia imparcial das luctações de ouro e herpiemo, a tenacidade e



terreu. Sua magestade catholica, antes de sair de Madrid, mandou aqui um emissario para tratar com o governo francez todos os objectos relativos, não só á organização da Hespanha, mas até ao modo de atacar Cadiz por mar e terra, e ao caso provavel de que sua magestade ali fosse conduzido. Este emissario trazia ordem expressa de sua magestade, de obrar de accordo commigo, e posso assegurar a v. ex.<sup>a</sup> que elle achou todo o apoio n'este governo, e que todas as medidas foram adoptadas de common accordo, e que assim se procuraram a el-rei todas as facilidades, que foram possiveis para executar a sua evasão. Este emissario foi mandado embarcar em Toulon a bordo de um navio de guerra francez, e por elle conduzido a Gibraltar, d'onde deve ter aberto a sua correspondencia com el-rei, e aonde eu o fiz recommendar a Parra. Eu communiquei, pelos meios de que então me servia, á serenissima senhora infanta D. Maria Francisca, o resultado d'esta commissão, não tendo comtudo a certeza de haverem as minhas cartas chegado ás suas augustas mãos.

O que vou expor a v. ex.<sup>a</sup> julgo que lhe deverá merecer uma mui séria attenção. El-rei de Napoles pretende que a lei salica existe em Hespanha, e que só as côrtes de 1812 em Cadiz é que derogaram esta lei; portanto, annullando-se todos os actos d'estas côrtes, ficaria subsistindo em Hespanha a dita lei salica, e por consequencia immediata, na falta de el-rei catholico, seus irmãos e sobrinhos, recairia a successão do throno na familia de Napoles, com exclusão dos direitos da rainha minha ama, e dos seus augustos filhos. Debaixo d'estes principios pretende el-rei de Napoles ser posto á testa da regencia de Hespanha, e é altamente apoiado pelo gabinete austriaco, que junto d'este governo tem dado passos mui energicos a este respeito. Ao embaixador de sua magestade n'esta côrte communicarei isto mesmo, para que elle possa fixar a sua attenção sobre um objecto, que as circumstancias actuaes fazem mui attendivel.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> muitos annos. Paris, 6 de julho de 1823. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conde de Palmella. = *Antonio de Saldanha da Gama.*



## Copia

Monsieur mon frère et ami. — Le départ de danha, ministre de sa majesté tres-fidele aupres sonne, me facilite le seul moyen qui est en mon pouvoir de vous faire connaître l'état de captivité ou je me trouve, ainsi que le danger qui me menace, ainsi que ma famille.

Je prie votre majesté d'ajouter foi à tout que danha lui communiquera, soit au sujet de l'état de captivité, soit pour demander à votre majesté, d'indiquer les allés, les moyens de me sauver, ainsi que de garantir ce royaume de l'état d'anarchie dans lequel il va tomber par la marche du système actuel.

Je prie votre majesté d'agréer les sentiments de considération la plus distinguée et de mon affection et de mon dévouement.

Monsieur mon frère et ami, de votre majesté, le digne et affectionné frère et ami. — FERDINAND.

Madrid, ce 23 octobre 1820. — Conforme. —

## DOCUMENTO N.º 115-A

(Citado a pag. 185 e 186,

**Relação dos liberaes perseguidos depois da queda da  
em 1823**

III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. ministro assistente ao despacho do  
Senhor. — Tendo, em consequencia das reaes ordens da  
vossa magestade successivamente se foi dignando a  
verbalmente, mandado comparecer n'esta intendencia  
os individuos, que, por não gosarem de concerto com a  
publica, ou serem notados de pertinazes na contraria  
idéas contrarias á legitimidade do actual governo da  
magestade, deviam attrahir as vistas da policia;  
para com elles as medidas, que na relação incluzidas  
radas á margem de seus nomes, e alem d'isso lido  
nado particularmente, que os juizes das terras

alguns foram mandados residir (ou alguns ministros de confiança, que residem contiguos), os hajam de vigiar, a fim de recair sobre elles o procedimento, que as leis comminam contra os perturbadores da ordem e tranquillidade publica, uma vez que qualquer d'elles se afaste da carreira de bem viver, que pessoalmente lhes tenho explicado. Desejando que este meu procedimento mereça a real approvação de vossa magestade, tenho a honra de levar á augusta presença de vossa magestade a dita relação, para que se digne mandal-a publicar, se assim o tiver por conveniente ao bem do seu real serviço.

Lisboa, em 18 de junho de 1823. — O intendente geral da policia da corte e reino, *Simão da Silva Ferraz de Lima e Castro*.

#### Relação n.º 1

José de Sá Ferreira dos Santos Valle. — Teve passaporte para a villa de Santarem, e se ordenou ao juiz do crime da mesma villa o fizesse assignar termo de regular a sua futura conducta politica, de modo que não se torne suspeitosa, nem induza a crer-se que as suas idéas se acham em opposição á legitimidade do governo da sua magestade, e bem assim a não frequentar, ou formar sociedades secretas, com comminação de procedimento, na conformidade da lei, no caso de transgressão.

Antonio Lobo Barbosa Ferreira Teixeira Girão. — Teve passaporte para Villarinbo de S. Romão, e se ordenou ao corregedor de Villa Real o fizesse assignar termo na referida conformidade.

João da Silva Carvalho. — Teve passaporte para S. João das Areias, e se ordenou ao juiz de fóra de Tondella o fizesse assignar termo n'aquella conformidade.

Alexandre Alberto de Serpa Pinto. — Teve passaporte para a sua quinta do Vimieiro, e se ordenou ao corregedor de Penafiel o fizesse assignar termo na conformidade dos prece-dentes.

José Maximo Pinto da Fonseca Rangel. — Teve passaporte para a sua quinta de Guimarães, no concelho de Baião, e se ordenou ao juiz de fóra de Mesão Frio o fizesse assignar termo na mesma conformidade.

Joaquim Xavier de Figueiredo Oriol (foi capitão mór de Leiria). — Teve passaporte para Leiria, e se ordenou ao juiz de fóra d'aquella cidade o fizesse assignar termo na dita conformidade.

Francisco Soares Franco. — Teve passaporte para Lourenço e ordenou-se ao juiz do crime do bairro da Mouraria o fizesse assignar termo n'aquella conformidade.

João Baptista Felgueiras Junior. — Teve passaporte para Guimarães, e se ordenou ao juiz de fóra d'aquella villa o fizesse assignar termo na mesma conformidade.

Manuel Borges Carneiro. — Teve passaporte para Rezende, e se ordenou ao corregedor de Lamego o fizesse assignar termo na dita conformidade.

Manuel Gonçalves de Miranda. — Teve passaporte para o lugar de Castellões, e se ordenou ao corregedor de Bragança o fizesse assignar termo na mesma conformidade.

Antonio Figueira de Almeida. — Teve passaporte para Elvas, e se ordenou ao juiz de fóra da dita cidade o fizesse assignar termo n'aquella conformidade.

Gregorio José de Seixas. — Teve passaporte para Silves, e se ordenou ao juiz de fóra d'aquella cidade o fizesse assignar termo na referida conformidade.

Reverendo José Liberato Freire de Carvalho. — Teve passaporte para Monte São, freguezia de S. Martinho do Bispo, e se ordenou ao corregedor de Coimbra o fizesse assignar termo identico.

Reverendo Francisco Romão de Goes. — Teve passaporte para Beja, e se ordenou ao corregedor da mesma cidade o fizesse assignar termo na conformidade dos precedentes.

Desembargador Manuel de Macedo Pereira Coutinho. — Teve passaporte para Verride, na comarca de Coimbra, e se ordenou ao corregedor d'aquella comarca o fizesse assignar termo na mesma conformidade.

**Miguel Antonio de Carvalho.** — Teve passaporte para Se-  
e se ordenou ao juiz de fóra da dita villa o fizesse as-  
r termo na mesma conformidade.

**Francisco Botto Pimentel de Mendonça.** — Teve passaporte  
S. Domingos de Carmões, julgado da Rebaldeira; e se  
nou ao corregedor da comarca de Torres Vedras o fi-  
assignar termo na referida conformidade.

**José de Andrade e Sousa.** — Teve passaporte para Porta-  
e se ordenou ao corregedor d'aquella cidade o fizesse  
nar termo na dita conformidade.

**António Pereira do Carmo.** — Teve passaporte para Alem-  
e se ordenou ao corregedor da mesma villa o fizesse  
nar termo na referida conformidade.

**Miguel Maria Coutinho de Albergaria Freire**<sup>1</sup>. — Teve pas-  
te para Extremoz, e se ordenou ao juiz de fóra d'aquella  
o fizesse assignar termo na dita conformidade. (Ainda  
partiu, por ter um requerimento affecto a sua magesta-  
o qual espera resolução.)

**José Maria de Almeida e Sousa.** — Teve passaporte para  
bra, e se ordenou ao corregedor d'aquella cidade o fi-  
assignar termo na mesma conformidade. (Não partiu  
pelos motivos do precedente.)

**Verendo Miguel de Faria do Amaral.** — Teve passa-  
e para Povolide, e se ordenou ao juiz de fóra de Vizeu  
esse assignar termo na dita conformidade, com mais a  
ação de se apresentar ao bispo da sua diocese.

**Curcio Joaquim Barreto Feio.** — Teve passaporte para  
o, e se ordenou ao corregedor da mesma cidade o fi-  
assignar termo na conformidade dos precedentes.

**Antonio Barreto Pinto Feio.** — Teve passaporte para Oli-  
de Azemeis, e se ordenou ao juiz de fóra da dita villa  
esse assignar termo na mesma conformidade.

<sup>1</sup> Este individuo abraçou em 1828 a causa miguelista, ao ponto de  
ir em Londres ao papel de denunciante das forças navaes da expe-  
constitucional, para ali as fazer embargar; e todavia, mais tarde  
tu-se a dizer liberal. Quem quizer que o acredite.

Thomás de Aquino de Carvalho. — Constatou ter-se retirado para Buarcos, e por isso se ordenou ao juiz de fóra que lhe fizesse assignar termo na dita conformidade.

N. B. Todos os indivíduos acima relacionados foram mandados para não saírem dos logares do seu destino sob a pressa ordem de sua magestade. Lisboa, 18 de junho de 1823. — O intendente geral da policia da côrte e reino, *João da Silva Ferraz de Lima e Castro*.

Relação n.º 2

Agostinho José Freire. — Foi intimado para sair para o reino.

Joaquim José Ferreira de Moura. — Tinha-se-lhe concedido passaporte para Villa Nova de Fozcoá, e deu parte ao intendente não ir para aquelle destino, e que se retirou para Inglaterra no paquete, o que se mandou averiguar ao corregedor de Belem.

João Francisco de Oliveira. — Foi intimado para se retirar para a ilha da Madeira na primeira embarcação que para ali viesse, e assignou termo de regular a sua conducta por uma maneira que não deixe logar a que haja a menor suspeita que as suas idéas estão em opposição ao legitimo governo de sua magestade, não tendo communicação com pessoas suspeitas, e reuniões ou sociedades defendidas por lei.

Francisco Barreto, negociante. — Assignou termo de retirar para a ilha da Madeira, sua patria, ou para onde lhe aprouvesse, responsabilizando-se pela sua conducta durante o intervallo da sua saída.

Antonio Manuel Rodrigues, tenente de artilheria das tropas da ilha da Madeira. — Assignou termo de regular a sua conducta politica na fôrma já referida, ordenando-se-lhe que devia retirar-se para a ilha da Madeira, para o que lhe devia ser entregue o seu passaporte á secretaria competente, o que lhe metteu cumprir, conduzindo-se no brigue *Lebre*, que se achava proximo a chegar ao porto d'esta cidade.

Teve passaporte para França, devendo sair em tres dias no primeiro navio, que se destinasse a qualquer porto d'aquelle reino.

Lisboa, em 18 de junho de 1823. — O intendente geral da policia da côrte e reino, *Simão da Silva Ferraz de Lima e Castro*.

#### Relação n.º 3

Antonio Pretextato de Pina e Mello. — Assignou termo de regular a sua conducta de maneira, que não dê occasião a acreditar-se que o seu modo de pensar está em opposição ao legitimo governo de sua magestade, não frequentando sociedades de pessoas suspeitas, nem ajuntamentos secretos, e se ordenou ao ministro do bairro da sua residencia o zesse tambem assignar termo na dita conformidade.

O mesmo fizeram:

Marino Miguel Franzini; Francisco de Paula Travassos; Antonio Marciano de Azevedo; Henrique José Saraiva da Guerra, escrivão da Índia e Mina; Marcellino José Alves Mameboa, advogado; Antonio Lobo da Gama Saraiva de Almeida, major de milicias de Lisboa oriental; José Maria Cró, escrivão da receita das aguardentes; Manuel Alves do Rio; Euzebio Candido Pinheiro Cordeiro Furtado, major engenheiro; José Portelli, presbytero secular; João Maria da Costa, escrivão das marcas da alfandega da ilha da Madeira; João Maria Soares Castello Branco; reverendo padre Marcos Antonio Soares Vaz Preto, prior encommendado da freguezia de Pena.

José Aleixo Falcão Wanzeller, proprietario. — Assignou termo de não entrar, ou formar sociedade alguma secreta e prohibidas pelas leis do reino, e regular a sua conducta politica de fórma que não deixe suspeita de que as suas idéas não em opposição á legitimidade do governo de sua magestade.

O mesmo fizeram:

Manuel José Henriques; Francisco José de Caldas e Brito,



procurador de causas; Christiano José de Carvalho, empregado na mesa da consciencia.

José Pedro da Silva, com loja de bebidas no Rocio. — Assignou termo de não consentir na sua loja conversações sediciosas, responsabilizando-se pela sua conducta futura, e ordenou ao ministro do bairro da sua residencia o fizesse tambem assignar termo na dita conformidade.

O mesmo fizeram:

Manuel Tavares, com loja de bebidas na rua Larga S. Roque; Joaquim Rodrigues Leiria, capellista no arruamento; Caetano José do Nascimento, ourives do oiro; Pedro Alexandre Cavroé, com loja de trastes ao Loreto; Manuel Alves Ribeiro, mercador de lã e seda; Antonio Joaquim dos Reis, mercador de lã e seda; Francisco de Sousa Farto Franco, caixeiro do antecedente; Antonio Maria Agard, com loja de sola á calçada do Combro; Antonio José da Fonte, filho capellista no arruamento; Joaquim Pereira Pinto, com loja de vinhos a S. Paulo; Bento José da Cunha Vianna, com loja de mercearia ao caes do Sodré; Filippe José dos Reis, confeitoiro a S. Paulo; Manuel Freire de Faria, thesoureiro da relação, assignou termo como os primeiros, bem como Francisco José Caldas Junior.

Foi reprehendido e admoestado, segundo a ordem de sua magestade, Silverio Taybner.

Lisboa, em 18 de junho de 1823. — O intendente geral de policia da côrte e reino, *Simão da Silva Ferraz de Lima Castro*.

## DOCUMENTO N.º 115-B

(Citado a pag. 185)

Relação dos liberaes, que das terras da sua residencia foram removidos para outras, e proposta do intendente geral da policia para se crearem duas juntas criminaes, uma em Lisboa, outra no Porto, para julgarem e sentenciarem os presos liberaes compromettidos

M.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Manuel Marinho Falcão de Castro. —  
Cumprindo o aviso que v. ex.<sup>a</sup> acaba de me dirigir com data de hoje, communicando a real ordem de sua magestade, para que eu haja de remetter, sem perda de tempo uma relação de todas as pessoas, que têm sido deportadas por suas opiniões politicas, satisfaço com a remessa da relação inclusa, que contém os nomes d'aquelles individuos, cuja deportação me chegou ao meu conhecimento; e se bem que seja certo que mais alguns militares igualmente têm sido mandados remover, como me não consta officialmente os seus nomes e gradações, nem tão pouco os logares para onde foram mandados retirar, não posso por isso responder pela perfeita exactidão da mesma lista. Das participações que continuamente recebo dos ministros das terras, a quem tenho commendado a devida vigilancia, a respeito dos individuos mandados remover para os seus districtos, segundo vae declarado na dita relação, consta que elles ali se portam de modo que nada deixam a notar sobre seu comportamento, e o juiz de fôra de Odemira, tratando do ex-primeiro meo do exercito, Antonio Clemente Cardoso, referiu a circumstancia de que elle, inculcando-se por muito innocente, conseguiu introduzir-se entre as principaes familias da terra e procurava attrahir a seu favor o espirito popular dos gradadores em geral, que chegaram a escutal-o como orator; em consequencia do que mandei d'ali transferi-lo para Messejana. Entretanto, não admira que taes individuos, sendo todos muito notados na opinião publica como desajudados á legitimidade do governo de sua magestade, el-



rei nosso senhor, se portem agora de um modo macho para merecerem a consideração de que julgam devida a revogação das ordens que determinaram o seu reatamento, procurando ao mesmo tempo desacreditar o governo com a idéa de ter assim mandado proceder a homens bem portados, e por isso não será igualmente admirar, que conseguindo voltar a seus lares, continue machinar secretamente, de modo que são susceptíveis realisarem projectos, de que agora os afasta a provida tomada pelo governo a seu respeito, e as vistas da polí- que de perto observa todas as suas acções, attenta a se- ção em que se acham. Sua magestade ordenará o mais for servido.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Lisboa, em 20 de fevereiro 1824. — O intendente geral da policia da côrte e rem- mão da Silva Ferraz de Lima e Castro.

Relação das pessoas, que das terras da sua reside-  
têem sido removidas para outras differentes,  
por opiniões politicas

José de Sá Ferreira dos Santos Valle — ex-deputado de Santarem, sua patria, por ordem de sua magestade. Em conferencia.

Antonio Lobo Barbosa Ferreira Girão — ex-deputado de Villarinho de S. Romão, comarca de Villa Real, e depois Sines, e ultimamente para Sagres, por ordem de sua magestade. Em conferencia; e a remoção para Sagres foi ordenada por aviso da secretaria das justicas de 11 de setembro.

Nuno Alvares Pereira Pato Moniz — ex-deputado de Lavradio, por ordem de sua magestade. Foi novamente movido para o Limoeiro, onde se acha; e sendo conduzido a bordo de um navio para o levar a Cabo Verde, não foi bido, em rasão de não se poder abordar o dito navio.

Dr. João da Silva Carvalho — ex-deputado; para S. de Areias, e ultimamente para Ourique, por ordem de

magestade. Em conferencia; e depois, quanto á remoção, foi determinada por aviso da secretaria da justiça de 28 de julho.

Coronel Alexandre Alberto de Serpa Pinto — ex-deputado; para a sua quinta do Vimeiro, comarca de Penafiel. Em conferencia.

João Maria Soares Castello Branco — ex-deputado; para a Serra d'Ossa, por ordem de sua magestade. Por aviso da secretaria da justiça de 8 de agosto.

Manuel Gonçalves de Miranda — ex-secretario dos negocios da guerra; para França, segundo o passaporte que se lhe conferiu pela secretaria dos negocios estrangeiros, por ordem de sua magestade. Não teve effeito a ida para França, e por aviso da secretaria da justiça de 14 de setembro foi mandado residir em Sagres.

João Baptista Felgueiras Junior — ex-secretario das côrtes; para Guimarães, sua patria, por ordem de sua magestade. Em conferencia.

Joaquim Xavier de Figueiredo Oriol; para Leiria, sua patria, por ordem de sua magestade. Em conferencia.

José Maximo Pinto da Fonseca Rangel — ex-deputado; para a sua quinta de Guimarães, no concelho de Baião, sua patria, por ordem de sua magestade. Em conferencia.

Francisco Soares Franco — ex-deputado; para Coimbra, e depois para Loures, e ultimamente para Peniche, por ordem de sua magestade. Em conferencia; e foi removido para Peniche por aviso da secretaria da justiça de 9 de julho.

Agostinho José Freire — ex-deputado; para fóra do reino, por ordem de sua magestade.

Manuel Borges Carneiro — ex-deputado; para Rezende, sua patria, por ordem de sua magestade. Em conferencia.

Francisco Barreto — negociante; para a ilha da Madeira, ou para onde bem lhe aprovesse, por ordem de sua magestade. Em conferencia.

Gregorio José de Seixas — medico e provedor da moeda; para Silves, por ordem de sua magestade. Teve permissão de usar da sua profissão por todo o Algarve, á excepção de

Faro, Tavira e Lagos, por aviso da secretaria da jus  
16 de outubro.

José Liberato Freire de Carvalho — presbytero; para  
São, termo de Coimbra, sua patria, por ordem de sua  
gestade. Em conferencia.

Antonio Figueira de Almeida; para Elvas, por ordem  
sua magestade. Em conferencia. Consta ter-se evadido para  
Badajoz, e ter tomado o caminho de Paris.

José Joaquim Ferreira de Moura — ex-deputado; foi in-  
tado para sair de Lisboa, e pediu passaporte na secretar  
competente para Inglaterra, por ordem de sua magestad

Francisco Romão de Goes — presbytero secular; para Beja,  
sua patria, por ordem de sua magestade. Em conferencia.

Manuel Antonio de Carvalho — ex-deputado; para Setubal,  
sua patria, por ordem de sua magestade. Em conferencia.

Desembargador Manuel de Macedo Pereira Coutinho —  
ex-deputado; para Verride, comarca de Coimbra, sua casa,  
por ordem de sua magestade. Em conferencia.

Alexandre Marques — confeiteiro; para Pernes, sua pa-  
tria, por ordem de sua magestade. Em conferencia

Francisco Botto Pimentel de Mendonça — ex-deputado;  
para S. Domingos de Carmões, comarca de Torres Vedras,  
sua patria, por ordem de sua magestade. Em conferencia.

João Francisco de Oliveira — ex-deputado; para a ilha da  
Madeira, sua patria, por ordem de sua magestade. Em con-  
ferencia.

José de Andrade e Sousa — major de milicias de Lisboa  
oriental; para Portalegre, sua patria, por ordem de sua ma-  
gestade. Teve ordem para se apresentar em Lisboa, e res-  
ponder a conselho de guerra, segundo foi participado a esta  
intendencia por aviso da secretaria da guerra de 19 de no-  
vembro.

Bento Pereira do Carmo — ex-deputado; para Alemquer,  
sua patria, por ordem de sua magestade. Em conferencia.

Antonio Barreto Pinto Feio — ex-deputado; para Oliveira  
de Azemeis, sua patria, por ordem de sua magestade. Em  
conferencia.

**Tibúrcio Joaquim Barreto Feio** — ex-deputado: para Aveiro, sua patria, por ordem de sua magestade. Em conferencia.

**Miguel de Faria do Amaral** — presbytero; para a sua abbadia de Povolide, por ordem de sua magestade. Em conferencia. E por aviso de 29 de agosto, da secretaria da justiça, foi-lhe permittido um mez de licença para ir tomar banhos.

**José Maria de Almeida e Sousa** — ex-coronel de milicias; para Coimbra, e depois para Peniche, por aviso da secretaria da justiça de 9 de julho, por ordem de sua magestade. Esta mesma ordem de ir para Peniche, está mandada suspender até ao restabelecimento da sua saude; e a suspensão da ordem em quanto estiver doente por outro aviso de 28 de agosto.

**Antonio Manuel Rodrigues** — tenente de artilheria de milicias na ilha da Madeira; para a ilha da Madeira, sua patria, por ordem de sua magestade. Em conferencia.

**Reverendo Marcos Pinto Soares Vaz Preto** — prior da Pena; para Meção Frio, por ordem de sua magestade. Por aviso do 1.º de julho.

**Bacharel Rodrigo de Sousa Castello Branco** — ex-deputado: para a villa da Lagoa, no Algarve, sua patria, por ordem de sua magestade. Foi deprecada a sua prisão pelo juiz de fóra de Barcellos, e por isso veio conduzido ao Limoeiro, e d'ahi para o Porto, onde deve ser sentenciado.

**José Antonio Rodrigues Vianna** — com loja de mercearia e capella; para Vianna, sua patria, por ordem de sua magestade. Em conferencia.

**José Ferrão de Mendonça** — prior dos Anjos; para a villa de Ranhados, sua patria, por ordem de sua magestade. Por aviso da secretaria da justiça, do 4.º de julho.

**Manuel Pires de Azevedo Loureiro** — prior da freguezia de Santo André; para Vouzella, e posteriormente para Alentejo, por ordem de sua magestade. Por aviso da secretaria da justiça do 4.º de julho.

**Antonio José Rodrigues de Almeida** — prior da freguezia de S. Jorge; para Queiriga, termo de Vizeu, por ordem de

sua magestade. Por aviso da secretaria da justiça de 4.º julho.

Padre Fabião Clariano de Sousa — presbytero secular para Thomar, por ordem de sua magestade. Removido por aviso da secretaria da justiça de 9 de julho, e consta ter-se ausentado para França.

Antonio Manuel de Lima; para Vinhaes, por ordem de sua magestade. Por aviso da secretaria da justiça de 16 de outubro.

Sebastião de Almeida e Sousa; para Vinhaes, por ordem de sua magestade. Por aviso da secretaria da justiça de 16 de outubro.

Francisco Xavier de Macedo Caldeira — prior de Cintrão para a villa do Outeiro, e depois para Gouveia, sua patria, por ordem de sua magestade. Por aviso de 1 de julho foi ordenada a primeira remoção, e a segunda foi determinada por outro aviso de 16 de outubro.

Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira — brigadeiro para Peniche, por ordem expedida pelo ministerio da guerra de 12 de setembro. Acha-se em Alcobaça, segundo consta da correspondencia do juiz de fóra.

Manuel Bernardo de Chaby — coronel; para a cidade de Cascaes, por ordem expedida pelo ministerio da guerra de 12 de setembro.

Belchior Drago Valente de Brito Cabreira — major; para o sitio que sua alteza se dignasse, por ordem de sua magestade, expedida pelo ministerio da guerra de 12 de setembro.

Antonio Garcez Pinto de Madureira — tenente coronel para a quinta de seu irmão, de Entre Ambos os Rios, por ordem de sua magestade, expedida pelo ministerio da guerra de 12 de setembro.

Thomás Cares — capitão; para Peniche, por ordem de sua magestade, expedida pelo ministerio da guerra, de 13 de setembro.

Frei Antonio de Santa Barbara — agostinho descalço; para o hospicio da Malhada Sorda, por ordem de sua magestade.

removido para a Povia de Varzim, a banhos, por aviso da secretaria da justiça de 11 de setembro.

Francisco Antonio de Almeida Moraes Pessanha — ex-deputado; para Sines, e depois para Aljezur, por ordem de sua magestade. A remoção para Aljezur foi determinada pela secretaria da justiça em 11 de setembro.

Manuel de Araujo — com loja de bebidas; para Galliza, sua patria, por ordem de sua magestade. Em conferen-

ça com Bernardo Gorjão Henriques — bacharel; para Abrantes, sua patria, por ordem de sua magestade. Por aviso de 4 de dezembro, foi-lhe permittido sair da cadeia do Castello, para onde veio conduzido, e residir em Lisboa em casa de seu pai.

Manoel Antonio Rebello da Silva — desembargador; pela secretaria d'estado dos negocios estrangeiros se lhe deu passeio para Antuerpia, por ordem de sua magestade.

Fernando Affonso Geraldês — desembargador; para a ilha da Santa Maria, por ordem de sua magestade. O embarque foi determinado por aviso da secretaria da marinha de 20 de agosto.

Abade de Medrões; para o convento dos missionarios de S. Maria da Paz, por ordem de sua magestade. Em virtude de aviso da secretaria da justiça de 14 de agosto.

Antonio Fernando Leite de Sousa — parochio em Alhandra; para Braga, por ordem de sua magestade. Por aviso de 15 de julho.

José Portelli — presbytero; para fóra de Lisboa, por ordem de sua magestade. Por aviso de 3 de dezembro.

Dr. Thomás de Aquino de Carvalho e Lemos — ex-secreta-rio das côrtes; para Buarcos, sua patria, por ordem de sua magestade. Em conferencia.

Carlos Vieira de Figueiredo — medico; para Villa Real, por ordem de sua magestade. Este individuo, e os mais que seguem, foram removidos da cidade do Porto.

Francisco Pedro de Viterbo — medico; para Traneoso, por ordem de sua magestade.



Custodio Luiz de Miranda — medico; para o concelho de Vieira, por ordem de sua magestade.

João Nunes Vizeu — negociante; para a villa da Barca, por ordem de sua magestade.

José Mendes Braga — negociante; para Gouveia, por ordem de sua magestade.

Pedro José Migueis — negociante; para Miranda, e depois para Penafiel, por ordem de sua magestade.

José da Cunha Sampaio — negociante; para Montalegre, e depois para Guimarães, por ordem de sua magestade. A remoção para Guimarães teve logar em consequencia do mau estado de saude que allegou, e pelo governador da justiça do Porto lhe foi marcada a dita terra.

José Joaquim Gomes da Cunha — negociante; para Melgaço, por ordem de sua magestade.

Antonio Alexandre Rodrigues de Oliveira — bacharel; para Montemor o Velho, e depois para Aveiro, por ordem de sua magestade.

Antonio Joaquim da Costa Carvalho — negociante; para Lamego, por ordem de sua magestade.

João Nogueira Gandra — impressor; para Pinhel, por ordem de sua magestade.

José Joaquim de Almeida Moura Coutinho; para Miranda, e depois para Tarouca, por ordem de sua magestade.

Padre Francisco da Silva Linhares; para Tarouca, por ordem de sua magestade.

Manuel Alves Pinto Villar — negociante; para Ceia, por ordem de sua magestade.

Frei Joaquim Soares — religioso dominico; para o convento de Nossa Senhora da Luz de Pedrogão, por ordem de sua magestade. Pela correspondencia do juiz ordinario constar d'ali saído por ordem do seu provincial, confirmada por aviso da secretaria da justiça de 29 de novembro.

Joaquim Gomes da Silva; para Braga, sua patria, por ordem de sua magestade.

Pedro Gomes da Silva; para sua casa, freguezia de Rolim, termo de Villa Flor, por ordem de sua magestade.

Antonio Clemente Cardoso — ex-primeiro medico do exercito; para Odemira, e depois para Messejana, por ordem de sua magestade.

Frei Antonio de Santa Catharina Braga; para o convento de Sardoal, por ordem de sua magestade. Veiu conduzido a Aljube, onde se acha para sair para Cabo Verde, e sendo levado a bordo, já o navio que o havia de receber já de partida, e não o pôde receber.

Secretaria da policia, em 20 de fevereiro de 1824. = *Simão da Silva Ferraz de Lima e Castro*<sup>1</sup>.

#### Politica depois da queda da constituição de 1822

Senhor! — Tendo sido nas differentes terras d'estes reinos diversa a execução das ordens expedidas aos ministros, para procederem contra as pessoas comprehendidas nas disposições da ordenação, liv. 5.º, § 7.º, na carta de lei de 3 de junho de 1823, que mandou subsistir o alvará de 30 de março de 1818, e contra os delinquentes por opiniões liberais, depois da saudavel proclamação de vossa magestade de 3 de junho de 1823; porquanto, em umas terras, não os criminosos publicamente notorios e reconhecidos, e em outras, ou pela desmoralisação dos costumes, ou por um mal entendido temor das testemunhas que depozeram nos processos, ou por pouca exactidão dos ministros, foram nomeados os culpados; e em outras, ou pela falta de prudencia

Não se comprehendem n'esta relação, nem os individuos, que voluntariamente se expatriaram logo após a queda da constituição, nem os que foram por virtude dos summarios, tirados pelos ministros territoriaes, condemnados a prisão e livramento. Observa-se mais na dita relação, que nenhum dos individuos n'ella incluídos, foi deportado por ordem privativa do intendente, Simão da Silva Ferraz; mas, ou em consequencia da conferencia, que os ministros tiveram em casa do ministro do Reino, Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, ou por avisos expedidos pela secretaria da justiça, ou tambem por ordens da secretaria da policia. (Nota do auctor.)



não ser absolutamente peiora, e por-  
tanto nas relações os seus livramentos, e  
estes que magoam os vassallos honrados e am-  
tima causa de vossa magestade, por isso que  
igualdades acima explicadas occasionam um  
ceios futuros, que os exaltados buscam augmen-  
tarem a alguns periodicos estrangeiros, e a-  
ccionados, e inimigos da boa ordem, para faz-  
falso boato de que milhares de familias estão  
extrema desgraça, e que estes reinos caíram e-  
cção e calamidade geral. Por todos estes moti-  
por taes murmurios do que pelos fazer cessar  
te, e sentenciarem-se com diligencia os proces-  
cionados crimes, os que têm affluído às relações  
que lhes não podem dar a solução que convem,  
inteira necessidade que vossa magestade, por  
decreto, haja de crear duas juntas criminaes, e  
magistrados de reconhecida fidelidade, energia,  
uma n'esta côrte, e outra na cidade do Porto, para  
julgar e sentenciar os ditos processos; que  
sendo-lhes remettidos os mencionados processos  
ções a que já estão affectos, ou pelos corregedores  
marcas, aos quaes se prescreverá um termo  
para ultimarem, e fazerem ultimar pelos respec-  
taes conhecimentos, summaria e verbalmente se-  
presos, e contra os ausentes procedam na fórma  
na ordenação. L. 1. 1. 17. 1772. 1. 1. 1772.

seu caso os innocentes possam voltar ao centro das familias, e no segundo caso os criminosos possam ser a fim de soffrerem o castigo competente, e os juizes se estiverem residentes, compellirem-nos a elle; que sejam sentenciados todos os processos das tres es-  
as mesmas juntas se dissolvam; porém, que fiquem das pelo juizo da inconfidencia, que mui conveniente vossa magestade o faça instaurar, ou pela maneira ao decreto de 10 de maio de 1821, que o extinguiu, uma nova fôrma que vossa magestade seja servido devendo para esse juizo serem remettidos os processos realizados em todo o reino por motivos de inconfidencia depois da creação d'estas juntas, para ali sentenciados summaria e verbalmente de pleno, e só lade sabida.

fôrma será indefectivel a justiça de vossa magestade quanto são sentenciados promptamente os culpados, e devolvidos á sua liberdade e familia os innocentes; dar-se promptidão e justiça os castigos de que se necessitar-se-ha a essa vindicta, que os bons reconheçam a necessidade, e impor-se-ha aos perversos, e indignos a silencio de vossa magestade o silencio sobre essa es- que anima os perdoados de poderem encontrar ge-  
adulto na reincidencia dos seus attentados.

se vossa magestade tomar na sua alta consideração sumptos, e resolver o que julgar mais conveniente ao serviço, e á segurança do seu estado e vassallos.  
em 19 de fevereiro de 1824.—O intendente geral  
da côrte e reino, *Simão da Silva Ferraz de Lima*

## DOCUMENTO N.º 115-B'

(Citado a pag. 196 da part. I, do vol. II, da 3.ª epocha)

Circular dirigida pelo marquez de Palmella aos ministros portugueses residentes nas côrtes estrangeiras, participando-lhes a restauração dos inauferíveis direitos de el-rei D. João, por occasião da queda da constituição de 1822, e recommendando-lhes que participem tambem este facto á côrte junto da qual se acharem.

Transmitto a v. . . , por ordem de sua magestade, o manifesto que o mesmo senhor dirigiu á nação portugueza para que v. . . , á vista d'este importantissimo documento fique inteirado da grande e feliz mudança, que effectuou neste reino o unanime e espontaneo movimento de todas as classes da nação, restaurando a el-rei no livre exercicio d'aquellas faculdades, sem as quaes não pôde haver, nem estabilidade na monarchia, nem dignidade no throno, nem tranquillidade para os povos.

Parece conveniente acompanhar esta fausta noticia com uma succinta narração dos principaes acontecimentos que produziram. Ha muito que os povos de Portugal, já desenganados da fallacidade das promessas, que lhe haviam sido feitas pelos fautores da revolução de 1820, manifestavam evidentes symptomas de descontentamento; porém, sua magestade, religioso observador da promessa que havia feito quando se resolveu a jurar a constituição dictada pelas côrtes, julgou dever differir até á ultima extremidade qualquer resolução, que podesse dar impulso á mudança, que a maioria da nação desejava. Receioso por uma parte da effusão de sangue, que uma tal resolução, se fosse prematura, poderia occasionar, e reconhecendo por outra na sua alta prudencia que uma sabia temporisação era o mais seguro meio de salvar, que el-rei não desejava violar a sua sagrada palavra, que só a retiraria, quando fosse solicitado pela totalidade da nação, já convencida pela experiencia dos fataes resultados da fórma anarchica do governo que havia adoptado.

Com effeito aconteceu, como sua magestade, e todos os homens prudentes d'este reyno haviam anticipado, os povos foram reconhecendo palpavelmente, que todas quantas promessas lhes haviam sido annunciadas no principio da revolução, eram desmentidas pelos factos, e diametralmente contrarias ao resultado. Uma serie de desgraças, precursoras ainda de outras maiores, se amontoavam sobre os portuguezes com a mais espantosa rapidez. O Brazil separado da metropole, a divida publica enormemente augmentada, o commercio decadente, as propriedades desaforadamente violadas, o territorio portuguez coberto de desterrados e de prisionados, a religião ludibriada, o throno vilipendiado na pessoa da augusta consorte de sua magestade, as nossas relações com a maior parte dos governos estrangeiros interrompidas, e por ultimo, para não prolongar inutilmente uma esta interminavel de males, a guerra civil atuada no reino, e o perigo imminente de uma guerra estrangeira, temerariamente empreendida pela cega facção que dominava, acabaram de abrir os olhos aos mais incredulos, e produziram uma geral fermentação, que já não era dado conter.

Foi n'este momento decisivo, que a briosa resolução do senhor infante D. Miguel fez levantar o grito unanime de resistencia contra a facção oppressora; a voz d'este joven principe, modelo de nobreza e fidelidade, ressoou instantaneamente por todo o Portugal, e foi repetida com geral enthusiasmo desde o Tejo até ao Douro e ao Guadiana. As tropas de todas as guarnições, a nobreza inteira do reino, os povos das cidades e aldeias proclamaram a restauração do throno, e correram em chusma a reunir-se debaixo do estandarte real, que o augusto infante levantára.

Todavia, as côrtes e alguns revolucionarios, fracos em numero, porém temiveis pelo espirito vertiginoso, e pela temeraria ousadia que os caracteriza, inspiravam ainda receio, e empregavam os ultimos recursos para resistir á vontade nacional, e para submergir esta capital em sangue e em luto; quando el-rei, conhecendo o imminente perigo que nos ameaçava, impellido pelo mesmo amor aos seus subditos, que o

induziram a aceitar a constituição, que em nome d'elles havia sido apresentada, se resolveu a annuir segunda aos votos, agora indubitaveis, da nação portugueza, e escoitado pelas tropas que estavam de guarda ao seu palacio, transportou a uma curta distancia da capital. Este passo acertado decidiu repentinamente todas as duvidas, e esmagou de um golpe a revolução. O congresso, que se intitulava soberano e nacional, achando-se abandonado por todos, teve outro remedio senão dissolver-se; cessaram n'um dia todas as contendas, e o senhor infante D. Miguel, ficando-se rodeado de todos os fieis portuguezes, aos pés do melhor dos reis, e acolhido nos braços de seu augusto pai, apresentou um dos mais sublimes e memoraveis espectaculos, que possa mencionar-se na historia.

Assim se completou no breve decurso de poucos dias a restauração, tanto mais gloriosa, quanto os seus resultados foram conseguidos sem o derramamento de uma só gota de sangue, sem que o exercito a promovesse mais do que as outras classes da nação, e sem a intervenção dos governos estrangeiros. Bastaram tres annos de reinado da demagogia, para demonstrar á sã e leal nação portugueza que aquelle governo, que se acclamava a si mesmo liberal, era senão uma facção intolerante, ambiciosa e ávida, que pretendia substituir doutrinas abstractas á experiencia, e dirigir com palavras, e exercer de facto a mais insupportable tyrannia.

Sua magestade, collocado agora de novo no livre exercicio da auctoridade, e revestido da força que lhe confere o amor dos seus subditos, e a plena confiança que todos tem nas suas virtudes, está determinado a recompensar a fidelidade portugueza com o mais nobre, e o mais permanente premio que lhe póde conceder. Vae dar-lhe uma carta de lei fundamental, que concilie no mais alto grau possivel o imperio da lei e a felicidade dos povos, com a dignidade e a firmeza do throno, e que afiance os direitos do cidadão, afastando prudentemente dos dois extremos, do poder absoluto, e da monarchia revolucunaria. A intenção de el-rei é que os

ja traçada e promulgada com toda a brevidade, fundamenteo possível for sobre as antigas leis d'este reino, coadadas como pede o seculo em que vivemos, e tendo ta as instituições das outras monarchias constitucio- a Europa.

ena sua magestade que, communicando v. . . . o con- n'este despacho ao governo, junto do qual se acha lado, manifeste o sincero desejo que o anima de ren- relações de amizade, que existiam entre esta corôa e as demais da Europa, antes das circumstancias extra- rias que temporariamente as interromperam, e que licidade já se acham desvanecidas.

o completar as noções, que devo subministrar a v. . . . os acontecimentos occorridos, remetto inclusa a pro- ção do senhor infante D. Miguel, e varios decretos pro- dos por sua magestade, depois da dissolução das côrtes. s guarde a v. . . . Lisboa, secretaria d'estado dos ne- estrangeiros, em 9 de junho de 1823. =(Assignado) *de Palmella.*

fig. 199 da part. I, vol. II da 3.<sup>a</sup> epocha, viu-se a satis- que em Paris teve el-rei Luiz XVIII com a quêda da nição em Portugal. Pelo incluso documento vae-se ver nbem o imperador da Austria, e o seu valido minis- ió mostraram menos satisfação por similhante quêda.

to de uma carta do príncipe de Metternich, datada de 10 de julho de 1823, dirigida ao marquez de Marialva, resposta á communicação que se lhe fez da quêda da tituição

le marquis. — C'est avec un bien vif empressement saisis une première occasion pour vous adresser les tions les plus sincères sur les événements glorieux, nnent d'illustrer la nation portugaise. Personne ne puiser plus que moi dans un fond pur, pour adres-

ser l'expression de ce sentiment à un serviteur du roi et à l'honneur. Le Portugal a donné un grand exemple à l'Europe; il s'est acquis des droits à la reconnaissance de tous les hommes de bien. Son influence dans l'avenir dépendra de la sagesse qui déploiera son gouvernement pour l'œuvre de la restauration.

Mr. le comte de Palmella m'ayant fait l'honneur de me faire pour m'annoncer les événements, et sa nomination à ce poste, j'ai répondu. Il a étendu ses soins en me prévenant que sa majesté très-fidèle allait donner à son royaume une constitution semblable à celle, que le roi Louis XVIII a concédée à l'Espagne. L'empereur auquel j'ai soumis la lettre de mr. de Palmella m'a ordonné d'exprimer dans ma réponse à ce ministre les réflexions que sa majesté impériale n'a pu s'empêcher de faire sur un sujet aussi grave.

Mrs. les ambassadeurs d'Autriche et de Russie n'ont point attendu les ordres de leurs cours, pour donner à v. ex<sup>te</sup> de leurs propres sentiments sur cette nomination de sa majesté très-fidèle. Ce qu'ils vous ont dit est ce que nous pensons nous même. Une presse libre n'est pas le moyen le plus certain de s'assurer de la vérité; il s'agit de celui du Portugal et de l'influence qu'il pourra exercer sur la pacification de l'Espagne, pacification à laquelle celle de votre patrie ne pourrait jamais être comparée comme consommée.

Mr. le vicomte de Chateaubriand lui même doit être appliqué dans un sens conforme au notre. J'attache une importance particulière à ce fait, car il doit prouver à v. ex<sup>te</sup> qu'un même jugement est porté par deux gouvernements constitués différemment sur un objet qui intéresse profondément l'Europe, que l'est tout naturellement la restauration du Portugal.

Vous avez appris, mr. le marquis à connaître l'opinion d'Autriche; vous savez que rien dans nos vues n'est isolé ni géré ni isolé. Aussi la crainte de voir votre gouvernement saisir le moment du désordre pour établir des lois mentales, ne saurait-elle être taxée d'une exagération.



que. Il est des vérités sanctionnées par l'expérience de  
 les temps, et ce n'est pas se tromper que d'admettre  
 dans une position de choses quelconque, les lois organi-  
 s d'un état sont exposées à ne point répondre à l'attente  
 législateur, quand elles sont improvisées. Plus il est de  
 pièce des révolutions de briser les premiers éléments de  
 corp social, plus la période qui devrait précéder la réor-  
 nation définitive de l'état, qui a été exposé au plus grand  
 éaux, doit elle être vouée au soin exclusif de rassem-  
 les éléments de la véritable restauration.

Exemple de 1814 ne va sous ce point de vue, même  
 au Portugal. Depuis l'année 1801 la révolution s'était  
 entrée dans le chef de l'empire, et le roi légitime a pu re-  
 er le règne de Bonaparte comme l'époque requise pour  
 passage de la révolution à la restauration véritable. Le  
 gal n'est point placé dans la situation de la France en  
 ; il est à son année 1794. La convention est dissoute,  
 montagne est culbutée, mais les partis sont encore en pré-  
 e. La charte de Saint-Ouen eût elle rempli son but en  
 ou 1795 ? J'en doute très fort.

admetts des grandes différences, des différences très po-  
 es entre la situation générale du Portugal et celle de la  
 ace ; je les étend au passé, au présent et au futur. Aussi  
 ous citerai-je pas l'exemple de la France, si mr. de Pal-  
 la ne m'y avait conduit.

es remarques je me croirais en droit de les placer à Lis-  
 e si je m'y trouvais, toute comme je les place du point  
 reusement très éloigné où je réside. Elles seront con-  
 uniformement dans tous les grands cabinets de l'Europe ;  
 is plus loin ; elles n'échapperont à aucun homme voulant  
 en et sachant ce qu'est le bien.

le jugement calme et froid de l'empereur me faisait  
 voir de les faire valoir auprès de votre cour, je crois  
 retiré même des affaires, je les lui eusse adressée en  
 propre nom et à mr. le comte de Palmella, et à v. ex<sup>co</sup>,  
 incu comme je suis, que vous reconnaîtriez la source de  
 elle elles découlent.

...vendo alguns inimigos da ordem da regim  
verno de el-rei nosso senhor machinado a c  
gravissimo crime, de tentarem contra os obj  
grados na sociedade, qual a mesma ordem é  
verno de sua magestade, arrojando-se a form  
jecto de conjuração, que devia realisar-se na  
dia 26 do corrente, valendo-se para isso de ar  
sedentos da desordem, em que só podem tira  
isso que abjectos, dispondo-se a levantar pa  
guarnição d'esta capital, e contando já com  
e sendo eu plenamente auctorisado por sua m  
nosso senhor, para que mesmo fóra dos li  
cargo provesse como julgasse mister, para o  
evitar similhante attentado, que a policia  
descobriu, mas para fazer capturar e proces  
e implicados em tão nefando crime, obtive fe  
meios que dispuz, suffocar aquella conjuraçã  
réus d'ella, e colher a prova do crime nos doc  
v. m.<sup>ca</sup> envio, e que são: uma carta anonyma,  
ronel do regimento n.º 12 de cavallaria, em q  
municava o projecto do plano conjurador; o  
cia, que v. m.<sup>ca</sup> tomou na minha presença  
cavallaria do exercito, Manuel Floriano Lobo  
ticipações escriptas, que sobre o mesmo assu  
gou o dito alferes; bem como uma tira de pa  
mes dos differentes officiaes superiores, qu

nio Eustaquio da Silva; duas proclamações incendia-  
 que me remetteu o coronel da guarda real da policia,  
 e tinham sido affixadas nos logares, que se indicam no  
 officio de remessa, e que vae por copia; e o auto de de-  
 cia, tomada n'esta intendencia a Antonio João Sanches;  
 ando-se de tudo, não só a existencia do crime, mas as  
 circumstancias que o acompanhavam, e plano traçado; para  
 fazendo v. m.<sup>ca</sup> judiciaes estes documentos, com elles,  
 mais que julgar conveniente, forme a base do corpo de  
 to para a devassa, que lhe incumbo de tirar, nomeando  
 m.<sup>ca</sup> para conhecer de tão consideravel objecto, por isso  
 e alem da sua intelligencia e zêlo, é provada a sua fideli-  
 e a el-rei nosso senhor e ás suas leis; devendo progredir  
 adosamente sem delongas em todas as diligencias ne-  
 carias, e conducentes ao fim de apurar-se a verdade, na  
 er latitude que for possivel obter-se, e procedendo con-  
 toda a qualidade de pessoa, que achar implicada na mes-  
 projectada conjuração; e logo que v. m.<sup>ca</sup> tiver concluido  
 o processo com as perguntas e acareações que julgar neces-  
 sarias, m'o remetterá com informação sua, devendo pro-  
 priedade dar-me parte do estado d'esta importante di-  
 scussão.

Seus guarde a v. m.<sup>ca</sup> Lisboa, em 27 de outubro de 1823.==  
 João de Rendufe. — Para o desembargador corregedor do  
 de do bairro de Belem.

## DOCUMENTO N.º 115-D

(Citado a pag. 225 e 234)

**Proclamação dirigida à tropa pelo infante D. Miguel  
 em 30 de abril de 1824**

Idados ! — Se o dia 27 de maio de 1823 raiou sobrema-  
 e maravilhoso, não será menos o de 30 de abril de 1824;  
 e um e outro irão tomar distincto logar nas paginas da

historia lusitana; n'aquelle deixei a capital, para derrubar uma facção desorganisadora, salvando o throno e o ex-rei, a real familia e a nação inteira, dando mais um exemplo de virtude á sagrada religião que professámos, como verdadeiro sustentaculo da realza e da justiça; e n'este momento triumphar a grande obra começada, dando-lhe segurança e estabilidade, *esmagando de uma vez a pestilente cáfila dos liberais livres*, que aleivosamente projectava alçar a mortifera foice para acabar, e de todo extinguir a reinante casa de Bragança.

Soldados! Foi para este fim que vos chamei ás armas, e plenamente convencido da firmeza do vosso character e da vossa lealdade, e do decidido amor pela causa do rei.

Soldados! Sêde dignos de mim, que o infante D. Miguel vosso commandante em chefe, o será de vós. Viva o nosso senhor! Viva a religião catholica romana! Viva a nossa fidelissima! Viva a real familia! Viva o brioso exército portuguez! Viva a nação! *Morram os malvados liberais livres!*

Palacio da Bemposta, 30 de abril de 1824. — INFANTE, D. MIGUEL, commandante em chefe.

## DOCUMENTO N.º 116

(Citado a pag. 226 e 234)

Carta que se diz dirigida por D. Miguel a seu pae  
no dia 30 de abril de 1824 <sup>1</sup>

Senhor! Meu rei, augusto pae, e senhor. — Estremecido com os horrores da mais perfida traição, machinada por riveis associações maçonicas, de accordo com as da H

<sup>1</sup> Esta carta foi publicada só para illudir o povo; sua magestade não a recebeu, nem mesmo se lhe mandou; elle soube dos acontecimentos pela coacção em que o pozeram; e as particularidades, bem como os fins, só quando recebeu a visita dos embaixadores estrangeiros feita a esta carta por José Maria de Sousa Monteiro, no terceiro volume da sua *Historia*, pag. 464.

*as autoridades, que tinham a seu cargo repellil-a!!!*  
 Portuguezes! Fazei justiça ao vosso infante D. Miguel, com-  
 mandante em chefe do exercito portuguez, reconhecendo  
 sua linguagem como pura, e filha da virtude; e sobejas pro-  
 vas lendes da minha singeleza, e da candura do meu real  
 coração, sendo os factos acontecidos desde a exaltação do  
 real throno, e da queda d'essas arbitrarías côrtes, documen-  
 tos irrefragaveis, que afiançam a boa fé com que vos fallo;  
 e quando não seja bastante empenhar a minha real palavra,  
 para ser por vós acreditado, invoco o Deus de Affonso, e  
 perante o mesmo Deus juro de todo o meu real coração, que  
 minhas vistas não são ambiciosas; que meu real desejo só-  
 mente é trilhar o caminho da virtude, salvar o rei, a real fa-  
 milia, a nação, sustentar a santa religião de nossos maiores;  
 e para tão justos fins, apesar de toda a casta de sacrificios,  
 estabelecer os meios necessarios, já que os adoptados até  
 agora não têm sortido o desejado effeito, verdade que em  
 carta analyse vos apresento demonstrada.

Vós vêdes a franqueza dos clubs maçonicos, aonde se trata  
 do destino do rei e da real familia, e da nação, sem se toma-  
 rem medidas para apagar este contagioso incendio. Vêdes  
 que a redacção das leis, como objecto da primeira necessi-  
 dade, não tem apparecido. Vêdes que a administração da  
 justiça, de que depende a segurança publica, se acha na  
 ultima decadencia. Vêdes que, estabelecendo-se uma com-  
 missão criminal, para castigar os inimigos da realleza, do  
 altar e da nação, se tem deixado impunes, e apenas decretado  
 contemplativas condemnações. Vêdes que o estado das finan-  
 ças se acha no ultimo apuro, tendo-se augmentado o mo-  
 nopolio nos reaes contratos. Vêdes o commercio agonisante,  
 a agricultura ao desamparo, pela falta de meios do cansado  
 empobrecido lavrador. Vêdes sem exercicio as artes, as  
 fabricas, e finalmente a perda do precioso Brazil, com abso-  
 luto abandono dos meios necessarios para a sua restaura-  
 ção; nem que os portuguezes, que existem sobre a terra,  
 fossem os descendentes dos heroes que fizeram a con-  
 quista; e só agora, depois de engrossados os partidos, e de

um milhão de desgraças, é que viera á luz do dia o plano de uma expedição, forjada nos clubs maçonicos, para fazer tornar á obediencia os habitantes d'aquella porção do globo terrestre, mas sim para consummar a sua completa separação, abrindo d esta sorte franca porção a uma nova reacção, que viesse pôr remate ao cumulo das nossas desgraças; e no meio de tão espantosa situação, que nos resta oh portuguezes? Ou acabar na gloriosa luta, em que estamos empenhados, ou cortar pela raiz o mal que nos affronta, *acabando de uma vez com a infernal raça mágica*, antes que ella acabe connosco. Eia portuguezes!!! A estrada da honra está franca; e segui-a é virtude, e o desviar d'ella cair na infamia! Vosso infante D. Miguel, seguido do immortal exercito portuguez, não tornará a embainhar a espada sem vos deixar em segurança; confiae em mim, que eu me acho convencido da vossa lealdade; sede tranquillos, deixando operar as auctoridades constituidas, como meio da melhor, e mais efficaz segurança. Viva el-rei, o senhor D. João VI! Viva a religião catholica romana! Viva a rainha fidelissima! Viva a real familia! Viva o brioso exercito portuguez! Viva a nação! Morram os malvados pedregosos livres!

Palacio da Bemposta, 30 de abril de 1824. — INFANTE, commandante em chefe.

#### DOCUMENTO N.º 117-A

(Citado a pag 234)

Decreto de 3 de maio de 1824, pelo qual el-rei D. João VI releva a seu filho D. Miguel o excesso da auctoridade, que praticou em 30 de abril do dito anno, e manda processar os individuos presos por elle n'aquelle dia

Tendo o infante D. Miguel, meu muito amado e prezado filho, commandante em chefe do meu real exercito, obtido vehementes presumpções, de que em secretos clubs se tra-

ra uma funesta conspiração contra elle, contra a rainha, minha sobre todas muito amada e prezada mulher, e contra minha real pessoa, que o pozeram na indefectivel necessidade de recorrer ás armas, sem que uma crise tão arriscada e permississe, que previamente houvesse da minha soberania as necessarias resoluções e ordens, para obstar a mais superior ordem, que pela sua enormidade e duração, não sómente abalariam, mas destruiriam na presente epocha o edificio politico da monarchia, de que Deus confiou o governo e protecção. E conhecendo eu, pelas considerações que fez na minha real presença, os motivos que determinaram a prevenir por meio da força armada a existencia de taes absurdos e execrandos attentados: hei por bem, e me apraz, que os corregedores e juizes do crime dos termos d'esta côrte e cidade de Lisboa, e outros quaesquer magistrados da vara branca nas provincias d'estes meus reinos de Portugal e Algarves, onde houverem presos notados por estes infames e perniciosos delictos, procedam sem dilação contra elles, autuando-os em processos summarios e verbaes, com determinado numero de testemunhas, perguntando-os oficialmente, e remettendo os processos instruidos ás relações dos seus respectivos districtos com a pronuncia dos juizes, para que o castigo se siga ao delicto, sem os inconvenimentos de morosas prisões. Ordeno outrosim que o chanceler da casa da supplicação, que serve de regedor, nomeie para a commissão da mesma casa, composta de seis desembargadores, servindo um d'elles de relator, para conhecer breve e summariamente d'este genero de culpas, nomeando igualmente juizes para os impedimentos e empates, praticando o mesmo o governador das justiças da relação e casa do crime nos processos do seu districto. E sou outrosim servido responder á muito respeitosa supplica, que na minha real presença fez o mesmo infante, meu muito amado e prezado filho, para lhe relevar os excessos de jurisdicção, que exercem sem a minha real auctoridade, que com effeito hei por bem relevar. José Antonio de Oliveira Leite de Barros, meu conselheiro d'estado, ministro e secretario d'estado dos ne-



gócios do reino, o tenha assim entendido e faça exp ordens necessarias ás auctoridades competentes.

Palacio da Bemposta, em 3 de maio de 1824. —  
*rubrica de el-rei nosso senhor.*

(Publicado pelo ministerio do reino no *Supplem*  
n.º 105 da *Gazeta de Lisboa*, de terça feira 4 de m  
1824.)

### DOCUMENTO N.º 118

(Citado a pag. 240)

**Proclamação de el-rei D. João VI aos portuguezes,**  
**datada de bordo da nau «Windsor Castle» aos 9 de maio d**

Portuguezes! — O vosso rei não vos abandona, pe trario, só quer libertar-vos do terror, da anciedade c opprime; restabelecer a segurança publica, e rem vêu que vos encobre ainda a verdade, na certeza de sua voz toda esta nação leal se unirá para sustentar o e cessará o choque das opiniões e das paixões exaltad ultimamente produzia a mais funesta anarchia, e an governo de uma total dissolução.

Meu filho, o infante D. Miguel, que ha tão pouco ainda se cobrira de gloria pela acção heroica que em p deu, é o mesmo que impellido agora por sinistras c ções, e enganado por conselhos traidores, se abala commetter actos, que, ainda quando fossem justos e sarios, só deviam emanar da minha soberana aucto *attentando assim contra o poder real*, que não soffre c

Ao amanhecer do dia 30 de abril appareceram to tropas da capital em armas, e viu-se meu filho sain meus reaes paços para se pôr á testa d'ellas, ordena *conhecimento meu*, a prisão arbitraria de um immer mero de individuos de todas as classes, revestidos c meiros empregos do estado, *entre os quaes se conta meus proprios ministros, e alguns dos meus camarista* se o paço, em que eu habito, cercado de gente arma

*s transformado em prisão; e o acesso á minha real pes-*  
*vedado por algumas horas.* Viram-se finalmente procedi-  
 tos tão violentos, que quasi tocaram a ultima meta de  
 a declarada rebelião, ao ponto de se julgarem obrigados  
 as os representantes dos soberanos da Europa a protes-  
 m formalmente contra a violação da minha regia aucto-  
 ridade.

Uma tão temeraria resolução, ameaçadora das mais fataes  
 sequencias, um tal abuso da confiança, que eu em meu  
 o havia depositado, só teve por explicação, e por descul-  
 a supposição de uma conspiração, que ainda quando ti-  
 se fundamentos, não podia justificar tão inauditos proce-  
 dimentos.

Porém, desejando eu, ainda á custa dos maiores sacrificios,  
 preservar a tranquillidade publica, e a boa harmonia entre  
 os os membros da minha real familia, houve por bem,  
 o meu real decreto de 3 do corrente, mandar que se no-  
 massem juizes para processar legalmente os accusados, e  
 dar a meu filho os excessos de jurisdicção commettidos,  
 a esperança de que assim, restituído o legitimo curso das  
 necessariam as medidas revolucionarias, e se restabelece-  
 gradualmente a boa ordem. Não aconteceu comtudo o  
 o meu paternal animo anciosamente desejava, mas fo-  
 e continuando as prisões, e as ordens emanadas em nome  
 infante, e assignadas muitas d'ellas por pessoas obscuras,  
 nenhuma parte tinham no governo.

Decidido a pôr um termo a um tal escandalo publico, e ao  
 oscabo da auctoridade ultrajada, com manifesto damno  
 meus leaes vassallos; e não achando meio de fazer co-  
 per a minha real vontade, *por me achar circumdado de*  
*perigos*, que illudiam a meu filho, e que já no dia 30 de  
 el haviam attentado contra a minha liberdade, resolvi-me,  
 a evitar um conflicto, cujo exito final não podia comtudo  
 duvidoso, vista a fidelidade reconhecida da nação portu-  
 ga, a passar a bordo da nau de linha britannica, surta  
 este porto, aonde me seguiram os representantes dos so-  
 veranos da Europa, para francamente fazer conhecer a meus

todo e qualquer dos meus vassallos de obedecendo do mesmo infante, ou dadas em seu nome, debem de serem tratados como rebeldes contra a auctoridade que unicamente me pertence por mercê divina.

Portuguezes! Taes são as primeiras providencias que hei de tomar, passando immediatamente a dar as ordens convenientes, para restituir á liberdade os innocentes que se acharem envolvidos n'estas proscricções arbitrárias, e assim como para punir aquelles, que possam reconhecer-se culpados, como implicados em manobras de assassinatos, e de traições, contra os quaes quero se proceda segundo as leis em vigor; assim a virtude e a lealdade não se aggravadas, e o crime punido.

Soldados! não vos culpo do que tendes obrado, pois obedestes á voz do chefe, que eu vos tinha dado auctoridade para fazerdes o vosso dever. Este chefe inexperiente foi enganado involuntariamente, e por conselhos perfidos, burlado pela sua indole natural, e filial obediencia contra a auctoridade que perversos intrigantes, sem respeito ao caracter publico, lhe fazem abusar; e vos mando que não reconheaeis senão a minha auctoridade real, em virtude da qual restringindo-vos aos deveres militares que vos são assignados, não useis das armas que confiei á vossa fidelidade, e ao meu serviço, obedecendo sempre aos chefes, que eu tenho a real vontade confirmar, ou nomear.

stricta obediencia ao que em meu real nome lhes  
 nado pelas auctoridades, que d'ora em diante os de-  
 mandar. Vassallos de todas as classes, observae a  
 e esperae do vosso soberano a restauração da tran-  
 e publica, da justiça e da segurança geral.

da nau ingleza *Windsor Castle*, surta no Tejo, em 9  
 de 1824. = EL-REI (com guarda).

## DOCUMENTO N.º 118-A

(Citado a pag. 244)

a dirigida por D. Miguel a seu pae, pedindo-lhe licença  
 para viajar pela Europa

ei, meu pae, e meu senhor! — Amar e servir a vossa  
 de tem sido, desde que me conheço, a principal oc-  
 da minha vida, o unico objecto da minha ambição.  
 na vez acertei em dar provas indubitaveis da minha  
 le, o paternal coração de vossa magestade as acei-  
 ez como uma insufficiente desculpa dos erros invo-  
 s, em que a falta de experiencia e de reflexão, pro-  
 nocidade, me fez ultimamente incorrer. Receioso de  
 minha presença em Portugal possa offerecer algum  
 a individuos mal intencionados, para a renovação  
 etações e de intrigas, bem alheias dos puros senti-  
 que com verdade acabo de enunciar, rogo a vossa  
 de que se digne facultar-me licença para viajar por  
 tempo na Europa, na certeza de que ao mesmo tempo  
 io ao céu os mais ferventes votos, para que continue  
 e tranquillo o reinado de vossa magestade, estarei  
 prompto, como devo, a derramar todo o meu sangue  
 mpenho da minha fidelidade.

respeitosamente a real mão de vossa magestade,  
 o submisso e fiel vassallo. = *Miguel*. — A bordo da  
*Windsor Castle*, surta no Tejo, em 12 de maio de 1824.

## DOCUMENTO N.º 118-B

(Citado a pag. 266)

Decreto de 26 de maio de 1824, mandando tirar devassa  
pelos successos de dia 30 de abril de 1824

Tomando na minha real consideração a importancia e  
vidade dos estrondosos e extraordinarios acontecimentos  
que no dia 30 de abril ultimo scandalisaram, e por  
no maior susto e perturbação a todos os habitantes da  
capital, apparecendo repentinamente em armas todas as  
tropas d'ella, com meu filho, o infante D. Miguel, a sua  
te, de cuja inexperiencia e falta de reflexão, infames e  
versos traidores abusaram tanto, que chegaram a supe-  
der a sua religião e respeito filial, e illudido, o conduzi-  
ao extremo de se abalancar a commetter actos, que em  
e qualquer caso so podiam e deviam emanar da minha  
berana auctoridade, attentando-se assim por muitos  
contra o poder real e supremo, que a Divina Providencia  
confiou, suspendendo-se o curso da justiça, mandando  
char todos os tribunaes e casas fiscaes, e ordenando  
prisão arbitraria de um immenso numero de individuos  
todas as classes, e revestidos dos primeiros empregos  
estado, entre os quaes se contaram os meus proprios  
tros, e alguns dos gentis-homens da minha real camara,  
sem previo conhecimento meu, subindo a temeridade e  
ca vista ousadia, ao excesso de se cercar, logo no puer  
d'aquelle infausto dia, o mesmo paço em que eu habito  
gente armada, e vedar-se o accesso á minha real pessoa  
algumas horas, debaixo do pretexto de uma supposta  
ração, que, ainda quando tivesse fundamentos, me devia  
immediatamente communicada, para de mim emanarem  
competentes providencias, sem que jamais podesse au-  
sar tão extraordinarios e rebellados procedimentos, que  
ao menos foram mandados praticar debaixo do meu  
nome, para encobrirem por algum tempo aos meus

criminoso e sacrilego fim a que se dirigiam, sem consideração aos incalculaveis horrores da anarchia, e precipitar todo este reino. E porque nem os sacrificios que fiz, nem as providencias que dei no decreto de 3 do corrente, para conservar a tranquillidade publica, e a boa harmonia em todos os membros da real familia, esperando por este modo restabelecer o curso das leis, foram bastantes a restituir a cousas, e fazer cessar as medidas revolucionarias pelo contrario, abusando-se da minha real paternal piedade, e persistindo os infames traidoristas inspirações e perfidos conselhos, para levar a mais alta traição, continuaram as arbitrariedades emanadas em nome do infante, e muitas d'ellas praticadas por pessoas obscuras, que nenhuma parte tomaram no governo; vendo-se em tanta desordem ameaçados os vassallos de uma proscripção sem limites, com o publico e menoscabo da auctoridade real, como não existisse; vindo por tudo a ser da maior necessidade fazer-se logo judicialmente os réus, que commetteram, concorreram, deram ajuda, ou conselho para tantos desacatos e delictos tão atrozes, a fim de serem castigados com o rigor das leis, e servir o seu castigo de exemplo aos maus, e de satisfação aos bons, desaffrontar a justiça, e purificando-se a nação, que sempre se distinguiu entre todas na fidelidade, amor e obediencia aos seus reis e senhores naturaes, da nodoa com que os diversos e desnaturalisados a pretenderam macularem, tendo ordenado para este fim, por aviso de 17 do corrente anno, que o corregedor do crime da côrte cedesse immediatamente a uma exacta devassa, e ao fim de pouco tempo, nem determinado numero de testemuhanças, e nomeando por outro aviso de 20 do mesmo mez para adjuvar na devassa, o desembargador José Joaquim Almeida e Araujo Correia de Lacerda. E para que os avisos não falte a solemnidade, que se requer para de tão alta importancia, hei por bem suppril-a,

e dar-lhe todo o vigor por este meu real decreto, deverá unir ao corpo de delicto, como parte do mesmo, se indagar e reconhecer quem são os réus dos crimes, juntando-se á devassa todos os documentos, e quaesquer outras provas, que possam chegar para o descobrimento da verdade, dando-me parte, e chegue aos termos de pronuncia, e antes d'ella a mesma pôde resultar, para eu dar as ultiores providencias.

O arcebispo de Evora, do conselho d'estado, ministro secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de guerra, tenha assim entendido e faça executar. Palacio da Real Chancella em 26 de maio de 1824. — *Com a rubrica de sua Magestade*

#### DOCUMENTO N.º 118-C

(Citado a pag. 246)

Officios do marquez de Palmella, dirigidos para Londres e Villa Real, para reclamar do governo inglez a vinda e reunião das suas tropas para Portugal

##### Primeiro officio — (Reservadíssimo)

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Levei á real presença de V. Magestade, senhor, os dois officios reservados de v. ex.<sup>a</sup>, n.ºs 44 e 45, e deixando para responder em outro despacho a v. ex.<sup>a</sup> refere ácerca dos primeiros passos, que tem de fazer a negociação com os agentes brazileiros, cingir-me unicamente a intimar-lhe as ordens de sua Magestade, e outro assumpto de maior urgencia e importancia, e por fazer algumas observações sobre o ultimo paragrafo do seu officio reservado n.º 45. Diz v. ex.<sup>a</sup> que me perguntando-lhe pelas noticias de Portugal, lhe disse que o embaixador de França em Lisboa tinha requerido do mandante da tropa franceza em Badajoz, que o corpo de tropa prompto a entrar em Portugal;



elle (mr. Canning) mandado pedir uma explicação ao francez a esse respeito, mr. de Chateaubriand lhe dera, que esperava, que o commandante francez se estasse á sua solicitação; e finalmente acrescentou, ha prevenido o embaixador de França n'aquella manhã, que, se acaso tropas francezas entrassem em Portugal sabia quaes podiam ser as consequencias, etc, etc. Ha de uma similhante communicação, pareceria que o gabinet britannico estava persuadido que as tropas francezas entrassem em Portugal, viriam destinadas a obrar contra o governo de sua magestade, e que olhasse como uma prova de amisade por parte da Gran-Bretanha proteger-nos contra uma tal invasão.

A mesma foi a linguagem do gabinete britannico no passado, quando na supposição de que el-rei se achava cercado com um partido de rebeldes, que lhe haviam tirado toda a auctoridade, e aspiravam a completar a ruína da monarchia, nos cobriu tambem com a egide d'alliança contra a supposta invasão dos francezes.

Ao nosso caso ainda é menos equivoco, e ninguém se enganar, nem apparentar que se engana sobre as intencias d'este paiz. El-rei está livre, e senhor da sua pessoa, mas ameaçado pelas intrigas, e pelas conspirações dos partidos exaltados e freneticos, que ambos tendem, por diferentes caminhos e com vistas oppostas ao mesmo fim, a destronar o melhor dos reis, para substituir no lugar, ou uma assim chamada constituição democratica, ou um principe usurpador; ou debaixo do nome de realismo, de religião, de vingança, o fanatismo, e as paixões as mais senfreadas.

Por parte de el-rei está, sem questão de duvida, e todo o mundo imparcial assim o reconhece, o direito, a justiça, a liberdade, e as intenções as mais pias e as mais liberaes; e os partidos extremos não se encontra senão exageração, cegueira e cegueira. Quem poderá pois estranhar, e menos estorvar, que sua magestade, na terrivel crise em que se encontrou, na posição ainda muito arriscada em

que se acha agora, recorra ao auxilio das nações estranhas, e solicite o apoio temporario de uma força militar, melhor poder cuidar na melhor reorganisação do seu exército desmoralisado, e a effectuar a muito mehandrosa reunião das eleições e da reunião dos tres estados do reino.

Por certo ninguem poderia levar a mal uma resolução semelhante, se sua magestade fidelissima a tivesse conhecida, mas a verdade do caso é que tal não aconteceu até agora. pôde v. ex.<sup>a</sup> *officialmente asseverar* a mr. Canning, que meu senhor não pediu a intervenção de tropas francezas, que o embaixador de França não deu ordem para que entrassem, nem fez mais do que offerecer o seu apoio ao caso tristissimo, se se houvesse verificado, de que a revolução, começada em 30 de abril, tivesse produzido os resultados que não deixavam de recear-se contra a liberdade, talvez mesmo a existencia de sua magestade! Desde este facto, desde 9 de maio, cessou, é verdade, o perigo imminente que ameaçava o throno, mas não cessou a agitação dos animos, acostumados ha quatro annos a estas continuas mudanças, e descontentes quasi todos com a moderação e sabedoria que el-rei tem assumido, e que satisfaz os odios, nem as esperanças dos dois partidos que se divide a grande massa da nação portugueza.

É por todos estes motivos, que el-rei determinou primeiramente reclamar o apoio effectivo do seu antigo e fiel aliado, e ordeno a v. ex.<sup>a</sup> que se dirija de officio áquelle governo para pedir a presença em Portugal de um corpo de até 6:000 homens de tropas britannicas, ou hanovericas, sendo uma das condições mais essenciaes a brevidade da vinda: e como não seja provavel, que hajamos de precisar de uma tal força para operações hostis, pois que se trata por agora de prevenir uma tal possibilidade, seria conveniente que viessem immediatamente os corpos que hoje são disponiveis, ainda que não cheguem ao numero ao qual poderá preencher-se successivamente. Tambem ocorre, que para causar menos estrondo, poderia servir o pretexto de mandar render a guarnição de Gibraltar.

Presídios inglezes no Mediterraneo, parando em Lisboa os corpos destinados para isso, e demorando-se cinco, ou seis mezes, para proseguirem ao depois no seu destino. Estão convencido que cinco, ou seis mezes, bastariam para dar tempo a firmar o governo de sua magestade, a rodeal-o da força moral, que deverá resultar das côrtes, quando as eleições recaíam sobre individuos moderados, e para desvanecer com a dissolução do actual exercito, e a formação de uma guarda segura, todo o perigo que existe no actual estado ainda vacillante das cousas.

Talvez que um corpo de tropas hanoverianas possa ser mandado com menos inconveniente, mas n'esse caso receio a demora que poderá haver, e repito que a promptidão é de todas as condições a mais necessaria.

Não parece provavel que o governo britannico encontre já agora uma opposição séria contra similhante medida na opinião da nação ingleza, pois se acha sobejamente demonstrado pelos ultimos actos de el-rei, que da sua parte está toda a liberdade verdadeira, que o seu governo é um governo de conciliação e de moderação, e que enfim só lhe falta um ponto de apoio seguro no meio do oceano das paixões, para poder encostar a alavanca, na certeza de que a razão e o tempo combatem a seu favor, e devem a final assegurar o seu triumpho.

Parece que as circumstancias variaram tanto desde que escrevi no anno passado a mr. Canning uma carta sobre o mesmo assumpto, e verificaram se por tal modo os receios que eu então indicava, ao mesmo passo que se deram a conhecer as vistas paternaes e sabias de sua magestade fidelissima, que não se deve esperar de encontrar agora no gabinete britannico a mesma resistencia e os mesmos scrupulos, que da primeira vez impediram a verificação do plano que hoje novamente se propõe. Porém, sobretudo fará v. ex.<sup>a</sup> observar quanto seria contraria á razão, e mesmo ao direito natural, a conducta de qualquer governo, que pretendesse impedir ao seu aliado na occasião do perigo, de ir buscar os soccorros que poderia facilmente obter, ao mesmo tempo

cessarios junto a esse governo antes da prorogação do parlamento, que provavelmente não poderá ter logar antes dos fins d'este mez. Conviria, porem, muito que um tanto melindroso, não fosse tratado publicamente, ou que ao menos o fosse com todas as precauções necessárias, para nos não comprometter, no caso de poder verificar o que sua magestade deseja. Também a v. ex.<sup>a</sup> que uma discussão publica, se precedesse a vinda das tropas, occasionaria talvez n'ella pelo menos no exercito, alguma fermentação, e consequencias não se podem prever, e tornaria talvez aquella mesma medida, que se deseja adoptar, em maiores males. Porque assim como se pôde considerar a vinda das tropas serviria para cohibir os partizanos, bem é de receiar que o annuncio de uma tal resolução tribua para os pôr em fermentação.

Todas estas reflexões sujeitará v. ex.<sup>a</sup> á prudente consideração de mr. Canning, a fim de se combinarem os meios mais opportunos para evitar todos os inconvenientes, e deixará v. ex.<sup>a</sup> de representar áquelle ministro, que mais evidente que se pôde dar, de que não prevalece no gabinete a influencia franceza, é a proposição que se acaba de dirigir ao governo britannico, e que aqui de todo o corpo diplomatico, excepto de sr. Thornton, não devendo eu dissimular a v. ex.<sup>a</sup> que a magestade tem sentido bastante a frieza com que o ministerio parece ter tratado o seu ministro n'esta ocasião, e que elle o unico membro d'este corpo diplomatico que recebeu uma formal approvação da sua conducta, e da sua resolução da crise em que se acha esta monarchia, e no tempo que sua magestade lhe manifesta por todos os lados o seu sincero reconhecimento, e na verdade parecia, que o governo britannico se explicasse publicamente sobre os extraordinarios acontecimentos que se passaram n'esta capital, em que se viu triumphar o poder de um soberano tão sabio quanto moderado, sobre a ignorancia e o fanatismo.

É indubitavel, que depois de commoções tão encontradas, as que se têm experimentado ha quatro annos n'este reino, não é facil restabelecer-se uma perfeita tranquillidade sem o apoio de uma força segura, e completamente aliena a todos os partidos; o exemplo da França, da Italia e Hespanha, que passaram pelos mesmos lances, prova a verdade, porque em situações analogas repetem-se sempre os mesmos symptomas; e seria infundada a supposição, que a contra-revolução portugueza, por isso que se effeita sem a presença de tropas estrangeiras, differe essencialmente das outras contra-revoluções, que têm havido n'os paizes acima mencionados; porque na verdade a vizição das tropas francezas na Hespanha operou entre nós quasi como o teria feito a sua presença, e existem demasiados interesses comprimidos, esperanças goradas e odios occultos, para que se possa esperar facilmente de acalmar os animos, e adogar todas as paixões pelos meios ordinarios. Cumpre-me participar confidencialmente a v. ex.<sup>a</sup> que sua magestade está na determinação de mandar intimar á rainha a ordem formal de sair d'este reino com toda brevidade, devendo ir residir em algum ponto da Italia; ao mesmo tempo, porém, que se lhe intimar a sobredita ordem, quer sua magestade que se acrescente, que, em caso de obediencia, não é da sua real vontade que se empregue a violencia para constranger a rainha, mas que sobre ella recai todo o peso da responsabilidade de uma tão flagrante desobediencia, e que se adoptarão as providencias necessarias para privar a mesma senhora de todos os meios de fomentar agitações, ou conspirações. Esta resolução foi adoptada por unanimidade indispensavel, e de accordo com os embaixadores dos ministros das principaes côrtes alliadas, sem exceptuar o de Edward Thornton; havendo os de Hespanha e de França manifestado, que os seus governos concorriam plenamente na opinião da necessidade de uma tal medida.

De Madrid consta que causára alguma inquietação no gabinete a noticia da convocação dos tres estados do reino, e tendo-me assim manifestado o embaixador da Hespanha,

outros membros da familia real, todavia, não depar o throno de uma força moral portugueza promptas medidas para evitar a maior anarchia nesto da falta de sua magestade el-rei meu senhor. Sua magestade tinha feito uma promessa a seu povo, e a queria cumprir; e que não podia cumpril-a sem a derrogação; não deixando de lhe observar por vossa Magestade o senhor D. Fernando VII, no anno de 1814, e o mesmo, provavelmente nem a Hespanha, nem a Inglaterra, ao depois achado no terrivel conflicto viram.

Faça v. ex.<sup>a</sup> o uso que assentar conveniências, e observe o ministro de sua magestade que muito conviria que aquelle governo se esmerasse em applauso, ou ao menos fizesse menção de um triumpho, da resolução que sua magestade fidelissima e do nobre exemplo que deu, restituindo aos portuguezes as antigas instituições da monarchia. Poderá a junta, ou commissão preparatoria, concluir promptidão os seus trabalhos. Igualmente despatche a vossa Magestade saber o effeito, que esta noticia produzirá no publico inglez.

Não posso concluir este despacho sem manifestar a vossa Magestade, que a conducta do Campo Maior não tem sido coherente com o seu valor, e reputação que elle tinha adquirido.



ponto de ser muito desejada por sua magestade a sua ida d'este paiz. Elle havia desapprovado a ida de sua magestade para bordo da nau *Windsor Castle*, só porque pretendia estabelecer-se como uma auctoridade média, e conciliadora entre el-rei e o senhor infante, cegando-se assim por interesse proprio, e desconhecendo a impossibilidade que havia de transigir ao ponto a que as cousas tinham chegado, porque qualquer transacção equivalia quasi para sua magestade a uma abdicacão do poder soberano, e desconhecia igualmente que as medidas fortes, que se tomaram, não podiam na verdade adoptar-se emquanto el-rei meu senhor não pozesse em segurança a sua real pessoa. Posso, porém, afirmar a v. ex.<sup>a</sup> que nenhuma pessoa sensata em Portugal deixou de se convencer da evidencia das verdades que acabo de apontar. É de receiar que as cartas do marquez de Campo Maior, e os seus relatorios influissem para a frieza, que se fez manifestado a sir Edward Thornton, e é por isso, e para que v. ex.<sup>a</sup> possa regular a sua linguagem, que sua magestade me ordenou de lhe fazer esta exposiçãõ <sup>1</sup>.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Lisboa, secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, em 19 de junho de 1824. — *Marquez de Palmella*.

#### DOCUMENTO N.º 118-D

(Citado a pag. 245)

**Maus effeitos que produziram na familia real da Hespanha os acontecimentos de 30 de abril de 1824**

**Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. —** O despacho do duque de Villa Hermosa, de 8 do corrente, nos havia consternado, e haviamos delibe-

<sup>1</sup> Nem este, nem o anterior officio, se encontram nos *Despachos* do sr. Marquez de Palmella, nem nos *Documentos* do sr. Clemente; cremos que foram supprimidos de proposito pelo conselheiro Reis e Vasconcellos, para evitar a honesta irmã de D. Fernando VII o desaire do desagrado em que incorrera no animo de el-rei D. João VI, seu marido.



rado enviar hoje um extraordinario com as ordens necessarias ao duque para regular a sua conducta, e com cartas serenissimas senhoras princeza da Beira, e infanta D. M. Francisca, a seu irmão o serenissimo senhor infante D. guel, a fim de lhe abrir os olhos, e de lhe fazer ver o abysmo em que se metta, e á nação. Sua magestade catholica tambem se decidia a escrever a sua augusta irmã, de uma maneira clara e positiva, e mesmo nos havia occorrido deegar á serenissima senhora princeza da Beira, que partisse quanto antes a pôr-se ao lado de seu angusto pae, para servir (com o seu bem conhecido talento) de instrumento para conter o senhor infante, e fazel-o entrar na obediencia que devia a seu rei, e seu pae. Sua alteza, a princeza, respondeu a esta proposição, que tudo quanto ella podesse fazer a bem de seu angusto pae, estava prompta a emprender, mesmo sacrificando a sua propria vida. Quando isto se havia passado, chega um expresso da policia de Lisboa á policia de Madrid com a *Gazeta de Lisboa*, que nos encheu do maior prazer. Espero com ancia as noticias posteriores de v. ex.<sup>a</sup>, para de todo socegar o meu espirito. Rogo muy submissamente a v. ex.<sup>a</sup>, como medida indispensavel para a conservação do socego em Portugal, o fazer sair immediatamente de Portugal a João Baptista Ardisson, que v. ex.<sup>a</sup> deve considerar como um dos que mais influiram n'esta catastrophe.

Depois de haver escripto isto, recebo os despachos que v. ex.<sup>a</sup> me enviou pelo correio Theotonio, que adoecendo em Elvas, os mandou por um postilhão. Logo que os recebi communiquei a sua magestade catholica tudo quanto v. ex.<sup>a</sup> me annuncia a respeito da conducta exemplar do duque de Villa Hermosa, e não só agradei isto a sua magestade, porém tambem a maneira com que sua magestade catholica se havia pronunciado desde o primeiro momento em que aqui chegou esta triste noticia, e igualmente a efficaz cooperação que encontrei no ministerio actual, para praticar tudo o que se julgou conveniente e possivel. Resta agora informar a v. ex.<sup>a</sup> do que hei tratado com este governo sobre o futuro proceder em um objecto de tanta gravidade e delicadeza.

modo informações da maior confiança, apoiadas em antecedentes de grande força, nenhuma duvida ha de que esta explosão foi forjada por agentes mal intencionados, que illudiram pessoas da mais alta jerarchia, e o movimento que teve lugar em Portugal talvez fosse preparatorio do que devesse succeder em Hespanha: porem, resta combinar o decoro das altas pessoas com os imprescriptiveis direitos do throno, e com as medidas necessarias para que attentados de uma tal natureza se não repitam.

Nestas medidas talvez algumas se lembrassem que tocariam de perto no soberano, junto do qual eu me acho acreditado, e por isso julguei do meu dever pôr-me de accordo com este governo em um objecto que poderia trazer commigo consequencias da maior gravidade. Depois de conferenciar largamente com o conde de Ophalia, depois de haver feito chegar ao conhecimento de sua magestade catholica o resultado das nossas conferencias com a sua approvação, com a de alguns dos membros d'esta real familia, e igualmente dos membros do corpo diplomatico que aqui se acham, accordamos que as instrucções a dar ao duque de Villa Hermosa, deviam ser fundadas n'estes tres pontos: 1.º, sustentar intactos os direitos da soberania; 2.º, pôr em pratica todos os meios possiveis de evitar repetições de semelhantes attentados; 3.º, combinar isto quanto possivel seja com o decoro das pessoas de alta jerarchia compromettidas. Que a applicação que se pôde fazer d'estes principios pertence aquelles que, achando-se no logar, estão por isso mesmo mais no caso de poderem obrar com conhecimento de causa.

As noticias que o duque de Villa Hermosa mandou sobre o comportamento do senhor infante a bordo da nau *Windsor Castle*, confirmam quanto eu sempre pensei, que sua alteza real fôra illudido. A idéa de fazer viajar sua alteza por algum tempo é geralmente approvada, e sua alteza real, a serenissima senhora princeza da Beira, lhe escreve hoje uma carta, cheia de conselhos os mais judiciosos, e o convida a vir-lhe fazer uma visita; el-rei nosso senhor decidirá

se convem dar a sua alteza a necessaria licença, e caso eu ouse rogar a sua magestade de nomear para panhar sua alteza real individuo, ou individuos capazes influir em sua alteza real sentimentos dignos da sua alta rarchia, e da sua excellente indole. Muito mais desejaria ver em uma materia de tão grave interesse; porém a delicadeza que ella exige, me impõe silencio, que só uma ordem positiva de sua magestade me faria romper.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Aranjuez, 17 de maio de 1824. —  
Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. marquez de Palmella. — *Conde de Porto Santo.*

O despacho, que em letra do proprio marquez de Palmella se acha lançado n'este officio, tambem é curioso, e diz o seguinte :

«A satisfação que causou a sua magestade o conteúdo n'este officio, e o acerto com que o conde de Porto Santo em grande parte antecipou as ordens, que sua magestade lhe mandou expedir subsequentemente, foram notaveis. O mesmo senhor espera com impaciencia a resposta à carta autographa, que dirigiu a sua magestade catholica, porque de dia em dia se vae conhecendo mais a necessidade de adoptar medidas vigorosas, e que cortem a origem dos dessasossegos que têm affligido ha annos a sua magestade; mas isto deve praticar-se com todo o decoro devido ás augustas pessoas de quem se trata. Sua magestade renova ao conde de Porto Santo as ordens para agradecer a sua magestade catholica, e ao seu ministerio, a conducta digna, e conforme aos interesses da realleza, que seguira n'esta occasião; e ordena mais ao conde de Porto Santo, que se explique claramente sobre a reticencia de que usa no paragrapho terceiro d'este officio, na certeza de que tudo quanto disser, não póde senão ser nascido do seu zélo e lealdade.

Informal-o de haver já saído Ardisson, e de se achar preso Agostinho Fort. — *Probabilidade de se acharem implicadas, na devassa que se está tirando, pessoas de alta jerarchia.* Sua magestade julgou dever mandar insinuar a sua magestade a

rainha, por via do arcebispo de Evora, ordem de não vir ao paço da Bemposta, e de evitar de se mostrar em publico, por isso que o mesmo publico está persuadido de que ella não foi estranha aos ultimos acontecimentos, e poderia em consequencia faltar-lhe ao respeito devido, sendo certo que sua magestade a rainha até certo ponto já havia espontaneamente adoptado esse arbitrio, porque nem foi visitar seu augusto esposo á nau, nem o mandou comprimentar em todo o tempo que elle lá esteve, nem mesmo no dia dos seus annos. Resolução em que sua magestade está de continuar a adoptar algumas medidas vigorosas, e conformes aos desejos da parte sã da nação, abolindo inteiramente o que resta da legislação das chamadas côrtes, e declarando a intenção de chamar com brevidade os tres estados do reino, para os ouvir sobre as importantissimas questões que podem occorrer, mesmo na sua real familia, em rasão da scisão do Brazil, e da residencia do herdeiro da monarchia n'aquelle continente.

Noticia da chegada dos agentes brasileiros a Londres, carta que me escreveram, e a minha resposta. — As instrucções para o conde de Villa Real, a quem sua magestade mandou plenos poderes, que são para insistir sobre a concessão preliminar dos tres pontos, que se exigem como bases da negociação. Remetterei pela primeira occasião segura a correspondencia que se interceptou, de Fonseca para sua magestade a rainha: e muito convirá que s. ex.<sup>a</sup> o communique áquelle ministerio, para o habilitar a melhor descobrir o enlace que existia entre o levantamento do dia 30 de abril, e os que se projectavam n'aquelle paiz. As cartas da princeza D. Maria Thereza, para seu augusto pae e irmão, são modelos de juizo e finura, e fazem a maior honra a sua alteza real, cuja real mão peço a s. ex.<sup>a</sup> queira beijar em meu nome <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> O documento n.º 118-D, e o relatorio de Palmella, que se lhe segue, só nós os apresentámos ao publico, pelo cuidado das nossas buscas no archivo da secretaria dos negocios estrangeiros, e portanto sem que d'isto nos dê noticia o seu antigo archivista no seu *Supplemento aos tratados*.

## DOCUMENTO N.º 119

(Lido a pag. 335)

Pede debalde o governo hespanhol ao portuguez  
que ponha em liberdade José Chrysostomo da Fonseca Osorio

Ex.<sup>mo</sup> sr. — Muito meu senhor. — Aprecio quanto  
e dou a v. ex.<sup>a</sup> os meus agradecimentos pela commoção  
que tem a bondade de me fazer na sua carta da data  
hontem, de se haver sua magestade catholica dignado  
ctorisar a v. ex.<sup>a</sup> a perguntar-me se achava inconveniente  
em que se ponha em liberdade José Chrysostomo da  
Fonseca Osorio, subdito portuguez preso em Toledo, por se  
achar munido senão de um passaporte do alcaide de  
de Calera. Não tenho á vista os documentos d'este preso,  
por se acharem na secretaria da embaixada em Madrid,  
mas não preciso consultal-os, pois conservo lembrança  
conducta d'este individuo, para certificar a v. ex.<sup>a</sup> que  
era um dos agentes mais activos e perigosos da cor-  
rendia de Portugal para Hespanha, e *vice-versa*, entre  
conspiradores que preludiaram por ensanguentar os  
paços de Salvaterra, habitados por el-rei meu amo, a  
morte violenta do seu estribeiro mór, e gentil-homem  
sua real camara, o marquez de Loulé, e remataram  
crilego attentado de 30 de abril do anno passado com  
auctoridade real e a sagrada pessoa de sua magestade  
lissima. Sua correspondencia, em resposta aos infames  
cargos de que vinha munido, escripta do seu punho, foi  
interceptada pelo general commandante da Beira Baixa  
d'ella se conhece grande parte dos tenebrosos projectos  
malevolos de ambos os reinos, nomeando alguns, cujos  
nomes não tenho presentes, á excepção de um certo visor

<sup>1</sup> Este general era João Silveira de Lacerda. Entre as cousas  
acharam em poder de Fonseca Osorio, figurava tambem uma carta  
do conde de Bourmont, que em mão propria devia entregar a  
D. Carlota, e outra do conde de Mortemar, que caíram nas mãos  
do governo, pelas razões acima expostas. (Nota do auctor d'esta obra)



de la Torre, que elle qualifica de agente contra os membros dos governos de Hespanha e Portugal; e foi fundado n'estas e outras provas, que el-rei meu amo deu ordem ao meu antecessor de reclamar do governo de sua magestade catholica a entrega d'este individuo ás auctoridades portuguezas, o que elle fez por differentes vezes verbalmente e por escripto, como participou á côrte. Alem d'isto este individuo era empregado em idas e vindas a Portugal pelo visconde de Caellas, Antonio da Silveira, pertencente a um partido, que sem aborrecer a realza, a quer sómente a seu modo, e não como a querem os proprios soberanos, especie de revolucionarios não menos perigosos do que os chamados liberaes.

Nestes termos, não posso deixar de manifestar a v. ex.<sup>a</sup>, que considero gravissimo inconveniente em se pôr este individuo em liberdade, e que a sua soltura seria perigosa para Portugal, rogando a v. ex.<sup>a</sup> haja de levar ao conhecimento de sua magestade catholica se digne sobreestar na sua soltura, emquanto não recebo novas ordens da minha côrte, a qual passo a dar conhecimento da communicação de v. ex.<sup>a</sup>, e da minha resposta, sendo possivel que o progresso do processo, que se segue contra os comprehendidos na accusação dos ultimos attentados, tenha dado esclarecimentos, ou em favor, ou contra o dito Fonseca, o que me apressarei em comunicar a v. ex.<sup>a</sup>, não duvidando encontrar no governo de sua magestade catholica a mesma disposição em attender á tranquillidade de Portugal, que por actos reiterados tem encontrado o governo de sua magestade fidelissima, satisfazendo a todos os desejos manifestados por sua magestade catholica.

Reitero a v. ex.<sup>a</sup> por esta occasião os sentimentos da minha alta consideração. Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Aranjuez, 27 de abril de 1825. — Beija as mãos de v. ex.<sup>a</sup>, seu muito attento servidor. = *Conde de Suberra*. — Ex.<sup>mo</sup> sr. D. Francisco Zea Bermudes<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Este é mais um outro dos documentos que só na minha collecção se acha publicado.

(Documento D, do officio do mesmo conde de S.º  
n.º 41, de 28 de abril de 1825, dirigido para Lisboa  
ministro dos negocios estrangeiros, conde de Porto S.º)

## DOCUMENTO N.º 119-A

(Citado a pag. 204)

Officio do marquez de Palmella para o conde de Porto S.º  
tro de Portugal em Madrid, e carta de gabinete de  
D. João VI a seu cunhado D. Fernando VII, queixando-  
se da influencia de D. Carlota, sua irmã, e pedindo-lhe que a induza  
a sair de Portugal

III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — O assumpto da carta de gabinete  
remetto inclusa para sua magestade catholica, e  
v. ex.<sup>a</sup> achará junta uma copia para seu conhecimento  
da tal gravidade e delicadeza, que el-rei meu senhor confiou  
o não houvera confiado a pessoa de cuja honra e  
zêlo pelo seu real serviço não formasse o mais alto  
Deverá v. ex.<sup>a</sup> immediatamente solicitar uma audiencia  
sua magestade catholica, e representar-lhe que para  
quillisar este paiz, e evitar a renovação de intrigas,  
só podem tornar-se perigosas, quando encontram  
alguma d'aquellas altas personagens, que o povo  
mado a respeitar quasi a par do proprio soberano  
summamente necessario e urgente que se remova  
fôra do reino aquella pessoa, que por desgraça, e  
do seu character inquieto, parece ser a causa prime-  
fataes dissensões. Dirá v. ex.<sup>a</sup> em seguida que a  
ção, se fosse espontaneamente pedida pela real  
quem se trata, seria para ella mais decorosa, e a  
ção benigno de el-rei meu senhor menos repugnante  
por isso a insinuação de sua magestade catholica  
no interesse da tranquillidade de ambos os reinos  
servação do decoro da sua propria familia, e na



possibilidade de se conservarem unidos todos os soberanos, para repellir o espirito revolucionario de onde quer que possa emanar, não pôde deixar de parecer muito natural e acertada. Pôde v. ex.<sup>a</sup> declarar, que todos os embaixadores e ministros estrangeiros, residentes n'esta corte, sem excluir o mesmo duque de Villa Hermosa (o qual porém se enunciou sempre com aquella reserva e dignidade que a sua situação pedia, reconheceram explicitamente na presença de el-rei meu senhor, que sua magestade tinha não só direito e justa razão, mas até mesmo obrigação de empregar aquellas medidas, que necessarias fossem, para evitar para o futuro a renovação do formal ataque, que se havia intentado contra seu governo, e sua magestade catholica não poderá duvidar, á vista das communicações que directamente tem recebido de Lisboa, e de que v. ex.<sup>a</sup> mesmo me preveniu repetidas vezes.

Á vista de todo o exposto, fará v. ex.<sup>a</sup> todas as diligencias possiveis para apressar a resposta de el-rei de Hespanha, expedindo-a por um correio, assim que ella estiver prompta, e procurando que seja concebida em termos mais claros, e mais decisivos, a fim de poder produzir a impressão necessaria no espirito da alta personagem, que convem persuadir.

Devo prevenir a v. ex.<sup>a</sup> de que el-rei meu senhor, entretanto mandou insinuar a sua magestade a rainha, pelo arcebispo de Evora, ministro da justiça, que evitasse apparecer em publico, ou vir ao paço da Bemposta, aonde o mesmo senhor reside, no que parece que a rainha minha senhora talvez conhecendo a indisposição actual do publico a seu respeito, anticipára a vontade de seu augusto esposo, pois não só não foi visital-o a bordo da nau *Windsor Castle* em todo o tempo que sua magestade ali permaneceu, mas nem mesmo lhe mandou um recado por escripto, ou verbal, no dia 13 do corrente (era o dos annos de el-rei), omissão estranha, e pela qual parece em certo modo, que sua magestade a si propria se condemna.

As *Gazetas* informarão a v. ex.<sup>a</sup> da saida do senhor infante D. Miguel, que se verificou antehontem, não para In-

glaterra, como erradamente se declara na *Gazeta* de hontem, mas para o porto de Brest, até onde acompanharão sua alteza uma fragata ingleza e um bergantim francez, que se achavam n'este porto. Sua alteza leva como camarista o conde de Rio Maior, a quem sua magestade confiou a administração dos fundos destinados para a viagem. É da mente de sua magestade, que o dito serenissimo senhor comece por visitar a capital da França, e vae encarregado de uma carta de sua magestade para sua magestade christianissima. O titulo que o senhor infante assumiu durante a sua viagem é o de duque de Beja, e não é possível mostrar maior obediencia, e mais prompto desejo de agradar em tudo a seu augusto pae, do que sua alteza mostrou desde o dia 9 do corrente.

Emquanto ao mais, só posso dizer a v. ex.<sup>a</sup>, e com verdade, que a grande resolução de sua magestade tem sido coroada até ao presente do mais completo e prospero successo; que existe na capital o mais vivo enthusiasmo, e que a tropa, entre a qual no primeiro momento se notou alguma hesitação pelos falsos rumores, que entre ella se espalharam da prisão de el-rei, e do senhor infante D. Miguel, a bordo de uma nau ingleza, e outras falsidades da mesma natureza, vae rapidamente conhecendo o erro em que a tinham induzido, devendo haver toda a confiança nas medidas de vigor, que sua magestade tem successivamente posto em pratica, e no fundo inalteravel de lealdade, que forma a base do caracter portuguez.

A tranquillidade tem-se conservado maravilhosamente n'uma crise tal, qual a ausencia de el-rei, e a demissão de um infante general em chefe deviam occasionar, e sua magestade desembarcou hontem ás seis e meia horas da tarde em Lisboa, onde foi recebido com as maiores demonstrações de jubilo e enthusiasmo por todo o povo, e entrou novamente no seu paço da Bemposta como em verdadeiro triumpho. Ali o foi immediatamente comprimentar todo o corpo diplomatico, e um numero infinito de pessoas de todas as classes, que se apressaram como á porta a testemunhar a sua

gestade os seus sentimentos de fidelidade e respeitoso  
 or, que é devido a tão benigno soberano. Á noite se illu-  
 nou mui brilhante e espontaneamente toda a cidade.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Lisboa, secretaria d'estado dos ne-  
 gos estrangeiros, em 15 de maio de 1824. = *Marquez*  
*Almella.*

da carta, que el-rei D. João VI dirigiu a seu cunhado,  
 el-rei de Hespanha, D. Fernando VII

Meu bom irmão, primo, cunhado e genro. — As expres-  
 sões que vossa magestade fez ao meu embaixador, quando  
 constou o inaudito acontecimento do dia 30 de abril pas-  
 so, são bem dignas de um alliado, e de um soberano, que  
 sabe quanto devem ser sagrados os direitos da realeza,  
 tanto é necessario que todos os monarchas se unam para  
 manter illesos. O que mais me amargura nas presentes  
 circumstancias, é ver que os attentados contra mim commet-  
 tos emanam das pessoas que me são unidas pelos mais es-  
 tros vinculos, e a confiança que vossa magestade me me-  
 re, não me permite occultar-lhe, que considero a rainha  
 uma mulher, e irmã de vossa magestade, como a mais  
 querida, e a primeirâ motora das intrigas e conspirações,  
 e se me tem tramado.

Desde o anno de 1806 tive provas convincentes dos pro-  
 pos ambiciosos da rainha, e dos indignos meios que ella  
 procurava para os promover, chegando ao ponto de querer  
 que eu fosse declarado inhabil de continuar no governo. Não  
 carei nos multiplicados indicios de desaffeição, e de trai-  
 ção, que subsequentemente n'ella tenho reconhecido até a  
 os ultimos tempos em que, seduzindo a incauta mocidade  
 meu filho, o infante D. Miguel, o induziu, segundo todas  
 apparencias, a tentar os actos de rebellião que são bem  
 perigosos, e que á custa do maior sacrificio consegui suffocar.  
 Essa magestade mesmo tem na sua mão cartas escriptas  
 da rainha, as quaes lhe foram entregues por um seu emis-  
 sario, chamado Fonseca (José Chrysostomo da Fonseca), e

que bem claramente demonstram o seu culpavel intromettimento nos negocios do governo, cujo conhecimento por nenhum titulo lhe pertencia, e com vistas manifestas de usurpação.

Não podendo eu portanto, nem devendo em consciencia soffrer a continuação de tão perniciosas intrigas, resolvi abrir a vossa magestade o meu coração com franqueza, declarar lhe que necessito para a tranquillidade do meu reino, e dos meus vassallos, tolher à rainha os meios de as renovar; mas, repugnando contudo, pela justa contemplação que vossa magestade me merece, a adoptar aquellas medidas, que, em qualidade de rei, e de marido, sem duvida me seriam licitas, lembra-me pedir a vossa magestade que, se assim o julgar conveniente, escreva a sua irmã para lhe propor a necessidade de ir viver retirada em alguma provincia dos seus estados, ou, se a vossa magestade melhor parecer, para França, ou Italia, e lhe dirija essa proposição como a mais adequada para me poupar qualquer outra resolução severa, a que eu necessariamente deverei recorrer, para poder restituir a tranquillidade á minha real familia, e aos meus estados.

Vossa magestade não duvidará do muito que me custa o ver-me obrigado a requerer da amizade um tão penoso serviço.

Sou, com o mais sincero affecto, meu bom irmão, primo, cunhado e genro, de vossa magestade, bom irmão, primo, cunhado e sogro. = *João*.

---

#### DOCUMENTO N.º 120

(Citado a pag. 260)

A rainha D. Carlota Joaquina embarça a que saia para fora do reino o coronel hespanhol, seu agente, D. José Agostinho Fort

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. marquez de Palmella. -- Havendo recebido o aviso que v. ex.<sup>a</sup> me expediu em data de 12 do cor-

rente. Para fazer sair d'estes reinos o coronel hespanhol D. José Agostinho Fort, o fiz intimar para indicar destino, e receber, dentro em tres dias, o seu competente passaporte d'esta intendencia; n'este espaço, porém, recebi o officio da copia inclusa, que me dirigiu o conde de Cintra, de ordem de sua magestade a rainha nossa senhora, e a nota junta, que me entregou o dito coronel. Não hesitando, pois, em dar cumprimento ao citado aviso, e julgando não haver inconveniente em demorar por mais tres, ou quatro dias a sua execução, por isso que o mesmo coronel declara achar-se às ordens immediatas da mesma augusta senhora: me parece contudo conveniente levar os mencionados papeis á presença de v. ex.<sup>a</sup>, para que, sendo presentes a el-rei nosso senhor, sua magestade ordene o que for do seu real agrado.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Lisboa, em 18 de novembro de 1823. — O intendente geral da policia da côrte e reino, Símão da Silva Ferraz de Lima e Castro.

#### DOCUMENTO N.º 121

(Citado a pag. 260)

**Agentes revolucionarios da rainha D. Carlota Joaquina, refugiados nas terras de que ella era senhora donataria**

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conde de Peniche, secretario d'estado dos negocios da casa da rainha nossa senhora. — Tenho a honra de levar ao conhecimento de v. ex.<sup>a</sup>, para o fazer presente a sua magestade, a rainha nossa senhora, a copia do paragrapho decimo da parte diaria da guarda real da policia de 5 do corrente, e como n'ella se refere um tumulto sedicioso, e que com todas as circumstancias, e principalmente nas presentes, exige um conhecimento judicial prompto e regular, a fim de que haja de recair a severidade das leis contra os infractores, com a approvação de sua magestade el-rei nosso senhor, nomeei para esta diligencia o desembargador corre-

edor de Belem, e como no decurso d'ella, e a bem da justiça tenha este ministro de entrar em terras de que aquella augusta senhora é dita donataria, por isso é do meu dever pedir a devida venia, a fim de mostrar, como me cumprimento o respeito em que tenho os privilegios de sua magestade rainha nossa senhora.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Lisboa, em 12 de dezembro 1823. = O intendente geral da policia da côrte e reino, *mão da Silva Ferraz de Lima e Castro.*

### DOCUMENTO N.º 122

(Citado a pag. 264.)

**Resistencia que oppõe a rainha D. Carlota Joaquina  
a sair para fóra de Portugal  
depois dos acontecimentos do dia 30 de abril de 1821**

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Logo que recebi o despacho reservado n.º 41, tratei de cumprir, como devia, as ordens de sua magestade, que v. ex.<sup>a</sup> me communicava. Tenho a fortuna de enviar n'esta occasião a carta de sua magestade catholica, dirigida á rainha minha ama, que me parece concebida em termos sufficientes, claros e expressivos. Tendo assim cumprido, com a brevidade possivel, as ordens de sua magestade, resta pedir mui humildemente a sua magestade, que haja de relevar o excesso que commetti, se para cumprir as suas reaes ordens, eu me afastei do caminho que me era prescripto. Eu não fiz entrega da carta autographa de elle nosso senhor para sua magestade catholica: eis o meu crime. Resta ponderar as causas que me moveram a commetter este attentado. Eu logo que recebi o officio de v. ex.<sup>a</sup>, olhei questão debaixo do ponto de vista seguinte: conseguir medida como essencialmente necessaria, e conseguila de uma maneira a mais decorosa, como convem ao alto caracter das pessoas, que infelizmente figuram. Depois reflecti qu



tas pessoas muitas vezes exigem as honras da perseguição, ou por character, ou porque se illudem com os seus projectos, e que por isso a medida preliminar que se propunha não fosse sufficiente, e acaso se necessitassem depois medidas energicas.

Todas estas considerações me moveram a adoptar n'esta ocasião a marcha seguinte: alcançar de sua magestade real uma carta, dirigida a sua augusta irmã, *que parecesse espontanea, e não pedida, na qual sua magestade, com firmeza, e ao mesmo tempo com energia, lhe demonstrasse a necessidade de sair de Portugal, pedindo para esse fim a licença a seu augusto marido el-rei; que n'essa carta ficasse ver a sua magestade que não se poderia responder pelas consequencias, recusando-se sua magestade a adoptar conselho; que se fixasse a sua magestade n'esta carta Lisboa, ou Roma, como logares mais convenientes para sua magestade fixar a sua residencia, e ao mesmo tempo prevenisse, no caso de se deverem adoptar medidas mais fortes, que não podesse ter lugar, reconhecendo que a culpa recaía sobre a pessoa que as faziam indispensaveis, e que por este motivo comprometteriam a boa harmonia entre as duas augustas familias.*

Debaixo d'este ponto de vista que eu tomei sobre mim a entregar por agora a carta autographa de el-rei nosso senhor, pois que receiei esgotar todos os meios em um nome, em que eu ainda receio de ser obrigado a dar passos decisivos, que, sendo agora empregados, talvez se não arracassem, demorariam muito a decisão, que só póde ser um merecimento, sendo prompta e immediata; sendo ver que, se eu houvesse apresentado a carta de sua magestade, nenhum ministro d'estado se atreveria a tomar sobre responsabilidade o responder a ella, sendo preciso o vir aqui o conselho de ministros para se discutir a questão, e ficando esta dependendo do accordo d'aquelles. Espero que sua magestade attenderá benignamente aos poucos motivos que allego, para me relevar de haver pela primeira vez em minha vida deixado de cumprir as suas



*para a sua residência nos seus estados, e eu que*  
bem para Portugal não era muito conveniente a  
nhança. Deus permitta, pois, que a rainha mi  
optando os conselhos de seu augusto irmão, se p  
de Portugal com o decoro com que o praticou a  
fante D. Miguel, e el-rei nosso senhor consiga d'e  
a tranquillidade de que tanto carece. Se o que se  
cado n'esta embaixada, desde que aqui chegou a  
infelizes acontecimentos de 30 de abril, merece a  
de sua magestade, é do meu dever levar á pres  
magestade, que eu o devo á efficaz cooperação d  
Ophalia, cujos sentimentos pela conservação dos  
sua magestade me foram manifestados de uma m  
evidente; e sua magestade levantaria um novo p  
gratidão, dando ao conde de Ophalia um testemo  
do seu apreço. Debaixo do mesmo ponto de vis  
com o conde de Ophalia, que, para que esta m  
cesse sempre espontanea, sua magestade catholi  
ao duque de Villa Hermosa a sua carta, para qu  
tregasse a sua magestade a rainha. Eu não mand  
copia d'esta carta, porque el-rei não permittiu q  
rasse; porém, lia, e me parece que tudo está d  
coro, porém ao mesmo tempo se deixa ver que  
tade catholica não encontra outro meio algum pa  
sair do estado em que se acha, com decoro para  
a sua augusta familia.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Madrid 24 de maio

## DOCUMENTO N.º 122-A

(Citado a pag. 267)

estando a rainha a sair para fóra do reino, prohibe-se-lhe  
perer na cõrte, tendo-a como envolvida nos acontecimentos  
de 30 de abril de 1824

ex.<sup>mo</sup> sr. — Transmitto a v. ex.<sup>a</sup>, de ordem de sua  
e, copia da nota-circular, e dos documentos que  
ministros das principaes potencias n'esta cõrte, a  
v. ex.<sup>a</sup> fique inteirado de tudo quanto tem aconte-  
cido um assumpto o mais escabroso, e o mais triste  
que podiam occorrer. Não podem ser desconhecidos  
ante a v. ex.<sup>a</sup> os motivos urgentes, que impelliram  
o senhor a tomar medidas de precaução contra as  
falsas, e as criminosas intrigas, que desgraçadamente  
ardido no seio mesmo da sua real familia. De bordo  
Windsor Castle tomou sua magestade a resolução de  
a el-rei catholico, a fim de que este soberano pro-  
duzir sua augusta irmã a ausentar-se voluntaria-  
Portugal por algum tempo, e a desmentir por esse  
modo as suspeitas, que contra ella se haviam  
formando, tolhendo aos que abusam do seu nome o meio  
peroso, que lhes resta para continuar a agitar este  
assumpto a rainha, porém, deixou de responder  
que sobre este assumpto lhe dirigira el-rei de Hes-  
panha constituiu el-rei meu senhor na necessidade de lhe  
fazer de um modo mais directo a sua real vontade, o  
que fez, como v. ex.<sup>a</sup> verá por um dos documentos in-  
cluzidos depois de haver previamente consultado, e até ouvido  
antes os representantes das principaes potencias, os  
qual animamente (sendo um d'elles . . .), concordaram  
com a sua magestade a rainha, em consequencia do sys-  
tema que adoptou, se recusaria pertinazmente a obe-  
diencia de seu augusto esposo, provavelmente com o

intento de attrahir sobre si uma especie de perseguição, na sua opinião a faria illustre, e excitaria o interesse da parte da nação; mas el-rei meu senhor desde logo tomou a resolução fixa de não usar de medidas violentas nem recorrer, senão na ultima extremidade, a procedimentos publicos e judiciaes, limitando-se a prohibir a presença da magestade a rainha na côrte, e a tomar aquellas precauções de vigilancia, que exige a tranquillidade do estado.

Pôde portanto considerar-se a correspondencia, que me metto inclusa, meramente como uma explicação, e uma justificação antecipada de outras medidas mais fortes, as quaes comtudo não quer o mesmo senhor recorrer, emquanto não tornarem totalmente inevitaveis. Convem, sem duvida, que os outros soberanos da Europa manifestem n'esta occasião explicitamente a sua approvação aos justos e sagrados principios em que se funda o procedimento de sua magestade. A conexão da rainha minha senhora com os conspiradores de 30 de abril é quasi de publica notoriedade, e que todos os que concorreram para um acto de tão alta traição, e se abalancaram a attentar contra a auctoridade real, e a excitar uma guerra civil n'este reino, seja qual for a sua idade, ou a sua graduacão, se não consideram impunes. Todos os governos devem julgar-se igualmente interessados em reconhecer esta verdade, e é necessario que alguns portuguezes desvairados pelas paixões, ou por doutrinas, conheçam que a Europa toda pensa assim. Finalmente, deve-se admittir que ha casos em que um soberano, e especialmente um chefe de familia para com os membros d'ella, não se pôde considerar obrigado a apresentar documentos justificativos e judiciaes de delictos d'esta natureza, quando trata só de limitar-se a obstar ao perigo da renovação.

Previno a v. ex.<sup>a</sup> por ultimo, que não é da intenção da magestade por agora dar publicidade em Portugal a estes documentos, não sendo comtudo possível que deixe de publicar mais, ou menos o seu conteúdo.

Por esta occasião renovo a v. ex.<sup>a</sup> muito expressamente

deu de sua magestade, a instante recommendação que já se fiz, de solicitar do ministerio britannico uma plena approvação da conducta sempre leal, nobre e firme de sir Edward Thornton, desde o dia 30 de abril até ao presente, a qual lhe tem merecido a mais cordial estimação de sua magestade, bem como de todo o corpo diplomatico residente n'esta corte, sendo assás para lastimar que elle não tenha ainda recebido esta justa manifestação do seu proprio governo, o que não deixa de produzir um mau effeito no publico, porque apresenta alguma hesitação no conceito, que toda a gente imparcial não pôde deixar de formar dos acontecimentos, que deram logar á retirada de sua magestade para bordo da *marinha* ingleza, e dão azo aos mal intencionados para espalharem que el-rei meu senhor não será n'estas circumstancias apoiado pelo seu mais fiel alliado. Seria portanto muito de sentir, que se verificassem os receios que v. ex.<sup>a</sup> indica, negando-se a sir Edward Thornton a necessaria licença para aceitar as honras, que sua magestade lhe conferiu; e v. ex.<sup>a</sup>, fazendo valer as rasões que acabo de ponderar, praticará, para evitar um tão grande inconveniente, as maiores diligencias.

Sinto dever participar a v. ex.<sup>a</sup> que o marquez de Campo Maior, abusando da sua posição, e do melindre com que sua magestade quer tratá-lo, continua a permanecer na corte, debaixo do pretexto apparente, e pouco decoroso, de terminar negocios seus pecuniarios (depois de ter já assegurado a este mesmo respeito vantagens, que se podem considerar como exorbitantes nas actuaes circumstancias d'este reino), e desconhece os inconvenientes que podem resultar da sua demora em Lisboa, manifestando altamente a sua desapprovação das medidas adptadas por sua magestade, e pondo-se n'uma opposição contra o ministerio, que é incompativel com o systema que rege este paiz. É portanto da vontade de el-rei meu senhor, que v. ex.<sup>a</sup> insinue a esse ministerio, que conviria procurar-se algum meio, para induzir o sobredito marquez a effectuar a sua saída de Portugal, visto a repugnancia que tem sua magestade a adoptar para esse fim

medidas directas; e é sobretudo necessario que v. ex.<sup>a</sup> declare, em nome do mesmo senhor, que não seria practica o dar-se ao marechal Beresford o commando das tropas inglezas, cuja presença se deseja n'este reino, porque em tal caso se tornaria quasi hostile contra o actual governo de sua magestade aquella mesma medida, que se reclama para consolidar.

Não posso fechar este despacho sem lembrar novamente a v. ex.<sup>a</sup> quanto seria desejavel, que se evitasse a discussão publica e antecipada da questão relativa á vinda das tropas, não podendo occultar-se a v. ex.<sup>a</sup> os gravissimos inconvenientes que produziria uma tal discussão.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Lisboa, secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, em 29 de junho de 1824. — *Marques de Palmella*. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conde de Villa Real.

#### DOCUMENTO N.º 122-B

(Citado a pag. 269)

**Intimação feita á rainha D. Carlota Joaquina, para sair para fora do reino; cartas que o ministro da justiça, o arcebispo de Evora, lhe dirigiu para este fim, e resposta que ella lhe deu, recusando-se a fazel-o**

**Intimação.** — As fataes machinações que perturbaram este reino, e produziram o attentado de 30 de abril contra a minha soberana auctoridade, attentado cuja origem ninguém ignora, e que todo o mundo lastima, me constituem na dura necessidade de intimar por este modo á rainha a minha resolução; não podendo eu esquecer-me um só instante de que o manter a paz e a tranquillidade dos meus reinos, assegurar a felicidade dos meus vassallos, são os mais sagrados deveres, que contrahi quando subi ao throno em que a Providencia se dignou collocar-me, e que com o favor divino procurei sempre a todo o custo desempenhar.

A rainha sabe que seu augusto irmão, el-rei catholico, lhe deu já por escripto o mais saudavel conselho, suggerindo-lhe com franqueza o arbitrio de se ausentar por algum tempo de Portugal, como o mais decoroso, e o mais acertado nas actuaes circumstancias, não só em rasão dos motivos de interesse publico, que são bem notorios, mas igualmente quanto que a ella mesma convem, que o seu real nome não possa ser para o futuro maculado com suspeitas, nem promettido para auctorisar novas intrigas e conspira-

ções. O assisado parecer de sua magestade catholica concorre com os outros soberanos alliados d'esta corôa, cuja opinião já se manifestada, e com certeza será a mesma opinião unanimemente adoptada por todos aquelles soberanos, cujos representantes acabam de presenciar a terrivel crise em que se achou a monarchia, crise que elles tão honrosamente contribuíram para terminar.

sendo portanto indispensavel, que a rainha possa sair promptamente da irresolução em que talvez se acha ainda, e se renovam todas as duvidas, que poderiam estorvar a execução do plano que lhe foi proposto, e que desgracadamente considero como o unico que lhe convem seguir: por bem significar-lhe a ordem formal de se dispor a partir de Portugal com a maior brevidade, para ir residir algum tempo na Italia, aonde será conduzida, e continuará sempre a ser tratada com todo aquelle respeito e consideração que lhe compete.

Como rei, a Deus sômente devo dar conta das minhas acções, e não julgo opportuno, nem conforme á minha dignidade, ou compativel com o decoro mesmo da rainha, o poder todos os imperiosos motivos, que me constangem a tomar-lhe esta soberana resolução, não me cabendo duvida de que a rainha mesma os saberá avaliar, e me prestará a prompta e inteira obediencia que me deve, como ao soberano, e ao seu esposo.

Quando, porém, acontecesse, contra o que é de esperar, a rainha, rejeitando os conselhos de seu augusto irmão,



hesitasse tambem em obedecer á minha real ordem, e pre-me annunciar-lhe, que n'esse caso não sera violentamente constrangida a executal-a, mas ficará pesando sobre ella toda a responsabilidade de uma tal desobediencia, lhe attrahiria a censura do mundo inteiro, e daria lugar a mais sinistras interpretações; e então eu me reservaria todas as providencias necessarias, para que a tranquillidade publica não fosse mais perturbada, nem ultrajada a autoridade soberana, e sobretudo para evitar que meus fieis vassallos, levados pelo excesso mesmo do amor e da lealdade, que invariavelmente manifestam á sua pessoa, podessem ainda correr o risco de se tornarem instrumentos involuntarios de criminosas machinações.

É quanto me pareceu communicar á rainha, para sua intelligencia e prompta execução.

Palacio da Bemposta, em 22 de junho de 1824. — R.

#### Primeira carta do arcebispo de Evora á rainha

Senhora! — Levei á real presença de el-rei meu real resposta verbal, que vossa magestade foi servida dar, e que o mesmo augusto senhor lhe dirigiu, de que fui o portador, na companhia do cardeal patriarcha. El-rei, no entanto, me manda, que declare a vossa magestade, que não é a sua real intenção obrigar a vossa magestade a emprender a viagem que lhe determinava, no caso de que o actual estado da sua saude enferma lh'o não permittisse, com a esperanza, porém, que, quando esta se restabeleça, e lh'o permittir, deixará vossa magestade de cumprir a sua real ordem, quanto a exigir vossa magestade, que se lhe provejam documentos veridicos os crimes que a motivaram, o qual mesmo senhor não ser decente, nem decoroso á alta dignidade de vossa magestade, usar do meio de accusações, e processos, e judiciais, podendo vossa magestade entender a violencia que soffre o seu real animo, da mágnua que o penetrado, e não menos da mesma carta que lhe escrevi.



quão imperiosas sejam as razões e os motivos, que o tem obrigado a adoptar esta extraordinaria medida, a qual, com esses mesmos motivos, e todas as suas circumstancias, não deixará de communicar a el-rei catholico, e a todos os seus augustos alliados.

É o que, de ordem de el-rei meu senhor, devo participar a vossa magestade, cuja vida e saude o céu se digne conservar por dilatados annos.

Lisboa, paço da Bemposta, 26 de junho de 1824. — Beija a real mão de vossa magestade — *O Arcebispo de Ecora.*

#### Carta da resposta dada pela rainha

Arcebispo. Recebi antehontem a sua carta de 26 d'este mez, em que me declara a intenção de el-rei, que não era de me obrigar a emprender a viagem, que sua magestade me determinava, no caso de que o actual estado da minha saúde não o permittisse, confiando, porém, que quando esta se restabeleça e o permitta, não deixarei de a cumprir; mas que enquanto a exigir eu, que me provem com documentos todos os meus crimes, julga el-rei não ser decente, nem de uso á minha alta jerarchia usar do meio de accusações firmes e judiciaes. Respondo: 1.º, que eu estou muito doente, como todos vêem, e agora presentemente estou com um ataque rheumatico, com grandes dores, e febre, que me tirou todo o movimento da perna, e hoje ainda pouco melhor estou; portanto, não estou em estado de emprender viagem; 2.º, eu exijo que me julguem judicialmente, porque assim o mandam as leis, que ninguem pôde ser castigado sem ser ouvido, e sem se lhe provar o crime; portanto, eu não o tenho, e por isso não receio que appareçam os papeis, porque eu nunca disse, nem fiz cousa alguma contra el-rei;orno a dizer, que tão pura estivesse eu para com Deus, como estou para com el-rei, e por essa mesma razão é que eu quero ser julgada judicialmente, porque indecoroso me fica mim o eu ceder da minha petição, pois dava a entender a

todos que tinha crime, não tendo nenhum, e muito decoroso fica a el-rei tomar uma medida tão formidável, sem preceder um processo formal, e uma sentença que se prove á nação, e ao mundo inteiro, quaes os crimes. El-rei tem um conselho d'estado, e tem ministros honrados e sabios: nomeie juizes rectos; nomeie um procurador, e aclare-se a verdade, porque que pague quem estiver criminoso.

Eu não se me dá de passar por esses meios, que não são decorosos; o que avilta é o crime. Eu não; portanto, torno a pedir que me julguem judicialmente; não é a primeira ramha no mundo que tem sido julgada; portanto, não é um exemplo novo que se vae fazer; o novissimo é degradar-se uma ramha sem se saber os crimes.

Eu espero da rectidão de el-rei, e da sua bondade de annuir á rasão, e á minha justiça, pois assim praticado com os seus mesmos inimigos, que não devesse praticar com sua esposa, que não lh'o merece.

Deus o guarde por muitos annos em seu sagrado Palacio de Queluz, em 29 de junho de 1824. —

#### Segunda carta do arcebispo de Evora para o rei

Senhora! — Levei, como me cumpria, á real presença de el-rei meu senhor a carta que vossa magestade se dignou dirigir-me; e o mesmo augusto senhor me ordenou que ponderasse a vossa magestade, declarando-lhe de que não ha por bem annuir á pretensão, que vossa magestade me enunciára de palavra, e renovou por elle a sentença judicialmente julgada, porque se uma tal medida fosse necessaria, sua magestade, unico arbitro do que convem ao decore da sua real corôa e familia, e ao respeito do estado, não se houvera limitado a ordenar puramente a vossa magestade, que seguisse o conselho de el-rei meu augusto irmão; sendo para sentir que vossa magestade

da da sabedoria e utilidade do mesmo conselho, se não terminasse a abraçar-o espontaneamente.

Vossa magestade, ausentando-se temporariamente d'este reino, e continuando a ser contemplada e tratada com o devido respeito que lhe compete, não deve considerar-se decaída, nem allegar que se lhe inflige um castigo sem ser culpada, e sem se lhe provar o crime; pois ninguem pôde tratar a el-rei, seu augusto esposo, como soberano, e o chefe de família, o direito de adoptar uma similliantes, quando a julgar conducente á consolidação da paz e tranquillidade.

Vossa magestade não poderá portanto desconhecer quanto é intempestivo, que el-rei, meu senhor, se prestasse a descer com o que vossa magestade diz que exige, sendo pelo contrario a vossa magestade o dar exemplo de obediencia e respeito ás ordens soberanas, que só emanam de el-rei, e obrigam igualmente a todos os seus vassallos, entre os quaes vossa magestade occupa o mais conspicuo

lugar. Finalmente, el-rei meu senhor, confirmando em tudo o que annunciou a vossa magestade na sua carta de 22 de junho, e assim como na commissão verbal, de que houve por encargar-me, me ordena lhe repita, que a sua real vontade, é que vossa magestade haja de emprehender a via destinada, logo que a sua saude lh'o permitta, epocha que vossa magestade mesmo determinará, segundo lhe parecer em sua consciencia.

Ordena outrossim expressamente el-rei, meu senhor, que haja sobre este assumpto mais nenhuma contestação, e que vossa magestade considere como terminada com esta carta uma tão penosa correspondencia.

Deus guarde a vossa magestade por muitos annos. Paço da Augusta, em 8 de julho de 1824. — Beija respeitosamente a mão de vossa magestade = O Arcebispo de Evora.

## DOCUMENTO N.º 123

(Citado a pag. 271.)

**Summario mandado tirar ao juiz do crime do bairro do Cas-  
pelo intendente geral da policia  
sobre os acontecimentos do dia 30 de abril de 1828**

Sendo uma das minhas primeiras obrigações fazer os criminosos, que perturbam a tranquillidade e seg-  
publica; e mui severa e exemplarmente aquelles, que  
nerando do character portuguez, attentam contra a  
estabilidade do throno; sou por outro lado mui par-  
mente encarregado por el rei nosso senhor de pôr to-  
meios, que estiverem ao meu alcance para descobrir  
gressores do nefando e atrocissimo attentado contra  
gestade, e sagrada pessoa, e inaoferiveis direitos a  
nia, attentado que, fazendo ha tempos o principal  
das serias pesquisas d'esta intendencia, não foi possi-  
*lhe obstar a mola, que lhe dava o movimento*, e a  
execução, que infelizmente se verificou no dia 30 d  
corrente anno, bem como de pôr na possível clareza  
circumstancias de que a perversidade sem igual, e a  
voradora ambição o souberam revestir; para cujo fi-  
principio das escrupulosas indagações a que estou  
dendo, nomeio a v. s.ª para abrir um summario sem  
minado numero de testemunhas, que melhor estejam  
cance dos desastrosos successos, não sendo exceptu-  
creados e mais domesticos do real palacio, para cujo  
ficam obtidas as licenças respectivas; e em observancia  
diligencia, que lhe hei por muito recommendada, e q-  
fio do seu zélo e aptidão, as inquirirá, observando  
guntas a seguinte marcha:

Se sabem, ou suspeitam quaes foram os originaes  
do execrando projecto do seu desenvolvimento e ex-  
c

Quaes os que para o plano deram por escripto, ou  
lavra, ajuda, conselho, ou cooperação por qualquer  
ou maneira, já directa, já indirectamente.

Quaes foram os collaboradores, e os individuos q-

Todo dia, e seguintes, mais se fizeram remarcaveis por sua confiança, actividade e devoção de serviço.

Quaes os que por suas conversações, ou factos, se pronunciaram claramente adeptos.

Se tem noticia de clubs, que antes, ou depois se fizessem, para determinação de medidas, ou ultteriores providencias; terem existido, qual o seu logar, se publico, ou privado, materia de que se tratava, e pessoas de que se compunham. Se viram, ou se pronunciaram os vivos, que se soltaram na occasião do criminoso ajuntamento da tropa no Rocio; sendo anarchicos, ou subversivos, quaes foram os seus agãos.

Se nos dias seguintes se repetiu esta scena; aonde, e por quem.

Se chegou ao seu conhecimento existirem pessoas, que, com animo doloso, e chamar á revolta, deram sinistras indicações ás heroicas e sabias providencias, que sua real magestade, el-rei nosso senhor, tomou em 9 de maio.

Se lhes é patente, que houvessem individuos com zêlo parisaico, e levados de perversas e particulares paixões, que fabricassem listas para serem opprimidos os cidadãos innocentes.

Finalmente, indagará todos os pontos que julgar a proposito para se obter a verdade, tendo sempre em vista, que não é das reaes e soberanas intenções, e menos do officio da policia, procurar fazer criminosos, opprimindo os innocentes, ou deixar de buscar escrupulosamente aquelles, muito mais em tão transcendente assumpto, para lhes ser imposto rigoroso castigo, de que se tornaram credores.

E instruindo, como fica determinado, o processo, m'o entrará para ser remettido ao desembargador do crime da côrte real, ministro encarregado de conhecer tambem devassamente, para servir de instrucção ao que organizar, e de applicação de prova, ou como melhor for de direito.

Deus guarde a v. s.<sup>a</sup> Lisboa, em 16 de maio de 1824. =  
*João da Silva Ferraz de Lima e Castro.* — Para o juiz do crime do bairro do Castello.

## DOCUMENTO N.º 124

(Citado a pag. 273)

**Rebellião projectada pelo prior mór de Christo**

Constando n'esta intendencia geral da policia, por umas das anonymas inclusas, e auto de summario junta, que alguns portuguezes indignos d'este nome, sedentos de sangue e desejosos de guerra civil, tramavam contra a seguranca, estabilidade e legitimidade do throno portuguez, formavam reuniões, e fazendo escriptos incendiarios e sediciosos, procuravam renovar as desastrosas scenas da nefasta rebellião do mês de abril, de que foram proselytos, e buscavam novos fautores; e tendo mandado em consequencia prender as pessoas suspeitas de taes crimes (cujos nomes se encontram na relação junta), e das exactas buscas por minha confiança, nos papeis das pessoas denunciadas, se vendo em casa do prior mór de Christo, Luiz Antonio Furtado Mendonça, e na de Joaquim Antonio de Lemos Seixas e Telles Branco, a existencia dos denunciados manuscritos incendiarios, subversivos e apologeticos da infausta rebellião que atacou de perto a legitimidade do sceptro de sua magestade, *pondo em risco a augusta e sagrada pessoa de nosso senhor*, contendo os mesmos papeis invectivas contra o governo do mesmo senhor, dignas todas de exemplar e castigo; e pelos sobreditos factos que ordeno a v. m.<sup>sa</sup> tomar a devassa e mais diligencias necessarias, para o que se comissão, servindo-lhe de corpo de delicto as denunciadas papeis apprehendidos, e interrogando toda e qualquer pessoa que necessario for, de qualquer jerarchia, para o que tem concedido sua magestade licença, em aviso que me dirigiu o ex.<sup>mo</sup> mordomo mór, em data de ... Eu me fizo cargo em ponderar-lhe a relevancia da diligencia que lhe encargo, e quanta actividade, intelligencia e dextidão cumpre desenvolver, se o seu zelo e adhesão á augusta pessoa de sua magestade me não affiançassem que não p. m.



ladigas, e se haverá com o maior esmero no descobrimento de todos os cúmplices de tão horrorosos crimes; e ainda que seja a mesma devassa, com ella me dará parte.

Deus guarde a v. m.<sup>ca</sup> Lisboa, 16 de junho de 1824. —  
*Simão da Silva Ferraz de Lima e Castro.* — Para o juiz do crime do bairro do Limoeiro.

---

Relação dos presos a que o aviso supra se refere

Prior mór da ordem de Christo, Joaquim Antonio de Le-  
mos Seixas Castello Branco, Manuel José Gomes Pinto, An-  
tonio José de Sousa Pinto Bastos, Joaquim Rodrigues da  
Costa Junior, Antonio José da Costa, e Anselmo de Sousa  
Rego.

DOCUMENTO N.º 125

(Citado a pag. 276)

Attição que algumas senhoras buscaram fazer no jardim do pa-  
lacio de Queluz, de alguns soldados do regimento n.º 16, que  
lá se achavam de guarda

Ill.<sup>mo</sup> sr. Joaquim Telles Jordão, commandante do regi-  
mento n.º 16. — Constando n'esta intendencia, que algumas  
sentinellas, postadas no real jardim de Queluz, pertencentes  
ao destacamento que ultimamente ali esteve do corpo do  
commando de v. s.<sup>a</sup>, foram de noite procuradas por algumas  
senhoras, que saíram do palacio, e que pelas suas maneiras  
pareciam ser de não inferior qualidade, as quaes travaram  
conversação com as mesmas sentinellas, já sobre o estado  
das cousas em Lisboa, já sobre a força que do mesmo corpo  
se levantou na noite de 14 de maio; e já sobre o numero dos  
soldados presos, e quaes os seus nomes, passo este que não  
pode deixar de se considerar sedicioso, e tanto assim que o  
commandante d'aquelle destacamento, que se diz ser o capi-



tão Romão, tendo já algumas suspeitas a similhante respeito mandára formar os soldados, e lhes prohibira todas e quaesquer correspondencias para o interior d'aquelle palacio, recommendando lhes outrossim, que nem sequer olbassem para as suas janellas, em taes circumstancias, muito convem ao real serviço de sua magestade, que v. s.<sup>a</sup>, pondo em accção o seu bem constante zêlo e amor para com o mesmo real senhor, faça proceer áquellas investigações que a sua prudencia lhe suggerir, para inteiro e cabal conhecimento dos factos referidos, tanto mais digno de se apurar, quanto é importante prevenir tudo o que por qualquer fórma tende a desviar a devida fidelidade do throno augusto de el-rei nosso senhor. Cumpre-me dizer ainda mais a v. s.<sup>a</sup>, que igualmente consta, que, apenas chegára ao seu quartel o referido destacamento no dia 12 do corrente, ali os soldados que acompanhavam o mesmo destacamento, começaram logo a contar com certo desvanecimento e vangloria o que se havia passado com elles no jardim do palacio de Queluz, chegando até a espalhar-se entre os mesmos soldados a noticia de que um granadeiro tinha d'ali trazido *duas cartas amorosas de pessoa do interior do dito palacio*, sendo um tal José Ricardo, da sexta companhia, que parece estar mais ao facto deste caso, e de ter sido no sitio do portão do quartel que mais vogou a conversação sobre este assumpto. Espero, porém, que v. s.<sup>a</sup> terá a bondade de me enviar o resultado das judiciosas indagações a que houver de proceder sobre este melindroso negocio, a fim de eu poder levar o apuro da verdade á augusta presença de sua magestade el-rei nosso senhor.

Deus guarde a v. s.<sup>a</sup> Lisboa, em 25 de junho de 1821.  
*Simão da Silva Ferraz de Lima e Castro*

#### Outra alliação de soldados pagos pela rainha

Constando que dois sargentos, que se acham na cadeia de Castello, F. Oliveira, e Crispiniano, ambos do regimen de infantaria n.º 19, recebiam uma diaria de 200 réis cada

um, a qual se desconfia que fosse prestada pela senhora rainha, porquanto se observou em uma occasião, que estando o filho do dito Crispiniano na cadeia, o mencionado Oliveira, chegando-se para o pae do rapaz, lhe disse: *então temos dinheiro?* lhe respondeu aquelle, que não, e que estava zangado, porque não era possível que a senhora rainha deixasse de mandar alguma cousa, exclamando: *já faltou a semana passa-la, e tão grande é a quantia de 200 réis por dia; e estamos nós soffrendo por amor d'ella.* E tendo-se sabido pelo mencionado rapaz, que o portador das quantias era um Antonio de Figueiredo Barreto, official do pescado, o mandei por isso para o segredo da cadeia da cidade á ordem d'esta intendencia. Ordeno, pois, a v. m.<sup>ca</sup> que passe a indagar o referido, a fim de descobrir a verdade do caso, para o que fará pôr incommunicaveis os ditos sargentos, e dará as mais providencias que julgar indispensaveis, enviando-me depois a conta do resultado,

Deus guarde a v. m.<sup>ca</sup> Lisboa, em 25 de setembro de 1824. — *Simão da Silva Ferraz de Lima e Castro.* — Para o juiz do crime do bairro do Mocambo.

## DOCUMENTO N.º 126

(Citado a pag. 274)

Manda-se postar um alcaide junto a Queluz,  
para examinar o que se passava no respectivo palacio,  
e as pessoas que para elle levavam cartas

Sua magestade determina que v. m.<sup>ca</sup> faça estacionar no real sitio de Queluz um dos alcaides d'esse bairro, que julgar de mais inteireza e dexteridade, o qual me enviará uma relação circumstanciada das pessoas que ali vão, e dos acontecimentos d'aquellas immedições diariamente, e ao mesmo tempo prenderá á minha ordem todos os individuos que adventiciamente ali chegarem, e se tornarem suspeitos de

conductores de cartas, ou intelligencias, inclusive estrangeiros, e entre estes um de chapéu branco; e para melhor des-  
empenho d'esta importante diligencia se lhe abonará por esta  
intendencia uma gratificação diaria, para o que o fará aqui  
apresentar amanhã, quinta feira, pelas duas horas da tarde.

Deus guarde a v. m.<sup>ca</sup> Lisboa, em 30 de junho de 1824.  
*Simão da Silva Ferraz de Lima e Castro.* — Para o desembargador corregedor do crime do bairro de Belem.

# DOCUMENTO N.º 127

(Citado a pag. 2/3)

**Decreto mandando crear uma commissão criminal, para julgar as  
devassas, tiradas pelos succesos do dia 30 de abril de 1824, e  
pelo assassinio do marquez de Loulé**

Sendo-me presente achar-se concluida a devassa, e mais  
indagações judiciais a que mandei proceder, para se desco-  
brirem e qualificarem os réus dos enormes attentados,  
gravissimos crimes, que se perpetraram n'esta capital em  
infausto dia 30 de abril do corrente anno, e progrediram  
seguintes, attentando-se por muitos modos contra a soberania,  
poder real e supremo, que a Divina Providencia me confiou,  
e ameaçando o governo de uma total dissolução, com  
espanto e escandalo inaudito dos meus fieis vassallos, que  
se viam expostos aos incalculaveis horrores da anarchia;  
sou servido crear uma commissão, composta dos ministros  
de reconhecida litteratura e probidade, e muito zelosos do  
serviço de Deus, e meu, para que, com assistencia do pro-  
curador da minha real corôa, e debaixo da presidencia do  
conselheiro d'estado, Manuel Vicente Teixeira de Carvalho,  
fazendo as suas sessões na secretaria d'estado dos negocios  
da justiça, pronunciem os que acharem culpados, e os pro-  
cessem depois summariamente, e julguem a final, segundo  
as leis e provas dos autos, observados só os termos do di-

ato natural, sem attenção a formalidades civis, que todas  
 hei por dispensadas por esta vez sòmente. Ao dito fim no-  
 meio para juiz relator o mesmo presidente, Manuel Vicente  
 Teixeira de Carvalho; para adjuntos os d<sup>rs</sup>. Manuel Antonio  
 da Fonseca e Gouveia, e Pedro Alves Diniz, ambos do meu  
 conselho, e desembargadores do paço; José de Mello Freire,  
 do meu conselho, e do da minha real fazenda; Fernando Luiz  
 Pereira de Sousa Barradas, do meu conselho, e deputado da  
 mesa da consciencia e ordens; e José Joaquim de Almeida e  
 Araújo Correia de Lacerda, desembargador da casa da sup-  
 plicação; e para impedimentos e empates, o dr. Francisco José  
 Viera, do meu conselho, e desembargador da casa da suppli-  
 cação; o dr. João de Figueiredo, desembargador dos aggra-  
 vos da casa da supplicação; o dr. João Osorio de Castro de  
 Sousa Falcão, desembargador da mesma casa; e o dr. José Ba-  
 rata Freire de Lima, desembargador do Porto, com exercicio  
 na mesma casa da supplicação. Para mais segurança da admi-  
 nistração da justiça, e esclarecimentos da verdade em obje-  
 ctos de tão relevantes circumstancias, e tão alta ponderação,  
 sou ontrosim servido ordenar que o summario, a que man-  
 dei proceder pela intendencia geral da policia, para indaga-  
 ção e informação sobre os referidos attentados e crimes, se  
 reuna á devassa que tirou o desembargador corregedor do  
 crime da còrte e casa, e fique constituindo parte integrante  
 d'ella, para se attender em juizo, e se lhe dar todo o peso e  
 credito, que por direito corresponde ás testemunhas da dita  
 devassa. Com os mesmos fins ordeno igualmente, que se  
 junte tambem por appenso a outra devassa, a que se proce-  
 deu por occasião da morte do marquez de Loulé, meu estri-  
 beiro mór, feita com sacrilega ousadia dentro do meu pro-  
 prio paço, porque poderão talvez as suas provas auxiliar  
 muito, e servir para o descobrimento da verdade, devendo  
 por isso serem do mesmo modo attendidas pelos juizes, na  
 parte que tiverem relação com os funestos acontecimentos  
 do sobredito dia 30 de abril. E porque póde acontecer, que  
 da combinação das provas resultantes das mencionadas de-  
 vassas e summario, venha a ser necessario proceder-se ainda

a algumas outras diligencias, reperguntas de testemunhas ou declaração dos seus ditos, e confrontações das mesmas ou dos réus, a fim de se evitar toda a obscuridade, confusão ou incerteza, para que nem padeça a innocencia, nem verdadeiros culpados, á sombra d'aquellas, se subterfugiem ao castigo que merecem tão execrandos delictos: hei por bem auctorisar a mesma commissão para poder continuar e proseguir em todas as diligencias e averiguações que julgarem necessarias para o bem da justiça, pelo mesmo relator ou por algum dos juizes da commissão, ou por qualquer outro fóra d'ella, que seja da sua confiança: podendo tambem nomear, no caso de novas diligencias, qualquer magistrado para servir de escrivão d'ellas. Se occorrer alguma duvida, que necessite de providencia, a commissão m'a consultará com o seu parecer pela secretaria d'estado dos negocios da justiça; e para escrever a sentença, e mais despachos que se proferirem nos autos, nomeio o dr. José Joaquim de Almeida e Araujo Correia de Lacerda, um dos juizes do mesmo processo. Sou finalmente servido, que para o cumprimento de todo o referido, fiquem suppridas todas e quaesquer nullidades, ou faltas de solemnidades, que se possam observar nas ditas devassas e summario, como é de justiça, e sempre se praticou ainda em delictos de muito menor gravidade, havendo por derogadas, e declaradas n'este sentido todas as leis e resoluções que pareçam estar em contrario.

O arcebispo de Evora, do conselho d'estado, ministro secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio da Bemposta, em 14 de agosto de 1824. — *Com a rubrica de el-rei nosso senhor.*

DOCUMENTO N.º 128

(Citado a pag. 275)

Decreto mandando sentenciar quanto antes os réus compromettidos na derassa tirada pelos successos do dia 30 de abril

Tomando na minha real consideração o impedimento e demora, que pôde causar, tanto a serem julgados com a maior brevidade, como convem, e é de justiça, os réus que foram pronunciados pelos enorníssimos crimes e attentados commettidos no dia 30 de abril do anno proximo passado, como o serem postos em liberdade os que não foram pronunciados; se a commissão criminal, creada para estes fins pelo meu real decreto de 14 de agosto do mesmo anno, entender que deve cumprir, ou primeiro que tudo, ou ao mesmo tempo do julgado, com as observações e parecer de que fui servido encarregal-a pelos dois posteriores decretos de 27 de dezembro ultimo: hei por bem ordenar, em declaração dos mesmos decretos, que as diligencias por elles determinadas, não devem servir de modo algum a retardar, nem o julgado dos reus, nem a liberdade dos que não foram pronunciados, e que ficando reservado o cumprimento dos ditos dois decretos para depois, passe logo a mesma commissão por uma parte a ouvir e sentenciar os culpados, assignando-lhes os termos summaríssimos, como é de direito em semelhantes casos, e se acha prescripto no decreto da sua criação, não obstante tambem o poder estar ainda por concluir o processo de alguns, que serão julgados em tempo opportuno, porque os outros que estão promptos, não devem esperar por estes, sem grande prejuizo da justiça, e dos mesmos réus, que na defeza que derem, podem melhorar a sua condição; e por outra parte a mandar pôr logo em liberdade os não pronunciados nos processos concluidos, comtanto que não estejam implicados tambem nos que estiverem por concluir, por depender em tal caso a sua sorte da conclusão d'estes, devendo-se intimar aos que se soltarem, que lhes



jam expulsos d'estes reinos e seus dominios, e obrigados sair d'elles dentro do tempo que lhes mandarei aprasar, de baixo das referidas penas, em que incorrerão, no caso de regressarem a elles.

4.º Também se exceptuam os commandantes dos corpos e outros officiaes militares, a quem se provar terem sido motores, ou alliciadores da revolução do Brazil, obrigando-me a aceitar e jurar a constituição, tal qual a fizessem as denominadas côrtes de Portugal.

5.º São outrosim exceptuados do mesmo indulto, aquelle que na provincia de Traz os Montes, depois que o conde de Amarante, hoje marquez de Chaves, proclamou os sagrados direitos da minha soberania, perseguiram barbaramente o affecto á realza, e á minha real pessoa, incendiando casas e povoações; e bem assim aquelles, que arrastados ao fanatismo politico, e furor constitucional, pela mesma occasião e pelo mesmo motivo, entulharam as cadeias do Porto de bons, e fieis portuguezes. Uns e outros deverão permanecer nos logares para onde os mandei retirar, privados dos empregos do meu real serviço.

6.º Não se estende tambem esta graça áquelles deputados das chamadas côrtes, que nas mesmas, excedendo os limites do que se podia dizer opinião, se constituiram réus de improperios contra a minha real pessoa, e da rainha, minha muito amada e prezada mulher; e a outros, que em seus discursos, ou nas suas propostas deram evidentes provas da mais escandalosa e subversiva immoralidade; devendo porém, considerar-se sómente comprehendidos n'este artigo aquelles, que por tão justos motivos mandei retirar, como do precedente artigo, para differentes districtos, e aquelle que, estimulados pelos remorsos da sua propria consciencia, saíram espontaneamente para fóra do reino, aonde deverão conservar-se sem emprego no meu real serviço.

7.º Aquelles a quem toca gosar do presente indulto, e acharem suspensos, ou privados de algum emprego civil, ou militar, não poderão ser reintegrados nos mesmos, sem minha graça minha; os ecclesiasticos não poderão entrar no ex-



ma desorganisador, foram victimas de seducção e de esperanças, arrastados pelo turbilhão das facções; e que taes, e tão violentas crises, nem tudo se deve attribuir á diversidade dos corações, mas uma grande parte ao tempo, ás circumstancias; querendo, finalmente, dar á virtude de uns o seu devido louvor, fazendo-lhes certo o grande preço em que tenho o seu comportamento honrado e fiel, e estender a outros a minha real clemencia, sem offender a justiça, que não permite uma tal impundade de atrozes crimes, e que estas se confundam com as opiniões, sou servido decretar o seguinte:

1.º Hei por bem, e me apraz conceder um perdão geral a todos aquelles, que tiverem sido arguidos, accusados, e ainda processados, ou o poderão ser, como sectarios de perversas opiniões politicas até ao dia 5 de junho do anno passado; e mando a todos os tribunaes, justiça, a quem o seu conhecimento pertencer, não procedam contra elles pelo sobredito motivo, e os hajam por absolvidos.

2.º Ficam excluidos d'esta graça e indulto todos aquelles, que depois do dito dia em diante tiverem dado provas decisivas de conservarem a mesma adhesão e aferro a taes opiniões, sustentando-as e propagando-as, ou por escripto, ou por palavra, contra os quaes se deverá proceder na fórma das leis, como perturbadores do socego publico, e conspiradores contra o estado.

3.º São igualmente excluidos d'este indulto e graça, os actores e collaboradores do infame plano da insurreicção, que rebentou na cidade do Porto no infausto dia 24 de agosto de 1820, forjado na mesma cidade; e aquelles que no dito dia deram o primeiro impulso á sua execução, conduzindo e excitando a tropa á rebellião, e acarretando uns e outros sobre toda a nação o enorme peso de incalculaveis, e quasi irremediaveis males. Querendo, porém, usar tambem para com estes da minha clemencia, sou servido perdoar-lhes as gravissimas penas, que, segundo as leis, deveriam soffrer por crimes tão horrozosos. E por serem indignos do nome portuguez, e de viverem entre portuguezes, mando que se-

sentimentos paternaes, que presidem ás minhas augustas liberações, prevalecendo em minha alma o amor de *pa* *flexibilidade de rei*, sem comtudo perder de vista o que á segurança e tranquillidade dos meus povos, sou a decretar o seguinte:

Concedo geral indulto e perdão a todos os que tendo sido arguidos, e se acharem pronunciados em quaes processos, que se tenham formado por causa dos sobreditos detestaveis delictos, e os hei por livres e salvos das penas em que incorreram, e em que deveriam ser condemnados na conformidade das leis, soltando-se os que estiverem presos, e levantando-se a todos os sequestros, que pelos sobreditos delictos se lhes haja feito.

Da generalidade d'este indulto e perdão, exceptuando os individuos, que mais se complicaram e mais se empenharam, constituindo-se como chefes e factores da feitura para tão abominaveis crimes, os quaes deverão sair do reino para fóra dos meus reinos, e não poderão obter elles sem expressa licença minha, expedindo-se-lhes nesse effeito os passaportes necessarios. Com esta limitação de que não pôde prescindir a minha indefectivel justiça, serão estes mesmos reus das outras graças concedidas mais. Os exceptuados vão inscriptos na relação junta e annexa por Fernando Luiz Pereira de Sousa Barral, meu conselho d'estado, e meu ministro e secretario dos negocios ecclesiasticos e de justiça, a qual faz parte do presente decreto.

Hei por bem ampliar o mesmo indulto e perdão a todos os reus condemnados no tenebroso crime, commettido na noite de 27 de fevereiro em Salvaterra, e aos que foram envolvidos nos factos praticados n'esta cõrte na noite de 25 de outubro do anno proximo passado, pondo-se todos em liberdade.

E para dar toda a amplitude compativel com a publicação a esta proeminente graça da minha alta benevolencia, sou outrosim servido comprehender no referido indulto e perdão os réus implicados nos revoltosos crimes

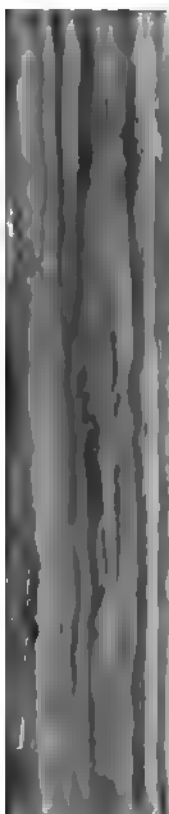
os em a cidade de Coimbra em o anno preterito e no presente: com declaração, porém, que todos os que ficam agrados, deverão recolher-se ás terras da sua naturalidade, e a anterior residencia, não sendo nunca menos de 10 leguas em distancia d'esta capital, e que tendo emprego civil, e posto militar, não poderão reassumir o exercicio dos mesmos, sem que preceda nova graça minha.

Finalmente, querendo remover da vista dos meus vassallos os perniciosos monumentos do crime e da infamia, que tanto os deshonram, e que *rasões mais poderosas me movem a cobrir com impenetravel véu*; mando que todos os processos formados pelos referidos crimes, e os que com elles tiverem connexão, sejam immediatamente recolhidos á secretaria d'estado nos negocios ecclesiasticos e de justiça, e ali trancados e sellados, de modo que mais não possam apparecer, nem d'elles extrahirem-se certidões.

Fica portanto dissolvida a commissão criminal, creada por decreto de 14 de agosto do anno proximo passado.

E porque a fidelidade dos portuguezes foi sempre o seu caracter distinctivo, que só por illusões podia vacillar momentaneamente, seduzidos alguns pelos delirios de poucoserversos, que chegaram a fascinal-os, e ainda então mesmo abaixo do falso pretexto de manter aquella mesma fidelidade, não hesito um instante de que o grande exemplo, que neste dia lhes dou para restituir a paz e a tranquillidade publica, será por todos cordialmente imitado, para tambem tire si se esquecerem reciprocamente do passado, e vivam d'aqui em diante em perfeita união e concordia, prevenindo-os para esse fim de que os maiores inimigos do altar do throno são os que, abusando de tão sagrados titulos, coindose com elles, procuram illudir os incautos, e introduzir partidos, odios, vinganças, e a perturbação geral, que a mesma religião, e os soberanos tanto detestam e reprovam, como contrarios a todos os principios da moral, e a todas as leis divinas e humanas.

O sobredito conselheiro d'estado, ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, o tenha as-



correio de hoje, leio com mágua na c  
ministros de Coimbra, que havendo o co  
tinado dar graças a Deus, pelo motivo da  
nosso senhor á plenitude dos seus direit  
tejo na capella da universidade em os d  
passado; e concorrendo o corpo academ  
mais pessoas conspicuas á sala dos actos  
com peças de poesia e de musica, tão int  
objecto; porém, alguns mal intencionado  
conseguir que deixasse de ter logar o  
mento e regularidade que observavam,  
primeira noite, impacientes por se não d  
timento, a fazer grande susurro, e qua  
a el-rei nosso senhor, real familia, e out  
de congratulação publica, ousaram leva  
indecorosas de desaffeição á realza, e á  
foi de muito pequena duração, e se res  
descendo á sala o doutor conservador c  
da vara; e depois d'esta medida contin  
ordem até ao fim da noite, que se passou  
o que continuou, e se é possível excec  
das duas noites seguintes.

Na madrugada do dia 25 appareceram

tores d'este insulto. Quando o conservador, sendo quasi meia noite, se retirava do divertimento da ultima noite, lhe dispararam de uma emboscada ao Arco do Bispo tres tiros, que, supposto o não feriram, empregaram-se em o meirinho, e em dois homens da vara, que ficaram gravemente feridos, e um em perigo de vida. O reitor, convocando o corpo da magistratura no dia 26, dispoz as medidas que julgou convenientes, quaes as de fazer organizar os competentes conhecimentos judiciaes, estabelecer guardas de milicianos, mandar proceder contra os estudantes já pronunciados em outros summarios anteriores, e contra os quaes havia vehementes suspeitas. Prenderam-se com effeito alguns, e d'esta medida resultou o restabelecimento da boa ordem, porque muitos outros se evadiram, dando assim a conhecer a sua cumplicidade.

Levando ao conhecimento de v. ex.<sup>a</sup> estes tristes acontecimentos, para serem presentes a sua magestade, me permittirá observar, que sendo isto uma prova evidente da damnada intenção, e perversidade do pequeno, mas infame partido, que ainda trabalha em segredo em machinações revolucionarias, tenho incumbido aos ministros, meus delegados n'aquella cidade, que me remetam relações das pessoas que ali residam, e sejam suspeitas pelos seus sentimentos politicos, na persuasão de que convem adoptar para com taes pessoas procedimentos muito rigorosos; e por isso que sendo estudantes em geral aquelles mesmos, que promoveram a revolução em agosto de 1820, sendo de grande immoralidade, não tendo religião, e havendo formado parte dos clubs que ali existiram, mal pôde esperar-se que se emendem de principios, antes é de crer que vão cada vez a peor, porque tendo saído da universidade com despachos aquelles lentes de probidade e honra que ali havia, restam agora, geralmente fallando, aquelles que são tão desmoralizados como taes estudantes, e têm sido seus companheiros da maldade. Não posso deixar no silencio, que posto sejam dignas de approvação as providencias tomadas na universidade de Coimbra por occasião da desordem de que acima

faço menção, seria para desejar que tivessem sido tomado no primeiro dia do insulto, e não tivesse logar o festejo ao menos no ultimo dia, até mesmo porque deu motivo tempo a affixar-se um pasquim incendiario, que se mandou juntar á devassa, e de que podiam resultar mais tristes consequências; e que a providencia, que repulo de essencial necessidade, é que sua magestade mande fechar a universidade, e á imitação do que praticou o seu augusto avô, o senhor rei D. José, de saudosa memoria, se mande proceder a uma reforma, por isso que dos lentes que ora tem, e da maior parte dos estudantes que a frequentam, o menor mal que se pode tirar é roubar ás artes individuos, que mais proveitosos lhes seriam, se a ellas se dedicassem. Sua magestade ordenará o que for servido.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Lisboa, em o 1.<sup>o</sup> de março de 1824. —  
Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conde de Suberra. — O intendente geral da policia da côrte e reino, *Simão da Silva Ferraz de Lima e Castro*.

#### DOCUMENTO N.º 131

(Citado a pag. 284)

**Relação dos individuos compromettidos na devassa mandada tirar pelos acontecimentos do dia 30 de abril de 1824**

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Fernando Luiz Pereira de Sousa Barradas. — Em execução do real decreto de 24 de junho proximo passado, que me foi communicado com aviso de 25 do mesmo mez, tenho a honra de levar á presença de v. ex.<sup>a</sup> a relação de todos os individuos agraciados pelo regio indulto, conferido pelo citado decreto, aos quaes fiz dar os destinos marcados na mesma relação, na conformidade das ordens de sua magestade, rogando a v. ex.<sup>a</sup> se sirva leval-a assim á augusta presença do mesmo senhor, a fim de servir-se determinar o mais que for da sua real vontade.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Lisboa, em 15 de julho de 1825. —  
*Barão de Rendufe*.



**Relação dos individuos comprehendidos no regio indulto  
de 24 de junho d'este anno, e que tiveram passaportes  
para as terras abaixo indicadas**

Marquez de Abrantes (D. José); para fóra do reino, em direitura a Gibraltar.

Sebastião Drago da Ponte de Andrade Negrão — capitão mor de Albufeira; para fóra do reino, em direitura a Gibraltar.

Manuel Pinto Cotta Coelho de Araujo — physico mór do exercito; para fóra do reino, em direitura a Gibraltar.

Jose Verissimo — sargento da guarda real da policia; para fóra do reino, em direitura a Gibraltar.

Leonardo Joaquim Cordeiro — ex-creado da casa real; para fóra do reino, em direitura a Gibraltar.

Francisco Antonio Pires — ex-soldado da guarda real; para Galliza.

D. Pedro del Castillo; para Badajoz<sup>1</sup>.

Francisco de Moraes de Madureira Lobo — brigadeiro; para Eiras, termo de Chaves.

Manuel Nicolau Pontes — coronel do exercito; para Abrantes.

Francisco Nunes de Andrade — tenente coronel do exercito; para Almeida.

Gerardo de Oliveira — major de infantaria n.º 16; para Torres Novas.

Francisco Henriques Teixeira — major do exercito; para Futa Boim.

Francisco Pereira da Gama — major do exercito; para Campo Maior.

D. Gil Eannes da Costa — major graduado de infantaria n.º 4; para Castello de Vide.

Antonio da Silva Malafaia — capitão pagador de infantaria n.º 18; para o Porto.

<sup>1</sup> Alem dos acima ditos, foram tambem para fóra do reino: Ignacio Antonio de Paiva Raposo, tenente de caçadores n.º 6; ausente. Antonio de Paiva Raposo, advogado, ausente. Carlos Antonio Gamboa, tenente coronel de milicias de Trancoso; ausente.



José Manuel Estrexe — capitão de caçadores n.º 1  
Paço de Sousa, termo de Penafiel.

Ricardo Antonio Paulo Soares — capitão desligado  
caçadores n.º 2; para Thomar.

José Maria de Macedo Gouveia — capitão de c  
n.º 12; para Aldeia de Moraes, termo de Bragança.

Antonio de Padua Correia da Silva — capitão do c  
para Chaves.

José Salinas Ferreira Nobre — tenente desligado  
cito; para Santarem.

Francisco Dionysio de Seixas — tenente de infant  
para Faro.

José Joaquim Simões — tenente ajudante de i  
n.º 18; para Aveiro.

Francisco dos Santos — tenente de cavallaria n.º  
Friaes, termo de Monforte de Rio Livre.

Manuel Severo Correia de Brito — tenente do  
para S. João de Lobrigos.

José Maria de Saldanha — alferes de cavallar  
Moura.

Manuel Ignacio de Paiva — alferes de cavallar  
para Acioga do Campo, termo de Ançã.

Alexandre José de Moraes — alferes de cavallari  
para Villa Flor.

Alexandre Meirinho — alferes de cavallaria n.º  
Esgueira, termo de Miranda.

Antonio Pereira — alferes de cavallaria n.º 12; pa  
Frio.

Antonio Monteiro — alferes de cavallaria n.º  
Coura.

Jeronymo Gil dos Santos — alferes de cavallar  
para Casaes, termo de Vinhaes.

Francisco Norberto Soares Couceiro — cadete d  
res n.º 6; para Tentugal.

Manuel Antonio de Figueiredo — porta-estandar  
vallaria n.º 12; para Villa Boa de Arufe, term  
gança.

Francisco Bello do Valle — sargento de cavallaria n.º 4;  
Torres Novas.

Filippe Teixeira de Mendonça — anspeçada de cavallaria  
n.º 8: para a Covilhã.

Prior mór da ordem de Christo; para Thomar.

Frei Francisco de Santa Rosa de Viterbo Moreira Braga —  
religioso franciscano; para Valhelhas, termo da Guarda.

Manuel Joaquim Franco Queriol — sem emprego; para  
Chaves.

Manuel José Gomes Pinto — negociante; para o Porto.

Francisco José Mendes da Silva — empregado na casa da  
India; para Montemor o Novo.

Daniel Lassence — empregado na alfandega; para Cella,  
termo de Alcobaca.

Antonio Herculano da Porciuncula — sem emprego; para  
Chavões, termo de Santarem.

Pedro Antonio Garrocho — ex-reposteiro da casa real;  
para Thomar.

José Antonio da Silva — ex-correio da casa real; para Tavira.

Joaquim Manuel Rodrigues Vianna — merceeiro; para a  
Barquinha.

Dionysio Antonio de Freitas — estudante de Coimbra;  
para Alcacer do Sal.

João Antonio Monteiro Louzada — estudante de Coimbra;  
para Quintella de Lampaça, termo de Bragança.

Nestor Viriato Pacheco — estudante de Coimbra; para  
Chaves.

Antonio José Alves Maia — estudante de Coimbra; para  
Arouca.

José Antonio Alves Maia — estudante de Coimbra; para  
Arouca.

Joaquim José Mayer — estudante de Coimbra; para San-  
tarem.

Jeronymo de S. José Ferreira — cocheiro da casa real;  
para o Vimieiro.

Joaquim Antonio de Lemos Seixas Castello Branco — ex-  
provedor do monte pio litterario; para Louroza, termo de

Amarante. — Este individuo tem passaporte para partir na primeira viagem de barco de vapor para o Porto, e seguir d'ali o seu destino.

Secretaria da policia, em 15 de julho de 1825. = O official maior, *Olympio Joaquim de Oliveira*.

### DOCUMENTO N.º 132

(Citado a pag. 284)

Opinião da França a respeito da promessa feita por D. João VI  
à nação portugueza,  
de outorgar uma carta constitucional

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Tendo-me ordenado v. ex.<sup>a</sup>, em nome de sua magestade, que houvesse de communicar-lhe a opinião d'este governo sobre os limites e desenvolvimento, que conviria dar á carta de lei fundamental, que o magnanimo e generoso animo de el-rei, meu senhor, se determina a outorgar aos povos que felizmente rege, procurei informar-me immediatamente de quanto sobre tal assumpto poderia communicar a v. ex.<sup>a</sup> Terei, pois, a honra de dizer-lhe, que em uma larga conversação que tive com o visconde de Chateaubriand sobre este e outros objectos, me disse elle: «que o governo francez, não querendo impor, nem aconselhar a nação alguma que adoptasse tal fórma de governo com preferencia a tal outra, pois nenhum direito tinha em ingerir em negocio de similhante natureza, comtudo não podia deixar de oppor-se, e com toda a força que a Providencia tinha liberalisado, a que qualquer das nações europeas continentaes, regidas por um governo monarchico, reconhecesse o principio da soberania do povo na sua legislação, por isso que este principio, causa de toda a desordem que tinha affligido a Europa desde o começo da revolução franceza a esta parte, sendo promulgado e reconhecido em um governo monarchico, infallivelmente influiria por um modo mui nocivo em todos os outros, que verdadeiramente o são. Proscripto,

pois, áquelle principio, nenhum inconveniente, antes bem resultaria á França de que outros governos adoptassem um systema de legislação fundamental analogo ao seu. Que nas circumstancias actuaes diria, sem ser como conselho, mas sim como observação, que, visto o presente estado da Hespanha, a impossibilidade em que se acha o soberano d'este reino, confinante com o de Portugal, de dar livremente aos seus povos a legislação que lhe convem, seria para desejar que o governo da sua magestade fidelissima não se apressasse em conceder á nação portugueza uma carta constitucional, emquanto a Hespanha não conhece as modificações que tomará o seu governo. Que a tão generosa resolução de sua magestade fidelissima a favor dos seus estados, sendo muito antecipada, poderia não só ter o inconveniente de differir muito d'aquella, que el-rei catholico houvesse de tomar a respeito dos seus, desharmonia que talvez não conviesse, nem a uma, nem a outra monarchia; mas poderia tambem agitar mais os animos em Hespanha, e crear ali novos partidos. Que conhecidas em Portugal, como já o eram, as intenções beneticas de sua magestade, nenhum inconveniente resultaria de se espaçar o trabalho da junta encarregada de traçar as bases da carta constitucional, que el-rei tem prometido á nação portugueza, antes mais perfeita sairia uma obra tão importante, havendo sufficiente tempo para a meditar. Que, por escassez de tempo, foram omittidas, ou mal redigidas na carta franceza certas determinações, taes como aquella que devia prescrever a fôrma das eleições para a camara dos deputados, tendo resultado d'esta precipitação muito trabalho para o governo, e talvez risco, quando quiz obviar a este inconveniente. Não deixou tambem de apontar-me o exemplo do governo prussiano, que, conhecendo este inconveniente, só agora parecia decidir-se a pôr em pratica as reformas e innovações, que desde muito tempo havia prometido fazer na fôrma do seu governo». Taes foram as observações que fez mr. de Chateaubriand sobre esta materia, asseverando serem conformes com a opinião do seu governo.

governo britannico, e que o levaram a dar  
a requisição de que são órgãos os sr.s. Palmella

Se no decurso de uma tal abertura, se  
cousa, que pareça tocar de mais perto em  
a negocios internos, e exclusivamente de ju-  
guezza, do que o governo britannico tem  
por principio fazer, o abaixo assignado não  
duvida, de que o sr. Villa Real, e o sr. Palmella  
rão que n'esta occasião o gabinete britannico  
do, se não forçado, a usar d'esta liberdade,  
gumentos que se contém no despacho do  
pelos topicos com que é reforçada a requisi-  
glaterra.

Se o abaixo assignado houvesse de se li-  
a uma resposta official á substancia do pedido  
vez fosse sufficiente indicar ao sr. Villa Real  
que haveriam, se se tentasse assentir áquel-  
impossibilidade de se prestar a elle exactam-  
que o sr. Palmella parece ter julgado prati-  
sejar.

O abaixo assignado não pôde imaginar  
mella, com o conhecimento que tem de In-  
facilidade de consultar o ministro britannico  
sado que durante a reunião do parlamento

em tempo de guerra tem, sem questão, a corôa o poder mandar o seu exercito a expedições estrangeiras; e como, pois de votadas as sommas necessarias para supprir as despesas do anno, á vista de orçamentos regulares, por tanto se pôde prever que o serviço exigirá, geralmente se vota um credito no fim da sessão legislativa, para fazer face a necessidades imprevistas; não se offerecem difficuldades pelo que respeita a recursos pecuniarios, que obstem ao repentino movimento de forças militares.

Porem, em tempo de paz, não se faz aquella concessão de credito para o caso de necessidades imprevistas; e portanto nenhum ministro poderia aconselhar a sua magestade de mandar uma força militar para fóra dos domínios de sua magestade, sem *anteriormente* convocar o parlamento, ou, pelo menos, se o caso instasse, e fosse urgente, como por exemplo no caso de invasão hostil do territorio de um allia. do seria necessario convocar o parlamento *no mesmo momento* em que se expedisse a força em seu auxilio.

Mas o que tornou o presente peditorio ainda mais difficil, foi que o sr. Palmella especialmente recommendava segredo, bem como promptidão em annuir a elle. Segredo, a respeito de uma requisição, de que provavelmente todos os ministros estrangeiros em Lisboa teriam conhecimento (ainda que o não soubessem pelo sr. Palmella), e de que cada um d'elles estaria apromptando uma communicação ao seu collega em Londres, ao mesmo tempo que se estava assignando o despacho que a continha.

Quanto a promptidão, como não é um termo positivo como o de segredo, o peditorio do sr. Palmella poderia a este respeito ter sido susceptível, senão de cumprimento absoluto, ao menos de um certo grau de approximação, se tivesse sido possivel mandar tropas *inglezas* para Portugal, pois que se poderiam ter feito os preparativos para a expedição das tropas (se as houvesse disponiveis), ao mesmo tempo que se convocasse o parlamento.

Mas, o sr. Palmella acrescentou uma terceira qualificação ao seu peditorio, qual foi de se evitar a discussão no parlamento.

mento. Ora, a discussão no parlamento era inseparavel da remessa das tropas britannicas; e mesmo quando os preparos para as expedir tivessem sido tão rapidos, que não houvesse precedido aquella discussão, mal poderia ella deixar de ter lugar ao mesmo tempo do embarque<sup>1</sup>.

A ida de tropas de Hanover, por convenção entre Hanover e Portugal, não estava sujeita a todas estas objecções. Com não traria despeza á Gran-Bretanha, não haveria necessidade de convocar o parlamento.

Mas o segredo não se podia tão pouco guardar n'este caso como tambem succedia no outro; e a promptidão era infinitamente menos possivel de conseguir-se.

Poderia, pois, fundar-se sufficiente apologia para recusar de annuir áquella requisição, sobre o que o sr. Palmella expõe elle mesmo, e sobre a unica base da impossibilidade de cumprir os seus desejos nos termos que elle indica, se houvesse alguma vontade da parte do gabinete britannico de evadir meramente a requisição de Portugal; se este gabinete se podesse contentar de responder ás declarações francas, e confidenciaes, do mais antigo aliado de Inglaterra, com uma recusação secca, acantelada, e não explicada.

Mas o sr. Villa Real não necessita ser informado, que não foram esses os sentimentos com que foi recebida a expressão dos desejos da sua corte. Elle sabe que a medida proposta foi encarada debaixo de todos os pontos de vista, foi discutida em todas as suas accepções, e as difficuldades de mandar tropas britannicas, sendo obviamente insuperaveis, o sr. Villa Real não ignora que a determinação de averiguar que força o reino de Hanover poderia dispensar para o serviço de Portugal, foi adoptada por sua magestade com aquella boa vontade, e vivo interesse, que não cessam de sentir os corações generosos por aquelles a quem tem já soccorrido auxiliado.

<sup>1</sup> É realmente notavel a incoherencia que Canning aponta n'este despacho, quanto ao pedido de tropas inglezas, que o marquez de Palmella lhe mandou fazer, isto é, o homem que no seu tempo se tinha entre nós por mais eminente na carreira diplomatica!



A requisição de tropas para Portugal despertou lembranças próprias para dar o maior impulso á sensibilidade inglesa: mas, vindo a par d'aquella requisição uma intimação da probabilidade da introdução de tropas francezas em Portugal, o effeito d'aquellas lembranças foi reforçado por aquelle de transacções mais recentes em Portugal, de que o governo britannico tinha noticia ha algum tempo.

O governo britannico sabia que o embaixador de França tinha repetidas vezes offerecido a sua magestade fidelissima auxilio do exercito francez em Hespanha; sabia que elle tinha tomado sobre si, depois dos acontecimentos de 30 de abril, convidar a guarnição franceza de Badajoz a entrar em Portugal, ainda que, felizmente, não se obedeceu ao convite. Sabia que os negocios do governo portuguez eram agora habitualmente debatidos em conselhos, aos quaes o embaixador de França e outros ministros, o de Inglaterra incluído, são chamados para assistir: e viu, com infinita admiração, que o ministro britannico, em lugar de participar do cume do seu governo a respeito da marcha de uma força franceza para Portugal, tinha affeito o seu espirito a considerar aquelle acontecimento, como podendo vir a ser olhado com indifferença, se não com satisfação pelo seu governo, não obstante as publicas e repetidas declarações do mesmo governo, e a explicita linguagem das instrucções d'aquelle ministro.

Em tal estado de cousas, a intimação de que uma força franceza poderia ser convidada a entrar em Portugal, a não poder mandar para ali uma força britannica, ou hanoveriana com promptidão e segredo, e sem discussão no parlamento, era natural que fizesse uma sensação não commum no gabinete britannico. O gabinete britannico não teve meio seguro de julgar, se o sr. Hyde de Neuville tinha auctorisada sua côrte para fazer os offerecimentos que fez.

Mas aquelles acontecimentos e offerecimentos, eram sem vida proprios a dar á intimação conteúda na nota do Villa Real um grau de probabilidade, que muito prejudicava o credito das seguranças verbaes recebidas antes, do dos ministros francezes em Paris, como do embai-

xador de França aqui «que a França não premedita occupação militar de Portugal, quaesquer que fossem as circumstancias».

O embaixador de França, ouvindo o boato de haver auctorisação da parte de sua magestade, de mandar tropas lizboanas a Portugal, buscou occasião de renovar ao abaixo assignado as seguranças verbaes acima referidas.

O embaixador de França manifestou, que inteiramente se desistia de dar credito aos procedimentos imputados a mr. Hyde de Neuville, e particularmente pelo que tinha em peito ao convite da guarnição de Badajoz para Lisboa, e estas protestações (da veracidade das quaes se não pôde duvidar) não eram tendentes a remover a suspeita do governo britannico, pois que mostravam, que o principe Polignac ignorava transacções, que os servidores de sua magestade sabiam existir, e que o mesmo ministerio francez agora claramente confessa.

O principe de Polignac prometteu comtudo de enviar ao seu governo, para obter informação, que pozesse a toda a suspeita. O resultado d'aquella referencia foi um despacho da sua côrte, que o principe de Polignac levou abaixo assignado por extenso, e um *memorandum*, que depois transmittiu por escripto ao abaixo assignado. Este *memorandum* distinctamente confessa os factos dos dois offerecimentos feitos por mr. Hyde de Neuville, de mandar a força franceza a sua magestade fidelissima, e do seu cumprimento effectivamente feito á guarnição de Badajoz, mas assente que os procedimentos de mr. Hyde de Neuville a este respeito foram, não só sem auctorisação do seu governo, mas também que a sua conducta foi *formalmente desapprobatada* pela clara e positiva resolução do governo francez, de recusar-se a prestar a qualquer peditorio de tropas, que possa ser feito por parte de Portugal, e de mandar ao seu embaixador em Lisboa instrucções especificas para não fazer nenhuma proposta d'essa natureza.

Esta explicação, tendo removido satisfactoriamente os motivos, pelos quaes se receiava a entrada de um exercito

em Portugal, só faltava para tomar em consideração, se estado em que se allega estar o exercito portuguez, e a situação interna de Portugal, pareciam dar sufficiente causa para mandar (nas presentes circumstancias, e á vista de todas as objecções a que estaria sujeita uma tal medida, da parte d'este paiz) a força militar que se tem premeditado.

Não se pense, que tomando em consideração este assumpto, tenha o gabinete britannico sido insensivel ás difficuldades em que se acha Portugal, ou ás queixas do sr. Palmella contra a apparente crueldade de nós nos oppormos a que outros dêem aquelle auxilio, que nós mesmos não podemos, ou não queremos prestar.

Mas o ponto de vista, em que nós nos julgámos obrigados a encarar este assumpto, vae alem da exigencia do momento. Um exercito francez em Portugal, venha elle como vier, seria incompativel com a continuação da paz geral na Europa. Uma vez ali postado, o que o faria remover? E ficando em Portugal, o que seria aquelle paiz mais do que uma das provincias da peninsula, então inteiramente occupada pela França, com todos os seus territorios, e todos os seus portos?

Era do dever dos ministros britannicos, perguntar a si mesmos se um tal estado de cousas seria supportado pela opinião publica, e pelo modo de pensar do publico n'este paiz?

Qual seria o effeito d'esse modo de pensar, e d'essa opinião, mais cedo, ou mais tarde, senão a determinação de remediar o mal, que imprudentemente se teria deixado estabelecer? E podia porventura Portugal ter peor sorte do que tornar-se novamente o theatro de uma tal contestação?

Por outra parte, era natural que o gabinete britannico, vendo que o governo portuguez contemplava de sangue frio um acontecimento, que deve tender directamente a suscitar as questões, e os riscos de taes consequencias; e sabendo que mr. Hyde de Neuville tinha feito, e se lhe tinha contentado que fizesse (por quanto então constava), sem desaprovção da sua côrte, era natural que o mesmo gabinete se

julgasse obrigado, tanto por amor de Portugal, como da Inglaterra, a obstar á execução do projecto, ha muito valido, do sr. Hyde de Neuville, de occupar com um francez a capital da dynastia de Bragança.

Tendo-se agora evitado aquelle mal, o abaixo assente tem a expor ao conde de Villa Real, que, sem avaliar pouco os outros objectos mencionados no despacho do Marquez de Palmella, elles não parecem comtudo ao genero britannico de natureza tal, que tornem necessaria a applicação de forças britannicas, ou hanoverianas, ou que elle se deva aconselhar.

Em primeiro logar, ainda que seria justo o ciúme da Bretanha ao ver introduzir uma força franceza nos domínios de sua magestade fidelissima, não se pôde comtudo negar que a occupação da capital de sua magestade fidelissima por uma força britannica, poderia excitar ciúme, não na Inglaterra igualmente justo, mas igualmente vehemente da parte das outras potencias estrangeiras, ciúme que poderia produzir complicações não favoraveis á continuação da paz.

A declaração de que aquella força estaria ali sómente com o fim de habilitar el-rei de Portugal a dissolver o seu exercito, não curaria o ciúme das outras potencias. E qual seria ser o effeito de similhante declaração no mesmo caso portuguez?

Porém, é acaso o estado d'aquelle exercito tão deprimido como se representa? E têm-se porventura empregado todos os methodos praticaveis, para remediar as suas deficiencias, e corrigir os seus maus habitos?

É acaso justo qualificar de revoltosa a conducta do exercito no dia 30 de abril? Elle formou-se n'esse dia de accordo com as ordens do seu legitimo commandante; e fossem os procedimentos da parte d'elle commandante, e fossem os procedimentos da parte do exercito foram actos de obediencia militar. Se não continuou a obedecer áquelle commandante nos dias seguintes, de quem foi a culpa (não foi certamente do exercito); o príncipe regente foi restituído ao commando, depois de ter perdoado a sua confiança pelo seu manifesto abuso d'ella; e se foi restituído



[illegible]

... ..  
... ..  
... ..

... que foi chamado pelo governo.

conflictos de partos es público, en

de que sejs, e por mais díficil a tua  
portuguez, e do seu soberano.  
portuguez, seria exposto a  
e intrigas, das quaes seria  
ano, e para o seu paz, que

2. Lord Beresford, foi com o primeiro accordo. Não foi, todavia, segundo o abito assignado para as partes, directas e indirectas. A fidelissima tinha de o ver. Sepa, porém, que foi

1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 26

julgasse obrigado, tanto por amor de Portugal, como de Inglaterra, a obstar á execução do projecto, ha muito tempo valido, do sr. Hyde de Neuville, de occupar com um exercito francez a capital da dynastia de Bragança.

Tendo-se agora evitado aquelle mal, o abaixo assignado tem a expor ao conde de Villa Real, que, sem avaliar e pouco os outros objectos mencionados no despacho do marquez de Palmella, elles não parecem comtudo ao gabinete britannico de natureza tal, que tornem necessaria a exportação de forças britannicas, ou hanoverianas, ou que essa medida se deva aconselhar.

Em primeiro logar, ainda que seria justo o ciume da Grã-Bretanha ao ver introduzir uma força franceza nos domínios de sua magestade fidelissima, não se pôde comtudo negar que a occupação da capital de sua magestade fidelissima por uma força britannica, poderia excitar ciume, não na verdade igualmente justo, mas igualmente vehemente da parte das outras potencias estrangeiras, ciume que poderia produzir complicações não favoraveis á continuação da paz.

A declaração de que aquella força estaria ali sómente para o fim de habilitar el-rei de Portugal a dissolver o seu exercito, não curaria o ciume das outras potencias. E qual poderia ser o effeito de similhante declaração no mesmo exercito portuguez?

Porém, é acaso o estado d'aquelle exercito tão desesperado como se representa? E têm-se porventura exaurido todos os methodos praticaveis, para remediar as suas deficiencias, e corrigir os seus maus habitos?

É acaso justo qualificar de revoltosa a conducta do exercito no dia 30 de abril? Elle formou-se n'esse dia debaixo das ordens do seu legitimo commandante; e fossem quasi fossem os procedimentos da parte d'elle commandante, da parte do exercito foram actos de obediencia militar. Se continuou a obedecer áquelle commandante nos dias seguintes, de quem foi a culpa (não foi certamente do exercito, se o infante foi restituído ao commando, depois de ter perdido a confiança pelo seu manifesto abuso d'ella; e se foi restituído



as expressões de reconciliação, de confiança e de pane-  
trico?

O abaixo assignado, não está aqui enuncian-lo, por parte do Gabinete britannico, opinião alguma pelo que respeita ao modo de proceder do governo portuguez; mas, examinando a questão, se a conducta do exercito portuguez no dia 30 de abril foi tal, que torne innegavel a sua deslealdade, e necessaria a sua dissolução; e se o governo britannico deveria portanto mandar para Lisboa uma força auxiliar, segundo agusto, e desarrasoado desprezar as circumstancias, que caracterisam a conducta do exercito n'aquelle dia, e segar a soldadesca mal guiada alguma porção d'aquella indulgencia, que tão liberalmente se concedeu ao seu commandante.

Repete-se, que não pertence ao gabinete britannico suggerir aos ministros de sua magestade fidelissima o mais sufficiente modo de reformar o exercito portuguez.

O conde de Villa Real fará justiça ao governo britannico, e fará especulmente a justiça ao abaixo assignado de se lembrar, que lord Beresford, na sua ida a Portugal o anno passado, não foi apoiado pelo governo, nem pelo abaixo assignado. Não era necessario grande sagacidade para prever que no conflicto de partidos politicos, um estrangeiro, por eminente que seja, e por mais direito que tenha á gratidão do povo portuguez, e do seu soberano, e mais que tudo á do exercito portuguez, seria exposto a ciume e censura, a iniuvidas e intrigas, das quizes seria muito de desejar para ele mesmo, e para o seu paiz, que tivesse estado livre.

Porém, lord Beresford, foi com effeito para Portugal de sua proprio accordo. Não foi, todavia, sem ser convidado; mas, segundo o o abaixo assignado pensa, depois de reiteradas intimações, directas e indirectas, do desejo que sua magestade fidelissima tinha de o ver. Seja, porém, como for, o facto de que lord Beresford foi para Lisboa, e ali está ainda, não pôde esquecer, quando se fazem reflexões sobre a proposição, que motivou principalmente a requisição feita ao governo britannico; a proposição de que o unico modo de



julgasse obrigado, tanto por amor de Portugal, como de Inglaterra, a obstar á execução do projecto, ha muito tempo valido, do sr. Hyde de Neuville, de occupar com um exercito francez a capital da dynastia de Bragança.

Tendo-se agora evitado aquelle mal, o abaixo assignado tem a expor ao conde de Villa Real, que, sem avaliar pouco os outros objectos mencionados no despacho do Marquez de Palmella, elles não parecem comtudo ao gabinete britannico de natureza tal, que tornem necessaria a expectação de forças britannicas, ou hanoverianas, ou que essa medida se deva aconselhar.

Em primeiro logar, ainda que seria justo o ciume da Grã-Bretanha ao ver introduzir uma força franceza nos domínios de sua magestade fidelissima, não se pôde comtudo negar que a occupação da capital de sua magestade fidelissima por uma força britannica, poderia excitar ciume, não na verdade igualmente justo, mas igualmente vehemente da parte das outras potencias estrangeiras, ciume que poderia produzir complicações não favoraveis á continuação da paz.

A declaração de que aquella força estaria ali sómente para o fim de habilitar el rei de Portugal a dissolver o seu exercito, não curaria o ciume das outras potencias. E qual poderia ser o effeito de semelhante declaração no mesmo exercito portuguez?

Porém, é acaso o estado d'aquelle exercito tão desesperado como se representa? E têm-se porventura exaurido todos os methodos praticaveis, para remediar as suas deficiencias, e corrigir os seus maus habitos?

É acaso justo qualificar de revoltosa a conducta do exercito no dia 30 de abril? Elle formou-se n'esse dia debaixo das ordens do seu legitimo commandante; e fossem quaes fossem os procedimentos da parte d'elle commandante, da parte do exercito foram actos de obediencia militar. Se continuou a obedecer áquelle commandante nos dias seguintes, de quem foi a culpa (não foi certamente do exercito, se o infante foi restituído ao commando, depois de ter perdido a confiança pelo seu manifesto abuso d'ella; e se foi restituído

expressões de reconciliação, de confiança e de pane-

O abaixo assignado, não está aqui enuncian-do, por parte do gabinete britannico, opinião alguma pelo que respecta ao modo de proceder do governo portuguez; mas, examinando a questão, se a conducta do exercito portuguez no dia 30 de abril foi tal, que torne innegavel a sua deslealdade, e necessaria a sua dissolução; e se o governo britannico de-veria portanto mandar para Lisboa uma força auxiliar, se-ria injusto, e desarrazoado desprezar as circumstancias, que caracterisam a conducta do exercito n'aquelle dia, e negar á soldadesca mal guiada alguma porção d'aquella in-dulgencia, que tão liberalmente se concedeu ao seu com- mandante.

Repete-se, que não pertence ao gabinete britannico sug-gerir aos ministros de sua magestade fidelissima o mais suf-iciente modo de reformar o exercito portuguez.

O conde de Villa Real fará justiça ao governo britannico, e fará especialmente a justiça ao abaixo assignado de se-lembrar, que lord Beresford, na sua ida a Portugal o anno passado, não foi apoiado pelo governo, nem pelo abaixo as-assignado. Não era necessario grande sagacidade para prever que no conflicto de partidos politicos, um estrangeiro, por-ramente que seja, e por mais direito que tenha a gratidão do povo portuguez, e do seu soberano, e mais que tudo á do exercito portuguez, seria exposto a ciúme e censura, a ini-midades e intrigas, das quaes seria muito de desejar para elle mesmo, e para o seu paiz, que tivesse estado livre.

Porem, lord Beresford, foi com effeito para Portugal de seu proprio accordo. Não foi, todavia, sem ser convidado; mas, segundo o abaixo assignado pensa, depois de reitera-das intimações, directas e indirectas, do desejo que sua ma-jestade fidelissima tinha de o ver. Seja, porém, como for, o facto de que lord Beresford foi para Lisboa, e ali está ain-da, não pôde esquecer, quando se fazem reflexões sobre a proposição, que motivou principalmente a requisição feita ao governo britannico; a proposição de que o unico modo de

julgasse obrigado, tanto por amor de Portugal, como de Inglaterra, a obstar á execução do projecto, ha muito tempo valido, do sr. Hyde de Neuville, de occupar com um exercito francez a capital da dynastia de Bragança.

Tendo-se agora evitado aquelle mal, o abaixo assignado tem a expor ao conde de Villa Real, que, sem avaliar e pouco os outros objectos mencionados no despacho do Marquez de Palmella, elles não parecem comtudo ao gabinete britannico de natureza tal, que tornem necessaria a expectação de forças britannicas, ou hanoverianas, ou que essa medida se deva aconselhar.

Em primeiro logar, ainda que seria justo o ciume da Grã-Bretanha ao ver introduzir uma força franceza nos domínios de sua magestade fidelissima, não se pôde comtudo negar que a occupação da capital da sua magestade fidelissima por uma força britannica, poderia excitar ciume, não na verdade igualmente justo, mas igualmente vehemente da parte das outras potencias estrangeiras, ciume que poderia produzir complicações não favoraveis á continuação da paz.

A declaração de que aquella força estaria ali sómente para o fim de habilitar el-rei de Portugal a dissolver o seu exercito, não curaria o ciume das outras potencias. E qual poderia ser o effeito de similhante declaração no mesmo exercito portuguez?

Porém, é acaso o estado d'aquelle exercito tão desesperado como se representa? E têm-se porventura exaurido todos os methodos praticaveis, para remediar as suas deficiencias, e corrigir os seus maus habitos?

É acaso justo qualificar de revoltosa a conducta do exercito no dia 30 de abril? Elle formou-se n'esse dia debaixo das ordens do seu legitimo commandante; e fossem quaes fossem os procedimentos da parte d'elle commandante, da parte do exercito foram actos de obediencia militar. Se continuou a obedecer áquelle commandante nos dias seguintes, de quem foi a culpa (não foi certamente do exercito, e o infante foi restituído ao commando, depois de ter perdido a confiança pelo seu manifesto abuso d'ella; e se foi restituído

em expressões de reconciliação, de confidencia e de panegyrico?

O abaixo assignado, não está aqui enunciando, por parte do gabinete britannico, opinião alguma pelo que respeita ao modo de proceder do governo portuguez; mas, examinando a questão, se a conducta do exercito portuguez no dia 30 de abril foi tal, que torne innegavel a sua deslealdade, e necessaria a sua dissolução; e se o governo britannico deveria portanto mandar para Lisboa uma força auxiliar, se não injusta, e desarrasado desprezar as circumstancias, que caracterizam a conducta do exercito n'aquelle dia, e negar á soldadesca mal guiada alguma porção d'aquelle indulgencia, que tão liberalmente se concedeu ao seu commandante.

Repeto se, que não pertence ao gabinete britannico suggerir aos ministros de sua magestade fidelissima o mais sufficiente modo de reformar o exercito portuguez.

O conde de Villa Real fará justiça ao governo britannico, e fará especialmente a justiça ao abaixo assignado de se lembrar, que lord Beresford, na sua ida a Portugal o anno passado, não foi apoiado pelo governo, nem pelo abaixo assignado. Não era necessario grande sagacidade para prever que no conflicto de partidos politicos, um estrangeiro, por eminente que seja, e por mais direito que tenha a gratidão do povo portuguez, e do seu soberano, e mais que tudo a do exercito portuguez, seria exposto a ciúme e censura, a inimizades e intrigas, das quaes seria muito de desejar para elle mesmo, e para o seu paiz, que tivesse estado livre.

Porem, lord Beresford, foi com effeito para Portugal de seu proprio accordo. Não foi, todavia, sem ser convidado; mas, segundo o abaixo assignado pensa, depois de reiteradas intimações, directas e indirectas, do desejo que sua magestade fidelissima tinha de o ver. Seja, porém, como for, o facto de que lord Beresford foi para Lisboa, e ali está ainda, não pôde esquecer, quando se fazem reflexões sobre a proposição, que motivou principalmente a requisição feita ao governo britannico; a proposição de que o unico modo de

julgasse obrigado, tanto por amor de Portugal, como glatterra, a obstar á execução do projecto, ha muito (valido, do sr. Hyde de Neuville, de occupar com um ex francez a capital da dynastia de Bragança.

Tendo-se agora evitado aquelle mal, o abaixo assitem a expor ao conde de Villa Real, que, sem avatipouco os outros objectos mencionados no despacho d'aquez de Palmella, elles não parecem comtudo ao gubritannico de natureza tal, que tornem necessaria a açãode forças britannicas, ou hanoverianas, ou que esdida se deva aconselhar.

Em primeiro logar, ainda que seria justo o ciume da Bretanha ao ver introduzir uma força franceza nos domde sua magestade fidelissima, não se pôde comtudo que a occupação da capital de sua magestade fidelissim uma força britannica, poderia excitar ciume, não na d'igualmente justo, mas igualmente vehemente da poutas potencias estrangeiras, ciume que poderia complicações não favoraveis á continuação da paz.

A declaração de que aquella força estaria ali sôment o fim de habilitar el-rei de Portugal a dissolver o sedito, não curaria o ciume das outras potencias. E qualria ser o effeito de similhante declaração no mesmo portuguez?

Porém, é acaso o estado d'aquelle exercito tão derado como se representa? E têm-se porventura esb todos os methodos praticaveis, para remediar as suaciencias, e corrigir os seus maus habitos?

É acaso justo qualificar de revoltosa a conducta do cito no dia 30 de abril? Elle formou-se n'esse dia d'as ordens do seu legitimo commandante; e fossem fossem os procedimentos da parte d'elle commandan parte do exercito foram actos de obediencia militar. S tinuou a obedecer áquelle commandante nos dias seg de quem foi a culpa (não foi certamente do exercito infante foi restituido ao commando, depois de ter pconfiança pelo seu manifesto abuso d'ella; e se foi res

com expressões de reconciliação, de confiança e de panegyrico?

O abaixo assignado, não está aqui enuncian-lo, por parte do gabinete britannico, opinião alguma pelo que respeita ao modo de proceder do governo portuguez; mas, examinando a questão, se a conducta do exercito portuguez no dia 30 de abril foi tal, que torne innegavel a sua deslealdade, e necessaria a sua dissolução; e se o governo britannico deveria portanto mandar para Lisboa uma força auxiliar, seria injusto, e desarrasoado desprezar as circumstancias, que caracterisam a conducta do exercito n'aquelle dia, e negar á soldadesca mal guiada alguma porção d'aquelle indulgencia, que tão liberalmente se concedeu ao seu commandante.

Repete-se, que não pertence ao gabinete britannico suggerir aos ministros de sua magestade fidelissima o mais sufficiente modo de reformar o exercito portuguez.

O conde de Villa Real fará justiça ao governo britannico, e fará especialmente a justiça ao abaixo assignado de se lembrar, que lord Beresford, na sua ida a Portugal o anno passado, não foi apoiado pelo governo, nem pelo abaixo assignado. Não era necessario grande sagacidade para prever que no conflicto de partidos politicos, um estrangeiro, por eminente que seja, e por mais direito que tenha á gratidão do povo portuguez, e do seu soberano, e mais que tudo á do exercito portuguez, seria exposto a ciúme e censura, a inimizades e intrigas, das quaes seria muito de desejar para elle mesmo, e para o seu paiz, que tivesse estado livre.

Porem, lord Beresford, foi com effeito para Portugal de seu proprio accordo. Não foi, todavia, sem ser convidado; mas, segundo o abaixo assignado pensa, depois de reiteradas intimações, directas e indirectas, do desejo que sua magestade fidelissima tinha de o ver. Seja, porém, como for, o facto de que lord Beresford foi para Lisboa, e ali está ainda, não pôde esquecer, quando se fazem reflexões sobre a proposição, que motivou principalmente a requisição feita ao governo britannico; a proposição de que o unico modo de



obter em Portugal um exercito em estado de conveniêcia e disciplina, é dissolver totalmente o actual exercito. e a presença de uma força estrangeira é indispensavel para o fim de superintender áquella operação.

O governo britannico, reflectindo sobre esta proposição não pôde deixar de se mostrar desejoso de saber se já experimentou o que poderia effectuar para a reforma d'um exercito aquelle homem, que originalmente o formou, que disciplinou, que o levou á victoria, que o conservou vários annos em estado de obediencia, quando o pagamento dos soldados estava em um atrazo quasi sem esperanza, quando não havia em Portugal a presença do soberano, e quando o descontentamento mais, ou menos manifesto, reinava em todas as provincias d'aquelle reino?

Se se disser, que se offereceu o commando a lord B. e que este o recusou, não estão acaso as circunstancias mudadas, depois que aquelle offerecimento lhe foi feito, recusado, ou são ellas de todo immudaveis?

Não compete ao governo britannico pronunciar-se sobre a conducta do governo portuguez, relativamente á sua politica interna, e ás suas instituições municipaes; mas o sr. Palmella deseja saber o que se pensa d'ellas, e como se justifica a sua requisição de uma força britannica, em Portugal, com a utilidade de as apoiar e proteger, não ha hesitação em dizer que, porquanto o governo britannico pôde fazer juizo sobre as medidas internas de outro reino, a requisição das côrtes lhe parece uma medida, que a um tempo resgata a palavra dada pelo soberano, e mostra a sinceridade e efficacia do desejo de sua magestade fidelissima de prover ao bom governo de seus dominios, e ao melhoramento e felicidade dos seus vassallos.

Sua magestade vivamente se interessa pela gloria e prosperidade do seu antigo, e prezado alliado, e por tudo o que pôde contribuir para a sua felicidade; e o governo britannico pensa que a Europa, e o mundo, farão justiça á resolução tomada por sua magestade fidelissima, de recorrer, debaixo de todas as difficuldades d'estes tempos, á reunião dos est



reino, e de colligir os conselhos reunidos da sua nobreza, do seu clero, e do seu povo.

Outro assumpto que o sr. Palmella menciona, mas sobre o qual e mais difficil formar opinião, e mais delicado argumentar. O governo britannico conhece que excederia os limites de amigo, se se animasse a tomar parte no juizo sobre a Hespanha de Portugal. A conducta do ministro britannico, por não ter consentido em se collocar n'aquella situação, foi formalmente desaprovada pela sua corte.

O sr. Palmella mostra receio de que a Hespanha se recuse a da recente medida do governo de sua magestade fidelissima, mesmo ao ponto de fazer hostilidades contra Portugal. Mas a Hespanha, por qualquer motivo, ou se outra qualquer potencia não provocada, fizer violencia a Portugal, não é certamente necessario dizer, que Portugal pôde confiar agora, como antigamente, na mais empenhada fé da Gran-Bretanha.

Mas, uma cousa é defender de violencia externa, e outra é superintender com força repressiva o progresso de reforma militar, ou politica. A este ultimo serviço não annuiriamos nós mesmo por amor de Portugal.

Não estabelecemos como maxima universal, e invariavel, que não possa haver circumstancias em que seja possivel justificar uma intervenção extraordinaria. Porém, depois do maior exame, que nos é dado fazer das presentes circumstancias de Portugal, achámos que ellas não são taes, que nos pareça necessaria aquella intervenção. Pensámos que a magestade fidelissima ainda tem recursos, com os quaes, com uma força maritima britannica ás suas ordens, pôde sem receio, e com bom successo, emprehender restaurar a ordem, e efficiencia, tanto no seu exercito, como no seu governo, sem convocar tropas estrangeiras para guarnecer as suas praças, e para infundir respeito na sua capital; e estamos fortemente persuadidos, que a presença de um auxilio militar, para objectos relativos á politica interna, e ao governo, seria sujeita a grandes inconvenientes e erradas interpretações, ainda mesmo sendo aquelle auxilio dado pelo melhor, e mais intimo alliado de sua magestade fidelissima.

**Instruções secretas dadas á comissão mandada ao Rio de Janeiro depois da queda da constituição, para tratar com D. Pedro sobre a reunião do Brazil com Portugal**

1.<sup>a</sup> A comissão enviada por sua magestade ao Rio de Janeiro, é encarregada de entregar a D. Pedro uma carta de seu augusto pae, e de assegurar publicamente que o desejo de sua magestade, e o de Portugal, é conciliar com sua alteza real e com o Brazil, pois sua magestade se acha livre do jugo da facção revolucionária que fez tantos ultrajes a sua alteza real, e que pretende dispor os brasileiros, com a intenção assás notória de promover a separação dos dois paizes, para chegar a

1 A materia do officio que superiormente se lê, é da maior importância para a historia do restabelecimento do governo para Portugal. Além das anomalias, já por nós notadas, com relação ao feito por Palmella ao governo britannico, para a vinda de tropas inglezas para Portugal, vê-se mais o seguinte: que a Inglaterra apoiava a realisação da promessa feita por D. João VI, de dar uma constituição aos seus subditos, mas até manifestava dúvidas de não admitir a intervenção de nação alguma estrangeira na realisação. Portanto, a allegação de Palmella, quanto aos motivos provenientes de semelhante realisação, não justifica a falta de cumprimento de uma tal promessa, desculpando-se com a opposição da França e da Austria.

Vê-se mais, que Canning não admitia a accusação de que o portuguez fôra insubordinado pelo apoio que dava a D. Pedro.

mente funestos a Portugal, e ao Brazil. O desejo d'aquella reconciliação evidencia-se pelas primeiras ordens, que sua magestade deu, logo que reassumiu a plenitude da sua auctoridade, e ainda mais pela evacuação da Bahia, que logo determinou. Os commissarios poderão fazer um prudente uso dos jornaes, ou de outros impressos, para fazerem publicar e divulgar estas mesmas idéas.

2.<sup>a</sup> No caso de achar a commissão disposições para entrar em negociações, poderá admittir como *minimum* para ellas o seguinte: que sua magestade será novamente reconhecido como soberano dos reinos de Portugal, Brazil e Algarves; que o Brazil terá uma carta particular, accommodada á sua localidade, e demais circumstancias; que as leis do Brazil serão feitas pelo modo que for regulado pela carta; que serão necessariamente sancionadas por sua alteza real, e dependentes, ao menos *pro forma*, da confirmação de sua magestade; que os subditos dos dois reinos poderão servir promiscuamente em um, ou outro; que a honra de sua magestade, as despesas da marinha, do corpo diplomatico, e a divida publica, ficarão a cargo de Portugal e do Brazil.

3.<sup>a</sup> Para explicar o artigo antecedente, a commissão deve

pois não obstante ter-se o infante reputado criminoso para com seu paiz, e o seu governo, pelo que praticára n'aquelle dia, elle não só continuou no referido commando, mas ate se lhe dirigiram em documento publico expressões de benevolencia, e de confiança na sua conducta!

Uma outra cousa notavel no referido officio, é o dizer-se n'elle que se o marechal Beresford viera a Lisboa por occasião da abrilada, foi por effeito do chamamento, que para isso se lhe fez, exigindo se posteriormente do governo inglez que o fizesse recolher a Inglaterra! Finalmente, Canning entendia pela sua parte que o governo portuguez ainda tinha meios de poder reformar o seu exercito, e restabelecer a ordem no paiz, sem que para isso precisasse do auxilio das tropas inglezas, tendo alias no Tejo o auxilio de uma força naval britannica em que se apoiasse.

A outras mais considerações se presta o referido officio, e que aliás omitto, por nos parecerem improprias d'esto logar, nada mais fazendo com esta nota do que chamar a attenção do leitor sobre tal officio.

saber que o diploma, qualquer que venha a ser, da regencia de sua alteza real, será o mais amplo possível, salva a soberania de sua magestade; e os mesmos brasileiros poderão sobre este ponto explicar as suas idéas. O corpo diplomatico portuguez será nomeado por sua magestade, e receberá ordem de estar tambem em correspondencia com a corte do Brazil. Não haverá difficuldade em ser feita pelo Brazil a nomeação dos seus consules.

4.<sup>a</sup> A commissão evitará toda a questão a respeito da sede da monarchia, durante a vida de sua magestade.

5.<sup>a</sup> No caso, porém, de não achar disposições para obter algum arranjo pela maneira supramencionada, a commissão procurará persuadir o governo do Rio de Janeiro a enviar a Portugal negociadores, munidos de plenos poderes sufficientes. Se o governo do Brazil fizer algumas proposições á commissão, esta poderá acceptal-as *ad referendum*, comtanto que não tenham por base, ou condição *sine qua non*, a independencia, ou a separação total de Portugal e do Brazil. Não ha inconveniente em que os negociadores do Brazil venham conjunctamente com os commissarios de sua magestade.

6.<sup>a</sup> Se nenhuma das alternativas tiver logar, os negociadores portuguezes regressarão, dando por terminada a commissão. A commissão vae munida do diploma necessario assignado por sua magestade, auctorisando-a para concluir uma convenção para a evacuação da Bahia, e para os arranjos principaes, conforme ás suas instrucções.

Paço da Bemposta, 22 de julho de 1823. = Conde de Serra.

DOCUMENTO N.º 134--(a)

(Citado a pag. 296)

Correspondencia havida no Rio de Janeiro entre o marechal de campo, Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, e o ministro dos negocios estrangeiros do Brazil, José Joaquim Carneiro de Campos

III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. -- Havendo eu partido de Lisboa a 10 de julho proximo a bordo d'este bergantim, em obediencia a uma carta regia de sua magestade fidelissima, pela qual me fez o mesmo augusto senhor a alta honra de mandar-me em commissão á Bahia, devendo d'ali vir immediatamente reunir-me n'esta côrte a pessoas da sua regia confiança, que n'aquella mesma occasião para aqui mandava, acabo de fundear n'esta barra com bandeira parlamentaria, conforme as geraes instrucções recebidas, a fim de evitar-se todo e qualquer embaraço. Cumpre-me assim participar a v. ex.<sup>a</sup>, para o levar ao conhecimento de sua magestade imperial, que determinará o que for do seu imperial agrado para meu desembarque.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Na barra do Rio de Janeiro, a bordo do bergantim portuguez *Treze de Maio*, aos 7 de setembro de 1823. — III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. José Joaquim Carneiro de Campos. = Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França.

Está conforme. — Luiz Moutinho Lima Alvares e Silva.

---

Pede a assembléa constituinte informações ao ministro dos negocios estrangeiros, do mesmo Brazil, sobre o motivo da chegada do bergantim portuguez «Treze de Maio» ao Rio de Janeiro, e resposta que o referido ministro lhe deu

III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil, sendo-lhe presente um officio do ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha da data de hontem, em que lhe communica ter fundeado no dia 7 do corrente fóra da barra d'esta capital o ber-

gantim portuguez *Treze de Maio*, vindo de Lisboa á com bandeira parlamentar, trazendo a bordo o marechal campo, Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, e ter tem o mesmo bergantim entrado o porto, e fundeado as fortalezas por causa do tempo, pedindo agua e alimentos para quarenta dias: manda participar ao go- que precisa, com a maior urgencia, de exactas e cis- stanciadas informações sobre o motivo da vinda do- rido bergantim, e que lhe sejam remettidos todos os of- que por elle viessem, e quaesquer participações, of- ticias, que possam servir para chegar a mesma asse- ao conhecimento perfeito dos fins, que poderia ter em o governo de Portugal na expedição d'aquelle navio pa- portos d'este imperio, o que v. ex.<sup>a</sup> levará ao conheci- de sua magestade imperial.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Paço da assembléa, em 9 de a- bro de 1823. — *João Severiano Maciel da Costa*. — Sr. Joaquim Carneiro de Campos.

#### Resposta dada ao antecedente officio

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Sua magestade o imperador me or- participe a v. ex.<sup>a</sup>, para conhecimento da assemblea- constituinte e legislativa, que o marechal Luiz Paulo Oliveira Pinto da França partiu de Lisboa para a Bahia, em commissão de sua magestade fidelissima, dev- d'ali vir reunir-se n'esta cõrte a outras pessoas, que aqui são mandadas, como consta do officio junto por- n.<sup>o</sup> 1. O mesmo marechal, tendo com effeito tocado na- da Bahia no bergantim *Treze de Maio*, em que saíra de- boa a 10 de julho ultimo, e achando aquella cidade evac- pelas tropas portuguezas, o que impossibilitára o exer- da sua commissão, proseguiu sua viagem para esta cõr- tendo fundeado no dia 7 do corrente fóra da barra, com- deira parlamentar, dirigiu-me o officio acima indicado- qual, referindo-se a instrucções geraes recebidas, sem- tudo individual-as, participava o referido, para que su-

o imperial determinasse o que fosse do seu imperial sobre o seu desembarque; e tendo-se-lhe respondido da nota da copia inclusa n.º 2, que sua magestade imperial não podia determinar sobre o seu desembarque, sem primeiramente informasse se vinha munido de poderes para reconhecer, em nome de sua magestade fidelissima, a independencia do Brazil, pois o mesmo augusto se estava a resolver a não entrar em conferencias, nem em convenções quaesquer com o governo portuguez, em que lles servisse de base, e condição *sine qua non*, o reconhecimento da independencia politica d'este imperio, e a sua imperante dynastia: respondeu pelo officio incluso, copia n.º 3, que nada podia informar a este respeito, visto que a sua commissão era limitada a fazer cessar as hostilidades na Bahia, e a reunir-se ás pessoas, que para aqui deviam vir em commissão; e que só das instrucções d'esta, cujo conteúdo por ora ignorava, se poderiam achar as noções que se exigiam.

Em vista d'isto, sua magestade o imperador, parecendo-lhe este negocio de summa importancia, e querendo mostrar sempre a sua intima conformidade com a assemblea geral, o offerece á consideração da mesma assemblea, para que seja de resolver o que será mais conveniente, se mandar ao regresso promptamente para Lisboa o sobredito herdeiro com o referido marechal de campo, ou se será conveniente que elle se conserve a bordo até que cheguem os commissarios annunciados: pois que, nas circumstancias daes, não parece convir o seu desembarque, apesar do estado de saude que elle pondera.

Resta-me agora asseverar a v. ex.ª, para tambem ser presente á assemblea geral, que quando recebi o officio da v. ex.ª me dirigiu, estava já feito o prelo do officio, o qual seria hontem mesmo expedido, se não me fosse necessario levar primeiramente á augusta presença de sua magestade imperial a resposta ultima do sobredito marechal, pois que sem ella não podia dar uma cabal conta d'este objecto.



Tenho, finalmente, de participar a v. ex.<sup>a</sup>, que o bergantim *Treze de Maio* não trouxe officios para o governo, e com este remetto a v. ex.<sup>a</sup> os que chegaram da Bahia no paquete inglez, e a que se refere o officio do governo da Bahia, inc. ass. por copia n.º 4, relativo ao mesmo assumpto, o que v. ex. levará ao conhecimento da assembléa geral constituinte e legislativa.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Paço, 10 de setembro de 1823. — José Joaquim Carneiro de Campos. — Sr. João Severiano Maciel da Costa.

Resposta que o ministro dos negocios estrangeiros do Brazil deu ao officio que na data de 7 de setembro lhe dirigiu o marechal de campo Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França.

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — O abaixo assignado, conselheiro, ministro e secretario d'estado dos negocios do imperio, e dos estrangeiros, accusa a recepção do officio, que, em data de hontem, lhe dirigiu o sr. marechal de campo Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, de bordo do bergantim portuguez *Treze de Maio*, fundeado na barra d'esta capital com bandeira parlamentaria, em o qual communica ter partido de Lisboa para a Bahia em commissão de sua magestade, el-rei de Portugal e Algarves, com ordem de vir d'ali reunir-se n'esta côrte a pessoas de sua regia confiança, que n'aquella mesma occasião para aqui mandava, acrescentando que, acabando de fundear n'esta barra com bandeira parlamentaria, a fim de evitar todo e qualquer embaraço, lhe compria assim participar ao abaixo assignado, para que sua magestade imperial determinasse o que fosse do seu imperial agrado sobre o seu desembarque.

O abaixo assignado tem, portanto, de significar ao sr. marechal em resposta, que na situação hostil, em que se tem achado as duas nações, brasileira e portugueza, e absoluta separação de ambas, não pôde sua magestade imperial determinar sobre o desembarque de s. s.<sup>a</sup>, sem que previa-

mente seja informado, se s. s.<sup>a</sup> vem munido de poderes, para reconhecer, em nome de sua magestade fidelissima, a independencia do imperio do Brazil, pois o mesmo augusto senhor manda preveir a s. s.<sup>a</sup> de que, fiel aos empenhos que tem contrahido com a livre e briosa nação brasileira, zeloso e guarda da dignidade nacional, e decoro da sua imperial coroa, não está resolvido a ouvir proposições algumas da parte do governo portuguez, nem a entrar em ajuste, ou negociações quaesquer, sem que lhes sirva de base e condição *sine qua non* o reconhecimento da independencia politica d'este imperio, e de sua imperante dynastia.

O abaixo assignado, declarando ao sr. marechal Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, os sentimentos positivos do governo brasileiro, e esperando que s. s.<sup>a</sup> se sirva dar a elles uma resposta categorica, aproveita esta occasião para dignificar-lhe as expressões da particular attenção, com que o venera. Palacio do Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1823. — José Joaquim Carneiro de Campos. — Ao sr. Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, etc., etc.

Está conforme. — Luiz Moutinho Lima Alvares e Silva.

Novo officio dirigido pelo referido marechal  
ao citado ministro brasileiro

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — São quatro horas da tarde de hoje, quando tenho a honra de receber a nota de v. ex.<sup>a</sup>, em resposta ao meu officio de hontem.

Para responder ao que v. ex.<sup>a</sup> exige, só tenho a dizer a v. ex.<sup>a</sup>, que eu, no meu citado officio, usei da necessaria, devida e exacta expressão, a respeito do meu objecto de vinda a esta cõrte; e por consequencia, não podendo nada acrescentar, cumpre-me unicamente, para tirar este viso de enigma, dizer a v. ex.<sup>a</sup> que eu não sei quaes são as cabaes instrucções, que por sua magestade fidelissima haviam de ser dadas ás pessoas de sua confiança, ás quaes me mandou aqui unir, depois da minha commissão na Bahia; e porque

ta, por ser de uma proposição aos commandantes magestade imperial para a suspensão de hostilidade: a effectuação da evacuação das tropas do mesmo aynhor n'aquella provincia, dava ao meu coração o de a minha viagem se fizesse, seja-me permittida a excom a velocidade do raio; cogitei de partir apenas e desembaraçado, segurando-se-me que, dentro em s o mais tardar, partiria a corvela *Voador* para est conduzindo as referidas pessoas. N'estes termos, os a mim conferidos, foram unicamente relativos á s proposição, e nenhuma outras instrucções recebi, este respeito tendentes, e que porei ao conhecim sua magestade imperial, quando assim se digne que sim, é evidente, sem dependencia da prevenção, qu da parte de sua magestade imperial me faz, e coj virtudes ao infinito respeito, que eu nada tenho a diz a fazer, emquanto as mencionadas pessoas não chega não ter a alta honra de beijar todos os dias a mão de gestade imperial, a que sou chamado pelos mais pos motivos, se o mesmo angusto senhor se dignar pe meu desembarque.

Rogo a v. ex.<sup>a</sup> queira desculpar-me de não fazer meu proprio punho, porque o meu estado de enfermtal, que amiudadamente me parece que toco o met instante; e acredite-me v. ex.<sup>a</sup>, que se não passa u minha vida, em que eu lhe não tribute a maior an veneração.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Bordo do bergantim portuglamentario *Treze de Maio*, em 8 de setembro de 1 Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. José Joaquim Carneiro de Campos. *Paulino de Oliveira Pinto da França*.

Está conforme. — *Luiz Moutinho Lima Alvares e*

## DOCUMENTO N.º 134-A

(Citado a pag. 297)

Nota dirigida pelo conde de Rio Maior ao ministro dos negocios do imperio, e dos negocios estrangeiros no Rio de Janeiro, José Joaquim Carneiro de Campos, queixando-se do mau tratamento por elle recebido n'aquella cidade

O abaixo assignado, conde de Rio Maior, do conselho de sua magestade fidelissima, e seu gentil homem da camara, tem a honra de significar ao ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. José Joaquim Carneiro de Campos, conselheiro, ministro e secretario d'estado dos negocios do imperio e estrangeiros, que acaba de receber pela uma hora da noite a bordo da corveta *Voador*, ancorada debaixo do alcance da fortaleza de Santa Cruz, a nota de s. ex.<sup>a</sup>, na qual, accusando a recepção da carta, que o abaixo assignado dirigira a sua magestade imperial, de bordo da dita corveta, annunciando ter na sua mão cartas de seu augusto pae, e da sua real familia, para entregar a sua magestade imperial, por julgar offender toda a delicadeza e melindre, se da sua mão não passassem immediatamente as augustas mãos do mesmo senhor; participa que tem ordem de sua magestade imperial, para responder, que sua magestade imperial deseja ser informado dos verdadeiros fins, com que o abaixo assignado se dirigia a este porto, porquanto, supposto o estado de guerra em que se acha o Brazil e Portugal, depois da sua solenne separação, está sua magestade imperial resolvido a não attender proposições algumas da parte do governo portuguez, nem a entrar em conferencias e ajustes com emissarios do mesmo governo, sem que seja preliminarmente reconhecida, como condição *sine qua non*, a independencia e integridade do imperio do Brazil, declarando, em consequencia d'estes principios, que no caso da falta de poderes legaes para o dito reconhecimento, em nome de sua magestade fidelissima, nem o conde acima nomeado será admittido, nem sua magestade imperial receberá as cartas, de que é portador.

O abaixo assignado, antes de responder á primeira parte da dita nota de s. ex.<sup>a</sup>, julga conveniente aclarar o equívoco com que n'ella se suppõe haver cartas de sua magestade fidelissima, diversas de outras da real familia, quando o abaixo assignado, pela expressão de «cartas de familia para entregar a sua magestade imperial», só quiz entender «cartas familiares de sua magestade fidelissima», as quaes são, com effeito, duas, uma para o imperador, outra para a imperatriz, seus augustos filho e nora, e á vista da qualidade das mesmas cartas, e da impossibilidade, que ora se apresenta ao abaixo assignado, para as poder entregar immediatamente, como por motivos de respeito o desejava, não tem duvida entregal-as á pessoa que sua magestade imperial auctorisou para as receber.

Não pôde o abaixo assignado deixar de chamar a attenção de s. ex.<sup>a</sup> para outra circumstancia tão attendivel, como verdadeira, qual é a de que na carta, que elle teve a honra de dirigir a sua magestade imperial, não pôde ter em vista a comunicação de negociação alguma publica, de que poderia vir encarregado, pois que nem a faria só por si, nem a inesperada intimação de incommunição, feita pelo officio do registo ao commandante da dita corveta, o permitta então, e por isso reservando essa declaração da commissão, de que sua magestade fidelissima o havia encarregado, para depois do desembarque, ou para quando por outro qualquer modo fosse anticipadamente exigida, se limitou tão somente a dirigir a sua magestade imperial a carta referida nos seguintes termos em que foi concebida, e que tinha só por objecto annunciar a existencia das ditas duas cartas familiares de sua magestade fidelissima para seus augustos filho e nora, e o desejo de as entregar immediatamente pelos motivos ponderados.

E pois que é agora na sobredita nota, que s. ex.<sup>a</sup> exige por ordem de sua magestade imperial, a informação dos verdadeiros fins, com que o abaixo assignado se dirigiu a exporto do Rio de Janeiro, elle não tem duvida, antes a mais satisfação e gloria de participar, que sua magestade fide-

ando fez sair de Lisboa para esta côrte a corveta com uma commissão, não podia, nem mesmo devia segundo os bem conhecidos sentimentos do seu co-as novas circumstancias politicas de Portugal, que e menos seu augusto filho, estivessem em guerra, ou com o reino de Portugal, nem era de esperar; o assignado não pôde deixar de se achar penetrado de sentimento pelo modo hostil, e inhospito, com que rebido na entrada d'este porto um navio pacifico de estade fidelissima, o que certamente em iguaes circumstancias nunca succederia a qualquer navio do Brazil em

ixo assignado, satisfazendo ao que d'elle se exige, a declaração dos fins por que veio a esta côrte, tem de participar, que não podendo os ultimos successos gal, pela sua natureza, deixar de obrigar a sua fidelissima a fazer d'elles uma conveniente participo seu augusto filho, nasceu d'aqui a idéa de mandar todas as hostilidades, que contra sua vontade se praticam no Brazil, e ao mesmo tempo mandar em commissões da sua confiança, que munidas de iguaes cartas da data de 21 de julho d'este anno, por ellas vêem mandadas, não só para tratar do modo e termos da evas das forças de mar e terra, que se achassem na Bahia, e a sua magestade fidelissima antecipou logo um cortitimo a suspender, sendo possivel, todas as hostilidades como não pôde deixar de ser já bem patente a sua vontade imperial, pela chegada do marechal de campo, (Miguel de Oliveira Pinto da França), mas tambem para aceitar uma conveniente conciliação do Brazil com Portugal, proporcionando-se as circumstancias, sem comprometter a sua fidelissima a achar auctorizado para reconhecer, como condição *non*, a independencia absoluta do Brazil. É tambem consequencia dos poderes, de que se acha auctorizada a sua magestade fidelissima, tratar da sorte e situação dos diversos europeus portuguezes que se acham no Brazil, aos quaes sua fidelissima deve toda a protecção, sendo permit-

caram, tendo ulteriormente mudado de senti-  
porção que foram vendo consolidada, e geral-  
cia, e garantidos seus direitos individuaes, a-  
bem hoje reunidos á nação brasileira, por que  
com a generosidade que a caracteriza, e que  
ser contestada sem manifesta injustiça.

N'estes termos, não ha a quem se applica  
que s. ex.<sup>a</sup> insinúa, pois quanto aos que não  
causa do Brazil, já aqui não existem, e tão-  
sido a nação brasileira, que até tem feito re-  
sioneiros ao seu paiz; e os que a abraçaram  
e não necessitam de mais protecção que a do

Pelo que toca ao procedimento havido com  
tugueza *Voador*, que s. ex.<sup>a</sup> trata de hostil e  
pre observar, que elle não foi mais que o fru-  
stancias, e do systema adoptado, visto que a  
artilhada e petrechada, contra o estylo das  
deixou de usar, quando convinha, e era oppor-  
proprio. Entretanto sua magestade imperial te-  
imperiales ordens, para que em o competente  
que este assumpto conforme o direito das ge-  
imperio se respeita como em outra qualquer

Renovando, pois, o abaixo assignado a d-  
cedente, de não entrar em qualquer discussã-  
missão de s. ex.<sup>a</sup>, por ter faltado á condiçã-  
resta assegurar a s. ex.<sup>a</sup> que sua magestade



da immuidade, que lhe compete pelo direito das gentes, quando a qualidade parlamentar se pôde mais evidente, e realmente provar pelos documentos competentes, qual é o passaporte que será apresentado quando for exigido. E não pôde deixar de ser sabido de sua magestade imperial, que a corveta içou, e firmou a bandeira parlamentar logo que pelo officio do ajudante da fortaleza, que lhe mandou arriar a bandeira portugueza, e tirar o leme, veio no conhecimento de que ella não era reconhecida, nem consentida como mera embarcação portugueza. Se, não obstante tudo isto, o governo de sua magestade imperial continuar a insistir na duração de tão hostil detenção, nada será mais extraordinario aos olhos do mundo.

O abaixo assignado não pôde deixar por fim de protestar contra taes procedimentos, que fazem a guerra no momento, em que franca, e confiadamente se deseja só a paz.

O abaixo assignado aproveita esta occasião para offerecer a s. ex.<sup>a</sup> os protestos da sua mais distincta consideração. Bordo da corveta portugueza parlamentar *Voador*, surta no Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1823. — *Conde de Rio Maior*. — Ao ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. José Joaquim Carneiro de Campos. — *Simeão Estellita Gomes da Fonseca*.

---

#### DOCUMENTO N.º 134-B

(Citado a pag. 399)

**Resposta dada ao conde de Rio Maior pelo dito ministro José Joaquim Carneiro de Campos, participando-lhe que a independencia do Brazil era negocio decidido**

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — O abaixo assignado, conselheiro, ministro e secretario d'estado dos negocios do imperio, e dos estrangeiros, accusa a recepção da nota, que o sr. conde de Rio Maior, do conselho de sua magestade fidelissima, e seu gentil-homem da camara, acaba de dirigir-lhe de bordo da

corveta *Voadora*, com a data de 18 de setembro, em a qual, respondendo á que recebera na véspera pelo abaixo assignado, exigindo saber, da parte do gabinete imperial, os verdadeiros fins com que viria ao porto: participa, que não podendo os ultimos successos de Portugal, pela sua natureza, deixar de obrigar a fidelidade fidelissima, a fazer d'elles uma conveniente paragem para o seu augusto filho, nasceu d'aqui a idéa de mandar cessar as hostilidades, e ao mesmo tempo mandar em commissão pessoas da sua confiança, auctorisadas para tratar da evacuação das forças de mar e terra, que se acham na Bahia, mas tambem, como consequencia dos poderes em commissão, tratar da sorte e situação dos diversos portuguezes, que se achem no Brazil, aos quaes a fidelidade fidelissima deve toda a protecção, sem comissão auctorisado para reconhecer a independencia e a integridade d'este imperio.

O abaixo assignado acha-se, pois, na necessidade de comunicar a s. ex.<sup>a</sup>, que, reconhecendo-se pela sua natureza vir com effeito encarregado de uma commissão do gabinete de Portugal, mas sem vir munido de poderes para reconhecer *in limine* a independencia e integridade do Brazil, como aliás se requeria para servir de columna para reprimir a toda e qualquer proposta, ou negotio que o governo portuguez tivesse de iniciar; e tendo sua conducta, uniforme com os sentimentos da assemblea geral, que é a representante do povo, e com a opinião publica, que se acha envolvido claramente, tido a anticipação de mandar a s. ex.<sup>a</sup> logo á sua chegada, que não seria admittida, sem ouvidas suas propostas, sem aquelle essencial, e indispensavel requisito, para que s. ex.<sup>a</sup> confessa não vir auctorisado a julgar, portanto, o abaixo assignado impropria toda e qualquer ulterior discussão sobre os assumptos da commissão.

Entretanto não póde o gabinete imperial ver com tranquillidade a errada opinião, que uma fatal prevenção, e exactas informações, tem suscitado no gabinete

amente ao estado presente do Brazil; e ponderando  
 o a sua delucidação contribuirá no futuro á suspensão  
 stituições, que tanto repugnam á humanidade, e que  
 magestade imperial, por sua parte está prompto a fazer  
 logo que isto se compadeça com os interesses e digni-  
 te imperio, se apressa o abaixo assignado a obser-  
 sr. conde de Rio Maior, que a independencia politica  
 Brazil é o voto geral de todos os seus habitantes; que a  
 mação d'ella fôra effeito do estado de virilidade, em  
 e achavam estes povos, unicos do novo mundo que  
 jaziam dependentes do antigo; que a propria conscien-  
 as suas faculdades, progresso e recursos, motivára a  
 emancipação, sem que jamais se deva presumir, que a  
 lução de Portugal, as injustiças das suas côrtes, ou ou-  
 quaesquer eventos de condição precaria, podessem ser  
 as que causas occasionaes da acceleração d'este natural  
 contecimento; que um grande povo, depois de figurar na  
 da das nações independentes, jamais retrograda de sua re-  
 apresentação politica; que seja qual for a sorte de Portugal,  
 esta não terá sobre o Brazil outra influencia mais, que aquella  
 naturalmente derivada do systema geral de diversas socieda-  
 des politicas entre si; que todos os esforços, que Portugal fi-  
 zer para arredar este imperio dos fins, que tem solemne-  
 mente proclamado, serão portanto infructuosos, muito mais  
 com a superveniente fórma de governo absoluto, a que vol-  
 tou: e em logar de conciliar os espiritos, como sua mages-  
 tade fidelissima parece desejar, e é proprio do regio coração  
 de um virtuoso e sabio monarcha, contribuirão pelo contra-  
 rio a prolongar o resentimento, a desconfiança e azedume,  
 e com elles a epocha de uma paz, ao proprio Portugal van-  
 tajosa.

Sente, pois, o gabinete imperial, que essa annunciada com-  
 missão, em logar de abranger fins mais amplos, e os unicos  
 que as circumstancias prescreviam, se limitasse: 1.º, a tra-  
 zar da evacuação das tropas da Bahia, que não tem logar,  
 por haverem já sido expulsas pelo valor brasileiro; 2.º, á  
 protecção dos europeus portuguezes residentes no Brazil,

sejava fazer o que agora se lhe aconselhava, ferido até chegar o marechal Felsbarto; queimar que elle não tivesse chegado mais cedo, a conferencia promettendo de pôr na presença real tudo o que n'ella se tinha passado. O que disse o agente estrangeiro, representou elle a ocasião que se offereceu ao principe, que o acceptou promettendo de fazer d'isso objecto da sua occupação com os seus ministros.

O resultado, porém, foi mandar submeter á assemblea legislativa, a qual, á imitação de Lisboa, se tem apoderado de tudo, e exige que tudo lhe apresentem. Em sessão secreta recebeu informação do ministro dos negocios estrangeiros, diz se, que, depois de um debate que durou o dia, veu-se que ficava rejeitada a proposição relativa á sede da monarchia; que as mais seriam referidas ao conselho, para decidir sobre ellas; e emquanto á abolição do commercio da escravatura, assentou-se em que o prazo devia ser quatro annos.

A introdução d'esta clausula por parte do governo, e a resolução de submeter tudo á assemblea, pela impossibilidade de pôr em marcha a negociação aconselhada, e elle parece desejar. No emtanto, o marechal Felsbarto, que se acha em Lisboa, não se dá por satisfeito com o resultado da conferencia, e deseja que se faça mais.

los os dias se espera saber que ella se acha ali proclama-  
 . Em S. Paulo, e vizinhança, existe bastante fermentação;  
 a anarchia ameaça de se estabelecer por toda a parte; o era-  
 do Rio de Janeiro tem um grande *deficit*; e nenhuma pro-  
 cia do Brazil contribue com cousa alguma para o alliviar.  
 o principe vae perdendo todos os dias da sua popularidade.  
 itou todos os decretos, que ao principio recusou assignar,  
 ando o principal, que o priva da sancção, a que não que-  
 renunciar.

Em conclusão, se o receio do apoio de Portugal desappa-  
 er, e sua alteza o não receber de qualquer outra parte,  
 vemente será o principe obrigado a procurar um asylo  
 Europa; e o Brazil, como toda a America, apresentará o  
 ectaculo de uma federação de republicas, como clara-  
 te preconisa o discurso, que acaba de se publicar, do  
 idente dos Estados Unidos.

Dis-aqui o que julguei dever informar a v. s.<sup>a</sup> relativa-  
 te ao estado do Brazil, a fim de que se possa fazer d'esta  
 rmação o uso que for compativel com as suas instrucções.  
 ce-me, todavia, que fará um verdadeiro serviço ao go-  
 do nosso augusto amo, se, nas communicacões que ti-  
 com esse ministerio, aproveitar todas as occasiões de fa-  
 sobresair, a par do inaudito procedimento do governo  
 do Rio de Janeiro, a moderação e generosidade, com que  
 magestade não tem cessado de tratar o Brazil.

Deus guarde a v. s.<sup>a</sup> Londres, 31 de dezembro de 1823.—  
 Luiz Antonio de Abreu e Lima. = *Rafael da Cruz Guer-  
 ro.*

## DOCUMENTO N.º 135

(Citado a pag. 324)

Protocollos das conferencias, havidas em Londres no anno de 1824, entre os plenipotenciarios brazileiros, Felisberto Caldeira Brant e Pontes, e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, e o plenipotenciario portuguez, conde de Villa Real, debaixo da mediação da Inglaterra e Austria, para a reconciliação do Brazil e Portugal, representando a primeira d'estas potencias mr. Canning, e a segunda d'ellas o cavalheiro Neumann, e o principe Esterhazy

Protocollo da primeira conferencia, em 12 de julho de 1824

Presents: Mr. le comte Villa Real, mr. le général Brant, mr. le chevalier Gameiro, mr. le chevalier de Neumann, e mr. Canning.

Mr. le plenipotentiaire de Portugal, et mrs. les plénipotentiaires du Bresil, ayant demande les bons offices des gouvernements britannique et autrichien a l'effet d'operer une réconciliation entre le Portugal et le Bresil, et s'étant réunis à cet effet en presence de mr. Canning, secrétaire d'état de sa majesté britannique, pour les affaires étrangères, et mr. le chevalier de Neumann, chargé d'affaires de sa majesté royal et apostolique auprès de la cour de Londres; mr. de Villa Real, et mrs. les plenipotentiaires du Bresil ont exhibé à la conference leurs pleins pouvoirs respectifs, et apres les avoir lus, mr. de Villa Real a observe, que puisqu'il n'était pas nécessaire, pour le moment, d'échanger ces instrumens, il se contentait de protester verbalement contre les titres du prince au nom duquel les pleins pouvoirs de mrs. les plénipotentiaires brésiliens avaient été delivres.

Mr. de Villa Real a ensuite demande aux plénipotentiaires brésiliens de vouloir bien lui expliquer quelles étaient les propositions qu'ils avaient à faire au Portugal.

Mrs. les plenipotentiaires brésiliens ont répondu qu'ils demandaient du Portugal la reconnaissance de l'indépen-

du Brésil, et de sa catégorie politique. A quoi mr. de Villa Real a observé qu'avant toute autre discussion, il y avait trois points sur lesquels il désirait avoir des explications et des assurances : savoir : si mrs. les plénipotentiaires brésiliens pouvaient promettre : 1<sup>o</sup>, la cessation des hostilités de la part du Brésil contre le Portugal ; 2<sup>o</sup>, le rétablissement de relations de commerce entre les deux pays ; 3<sup>o</sup>, la restitution des propriétés et vaisseaux portugais, saisis par les brésiliens, ou une indemnité.

Mrs. les plénipotentiaires brésiliens ont répondu qu'ils n'étaient pas autorisés à donner ces promesses ; mais qu'ils pouvaient assurer que de fait les hostilités avaient été suspendues de la part du Brésil, depuis le mois de novembre dernier, qu'ils avaient déjà écrit pour presser la continuation de cette suspension ; et que la négociation étant à présent ouverte, ils écrivaient sans perte de temps à leur gouvernement sur les deux autres points.

Mrs. les plénipotentiaires du Brésil ont de leur côté demandé des explications sur l'expédition qu'on préparait dans les ports du Portugal contre le Brésil ; sur quoi mr. de Villa Real a répondu que cette expédition ne mettrait à la voile que dans le cas du renouvellement des hostilités de la part du Brésil, ou de la rupture de la présente négociation, et que de sa part il était disposé à continuer cette négociation dans l'espérance que les trois points sus mentionnés seraient admis de la part du Brésil aussitôt que les communications de mrs. les plénipotentiaires du Brésil y seraient parvenus.

Sur quoi la séance a été levée.

---

Protocollo da segunda conferencia, em 19 de julho de 1824

Présents : Mr. le comte de Villa Real, mr. le général Brant, mr. le chevalier Gameiro, mr. le prince Esterhazy, mr. Canning, mr. le chancelier de Neumann.

Le protocole de la dernière séance a été lu et approuvé.

Mrs. les plénipotentiaires brésiliens déclarent qu'ils ont écrit à leur cour par la maille du 14<sup>e</sup> sur les trois points que



mr. le comte de Villa Real a suggéré dans la dernière conférence, demandant une prompt réponse, et surtout qu'elle soit précédée d'un acte public, concernant la suspension des hostilités: et comme ils pouvaient assurer que tout serait accordé immédiatement, si l'indépendance du Brésil était reconnue, ils prient mr. le comte de Villa Real de leur dire s'il est autorisé de reconnaître l'indépendance et de leur remettre les nouveaux titres du Brésil.

Mr. le comte de Villa Real a répondu qu'il envisageait trois points susdits comme préliminaires à toute négociation, que cependant il n'avait pas voulu arrêter la négociation de celle-ci dans l'espoir que ces trois points seraient bientôt réglés; et qu'il était en conséquence prêt à continuer cette négociation, pourvu qu'on n'exige pas comme condition préalable la reconnaissance de l'indépendance; sa majesté très catholique dans la supposition que cette demande préalable ne soit pas faite, ayant consenti à ne pas mettre en avant sa prétention incontestable de souveraineté sur le Brésil.

Sur cela mr. Canning a proposé pour faciliter la conclusion de la négociation de rédiger un projet de reconciliation qui serait ensuite pris en considération par les deux parties; cette idée a été agréée par les deux parties. Cette idée a été acceptée par les plénipotentiaires brésiliens, et mr. le comte de Villa Real a déclaré que faute d'autorisation pour la discuter, il s'empresserait de transmettre un tel projet à son gouvernement.

Mrs. les plénipotentiaires brésiliens ont demandé la restitution des prisonniers brésiliens, qui se trouvent actuellement en Portugal; et ont déclaré que si mr. le comte de Villa Real pouvait consentir à leurs demandes, qu'ils envoient de suite des bâtiments en Portugal pour amener ces prisonniers au Brésil <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Estes prisioneiros, eram aquelles individuos que os governos portuguezes de algumas provincias do norte do Brazil tinham para Portugal como perturbadores da ordem, quando n'elles se começou a manifestar o partido da independencia, o governo portuguez libertou-os poz por esta occasião em liberdade.

Mr. le comte de Villa Real a répondu qu'il n'avait pas des pouvoirs suffisants pour accorder cette demande, mais qu'il la transmettrait sans délai à sa cour.  
 Sur quoi la séance a été levée.

# Protocollo da terceira conferencia, em 9 de agosto de 1824

Présents: Mr. le comte de Villa Real, mr. le général Brant, mr. le chevalier Gameiro, mr. Canning, le prince Esterhazy, mr. le chevalier de Neumann.

Le protocole de la dernière conférence a été lu et approuvé.  
 Mr. de Villa Real a annoncé qu'il avait écrit à sa cour à l'égard des sujets brésiliens détenus en Portugal, et a déclaré que son gouvernement avait relâché et ordonné la restitution du vaisseau brésilien, nommé *Jervis*; il a demandé ensuite à Mrs. les plénipotentiaires brésiliens, s'ils avaient déjà reçu l'autorisation de faire une déclaration sur les trois points mentionnés dans le protocole de la première séance.

Mrs. les plénipotentiaires brésiliens ont répondu qu'à l'égard de la première question, c'est-à-dire, celle relative aux hostilités, ils avaient déjà reçu des assurances positives de leur gouvernement, qu'aucune tentative ne serait faite de la part du Brésil contre les colonies portugaises. Que sur les deux autres questions, ils n'avaient encore aucune explication à donner; mais qu'ils réfèrent Mr. le plénipotentiaire portugais à Mr. Canning, pour les réponses que le gouvernement de sa majesté britannique pourrait avoir reçu sur ces objets du gouvernement brésilien.

Mrs. les plénipotentiaires du Brésil ont demandé l'insertion au protocole de la déclaration suivante: «qu'ils continueraient la négociation dans l'espoir qu'elle terminerait par la reconnaissance de l'indépendance du Brésil».

Mr. le plénipotentiaire de Portugal a déclaré qu'il ne pouvait rien promettre qui invaliderait les droits de souveraineté de sa majesté très fidèle: mais que l'objet de cette négociation entre le Portugal et le Brésil il la continuerait d'après

les principes énoncés par lui dans les protocoles.

Mr. Canning a présenté à la conférence un projet de conciliation qu'il avait préparé d'après l'offre, qu'il en a faite à la conférence précédente.

Mr. Canning en a donné copies à mrs. les plénipotentiaires de Portugal, du Brésil et d'Autriche; mais comme ayant été rédigé seulement comme moyen de faciliter la réconciliation, il a été convenu de ne pas le mettre au protocole.

Mr. Canning a ajouté, qu'il ne se tenait pas du tout à la forme, ni à la substance de ce projet; que peut-être prenant en plus mûre considération il y ferait des modifications lui-même; et qu'il invitait messieurs les plénipotentiaires de lui faire, le plus franchement possible, les observations là dessus.

Sur quoi la séance a été levée.

---

Protocollo da quarta conferencia, em 11 e 12 de Janeiro de 1824

Présents: Mr. Canning, mr. le prince Esterhazy Neumann, mr. le comte de Villa Real, mr. le général mr. le chevalier Gameiro.

Le protocole de la dernière séance a été lu et a été approuvé.

Mr. le plénipotentiaire de Portugal a annoncé qu'il avait adressé à s. exc<sup>te</sup> mr. Canning ensuite de ce qui a été dit par mrs. les plénipotentiaires brésiliens dans la dernière conférence, a appris avec peine que le gouvernement britannique n'a point accédé aux représentations qui lui ont été faites par mr. Chamberlain<sup>1</sup>, d'après l'ordre du gouvernement britannique, au sujet des trois points, que le gouvernement portugais a toujours annexés comme des points non applanis, et devoir servir de préliminaires à toute négociation. Le gouvernement du Brésil n'a pas même in-

<sup>1</sup> Era o agente, ou consul geral de Inglaterra no Rio de Janeiro.

une légère intention de vouloir accéder à ces trois points, et même celle de faire cesser les hostilités ; mais il a simplement referé le gouvernement britannique aux instructions qu'il enverrait à mrs. les plénipotentiaires brésiliens. Le plénipotentiaire portugais ayant pris sur lui l'immense responsabilité de ne pas insister sur l'admission de ces trois points à mrs. les plénipotentiaires brésiliens, ne peut plus aujourd'hui entretenir cet espoir contre les faits, qui reportent les dernières informations qui sont arrivées de Rio Janeiro, des déclarations peu satisfaisantes qui ont été faites par mrs. les plénipotentiaires brésiliens dans la dernière conférence. Il se voit donc forcé à regret d'attendre des nouvelles d'instructions de sa cour, devant porter à sa connaissance, que les représentations qui ont été adressées au gouvernement de Rio Janeiro, n'ont point été agréées par lui, quoique elles sont de toute justice, et qu'elles ayant été considérées ainsi, non-seulement par le cabinet de Londres, mais aussi par celui de Vienne, qui les a fait appuyer auprès du gouvernement de Rio Janeiro.

Mrs. les plénipotentiaires brésiliens ont dit qu'ils n'ont pas répondu à la première demande de mr. le plénipotentiaire portugais par ce qu'ils étaient chargés de le faire à s. ex<sup>te</sup> Canning, la demande primitive ayant été faite au gouvernement brésilien par le consul général de sa majesté britannique. Qu'aujourd'hui ils pouvaient assurer mr. le plénipotentiaire portugais que le gouvernement brésilien en avait obtenu les désirs des cours de Londres et d'Autriche, et avait pris la résolution de cesser les hostilités, de discontinuer les sequestres, et de faciliter les relations de commerce entre le Portugal et le Brésil, avec le ménagement qu'il doit avoir pour l'opinion publique, si fortement prononcée contre toute correspondance avec le Portugal avant la reconnaissance formelle de l'indépendance du Brésil. Que ces ménagements sont si nécessaires au maintien de la royauté dans le nouveau monde, que le gouvernement brésilien croit qu'ils sont approuvés par les cours d'Autriche et de Londres, ainsi que par le Portugal lui même.

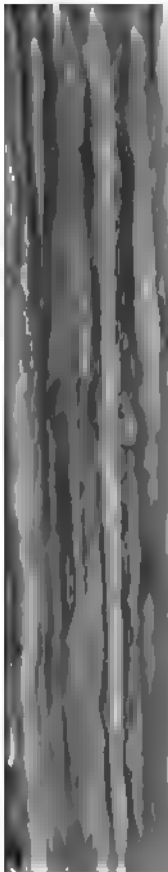
Mr. le plénipotentiaire portugais a répondu que les assurances des plénipotentiaires brésiliens ne reposant pas sur des faits, mais sur des considérations morales, il ne pouvait que les porter à la connaissance de sa cour et attendre ses instructions. Il répétait en même temps qu'il ne pouvait espérer que les représentations de Mrs. les plénipotentiaires brésiliens auraient plus d'effet que celles qui ont déjà été faites par les puissantes interventions de l'Autriche et de l'Angleterre.

Mrs. les plénipotentiaires brésiliens ont répondu que la démarche des deux cours était faite dans une époque où des négociations n'étaient pas encore ouvertes entre le Brésil et le Portugal. La demande de Mr. le plénipotentiaire du Portugal, ayant été présentée par suite de l'ouverture des négociations, Mrs. les plénipotentiaires brésiliens espèrent que cette démarche serait agréée, et que le résultat en serait tout à fait satisfaisant. Mrs. les plénipotentiaires brésiliens, en se référant à l'invitation contenue dans le protocole précédent, de faire leurs observations sur le projet présenté par Mr. Canning comme moyen de réconciliation, ont dit qu'ils adoptent comme le leur ce projet de réconciliation, en réservant le droit de le discuter, avec Mr. le plénipotentiaire portugais, et de le signer sous *spe rati*, et qu'ils invitent Mr. le plénipotentiaire portugais de le transmettre à sa cour.

Le plénipotentiaire portugais a observé que d'après la déclaration qui est consignée dans ce protocole et dans les précédents, il n'est pas autorisé à accepter, ni à transmettre le projet de réconciliation entre le Portugal et le Brésil, qui porte atteinte aux droits légitimes de sa majesté très-fidèle sur le Brésil; mais que Mrs. les plénipotentiaires brésiliens ayant adopté ce projet comme le leur, il ne peut s'opposer vu le délai qui en résulterait pour la négociation, à ce qu'il soit transmis par un intermédiaire au gouvernement de sa majesté très-fidèle, auquel il rendra compte de ce qui se passe à cet égard, afin de recevoir de sa cour des ordres ultérieurs. Mrs. les plénipotentiaires brésiliens ont ensuite

Mr. Canning a répondu qu'il se prêterait volontiers au désir exprimé par Mrs. les plénipotentiaires brésiliens, et qu'il transmettrait le projet à la cour de Lisbonne, ou conjointement avec les plénipotentiaires d'Autriche, ou seul, si ces messieurs ne se trouvaient pas autorisés à prendre part à cette transmission.

Mrs. les plénipotentiaires d'Autriche ont déclaré que jusqu'à présent ils s'étaient abstenus de débiter officiellement aucune opinion depuis l'ouverture de cette négociation, le désir principal de leur gouvernement ayant été que l'objet important qui avait réuni Mrs. les plénipotentiaires portugais et brésiliens fut principalement considéré par eux comme une affaire de famille à régler de gre à gre, chacune des parties étant le meilleur juge de son intérêt, et des sacrifices que l'une ou l'autre croira devoir faire à la force des circonstances. Le gouvernement autrichien a toujours agi avec le sentiment de la plus parfaite impartialité, en donnant sous une forme amicale et confidentielle, tant au Rio Janeiro qu'à Lisbonne, les conseils qu'il croyait pouvoir être dans l'intérêt de chacun, à l'effet d'opérer une réconciliation si désirable pour les deux pays. Le gouvernement autrichien eut préféré que Mrs. les plénipotentiaires brésilien et portugais eussent pu s'entendre à l'amiable, et procéder dans cette négociation, sans avoir besoin de recourir constamment aux puissances dont ils ont demandé les bons offices; mais depuis que cette négociation a acquis un caractère plus officiel, qu'elle ne semblait devoir obtenir au premier abord, les plénipotentiaires autrichiens par le même sentiment d'impartialité qui a guidé leur gouvernement dans toute cette affaire, croient en devoir s'ils ne déclarent pas ici que tout en sentant la nécessité d'un arrangement, qui mette fin aux malheureux différends qui existent entre le Portugal et le Brésil, ils n'en-



a prendre part à la transmission au gouvern  
du projet de réconciliation mentionné dans  
cole, projet qui d'ailleurs sera, sans leur ex  
la connaissance de ce gouvernement par le  
britannique, Mr. Canning a ajouté qu'il se  
séquence à lui seul de transmettre ce proje  
drait les réponses qu'il pourrait recevoir d  
inviter ces messieurs à une nouvelle confér  
les plénipotentiaires sont tous généraleme  
dans l'intervalle, le manque d'une réunion  
pècherait pas mrs. les plénipotentiaires pe  
liens de s'entendre et de se fournir réc  
explications propres à faciliter un arrange  
tatisfaisant.

Sur quoi la séance a été levée.

---

**Protocollo da quinta conferencia, em 11 de n**

Présents : Mr. le comte de Villa Real, le p  
mr. Canning, mr. de Neumann, mr. le géné  
chevalier Gameiro.

Mr. le plénipotentiaire portugais a annonc  
ordre de son gouvernement de présenter à  
tentaires brésiliens une esquisse d'un acte  
entre le Portugal et le Brésil, et a fait en m



dérivée et concédante du gouvernement portugais dans cette négociation. Il doit rappeler d'abord que les seules bases sur lesquelles sa majesté très-fidèle a consenti à entrer en négociation avec le gouvernement du Rio de Janeiro étaient la cessation totale de toute sorte d'hostilités de la part de ce gouvernement, la restitution et l'indemnisation des prises faites sur les portugais, et enfin le rétablissement du commerce entre les deux pays. Sa majesté très-fidèle a déclaré que si l'on accédait à ces trois points de la part du Brésil, il consentirait à entrer en négociation sans exiger la reconnaissance préalable de sa souveraineté sur le Brésil, pourvu que de l'autre côté on n'exigerait point la reconnaissance préalable de l'indépendance du Brésil.

Ces principes reconnus justes par le cabinet britannique, et par le cabinet autrichien, ont été présentés et appuyés par le premier auprès du gouvernement de Rio Janeiro, le cabinet autrichien les ayant également appuyés aussitôt qu'il en eut connaissance. Il sembla donc indubitable qu'après de telles démarches le gouvernement du Rio Janeiro ne se refuserait à les admettre explicitement.

Sa majesté très-fidèle aurait décidé retarder la négociation, s'il n'était animé du désir bien sincère d'accélérer au contraire la négociation entre les deux pays. Il n'aurait eu qu'un motif trop just d'attendre des assurances positives du gouvernement du Rio Janeiro sur l'admission des bases qui lui avaient été présentées. Cependant aussitôt qu'il apprit que les plénipotentiaires brésiliens étaient arrivés en Angleterre, il nomma un plénipotentiaire pour entrer en négociation avec eux. On se rappellera sans doute que le plénipotentaire portugais étant encore dans l'incertitude sur la résolution du gouvernement du Rio Janeiro, à l'égard des bases qui lui avaient été présentées, et ayant seulement l'espoir qu'elles seraient adoptées par lui, a déclaré positivement que l'expédition qui se préparait en Portugal ne mettrait à la voile, que dans le cas de la rupture de la négociation, ou du renouvellement, ou continuation des hostilités.

On a vu cependant dans les premières conférences que

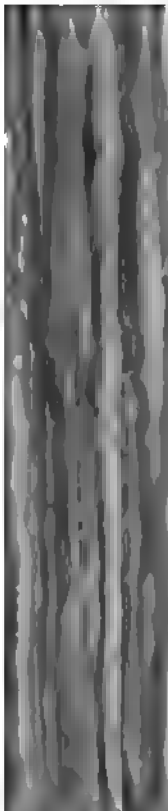
mrs. les plénipotentiaires du Brésil ne se conformaient au principe de mettre de côté la reconnaissance de l'indépendance du Brésil, et d'après cela il aurait peut-être dû le devoir du plénipotentiaire portugais d'arrêter aussitôt la négociation. Mais tout en maintenant les droits légitimes et contestables de son souverain le plénipotentiaire portugais a encore facilité la marche de la négociation, en attendant d'après quelques explications d'une nature pliante de mrs. les plénipotentiaires du Brésil, qu'il a pu s'entendre avec eux sur les bases d'un arrangement avantageux aux deux pays, puis que sa majesté britannique qui avait déjà antérieurement et par un acte spontané placé le Brésil à la catégorie de royaume, était toujours disposée à lui en confirmer les avantages en lui accordant une reconnaissance tout à fait indépendante.

«C'est lorsque la négociation marchait à ce point qu'il reçut la nouvelle de la condamnation du brick portugais *Arcturion*. Elle n'a pu que produire une impression très faible dans l'esprit de mrs. les plénipotentiaires d'Angleterre, qui auraient justifié pleinement le plénipotentiaire portugais de rompre la négociation. Cependant voulant toujours aller à quel point sa majesté très-fidèle portait sa modération, le plénipotentiaire portugais a consenti encore à poursuivre la négociation, lorsque l'on eut connaissance des réponses satisfaisantes que le gouvernement du Rio Janeiro a données aux représentations, qui lui furent adressées par ordre du gouvernement britannique.

«On observera d'abord que le ministre du Brésil avait répondu aux premières représentations que le gouvernement britannique lui a faites pour l'engager à faire cesser les hostilités contre les portugais, que le gouvernement du Brésil avait donné toutes les instructions nécessaires aux plénipotentiaires en Angleterre. Mais lorsque ils furent reçus par le plénipotentiaire portugais, ils répondirent à la première conférence, que les hostilités avaient cessé de fait, et se refusèrent à faire une déclaration à cet égard, en ajoutant qu'ils en écriront de nou-

ment. Une seconde démarche plus positive encore  
 eue ayant été faite par mr. Chamberlain auprès  
 du Rio Janeiro, auquel il a représenté que  
 ment ne pourrait avec justice, ni avec prudence,  
 à l'ouverture qui lui était faite par la mere patrie,  
 du croire qu'à la suite d'une intervention aussi  
 il aurait muni les plénipotentiaires d'instructions  
 tes, d'autant plus que le gouvernement du Rio Ja-  
 rapporté de nouveau aux explications qui don-  
 nt mrs. les plénipotentiaires bresiliens. Lorsque ceux-ci  
 interpellés, ils ont dit seulement: 1<sup>o</sup>, quant à la ces-  
 des hostilités, que le gouvernement du Rio Janeiro  
 querait point les colonies portugaises, ce qui ne revient  
 à une déclaration positive qu'il ferait cesser toutes sor-  
 d'hostilités contre les portugais; 2<sup>o</sup>, quant au rétablis-  
 ent des relations de commerce, mrs. les plénipotentiaires  
 bresiliens ont declare seulement que le gouvernement du Rio  
 Janeiro le faciliterait avec les précautions qu'exigerait l'opi-  
 nion publique du Brésil, ce qui revient à dire que le com-  
 merce direct ne serait point rétabli; 3<sup>o</sup>, pour ce qui regarde  
 le sequestre des propriétés portugaises, mrs. les plénipoten-  
 tiaires bresiliens ont dit qu'il ne serait point continué, quoi-  
 qu'il soit connu de tout le monde, qu'il n'existait plus alors  
 les propriétés portugaises au Brésil. Mais ils n'ont rien dé-  
 claré sur d'indemnisation des propriétés qui avaient été se-  
 questrees, et ils n'ont donné aucune explication sur la con-  
 damnation du brick *Voador*, condamnation contraire aux  
 principes du droit des gens, reconnus même parmi les na-  
 tions les moins civilisées, et d'autant plus extraordinaire  
 quelle a été faite au moment où l'on savait que la négocia-  
 tion était ouverte à Londres.

•Le plénipotentiaire portugais croit inutile d'entrer dans  
 un plus grand développement de ces faits pour mettre en  
 évidence toutes les facilités, que le roi son auguste maître a  
 données pour parvenir à conclure un arrangement qui put  
 réconcilier les deux pays, tandis que de la part du gouver-  
 nement du Rio Janeiro, on n'a insisté que sur un seul point,



de sa modération, sa majesté a ordonné à  
de présenter à mrs. les plénipotentiaires b  
d'un acte de réconciliation aussi honorab  
pour les deux pays. Mrs. les plénipotentia  
de l'Angleterre ne pourront que rendre j  
dération qui règne dans tous les articles c  
propose et à l'esprit de conciliation que sa  
a fait voir dans tout le cours de cette nég  
cette conviction que le plénipotentiaire po  
mrs. les plénipotentiaires d'Autriche et  
appui efficace en faveur de l'acte de récon  
sente à mrs. les plénipotentiaires brésilier

Sur quoi l'esquisse de cet acte a été déli  
en ont été données à mrs. les plénipotenti  
et de la Grande-Bretagne, et la séance a é

---

Projecto de tratado, a que se referem os  
ceira e quarta conferencias, tendo sido  
mr. Canning aos plenipotenciarios de  
(Traduzido do inglez.)

Artigo 1.º As duas partes, européa e a  
minios da illustre casa de Bragança, serão  
diante distinctos e independentes

**Art. 3.º** Haverá perpetua paz, e a mais estreita amisade e aliança entre os governos, e as nações portugueza e brasileira.

**Art. 4.º** Está entendido que todas as hostilidades da parte do Brazil contra os territorios, navios e vassallos de Portugal tem já cessado. Os navios, e propriedade portugueza,prehendidos d'aqui em diante, serão restituídos, ou quando a restituição da propriedade for impraticavel, serão indemnizados os proprietarios, quer a propriedade pertença ao governo, quer a particulares. Todos os vassallos portuguezes, existentes no Brazil, terão a liberdade, ou de voltar para Portugal com as suas propriedades, ou de residir no Brazil, sem que sejam molestados, á sua propria escolha.

**Art. 5.º** Da mesma fôrma todas as pessoas do Brazil, e propriedade embargada em Portugal, será d'aqui em diante desembaraçada e restituída, ou quando a restituição da propriedade seja impraticavel, será indemnizado o proprietario, se a propriedade pertença ao governo do Brazil, quer a particulares. Todos os vassallos brasileiros em Portugal terão liberdade de, ou voltarem para o Brazil com as suas propriedades, ou de ficarem em Portugal sem serem molestados, á sua propria escolha.

**Art. 6.º** O governo do Brazil obriga-se a não acolher qualquer proposição, que lhe possa ser feita para a alienação de Portugal, ou para união com o Brazil, de quaesquer outras unias, ou estabelecimentos pertencentes a Portugal.

**Art. 7.º** O governo portuguez obriga-se a evacuar d'aqui em diante qualquer posto, ou logar que podesse continuar occupar no territorio do Brazil.

**Art. 8.º** Nomear-se-hão para o futuro commissarios para a execução dos artigos 4.º e 5.º d'este tratado.

**Art. 9.º** Nomear-se-hão plenipotenciarios para a negociação de um tratado de commercio entre os dois paizes, no qual cada um d'elles será collocado pelo outro no pé ao melhor da nação mais favorecida.

**Artigos additionaes sobre o modo de execuçã  
do artigo 2.º do tratado**

**Artigo 1.º** O segundo artigo do presente tratado  
sim executado.

**Art. 2.º** El-rei de Portugal voluntariamente cede  
lho, D. Pedro, todos os seus direitos no Brazil.

**Art. 3.º** O imperador do Brazil declara a sua esp  
dade em renunciar o seu direito pessoal de success  
rôa de Portugal.

**Art. 4.º**, e secreto. Como sobre a aceitação da  
pessoal do imperador do Brazil, D. Pedro, á corôa d  
gal, as côrtes de Portugal terão de fixar aquelle d  
do imperador, que ha de ser chamado á successão d  
corôa, fallando o presente rei, está entendido que  
côrtes podem chamar áquella successão o filho m  
do dito imperador do Brazil, ou a filha mais velha,  
de descendencia masculina.

---

**Esboço de um tratado de reconciliação entre Port  
Brazil, apresentado pelo plenipotenciario portug  
de de Villa Real, na quinta conferencia, que para  
se teve em Londres, entre os plenipotenciarios ac  
cionados**

**Artigo 1.º** As duas partes, européa e americana,  
narchia portugueza, terão para o futuro, debaixo da  
nia do senhor D. João VI, e dos seus legitimos descen  
uma administração respectivamente independente,  
findo todavia entre ellas perpetua união. Cada uma  
poderá ter as suas instituições, e leis apropriadas  
circunstancias particulares.

**Art. 2.º** A successão das duas corôas, de Portu  
Brazil, continuará a ser regulada pelas leis fundame  
monarchia.

**Art. 3.º** Sua magestade fidelissima assumirá o  
rei de Portugal e dos Algarves, e imperador do Br  
alteza real, o principe D. Pedro, terá, durante a vul

Augusto D.º, o título de imperador regente do Brazil, como associado ao governo d'aquelle imperio.

Art. 4.º O soberano residirá para o futuro em Portugal, ou no Brazil, segundo as circumstancias o requererem. Aquelle dos dois paizes em que elle se não achar residindo, será regido pelo principe, ou princeza hereditaria da corôa, aos quaes para o futuro pertencerá só o título de regente.

Art. 5.º Os tratados politicos serão os mesmos para ambos os paizes: mas para cada um d'elles poderá o soberano concluir differentes tratados de commercio, adaptados aos seus respectivos interesses.

Art. 6.º O soberano delegará ao imperador regente, ou principe regente d'aquelle dos dois paizes em que não estiver residindo, a faculdade de prover aquelles empregos, que a boa e prompta administração do estado exigir; e sua magestade fidelissima confirmará por esta vez os títulos e cargos honorificos, assim como os empregos concedidos até ao presente no Brazil.

Art. 7.º A marinha de guerra será commum a ambos os paizes.

Art. 8.º Estabelecer-se-hão logo por lei as bases das relações commerciaes que hão de subsistir para o futuro entre Portugal e o Brazil, devendo os generos e manufacturas da lã, produccão ou industria de um e outro paiz, transportados directamente em vasos nacionaes, serem mutuamente recebidos com menores direitos do que houverem de pagar pelos mesmos generos as nações mais favorecidas, de modo a promover-se efficazmente a industria respectiva de ambos, devendo particularmente attender-se a favorecer os vinhos de Portugal, por serem o objecto mais consideravel da exportação d'este reino.

Art. 9.º A divida publica de Portugal, havendo sido contrahida para bem commum, e para defeza e manutenção de ambos os paizes, será garantida e supportada por ambos, contribuindo cada um d'elles para a sua extincção com a parte que se ajustar.

Art. 10.º Aquelle dos dois paizes em que se não achar re-



sidindo o soberano, concorrerá annualmente com a somma de . . . , para o lustre e sustentação da casa real. Sua magestade fidelissima deixará agora para o uso do imperador regente o gozo das suas propriedades e dominios particulares no Brazil.

Art. 11.º Deverão haver sempre commissarios portuguezes e brasileiros, reciprocamente residindo em ambos paizes para serem mantidos por meio d'elles as suas mutuas e reciprocas obrigações.

Art. 12.º Os agentes diplomaticos nas côrtes estrangeiras serão nomeados pelo soberano, o qual escolherá indistinctamente para esses empregos portuguezes e brasileiros as quaes deverão manter correspondencia com ambos os governos, na fôrma das instrucções de que forem munidos, e a sua manutenção pesará igualmente sobre os dois paizes.

Art. 13.º As possessões da corôa na Asia, na Africa, e nas ilhas adjacentes ao antigo continente, continuarão a ser consideradas perpetuamente como dependencias da corôa de Portugal.

Art. 14.º Cessarão immediatamente todas as hostilidades, as presas de navios, ou propriedades confiscadas, serão restituídas, ou indemnizadas pelo Brazil, não podendo n'este artigo estipular-se reciprocidade, porquanto sua magestade fidelissima não tem mandado praticar, nem permitido acto algum d'esta natureza.

Art. 15.º Nomear-se-hão commissarios de ambas as partes para ajustarem n'um praso determinado a execução do artigo precedente, assim como dos artigos 8.º, 9.º e 10.º do presente acto de reconciliação.

Art. 16.º Tanto os individuos portuguezes, que se acham no Brazil, como os brasileiros residentes em Portugal, estarão sempre em perfeita liberdade de continuarem a residir onde se acham, ou de regressarem para as suas respectivas patrias, podendo transportar, ou vender, se quizerem, os bens moveis, ou immoveis, que possuirem.

Art. 17.º Os actos legislativos, tanto para um, como para outro paiz, emanarão sempre da auctoridade do soberano,

porém, n'aquelle dos dois paizes em que o soberano não residir, poderá o regente, quando a urgencia das circumstancias o pedir, promulgar leis, as quaes serão todas como validas por espaço de um anno, dentro do qual se deverá procurar a saneção do soberano.

Art. 18.º Uma vez que depois da aceitação final d'este acto qualquer das duas partes da monarchia, ou das suas provincias, tente desmembrar-se do estado, sua magestade fidelissima se reserva a faculdade, e o direito de empregar a força para a reduzir à sua devida obediencia.

Art. 19.º Este acto de reconciliação será acompanhado da garantia de todos os governos, que quizerem tomar parte nelle, para receber d'esse modo a maior solemnidade de que for susceptivel.

#### DOCUMENTO N.º 136

(Citado a pag. 328)

Carta dos plenipotenciarios brasileiros, dirigida por elles ao Marquez de Palmella, achando-se ministro dos negocios estrangeiros em Lisboa

Londres, em 17 de abril de 1824. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Sua magestade (1), o imperador do Brazil, desejando pôr termo aos males resultantes do estado de guerra (2), que subsiste entre o Brazil e Portugal, e estando bem persuadido que sua magestade fidelissima, seu augusto pae (3), se acha animado de iguaes sentimentos, houve por bem nomear os seus plenipotenciarios, para que, conferindo n'esta côrte com o plenipotenciario, ou plenipotenciarios que forem nomeados por sua magestade fidelissima (4), hajamos de tornar effectivas as generosas intenções dos mesmos augustos senhores da maneira que for mais compativel com a dignidade de (5) ambas as corôas (6).

N. B. As emendas eram: (1) *The brazilian government*; (2) *des différents*; (3) *effacé*; (4) *their respectives governments*; (5) *Welfare*; (6) *Countries*.

É tão honrosa, e tão benefica a missão que o imperador nosso amo, foi servido confiar-nos, que temos o maior prazer em notificar-a por este meio a v. ex.<sup>a</sup>, pedindo-lhe que, digne leval-a ao conhecimento de sua magestade fidelissima, e de nos participar a resolução do mesmo augusto senhal sobre um objecto, que interessa tanto o seu paternal coração. Pediremos finalmente a v. ex.<sup>a</sup> que haja de confiar mui sinceros protestos da nossa consideração.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — De v. ex.<sup>a</sup>, ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Marquez de Palmella, os mais attenciosos e reverentes cumprimentos. — *Felisberto Caldeira Brant Pontes* — *Mmanuel Rodrigues Gameiro Pessoa*.

#### DOCUMENTO N.º 137

(Citado a pag. 332)

Carta do conde de Suberra, dirigida ao deputado brasileiro, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, no sentido de promover a antiga união do Brazil com Portugal, e resposta que o mesmo Antonio Carlos lhe deu

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Por omissão da secretaria, não escrevi a v. ex.<sup>a</sup> pela corveta *Voador*, que para ali foi no fim do mez proximo passado. As luzes, e qualidades de v. ex.<sup>a</sup>, que quando fui collega de v. ex.<sup>a</sup> no palacio das Necessidades me faziam abrir com v. ex.<sup>a</sup> sobre a marcha que levavam os negocios publicos, pediam de certo que a v. ex.<sup>a</sup> significasse agora a continuação d'aquelles mesmos sentimentos, que hoje francamente se podem manifestar, pela completa desfeita que afugentou d'estes reinos a facção perturbadora de todo o socego, e prosperidade portugueza. Eu tive a felicidade de ser um dos agentes principaes para a feliz restauração dos direitos do throno, e da lealdade portugueza, como ali será constante. Em consequencia sua magestade me chamou junto da sua real pessoa, e na qualidade de ministro assistente ao despacho, me acho dirigindo todos os negocios da nação. Este é um outro motivo, para me dever dirigir

Porque convindo sobremodo, que se removam todos os obstáculos, que até agora serviam de impedimento à boa intelligencia e harmonia da monarchia, isto sómente se poderá fazer pela cooperação e esforços de todos aquelles, que tem a felicidade de gosar influencia entre os povos. Espero pois, que v. ex.<sup>a</sup>, que se acha collocado em tão feliz situação, a que os seus talentos lhe asseguram, correspondendo a quella expectativa, que pelos seus discursos, e philanthropicas sentenças, todos têm da sua pessoa na occasião presente, coadjuvará o restabelecimento da harmonia, que a passada facção havia perturbado entre todos os que pertencem a grande monarchia portugueza, e que por isso não ha nenhum fundamento para que continue a subsistir inquieta com manifesto damno da prosperidade e ventura do estado, e dos individuos em particular.

Confio que v. ex.<sup>a</sup> aceite os protestos da minha inteira es-  
timão, e me proporcione muitas occasiões em que desem-  
penhe a boa vontade com que me assigno, de v. ex.<sup>a</sup>, ill.<sup>mo</sup> e  
ex.<sup>mo</sup> sr. Antonio Carlos de Andrada e Silva. — *Conde de  
Albarrã*. — Lisboa, 7 de agosto de 1823.

#### Resposta

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Tendo de responder á carta de v. ex.<sup>a</sup> de 7 de agosto d'este anno, cumpre-me, primeiro que tudo, declarar a v. ex.<sup>a</sup>, que não podendo eu contemplar a carta de v. ex.<sup>a</sup> como confidencial, em rasão do seu contexto, julgar ser-me licito o communicar-a ao publico, e a presente resposta, como exigia a delicadeza da minha situação, e a relação em que me acho para com os meus constituintes.

Passando agora a responder a v. ex.<sup>a</sup>, reconheço a conformidade da nossa maneira de pensar a respeito da facção exagerada, que, á força de requerer impossiveis, não consolidou, nem mesmo o praticavel, e envolveu em commum ruina, com o muito mal que fez, o pouco bem que acertou de tambem fazer. A esta facção attribuo, não a separação do

Brazil, mas a aceleração de uma medida, que, ali reclamada, não só pela natureza, mas até pela política, não pôde effectuar-se, porém, talvez mais tarde. No estado que ora se acham as cousas, é impossivel soldar de brecha decididamente feita, e approvaila por todo o mundo, e se fosse possivel conseguir-se, o que, para quem o Brasil, é cunhado com o sello da mais completa intelligibilidade, nunca seria eu o instrumento para tal obra. Meus principios politicos, a minha declarada adhesão ao meu paiz, o juramento a que estou ligado, seriam para mim uma barreira contra a opposição a qual se não esperar de mim senão opposição a qual não sombrea á união com Portugal. Acrescente v. ex.<sup>a</sup> alguma coisa mais, que o Brasil tem a bondade de mostrar, e a dignidade do meu caracter, que até hoje creio não tem desmentido, e v. ex.<sup>a</sup> virá a confessar que não fiz mal.

Todavia, como ainda offendendo-me, mostrou-me a sua consideração, *a seu modo*, quero pagar-lhe na mesma moeda, e incumbil-o da tarefa, que, não custando á sua dignidade, lhe ganhará o amor da patria. Consiste o que proponho em que v. ex.<sup>a</sup>, como ministro assistente ao despacho, dê particular confiança de sua magestade fidelissima, por parte do Brasil, para remedio do pobre Portugal, o reconhecer a independencia do Brazil, e merecer por este reconhecimento as graças de uma nação generosa, que muito bem pôde fazer a Portugal, e nenhum mal pôde temer d'elle. Este reconhecimento destruido as desconfianças dos brazileiros, e corta braços á rivalidade, melhorará a sorte dos portuguezes residentes no Brazil, e só offerecerá vantagens e esperanças aos habitantes d'esse reino.

Espero que v. ex.<sup>a</sup> acente os protestos de consideração que sou, de v. ex.<sup>a</sup>, etc., etc. — Ill.<sup>mo</sup> sr. conde de Suberra. = Antonio Carlos Ribeiro de Albuquerque Machado e Silva.

## DOCUMENTO N.º 138

(Citado a pag. 340)

Officio do marquez de Palmella para o conde de Villa Real,  
desculpando-se das accusações, ou queixas,  
que contra elle fizera mr. Canning

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Havendo entrado n'este porto consequentemente, com mui pouco intervallo, tres paquetes, n'um dos quaes vinha D. Antonio de Mello, portador dos officios de v. ex.<sup>a</sup>, foi presente a sua magestade toda a serie dos referidos desde o n.º 77 até n.º 86, podendo v. ex.<sup>a</sup> facilmente imaginar que elles attrahiram pela gravidade do seu conteúdo a mais seria attenção do mesmo senhor.

Deixando para responder em despachos separados a todos os outros pontos que possam exigir resposta aos mencionados officios, limitar-me-hei agora sómente aos tres objectos a que se reduz, por assim dizer, a essencia de toda a correspondencia n'estes ultimos paquetes, e vem a ser: 1.<sup>o</sup> a declaração que v. ex.<sup>a</sup> deverá fazer aos agentes brasileiros, no caso de ser por elles tomado *ad referendum*, como toda a apparencia, o contra-projecto; 2.<sup>o</sup> as explicações necessárias, acerca da missão de Leal ao Rio de Janeiro; 3.<sup>o</sup> as explicações que mr. Canning exige sobre a chamada circular, por mim dirigida a alguns dos ministros das grandes potencias n'esta côrte, para lhes communicar confidencialmente as bases do contra-projecto, explicações sem as quaes mr. Canning declarou, que não convocaria nova conferencia, e que o governo britannico largaria mão da negociação.

Emquanto, pois, ao primeiro ponto, deverá v. ex.<sup>a</sup> expor, ao que chegue o momento de ser pelos brasileiros tomado *ad referendum* o contra-projecto, que exigindo-se para obter a resposta do Rio de Janeiro o tempo que todos sabem, seria por fórma alguma justo, nem admissivel que el-rei durante esse tempo esperasse, por assim dizer, com as mãos

atadas, a decisão do Brazil, enquanto os brasileiros considerariam ligados á suspensão de hostilidades, ao da mesma maneira explicita e positiva com que v. ex. trahiu essa obrigação em nome de el-rei meu senhor. V. ex. não ignora que n'esse ponto tão essencial, obrou sem, dens, nem a auctorisação de sua magestade, e que o senhor se dignou depois confirmar o arbitrio por v. ex. chamado, na persuasão (do que v. ex.<sup>a</sup> também sem duvida seria persuadido), de obter com brevidade o assentimento do governo do Rio de Janeiro aos tres pontos que já sido estabelecidos como bases preliminares da negociação. Não existem, pois, senão dois modos de tornarmos possível a sanar a desigualdade de posição em que nos achamos relativamente aos brasileiros. Estes dois pontos consistem em annullar a declaração feita por v. ex.<sup>a</sup> na conferência em obter dos agentes brasileiros que contratem por parte uma identica obrigação. Tal é o espirito geral das instruções com que acompanhei o contra-projecto que me mettí a v. ex.<sup>a</sup>; nem se deve entender, que quando a magestade fidelissima declarasse achar-se em liberdade de fazer valer os seus direitos do modo que mais lhe apraz, se seguiria infallivelmente de uma tal declaração a renovação immediata de hostilidades, devendo esta depender de certas circumstancias, de cuja analyse seria inutil agora tratar.

É bem natural que, visto o interesse que os medos mostram ter em que se evite, se possivel for, a renovação das hostilidades, e mesmo qualquer declaração, que conduzir a esse resultado, elles devem reconhecer que venindo-os confidentialmente de antemão das instruções que v. ex.<sup>a</sup> já receber, sua magestade deu a prova mais dubitavel da confiança que os seus alliados lhe merecem e explicando-lhes v. ex.<sup>a</sup> agora pelo modo acima indicado a verdadeira intelligencia das mesmas instruções, é de esperar que obtenha desterrar completamente as suspeitas fundadas, e que satisfaça a todos os escrúpulos.

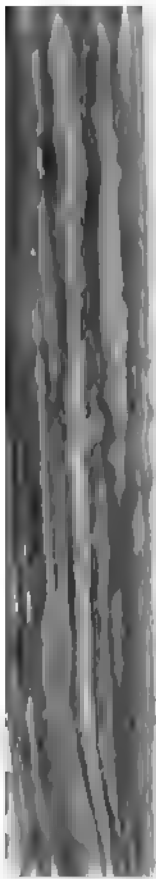
Determina pois sua magestade que v. ex.<sup>a</sup>, na conferência em que houver de receber a resposta dos agentes l



ros, se esta resposta for qual se suppõe, exija d'elles immediatamente a declaração official e explicita do consentimento do seu governo aos tres pontos desde o principio apresentados, como base de toda a negociação, e particularmente a suspensão de hostilidades; e da parte de v. ex.<sup>a</sup> estará o preparar com destreza os mediadores a apoiarem esta proposição; quando porém se demonstre, por falta de vontade de uns e de outros, a impossibilidade da admissão immediata dos dois pontos relativos ao commercio, e ao sequestro das propriedades portuguezas, poderá v. ex.<sup>a</sup> declarar, depois de esgotadas as possiveis diligencias, que sua magestade fidelissima exige em todo o caso uma declaração official, positiva, e igual em tudo á que v. ex.<sup>a</sup> fez na primeira conferencia, relativamente á suspensão de hostilidades. É tão evidente a justiça, e a moderação de uma tal exigencia, que não é de esperar deixe de ser apoiada decisivamente pelos mediadores; e só no caso de se não prestarem os agentes Brazileiros a annuir a ella, é que v. ex.<sup>a</sup> deverá fazer então literalmente a declaração, que lhe havia sido ordenada no despacho que acompanhava o contra-projecto.

Passando ao segundo objecto que tenho a tratar, isto é, a viagem de José Antonio Leal ao Rio de Janeiro, confesso que não posso encontrar motivo sufficiente para explicar as queixas, ciúmes, e bulha que esta noticia occasionou, servindo a Mr. Canning de pretexto para denunciar nos seus despachos a sir William A'Court, e a sir Henrique Wellesley a má fe supposta no nosso gabinete, e para insistir novamente com a maior acrimonia na remoção de um dos ministros de sua magestade fidelissima<sup>1</sup>, que elle injustamente quer suppor como o representante n'este governo da influencia franceza, á qual attribue gratuitamente todos os actos, que lhe não agradam, suppondo-a incompativel com a conservação da intima intelligencia, que deveria subsistir entre Portugal e a Inglaterra. Voltando, pois, á missão de Leal, é indubitavel que se este agente secreto tivesse sido enviado ao Rio

<sup>1</sup> Allude ao conde de Subsera.



mais decisivo, a boa fé e lisura das intenções e a magestade. Não apparece, nem pôde apparecer a terceira potencia, e não ha razão alguma pela qual a magestade podesse julgar-se impedido de sondar o coração de seu filho.

Não posso, pois, imaginar em que se offende a magestade aos mediadores, se sua magestade, ao que por meio d'elles prosegue lenta e officialmente a sua acção, houvesse dirigido proposições directas. Porém no caso actual acontece, que nem medidas foram positivamente feitas por sua magestade, e uma breve exposição de todo o acontecido com Leal aclarará evidentemente esta verdade. Não appareceu aqui este individuo, e referindo os factos particulares que tivera no Rio com alguns dos mais influentes, as quaes, por isso que combinadas com as que havia aqui, sobre as disposições e medidas dos mesmos individuos, não deixaram de merecer a sua magestade. Asseverava Leal, que um ajustamento de habitantes do Rio de Janeiro se ajustasse com Portugal, que tivesse por base a conservação real com o titulo por elle assumido, a conservação d'esse titulo com a da soberania e a fidelissima sobre seu filho.

Estas idéas coincidiram perfeitamente com as idéas da magestade, e a sua magestade, e a sua

conferencia de Londres, antes de se saber se provavelmente seriam aceitas, pareceu inoportuno. Decidiu portanto sua magestade a reexpedir para o Rio de Janeiro o mesmo emissario secreto, munindo-o simplesmente de uma carta, pela qual pudessem conhecer os individuos, com os quaes elle estava ligado, que as principaes bases por elles indicadas não encontrariam repulsa da parte de sua magestade, e que seriam de bom grado adoptadas, parecendo este o mais exacto arbitrio que podia tomar-se. Seria uma chumera o pensar que Leal fosse considerado por sua magestade, ou autorizado de poderes para tratar, ou auctorizado para uma missão diplomatica. Elle era um mero emissario secreto, encarregado de responder ás insinuações por elle proprio traçadas de alguns individuos particulares; e se esta resposta viesse aberto a porta a uma negociação mais positiva, é sem duvida que as potencias mediadoras teriam recebido immediatamente aquellas francas aberturas, que ainda pareciam intempestivas, enquanto se fundavam tão sómente em communicações clandestinas de individuos, cujos nomes não podiam mencionar-se.

Poder-se-ha objectar, ao que acabo de dizer, com a apparencia de contradicção de haver sua magestade, varios mezes depois da missão de Leal para o Brazil, repetido proposições semelhantes por meio de conferencias de Londres, e não fazer menção das primeiras. Isto porém resultou sómente da marcha seguida em toda a negociação, que v. ex.<sup>a</sup> conhece melhor que ninguém. As bases que haviamos recebido como preliminares na primeira conferencia, havendo sempre evadidas pelo governo brasileiro, não nos foi possível entrar, por assim dizer, em materia officialmente, para contradizer a nossa primeira declaração. Assim se passaram varios mezes, até que mr. Canning, impaciente d'esta situação, e querendo, como elle diz, introduzir na negociação um principio de actividade, se resolveu a prestar o seu apoio de tratado, que sua magestade julgou não poder recusar. N'estes termos não restava ao mesmo senhor outro remedio a adoptar senão o de se ater obstinadamente ao si-

ocasionado pela incapacidade e imprudencia-  
rio, o qual, desde que chegou á ilha da Mad-  
assoalhar elle mesmo, e a exagerar, como sem  
similhantes agentes, o objecto da sua missão  
dos poderes de que se achava revestido. Estes  
a repetil-o, se reduziã a tratar confidencial-  
individuos que lhe haviam manifestado boas  
preparar, por assim dizer, as vias, e sondar  
supposição de que, se se verificassem as espe-  
bidas, elle deveria voltar com a resposta, a fi-  
bolar a negociação de um modo mais officia-  
A escolha do individuo não havia sido nossa,  
foi desgraçada. D'ahi se originaram as falsas  
que se pretendem dar agora.

Passemos ao terceiro objecto, em rasão do  
ning especialmente motivou a suspensão da  
vem a ser a comunicação feita por ordem  
tade ás côrtes de Hespanha, França, Prussia  
bases do contra-projecto. Esta communicaçã  
nhada, não de uma nota official e circular,  
suppor, mas de uma carta particular e confid-  
cada um dos agentes das sobreditas côrtes, di-  
magestade intentava, no caso que o projecto f-  
ou tomado *ad referendum*, reassumir a libera-  
de fazer valer como melhor lhe parecesse os  
manifestando publicamente os esforços que f-

liquei sufficientemente no principio d'este despacho; e o  
 ão e concorrência que sua magestade reclama e espera  
 todos os governos, não deve, nem pôde entender-se se-  
 n'um sentido moral, pois faria injuria ao bom senso  
 do gabinete, se quizesse suppor-se que elle esperava da  
 França, da Prussia, ou de outra potencia do continente,  
 recursos effectivos para sujeitar o Brazil, depois das decla-  
 rações feitas pelo governo britannico a este respeito.

Não me proponho agora sustentar, que a communicação  
 a ás potencias acima indicadas não podesse talvez com  
 o acerto ser deferida para uma epocha posterior, e que  
 se base de que usei nas minhas cartas particulares não po-  
 de ser mais claramente explicada; o certo é, porém, que  
 o passo não teve por objecto senão usar de uma especie  
 de attenção e de civilidade, que as relações de amizade sub-  
 sistentes entre todos os governos da Europa justificam, a  
 a ver, completamente; nem deve por um instante sup-  
 -se que houvesse outras intenções da nossa parte, e me-  
 ainda que se fizesse, como injustamente se nos attribue,  
 a communicação mais ampla, e mais franca ás potencias  
 na indicadas, do que ás mediadoras, porquanto sir W.  
 Courcy e mr. Pflugh foram por mim plena e francamente  
 informados do teor do contra-projecto, e das instrucções  
 assimas que eu enviei a v. ex.<sup>a</sup>, como mr. Canning, e o prin-  
 ce de Esterhazy devem saber, visto que a communicação  
 dirigida aos agentes das quatro côrtes, foi posterior á saída  
 do paquete que levava o contra-projecto, e ás ordens dirigi-  
 das a v. ex.<sup>a</sup> para se entender francamente com os plenipo-  
 tenciarios mediadores, e inteirar-os das suas instrucções.  
 Conteciu, porém, infelizmente, e sem ser por culpa nossa,  
 que a reunião da conferencia de Londres se retardou, e fez  
 com que apparecer como antecipada, e ainda mais intempesti-  
 va, a communicação feita ás outras potencias.

Depois d'esta sincera e completa exposição, que v. ex.<sup>a</sup>  
 está auctorisado a mostrar a mr. Canning, e aos plenipoten-  
 cios austriacos, creio que nenhum estorvo se deverá oppor  
 ao proseguimento da marcha, que fica indicada para a nego-

ciação; e não é de esperar que os governos britannico austriaco intentem prevalecer-se de incidentes tão pouco importantes, e de suspensas infundadas, para deixarem de apoiar as vistas sabias, e tão beneficas de el-rei meu senhor no momento talvez o mais critico para este negocio.

Deve v. ex.<sup>a</sup> instar especialmente com o ministerio ingles para que, banido o injusto ciúme, de que parece estar possuido, se persuada que se sua magestade fidelissima quizesse variar de systema, não teria rejeitado as aberturas que lhe foram feitas para solicitar a reunião de um congresso, como é notorio, nem reclamado a intervenção da Austria e da Inglaterra unicamente, nem pedido a expedição para este paiz de um corpo de tropas britannicas, nem esperado pelo momento em que a negociação adquiriria mais algum cza to para lhe dar um impulso totalmente differente. Tais posições, não sómente são falsas, mas até offensivas ao caracter, e á prudencia de sua magestade fidelissima, e sobremaneira nocivas ao bom exito de um negocio. A transcendencia se estende muito alem dos interesses vindicos de Portugal.

Declare v. ex.<sup>a</sup>, portanto, que el-rei se julga com direito a exigir das potencias mediadoras a mesma boa fé implicita que sua magestade n'ellas tem, acrescentando que não podia deixar de ser grata ao mesmo senhor a certeza de que o contra-projecto fôra já enviado a mr. Chamberlain, com as recommendações mais efficazes para assegurar a sua acceitação.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup>, etc. Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, em 11 de dezembro de 1824. — *Marquês de Palmella*. — Sr. conde de Villa Real.

## DOCUMENTO N.º 139

(Citado a pag. 340)

Carta do conde de Villa Real para o barão de Villa Secca, participando-lhe o mallogro da negociação em Londres para o accordo com o Brazil, e resposta que o barão lhe deu

Londres, 26 de novembro de 1824. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. —  
Podendo v. ex.<sup>a</sup> saber ahi, pelo principe de Metternich, o motivo pelo qual está suspensa a negociação com o Brazil ate se receberem algumas respostas de Lisboa, escuso de cansar a v. ex.<sup>a</sup> com a repetição circumstanciada dos factos, e digo simplesmente que o governo inglez, tendo conhecimento da circular que o marquez de Palmella dirigiu aos Embaixadores de França e de Hespanha, e aos encarregados de negocios da Russia e Prussia em Lisboa, em que lhes communicava o projecto que sua magestade tinha mandado apresentar aos agentes brasileiros, e indicava que havia de recorrer ao apoio d'aquellas potencias para sustentar os seus direitos, se escandalizou de um similhante passo, e pediu explicações ao governo de Lisboa. Por outro lado tambem constou que directamente tinha ido ao Rio de Janeiro uma pessoa, encarregada de offerecer ao governo ali estabelecido um projecto quasi identico ao que aqui apresentei, sem que os mesmos plenipotenciarios das potencias mediadoras, nem eu tivesse sido informado d'aquelle passo. N'estes termos, pois, tendo eu sabido por mr. Canning, que já ha mais tempo o principe de Metternich tinha mostrado a sir H. Wellesley o desejo de se retirar da negociação, como o unico meio de sair da complicação em que se achava esse gabinete, pela parte que tinha tomado no negocio, receio muito que elle queira agora aproveitar-se dos pretextos acima indicados, para levar a effeito esta sua resolução.

Pareceu-me, portanto, da maior importancia informar a v. ex.<sup>a</sup> d'estas circumstancias, para obstar a que o principe de Metternich mande d'essa conformidade instrucções aos



ções nos achemos no caso de nos reunirmos em  
para ouvirmos a resposta, que tiverem a dar-nos  
brazileiros. Seria portanto bem triste, e bem pi-  
fim que desejamos, que n'essa occasião se re-  
plenipotenciarios austriacos a assistir á dita  
V. ex.<sup>a</sup> não deixará de assim o julgar, como  
seja preciso desenvolver os motivos d'esta ma-  
sobre as consequencias que teria o mostrar-se  
indifferente na questão. Mr. Canning, como v.  
quem suspendeu a conferencia que estava deter-  
conhecimento que teve da circular do marquez  
mas, tambem me annunciou logo, que não com-  
dita circular aos agentes brazileiros, nem lhes  
tivo particular para adiar a dita conferencia. A  
tela temos tudo para com os ministros das oc-  
cias, attribuindo a motivos casuaes a demora na  
V. ex.<sup>a</sup> bem pôde suppor, que lhe escrevo so-  
sumpto sem ordem da nossa côrte; mas creio  
cerá, que o negocio exigia que eu prevenisse  
contratempo que occorreu.

Aproveito esta occasião de renovar os protes-  
deração com que sou, de v. ex.<sup>a</sup>, collega obsequio-  
venerador. — *Conde de Villa Real*. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.  
de Villa Secca.

## DOCUMENTO N.º 140

(Citado a pag. 345)

aixas do conde de Suberra, dirigidas para Lisboa, contra o modo  
por que em Hespanha o tratava a princeza da Beira e a infanta  
D. Maria Francisca de Assis

M.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Tenho deferido mais do que devia o  
participar a v. ex.<sup>a</sup> algumas particularidades, que me são  
particularmente relativas, não só porque sinto uma particular  
repugnancia em tratar d'este assumpto, mas porque elle  
causa grande mágua ao nosso augusto amo, como eu havia  
visto, e v. ex.<sup>a</sup> me confirma em seu real nome, no seu  
despacho n.º 4, da serie reservada. N'este despacho me re-  
comenda v. ex.<sup>a</sup> da parte de sua magestade: 1.º, que me  
consista da maior prudencia, evitando tudo quanto possa con-  
tribuir para augmentar a indisposição existente; 2.º, que me  
use de todos os meios que se me offerecerem para a mi-  
nuar; 3.º, que, todavia, não comprometta o character de que  
sua magestade houve por bem revestir-me. A respeito do  
primeiro ponto, se o amor proprio me não illude, creio que  
eu podia ter feito mais do que fiz, tendo estudado todos os  
meios compativeis com a minha posição, para não faltar, não  
só já á prudencia ordinaria, mas ao soffrimento silencioso  
e desabrimento que ia experimentando, sem que uma de-  
monstração desfavoravel me desanimasse para deixar de con-  
tinuar na mesma conducta, não deixando passar as occasiões  
para apresentar os meus respeitos, por mais mal recebidos  
e fossem, não querendo ver em suas altezas reaes senão  
as augustas filhas de sua magestade, e não as infantas de  
Hespanha, em relação com o embaixador do rei de Portu-  
gal. Procurei conservar occulta esta indisposição, não fal-  
do a pessoa alguma n'este assumpto, senão ao secretario  
da embaixada, cuja reserva v. ex.<sup>a</sup> conhece perfeitamen-  
te, mas mal se podia encobrir o que se repetia na presença  
de creados de todas as classes, e quando suas altezas me

faziam objecto de conversação nos seus quartos, do modo que haviam adoptado, de common accordo, para me agradarem. Com effeito, não tardou, não só o corpo diplomatico a ter conhecimento do que se passava, mas o publico em geral, sem que nada me desviasse do proposito, que havia adoptado de proseguir na linha de conducta que havia seguido, isto é, render a suas altezas a continuação dos meus respetos, depondo á porta dos seus quartos, se assim me posso explicar, o caracter de embaixador, para não me considerar senão como creado de seu augusta pae, como tenho informado a v. ex.<sup>a</sup>, conducta que foi geralmente louva, e de que me não afastei em occasião alguma, apesar de conhecer que por ella, em lugar de mitigar a indisposição existente, cresciam as demonstrações d'ella.

No dia 13 de maio, que tambem é de grande gala nesta côrte, por ser o do anniversario da entrada de sua magestade catholica em Madrid depois do seu captiveiro em França, achando-me eu na camara de sua magestade com os officiaes da casa real, os gentishomens da camara, o nuncio, e embaixador de Napoles, e tendo-me honrado suas magestades dirigindo-me a palavra, assim como o senhor infante D. Carlos, que se seguiu, com a maior benignidade, não os honrou sua alteza real, a senhora infanta D. Francisca, que apenas se dignou inclinar a cabeça; ainda menos fez sua alteza real, a princeza, que se seguiu ao senhor infante D. Francisco, e a sua augusta esposa, a senhora infanta D. Luiza, tendo estes ultimos senhores honrado com a sua attenção, e exacta benevolencia. Entretanto, como esta recepção particular dos creados, e dos gentishomens, se passa com alguma apidez, nem todos notaram o que havia passado: porém não acontecer assim na sala do bejâmão, depois do qual suas magestades e altezas foram outra vez em circulo ao corpo diplomatico com mais alguma detenção. Lá repetiram suas magestades a mesma benevolencia, e as augustas filhas de sua magestade o seu desprezo, a ponto de pararem, e formarem um intervallo entre ellas e as pessoas reaes que as precediam, a fim de poderem, depois de fallarem ao meu

do da esquerda, passarem a fallar ao meu vizinho da direita, sem fazerem caso, nem pararem defronte de mim. Foi feito de modo, que nenhuma pessoa deixou de no-  
e v. ex.<sup>a</sup> pôde suppor o espanto que causou.

Não obstante, assentei que assim mesmo devia dissimular, razão de ser esse o dia o mais fausto para todo o que ceu portuguez, pois tambem era o anniversario do nosso erano adorado, e segundo o costume, e o dever, me asentei com a embaixatriz nos respectivos quartos de augustas filhas, aonde fui recebido por uma maneira livamente ultrajante, dizendo cada uma das senhoras seus respectivos quartos as palavras seguintes: *hoje é grande dia, e por isso o recebemos*. Tive a fortuna de recorrer assim mesmo uma resposta obrigante e respeit-  
dizendo: *é mui grande este dia para todos os portuguez e para mim muito feliz, até porque me procura a honra de recebido de vossa alteza real*. Nem uma, nem outra senhoras replicou uma só palavra, nem disseram cousa ma á embaixatriz; e tanto eu, como ella, saímos com as onstrações de respeito devido á alta jerarchia das pes-  
reaes, ficando eu na intelligencia que suas altezas reaes vedavam a entrada para o futuro nos seus quartos, tanto que suas altezas reaes bem claramente tinham expressa sua mente, como para não tornar á comprometter o character de embaixador, já menoscabado em publico, e invalido no particular dos quartos, diante dos seus creados. dia 15, que houve circulo, por ser domingo, repetiram senhoras o mesmo, e apresentando eu n'esse dia a suas majestades e altezas o conde de Subserra Fradique, e o commendador Frederico Augusto Barruncho, sua alteza, a alteza, para evitar que eu lh'os nomeasse mesmo de passam, em lugar de seguir a fila das pessoas reaes, quando chegar em face de mim, fez tres ou quatro passos para o meio da sala, para o lado opposto, tornando a desandar o que, tendo evitado a minha presença, e a dos novos assentados, chegou á altura da pessoa que se seguia, á qual veio fallar, segundo o costume. Esta exposição veridica,

que condemnae a minha própria conducta no ser-  
 magestade, nem seguir outra linha para o futuro,  
 tive, nem posso ter outra senão a da sua sober-  
 e, a conservação dos seus direitos, exclusiva-  
 asquer outras pretensões, embora sejam de  
 a real família. Não ha, pois, meio que de mim  
 ara minorar uma indisposição, que nasce de eu  
 do com os meus deveres para com el-rei, o que  
 ara, e a minha lealdade, me inhiem até de ima-  
 gel. Tudo se aplanaria, se suas altezas reaes se  
 dispensar de intervir em negocios politicos; po-  
 modo de o fazer sem isso. Ninguém o sabe me-  
 v ex.<sup>a</sup> por experiencia propria. Quando fallo col-  
 te das augustas filhas de sua magestade, escrevo  
 pois que ambas dão as mesmas demonstrações,  
 devo acrescentar, porque tal e a minha convicção  
 e me parece descobrir, que a senhora infanta  
 Francisca de Assis se presta a estas demonstra-  
 por condescendencia com a senhora princeza da  
 que por movimento proprio, e que é esta ultima  
 me tem promovido tudo quanto tem havido desde  
 na n'esta cõrte a minha nomeação, o depois que  
 meei. É escusado dizer que no circulo de domingo  
 inteceu o mesmo, assim como em quasi todos os  
 que nos passeios d'este real sitio se offerecem re-

a para Villa Franca em 27 de maio de 1823. Faz portanto  
 ridade no que sobre este assumpto nos diz. Pela passagem  
 o lê em grifho, vê-se não só que as infantas portuguezas,  
 Hespanha, eram altamente adversas ao systema liberal de  
 idé sectarias e collaboradoras das tramas reacconarias do  
 Miguel, seu irmão, e que essas suas tramas já em 1823 tinham  
 ar seu augusto pae do throno, e roubar-lhe a corôa. É o que  
 que o conde diz acima, confessando que os odios que ellas  
 provinham do que elle então fez nas circumstancias arria-  
 go em tal fuga se acharam encovidos o throno e a pessoa do  
 é portanto calumnia o que eu na minha *Historia da guerra*  
 este respeito do infante D. Miguel, nem o que no publico  
 correu.

petidos encontros com as pessoas reaes. Nestes a senhora infanta sempre dá alguma demonstração de cortejo, ou que assim o queira fazer voluntariamente, ou porque com seu augusto esposo, não pôde offerecer um cortejo com a polida attenção, que este senhor tem para os nacionaes e estrangeiros, e principalmente para os membros do corpo diplomatico; porém, a senhora não faz nenhuma cortezia, ou volta a cabeça para o lado, ou nos fixa sem fazer caso, sendo de deplorar a mesma direcção ao senhor infante D. Sebastião.

Restava-me talvez servir da intervenção estrangeira, obter alguma mudança, ou apparente; porém, a estima própria, não me pôde permitir esta humilhação. Não podia instruir o ministro dos negocios estrangeiros d'esta irregular conducta, quando já não foi possível dissimular, e contando que, ainda que era indispensavel, que a magestade catholica fosse instruido do que se passava, pretendia que o fosse na mais intima confidencia, e que queixa de embaixador, porquanto nunca me podia a queixar-me de umas princezas filhas do meu soberano, sendo a minha missão destinada a manter a feliz harmonia que reinava entre as duas familias reaes, objecto de tanto interesse, no meu modo de sentir, que nenhum officio pessoal me podia parecer penoso para o conselheiro. Consta-me tambem que o nuncio de sua santidade, e o escrivão, assim como tolo o corpo diplomatico, e os nobres do que viram no dia 13, fallou com afflicção do que observaram tanto como os outros ministros estrangeiros, como o ministro dos negocios estrangeiros, e se propozera, perante o de Guillen, confessor do senhor infante D. Carlos e de D. Serapio, mestre do senhor infante D. Sebastião, a conhecer ás senhoras, que suas altezas reaes tinham do, menos ao embaixador do seu augusto pae, do que proprias, e aos dois soberanos de Portugal e Hespanha, trando-se em publica opposição á vontade de uma magestade, e que qualquer que fosse o sentimento que lhes inspirasse, não era licito a nenhuma pessoa real

um ministro estrangeiro demonstrações diversas das que dava o soberano, chefe da família, sem incorrer na censura publica. Ignoro qual fosse a resposta, porque não me fica bem indigal a, o resultado tem sido nullo. O que tenho a acrescentar sômente, é que el rei catholico, tanto antes, como depois da chegada a este real sítio do duque de Villa Hermosa, não tem mostrado differença na expressão de benevolencia, com que desde o primeiro dia me honrou, senão cada dia para mais particular e carinhoso acolhimento, e que se dignou mandar-me dizer pelo ministro d'estado, que elle apreciava e estimava a minha pessoa, e estava satisfeito da minha conducta, e dava ordem ao mesmo ministro para assim o communicar ao seu encarregado de negocios em Lisboa, para me fazer justiça, e para satisfação de sua magestade, a-el rei nosso senhor.

Resta-me fazer-me cargo do terceiro ponto do despacho de v. ex.<sup>a</sup>, que consiste em ter cuidado de não comprometter o caracter de que me acho revestido. Se o amor proprio me não illude, persuado-me não o ter compromettido voluntariamente, pois que na qualidade de creado de el-rei, e com os precedentes particulares á pessoal situação em que me acho, depois de exercer os eminentes empregos da real confiança, cabia-me mais do que a qualquer outro sacrificios mais extensos. Não me accusa a consciencia de ter omittido algum, e continuaria a fazel os, se as senhoras me não tivessem inibido a entrada dos seus quartos, como fizeram no faustissimo dia dos annos do seu augusto pae; continuat-os agora depois, é que, a meu ver, seria comprometter o caracter com que sua magestade se dignou honrar-me, e por isso desde esse dia me abstive de o fazer, e assim me conservarei até conhecer qual seja a vontade do nosso augusto amo, a qual será sempre a regra das minhas acções no publico e no particular, por dever de vassallo, e amor de creado leal, tal qual sua magestade, por fortuna minha, conhece perfeitamente, menos que suas altezas reaes me não mandem chamar, ou que aconteça algum motivo tal, que eu não posso prever. Tenho a mágua de acrescentar, que este



inaudito procedimento com um embaixador, tem sido reprovado pelo corpo diplomatico sem reserva alguma, assim como pelos proprios nacionaes, ainda mesmo por grande numero d'aquelles, que são reputados do partido exaltado.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup>, etc. Aranjuez, 26 de maio de 1825. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conde de Porto Santo, = Conde de Suberra.

P. S. A multiplicidade de minutas que fui obrigado a escrever, não me deu logar a copiar de meu punho este officio sendo escripto pelo conde de Suberra Fradique. Que v. ex.<sup>a</sup> pôr nas reaes mãos a carta inclusa. Sirvo-me do presente, para este officio não ser aberto senão por v. ex.<sup>a</sup>

#### DOCUMENTO N.º 141

(Citado a pag. 356)

Protocollos das conferencias, que sir Charles Stuart teve em Aranjuez com o conde de Porto Santo, para, como plenipotenciario portuguez, tratar com D. Pedro a reconciliação do Brazil com Portugal.

Protocole de la premiere conférence pour la réconciliation entre le Portugal et le Brésil, tenue à Lisbonne le 5 avr. 1825, entre leurs ex.<sup>tes</sup> mr. le comte de Porto Santo et sir Charles Stuart.

Le plenipotentiaire de sa majesté très-fidèle a lu l'exposition qui suit pour faire voir l'esprit de modération que cette majesté a constamment montré dans toutes ses démarches envers le Brésil.

«Un des premiers soins de sa majesté très-fidèle (qu'elle a été restituée à la plénitude de son autorité souveraine sur ses peuples, a été de rétablir la paix parmi ses sujets, et l'union entre les différentes parties de la monarchie portugaise, dont la révolution de 1820 avait rompu les liens paternels, qu'il était de leur intérêt de resser-

Dès les premiers moments de sa restauration le roi a fait expédier ses ordres pour la cessation de toutes les hostilités envers le Brésil. Sa majesté s'est empressée d'envoyer des commissaires au Brésil, munis d'instructions pour lesquelles ils étaient autorisés à faire des propositions les plus généreuses, puisqu'elles assuraient au Brésil non seulement la continuation de l'indépendance administrative, que sa majesté lui avait déjà accordée par son décret du 22 avril 1821, par lequel elle a constitué son fils le prince royal dans la qualité de prince régent du royaume du Brésil. Mais en outre sa majesté y donnant la faculté, que les lois du pays fussent faites dans ce pays là, et qu'elles pourraient mêmes être temporairement sanctionnées par le prince royal; sa majesté se réservait uniquement, dans ces propositions le droit de souveraineté, et la confirmation définitive des lois, et l'on n'exigeait du Brésil que de contribuer aux frais de la marine et du corps diplomatique, ainsi qu'au paiement de la dette publique, comme de droit, puisque ces dépenses sont au profit commun de toute la monarchie, et cette dette a été contractée pour le maintien des deux pays. Cependant le parti, qui dominait à Rio Janeiro n'a pas voulu même connaître les propositions de sa majesté très-fidèle. Les commissaires n'ont pas été permis de débarquer à Rio Janeiro, et ce qui plus est, l'on a saisi et condamné comme de bonne prise le bâtiment de guerre qui les y avait conduits, quoiqu'il avait été en parlementaire.

«Une telle conduite envers son roi de la part d'un pays, qui avait été élevé par lui à la catégorie de royaume, qui devait à ce même souverain la liberté commerciale dont il jouissait depuis plusieurs années, avait mis un terme à tout espoir d'une réconciliation entre les deux parties de la monarchie, si l'amour de sa majesté pour son fils, et envers ses sujets brésiliens, n'excédait leur aveuglement.

«Cependant, malgré un traitement si offensif et si ingrat, sa majesté très-fidèle n'a cessé de montrer l'esprit de modération dont elle est animée, et a continué à faire tous les efforts pour parvenir au but désirable qu'elle se propose,

et s'est toujours proposé, la tranquillité et le bien de ses peuples. Guidé par ces intentions bienveillantes, il a demandé la médiation de sa majesté britannique et de sa majesté, l'empereur d'Autriche, pour effectuer la réconciliation des deux parties de son royaume sans exiger, et en aurait le droit, la reconnaissance préalable de sa souveraineté légitime avant d'entrer en négociation. Mais le gouvernement de fait qui existe au Brésil n'a pu lever les sequestres faits aux portugais, ni restitué les biens injustement pris, quoiqu'un sans nombre de violations aient été commises contre le commerce portugal des bâtimens portant le pavillon dit brésilien, pas un acte n'a été pratiqué de la part du Portugal contre les brésiliens, bien au contraire un bâtiment du Brésil qui a touché aux Açores, ayant été saisi par le gouverneur de ces îles, il l'a fait relâcher, et il a pu continuer sa course. Sa majesté très-fidèle enfin ne saurait donner une plus grande preuve de ses desirs de conciliation, qu'elle ne l'a fait dans le projet, qui a été présenté par son ordre à la conférence de Londres, contre-projet où elle accorde jusqu'au titre d'empereur, que le prince royal a adopté, pourvu que les droits de souverain que sa majesté très-fidèle a sur le Brésil ne soient pas dérogés. Ces mêmes conditions ont été le résultat de la mission secrète de l'émisnaire qui a été au Brésil, et n'ont pas été oubliées. Cet émissaire n'était nullement chargé de négocier, mais l'on a cru devoir profiter du voyage qu'il a fait, et de l'occasion de faire au Rio Janeiro dans ses intérêts particuliers pour sonder les esprits et tâcher de les disposer à l'adoption de ces justes propositions. Elles ne sauraient être que unanimement acceptées, et il ne tient donc qu'au Brésil d'assurer sa dépendance bien entendue, en la rendant légitime, de ses liaisons naturelles avec le Portugal, qui lui procurent un débouché sûr à plusieurs de ses productions, et qui trouvent ailleurs, et de consolider, en un mot la tranquillité publique dans les deux pays et le bonheur de leurs peuples.

«Sa majesté très-fidèle ferme dans ces mêmes

de modération et désirant seulement le bonheur de ses peuples, tant en Portugal, qu'au Brésil, se prêtera encore à faire des sacrifices, qui seront compatibles avec sa dignité et dont le but sera, et celui d'affermir la monarchie au Brésil, et ayant la plus grande confiance dans les sentiments de justice de son plus ancien allié, et dans ceux de son gouvernement, elle se flatte que la médiation proposée produira les plus heureux effets, et terminera un état de choses funestes au Portugal et au Brésil.»

À la suite de cette exposition le plénipotentiaire portugais a présenté le contre projet, qui a été offert à la conférence de Londres par mr. le comte de Villa Real, et qui sera annexé au présent protocole.

Le plénipotentiaire de sa majesté, le roi de la Grande-Bretagne, a répondu par le résumé des modifications que sa majesté très-fidèle se propose d'apporter aux concessions, qui lui ont été suggérées par le gouvernement britannique, à savoir:

«1<sup>re</sup> Que sa majesté le roi du Portugal partagerait les titres de souveraineté avec le prince son fils.

«2<sup>o</sup> Que les actes du gouvernement brésilien seraient dorénavant sujets à l'approbation de sa majesté.

«3<sup>o</sup> Que les carrières militaire et diplomatique seraient communes aux deux peuples du Portugal et du Brésil.

«4<sup>o</sup> Qu'il n'y aurait pas de changement dans la succession aux deux trônes du Portugal et du Brésil.»

Et il s'est permis d'observer :

«1<sup>re</sup> Que le titre d'empereur n'étant pas celui par lequel sa majesté a été jusqu'ici connue à ses alliés, le roi s'expose, même dans le cas qu'il soit accordé par le Brésil, à le voir disputé par les autres puissances du monde. Que ce titre est essentiellement électif, et que c'est par la voie d'une élection que le prince D. Pedro l'a obtenu; et ce n'est pas de la main de son fils que sa majesté peut recevoir en partage un titre que son altesse elle-même a reçu des suffrages du peuple. Il n'est donc pas à désirer que le roi coure le risque de se voir refuser ce titre, parce que le refus mettrait sa majesté

en état d'hostilité, non seulement avec le gouvernement mais aussi avec le peuple brésilien, tandis que le titre de roi du Brésil appartenant de droit à sa majesté, rien ne saurait l'en priver, que son abdication volontaire.

« 2° Quant à ce qui regarde la sanction préalable des actes du Brésil par le gouvernement portugais, cette condition révoquerait en doute tout ce qui a été consacré par l'établissement d'une indépendance administrative.

« Le Brésil a reçu de sa majesté très-fidèle le titre de royaume, l'organisation indépendante de ses tribunaux, et la liberté de commerce. C'est aussi des mains de son père, que son altesse royale se trouve revêtue de toute l'étendue de l'autorité royale pour gouverner le pays, y compris même le droit de faire la guerre et la paix ; les instructions données par sa majesté, en quittant Rio Janeiro au prince, son fils, ayant clairement indiqué l'impossibilité de la continuation de l'union des deux pays, sans exposer l'existence de la royauté dans le Brésil au plus grand péril, et les députations provinciales de ce royaume ayant déclaré, lors de la publication des décrets des cortès 1821 contraires à la volonté du roi, qu'elles continueraient à se soumettre à l'autorité monarchique de la maison de Braganza, à la seule condition que son altesse consentirait à y rester, le menaçant au moment de son départ pour Lisbonne d'y établir une république. Le prince D. Pedro s'est vu dans la nécessité non seulement de se prévaloir de ces instructions, mais de prendre un titre souverain, car, si ce prince eût eu l'imprudence de se conformer aux décrets des cortès, il est évident que le Brésil eût été perdu sans retour à la maison régnante, et que les ministres portugais ne se trouveraient pas même dans la possibilité de traiter avec le gouvernement du Rio Janeiro. L'indépendance de fait ainsi obtenue, il n'est pas présumable que les brésiliens consentiront à ce que les mesures de leur gouvernement, les décisions de leurs tribunaux, ou les règlements de leur commerce soient de nouveau soumis à une révision portugaise, car autant vaudrait-il rentrer sous leur ancienne dépendance comme colonie.

• 3° Une diplomatie et une armée séparées semblent devoir être le résultat de ce système, car pourquoi le Portugal se compromettrait-il ainsi dans les disputes du nouveau monde, quand un traité d'alliance défensive remplirait tout aussi bien le but qu'on se propose ?

• 4° Les droits de son altesse royale D. Pedro à la succession ne sauraient être revués en doute ; et tels qu'ils sont en ce moment le roi serait toujours à même de les régler selon les lois de la monarchie. Il est donc inutile d'établir une discussion sur une question à l'égard de laquelle tous sont d'accord, sûrs de l'appui de sa majesté britannique les deux souverains pourront agir à cet égard comme il leur conviendra.

« Le plénipotentiaire britannique propose donc que sa majesté très-fidèle établisse par le moyen d'une *carta regia* le principe de la dissolution de l'union administrative et législative des deux pays, avec réserve des titres, que l'on pourrait adopter de part et d'autre ; et que l'on convienne d'un pacte de famille d'après lequel seront réglés : 1°, la succession ; 2°, une alliance défensive ; 3°, des secours mutuels en vaisseaux, et en hommes ; 4°, le montant d'une indemnité en argent, tant pour le gouvernement portugais, que pour les pertes individuelles, et enfin que l'on procédera à la négociation d'un traité de commerce entre le Portugal et le Brésil. »

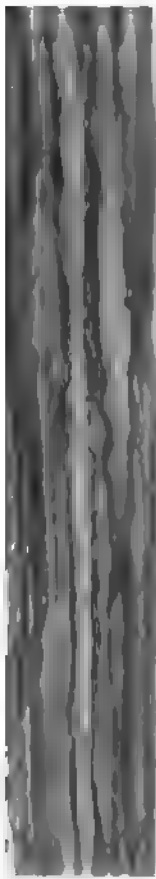
Le plénipotentiaire portugais se réserve de faire ses observations sur les propositions précédentes dans la prochaine conférence. — (Signés) *Charles Stuart* — *Le Comte de Porto Santo*.

---

Protocole de la seconde conférence  
entre leurs ex<sup>tes</sup> mr. le comte de Porto Santo  
et sir Charles Stuart

Lisbonne, le 8 avril 1825. — Lecture faite du procès-verbal de la dernière conférence, il a été approuvé et signé.

Le plénipotentiaire portugais, d'après ce qui a été convenu dans la dernière conférence a présenté ses observations sur



prince royal a adopté, qu'il convient que s  
le titre pour le déléguer à son fils. Le plér  
tugais pense que cela pourra s'effectuer p  
l'indication des titres de sa majesté, que l'e  
tête de l'acte légal par lequel sa majesté fe  
son fils, où il sera dit: sa majesté le roi du Pc  
du Brésil, cède à son fils, le prince royal  
pereur du Brésil, etc., etc.»

Le plénipotentiaire portugais ajoute: «qu  
où sa majesté très-fidèle fait de si amples  
fils, il croit de son devoir d'insister pour qu  
ges civiles à vie (officios vitalicios) que le r  
avant son départ de Rio Janeiro soient con  
sonnes auxquelles le roi les a accordées, ou  
que ceci ne peut avoir lieu, il leur... (soit  
demnisation par le gouvernement du Brési  
juste qu'ils restassent à la charge du gouv  
gais».

Le plénipotentiaire portugais observe en  
bénéfices ecclésiastiques de toute le Brés  
l'ordre de Christ, sa majesté comme grand  
dre n'hésite pas à faire aussi cession à so  
de les conférer, pourvu que ceux qui ont ét  
majesté soient conservés, le tout selon les

Le plénipotentiaire britannique remarqu  
branches de la négociation dépendant abs



à des discussions entre les deux gouvernements. Il est donc indispensable de fixer le contenu de cet acte légal, et d'indiquer clairement les cas qui permettront sa communication au gouvernement local du Rio Janeiro. — (Signés) Comte de Porto Santo = Charles Stuart.

Protocole de la troisième conférence,  
entre leurs ex<sup>tes</sup> mr. le comte de Porto Santo,  
et sir Charles Stuart

Lisbonne, le 13 avril 1825. — Lecture faite du procès-verbal de la dernière conférence, il a été approuvé et signé.

Le plénipotentiaire britannique ayant demandé dans la conférence précédente: «quel serait le contenu de l'acte légal qu'il a été convenu d'arrêter?»

Le plénipotentiaire portugais a répondu: «que l'acte serait une *carta patente de lei*, selon les formes de cette monarchie, et qui ont déjà été adoptées par les rois D. Alphonse V, et D. Manuel dans des circonstances semblables, et qu'il énoncerait: 1<sup>o</sup> Que sa majesté très-fidèle subroge, selon ses droits, le titre d'empire à celui de royaume, qu'elle a accordé au Brésil par la *carta de lei* du 16 de décembre 1815, et que par conséquent elle se déclare empereur du Brésil, et roi du Portugal et des Algarves, séparant d'une manière absolue l'administration des deux pays; 2<sup>o</sup>, que sa majesté confère par cet acte à la personne de son fils, le prince D. Pedro, l'exercice plein de la souveraineté sur le Brésil, le reconnaissant comme empereur du Brésil et prince royal du Portugal et des Algarves; 3<sup>o</sup>, que sa majesté, comme grand maître de l'ordre de Christ, délègue à son auguste fils tous les pouvoirs qu'elle pourrait exercer à ce titre sur le Brésil; 4<sup>o</sup>, que le prince, ou la princesse héréditaire présomptif des deux couronnes aura le titre de prince impérial du Brésil et prince royal du Portugal et des Algarves; 5<sup>o</sup>, que les sujets brésiliens jouiront en Portugal de tous les avantages dont jouissent les portugais et *vice-versa*».

Sur l'observation du plénipotentiaire britannique «que

«que sa majesté très-fidèle cède à son fils, le p  
le droit de souveraineté sur le Brésil, émet le  
que la forme de gouvernement à établir dans ce  
plus conforme au maintien de l'intégrité de l'em  
principes du gouvernement monarchique».

Le plénipotentiaire britannique ayant suggéré  
considération des considérations préliminaires et  
les deux cours devront être d'accord avant la  
*carta patente* de lui au gouvernement brésilien  
plénipotentiaires sont convenus des conditions  
1<sup>re</sup>, la cessation immédiate de toute espèce  
2<sup>o</sup>, la restitution de toutes les prises faites au  
Portugal, ou de leur valeur; 3<sup>o</sup>, le levée du  
toutes les propriétés portugaises, et la restitution  
de ces propriétés; 4<sup>o</sup>, l'indication de la somme  
devra payer, non seulement pour sa quote-part  
publique, mais encore pour tous les autres ob  
nants à la couronne du Portugal, et qui sont rest  
fixant la forme et l'époque des différents paiements  
les indemnités que le trésor du Portugal pay  
taires des différentes capitaineries du Brésil rest  
navant à la charge du trésor du Brésil; 6<sup>o</sup>, la  
principes, qui devront régler le commerce entre  
pays, en attendant la conclusion d'un traité de  
définitif, dont la base sera la plus parfaite récip

Le plénipotentiaire portugais, se rapportant

cet égard, et que pour ce qui regarde l'alliance défensive entre les deux pays, et les secours mutuels en hommes et en vaisseaux à donner de part et d'autre, ils pourront être réglés selon les formes diplomatiques par l'intervention des plénipotentiaires des deux couronnes. = (Signés) *Comte de Porto Santo* = *Charles Stuart*.

Protocole de la quatrième conférence,  
entre leurs ex<sup>tes</sup> mr. le comte de Porto Santo  
et sir Charles Stuart

Lisbonne, 15 avril 1825. — Lecture faite du protocole précédent, il a été approuvé et signé.

Afin de fixer la manière dont les conditions préliminaires seraient présentées au Brésil, les deux plénipotentiaires sont convenus :

1<sup>re</sup> Que les ordres seront expédiés pour la cessation des hostilités dès le moment de l'acceptation de ces conditions en allouant le terme nécessaire pour la mise en exécution de ces ordres, suivant les distances de Rio Janeiro, et que de la même manière seront mis en liberté et rétablis dans le libre exercice de tous leurs biens, droits et actions, et indemnisés tous les individus contre lesquels on aura procédé à cause de leurs opinions relatives aux questions politiques en discussion entre le Portugal et le Brésil ; sa majesté très-fidèle n'ayant ordonné, ni permis aucun acte de cette nature, on ne peut stipuler de réciprocité pour les objets précédents.

2<sup>e</sup> Quant aux prises faites au commerce portugais, celles dont le gouvernement brésilien serait en possession, devront être restituées immédiatement, et pour la restitution des valeurs des autres l'on établira une commission composée d'un nombre égal de commissaires portugais et brésiliens, qui siégeront où l'on jugera plus convenable, et dans les cas où ces commissaires ne pourraient pas tomber d'accord, l'agent diplomatique de sa majesté britannique sera invité à les décider comme arbitre. Ce principe une fois admis par le Bré-

sil, le plénipotentiaire britannique tâchera d'obtenir que le gouvernement brésilien dépose une certaine somme pour faire face aux premières réclamations, qui auraient été liquidées.

3° Pour ce qui regarde les propriétés séquestrées, l'on est convenu que tous les séquestres qui seraient en vigueur, seront levés immédiatement, et pour arrêter la revendication des propriétés séquestrées, qui auraient été aliénées, ainsi que pour la liquidation du montant des revenus à restituer, il sera établi une commission composée d'un nombre égal d'individus portugais et brésiliens qui siégera au Brésil, et dans les cas où ces commissaires ne seraient pas d'accord, ils se reporteront à la décision de l'agent diplomatique de sa majesté britannique à Rio Janeiro.

4° Quant à la somme que le Brésil devra payer pour sa quote-part de la dette publique et pour tous les autres objets appartenants à la couronne du Portugal, l'on conviendra d'une somme en bloc, ayant égard aux différentes catégories spécifiées dans l'état annexé au présent protocole. Si le gouvernement brésilien ne voudrait pas se prêter à payer cette somme, sans qu'il eut précédé une liquidation, l'on établira une commission mixte à cet effet composée comme les autres, et qui siégera où l'on conviendra; mais dans ce cas le plénipotentiaire portugais propose comme une condition *sine qua non*, que le gouvernement brésilien payerait toutefois immédiatement une somme à compte proportionnée au total demandé, soit le tiers, soit la moitié, et que le reste soit liquidé, et la forme de paiement arrêtée dans le terme d'une année.

5° Quant aux indemnisations à donner aux donataires des différentes catégories, le transfert sera fait à la vue des titres légaux qu'ils possèdent.

6° Pour ce qui concerne les principes qui devront régler le commerce entre le Portugal et le Brésil, en attendant la conclusion d'un traité de commerce définitif, l'on est convenu que les relations commerciales seront rétablies provisoirement sur le même pied où elles étaient au moment du départ

de sa majesté très-fidèle de Rio Janeiro, et que sa majesté continuera d'accorder l'exclusif pour la consommation des différents produits du Brésil, qui jouissent actuellement de cet avantage à la seule condition que le sel du Portugal jouirait de l'exclusif au Brésil, et que les vins du Portugal et des îles adjacentes y seraient admis libres de tout droit. = (Signés) Comte de Porto Santo = Charles Stuart. .

---

Protocole de la cinquième conférence,  
entre leurs ex<sup>tes</sup> mr. le comte de Porto Santo  
et sir Charles Stuart

Lisbonne, le 22 avril 1825. — Le plénipotentiaire portugais, ayant d'abord fait connaître le contenu des *lettres patentes* par lesquelles sa majesté très-fidèle se propose de céder les droits de souveraineté sur le Brésil à son fils, le prince D. Pedro, le reconnaissant comme empereur, il a été convenu, à la suite d'une discussion motivée par le plénipotentiaire britannique, que cette pièce serait annexée au présent protocole, et le plénipotentiaire britannique ayant sur ces entrefaites invité mr. le plénipotentiaire portugais à développer ses intentions au sujet des articles de l'acte diplomatique, dont la signature, de la part des autorités brésiliennes, devra précéder la communication au gouvernement de Rio Janeiro des *lettres patentes*, concédées par sa majesté très-fidèle, s. ex<sup>te</sup> a répondu qu'elle serait prête à les annoncer dès que les rapports des différents ministères au sujet du montant des indemnisations pécuniaires à réclamer au nom du Portugal lui en auraient donné la faculté. = (Signés) Comte de Porto Santo = Charles Stuart.

---

Protocole de la sixième conférence,  
entre leurs ex<sup>tes</sup> mr. le comte de Porto Santo  
et sir Charles Stuart

Lisbonne, ce 27 avril 1825. — Lecture faite du protocole de la dernière conférence, il a été approuvé et signé.

Le plénipotentiaire portugais a annoncé à mr. le plénipotentiaire de sa majesté britannique : « qu'il avait reçu les ordres de sa majesté très-fidèle d'inviter s. ex<sup>te</sup> de sa part à vouloir se charger de ses pleins pouvoirs et instructions pour traiter avec son altesse royale, le prince D. Pedro, de la réconciliation entre le Portugal et le Brésil. Mr. le plénipotentiaire britannique ayant répondu : « qu'il se croyait autorisé à pouvoir accepter cette commission de sa majesté très-fidèle, les deux plénipotentiaires sont convenus que les pleins pouvoirs seraient calqués sur ceux, dont mr. le plénipotentiaire britannique est muni comme médiateur par son gouvernement, qu'il serait en outre porteur d'une lettre autographe de sa majesté très-fidèle pour le prince son fils ; que les instructions seraient basées sur le contenu des procès verbaux des conférences précédentes, et que le projet de ces instructions serait annexé au prochain protocole ».

Le plénipotentiaire portugais a ensuite observé : « qu'il croyait nécessaire de prévoir quelle serait la position du Portugal envers le Brésil, et de l'Angleterre vis-à-vis du Portugal, et vis-à-vis du Brésil, dans le cas où le Brésil se refuserait à accepter les conditions, dont on est convenu ? Le plénipotentiaire britannique a répondu ce que mr. Canning, ayant traité avec les plénipotentiaires brésiliens au sujet des instructions dont il l'a muni, n'avait pas anticipé le cas d'un refus absolu de la part du Brésil, et que lui même n'anticipait pas ce refus, que cependant il avait déjà prévu la possibilité de cet événement, et en avait écrit à sa cour, et qu'il pouvait recevoir des instructions à ce sujet d'un moment à l'autre, que pourtant il ne saurait retarder son départ pour en attendre l'arrivée. — (Signés) *Comte de Porto Santo* = *Charles Stuart*.

---

Protocole de la septième conférence,  
entre leurs ex<sup>tes</sup> mr. le comte de Porto Santo  
et sir Charles Stuart

Lisbonne, le 5 mai 1825. — Lecture faite du procès verbal de la dernière conférence, il a été approuvé et signé.

plénipotentiaire portugais, d'après ce qui avait été arrêté à la conférence précédente a présenté le projet des conditions, ainsi que le projet de pleins pouvoirs dont le plénipotentiaire britannique sera muni, et ces pièces annexées au présent protocole. = (Signés) *Porto Santo* et *Charles Stuart*.

Protocole de la huitième conférence,  
entre leurs excellences mr. le comte de Porto Santo  
et sir Charles Stuart

à Rio Janeiro, ce 12 mai 1825. — Lecture faite du protocole de la huitième conférence, il a été approuvé et signé.

Le plénipotentiaire britannique ayant observé, qu'il ne pouvait trouver une opposition insurmontable à Rio Janeiro, si sa majesté très-fidèle adoptât le titre d'empereur, il conviendrait qu'il eut quelque latitude pour agir en conséquence, le plénipotentiaire portugais a répondu que sa majesté n'aurait pas de difficulté à se restreindre au titre de roi, à condition que le prince royal adopterait lui même le titre de roi au lieu de celui d'empereur; le plénipotentiaire britannique a donc proposé que le roi le munirait d'une troisième *carta patente* par laquelle sa majesté prendrait le titre

de roi du Portugal, et des Algarves et du Brésil, et céderait au prince royal l'exercice de la souveraineté sur le Brésil, avec le titre de roi du Brésil, et prince royal de Portugal et des Algarves. Le plénipotentiaire portugais a accédé à cette proposition et le projet de cette troisième *carta patente* est annexé au présent protocole. = (Signés) *Porto Santo* et *Charles Stuart*.

Protocole de la neuvième conférence,  
entre leurs excellences mr. le comte de Porto Santo  
et sir Charles Stuart

à Rio Janeiro, ce 23 mai 1825. — Lecture faite du protocole de la neuvième conférence, il a été approuvé et signé.

Le plénipotentiaire portugais a remis à mr. le plénipotentiaire britannique les trois *cartas patentes*, signées par sa ma-



jesté très-fidèle, les pleins pouvoirs par lesquels sa majesté autorise s. ex<sup>ce</sup> à négocier avec le plénipotentiaire, ou les plénipotentiaires, qui seraient només par le prince royal, ainsi que la lettre du roi à son fils, les instructions, et autres documents mentionnés dans la liste annexée au présent protocole. La négociation étant finie, le plénipotentiaire a annoncé son intention de s'embarquer demain. = (Signés) *Porto Santo* = *Charles Stuart*.

## DOCUMENTO N.º 142

(Citado a pag. 367)

**Carta patente de 13 de maio de 1825, pela qual el-rei D. João VI legitimou a independencia politica do imperio do Brazil, ressaltando formalmente a successão de sua magestade o imperador D. Pedro á corôa de Portugal**

D. João, por graça de Deus, rei do reino unido de Portugal, e do Brazil e Algarves, d'aquem e d'alem mar, em Africa senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc., etc.

Faço saber aos que a presente carta patente virem, que considerando eu quanto convem, e se torna necessario ao serviço de Deus, e ao bem de todos os povos, que a Divina Providencia confiou á minha soberana direcção, pôr termo aos males, e dissensões que tem occorrido no Brazil, em gravissimo damno e perda, tanto dos seus naturaes, como dos de Portugal, e seus dominios; e tendo constantemente no meu real animo os mais vivos desejos de restabelecer a paz, amisade e boa harmonia entre povos irmãos, que os vinculos mais sagrados devem conciliar e unir em perpetua alliança, para conseguir tão importantes fins, promover a prosperidade geral, e segurar a existencia politica, e os destinos futuros dos reinos de Portugal e Algarves, assim como os do Brazil, que com prazer elevei a essa dignidade, pre-

eminencia e denominação, por carta de lei de 16 de dezembro de 1815; em consequencia do que me prestaram depois os seus habitantes novo juramento de fidelidade no acto solenne da minha acclamação em a côrte do Rio de Janeiro; querendo de uma vez remover todos os obstaculos, que possam impedir, e oppor-se á dita alliança, concordia e felicidade de um e outro reino, qual rei disvelado, que só cura do melhor estabelecimento de seus filhos: sou servido, a exemplo do que praticaram os senhores reis D. Affonso V, e D. Manuel, meus gloriosos predecessores, e outros soberanos da Europa, ordenar o seguinte:

O reino do Brazil será d'aqui em diante tido, havido, e conhecido com a denominação de imperio, em lugar da de reino que antes tinha.

Consequentemente, tomo e estabeleço para mim, e para os meus successores, o titulo e a dignidade de imperador do Brazil, e rei de Portugal e Algarves, aos quaes se seguirão os mais titulos inherentes á corôa d'estes reinos.

O titulo de principe, ou princeza imperial do Brazil, e real de Portugal e Algarves, será conferido ao principe, ou princeza, herdeiro, ou herdeira das duas corôas, imperial e real.

A administração, tanto interna, como externa, do imperio do Brazil, será distincta e separada da administração dos reinos de Portugal e Algarves, bem como as d'estes d'aquelle.

*E por a successão das duas corôas, imperial e real, directamente pertencer a meu sobre todos muito amado e prezado filho, o principe D. Pedro, n'elle, por este mesmo acto e carta patente, cedo e transiro já, de minha livre vontade, o pleno exercicio da soberania do imperio do Brazil, para o governar, denominando-se imperador do Brazil, e principe real de Portugal e Algarves, reservando para mim o titulo de imperador do Brazil, e o de rei de Portugal e Algarves, com a plena soberania d'estes dois reinos e seus dominios.*

Sou tambem servido, como grão-mestre, governador, e perpetuo administrador dos mestrados, cavallaria, e ordens de Nosso Senhor Jesus Christo, de S. Bento de Aviz, e de S. Thiago da Espada, delegar, como delego no dito men fi-

lho, imperador do Brazil, e principe real de Portugal e Algarves, toda a comprida jurisdicção e poder, para com os beneficios da primeira ordem, e os habitos de todas as no dito imperio.

Os naturaes do reino de Portugal, e seus dominios, se considerados no imperio do Brazil como brasileiros, e os naturaes do imperio do Brazil no reino de Portugal, e seus dominios, como portuguezes; conservando sempre Portugal seus antigos fôros, liberdades, e louvaveis costumes.

Para memoria, firmeza e guarda de tudo o referido, mandei fazer duas cartas patentes d'este mesmo teor, assigadas por mim, e selladas com o meu sello grande, das quaes uma mando entregar ao sobredito meu filho, imperador do Brazil, e principe real de Portugal e Algarves, e outra conservará, e guardará na Torre do Tombo; e valerão am como se fossem cartas passadas pela chancellaria, posto que por ella não hajam de passar, sem embargo de toda e qualquer legislação em contrario, que para este fim revogo, e se d'ella fizesse expressa menção.

Dada no palacio da Bemposta, aos 13 de maio de 1825 (Assignado) El-Rei (com guarda).

---

**Tratado concluido entre D. João VI, e seu augusto filho  
o imperador do Brazil,  
acerca da independencia do respectivo imperio**

Em nome da Santissima e indivisivel Trindade.

Sua magestade fidelissima, tendo constantemente no real animo os mais vivos desejos de restabelecer a paz, a saude, e boa harmonia entre povos irmãos, que os vinculos mais sagrados devem conciliar e unir em perpetua alliança para conseguir tão importantes fins, promover a prosperidade geral, e segurar a existencia politica, e os destinos tuos de Portugal, assim como os do Brazil, e querendo uma vez remover todos os obstaculos, que possam impedir a dita alliança, concórdia e felicidade de um e outro estado por seu diploma de 13 de maio do corrente anno reconhe

na categoria de imperio independente, e separado dos reinos de Portugal e Algarves, e a seu sobre todos muito amado e prezado filho D. Pedro por imperador, cedendo, e transferindo, de sua livre vontade, a soberania do dito imperio ao mesmo seu filho, e legítimos successores, e tomando somente, e reservando para a sua pessoa o mesmo titulo, augustos senhores, aceitando a mediação de sua majestade Britannica para o ajuste de toda a questão incidente paração dos dois estados, tem nomeado plenipotenciário a saber: sua magestade fidelissima, ao ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Carlos Stuart, conselheiro privado de sua majestade Britannica, gran-cruz da ordem da Torre e Espada, ordem do Banho; sua magestade imperial, ao ill.<sup>mo</sup> e sr. Luiz José de Carvalho e Mello, do seu conselho de estado, dignitario da imperial ordem do Cruzeiro, commandador das ordens de Christo e da Conceição, e ministro secretario d'estado dos negocios estrangeiros, ao ill.<sup>mo</sup> e sr. barão de Santo Amaro, grande do imperio, do conselho d'estado, gentilhomen da imperial camara, dignitario da imperial ordem do Cruzeiro, e commandador das ordens de Christo e da Torre e Espada. e ao ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Francisco Vilela Barbosa, do conselho d'estado, gran-cruz da imperial ordem do Cruzeiro, cavalleiro da ordem de Christo, coronel do imperial corpo de engenheiros, ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha, e inspector geral da marinha.

E vistos, e trocados os seus plenos poderes, convieram em que, em conformidade dos principios expressados n'este preambulo, se formasse o presente tratado:

Artigo 1.<sup>o</sup> Sua magestade fidelissima reconhece o Brazil na categoria de imperio independente, e separado dos reinos de Portugal e Algarves, e a seu sobre todos muito amado e prezado filho D. Pedro por imperador, cedendo, e transferindo, de sua livre vontade, a soberania do dito imperio ao mesmo seu filho, e a seus legítimos successores.

Sua magestade fidelissima toma somente, e reserva para a sua pessoa, o mesmo titulo.

Art. 2.º Sua magestade imperial, em reconhecimento e amor a seu augusto pae, o senhor D. João VI, annue a que sua magestade fidelissima tome para si o titulo de imperador.

Art. 3.º Sua magestade imperial promette não  
posições de quaesquer colonias portuguezas, pa-  
rem ao imperio do Brazil.

Art. 4.º Haverá d'ora em diante paz e alliança perfeita amizade entre os reinos de Portugal e Al imperio do Brazil, com total esquecimento das passadas entre os povos respectivos.

Art. 5.º Os subditos de ambas as nações, por  
brasileira, serão considerados e tratados nos res-  
tados como os da nação mais favorecida e amiga;  
reitos e propriedades religiosamente guardados;  
ficando entendido que os actuaes possuidores  
de raiz, serão mantidos na posse pacifica dos me-

Art. 6.º Toda a propriedade de bens de raiz, e acções, sequestrados, ou confiscados, pertencentes a subditos de ambos os soberanos, de Portugal e do Brasil, serão logo restituídos, assim como os seus rendimentos, deduzidas as despesas da administração, e os proprietários indemnizados reciprocamente pela mesma razão no artigo 8.º

Art 7.º Todas as embarcações, e cargas apre-  
tencentes aos subditos de ambos os soberanos, e  
lhantemente restituídas, ou seus proprietarios ind-

Art. 8.º Uma comissão nomeada por ambos os governos, composta de portugueses e brasileiros em número igual e estabelecida onde os respectivos governos julgarem mais conveniente, será encarregada de examinar as reclamações dos artigos 6.º e 7.º, entendendo-se que as reclamações serão feitas dentro do prazo de um anno depois da publicação da comissão; e que, no caso de empate, a decisão será decidida a questão pelo representante do país reclamante; ambos os governos indicarão os fundos necessários para pagar as primeiras reclamações liquidadas.

rt. 9.º Todas as reclamações publicas, de governo a go-  
o, serão reciprocamente recebidas e decididas, ou com  
stituição dos objectos reclamados, ou com uma indemni-  
do seu justo valor. Para o ajuste d'estas reclamações,  
as as altas partes contratantes convieram em fazer uma  
enção directa e especial.

rt. 10.º Serão restabelecidas desde logo as relações de  
mercio entre ambas as nações, portugueza e brasileira,  
ndo reciprocamente todas as mercadorias 15 por cento  
reitos de consumo provisoriamente, ficando os direitos  
aldeação e reexportação da mesma fôrma que se prati-  
antes da separação.

rt. 11.º A reciproca troca das ratificações do presente  
do se fará na cidade de Lisboa, dentro do espaço de  
mezes, ou mais breve, se for possivel, contados do dia  
signatura do presente tratado.

testemunho do que, nós abaixo assignados, plenipo-  
rios de sua magestade fidelissima, e de sua magestade  
rial, em virtude dos nossos respectivos plenos poderes,  
mamos o presente tratado com os nossos punhos, e lhe  
os pôr o sêllo das nossas armas.

ito na cidade do Rio de Janeiro, aos 29 dias do mez de  
to de 1825.=(L. S.) *Carlos Stuart*=(L. S.) *Luiz José*  
*brvalho e Mello*=(L. S.) *Barão de Santo Amaro*=  
3.) *Francisco Villela Barbosa*.

nificado por parte de Portugal aos 15 de novembro de  
l. Por parte do Brazil já o tinha sido em 30 de agosto  
merido anno.

menção adicional ao precedente tratado, para regular  
a materia dos artigos 6.º e 7.º,  
fazendo-se d'ella menção no artigo 9.º

n nome da Santissima e indivisivel Trindade.

rendo-se estabelecido no artigo 9.º do tratado de paz e  
ça, firmado na data d'esta, entre Portugal e o Brazil,  
as reclamações publicas de um e outro governo seriam  
rocamente recebidas e decididas, ou com a restituição

os abaixo assignados, sir Charles Stuart, com  
de sua magestade britannica, gran-cruz da  
e Espada, plenipotenciario de sua magestade  
rei de Portugal e dos Algarves; o ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup>  
de Carvalho e Mello, do conselho d'estado,  
imperial ordem do Cruzeiro, commendador  
Christo e da Conceição, e ministro e secretario  
negocios estrangeiros; o ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> barão  
ro, grande do imperio, do conselho d'estado,  
da imperial camara, dignitario da imperial or  
ro, e commendador das ordens de Christo, e  
pada; e o ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> Francisco Vilela Bar  
selho d'estado, gran-cruz da imperial ordem  
cavalleiro da ordem de Christo, coronel do  
de engenheiros, ministro e secretario d'estado  
da marinha, e inspector geral da marinha,  
rios de sua magestade o imperador do Bras  
medução de sua magestade britannica, com  
tude dos seus plenos poderes respectivos,  
seguintes:

Artigo 1.º Sua magestade imperial conven  
reclamações apresentadas de governo a gover  
de Portugal a somma de dois milhões de lib  
ficando com esta somma extinctas de ambas  
e quaequer outras reclamações, assim como  
a indemnisações d'esta natureza.



milhões esterlinos, no prazo de um anno a quarteis, depois da ratificação e publicação da presente convenção.

Art. 3.º Ficam exceptuadas da regra estabelecida no artigo 1.º d'esta convenção as reclamações reciprocas sobre transporte de tropas, e despesas feitas com as mesmas tropas.

Para liquidação d'estas reclamações haverá uma commissão mixta, formada e regulada pela mesma maneira, que se acha estabelecida no artigo 8.º do tratado de que acima se faz menção.

Art. 4.º A presente convenção será ratificada, e a mutua troca das ratificações se fará na cidade de Lisboa, dentro do espaço de cinco mezes, ou mais breve, se for possível.

Em testemunho do que nós abaixo assignados, plenipotenciarios de sua magestade el-rei de Portugal e dos Algarves, e de sua magestade o imperador do Brazil, em virtude dos nossos respectivos plenos poderes assignámos a presente convenção, e lhe fizemos pôr os sellos das nossas armas.

Feita na cidade do Rio de Janeiro, aos 29 dias do mez de agosto de 1825. = (L. S.) *Charles Stuart* = (L. S.) *Luiz José de Carvalho e Mello* = (L. S.) *Barão de Santo Amaro* = (L. S.) *Francisco Villela Barbosa*.

## DOCUMENTO N.º 143

(Citado a pag. 367)

Extracto das conferencias tidas no Rio de Janeiro pelos plenipotenciarios brasileiros, e sir Charles Stuart, sobre o reconhecimento da independencia do Brazil por parte de Portugal

### Primeira conferencia

Aos 25 de julho de 1825. na casa da residencia do ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros, Luiz José de Carvalho e Mello, se reuniram o ex.<sup>mo</sup> sir Charles Stuart,

como plenipotenciario de sua magestade fidelissima, e na qualidade de mediador por parte do governo de sua magestade britannica, e os conselheiros d'estado, Francisco Villela Barbosa, barão de Santo Amaro, e o sobredito ministro d'estado, como plenipotenciarios de sua magestade o imperador; e vistos os poderes dos mencionados plenipotenciarios, não havendo duvida na legalidade d'elles, se começou a tratar da negociação entre o Brazil e Portugal, na fôrma abaixo declarada. E entrando em discussão os artigos respectivos á independencia, o sr. Charles Stuart declarou que não podia deixar de se firmar nas disposições expressas na *carta patente* de sua magestade fidelissima de 13 de maio do presente anno; no que não podendo convir os plenipotenciarios brasileiros, e não occorrendo então um meio a adoptar, que fosse conforme ao espirito conciliador que se manifestou na discussão, s. ex.<sup>a</sup> o sr. Stuart propoz, e se conveiu que se passasse a tomar em consideração outros artigos, emquanto se não concorda na materia adiada, e são os seguintes:

- 1.º Cessão de hostilidades.
- 2.º Paz e alliança.
- 3.º Esquecimento do passado.
- 4.º Restituição de presas e propriedades, e levantamento de sequestros.
- 5.º Segurança de bens de raiz.
- 6.º Indemnisação aos particulares.
- 7.º Indemnisação de officios vitalicios, dados anteriormente á ida de sua magestade fidelissima.
- 8.º Ajuste de contas publicas, lembrando dar as contas do Brazil contra Portugal.
- 9.º Não aceitar proposições das colonias portuguezas para se unirem ao imperio.
- 10.º Liberdade e entrada do commercio portuguez nos portos do Brazil, pagando provisoriamente 15 por cento de direitos.

*N. B.* Todos estes artigos ficam entendidos em perfeita reciprocidade.

Os plenipotenciarios brasileiros entregaram ao sr. Stuart os artigos seguintes :

1.º Sua magestade fidelissima, o rei do reino unido de Portugal, Brazil e Algarves, cede a seu filho, D. Pedro de Alcantara, todos seus direitos ao reino do Brazil.

2.º Sua magestade fidelissima, de sua livre vontade, reconhece a plena soberania do Brazil na categoria de imperio, separado do reino de Portugal, e a dignidade imperial na pessoa de seu filho, D. Pedro I, imperador do Brazil, e seu perpetuo defensor, assim como na sua augusta dynastia.

3.º Sua magestade imperial, em reconhecimento do respeito e amor a seu augusto pae, o senhor D. João VI, convem em que sua magestade fidelissima tome o titulo de imperador do Brazil durante a sua vida.

O plenipotenciario mediador declara, que só pôde aceitar os artigos acima, no caso que se expresse, que a cessão é feita por acto firmado da mão de sua magestade fidelissima.

Os plenipotenciarios brasileiros, não tendo instrucções para convir, declararam que levariam esta materia ao conhecimento de sua magestade imperial, para na outra conferencia responderem. — 27 de julho de 1823. — (Assignados) *Charles Stuart* — *Barão de Santo Amaro* = *Villela Barbosa* = *Luz José de Carvalho e Mello*.

#### Segunda conferencia

Na conferencia de 29 de julho do presente anno, sendo lidas e approvadas as materias que fizeram objecto das conferencias precedentes, os plenipotenciarios brasileiros entregaram a s. ex.<sup>a</sup>, o plenipotenciario britannico, a resposta á nota de s. ex.<sup>a</sup> do dia de hontem, na qual explicava os principios, que fazem a base da negociação, e a fôrma recommendada pelo seu governo, para que fosse feito o reconhecimento por uma carta regia; e tendo-se declarado na mencionada resposta, que se convinha nos principios expostos,

se observa contudo a conveniencia de se alterarem as expressões em que estava concebida aquella carta regia, e o sr Charles Stuart, propoz que, confiando copias das tres cartas regias aos plenipotenciarios brasileiros, estes deduzissem d'ellas por artigos o que julgarem conciliar os interesses de ambas as partes. Devendo, porém, isto levar algum tempo, se propoz a acordar-se sobre o modo de suspender as hostilidades durante a negociação, e os plenipotenciarios brasileiros ficaram de levar este negocio ao conhecimento do imperador, seu augusto amo.

#### Terceira conferencia

Em o 4.º de agosto do corrente anno, na conferencia que houve n'este dia, se tratou da suspensão de hostilidades entre o Brazil e Portugal, proposta por s. ex.ª o ministro britannico, a qual fôra recebida pelos plenipotenciarios brasileiros, para sobre esta materia tomarem as ordens de sua magestade o imperador.

E entrando-se em discussão sobre a materia, s. ex.ª o plenipotenciario britannico, depois das suas observações, e respostas dos plenipotenciarios brasileiros sobre o declarado no preambulo do acto da suspensão de hostilidades, de se estar tratando na negociação da base da independencia do imperio do Brazil; assim como tambem sobre o artigo do mesmo acto, que trata de se não entender por elle a abertura de portos, e franqueza de commercio, s. ex.ª não convenceu no dito acto, tendo já dito na nota quaes eram os principios da negociação, contido no quarto artigo da mesma nota.

E os plenipotenciarios brasileiros, não se podendo apartar das ordens que receberam de sua magestade o imperador, ficou o negocio sem deliberação.

Entrou tambem na discussão a materia das cartas patentes, que recebemos em uma das conferencias passadas, e se converteu que essa materia fizesse o objecto da primeira con-

Referencia. = *Charles Stuart* = *Luiz José de Carvalho e Mello*  
*Barão de Santo Amaro* = *Francisco Vilela Barbosa*.

#### Quarta conferencia

Na conferencia do dia 3 do corrente agosto, os plenipotenciarios brasileiros, depois de manifestarem a s. ex.<sup>a</sup> o plenipotenciario britannico, o pezar com que acabaram a ultima conferencia, apresentaram por escripto o trabalho de que ficaram encarregados, para deduzirem das cartas patentes o que, separando-se o que não conviesse, podesse ser conforme aos interesses e decoro reciprocos do Brazil e de Portugal.

E sendo lido o dito trabalho, que é do teor seguinte:

O que temos a dizer, em consequencia da proposição, para que, examinando as cartas patentes, cujas copias nos foram confiadas, deduzissemos o que se conformasse aos interesses e decoro reciprocos do Brazil e de Portugal, se reduz ao seguinte:

1.<sup>o</sup> Que não se podendo extrahir nada de util da copia 1.<sup>a</sup>, lançámos mão da outra, cujos paragraphos numerámos para maior facilidade.

2.<sup>o</sup> Que o § 1.<sup>o</sup>, que diz: «O reino do Brazil . . .», se pôde converter no seguinte: «Sua magestade fidelissima, de sua livre vontade, reconhece a plena soberania e independencia do Brazil com a categoria de imperio, separado do reino de Portugal».

3.<sup>o</sup> Que o § 2.<sup>o</sup>, que diz: «Consequentemente tomo . . .», se pôde da mesma sorte reduzir ao seguinte: «Sua magestade imperial, em reconhecimento de respeito e amor a seu Augusto pae, o senhor D. João VI, convem em que sua magestade fidelissima, entre os seus titulos, tome o de imperador titular do Brazil durante a sua vida».

4.<sup>o</sup> Que o paragrapho que começa: «E por a successão . . .», tambem se pôde converter no seguinte: «Sua magestade fidelissima, el-rei de Portugal, cede a seu filho, D. Pedro de

Alcantara, todos os seus direitos ao imperio do Brazil, e reconhece a dignidade imperial na pessoa de seu filho, e na sua augusta dynastia».

Deram os ditos plenipotenciarios as razões por que lançaram mão de uma copia da carta patente, e passando a mostrar que esse acto era concebido, em termos que tinham de se considerarem, e de se attenderem as circumstancias que nos forçaram a chegar á posição em que actualmente nos achámos, e enfim por outras razões, s. ex.<sup>a</sup> o plenipotenciario britannico, penetrado da evidencia d'ellas, propoz, que não teria difficuldade em convir em que no preambulo do tratado, de que nos occupámos, se fizesse menção do acto, assignado pela mão de sua magestade fidelissima, no qual se achavam os principios mais conformes ao sobredito trabalho, e depois se seguiram os outros artigos.

E para tirar as difficuldades, lembrou que se poderiam admitir mutuas declarações sobre o modo de invalidar o que consta das mesmas cartas patentes, e seria perigoso se se publicasse.

Para pôr este negocio no andamento, que é do desejo de todos os plenipotenciarios, se conveiu em que das materias já lembradas, se formalisasse um projecto de tratado, que os plenipotenciarios brasileiros se offereceram a apresentar para a primeira conferencia, que terá logar no dia sabbado 6 do corrente, ás onze horas da manhã, se antes d'esse dia não for possível. — (Assignados) *Charles Stuart* = *Luiz José de Carvalho e Mello* = *Barão de Santo Amaro* = *Francisco Vilela Barbosa*.

#### Quinta conferencia

Na conferencia do dia 6 do corrente, depois de lido e approvedo o protocollo da conferencia antecedente, os plenipotenciarios brasileiros apresentaram a s. ex.<sup>a</sup> o plenipotenciario britannico, o projecto de tratado, como ficára ajustado.



S. ex.<sup>a</sup>, o plenipotenciario britannico, aberta a discussão, não conveiu no preambulo do dito projecto, e propoz outro preambulo, que depois de algumas reflexões, e alterações que se propozeram, se conveiu em que fosse recebido para ser apresentado a sua magestade imperial, e a esse respeito tomaram os plenipotenciarios brasileiros as necessarias instruções.

Depois discutiu-se sobre a maneira de se formarem os artigos, em conformidade do preambulo apresentado por S. ex.<sup>a</sup> o plenipotenciario britannico, e se assentou que os tres primeiros artigos do projecto formassem um só artigo, que se seguisse o quarto, e depois o sexto, e são os seguintes:

1.<sup>o</sup> Sua magestade fidelissima reconhece o Brazil na categoria de imperio independente, e separado dos reinos de Portugal e Algarves, e a seu sobre todos muito amado e prezado filho, D. Pedro, por imperador, cedendo, e transfere da sua livre vontade a soberania do dito imperio ao mesmo seu filho, e a seus legitimos successores; sua magestade fidelissima toma sómente e reserva para a sua pessoa o mesmo titulo.

2.<sup>o</sup> Sua magestade imperial, em reconhecimento de respeito e amor a seu augasto pae, o senhor D. João VI, annue que sua magestade fidelissima tome para a sua pessoa o titulo de imperador.

3.<sup>o</sup> Haverá d'ora em diante paz e alliança, e a mais perfeita amizade entre o imperio do Brazil, e os reinos de Portugal e Algarves, com total esquecimento das desavenças passadas entre os povos respectivos. — *Charles Stuart* — *Antônio José de Carvalho e Mello* — *Barão de Santo Amaro* — *Francisco Villela Barbosa*.

#### Sexta conferencia

Na conferencia do dia 8 de agosto do corrente anno, depois de lido e approvado o protocollo com algumas reflexões, que no mesmo se fizeram, os plenipotenciarios bra



convindo s. ex.<sup>a</sup> o plenipotenciario britânico discutir sobre os outros artigos do projecto

Feita a alteração que pareceu necessar  
materias, passaram, com algumas alteraç  
mentos, os artigos desde o n.º 4.º até ao 8.

S. ex.<sup>a</sup>, o plenipotenciario britannico, pr  
de empate dos votos dos membros da co  
ajustes dos particulares, se declarasse q  
decidisse o negocio pelo representante di  
verno inglez, os plenipotenciarios brasilei  
meio da sorte, como vae indicado no artigo

Depois o plenipotenciario britannico pr  
masse um artigo especial para a indemnis  
rios das capitancias que tiveram no Brazil, e  
do governo portuguez. Ao que os plenipot  
ros observaram em primeiro lugar, que es  
negocio de particulares, e não parecia de  
tratado; e em segundo lugar, que, sendo re  
ção de governo a governo, devia entrar ent  
d'esta natureza.

S. ex.<sup>a</sup>, o plenipotenciario britannico, i  
ção do artigo acima, lembrou que se red  
a uma declaração, ou ficasse reservado pa  
venção particular, que se houver de fazer  
dinheiro.

proposições de quaesquer colonias portuguezas para se reunirem com o imperio do Brazil.

Art. 3.º Os subditos de ambas as nações, brasileira e portugueza, serão considerados e tratados nos respectivos estados como os da nação mais favorecida e amiga; seus direitos e propriedades religiosamente guardados e protegidos; e os actuaes possuidores de bens de raiz serão mantidos na posse pacifica dos mesmos bens.

Art. 6.º Toda a propriedade de bens de raiz, ou moveis, sequestrada, ou confiscada, e bem assim todas as embarcações e cargas apresadas, pertencentes aos subditos de ambos os soberanos, do Brazil e de Portugal, serão logo restituídas, assim como os seus rendimentos passados, ou seus proprietarios indemnizados reciprocamente pela maneira declarada no artigo 8.º

Art. 7.º Sua magestade imperial convem que os subditos portuguezes, a quem sua magestade fidelissima havia dado officios vitalicios no Brazil antes da sua partida, e que saíram para acompanhar o mesmo sênhor, em consequencia dos seus empregos, sejam indemnizados.

Art. 8.º Uma commissão, nomeada por ambos os governos, composta de brasileiros e portuguezes em numero igual, e estabelecida onde os respectivos governos entenderem por mais conveniente, será encarregada do exame da materia do artigo 6.º, entendendo-se que as reclamações deverão ser feitas dentro do praso de um anno, depois de firmada a commissão; e que em caso de empate nos votos dos commissarios, a mesma commissão nomeará dois arbitros, um brasileiro e outro portuguez, decidindo a sorte qual d'elles resolverá a pôr termo á questão.

Ambos os governos indicarão os fundos por onde se hão de pagar as primeiras reclamações liquidadas. = (Assignados) *Charles Stuart — Luiz José de Carvalho e Mello — Barão de Santo Amaro — Francisco Villela Barbosa.*

## Setima conferencia

Na conferencia do dia 11 do corrente agosto foi lido o protocollo da conferencia passada, declarando os plenipotenciarios brasileiros que convinham: 1.º, em que entrasse na convenção especial o artigo relativo aos donatarios; 2.º, em que o representante do soberano mediador fosse o juiz arbitral para decidir o empate dos votos da commissão mixta, e foi approvedo, e se passou ao seguinte:

1.º Em dividir em dois o artigo 6.º, formando a materia dos sequestros artigo separado, assim como o que é relativo a presas.

2.º Tratou-se de que se faria uma convenção especial, como está annuciado no projecto, sobre os ajustes pecuniarios de governo a governo, apresentando-se de parte a parte os fundamentos das reclamações, e n'isto converteu s. ex.ª o plenipotenciario britannico.

3.º Sobre o artigo das relações commerciaes, lendo s. ex.ª, o plenipotenciario britannico, que, podendo vir a ser julgado ao Brazil sobre a base dos 15 por cento, os plenipotenciarios brasileiros se encarregaram de fazer maior efforto d'esta materia, a qual ficará para entrar em discussão na outra conferencia, de maneira que se dêem mais vantagens reciprocas, comparativamente com as outras nações. = signados) *Charles Stuart* — *Luiz José de Carvalho e Moraes* — *Barão de Santo Amaro* = *Francisco Villela Barbosa*.

## Oitava conferencia

Na conferencia do dia 16 de agosto foi lido e approvedo o protocollo da conferencia do dia 11 do corrente.

Passou-se a tratar da materia adiada do artigo 10.º, sobre as relações commerciaes, e se assentou nas emendas e emendamentos feitos no mesmo artigo, e é como se segue: restabelecidas desde logo as relações de commercio entre ambas as nações. brasileira e portugueza, pagando r

camente todas as mercadorias 15 por cento de direitos de consumo provisoriamente, ficando os direitos de baldeação e reexportação da mesma forma que se praticava antes da separação».

Depois, sendo apresentadas as reclamações reciprocas de governo a governo, fizeram-se de parte a parte observações sobre artigos, que eram inteiramente inadmissiveis; e depois de uma longa discussão, se entendeu ser o melhor meio para terminar esta questão o fixar e ajustar-se em uma quantia dada por uma vez sómente, ficando extinto todo o direito para taes reclamações. Não foi possível, porém, convir-se do *quantum*, e ficou a materia adiada. — (Assignados) *Charles Stuart* — *Luiz José de Carvalho e Mello* — *Barão de Santo Amaro* — *Francisco Villela Barbosa*.

Nona conferencia — do dia 19 de agosto de 1825

Lido o protocollo da conferencia precedente, foi approvedo.

Entrou em discussão a materia adiada sobre o *quantum* para as indemnisações de governo a governo.

S. ex.<sup>a</sup>, o plenipotenciario britannico, disse, que segundo as suas instrucções, propunha para as indemnisações de Portugal, tomar o governo do Brazil por sua conta o emprestimo portuguez em Londres, que julga ser pouco mais ou menos de 1.300:000 libras esterlinas, e dar mais 1.500:000 esterlino; e a final disse que tomava sobre si diminuir da conta acima meio milhão.

Os plenipotenciarios brasileiros observaram, que, segundo as suas instrucções, não podiam convir em mais de 1.000:000 esterlino; porém, que entendiam mereceria a consideração de sua magestade o imperador, ajuntar a essa quantia as seguintes: 250:000 libras esterlinas pelas propriedades de sua magestade fidelissima; 55:000 libras por indemnisação aos donatarios, e talvez outro tanto, quando muito, pelos officios em que já se conviera.

Nada se pôde ajustar, e lembraram os ditos plenipotenciarios convir-se em se fazerem reciprocas liquidações, destinando-se desde logo quantias certas para fazer face ás reclamações liquidadas, sendo depositadas essas quantias nos bancos do Rio de Janeiro e de Lisboa.

S. ex.<sup>a</sup>, o plenipotenciario britannico, admittiu as liquidações, dando-se desde logo uma somma adiantada, como já havia proposto, e era na conformidade das suas instruções. Ao que, não podendo annuir os plenipotenciarios brasileiros, respondeu s. ex.<sup>a</sup> que essa fôrma de liquidação ficaria dependendo da approvação do governo de Lisboa, e lembrou que o deposito para essas liquidações se fizesse em Londres, onde o governo do Brazil tinha ainda sem applicação parte de fundos do seu emprestimo.

Igualmente propoz s. ex.<sup>a</sup>, o plenipotenciario britannico, que se poderia deixar a Portugal a alternativa, ou de receber a somma a que se presta o Brazil, ou estar pela fôrma proposta para as liquidações em Londres.

Fizeram-se de parte a parte diversas observações; e, não se podendo vir a resultado util, propozeram os plenipotenciarios brasileiros levar esta materia ao conhecimento de sua magestade o imperador, a fim de que, seguros do que devem obrar, se possa terminar este negocio na primeira conferencia. = (Assignados) *Charles Stuart* = *Luiz José de Carvalho e Mello* = *Barão de Santo Amaro* = *Francisco Villela Barbosa*.

#### Decima conferencia — do dia 23 de agosto

Lido e approvedo o protocollo da conferencia antecedente, começou-se a tratar da materia adiada; e depois das observações feitas de parte a parte, se conveio em formalisar-se um projecto de convenção, e para este fim se fizeram os apontamentos seguintes:

Apontamentos para a convenção especial.

No preambulo dar as razões que motivaram esta convenção.

**Artigo 1.º** Conveiu-se em dar o Brazil a somma de dois milhões esterlinos por uma vez sómente, ficando por esta somma extinctas todas as reclamações por parte de Portugal.

*N. B.* N'esta somma ficam incluídas as 250:000 libras esterlinas para sua magestade fidelissima, e as indemnisações para os donatarios, e para as pessoas que tinham officios, e acompanharam a sua magestade fidelissima, em rasão dos seus empregos.

Quanto á somma para sua magestade fidelissima, *s. ex.ª*, o plenipotenciario britannico, declarando que não queria entrar em ajuste algum a este respeito, deixando inteiramente este arranjo aos dois soberanos, conveiu-se em que sua magestade o imperador escreverá a seu pae, para lhe participar que tem á sua disposição em Londres uma quantia, acrescentando, que quando sua magestade fidelissima entender não estarem perfeitamente satisfeitas as suas propriedades reclamadas, sua magestade imperial se prestará ao que for justo.

Quanto aos donatarios, e pessoas que acompanhavam a sua magestade fidelissima, como fica dito, se passarão notas em que se explique esta transacção, na qual se explicará que estas indemnisações serão reguladas por sua magestade fidelissima.

**Artigo.** — Esta somma ajustada será satisfeita em prestações annuaes de 100:000 libras esterlinas, pagando-se a primeira logo depois da ratificação d'esta convenção. *S. ex.ª*, o plenipotenciario britannico, não conveiu n'este modo de pagamento, e novamente propoz o seguinte: Tomar o Brazil o empréstimo da Portugal, e pagar em prestações iguaes o resto dentro de um anno.

Como esta convenção deve ser apresentada á assemblêa, não será publicada antes, mas sim depois da reunião da assemblêa, o que terá logar até ao mez de junho do anno que vem.

**Artigo.** — Que não ficam incluídas no artigo 1.º as reclamações reciprocas sobre transporte de tropas, e mais despe-

zas com as mesmas tropas. E para esta liquidação haverá uma commissão mixta, da mesma fórma que se acha estabelecido para as reclamações particulares.

Estes apontamentos ficam servindo para se formar a convenção de que acima se trata, depois de approvados por sua magestade o imperador. = (Assignados) *Charles Stuart* = *Lutz José de Carvalho e Mello* = *Barão de Santo Amaro* = *Francisco Villela Barbosa*.

Decima primeira conferencia — do dia 26 de agosto de 1825

Os plenipotenciarios brasileiros, munidos das ordens de sua magestade o imperador, a respeito da proposição de s. ex.<sup>a</sup>, o plenipotenciario britannico, sobre o artigo da convenção relativo a dinheiro, responderam que convinham em dar o governo do Brazil ao de Portugal, por indemnisação de todas as reclamações, entrando mesmo as 250:000 libras esterlinas para sua magestade fidelissima, a somma de dois milhões esterlinos. E ajustaram que convinham igualmente em que fizesse parte d'esta somma o emprestimo de Portugal feito em Londres, cujo pagamento e obrigações ficariam a cargo do governo do Brazil.

Depois de algumas observações de parte a parte se converteu n'esta proposição, e se passou a rever os artigos da convenção, que foram approvados.

Tratou-se depois das notas reversaes, em que se havia convindo. Os plenipotenciarios brasileiros apresentaram as suas, assim a respeito do diploma de 13 de maio do corrente anno, como da maneira por que se deviam entender os artigos da convenção; e tendo annuido a algumas alterações, que indicou s. ex.<sup>a</sup> o plenipotenciario britannico, convieram na resposta que s. ex.<sup>a</sup> fez n'esta mesma occasião a uma e outra nota dos plenipotenciarios brasileiros, o que tudo melhor constará das mesmas notas reversaes.

Ajustou-se apresentar-se na seguinte conferencia o tratado, convenção, e notas em devida fórma. = (Assignados)



*Charles Stuart* = *Luiz José de Carvalho e Mello* = *Barão de Santo Amaro* = *Francisco Villela Barbosa*.

Decima segunda conferencia — do dia 27 de agosto de 1825

Vistos o tratado e convenção, não se acharam em fôrma, e se conveiu em se fazer de novo esse trabalho, na fôrma que se indicou, para ser ultimado segunda feira, 29 do corrente. = (Assignados) *Charles Stuart* = *Luiz José de Carvalho e Mello* = *Barão de Santo Amaro* = *Francisco Villela Barbosa*.

Decima terceira conferencia — do dia 29 de agosto de 1825

Examinado o tratado e convenção, conveiu-se em que estavam redigidos como se havia ajustado, e que estavam escriptos em devida fôrma, e foram assignados pelos mesmos plenipotenciarios, e cada um lhes fez pôr o sêllo das suas armas.

S. ex.<sup>a</sup>, o plenipotenciario britannico, observou que para a publicação do tratado conviria que os plenipotenciarios brasileiros recebessem o diploma de sua magestade fidelissima, de 13 de maio do corrente anno; ao que os plenipotenciarios brasileiros não duvidaram annuir, declarando-se no seu recibo que aceitavam o dito diploma na conformidade das notas reversaes, que acabavam de assignar e trocar a esse respeito. E assim se executou, ficando acabada a negociação com Portugal, de que se achavam encarregados, trocando-se os respectivos plenos poderes. = (Assignados) *Charles Stuart* = *Luiz José de Carvalho e Mello* = *Barão de Santo Amaro* = *Francisco Villela Barbosa*.

N. B. Os originaes d'estes protocollos estão na caixa das negociações, da secretaria d'estado dos negocios estrangeiros.

pois ao Rio de Janeiro, e não a d'aquelle paiz o que tivesse sido ajustado em Lisboa, mas até para pôr em pratica as proposições para que estas proposições fossem aceitas.

Antes da chegada d'este negociador a Lisboa, e antes de eu haver tomado posse do logar de primeiro-ministro, e antes de eu haver tomado posse do logar de primeiro-ministro, e antes de eu haver tomado posse do logar de primeiro-ministro, os plenipotenciarios de Londres abriram uma communicação com os membros do ministerio de sua magestade, e a situação mesmo do paiz, fizeram com que se tomasse em mui séria deliberação este negocio. A primeira resolução da qual fixou os seguintes principios: 1.º, que a conciliação entre Portugal e o Brazil era a primeira necessidade; 2.º, que a applicação da força para a conciliação era incerta para Portugal, e talvez mui prejudicial ao principio monarchico no Brazil; 3.º, que o governo portuguez jamais pretendeu coarctar a auctoridade do imperio portuguez, e o seu augusto filho no momento da sua saída do Brazil, e ao contrario nenhuma duvida teria em contrariar o real mais amplos poderes, com tanto que resultasse o reforço do espirito monarchico, e a conservação de todo o imperio portuguez de Bragança. O systema que o gabinete de Londres adoptado algum tempo antes das colonias, e a conducta que as potencias aliadas seguiram, manifestaram tambem a sua magestade, e o governo britannico, e o governo portuguez.

n'aquelle paiz, o qual espalhava pelos povos, que havendo o governo inglez sómente reconhecido republicas, e não governos monarchicos, sómente a criação de uma republica no Brazil facilitaria o seu reconberimento da parte do governo britannico. Emquanto á conducta das potencias alliadas, em o negocio das colonias hespanholas, por ella reconheceu sua magestade que nenhum apoio physico poderia esperar, e que o moral que se lhe offereceria, bem poucas esperanças de successo lhe offerecia a tantas mil leguas de distancia.

A vista pois do que acabo de referir, sua magestade se resolveu a aceitar com toda a franqueza a mediação, que o governo da Gran-Bretanha lhe offerecia, e de concluir esta negociação debaixo dos pontos de vista seguintes: 1.º, conservar os direitos da legitimidade; 2.º, reforçar o espirito monarchico em o Brazil; 3.º, conservar o imperio portuguez na legitima successão da augusta casa de Bragança.

Exporei agora a v. . . um resumo do que contêm os diferentes protocollos, para que v. . . possa fazer uma idéa clara do progresso da negociação, e do seu exito. Em o primeiro protocollo eu comecei por fazer uma veridica relação da conducta que sua magestade havia adoptado n'este importante negocio, desde o momento em que reassumiu a soberana auctoridade que lhe haviam usurpado, e conclui declarando a disposição em que sua magestade se achava de fazer aquelles sacrificios que fossem compatíveis com a sua dignidade, comtanto que elles tivessem por fim fortalecer o espirito monarchico em o Brazil, e para começar a negociação offereci o contra-projecto, que o conde de Villa Real tinha apresentado na conferencia de Londres. O plenipotenciario britannico começou as suas observações sobre este contra-projecto, querendo demonstrar que o titulo de imperador, que sua magestade por elle tomava, o exporia a ser-lhe este disputado, tanto pelo Brazil, como pelas outras potencias do mundo; pelo Brazil, por ser titulo essencialmente electivo; e pelas outras potencias, por se não saber ainda o seu modo de pensar a este respeito. E continuando a pôr

ção, e que por isso pedia que se lhe desse  
bitrio, para que não fosse a negociação  
motivo; sua magestade me auctorisou a c  
potenciario britannico, que elle adoptaria  
rador de Portugal, Brazil e Algarves, no  
em que a adopção do primeiro titulo fosse i  
da negociação, e havendo-se lavrado uma s  
tente com esta nova alteração, se auctoris  
unicamente no caso prescripto. Algum tem  
o plenipotenciario britannico a observar, q  
que a adopção do titulo de imperador po  
fidelissima, de qualquer das fôrmas que se  
contrar no Brazil uma opposição invencive  
pedia sobre este objecto a maior latitude p  
gestade me ordenou que lhe respondesse  
era considerado como imperio, sua magest  
cindiria de adoptar o titulo de imperador d  
que se o Brazil fosse para o futuro conside  
como sua magestade o havia creado, então  
conservaria o seu titulo de rei de Portugal,  
zil, cedendo a auctoridade sobre este ultimo  
filho, com o titulo de rei do Brazil, e n'e  
vrou uma terceira carta patente.

Devo observar a v. . . . , que dois outros  
ram, no decurso d'esta negociação, gra

conveniu que as condições preliminares, que se deviam ajustar antes da entrega da carta patente, seriam as seguintes: 1.<sup>a</sup>, cessação immediata de toda a especie de hostilidades; 2.<sup>a</sup>, a restituição de todas as presas feitas ao commercio do Portugal, ou do seu valor; 3.<sup>a</sup>, o levantamento do sequestro de todas as propriedades portuguezas, e a restituição da renda das mesmas propriedades; 4.<sup>a</sup>, a fixação da somma que o governo do Brazil deve pagar, não sómente pela sua quota parte da divida publica, mas tambem pelo valor de todos os objectos pertencentes á corôa, e que existem no Brazil, fixando a fôrma e a epocha dos differentes pagamentos; 5.<sup>a</sup>, que os juros que o erario de Portugal paga aos donatarios das differentes capitanias do Brazil, passariam desde logo ao erario d'aquelle paiz; 6.<sup>a</sup>, fixar os principios que devem regular o commercio entre os dois paizes, enquanto se não formalisa o acto pelo qual elles devem ser estabelecidos para o futuro. Enquanto á carta patente, se convenciua que ella conteria os seguintes artigos: 1.<sup>o</sup>, que sua magestade crearia imperio o Brazil, assim como o havia creado reino; 2.<sup>o</sup>, que estabeleceria para si, e para os seus successores, o titulo de imperador do Brazil, e rei de Portugal e Algarves; 3.<sup>o</sup>, que o principe, ou princeza, herdeiro do throno, teria o titulo de principe, ou princeza imperial do Brazil, e real de Portugal e Algarves; 4.<sup>o</sup>, que a administração, tanto interna, como externa de Portugal e Brazil, ficava distincta e separada; 5.<sup>o</sup>, e que sua magestade, porque a successão das duas corôas pertencia ao seu prezado filho, o principe D. Pedro, n'elle, por esta carta patente, cedia e transferia a plena auctoridade sobre o imperio do Brazil para o governar, denominando-se imperador do Brazil, e principe real de Portugal e Algarves; 6.<sup>o</sup>, que sua magestade, como grão-mestre, e governador dos mestrados das ordens de Nosso Senhor Jesus Christo, de S. Bento de Aviz, e de S. Thiago da Espada, delegaria em seu dito filho toda a comprida jurisdição para conferir os beneficios da primeira ordem, e os habitos de todas as tres. Em outros protocollos se tratou de elucidar as questões chamadas preliminares, e prevendo



agnado, ou uma indemnisação pelo erario do Brazil a estes mesmos individuos; 2.º, que a fórma do governo, que se estabelecer no Rio de Janeiro, seja a mais conveniente, não para a conservação do imperio portuguez, mas tambem para a conservação do governo monarchico. Depois de se ter terminado da maneira que acabo de expor esta negociação, perante a qual encontrei no plenipotenciario britannico o mais efficaz desejo de aplanar todas as difficuldades, houve por parte do governo britannico uma proposição para fazer algumas alterações na primeira carta patente, que o governo britannico já então considerava como a mais propria; porém, ao havendo sua magestade annuido ás alterações propostas, o mesmo se communicou, tanto ao governo inglez, como ao sr Carlos Stuart, que já d'aqui havia partido.

Do conteúdo d'este despacho, v. ... se poderá servir, não nas communicações que tiver com esse governo, porém tambem com os seus collegas, com aquella prudencia que as circumstancias dictarem; observando v. ... que esta negociação não é ainda uma negociação concluida, porém uma proposição feita por sua magestade ao governo do Brazil, enviada pelo governo britannico, e que, para que esse apoio se mais effectivo, é que sua magestade incumbiu o mesmo negociador inglez dos seus plenos poderes e instrucções, a fim de evitar que a culpa do mau successo da negociação não caindo sobre um negociador portuguez.

Não devo concluir este officio, sem manifestar a v. ...., a sua magestade, el-rei nosso senhor, tem recebido do gahete austriaco as provas mais claras do interesse, que o imperio tem de ver realisar-se a reconciliação entre Portugal e o Brazil; e declarando que sua magestade imperial jamais reconheceria outro governo do Brazil, que não fosse o creado e reconhecido legitimamente por sua magestade fidelissima, aconselhou sempre que sua magestade fizesse todas as cessas que fossem compativeis com a sua dignidade; e a maneira com que sua magestade imperial ordenou ao seu representante no Brazil, que apoiasse as proposições de que sir Carlos Stuart vac incumbido, e os conselhos judiciosos que



sua magestade os embaraços pecuniarios em que o estado do Brazil se acharia, me ordenou facilitasse, quanto fosse possível com a justiça, os meios do pagamento.

Depois da negociação se achar n'este pe, sobre a parte do negociador britannico, em consequencia das suas instrucções, a duvida de que a conservação do titulo de imperador na pessoa de sua magestade, applicado unicamente ao Brazil, poderia talvez ser a causa da ruptura da negociação, e que por isso pedia que se lhe desse algum motivo; sua magestade me auctorizou a declarar ao plenipotenciario britannico, que elle adoptaria o titulo de imperador de Portugal, Brazil e Algarves, no caso em que a adopção do primeiro titulo fosse motivo de ruptura da negociação, e havendo-se lavrado uma segunda carta patente com esta nova alteração, se auctorizou a sua magestade unicamente no caso prescripto. Algum tempo depois mandei o plenipotenciario britannico a observar, que temia que a adopção do titulo de imperador por sua magestade, fideiissima, de qualquer das fórmulas que fosse, podesse contrariar no Brazil uma opposição invencivel, e que por isso pedia sobre este objecto a maior latitude possível; sua magestade me ordenou que lhe respondesse, que se o Brazil era considerado como imperio, sua magestade jamais prescindiria de adoptar o titulo de imperador do Brazil, e que se o Brazil fosse para o futuro considerado como reino, como sua magestade o havia creado, então sua magestade conservaria o seu titulo de rei de Portugal, Algarves, e Brazil, cedendo a auctoridade sobre este ultimo a seu filho, com o titulo de rei do Brazil, e n'estes termos lavrou uma terceira carta patente.

Devo observar a v. . . . , que dois outros objectos mereceram, no decurso d'esta negociação, grande attenção da sua magestade, e que ambos elles foram largamente expressados tanto nos protocollos, como nas instrucções, e são os seguintes: 1.º, a restituição de todos os officios e benefícios ás pessoas que sua magestade para elles b

designado, ou uma indemnisação pelo erario do Brazil a esses mesmos individuos; 2.º, que a fórma do governo, que se estabelecer no Rio de Janeiro, seja a mais conveniente. não só para a conservação do imperio portuguez, mas tambem para a conservação do governo monarchico. Depois de se ter terminado da maneira que acabo de expor esta negociação, durante a qual encontrei no plenipotenciario britannico o mais efficaz desejo de aplanar todas as difficuldades, houve da parte do governo britannico uma proposição para fazer algumas alterações na primeira carta patente, que o governo britannico já então considerava como a mais propria; porém, não havendo sua magestade annuido ás alterações propostas, isto mesmo se communicou, tanto ao governo inglez, como a sir Carlos Stuart, que já d'aqui havia partido.

Do conteúdo d'este despacho, v. . . se poderá servir, não só nas communicações que tiver com esse governo, porém tambem com os seus collegas, com aquella prudencia que as circumstancias dictarem; observando v. . . que esta negociação não é ainda uma negociação concluida, porém uma proposição feita por sua magestade ao governo do Brazil, apoiada pelo governo britannico, e que, para que esse apoio fosse mais effectivo, é que sua magestade incumbiu o mesmo negociador inglez dos seus plenos poderes e instrucções, a fim de evitar que a culpa do mau successo da negociação não recaísse sobre um negociador portuguez.

Não devo concluir este officio, sem manifestar a v. . . , que sua magestade, el-rei nosso senhor, tem recebido do gabinete austriaco as provas mais claras do interesse, que o animo de ver realisar-se a reconciliação entre Portugal e o Brazil; e declarando que sua magestade imperial jamais reconheceria outro governo do Brazil, que não fosse o creado e reconhecido legitimamente por sua magestade fidelissima, aconselhou sempre que sua magestade fizesse todas as cessões que fossem compatíveis com a sua dignidade; e a maneira com que sua magestade imperial ordenou ao seu agente no Brazil, que apoiasse as proposições de que sir Carlos Stuart vae incumbido, e os conselhos judiciosos que

escreveu a seu augusto genro, foram a sua magestade muito agradaveis.

Deus guarde a v. . . Paço da Bemposta, em 22 de junho de 1825. — *Conde de Porto Santo.*

# DOCUMENTO N.º 144-A

(Citado a pag. 374)

Carta de gabinete, em que el-rei D. João VI pede a sua magestade britannica a sua valiosa garantia para a successão da coroa de Portugal, e fixação das relações commerciaes com o Brazil

Monsieur mon frère. — La bonne intelligence entre le Portugal et le Brésil est enfin rétablie au moyen de l'efficace médiation de votre majesté, qui a bien voulu prendre un si vif intérêt à faire terminer les dissensions entre les deux pays. Cet arrangement n'a pas été, il est vrai, conclut de la manière qu'il aurait été à désirer; mais je ne dois pas moins à votre majesté le temoignage de toute ma gratitude pour les preuves d'amitié, qu'elle m'a données à cette occasion, et je la prie d'agréer la sincère expression de mes remerciements. Votre majesté n'ignore pas cependant, qu'il reste deux objets de la plus haute importance dont on n'a encore traité: celui de la succession de la couronne de Portugal, et celui de la fixation définitive des rapports commerciaux entre les deux pays, sur lesquels l'on n'a stipulé, que provisoirement dans le traité de paix. Votre majesté sait que le premier de ces objets est même d'un intérêt général pour la tranquillité future de l'Europe, afin de prévenir des questions très conséquentes, qui pourraient s'élever à l'avenir. Le second objet mérite sans doute aussi la plus grande attention, car il renferme une immensité d'intérêts particuliers, qui ne sauraient être négligés sans danger.

Je prie, donc, votre majesté de vouloir bien continuer à m'aider de ses bons offices pour que je puisse amener à un

**résultat** prompt et favorable ces deux objets aussi importants pour la prospérité des peuples, que le Tout-Puissant a confié à mes soins, que pour le maintien de la paix du monde.

Je suis avec les sentiments du plus sincère attachement et parfaite amitié, monsieur mon frère, de votre majesté le bon frère. — *Jean.* — A Lisbonne, ce 7 janvier 1826.

# DOCUMENTO N.º 144-B

(Citado a pag. 374)

**Carta** de lei e edito perpetuo de 15 de novembro de 1825, pelo qual se mandou publicar e cumprir a ratificação do tratado de independência do Brazil, feito em 9 de agosto do mesmo anno, referindo-se D. João VI muito expressamente á carta patente de 13 de maio, e chamando ao imperador D. Pedro seu herdeiro, e successor á corôa Portuguesa

D. João, por graça de Deus, rei do reino unido de Portugal, e do Brazil e Algarves, etc., etc. Aos vassallos de todos os estados dos meus reinos e senhorios, saude.

**Faço** saber aos que esta carta de lei virem, que, pela minha carta patente, dada em o dia 13 de maio do corrente anno, fui servido tomar em minha alta consideração quanto convinha, e se tornava necessario ao serviço de Deus, e ao bem de todos os povos, que a Divina Providencia confiou á minha soberana direcção, pôr termo aos males, e dissensões que têm occorrido no Brazil, em gravissimo damno e perda, tanto dos seus naturaes, como dos de Portugal e seus domínios, o meu particular desvelo se occupou constantemente de considerar quanto convinha restabelecer a paz, amizade e boa harmonia entre povos irmãos, que os vinculos mais sagrados devem conciliar e unir em perpetua alliança. Para conseguir tão importantes fins, promover a prosperidade geral, e segurar a existencia politica, e os destinos futuros dos reinos de Portugal e Algarves, assim como os do reino

do Brazil, que com prazer elevei a essa dignidade, preeminencia e denominação por carta de lei de 16 de dezembro de 1815, em consequencia do que me prestaram depois de seus habitantes novo juramento de fidelidade no qual se lemne da minha acclamação em a côrte do Rio de Janeiro querendo de uma vez remover todos os obstaculos que pudessem impedir e oppor se á dita alliança, concordancia e amizade de um e outro reino, qual pae desvelado, que se trata do melhor estabelecimento dos seus filhos: hei por bem conceder e transmittir ao meu sobre todos muito amado e prezado filho, D. Pedro de Alcantara, herdeiro e successor dos reinos, meus direitos sobre aquelle paiz, creando e reconhecendo sua independencia com o titulo de imperio, mantendo-me todavia o titulo de imperador do Brazil. Mas designios, sobre este tão importante objecto, se acham tratados da maneira, que consta do tratado de amizade e alliança, assignado em o Rio de Janeiro em o dia 29 de agosto do presente anno, ratificado por mim no dia de hoje, e vae ser patente a todos os meus fieis vassallos, promettendo-se por elle os bens, vantagens e interesses de meus vassallos, que é o cuidado mais urgente do meu paternal coração. Em taes circumstancias sou servido assumir o titulo de imperador do Brazil, reconhecendo o dito meu sobre todos muito amado e prezado filho, D. Pedro de Alcantara, *principe real de Portugal e Algarves*, com o mesmo titulo tambem de imperador, e o exercicio da soberania em todo o imperio; e mando que de ora em diante eu assim fique conhecido com o tratamento correspondente a esta dignidade. Outrosim ordeno, que todas as leis, cartas patentes, quaesquer diplomas, ou titulos que se costumam expedir em meu real nome, sejam passados com a formula seguinte: «D. João, por graça de Deus, imperador do Brazil, e do reino unido de Portugal e dos Algarves, d'âquem, e d'aquem em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da Italia, etc. Que os alvarás sejam concebidos do seguinte modo: «O imperador e rei faço saber, etc.» Que as supplicas, e

papeis que me são dirigidos, ou aos meus tribunaes, aos quaes tenho concedido o meu real tratamento, sejam formulados da maneira seguinte: «A vossa magestade imperial e real». Que a direcção dos officios, encaminhados á minha real presença, ou pelas minhas secretarias d'estado, ou pelos meus tribunaes, seja concebida pelo teor seguinte: «Ao imperador e rei, nosso senhor». E que os outros officios se concebam assim: «Do serviço de sua magestade imperial e real».

E esta, que desde já vae assignada com o titulo de imperador e rei, com guarda, se cumprirá tão inteiramente como d'ella se contém, sem duvida, ou embaraço algum, qualquer que elle seja. Para o que mando á mesa do desembargo do paço, mesa da consciencia e ordens, regedor da casa da supplicação, conselhos da minha real fazenda, e dos meus domínios ultramarinos, governador da relação e casa do porto, presidente do senado da camara, governadores das armas, capitães generaes, desembargadores, corregedores, juizes, magistrados civis e criminaes d'estes reinos e seus domínios, a quem, e aos quaes o conhecimento d'esta em quaesquer casos pertencer, que a cumpram, guardem, e façam inteira e litteralmente cumprir e guardar, como n'ella se contém, sem hesitações, ou interpretações que alterem as disposições d'ella, não obstante quaesquer leis, regimentos, alvarás, cartas regias, assentos intitulados de côrtes, disposições, ou estylos que em contrario se tenham passado, ou introduzido, porque todos e todas de meu motu proprio, certa sciencia, poder real, pleno e supremo, derogo, e hei por derogados, como se d'elles fizesse especial menção em todas as suas partes, não obstante a ordenação que o contrario determina, a qual tambem derogo para este effeito sómente, ficando aliás sempre em seu vigor. E ao dr. João de Mattos e Vasconcellos Barbosa de Magalhães, desembargador do paço, do meu conselho, que serve de chanceller mór d'estes reinos, mando que a faça publicar na chancellaria, e que d'ella se remetam copias a todos os tribunaes, cabeças de comarca, e villas d'estos reinos e seus domínios, re-

---

**DOCUMENTO N.º 144-C**

(Citado a pag. 387)

**Cópia da sentença que julgou a partilha do espólio  
do imperador e rei, o senhor D. João VI em 1826,  
designando-se n'ella quaes são as joias da corôa  
do soberano**

Vistos em junta, creada pelo decreto de 1826, o inventario do espólio e herança do imperador e rei, o senhor D. João VI, que Deus a que se procedeu, em observancia do decreto de março do mesmo anno, o decreto do senhor D. João IV, de 28 de abril do dito anno, em que determina se proceda a partilha, incluindo-se os bens que possuia no Brazil; as procurações dos interessados, allegações dos seus procuradores, e mais papeis juntos.

Consta do mesmo decreto de 22 de julho de 1826, que se proceda a partilha, separando-se os bens que se acharem da corôa, ou a terceiro, d'aquelles que são do particular, que devem constituir o cerro de herança, e dando o mencionado decreto de 28 de abril de 1826, a execução dos bens proprios de sua magestade real.



se dividam entre seus augustos irmãos os bens particulares, tendo providenciado no tratado, e depois na lei de 29 de abril, do mesmo mez e anno, o que respeitava ás dividas e outros objectos, deve esta sua real determinação ser executada, posto que seja diversa a lei do costume do reino, de não haver partilha por morte do soberano, a qual é expressa no testamento do senhor D. Affonso V, dizendo que «segundo o costume d'estes reinos, tudo o que o rei tem fica ao filho primogenito, o qual é encarregado de manter e agasalhar todos os outros irmãos, segundo a seus padres convem», lei que não sómente foi praticada antes d'este senhor, como se mostra do testamento do senhor D. Diniz, do testemunho que dão os historiadores dos thesouros, que por morte do senhor rei D. Pedro ficaram d'elle, e dos reis seus antepassados, e muito explicitamente do testamento do senhor D. João I, mas sempre foi observado depois do senhor D. Affonso V até agora, não só pelo que consta dos testamentos dos senhores reis seus successores, em que as disposições são livremente feitas sem restricção de legitimas, como da tradição e pratica constante de não se fazerem partilhas, e ficar no dominio do principe successor a herança toda, com todos os encargos da successão do reino; tanto, que ainda no testamento do senhor D. Pedro II, em que se acha uma instituição de legitimas a seus filhos, declara que é pelo amor que lhes tem, e «posto que o direito positivo mande que sejam instituidos em duas partes dos patrimonios, todavia esta lei não obriga os principes soberanos, assim como a quota dos bens, como ao titulo da instituição». Pelo que, sendo certo este costume e lei, ou elle fosse fundado em unir os meios de se augmentar a casa reinante, ou para melhor occorrer ás dividas de cada um reinado, ou por qualquer rasão que não incumbe averiguar; contudo, a determinação de sua magestade o senhor D. Pedro IV, deve ser observada quanto a estes bens proprios, por elle ser o senhor, e que assim como podia doar, podia mandar dividir debaixo da fôrma prescripta no mesmo decreto, de se observarem as leis do juizo divisorio, devendo porém conservar-se tudo o mais da casa

fazer, é que tem lugar o direito hereditario de denação do reino a esse respeito.

E passando a considerar, segundo essas das reaes pessoas interessadas n'esta divisão, meiro lugar a dever tratar-se da allegação da imperatriz e rainha, a augusta senhora D. Maria II. E consta, pelos tratados matrimoniaes juncto ao appenso: 1.º, que o matrimonio fôra celebrado com arras, e o tratado assignado no mesmo dia se assignou também o da senhora infanta D. Maria do recíprocos os dotes, e mais clausulas de dotes, ficou por consequencia no thesouro publico o dote de sua magestade, pagando-se em H. correspondentes do dote da senhora infanta, e portanto, não tendo ainda sido pago, nem pagamento, porque depende de prova, não tem o senhor D. João VI, mas sim o thesouro publico o dote de sua magestade, e quem deve satisfazer o mesmo dote a mesma senhora desde os juros desde o dia da dissolução do matrimonio do contrato, continuando o pagamento até a morte da mesma senhora.

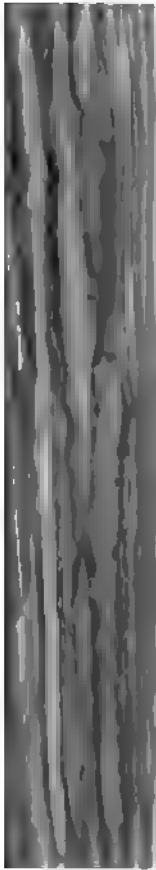
Consta mais, que no mesmo contrato se estipulou, e que não foi estipulada meação, e por consequencia seguir-se outra regra senão a lei do contrato, e as arras, segundo a escolha que fizer a senhora, ou de realimentos em cashemias

Em segundo lugar são a considerar-se os direitos que podem ter suas altezas, a serenissima senhora princeza D. Maria Thereza, e a serenissima senhora infanta D. Maria Francisca de Assis. E como consta, pelos contratos matrimoniaes, terem sido celebrados por dote, renunciando a qualquer maior herança, e por este inventario se mostra, que as porções hereditarias, que lhes poderiam acontecer, são mais pequenas do que esses dotes, e achar-se por tratados providenciado o pagamento d'elles, como consta do officio do presidente do thesouro publico, junto a estes autos a fl. 283, o que concorda com a lei de 29 de abril do anno preterito; e era conforme a ordenação, liv. 2.º, tit. 26.º, § 4.º, e não estão por isso nas circumstancias de se tratar, se podem ou não concorrer á herança.

E portanto, julgam que esta divisão para a partilha, deve ser feita segundo o decreto, a fl. 49, em cinco partes iguaes, sendo cada uma para cada um dos reaes interessados: o senhor D. Pedro IV, o senhor infante D. Miguel, a senhora infanta regente D. Izabel Maria, a senhora infanta D. Maria da Assumpção, e a senhora infanta D. Anna de Jesus Maria. E deixam direito salvo á serenissima senhora D. Maria Thereza, princeza da Beira, e á senhora D. Maria Francisca de Assis, infanta de Hespanha, para as acções que lhes possam competir; e bem assim ao senhor infante D. Sebastião.

São mandadas entrar n'esta divisão, pelo decreto fl. 40, 250:000 libras esterlinas, pelos bens proprios, que sua magestade tinha no Rio de Janeiro, as quaes, pelo officio a fl. 283, do ministro presidente do thesouro publico, foram já recebidas como parte de outra maior quantia estipulada no tratado com o imperio do Brazil, d'onde devem sair os pagamentos dos dotes, e de outros objectos em que se inclue este da partilha pelos referidos bens proprios que ali possuia. Pelo que, liquidado que seja no thesouro publico, segundo o tratado e convenção que se menciona, a somma liquidada se dividirá em cinco partes, e julgam adjudicada uma quinta parte a cada um dos reaes co herdeiros.

Sendo o principal objecto d'este inventario as joias que



dade que ha, por falta de inventario e recompetentes declarações, é preciso para tomar em principio :

Quanto ás joias da rainha, a senhora D. do particular, aquellas que já tinha quando como são as joias esponsalicias, as que hergusta mãe, ou avó, e outras semelhantes; que mandasse apromptar para o acto da sua para o seu serviço como rainha, estas se dcorôa. E similhantemente a respeito do saquellas que o mesmo senhor já achou no real, por serem do uso do senhor rei D. Jos de solemnidade; ou que d'essas mandasse para o seu serviço como rei, se deverão corôa; e aquellas que sua magestade já ti do seu casamento, por herança de seu amandou fazer para o seu particular serviço, tar do seu espolio e herança particular, e partilhas.

Julgam portanto pertencerem á corôa, e real, aonde devem ser conservadas, as seg lha rica, com dois anneis, que se usava no acclamação, já reconhecida no inventario s descripta no n.º 71. A medalha rica das tres, n.º 72. A medalha da ordem da Torre e A medalha da ordem da Conceição da Vill

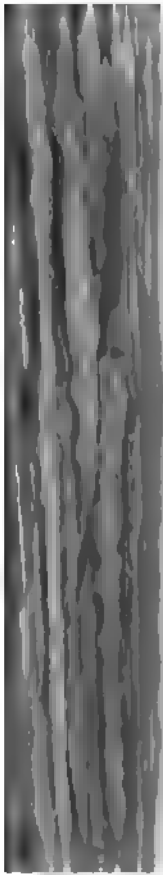
, n.º 78. A presilha de hombro, n.º 73. O jogo de fivelas  
gas, n.º 69. A abotoadura de brilhantes, n.º 37.

das joias da rainha, a senhora D. Maria I: O habito de  
isto, n.º 74. O habito das tres ordens militares, n.º 125.  
resilha do hombro, n.º 168. Outra presilha, n.º 30. Outro  
ito das tres ordens, n.º 62. Um livro de pergaminho an-  
t, illuminado com pinturas, n.º 111.

ertencem tambem ao thesouro da casa real, e não são da  
ilha, as seguintes peças: Collares das ordens militares,  
signias remettidas ao dito senhor, de que algumas costu-  
m ser restituídas, a saber: O manto real, e mais ornatos  
ordens, os quaes existem em uma caixa grande de ma-  
ta, descripta no inventario a fl. 134. Umas ligas da ordem  
Arreteira, n.º 113. Os collares das ordens militares, de-  
ptos nos n.ºs 115, 116, 117 e 118. Caixas das insignias  
ordens mandadas a sua magestade, e vão descriptas nos  
100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 224,  
5, 226, e vão a fl. 182 e 192 d'estes autos. As chaves da  
de de Lisboa, n.º 239. Varios trastes pertencentes á  
arda-roupa, e que deverão ir para o thesouro, como são:  
a boceta com punhos de França, n.º 264. Espadas e tra-  
os, n.ºs 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248 e 250.

há excepção d'estes, que julgam ser da corôa, e thesouro  
casa real, as mais se incluam na partilha. Como, porém,  
nem vir a encontrar-se provas em contrario, e a que n'este  
cesso se não pôde ter recurso, deixam direito salvo para  
os officiaes do thesouro, ou quem competir, possam a  
o tempo requerer a sua magestade, que se restituam ao  
souro as que se reconhecer serem da corôa; e tambem  
procuradores dos reaes co-herdeiros, verificando-se o  
Arario.

E julgam serem pertencentes a terceiro, em primeiro lo-  
r: O relicario do Sagrado Espinho, descripto a fl. 126, por  
estar ser do morgado da Cruz, da casa de Bragança, vin-  
lada pelo duque de Bragança, o senhor D. Theodosio II,  
e instituição confirmada em 26 de junho de 1594. Em se-  
do lugar: O laço de esmeraldas, descripto a fl. 138, apre-



o qual se deverá continuar a guardar em de  
no thesouro da casa real, até ter o destino e  
não pertencer a partilha, porque não se sah  
com dinheiro recebido para a patriarchal,  
de sua magestade, o senhor D. João VI, e  
mandando-o guardar com o thesouro da  
uma offerta feita á igreja, que agora, por  
se não pôde revogar.

Pelo que respeita aos diamantes, acham  
tario descriptos diversos artigos de diam  
mente, os que se descreveram com o titulo  
segredo», a fl. 118; e consta, pelas averigua  
respeito, que em 25 de agosto de 1760 o  
rei D. José recolher no seu thesouro a por  
de diamantes sortidos, para com esse fun  
por emprestimo ao contrato geral (para nã  
os diamantes que faltassem nas remessas  
d'elles mandára em 1766 vender uma porç  
nado da senhora D. Maria I, e regencia do se  
se mandaram entregar outras; e consequ  
descriptos na reserva, são os que existem  
do. Pelo que devem reverter para o thesou  
para o soberano continuar a dispor como fe

Em segundo lugar, ha outros diamantes

<sup>1</sup> Dos diamantes acima indicados, creio que po

que com o resto em dois cofresinhos, entregues do erario regio em 1807 ao senhor D. João VI, quando foi para o Rio de Janeiro. E consta da relação do erario, sendo 934 quilates lapidados, e 24:735 quilates brutos. E pelos dois decretos, que se guardam dentro d'esses mesmos cofres, consta mandar o senhor D. João VI remetter para Londres, para pagamentos de dividas da corôa nos annos de 1809 e 1813, a quantia de 27:000 quilates, os quaes já iam de Lisboa lapidados, e eram preparados na fabrica de lapidação, erecta em 1801, e passando esta para o Rio de Janeiro, ahi continuou a laborar, dando-se do erario do Rio de Janeiro os escolhidos, como no de Lisboa se fazia, para se lapidarem, e entregavam no thesouro ao guarda-joias. E d'estes procedem, tanto o excesso d'aquellas remessas dos que foram de Lisboa, como os outros que se acham descriptos a fl. 109, 114 e 125; e os que ainda se achavam na mão dos operarios para lapidar, e se descreveram a fl. 202. Pelo que, estando despendidos os diamantes, que foram do erario regio, deem os que existem n'estas addições, ser entregues outra vez no thesouro, para estarem á disposição do soberano, ou para mandar fazer as joias para o seu serviço, ou para os presentes da corôa nos casamentos, baptisados, tratados, e semelhantes, segundo o costume do reino.

Em terceiro logar acham-se, alem d'estes, outros mais diamantes, alguns como refugo, e chamados crystaes, outros despolidos, alguns dos reservados de mais de 20 quilates, e alguns de menos peso, chamados escolhidos. E todos estes diamantes brutos pertencem á corôa, e thesouro de el-rei, porque, pela lei de 24 de setembro de 1734, foram reservados para o rei os de mais de 20 quilates; e depois, pela lei de 11 de agosto de 1753, foram todos: ficando prohibida a aquisição, venda, ou permuta, e sujeita a varias penas. E portanto todos os diamantes brutos, que se acham descriptos, eram possuidos por sua magestade como rei, e não podiam entrar no seu dominio particular, porque a lei o prohibe, e por consequencia não são da partilha.

E n'esta disposição da lei estão comprehendidos os dois



diamantes grandes, um de 135 quilates, outro de 35, descriptos nos n.ºs 28 e 29, a fl. 174: porque a offerta que d'elle fez Manuel da Assumpção, que os achou no rio Abayte, andando a descobrir vieiras de oiro no sertão do rio de S. Francisco; era offerta de cousa alheia, em que não tinha dominio, nem o podia adquirir pela resistencia da lei, e por isso tambem o não podia transmitir, nem passaram a ser bens particulares, mas ficaram no poder de sua magestade como rei de Portugal, e como tal já o maior é referido em algumas memorias.

E o mesmo procede quanto aos diamantes lapidados, tanto os que estão incluídos n'estas partidas que se entregarão aos lapidarios, como alguns outros avulsos, e mais antigos que estavam no thesouro, pois pela mistura em que se conhece não os reputar sua magestade de diversa natureza. E para se entender que são apropriados pelo soberano para seu uso particular, é preciso recorrer a um acto decisivo, que só pôde ser quando são mandados cravar em joias para seu serviço proprio, pois se fossem para se satisfazer aos encargos da corôa, é sem duvida que essas não constituirão espolio particular, conservam pois a mesma natureza que tinham pela lei, e são do thesouro do rei, e possue-se n'essa qualidade real.

Portanto, julgam pertencentes ao thesouro da casa real todos os diamantes brutos e lapidados; e o mesmo julgam a respeito do oiro em pó e nativo que se achou, tanto o pedaço grande de 88 marcos, como os outros pedaços pequenos, descriptos a fl. 129 e 130, pois pelas mesmas leis estavam no dominio de sua magestade como rei.

Quanto, porém, ás outras pedras preciosas, a gotafares e perolas, julgam pertencerem a partilha, por não haver lei que as prohiba.

Pertencem tambem á partilha as cincoenta acções da companhia de agricultura dos vinhos do alto Douro, descriptas a fl. 80, assim como o dinheiro, e o oiro e prata em barra, ou amassada, descriptas a fl. 128, e appenso. Exceptuando a parcella de 20:000\$000, declarada a fl. 143, por pertencer

infantado, e a parcella de 772\$595 réis (a fl. 129),  
r separada, e tambem com a nota de ser do infan-

into, não sómente é expresso no decreto de 29 de  
e os bens pertencentes á casa do infantado não se  
cluir n'esta partilha, mas tambem porque sendo  
um apanagio dos senhores infantes, com adminis-  
parada, e na qual as mesmas doações paternas dão  
a de entrar a collação, como expressa o testamento  
rei D. Pedro II, e no caso presente, sendo gover-  
sua magestade como tutor e administrador, se-  
e aquellas rendas, que o mesmo senhor tinha re-  
confundido nos seus cofres, como o dinheiro do  
ular, estão no seu dominio, e são da partilha, como  
se entendem applicadas a sustentar o esplendor  
eal e do mesmo administrador; porém, aquellas  
existentes, e separadas, ou em divida á casa, são  
gio, e não da herança.

ilhante rasão não ha direito hereditario, a res-  
rendas da casa de Bragança. Porque esta casa  
um apanagio dos principes successores do reino.  
os seus rendimentos applicados para os encar-  
rôa, sem haver mais divisão de bens desde que  
da a casa no senhor rei D. Pedro II, e passou  
o vinculada; as suas rendas, por fallecimento  
er dos senhores reis administradores, não po-  
ar em divisão de herança, por já estarem desti-  
vida do soberano para as despesas publicas, e  
los seus actos e determinações se revoga por seu  
to.

nbem ha direito, a respeito das rendas dos mestra-  
dens, porque estando unidos á corôa como admi-  
e as rendas applicadas aos encargos publicos, não  
aso dos commendadores particulares, que por in-  
tolico podem testar de uma parte dos fructos das  
is; nem os senhores reis são obrigados ás condi-  
e indulto, e por isso as rendas continuam com os

encargos para que estavam designadas, e não passam a particulares.

Tambem não é pertencente a partilha a prata do sermão do quarto de sua magestade (descripta a fl. 77), a qual se reputava particular, mas ter ido do thesouro, como e costume ir para todos os quartos dos senhores, e recolher-se quando é mandado mudar o quarto. E por essa razão já foi mandada passar para o thesouro pela senhora infanta regente. Nem o são alguns outros bens da camara e thesouro da casa real, como tapeçarias, pinturas, moveis, e semelhantes que n'elle se guardam. Nem os da guarda-roupa, mantearia, e de outras estações, e officinas da casa real, porque não são os bens proprios, que, pelo decreto de 28 de abril, se mandam repartir, mas são bens da corôa, e camara real, destinados ao serviço do rei, e esplendor da sua pessoa, e real familia. O que indicam os testamentos do senhor rei D. Diniz, e do senhor rei D. Henrique, e comprova o estabelecimento dos officiaes môres, e menores da casa real, os regimentos que tem do seu cargo, e que constam desde o tempo do senhor D. Affonso V, as clausulas d'esses mesmos regimentos, que não é necessario referir, porque todas as razões excluem o poderem chamar-se bens proprios, e sujeitos a repartição por herdeiros.

E pelo mesmo motivo julgam não se poder fazer partilha da quinta de Belem, addicionada e avaliada a fl. 209. Pois que pela disposição da lei de 29 de abril de 1826, artigo 85.º, os bens de raiz se não podem repartir, por terem sido reservados para habitação e recreio dos senhores reis d'este reino; e por isso não procede a respeito d'elles a munitiçao do decreto de 28 do mesmo mez, que com esta legislação ficou n'esta parte explicado.

Ao que acresce, que se vein a conhecer pela averiguação da avaliação (fl. 215), d'onde consta que todo o valor absorvido no preço que pagou a corôa, e está pagando nas bemfeitorias feitas pela corôa, e nada resta que possa adjudicar-se como particular. E a deduzir-se direito, desde o senhor D. João V, a divisão entre os seus descendentes e

os do senhor D. José I. reduziria a muito pequena parte o que seria do senhor D. João VI; mas a considerar-se o direito, como deve ser da posse plena do senhor D. João VI, não pôde considerar-se senão como propriedade da corôa. Pois que consta, que o senhor rei D. José fôra fazer no sitio da Ajuda a sua habitação; que d'esta quinta se tiraram muros divisorios, e se lhe uniu a quinta do Meio; que n'ella se fizeram duas officinas da casa real, e que hoje forma um todo com outros muitos terrenos comprados n'aquelle sitio para pertencas do palacio; e portanto, passando assim por tres reinados, não pôde tornar a ter natureza de particular; mas, se suppõe comprada, e bemfeitorisada, para augmentar o patrimonio da corôa, por argumento da ordenação, liv. 2.<sup>o</sup> tit. 35.<sup>o</sup>, § 21.<sup>o</sup> E isto se verifica mesmo pela escriptura da compra, aonde a clausula «patrimonio particular», para não ser contraria da clausula «de não pagar siza, por ser para a camara real», mostra que esta clausula era para aquelle senhor fazer doações a seus augustos filhos, como fez de outros palacios ao senhor infante, e ficarão estes ao seu primogenito, mas não era para ser partivel, porque os bens da camara real não são partiveis, nem n'aquelle tempo o eram nenhuns bens do soberano; pelo que a successão do senhor rei D. João VI foi como bens da corôa, e camara real, e não pôde dividir-se como bens proprios, quando, pela carta de 29 de abril, ficou tambem excluida.

Alem do que fica ponderado, tendo occorrido no tempo em que estes autos tem estado na conclusão, a entrega e declaração mandada por sua alteza a senhora infanta regente, D. Izabel Maria, dos lucros das cincoenta acções, remetidos pela companhia do alto Douro, na importancia de 2:160\$000 réis, pertencentes ao anno de 1825, para se addicionar; e não podendo retrogradar os termos dos autos, hão esta parcella por descripta, e que entre em conta na somma geral da receita, e o documento se junte ao appenso. E tambem não tendo logar a vista pedida pelo conselheiro José Ribeiro Saraiva, com a procuração de sua alteza real, o senhor D. Carlos Maria Izidoro de Bourbon; ao mesmo tempo vão ponderadas

as rasões, que se verificam d'estes autos no logar competente d'este julgado. E a procuração se lhe poderá entregar, se pedir, ficando o traslado em seu logar.

E procedendo, na conformidade do decreto a fl. 3, a regular a partilha da receita total da fazenda descripta n'este inventario, por elle se mostra que, separadas as joias, trastes, diamantes, oiro em pó e nativo, que ficam julgados á corôa, e thesouro da casa e camara real, do que vae separada a competente folha, importam, para os reaes coherdeiros, as joias e trastes pertencentes a esta herança e espolio, a quantia de 431:147\$410 réis. O dinheiro, oiro, prata em barra, e em medalhas, importa quantia de 123:802\$780 réis. O dinheiro remettido ao thesouro publico 2:956\$800 réis. O que se acha no thesouro do Rio de Janeiro 20:000\$000 réis. E a ultima nova adição acima dita 2:160\$000 réis. O que tudo faz a somma geral da receita de 580:066\$690 réis. E assim mais cincoenta acções da companhia da agricultura dos vinhos do alto Douro. E o que se liquidar no thesouro publico de 250:000 libras esterlinas, mencionadas no decreto de 28 de abril de 1826.

A qual somma total da receita, dividida em cinco partes, uma para cada um dos reaes coherdeiros, pertence a cada um a quantia de 116:013\$338 réis. E mais dez acções da companhia do alto Douro, e a quinta parte do que se liquidar das referidas 250:000 libras esterlinas.

Portanto assim o julgam, e a presente partilha, por sentença, que se cumprirá na conformidade das folhas de pagamento, que ao diante se seguem. E hão esta sentença publicada na mão do escrivão, que a intimará aos procuradores dos reaes coherdeiros, e interessados, do que se houveram n'estes autos as certidões competentes.

Lisboa, 11 de maio de 1827. = Thomás Antonio de Villa Nova Portugal, presidente — Antonio Thomás da Silva Leão — João de Mattos Vasconcellos Barbosa de Magalhães = Dr. Diogo Vieira Tovar e Albuquerque = João de Carvalho Martens da Silva Ferrão.

Fomos presentes: com as rubricas dos desembargadores  
procuradores da corôa e fazenda.

Está conforme. = *Joaquim Guilherme da Costa Posser.*

## DOCUMENTO N.º 145

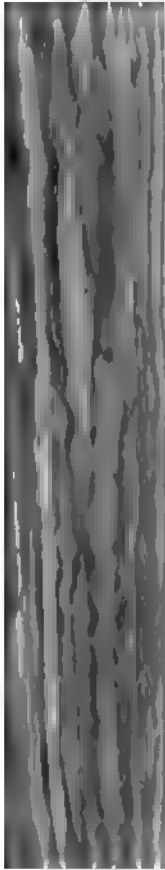
(Citado a pag. 396 e 403)

Em effeito que produziu no governo portuguez o distincto acolhimento,  
que por parte do governo francez, teve em Paris o infante D. Mi-  
guel, em julho de 1824

Remetto incluso a v. s.<sup>a</sup> um *memorandum*, de que se en-  
tegou copia ao embaixador de França n'esta côrte, e no  
qual v. s.<sup>a</sup> achará as instrucções, que sua magestade ordena  
que siga, a respeito do serenissimo senhor infante D. Miguel,  
não devendo eu encobrir a v. s.<sup>a</sup> que as noticias publicadas  
nas gazetas, do acolhimento amigavel, que sua magestade  
christianissima fez áquelle principe, e das honras com que  
tem sido tratado em França, servem de pretexto aos male-  
colos para espalhar rumores sediciosos, e para fazer accredi-  
tar, que o recebimento feito ao infante de Portugal, e ao filho  
de sua magestade fidelissima, envolve uma approvação so-  
lemne da criminoso imprudencia, que motivou a sua saída  
de Portugal. V. s.<sup>a</sup> deverá, portanto, temperar o zêlo, aliás  
tanto louvavel, que o induz a exigir contemplações especiaes  
para o senhor infante, e a fazel-o figurar em actos publicos  
de um modo desnecessario, principalmente attendendo ao  
incognito que elle assumiu durante as suas viagens. Escuso  
estender-me mais sobre este assumpto, de que v. s.<sup>a</sup> não  
poderá desconhecer a importancia.

Em outros despachos transmittio a v. s.<sup>a</sup> todos os do-  
cumentos relativos aos negocios da rainha, minha senhora,  
dos quaes fará o uso prudente, que as circumstancias pedi-  
rem, devendo v. s.<sup>a</sup> ficar na intelligencia de que o embai-  
xador de França transmittio ao seu governo os mesmos do-





ácerca d'essa medida, a qual se tornava incortar de uma vez as esperanças latentes e mente chamado liberal, e para desvanecer bons portuguezes, e da gente sensata, ao m a posição mui critica em que se acha esta r dencia do principe herdeiro da corôa, e pe partido fanatico e desatinado, que á força p violencias e vinganças, sem prever que o s seria bem cedo fatal, e occasionaria novas mente demonstrava a necessidade de rod uma força moral sufficiente para evitar a d narchia. El-rei, meu senhor, alem das grav que ficam indicadas, teve sempre em vista sua real palavra, e evitar os inconveniente cedo resultariam do esquecimento de simi sas, como se verificou em 1820 na Hespar mente, porém, o senhor D. Fernando VII rer-se aproveitar da experiencia do passado com as paternaes intenções do nosso augus tes pelo contrario, consta que a resolução d causára no gabinete de Madrid uma impress e esfriára os sentimentos amigaveis, que ull iam manifestado por parte de sua mago com especialidade no caso da rainha minha por consequencia muito necessario, que v. s



essa; devendo ao mesmo tempo declarar, que se não omitirá nenhuma precaução, para que as côrtes legitimamente invocadas não degenerem n'uma assembléa demagogica, e para que em nada se innovem as nossas instituições fundamentais, tão essencialmente monarchicas. A approvação declarada, e explicita do governo francez, seria sem duvida muito conveniente, se v. s.<sup>a</sup> a podesse obter sem derogação da dignidade de el-rei meu senhor, e sem perder de vista que os actos da sua soberana vontade não carecem da sancção de outras potencias.

Continua-se com os preparos da expedição para o Brazil, qual se acha em estado de sair dentro de quinze dias, se necessario; porém, sua magestade deseja esgotar todos os meios de conciliação, e espera ainda pelo resultado das negociações entabuladas em Londres, posto que seja muito provavel que os agentes brasileiros só procurem ganhar tempo, lisonjeando-se entretanto de conseguirem o reconhecimento da sua independencia por outros governos. Infelizmente o ministerio francez não é o que menos tem conhecido para lhes inspirar esperanças; e a linguagem de M. de Gestas, e dos consules francezes no Brazil, contrasta de um modo palpavel com a do embaixador de sua magestade christianissima n'esta côrte. Segundo as ultimas noticias que se receberam aqui, não parece improvavel que se declare brevemente a scisão das provincias de Pernambuco, Maranhão, etc., e n'esse caso não hesitará sua magestade a mandar immediatamente forças, que em vez de deverem ser consideradas como hostis pelo principe real, iriam pelo contrario embaraçar a desmembração de um reino, que de já algum dia pertencer-lhe legitimamente. Reservo-me a escrever mais circumstanciadamente a v. s.<sup>a</sup> sobre este importante assumpto, quando se conheçam mais claramente as intenções dos agentes brasileiros em Londres.

Já no meu despacho n.º 75 tive a satisfação de annunciar a v. s.<sup>a</sup>, que el-rei, meu senhor, annuindo aos desejos do Sr. de Oriola, o dispensára da embaixada em París, e que era por bem, emquanto não nomeia novo embaixador,

conferir a v. s.<sup>a</sup> a graduação de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario n'essa cõrte, na certeza de que não podia, nas actuaes circumstancias, confiar uma tão importante missão a nenhum servidor mais zeloso do seu real serviço; e agora remetto inclusa a sua credencial, bem como copia do estylo. Previno a v. s.<sup>a</sup> de que deverá não differir mais a apresentação, e installação de D. Francisco de Almeida no seu posto de secretario da embaixada.

A preciosa saude de sua magestade, e de toda a real familia, conserva-se sem novidade, ouvindo o céu os votos de seus leaes vassallos.

Deus guarde a v. s.<sup>a</sup> Lisboa, secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, em 12 de julho de 1824. — *Marquês de Palmella*. — Sr. Francisco José Maria de Brito.

Tradução do memorandum a que se refere  
o despacho *supra*<sup>1</sup>

O regresso do infante D. Miguel a Portugal, se tiver lugar inopinadamente, será um acontecimento desastroso para o reino, que não pôde recolhar completa tranquillidade sem a ausencia prolongada do joven principe; e sua magestade delissima conta com a cooperação de sua magestade, o rei de França, para prevenir, pelos meios da mais estrita vigilancia, toda a tentativa d'aquella natureza, que sua alteza real podesse ensaiar. É claro que, mesmo sem voltar aqui, o infante poderia, se chegasse a escapar-se para Hespanha, excitar perturbações em Portugal, e abysmar na desordem toda a península; seria a faísca incendiaria das materias combustiveis, que se acham ainda espalhadas sobre a superficie dos dois reinos; elle se constituiria seguidamente chefe de

<sup>1</sup> Este memorandum foi enviado a missão de sua magestade real em Paris, e communicado officialmente a mr. Hyde de Neuville, conde da Bempsta, embaixador de sua magestade christianissima e aos outros agentes das principaes potencias em Lisboa.

nsivo do partido rebelde, obsecado e furioso, que bem instantamente se appellida realista; e a sua chegada reanimaria mesmo tempo as esperanças aos revolucionarios, que se tem liberaes, que só desejam as desordens e a anarchia, e trazem uma reacção inevitavel, e muito receiam o triumpho ganho pelos principios da moderação e da legitimeza. Sua magestade fidelissima, enviando seu filho em embalsamamento a um porto de França, deu ordem ao conde de Rio Maior, de não permittir que sua alteza real deixe esse reino sem de receber novas instrucções; e espera que sua magestade christianissima se dignará empregar todos os meios ao seu alcance, para que esta ordem seja pontualmente executada. No caso de sua alteza real solicitar, e obter permittencia de continuar a viajar em Italia, ou na Allemanha, o governo francez receberá logo a competente comunicação. Querem-nos ser instruidos com exactidão da conducta, e das acções do infante durante a sua estada em Paris; e para esse fim sua magestade fidelissima encarregou o coronel Emillé de entender-se com a policia franceza, e de manter uma comunicação regular com o ministerio portuguez. É sobretudo necessario vigiar a correspondencia do visconde de Canelas, portuguez que se acha agora retirado na vizinhança de Bayona; e da corte de Madrid, e em geral tudo o que for a respeito da alteza da península, ou do Brazil; e o procedimento do archal Beresford, no caso que esta personagem appareça, não é provavel, em França. Exceptuando o conde de Rio Maior, todos os individuos do sequito do principe, começando pelos dois camaristas, não podem senão dar-lhe maus exemplos, e servir-o em tudo o que se lembrar de emprender, e não seja censuravel. Sua magestade fidelissima ordenará tal a successiva destituição da maior parte dos referidos individuos; e no caso de que elles recusem obedecer, pedirá intervenção do governo francez, para os separar ao menos de sua alteza real. Seria de desejar, ver o principe entregue a algumas occupações e investigações uteis, e que empregasse o seu tempo de maneira que se lhe apagassem as saudades dos divertimentos menos delicados, a que estava habi-

tuado em Lisboa. Sua magestade christianissima poderá contribuir para se obter este resultado, dignando-se collocar junto de sua alteza real alguma pessoa instruida, e que chegue a ganhar a confiança d'elle. Não parece que mr. Lesseps deva ser para isto escolhido, e a muitos respeitoes seria preferivel que recaisse a escolha em mr. de Gros. Finalmente, o objecto da maior importancia seria abrir os olhos do principe sobre o seu procedimento passado, e fazer crear no seu espirito o arrependimento da falta, ou para melhor dizer do crime, que elle commetteu para com o seu rei e pae, e ao menos o pejo que elle sentirá de certo, quando observar que tem unanimemente contra si a opinião de todos os governos, e dos homens honestos de todos os partidos. Não deve dissimular-se, que a recepção, que sua magestade christianissima ordenou que se fizesse ao filho do rei de Portugal, podia ser interpretada pelo infante D. Miguel como uma approvação tacita dos principios que elle proclamou em 30 de abril. As provas materiaes de que tal fôra a impressão produzida no espirito dos mancebos, que formam a sua comitiva; e não pôde duvidar-se, que o partido fanatico e exaltado, aproveita em Portugal todos os artigos de gazetas, em que se mencionam as honras feitas ao principe, para espalhar boatos os mais falsos e extravagantes, e que já tem conseguido por este modo produzir no publico um effeito muito desfavoravel. Seria, portanto, conveniente que o acolhimento feito ao infante em Paris fosse modificado por observações algumas tanto severas: e que, perante sua alteza real, bem como perante o publico, houvesse cuidado de traçar claramente a linha que distingue as attentões e hospitalidade concedidas ao principe, do acolhimento que seria feito ao chefe de um partido, que não pôde ter approvação, nem estima. Alguns artigos mandados para os jornaes de tempos em tempos seriam talvez necessarios, para fazer effeito em Portugal, e a sua magestade christianissima, o sr. conde de Artois, o sr. duque de Angoulême, e as sr.<sup>as</sup> duquezas de Angoulême, e de Berry, houverem convencer-se da utilidade de tentarem a conversão politica de sua alteza real: se, sobre

ido, sua magestade quizer aproveitar a occasião de lhe fallar sobre os acontecimentos de 30 de abril, com a severidade a uncção que a sua categoria, e as suas virtudes lhe dão reito de empregar, podemos lisonjear-nos de que o infante perderá ao menos a falsa idéa, que talvez conserva, de ter adquirido pelo seu procedimento admiradores, e de se ter tornado victima da facção revolucionaria, de que elle suppõe a pae cercado. O contraste entre os principios que o infante proclamou, e os que o principe real, seu irmão, congra no Brazil em a nova constituição, que solemnemente iba de adoptar, deve parecer bem extraordinario ao proprio infante, principalmente se reflectir, que, por dois caminhos oppositos, seu irmão, e elle, tendem ao mesmo fim, a esthronar el-rei com o apoio dos partidos extremos. Mas a maioria dos homens honestos do Brazil não propende certamente para a democracia, do mesmo modo que em Portugal gente sensata não deseja o despotismo e a inquisição; nada de ser mais concludente do que este parallelo, para demonstrar a prudencia de el-rei, que funda a sua auctoridade sobre a fiel conservação das antigas leis e usos do reino, e declarou não querer senão o systema moderado, que durante seis seculos serviu de base, e de sustentaculo á corôa de Portugal. Resulta evidentemente dos exemplos citados, que a revolução é mais criminoso, e mais perigoso para o repouso dos reaes do que a opposição, ou resistencia dos principes da familia real contra seu pae; que não pertence a esses principes senão serem os sustentaculos, e nunca os censores dos actos da auctoridade soberana; e que a sua intervenção, sobretudo á mão armada, se torna um crime o mais imperdoavel; porque, sobre a falsa mascara do zêlo se occulta sempre a ambição de reinar. O ministro de sua magestade fidelissima em Paris, fazendo ao infante D. Miguel as honras, que são devidas ao filho do seu soberano, não deve perder desta o conteúdo d'este *memorandum*, e abster-se-ha de procurar com demasiado fervor as occasiões de fazer apparecer ao publico o principe, ou de exigir para sua alteza real as distincções, que não podem ser ambicionadas por uma pes-

tes dos dois paizes; que seus projectos eram conhecidos nas suas lojas para operar uma reacção democratica; e emfim que suas reuniões tinham logar em casa do intendente da policia.

Entregaram-me, alem d'estes relatorios, a lista das pessoas comprehendidas nas associações secretas de Lisboa, e das provincias. Entreguei esta lista, com toda a submissão filial, a meu augusto pae, rogando-lhe de me dar ordem para tomar medidas promptas e decisivas, a fim de desviar a tempestade que o ameaçava, assim como á monarchia portugueza. Sua magestade acolheu o meu relatorio com satisfação, e se mostrou muito favoravel a todas as medidas, que eu podesse tomar com as tropas sob as minhas ordens, para prevenir as tramas urdidas por aquelles que tinham formado a conspiração.

Entre os officiaes do exercito havia alguns de quem se devia desconfiar, e sobre os quaes as suspeitas eram muito bem fundadas pela dedicação, que professavam ainda ao systema demagogico.

Antes d'este relatorio, eu tinha tido occasião de desconfiar do ministro da guerra, o qual me enviava continuamente avisos sob o nome de meu pae, para que eu propozesse, para os postos vagos no exercito, pessoas cujo comportamento, um pouco suspeito, fazia duvidar do seu amor pelo systema realista.

A conspiração devia ser executada no dia 5 de maio; prevenil-a antecipadamente foi um dever para mim, como filho dedicado, vassallo leal, e chefe do exercito de que tinha toda a confiança, e que em tempo me tinha ajudado a reconquistar os direitos da corôa de meu augusto pae, e a liberdade da nação, algemada pelos ferros da usurpação das extinctas côrtes; emfim, com as intenções mais puras, intentei vencer todas as difficuldades, que se queria pôr á tranquillidade, e ao pacífico goso da soberania.

As minhas intenções foram guiadas, pelo meu zêlo, pela causa da legitimidade, e pela do throno. Talvez, pela minha vivacidade natural, ultrapassei as ordens de meu pae, mas

e na minha idade, em que o sangue ferve, e que assim como eu estava, se é levado pelo enthusiasmo pela boa causa, que se deve fazer calar a razão, para não escutar senão o zelo?

Chamarei para o meu logar todo o filho dedicado a seu pae, todo o vassallo dedicado ao seu soberano, e lhe perguntarei, com a mão collocada sobre o coração, e os olhos dirigidos para o céu, qual seria o seu dever em similhante occasião, para salvar a vida de seu pae, de seu rei, para proteger o throno, assim como a nação? Tendo, como tive, a força entre as mãos, não se me responderá? «Eu teria feito como vós, meu principe». Obrando de outra maneira, não faltaria á sua affeição filial, e ao amor que deve ter ao seu soberano? Considerações muito reflectidas não seriam n'este caso medidas secundarias, porque a experiencia e a sabedoria, adquiridas pela madureza da idade, não fazem senão domar a acção do verdadeiro zelo?

Durante que eu tivesse reflectido ácerca das medidas a adoptar, os intrigantes, que estão sempre promptos a envenenar as acções mais puras, teriam podido aproveitar-se da posição difficil em que me achava, para procederem, e para se apoderarem da minha auctoridade, a fim de aniquilar a minha intenção, cujo fim era de dar segurança a sua magestade, meu augusto pae. Collocado n'este dilemma, a occasião não pedia então senão medidas promptas e decisivas, isto é, a segurança do rei e da familia real, e a prisão immediata de todos aquelles que tinham tomado parte na conspiração.

Estas duas medidas foram promptamente adoptadas. Se, por acaso, algumas pessoas tiveram a desgraça de soffrer a espada do momento, pelas diversas prisões que foram feitas á pressa, é provavel que essas pessoas terão sido retidas por algum tempo; mas reconhecida que fosse a sua innocencia, a sua soltura teria sido tão prompta, como a sua prisão; não punindo jamais as leis senão depois que se promulgou a sentença.

N'esta posição, o principal objecto era de prevenir um crime, cuja execução punha o throno e a nação no maior per-



rigo, se se tivesse errado o golpe contra as associações secretas, e se se não tivesse feito promptamente prender todos aquelles que as compunham, a fim de firmar pela força a tranquillidade do estado e a segurança da familia real, apostada, como ella estava, ás machinações tenebrosas das associações secretas, creadas pela mais perfida malvadeza; se se fizeram prisões irregulares, estes erros devem ser desculpados, em rasão da urgencia do momento, que reclamava medidas geraes para o bem estar do interesse publico.

É na intenção de salvar a vida de meu pae, a corte e o rei amado de seus vassallos, e de quebrar os ferros que o despotismo demagogico tinha forjado á nação, para a desgraça de todos os portuguezes, que assim procedi em 20 de abril de 1824.

A posteridade justificará o meu comportamento, e elle fará conhecer os motivos, que me fizeram proceder tão precipitadamente, sobretudo depois do attentado, ainda impune, que manchou de sangue o pavimento do palacio real de meu pae, pelo horriavel assassinato do marquez de Loulé, meu amigo particular, e seu primeiro gentil-homem da camera. Morte que não era senão o preludio de uma tragedia mais sanguinolenta, que devia ter logar em 5 de maio d'este anno, para a desgraça de toda a casa de Bragança na Europa. Projecto suscitado pelas associações secretas, que sonderam, no curto espaço de tres annos, desorganisar as instituições civis de uma monarchia, que durou mais de sete seculos pela sabedoria das suas leis, e pelas virtudes de seus soberanos.

Póde-se presumir que um infante de Portugal, que tem dado tantas vezes provas de lealdade ao seu rei e á nação, tenha sentimentos tão contrarios áquelles que mostrou, á face de toda a Europa, no comportamento que teve no dia 27 de maio e 5 de junho de 1823, para o bem estar de seu pae, do seu rei, e da nação inteira, e que este principe seja capaz de ter idéas sinistras, e vistas de ambição exaltadas? Não, senhor, vossa magestade sabe muito bem, que quem tem um procedimento regulado por boas intenções, que tem

um caracter decidido, e que é dedicado a principios de honra, não muda em tão pouco tempo.

Se intrigantes ousaram exagerar o meu comportamento, a sua calumnia não desmentirá, nem a lealdade dos meus principios, nem a firmeza do meu caracter, sempre dirigido para o bem estar do meu rei e da minha patria.

Recebei, senhor, o dedicamento, e o respeito sincero, com as quaes tenho a honra de ser, de vossa magestade, o sobrinho mais affectuoso. — *Miguel*. — Paris, de junho de 1824 <sup>1</sup>.

Officio do ministro portuguez em Paris,  
queirando-se ao marquez de Palmella da conducta do infante,  
por effeito da entrega da carta supra

M.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Cumprindo a real determinação, que v. ex.<sup>a</sup> me notificou no seu despacho n.º 74, em data de 16 de junho passado, para informar exactamente de tudo que occorresse a respeito do serenissimo senhor infante D. Miguel, vou participar o que me cumpre por effeito d'aquella ordem positiva, que communiquei ao conde de Rio Maior, para me não desviar dos principios de honra, e de franqueza, que dirigem o seu trato para commigo em materia tão melindrosa, posto que dentro dos limites da sua importantissima commissão, porque só assim, e sem quebra da puridade respectiva, o zelo harmonico de dois servidores de el-rei conseguirá um resultado conforme ás suas paternaes intenções.

O senhor infante foi hontem a Saint-Cloud, para comprimentar el-rei e os principes, como costumam fazer nos domingos as maiores personagens da corte e os principes estrangeiros, antes e depois da missa de el-rei, se lhes é facultada a entrada do gabinete, o que eu pedira para sua alteza ter a facilidade de apparecer no paço com frequencia obsequiosa, e grata a sua magestade christianissima.

Custa-me dizer, que não foi feliz n'este seu primeiro cor-

<sup>1</sup> Não tinha expressa a data a citada carta do infante.

tejo, por se esquecer do que lhe fôra dito pelo conde de Rio Maior, e do que lhe promettêra, sabendo ser incongruidade irreverente entregar a el-rei uma carta justificativa (com falta da etiqueta do estylo), de sua conducta na funesta de cada de 30 de abril até 9 de maio, por aquelle soberano lhe haver paternal e amigavelmente feito algumas advertencias mais proprias de penhorar seu animo, do que irrital-o, como parece da carta que hontem lhe entregou diante das pessoas que estavam no gabinete.

Ao conde de Rio Maior pertence informar sua magestade das particularidades que precederam, e encaminharam esta grave e perfiosa inadvertencia, porque só me cumpre dizer que José Anselmo Correia, depois de lançar loas de sua entrada com o senhor infante, pela recommendação, diz elle de el-rei nosso senhor a seu augusto filho, me veiu confidencialmente contar, que sua alteza o mandára chamar, e desabafando a mágua das increpações de el-rei christianissimo, lhe ordenára o traçar uma carta justificativa em francez, para se justificar na opinião de sua magestade christianissima. A ufania de auctor lhe fez dizer, que a dita carta era o summario da analyse historica, publicada no supplemento da *Gazeta de Lisboa* de 5 de junho (que não tinha lido ao tempo do seu feitio), e posto que sua alteza lhe contára os acontecimentos passados lavado em lagrimas, insistira em protestar de sua obediencia filial, sem accusar pessoa alguma. Acrescentou mais, haver aconselhado de se não mandar a carta, sem a mostrar ao conde camarista; e como quer que fosse, José Anselmo terminou sua confidencia por dizer, que remettia copia, e dava conta directamente de tudo a sua magestade.

Para me não enredar com taes intrigas, só lhe disse, que a sua obrigação era de persuadir ao senhor infante a maior obediencia a seu augusto pae, attentar bem nos conselhos dados por el-rei christianissimo, e guiar-se pela prudencia do seu primeiro camarista, a quem fôra incumbido o cuidado, e guarda de sua pessoa, como sua boa fama n'esta viagem.

Indo hontem á noite á assemblêa do conde de Villele, este ministro me disse que el-rei lhe entregára a carta, com que sua alteza o surprehendêra diante da còrte, de que ficára agastado, tanto mais por haver n'ella uma asserção inverídica, e contra a notoriedade publica; perguntou-me quem a tinha feito, e sem lhe declarar o nome, só disse ser um iotrometido imprudente, e como o conde de Rio Maior havia de vir fallar a s. ex.<sup>a</sup>, elle lhe diria melhor o que se tinha passado.

Coube-me então dizer, que ao dito conde tinha occorrido a lembrança de pedir a s. ex.<sup>a</sup> que conseguisse de el-rei, o nomear-se um fidalgo de luzes, e de character firme, ou um general instruido, para acompanhar sua alteza por toda a parte, como e quando conviesse, e bem assim um ecclesiastico douto, e de reputação notoria, para o instruir nos conhecimentos litterarios, e nos dictames da moral, para assim se attingir o fim de lhe embeber util e agradavelmente os principios, e os sentimentos do coração, excitando-lhe brio e emulação. Que, talvez hoje mesmo, o conde camarista lhe apresentaria uma memoria a este respeito, porque a necessidade era urgente de sua magestade christianissima exercer a tutela, que lhe fôra recommendada, como o exigia este desmando, que lhe desagradára. Para o confirmar n'esta idea, recordei ao conde de Villele o que praticára a imperatriz mãe da Russia com seu neto, o principe hereditario de Mecklembourg Shwerin nos dois annos que esteve em Petersbourg, dando-lhe por companheiro fixo um ajudante de ordens do imperador Alexandre, e por pedagogo um homem de letras, cuja sociedade jamais largava, visitando os estabelecimentos e instituições d'aquella capital.

Antes de hontem, ao despedir-me de sua alteza, me disse o mesmo senhor, que communicasse da sua parte a v. ex.<sup>a</sup> desejar elle tomar para seu serviço, como correio, João de Amorim, ao que tornei que assim o faria. Esta suggestão veio do creado Athanazio, que se ensaia a ser valido de porta travessa, bem que por vezes diga a sua alteza desembaraçadamente algumas verdades.

Hontem, depois de lhe beijar a mão, por ser o anniversario natalicio da senhora infanta D. Izabel Maria, disse a sua alteza que hoje cumpriria a commissão que me dera para v. ex.<sup>a</sup>, e que teria a honra de lhe communicar as ordens que recebesse a tal respeito. Tomei este arbitrio, por me não competir alterar as disposições de sua magestade sobre o serviço de João de Amorim n'esta legação sem nova ordem, e para satisfazer decorosamente ao desejo do senhor infante, dispenso quanto posso o mesmo individuo para seguir as ordens de sua alteza, bem que este encargo é superfluo para a legação, porque empregava n'ella os meus creados pela sexta parte do ordenado fixo de cruzado por dia, que lhe fôra determinado por despacho de v. ex.<sup>a</sup>

O mesmo senhor me disse haver escripto a seu augusto pae, e que pela sua parte estava aviado o correio que eu lhe tinha offerecido; respondi a sua alteza, que em poucos dias esperava concluir um negocio (o da nau *Algesiras*, posta no estaleiro de L'orient), que interessava muito a el-rei seu pae, e por o mesmo correio desejava dar parte da sua conclusão, no que esperava sua alteza conviesse; sua resposta foi assentir á minha supplica.

Peço a v. ex.<sup>a</sup> de pôr na real presença o que levo dito, a que só acrescentarei que, na minha delicada posição, me felicito de ter na prudencia e zêlo do conde de Rio Maior a cooperação mais franca para rectificar algumas circumstancias, que minha inexperiencia cortezã incongruientemente ajuizasse, embora proviessem de zêlo pelo real serviço dos augustos pae e filho.

Proteja-nos o céu, conservando a preciosissima saude de el-rei nosso senhor, e da real familia, como hão de mister a nação e a monarchia.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Paris, 5 de julho de 1824. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. marquez de Palmella. — *Francisco José Maria de Brito.*

## DOCUMENTO N.º 147

(Citado a pag. 400 e 402)

**Carta de el-rei D. João VI, dirigida a el-rei Luiz XVIII, defendendo-se das accusações que junto d'elle fizera seu filho, o infante D. Miguel, e portanto criminando a conducta do dito seu filho**

Monsieur mon frère et cousin. — La lettre que votre majesté a bien voulu m'écrire le 22 juin de cette année, m'a été remise par mr. le baron Hyde de Neuville, comte de Bemposta; cette lettre m'est bien précieuse sous tous les rapports, et je ne doit taire à votre majesté combien je suis sensible à toutes les marques de la haute bienveillance, qu'il a plu à votre majesté de prodiguer à mon fils, l'infant D. Miguel, que j'ai prié votre majesté de prendre sous sa tutelle dans une circonstance bien douloureuse pour moi. Il est affligeant pour mon cœur d'avoir encore à entretenir votre majesté de l'inquiétude, que m'inspire la conduite de l'infant. Je suis peiné de l'inconvenance qu'il a commis en présentant à votre majesté une lettre dans laquelle il a prétendu justifier sa conduite, et encore plus de ce qu'il essaye de la justifier par des assertions contraires à la vérité, et démentis par les proclamations, qu'il a lui même publiées le 30 avril.

Bien loin d'avoir obtenu de moi la moindre approbation sur ce qu'il prétendait faire dans la journée, il m'a laissé complètement ignorer tous ses projets; mes serviteurs les plus anciens et les plus fidèles ont été jetés dans les cachots, ou poursuivis par son ordre à peine sortis du château de Bemposta, ou ils étaient venus en raison de leurs charges, sans qu'il m'ent donné la moindre connaissance, et je n'ai appris cette téméraire explosion que le lendemain 30 avril, qu'il a fallu me reveiller pour m'apprendre, que mes ministres les plus fideles étaient en prison, ou en fuite, que les tribunaux et cours de justice étaient fermés par une complète usurpation du pouvoir souverain, et que l'accès même



du palais que j'habitais était interdit aux personnes de la cour, et à tous mes sujets.

Le mémoire en question, présenté à votre majesté, est aussi une triste preuve que le repentir n'est pas encore entré dans le cœur de l'infant, puis qu'il cherche à faire croire qu'il n'y a eu qu'un excès de zèle de sa part pour le salut du trône et de ma personne, quand il m'a caché cette prétendue sollicitude avant d'agir, et quand il s'est saisi du pouvoir, et qu'il a gardé ce même pouvoir pendant dix jours, en faissant ces promesses.

Je ne puis que prévoir un avenir inquiétant pour moi et pour mes peuples, si l'infant ne rentre pas en lui même, et s'il garde une attitude menaçant. Ce changement ne peut être que l'ouvrage du temps, et surtout des sages conseils de votre majesté ; je les réclame pour mon fils, et je sollicite de votre majesté de vouloir bien lui déclarer, qu'il ne faisait qu'aggraver sa faute en cherchant à la justifier, ou à la revestir de fausses couleurs.

L'instruction du procès des rebelles du 30 avril constate qu'il n'y a pas eu de dénonciation faite le 28 avril. Il existait sans doute un complot suivi depuis plusieurs mois par des sociétés secrètes ; mais ce complot était d'un genre tout opposé à celui que mon fils suppose dans son mémoire ; ce complot, tramé par les individus même qui ont suivi l'infant à l'époque du 30 avril, avait eu pour premier résultat le meurtre du marquis de Loulé, mon grand écuyer, au moment où ce loyal serviteur, en quittant l'infant, et les personnes de sa suite, rentrait dans mes appartements. *Le meurtre du marquis de Loulé a été le prélude de la journée du 30 avril, et la révolte a éclaté au moment où la justice était sur le point de saisir le fil de cette horrible trame.*

Je ne dois pas abuser de la bonté de votre majesté, en faisant un trop long détail de mes malheurs domestiques ; votre majesté en est parfaitement instruite. Je viens de m'expliquer assez ouvertement pour faire connaître à votre majesté combien j'ai besoin de son intérêt pour détourner de ma tête et de ma couronne les dangers qui me menacent.



**Il faut que l'infant demeure éloigné du Portugal tout le temps qui sera jugé nécessaire pour effacer du souvenir des portugais les scènes affligeantes, qui ont eu lieu sous leurs yeux ; son apparition prématurée dans sa patrie plongerait ce pays dans la guerre civile, et produirait un bouleversement complet dans toutes les classes de la société, et compromettrait d'une manière très grave mon autorité et ma personne.**

**Je profite de cette occasion pour renouveler à votre majesté, etc. De votre majesté, le bon frère et cousin. — Jean. — Lisbonne, le 28 juillet 1824.**

---

**Carta de D. João VI para seu filho, o infante D. Miguel, estranhando-lhe ter-se ausentado de Paris sem sua licença**

**Lisboa, 20 de outubro de 1824. — Meu filho. — Com bastante sentimento recebi a noticia da precipitada resolução que tomaste de sair de Paris, fundando-te para justificar esse passo na permissão de viajar, enunciada na carta regia que te dirigi em 12 de maio, sem reflectires que aquella permissão não te auctorisava a dirigires tu mesmo o plano das tuas viagens, e sendo certo que, longe de haveres solicitado, como era do teu dever, antes de saires de França, a minha licença, nem mesmo fizeste menção nas tres, ou quatro cartas, unicas que de ti tenho recebido, d'este desejo que manifestaste por ultimo com tanta vehemencia.**

**Não devia comtudo esquecer-te, que os dolorosissimos acontecimentos, que precederam e motivaram a tua saída de Portugal, bem como as considerações de interesse teu pessoal, que tive em vista quando ordenei que principiasses por Paris o giro das tuas viagens, poderiam exigir a prolongação da tua demora n'aquella capital, e induzir-te a differir a tua partida, emquanto não obtivesses o meu regio consentimento, adherindo aos conselhos prudentes do conde de Rio Maior, que colloquei ao pé de ti, para dirigir a tua conducta, e ás sisudas ponderações dos ministros de sua magestade christianissima.**

É pois necessario, que nunca te esqueças de que, como filho, deves respeitar com cega obediencia os meus preceitos, e que a qualidade de filho não exclue os deveres de vassallo, antes, pelo contrario, te constitue na obrigação de os observares ainda mais estrictamente. Agora como rei, e como rei te ordeno, que te dirijas immediatamente á cidade de Vienna, se ainda lá te não achares, quando te chegar á mão esta carta, e que não saías dos estados de sua magestade, o imperador da Austria, sem minha previa licença. Igualmente te ordeno, que usando da maior circumspecção para o futuro, não dês mais passo nas tuas viagens, sem previa annuencia minha, e sem estares de perfeito accordo com o conde de Rio Maior, solicitando a minha real approvação para o proseguimento da tua viagem; ficando na intelligencia de que incorrerias no meu desagrado, se deixasses de dar exacto cumprimento a esta minha real ordem.

Escrevi para te recommendar a sua magestade imperial, de quem receberás sem duvida aquelle acolhimento e protecção proprios do parentesco e amisade, que existe entre as nossas duas familias, e muito desejo que possas aproveitar a tua estada em Vienna, e a tua ausencia de Portugal, para a acquisição de conhecimentos uteis, e desenvolvimento de todas as boas qualidades.

Deus te guarde, e te abençõe, como deseja e lhe pede teu pae. = *João.*

---

## DOCUMENTO N.º 148

(Citado a pag. 404)

### Documento comprovativo da ignorancia de D. Miguel, com relação á lingua franceza

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — O secretario da embaixada, Morona, chegou antes de hontem a París, e não me achando em casa, deixou os despachos de v. ex.<sup>a</sup>, a saber: o n.º 88, ostensivo, e os reservados n.ºs 1 e 2, da nova serie, que li com toda a

**a**ttenção, para me capacitar da sua importancia. Entreguei  
**l**ogo ao conde de Rio Maior o que lhe era endereçado, e  
**c**onvémos de elle encobrir, e entregar a sua alteza a carta  
**d**e seu augusto pae, para que se não apaixonasse ao ponto  
**d**e não querer ir ao paço comprimentar el-rei pela festa de  
**S.** Luiz, para o que já tinha hora depois da missa. Mas se  
**p**or este modo o desviámos de um desar, não se escapou a  
**o**utro, que teve o caprichoso motivo, qual o de el-rei lhe ter  
**p**erguntado se aprendia a lingua franceza, por se aperceber  
**n**o atrazo n'ella; e perguntando-lhe de subito se sabia latim,  
**l**he repetiu algumas palavras n'esta lingua; mas para o não  
**e**mbaraçar demasiado, acrescentou que a pronunciação la-  
**t**ina era diversa em todas as linguas; que elle mesmo nunca  
**e**ntendêra o latim pronunciado pelos inglezes, posto ter vi-  
**v**ido longo tempo em Inglaterra. Esta scena se passou diante  
**d**e todas as pessoas que têm entrada no gabinete de el-rei,  
**e** que maguou sobre modo o senhor infante, que convidan-  
**d**o-o a senhora duquesa de Berry hontem para uma assem-  
bblêa, pretextou achar-se incommodado, mandando descul-  
**p**ar-se pelo conde de Rio Maior; resta ver se foi pejo, ou  
resentimento. Aquelle repente severo de el-rei na prostração  
das suas forças, me faz suppor que conhecia a carta de sua  
magedade por alguma copia, mandada pelo embaixador,  
visto que a minha parece instructiva e confidencial. Ajustei  
com o ministro dos negocios estrangeiros, barão de Damas,  
na hora de conferirmos sobre a entrega da carta de sua ma-  
gestade em audiencia particular. Cumprirei o que v. ex.<sup>a</sup>  
me ordena ácerca de José Anselmo Correia, e espero seja  
approvada a maneira simulada, que darei á sua saída de  
França, sem mesmo offuscar, nem desatinar o senhor in-  
fante, a fim de ser para o diante bem succedida a sua refor-  
ma moral. O marquez de Tallaru, chegado na vespera de  
Madrid, procurou hontem sua alteza, e lhe entregou uma  
carta da senhora infanta D. Maria Francisca, etc., etc.

*N. B.* O mais que se seguia a este officio é estranho a  
D. Miguel.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Paris, 26 de agosto de 1824. —

DOCUMENTO N.º 149

(Citado a pag. 404)

**D. Miguel confessa ao ministro de Portugal em Paris ir aprender a lingua franceza ao theatro das Variedades**

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — O coronel Caillé continúa a estar entrevado de gota na cama, e porque falla indiscretamente da sua incumbencia, e das relações pecuniarias, que por isso ha de ter comsigo, julguei não dever procural-o, para não dar corpo a seus gabos, que desminto, affirmando ser chimera o que elle diz ás pessoas que o visitam, entre as quaes foi José Anselmo Correia, que não ousou fallar-me em taes despropositos de um homem tão ladino que aqui conheci, vivendo a tres carrilhos, e com triplas imposturas.

Concertei-me com o director geral da policia, ácerca das correspondencias que hão de ser vigiadas, para me dar conta do que houvesse de notavel. Assentámos nos outros meios de vigilancia *pessoal*, que é activa a cada instante, e ao menor movimento, affirmando-me taes serem as ordens recebidas do conde de Villele. Elle julga indispensavel a proxima remoção da baixa creadagem, por esta formar uma camarihha a portas fechadas, que sobre ser indecente, frustra todas as cautelas do conde de Rio Maior (de quem todos se precatam), desviando-se por vezes os outros dois fidalgos, que passam seus altos e baixos em privança, na qual se conserva o cirurgião Pires, bem que nem sempre seja das que chamarei patuscadas rapaziaticas. Tal foi a de ir o senhor infante antes de hontem ao correio geral indecentemente disfarçado, procurar por um rol de nomes cartas para as pessoas da sua comitiva, e como lh'as não entregassem sem mostrar passaporte, voltou bravejando com João de Amorim, que o avisára da inutilidade d'esta diligencia sem passaporte. Como

**O** não póde ter senão de mim, eu não darei algum sob qual-  
**quer** pretexto que for, a menos de não ser pedido e justifi-  
**cado** pelo conde de Rio Maior, como exigei, dando um ao re-  
**posteiro** Antonio Vicente Samfugo, que pelo Havre partiu  
**para** essa cidade.

O senhor infante está prevenido a meu respeito, suppondo  
**que** eu retenho as cartas para elle, e para os seus creados,  
**e** por isso me não confia as que escreve para Madrid, man-  
**dando-as** ao marquez de Casa Yrujo, encarregado de Hes-  
**panha**, sem o dizer ao conde de Rio Maior. Antes de hontem  
**recebeu** sua alteza pelo conde de Villele uma carta da senhora  
**princeza** D. Maria Thereza, que seria, como as precedentes,  
**cheia** de bons e affectuosos conselhos. Assim o reconheceu  
**sua** alteza, mostrando-me duas de sua augusta irmã.

Eu espaçava as minhas visitas por falta de tempo, mas  
**não** dissimulo o meu dissabor pela teimosa negligencia em  
**aprender** a lingua franceza, ignorancia que o inhiibe da boa  
**companhia**, e expõe o senhor infante ao escarneio de todas  
**as** classes. Dizendo-me uma vez que aprendia mais facil-  
**mente** no theatro das Variedades, lhe tornei, que aprenderia  
**a** linguagem chula e vulgar, que se não fallava nos salões,  
**nem** com gente bem educada, ou bem nascida, que era a  
**sociedade** digna de sua alteza, e da sua elevada jerarchia,  
**acrescentando** que se não faria respeitar se não respeitasse  
**os** outros, na polidez do trato e da linguagem.

Para não alongar fastidiosamente este officio, limitar-me-  
**hei** a ponderar a v. ex.<sup>a</sup> a urgente necessidade de se com-  
**municar** (o que espero mui brevemente) o *memorandum* que  
**v. ex.<sup>a</sup>** me mandou ao conde de Rio Maior, e foi confiden-  
**cialmente** participado ao embaixador de França, e por elle  
**mandado** a este governo, porque só assim iremos todos de  
**accordo** na applicação dos meios physicos e moraes da re-  
**forma** de vida. O conde espera impientemente as ordens  
**de** el-rei, nosso senhor, sobre o que representou a sua ma-  
**gestade** a este respeito; e eu, tendo o fito no decoro do mes-  
**mo** augusto senhor, desejo evitar o minimo conflicto de  
**desconfiança** entre mim e o conde, e este ministerio, senão

seguissemos a mesma norma de instrucções. Por isso tenho affrouxado o andamento do plano, que desde logo tracei de accordo com os condes de Rio Maior e Villele, porque o primeiro me advertiu que esperava ordem de sua magestade sobre a demora do senhor infante em Paris, ou continuação de viagem para Allemanha. Com este emprazamento decorreram já dois mezes, desaproveitados até em aprender (apesar de um mestre de estudo!) a lingua franceza!

A nomeação do duque de Blacas para embaixador de Napoles foi pedrada do conde de Villele á sombra de *monneur*, para afastar do lado de el-rei um antigo privado, que sempre influia no seu espirito, ainda quando parecia contrariar-lhe a vontade; o que bem se viu ultimamente, não só retardando, mas alliciando o duque votos contra a lei da redução das rendas. Se el-rei, por isso, o não quiz ver alguns dias, o tornou a chamar, e por isso o duque de Blacas se deslumbrou, a ponto de se julgar necessario ao ministerio: mas não pensava assim o sr. conde de Artois, que antecipou a nomeação para Napoles no *Moniteur*, ao que el-rei assentou, por na maior parte dos negocios do *Moniteur* ter a direcção manifesta. A saude d'este soberano não tem peiorado, porque o tempo, refrescando, atalhou o progresso da gangrena na perna direita, que está insensivel até ao joelho.

O ministro d'estado Zea Bermudes, assim como a missão hespanhola se catechisaram com Pozzo di Borgo, que trata de em Madrid empatar as vasas ao conde d'Aubril, que segue vereda differente da do barão de Bulgari, que foi o arauto do partido fanatico n'aquella corte. N'esta houve a imprudencia do duque de Angoulême dar audiencia ao general Ballesteros, e de procurar a de el-rei para o duque e duquesa de S. Fernando, e a irmã d'ella, princeza da Paz, personagens que se reputam no desagrado de el-rei catholico.

Ajunto a este officio uma carta do brigadeiro Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, na qual implora de v. ex.<sup>a</sup> obter-lhe de sua magestade alimentos para subsistir no seu exterminio.

Proteja-nos o céu, conservando a preciosissima saude de

el-rei nosso senhor, e de toda a real familia, como havemos de mister.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Paris, 19 de agosto de 1824. —

III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. marquez de Palmella. = *Francisco José Maria de Brito.*

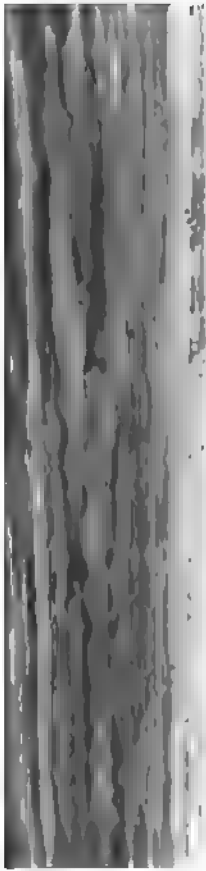
# DOCUMENTO N.º 150

(Citado a pag. 406)

**Excerto produzido em Paris pela carta de gabinete, dirigida por D. João VI a el-rei de França Luiz XVIII, contrariando as allegações de seu filho, contidas na carta que este dirigiu ao mesmo Luiz XVIII**

III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — A conferencia que, no meu precedente officio n.º 16, annunciei a v. ex.<sup>a</sup> ter ajustado com o barão de Damas, teve effeito em 30 do passado. Vendo que o embaixador, Hyde de Neuville, lhe não mandára copia da carta e sua magestade para el-rei christianissimo, lh'a mostrei, e a leu com emoção mui sentida, exprimindo-me a pena que penetrava, ponderou tambem a forte impressão que faria em el-rei o desaforo de um pae afflicto, e de soberano tão desventuroso no seio da sua familia, que recorria a um parente no momento em que este desfallecia de forças phisicas, e sentia esvaecer-se a energia moral, para obrar directamente em circumstancias tão delicadas. Pelo que, conferenciando mutuamente, propuz ao barão de Damas, que eu declinar uma audiencia de el-rei, para lhe entregar a carta de sua magestade, vista a prostração das suas forças, que não permittia dizer-lhe algumas palavras sobre o assumpto, quando entregando a carta de el-rei meu amo a elle ministro d'estado dos negocios estrangeiros, me parecia cumprir delicadamente o meu dever. Conviemos em lhe entregar a carta de sua magestade, com a copia na minha confidencial (A), o que agradou a el-rei, como me certificou hontem á noite o barão de Damas, que a leu em particular a sua





santo em que annua a remunera real, o m  
pela conservação de el-rei, o vigor da au  
enleado, e o sr. conde de Artois, por m  
para qualquer resolução, que o comprom  
e intempestivamente.

Tal é o summario das suas reflexões, qu  
zar pendentes, suggerindo como meio a  
el-rei pelo duque de Luxembourg, seu ca  
significar ao senhor infante seu real des  
offendido na pessoa de seu augusto pae,  
da sua tutela politica, ordenando-lhe plan  
cação, que lhe grangeassem congrua-se  
ranos. Esta intimação, feita pelo duque  
nome de el rei, talvez produzisse melhor  
do senhor infante, do que vindo por outra  
gem, pois a qualidade do duque, a graduaç  
real, bem como o seu conhecimento, e t  
Portugal com sua alteza o offuscariam, e m  
do que vindo a mensagem por outrem. O  
trou a minha idéa senão pelo coração em  
alteza, e sua leviana enfatuação de celeb  
que o lançariam em algum desvario, rece  
intimação, por ser sabido que depois de l  
augusto pae, dissera, *que bem receberia a*  
*sua magestade, mas nunca as de outrem.*  
dade d'esta obieccão. nedi ao barão de D

hoje com o conde de Villèle, e se elle convier, verei os demais ministros, a quem é commun a decisão de um negocio que lhes foi communicado em conselho. José Anselmo Correia teria já partido para Bruxellas, se tivesse dinheiro para a jornada; achando-o, se porá em caminho depois de amanhã, etc.

N. B. O resto d'este officio é alheio ao infante.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Paris, 2 de setembro de 1824. — III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. marquez de Palmella. = *Francisco José Maria de Brito*.

Copia

Monsieur! — J'apprécie les motifs que vous font désirer de ne pas présenter vous même au roi la lettre, que lui est adressée par sa majesté très-fidèle; j'en ai lu la copie avec une vive peine, et je crains que le roi ne soit douloureusement affecté des explications, que lui donne sa majesté très-fidèle sur les chagrins de famille qu'elle éprouve. Dans la première lettre dont ce monarque avait chargé son fils, l'infant Don Miguel, il l'avait recommandé au roi avec bonté, et il l'avait jugé avec plus d'indulgence.

J'ai l'honneur d'être, monsieur, avec une haute considération, votre très-humble et très-obéissant serviteur. = *Le Baron de Damas*. — Paris, le 8 septembre 1824. — Mr. le chevalier de Brito, ministre plénipotentiaire de sa majesté très-fidèle.

DOCUMENTO N.º 151

(Citado a pag. 406)

Projecto que D. Miguel concebeu de sair de Paris e apresentar-se abruptamente em Portugal, contrariando assim as ordens de seu pae

III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Logo que recebi o despacho reservado de v. ex.<sup>a</sup>, n.º 49, tive a honra de fallar a sua magestade

catholica; porém não sendo a occasião a mais opportuna para entrar em grandes explicações, apenas pude fazer entrever a inquietação em que el-rei nosso senhor se achava. Sua magestade se mostrou sensivelmente mortificado, e me prometeu fazer tudo quanto d'elle dependesse para o cego de el-rei seu sogro, ordenando-me que tratasse com Calomarde d'este negocio. Passei sem demora a casa d'este, e lhe fiz a leitura do despacho, e mesmo da carta particular com que v. ex.<sup>a</sup> me honrou. Este ministro me pediu que lhe mandasse antes da hora, que elle entrasse para o despacho, um extracto em hespanhol do mencionado despacho, e uma carta minha a elle dirigida, apontando os meios que eu julgasse necessarios que se empregassem. Assim o executei, e Calomarde da parte de sua magestade me deu as maiores seguridades do interesse que el-rei catholico tomava pela tranquillidade de um soberano, que por tantos titulos o merecia, e que infelizmente o tem acompanhado em suas desgraças. Portanto foi Calomarde encarregado de passar as ordens as mais severas aos capitães generaes para reterem todo o portuguez, que se apresentar por mar, ou por terra, vindo de França, mesmo correios, exceptuando os que me rem despatchados directamente ao governo, e depois d'isto mandados darem conta ao governo pelo mesmo conducto, e com a maior reserva e segredo, ficando responsaveis a sua magestade, não só da execução da ordem, porem tambem do segredo necessario. *Em o caso em que o senhor infante fosse encontrado dentro da Hespanha, seria tratado como prisioneiro de seu augusto pae; porem a sua guarda de honra lhe serviria de caução, para sua alteza real senão ausentar, e se queiriam as ordens de el-rei nosso senhor, sobre o seu futuro destino.* Eu exigi que por escripto se me respondesse a carta que eu havia dirigido; porem sua magestade me fez saber por Calomarde, que eu não devia duvidar um só instante nem da sua palavra, nem do interesse que lhe dava a tranquillidade do seu augusto sogro; e que como este assumpto sempre se deveria conservar no archivo secreto da secretaria correspondente, por esta repartição se me respondia.

ainda que mais tarde, pois que só seria quando o novo ministro d'estado trabalhasse com sua magestade. N'este estado de cousas tomei a deliberação de expedir este expresso sem mais esperar, podendo affirmar a v. ex.<sup>a</sup> que vi expedir as ordens, dirigidas aos capitães generaes.

Resta agora tratar da correspondencia de suas altezas reaes, as serenissimas senhoras princeza da Beira e infanta D. Maria Francisca com seu irmão, o senhor infante D. Miguel. É do meu dever declarar que o carinho, gratidão e interesse que estas duas senhoras têm por seu augusto pae é o maior, e que tudo quanto têm feito tem sido debaixo d'estes sentimentos. A serenissima senhora infanta não tem escripto a seu irmão mais do que duas mui pequenas cartas, talvez mais por condescender com o embaixador de França, que á partida do estafeta ia sempre saber se sua alteza real lhe queria confiar as cartas para o serenissimo senhor infante, e não me consta que haja recebido resposta alguma. Sua alteza real, a serenissima princeza da Beira, tem tido uma correspondencia mais seguida; porém tenho motivos para me persuadir, que sua alteza real pediu a seu augusto pae licença para isto; que seu augusto pae lh'a concedeu: eu tive a honra de ver algumas cartas de sua alteza real, e n'ellas vi que a senhora princeza aconselhava seu irmão, que escrevesse regularmente a seu augusto pae, que lhe communicasse tudo quanto fazia, que lhe pedisse perdão do que havia obrado, e que mostrasse os desejos que tinha de dar provas do seu arrependimento. Estas cartas todas foram por via do embaixador de França, e algumas por algum official francez, que pedia ser encarregado de alguma carta para sua alteza real, como ha poucos dias succedeu com o marechal de campo, conde de la Patrie, que havendo importunado suas altezas reaes por cartas, a senhora infanta lhe deu uma para m.<sup>me</sup> duqueza de Angoulême<sup>1</sup>, e a prin-

<sup>1</sup> A residencia d'esta senhora em Paris, bem conhecida pelo nome de *Panilhão Marsan*, era então reputada como o foco do ultra realismo europeu. (Nota do auctor d'esta *Historia*.)

ceza lhe deu outra para o serenissimo senhor infante. O mesmo augusto senhor tem escripto á serenissima senhora princeza, que eu saiba duas cartas, a primeira veio pelo conde de gabinete, Joaquim Pedro da Purificação, e eu mesmo depuz nas mãos de sua alteza real. N'esta contava o senhor infante a sua primeira entrevista com sua magestade christianissima, que Deus tenha em gloria (era Luiz XVIII), e enviava um papel, que elle havia dirigido a el-rei de França, para desculpar a sua conducta. Sua alteza real, lendo comigo este papel, notava com muito acerto o mal que haviam feito a seu irmão os que o aconselharam a assignar um tal escripto. A segunda carta não sei porque conducto chegou às mãos de sua alteza real. Eu tenho tanta confiança nos sentimentos que suas altezas reaes professam a seu augusto pai, que tenciono rogar a suas altezas, que escrevam novamente a seu irmão, aconselhando-o a que não saia de Paris, nem dê um passo qualquer, sem ser por ordem de seu augusto pai e rei, para evitar que sua alteza real, mal aconselhado, dê algum passo que mais o comprometta, e que cause novos desgostos a el-rei nosso senhor.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> muitos annos. Madrid, 20 de setembro de 1824. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. marquez de Palmella = Conde de Porto Santo.

## DOCUMENTO N.º 152

(Citado a pag. 408 e 409)

O infante D. Miguel solicita do conde de Villèle  
passaportes para sair de França  
para Vienna de Austria

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Recebi hoje pela via de terra o despacho de v. ex.<sup>a</sup>, n.º 92, com a carta de sua magestade para o grão duque de Meklembourg, e participarei a D. Francisco de Almeida a regia determinação, que v. ex.<sup>a</sup> me communica. Com toda a diligencia farei copiar as cartas que v. ex.<sup>a</sup> me

assignala existirem na collecção de sir Charles Stuart, e com tanto mais gosto, que esta recommendação me deixa entender não ter el-rei nosso senhor sobreestado no chamamento das côrtes, como de Madrid se avisa tel-o feito *indefinidamente*, para comprazer com aquelle gabinete. Esta noticia mandada por mr. Royer, que vae ser ministro da Russia n'essa côrte, ufana muito o general Pozzo di Borgo, que sobre nos não querer bem, se arroga a tutela diplomatica da peninsula, a despeito mais ou menos sincero do imperador seu amo.

Antes de hontem, voltando da audiencia diplomatica de el-rei, fiz uma visita ao senhor infante, que não vira depois da volta da sua caçada a Econsseu. Sua alteza real desejava fallar-me, sobre o que me ia avisar o conde de Rio Maior, quando entrei, e logo me apresentou ao senhor infante, que depois de me fallar em cousas indifferentes, disse que me entendesse com o conde de Rio Maior, ácerca de um passaporte. Perguntando a este de que se tratava, me referia o que v. ex.<sup>a</sup> lerá na sua carta (A), á qual julguei immediatamente responder, e que submetto a v. ex.<sup>a</sup> na resposta (B.).

Pelo conde de Villèle soube que o senhor infante se explicara vehementemente na lingua franceza, o que fez impressão no animo d'aquelle ministro, que para o apaziguar se lembrou da minha insinuação de el-rei *commettre* ao seu Capitão das guardas, o duque de Luxembourg, a intimação das suas ordens e vontade. Soube tambem que o senhor infante fôra de grande uniforme áquella visita, determinado a ir fallar a el-rei, no caso da resposta do seu ministro ser contraria ao proposito em que estava de fazer valer a carta regia de 12 de maio, como determinação irrevogavel, e irrevogada por seu augusto pae. Aturdido da paixão, increpou o conde camarista de o haver enganado, com dizer haverem ordens posteriores em contrario á mesma carta regia. *Este enfado na carruagem foi maior em casa, ao ponto de sua alteza real se esquecer da sua dignidade, ameaçando-o com gestos, e maltratando-o de palavras, diante mesmo dos creados particulares.* Uma testemunha de vista me seguiu que

o conde soffrêra, e não referira, por delicadeza, e pelo affecto indulgente que de longo tempo combina com o zêlo ardente de bem servir e agradar ao pae e ao filho. Eu o não referiria, se o não julgasse conveniente ao real serviço fazer conhecer a v. ex.<sup>a</sup> este tresvario de colera febril, que pouco depois já não havia ao momento em que fallei ao senhor infante!!

Conferenciei hontem com o conde de Villèle, mostrando-lhe a minha resposta ao conde de Rio Maior. Lastimamo-nos da delicada situação de el-rei n'este transe, a quem tudo magôa e irrita sensivelmente. Acabando este officio conferirei com o barão de Damas, a quem dei traduzida a minha carta, com o pedido de ser pelo conde de Villèle apresentada a el-rei. Ajunto a resposta (C), que me fez á minha, que acompanhava a carta de sua magestade.

Reexpedirei talvez o correio de gabinete, que aqui se acha com o resultado da mensagem do duque de Luxembourg, se for preciso requerer novas ordens regias, *que imponham respeito a este principe iroso e voluntario, e me escudem em qualquer conflicto possivel.*

José Anselmo Correia recebeu 800\$000 réis de sua alteza real para a sua jornada, e pagar algumas dividas; amanhã se põe a caminho. Escreverei ao encarregado de negocios, Nuno Barbosa, communicando-lhe as ordens de v. ex.<sup>a</sup>, ácerca do viajante, para que tambem as peça a v. ex.<sup>a</sup>, se elle pretender passar á Allemanha, com o fim de encontrar sua alteza em alguma parte, porque está com a mania de ser o unico mentor capaz de lhe abrandar os feros impetos, e de bem dirigil-o.

Termino esta penivel relação de officio, rogando ao cên a conservação da preciosissima saude de el-rei nosso senhor, e de toda a familia real, como havemos de-mister.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Paris, 9 de setembro de 1824. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. marquez de Palmella. — *Francisco José Maria de Brito.*

P. S. N'este momento entra no meu gabinete o conde de Rio Maior, dizendo-me que o duque de Luxembourg fôra di-



zer ao senhor infante, que el-rei, á vista da carta regia de 12 de maio, não embarçaria sua alteza real de proseguir a sua viagem, como bem lhe parecesse, e que portanto elle determinava partir e dar effeito á sua vontade. O mesmo conde acrescentou que elle não mostrára hontem a minha carta, por observar a effervescencia em que estava sua alteza real! Confesso a v. ex.<sup>a</sup> não me entender com o procedimento caviloso dos ministros francezes, se o não attribuisse a quererem livrar el-rei d'esta atribulação, que dissaboreia esta córte e o ministerio. Por outro lado a ida do senhor infante para Vienna, aonde não ha a multidão de portuguezes que afflue a Paris, e dos quaes muitos se bandearão com elle, allivia-nos de geraes cuidados. Vou explicar-me com o barão de Damas, e significar-lhe a afflictiva surpresa que causará a sua magestade o nenhum resultado da sua ultima carta a el-rei de França, e que não podendo oppor-me á sua vontade, não posso assentir a ella, sem me explicar sobre a brusca e inopinada partida do senhor infante. = *Francisco José Maria de Brito.*

---

(A) Carta do conde de Rio Maior para Francisco José Maria de Brito

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Sua alteza real, o serenissimo senhor infante D. Miguel, a quem v. ex.<sup>a</sup> vem ter a honra de fallar, agora pela uma para as duas horas da tarde (prevenindo assim a participação, que eu lhe havia feito, em nome de sua alteza real, para se achar n'este hotel pelas cinco horas da tarde precisas do dia de hoje, 7 de setembro, por casualmente ter vindo a este hotel a saber de sua alteza real, que recommendou a v. ex.<sup>a</sup> se entendesse commigo sobre um passaporte, e a quem acabo n'este comenos de pedir pessoalmente o desenvolvimento da vontade de sua alteza real, quanto á communicação que manda eu faça a v. ex.<sup>a</sup>), foi servido responder-me que communicasse a v. ex.<sup>a</sup> o objecto da sua ida hoje a casa de mr. de Villèle, presidente do conselho de ministros, com quem queria v. ex.<sup>a</sup> se entendesse

em consequencia. E sou a dizer a v. ex.<sup>a</sup> que sua alteza real apresentou a mr. de Villèle a carta regia, que em 12 de maio d'este anno de 1824 recebeu no Tejo da parte de seu augusto pae, el-rei nosso senhor, o qual me ordenou lesse mr. de Villèle, traduzindo-a em francez, o que fiz o mais literalmente possivel, e n'ella firmando-se sua alteza real reportando-se ás convenientes palavras da carta regia, assignou de mr. de Villele o representar a sua magestade christianissima ser da disposição e vontade de sua alteza real o continuar a sua viagem pela Europa, sobre o que mr. de Villèle teve a honra de responder a sua alteza real: *tudo faria presente a sua magestade christianissima, que jamais poderia negar a sua alteza real um passaporte*, que comtudo por esta occasião se decidiria terminantemente a fazer a sua alteza real communicação da carta de sua magestade fidelissima, seu augusto pae; que ultimamente el-rei christianissimo havia recebido de Lisboa, e mandaria á presença de sua alteza real o duque de Luxembourg com a carta para sua alteza real a ler, e o duque se entender com sua alteza real da parte de sua magestade christianissima, parecendo seria a escolha do duque preferivel por sua alteza real qualquer dos ministros de sua magestade christianissima pelo conhecimento que sua alteza real tem do mesmo duque, e por se explicar este na lingua portugueza: dizia mais mr. de Villele lhe parecia proprio lembrar a sua alteza real o suspender o progresso da sua jornada até sua alteza real receber novas ordens expressas de sua magestade fidelissima, el-rei seu augusto pae, a este respeito, ao que sua alteza real reflectiu, não julgava este expediente preciso, vista a clara resolução de sua magestade fidelissima, seu augusto pae, na sobredita carta regia, recebida por sua alteza real no Tejo, a qual se não achava derogada por alguma outra posterior, que sua alteza real tivesse recebido, não havendo na ultima carta, que sua alteza real tinha recebido de seu augusto pae, determinação alguma que alterasse as ultimas disposições com que sua alteza real tinha saído de Lisboa. E a final sua alteza real se despediu de mr. de Villele.

saindo do seu gabinete na expectação de dever receber o duque de Luxembourg com a resposta de sua magestade christianissima. E o que tenho a referir a v. ex.<sup>a</sup> por ordem de sua alteza real, a quem tive a honra de ler esta exposição, antes de a entregar a v. ex.<sup>a</sup>, que m'a exigiu por escripto, e com approvação de sua alteza real a trasmitto a v. ex.<sup>a</sup>, a quem Deus guarde muitos annos.

Paris, 7 de setembro de 1824. — Sr. Francisco José Maria de Brito. — *Conde de Rio Maior.*

---

(B) Cópia da resposta dada ao referido officio  
por Francisco José Maria de Brito

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Recebi a carta que v. ex.<sup>a</sup> me fez a honra de escrever por ordem do senhor infante, relatando-me o succedido na visita que sua alteza real fizera hontem 7 de setembro, ao conde de Villele, com a insinuação do mesmo augusto senhor desejar, que me queira entender com aquelle ministro d'estado. *Não tenho arbitrio livre fóra das minhas instrucções*, e seria desacatar ao mesmo tempo dois soberanos, se me entremettesse em uma pretensão, que me parece contraria ás intenções de el-rei nosso senhor, e desattenciosa para el-rei christianissimo, a quem a tutela do senhor infante foi recommendada por seu augusto pae, e recebida por tão respeitavel tio, com a benevolencia mais carinhosa, e distincções proprias do alto nascimento de um pupillo, que pelas qualidades do seu espirito se formaria na corte de França para brilhar depois nas outras da Europa.

A pretensão de se retirar o senhor infante de Paris para proseguir sua viagem, no momento em que a familia real, a corte e toda a França estão sobresaltadas de susto pela conservação da vida de el-rei christianissimo, seria uma mancha indelevel no character do senhor infante, que o assignalaria de insensivel e de ingrato. Assim como entrar na discussão intempestiva da carta regia de 12 de maio passado, sobre ser uma affronta para sua magestade fidelissima, amargura-

ria o animo de el-rei christianissimo, cuja situação exige o maior melindre da parte de um hospede, que é ao mesmo tempo sobrinho d'este venerando monarcha.

Não encobri hontem ao senhor infante que a sr.<sup>a</sup> duquesa de Angoulême e o sr conde. de Artois me perguntaram no circulo novas de sua alteza real, talvez porque o não viam no gabinete de el-rei no domingo antecedente, onde seia esqueceu de apparecer o duque reinante de Brunswick (apresentado dois dias antes), que com a multidão de cortezãos fôra render os seus respeitos a el-rei.

Pela resposta do conde de Villèle, dada a sua alteza real, me acho igualmente inhibido de me entender com este ministro de estado até á decisão de el-rei christianissimo, que o senhor infante contemplára sempre como seu augusto pai, para obedecer aos seus conselhos, e a tudo que lhe insinuasse, bem como esperará pela determinação de el-rei nosso senhor, sem cuja ordem expressa não poderei assentir á sua partida de França.

Se o que levo dito não agradar inteiramente ao senhor infante, repetirei a v. ex.<sup>a</sup> o que já disse a sua alteza real sobre o senhor rei D. João II estimar D. João de Meneses, porque lhe dizia a verdade, e não fallava a seu gosto. Estou em idade avançada para mudar de linguagem, que sempre vive por trinta e seis annos de serviço de el-rei nosso senhor.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Paris, 8 de setembro de 1821. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conde de Rio Maior. — *Francisco José Maria de Brito.*

(C) Este documento é a carta do barão de Damas dirigida a Francisco José Maria de Brito, que se acha já transcripta no fim do documento n.<sup>o</sup> 150.

## DOCUMENTO N.º 153

(Citado a pag. 409)

**Persistencia de D. Miguel em sair de França para Vienna de Austria  
na propria occasião em que el-rei Luiz XVIII  
se achava sacramentado e nágido**

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Conserve-nos o céu a preciosissima vida de el-rei nosso senhor, de quem depende o bem da monarchia, e a felicidade da nação.

Venho do paço ás seis horas da tarde, onde el-rei christianissimo estava agonisando, e como o barão de Damas me disse que em el-rei expirando, expedia um correio para essa corte, o que levará bastante dianteira aos das legações, e ao que por estes dois dias expedirei a v. ex.<sup>a</sup>, devo dar uma conta mui concisa do succedido n'esta decada vertiginosa do senhor infante, o que successivamente communiquei a v. ex.<sup>a</sup> nos meus officios reservados n.ºs 19, 20 e 21. Sua alteza real tomou a resolução de partir para a Allemanha, proposito em que se obstinou, apesar das observações e conselhos do conde de Rio Maior, e os que lhe fiz chegar por via d'esta camarista, querendo evitar que me faltasse, como a elle, ao respeito como ministro de el-rei, seu augusto pae. Mas nada o estorvou de fallar com demasia ao conde de Villèle, annunciando a sua determinação de seguir sua viagem para Allemanha, pela licença que sua magestade lhe dera na carta de 12 de maio passado. A vehemencia com que fallou fez o desejado effeito sobre o conde de Villèle, que esquecendo-se do memorandum de 8 de julho, o apaziguou com uma mensagem de el-rei pelo duque de Luxembourg, sem para isso me ouvir, bem que o lembrasse. Por isso o duque, limitando-se a exprimir a censura, e o desagrado de el-rei pelo seu comportamento, lhe declarou que se cria estar auctorizado por seu augusto pae para proseguir viagem, o podia fazer. Vendo como este senhor indomito desattendia ao conde de Rio Maior, quando lhe repetia as ordens de sua magestade,

e que o governo francez se achava attribulado de susto pela vida de el-rei, cessei com todos os meios termos, até de esconder dos officiaes da legação tamanho escandalo de insensibilidade e de ingratidão, que ainda agora mal o suspectam, e passei para mim toda a vergonha e tribulação, pois de minha mão copiei a nota entregue antes de hontem ao barão de Damas, reclamando, na conformidade do *memorandum* de 8 de julho, communicado a este governo, que se não permittisse ao senhor infante *sair de França*. até receber a cência de seu augusto pae, que deveria solicitar para viajar, e da qual logo seria inteirado este governo. Com isto occorreu o momento em que el-rei fôra sacramentado e ungido. limitei a saída não de Paris, mas de França, *porque a sua presença n'esta capital será desagradavel á familia real*, dando-lhe um passaporte por exemplo para Nancy. ali se bem vigiado o senhor infante, cuidando fazer em parte a vontade, conhecerá depois achar-se em homenagem. Não posso prejudicar a determinação do novo soberano de França, mas o barão de Damas se conformou commigo. Para fechar este maguado officio espero pelo signal do fallecimento de um monarcha venerando, que reunia a grandes qualidades de espirito uma coragem superior e uma resignação christã repetindo tranquillamente o officio da agonia.

São oito horas da noite, quando recebo a resposta (A), datada de hontem, á minha nota de reclamação, e me esforço, rei, quanto me for possivel, a retorquir á urbanidade phraseada que a dictou. Ella me prova de uma parte o *desagrado em que incorre n'esta corte o senhor infante*, e por outra a allucinação d'este ministerio, obrando tão inconvenientemente. Em todo o caso pugnarei por não dar passaporte, porque não quero desobedecer ás ordens de el-rei nosso senhor, e deixo a este governo tal incumbencia, como afiançar a palavra do senhor infante em toda e qualquer outra occasião digna de respeito. Lembrarei tambem, que minhas funções diplomaticas, cessando com o fallecimento de el-rei christianissimo, não me é licito conferir um passaporte d'esta importancia. Á preocupação natural com que es-



**França**, sob a condição de voltar ao serviço d'esta legação. Devo contudo dizer a v. ex.<sup>a</sup> que a sua conducta tem sido mais do que equivocada, desejando comer a dois carrilhos, quando até por gratidão, se não por fidelidade, devia sómente servir a el-rei nosso senhor; não adianto mais, pelo receio de ser injusto a seu respeito.

Os ultimos momentos foram tormentosos entre a classe baixa dos creados, apostada a indispor este principe contra o conde de Rio Maior, que porventura cala affrontas recebidas, para não maguar o melhor dos soberanos: dois dias e duas noites não descansou em escrever, e apurar contas.

Hoje, pelas oito e meia horas da manhã, saiu sua alteza real para Strasbourgo com uma comitiva de quinze pessoas em quatro carruagens, e cinco correios, inclusive João de Amorim, que corre adiante da caravana, para apromptar as mudas de vinte e tres cavallos de carruagem. O conde de Rio Maior, mui a proposito se reforçou de quatro correios, para qualquer contingencia desagradavel n'esta devassidão com que fallava o cirurgião Antonio Bartholomeu Pires, e os da mesma ralé contra elle, ameaçando-o do que fariam n'esse reino contra os ministros de sua magestade, sobre que acresce partirem bem armados. O creado particular Athanazio, despedido por sua alteza real, informará de tudo a v. ex.<sup>a</sup>

Preveni a policia d'este armamento, para ella tomar as precauções necessarias, e dei os nomes suspeitos, para serem vigiados e detidos ao menor desgarre, posto que os quatro correios, de que se escoltou o conde, sejam homens seguros e determinados. A sua admissão na comitiva causou discussão tamanha, que o conde teve a firmeza de se fazer respeitar em lance tão melindroso. Encobri ao senhor infante a necessidade de visar os passaportes pelos ministros de Baden, Wurtemberg e Baviera; para assim segurar, que não passasse de Strasbourgo, e esperar em França as ordens de sua magestade, que lhe serão intimadas telegraphicamente por este governo, segundo a promessa do conde de Villèle, que relembrei officialmente ao barão de Damas. Maguado, como v. ex.<sup>a</sup> ha de suppor, de me não ter sido pos-



ria de Brito.

## DOCUMENTO N.º 155

(Citado a pag. 431)

**Leuvers dados a Francisco José Maria de Brito,  
que teve quando D. Miguel partiu de Paris**

Foram presentes a sua magestade os c  
de v. s.<sup>a</sup>, desde o n.º ... até ao n.º ..., e  
me cumpre certificar-lhe, que el-rei meu  
bem approvar os passos que v. s.<sup>a</sup> officia  
que debalde, para prevenir a saída impr  
infante D. Miguel d'essa capital, sem o pre  
de seu augusto pae. O mesmo senhor me c  
a v. s.<sup>a</sup> pela sua conducta firme *na melin*  
*que se achou*, e pela inabalavel fidelidade  
que adheriu ás suas instrucções em tão cr  
cias. Igualmente quer sua magestade que v  
nome, agradeça ao embaixador austriaco,  
o modo por que se portou, quando foi solici  
passaporte de sua alteza, comportamento q  
com a tibieza e indiferença manifestada pel  
cez na mesma occasião.

Inclusa achará v. s.<sup>a</sup> copia da carta, qu

ente que, posto não pareça de receiar que sua alteza para o futuro de desobedecer às ordens soberanas, que laramente lhe são agora intimadas, comtudo julga sua estade conveniente fazel-as por este modo notorias, a de que se não possa entrar em duvida sobre qualquer sgressão, que o senhor infante, por falta de reflexão, ou instigação de maus conselheiros, houvesse desgraçadamente de intentar. As intenções de el-rei, meu senhor, todas dirigem ao bem de seu filho, e felicidade dos seus vassallos e nenhum governe poderá deixar de reconhecer, se tiver informações exactas do estado d'este paiz, que o regresso naturo do senhor infante a Portugal, poderia occasionar maiores males, sendo portanto de esperar que não deide prestar-se às reclamações, que pelos ministros de sua estade lhe foram dirigidas, para coadjuvar as suas vistas eficas.

correiro, portador d'este despacho, deverá ser por v. s.<sup>a</sup> immediatamente reexpedido para Vienna, ou para qualquer parte onde lhe conste achar-se o senhor infante, dirigindo-o no primeiro caso ao barão de Villa Secca, e no segundo ao conde de Rio Maior. Falta-me tempo para responder agora detalhadamente aos diversos assumptos, que se tem nos officios de v. s.<sup>a</sup>, o que farei com brevidade para a occasião. Posso assegurar a v. s.<sup>a</sup>, que a saude de sua estade se conserva tão prospera, como todos podemos vermos desejar.

us guarde a v. s.<sup>a</sup> Lisboa, secretaria d'estado dos negos estrangeiros, em 22 de outubro de 1824. = *Marquez almella*. — Para Francisco José Maria de Brito.

munica-se ao conde de Rio Maior, que a vontade de el-rei, era de que seu filho D. Miguel se demorasse nos estados austriacos, emquanto não recebesse outras ordens secretas em contrario

.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Cumpre-me certificar a v. ex.<sup>a</sup> que os officios até n.º 42 inclusive, datados de Château-Sheims,

em 5 do corrente, foram todos presentes a sua magestade, e todos com aquella attenção que merecem. O mesmo augusto senhor me ordena que faça constar a v. ex.<sup>a</sup> a sua regia approvação, pela constancia e fidelidade, de que continúa a dar invariaveis provas na penosa, e importante commissão, que se acha desempenhando.

Sua magestade não pôde ver, sem um profundo sentimento, a leveza e falta de consideração, com que sua alleza real, desprezando o parecer dos ministros de sua magestade christianissima, e os conselhos de v. ex.<sup>a</sup>, se decidiu a deixar Paris antes de haver para isso solicitado o seu regio consentimento, quando era de esperar que o progresso da idade, e o exemplo da decorosa conducta dos principes, com os quaes diariamente se achava em contacto, lhe houvessem inspirado idéas mais sérias e proprias do seu alto nascimento. Não deixe v. ex.<sup>a</sup> comtudo de continuar a empregar os seus esforços, para persuadir o serenissimo senhor infante da necessidade de adquirir conhecimentos uteis, e de manifestar aquelles sentimentos de respeito, e de implicita obediência, que todos devemos a seu augusto pae, e de que lhe cumprir o mais conspicuo exemplo. Não deixe v. ex.<sup>a</sup> de observar-lhe, que os representantes de sua magestade nas côrtes estrangeiras merecem por esse titulo a maior consideração, e são os legitimos canaes pelos quaes se transmittem as soberanas determinações, que não devem ser menosprezadas, pois que qualquer insulto, commettido contra elles, recae directamente na pessoa de el-rei, meu senhor, seja qual for a jerarchia da pessoa que se arroje a commettel-o.

Inclusa achará v. ex.<sup>a</sup> a carta, que sua magestade dirige ao imperador da Austria <sup>1</sup>, recommendando á sua benevolencia a hospitalidade de seu augusto filho, e da entrega d'esta carta é v. ex.<sup>a</sup> encarregado, 'depois de haver communicado copia d'ella ao principe de Metternich, ou ao ministro que occupar o seu lugar. Igualmente lhe transmitta

<sup>1</sup> A referida carta acha-se já publicada a pag. 421, da part. 1, vol. 4, d'esta 3.<sup>a</sup> epocha.

Inclusa a carta, que el-rei, meu senhor, escreve a sua alteza real, na qual lhe intima as suas soberanas ordens<sup>1</sup>. D'esta mesma carta fará v. ex.<sup>a</sup> confidencial communicação ao príncipe de Metternich, a fim de que não torne a acontecer, que nem o senhor infante, nem o soberano, em cuja côrte elle se acha residindo, possam ignorar as intenções de sua magestade relativamente a seu filho, e para que no caso de necessidade, posto que não seja de esperar, possam, v. ex.<sup>a</sup> e o ministro de el-rei, meu senhor, na côrte de Vienna, reclamar officialmente aquelle auxilio que as circumstancias exigirem.

A vontade de sua magestade é, como v. ex.<sup>a</sup> verá, que sua alteza real se demore nos estados de sua magestade, o imperador da Austria, até receber novas ordens, não porque hajam de limitar-se áquelle paiz as suas viagens, mas porque é justo que o plano d'ellas, depois de consultar a inclinação de sua alteza real, seja, com as observações de v. ex.<sup>a</sup>, transmittido a esta côrte, a fim de obter a real approvação, e porque a demora de alguns mezes na cidade de Vienna poderá, se o senhor infante quizer aproveitá-la, ser-lhe muito util para se empregar mais tranquillamente no aperfeiçoamento da sua educação. Sua magestade auctorisa a v. ex.<sup>a</sup> para tomar as medidas necessarias, a fim de separar da comitiva de sua alteza real, e de enviar para Lisboa todos aquelles individuos, que a v. ex.<sup>a</sup> pareçam prejudiciaes, ou inúteis, e cuja permanencia, alem de augmentar excessivamente a despesa, produz outros graves inconvenientes, que v. ex.<sup>a</sup> pondera nos seus officios. Para a despesa do regresso d'aquelles individuos, se entenderá v. ex.<sup>a</sup> com o ministro de sua magestade, o barão de Villa Secca, a quem poderá communicar o conteúdo n'este officio.

Só me resta communicar a v. ex.<sup>a</sup>, que sua magestade se dignou approvar os officios, por v. ex.<sup>a</sup> dirigidos aos ministros de sua magestade christianissima, assim como a resolu-

<sup>1</sup> A carta de el-rei para seu filho acha-se transcripta a pag. 417, part. I, vol. II.

ção que tomou de se fazer acompanhar por quatro correios francezes, na certeza de que v. ex.<sup>a</sup> expedirá para esta corte algum d'elles, se no decurso da sua viagem occorrer cousa de sufficiente importancia, para merecer immediata comunicação. Deseja o mesmo senhor, que v. ex.<sup>a</sup> continue a communicar-me, exacta e regularmente, noticias de sua alteza real, na conformidade do que até agora se tem praticado, e que me transmitta um balanço resumido do estado da sua conta, com a indicação da despesa provavel, que terá de fazer para o futuro, a fim de se poderem dar a tempo as providencias necessarias, para lhe não faltarem os meios necessarios.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Lisboa, secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, em 22 de outubro de 1824. — *Marquês de Palmella*. — Sr. conde de Rio Maior.

#### DOCUMENTO N.º 155-A

(Citado a pag. 430)

Carta dirigida pelo infante D. Miguel a seu irmão D. Pedro,  
reconhecendo-o por legitimo herdeiro e successor  
da corôa de Portugal

Senhor! — Circumstancias graves, e tambem occorrenças politicas e melindrosas, independentes da minha vontade, interromperam até ha pouco a correspondencia, que eu sempre desejei conservar com vossa magestade imperial e real; e quando eu gostoso me dispunha a aproveitar do feliz e desejado restabelecimento das relações amigaveis entre Portugal e esse imperio, para renovar a vossa magestade imperial e real os seguros do fraternal amor, que sempre lhe consagrei, quiz a Providencia chamar a si o nosso amado e respeitado pae e senhor. Este inopinado golpe, ferindo-nos profundamente a ambos, torna reciproca a nossa justissima mágua.

Mal preparado para resistir a tamanha dor, longe da minha patria, e de tudo quanto me podia ministrar alguma consolação, grande allivio experimento no meu pezar em dirigir-me hoje a vossa magestade imperial e real, para lhe offerecer os protestos da minha mais rendida vassallagem, reconhecendo em vossa magestade imperial o meu legitimo soberano, como herdeiro e successor da corôa dos nossos gloriosos maiores. E para mostrar a vossa magestade imperial a sinceridade dos meus sentimentos, seja-me licito levar á sua augusta presença copia (letra A) de uma carta, que entendi dever escrever a nossa querida irmã, a infanta D. Izabel Maria, com o fim principalmente de precaver o effeito de machinações, que se podessem urdir, abusando do meu nome. Tambem julguei dever depor em mãos de sua magestade imperial e real apostolica outra similhante copia, acompanhada de uma carta, que a este augusto monarcha escrevi, de que igualmente envio copia a vossa magestade imperial (letra B), remettendo-lhe do mesmo modo copia (letra C) da resposta com que este soberano me favoreceu em data de 4 do corrente.

N'esta mesma data dignou-se outrosim sua magestade imperial dirigir-me uma segunda carta de gabinete, de que similhantemente envio copia a vossa magestade imperial e real (letra D), em virtude da qual aquelle augusto monarcha foi servido conferir-me a gran-cruz da ordem de Santo Estevão da Hungria, graça esta que sobremodo me penhorou, considerando-a como um precioso testemunho, assim da summa bondade de sua magestade imperial a meu respeito, como uma prova de que a minha conducta n'esta côrte não tem desmerecido a sua approvação; se eu tiver a fortuna de conseguir, como espero, a de vossa magestade imperial e real, quanto ao meu procedimento acima exposto, é tudo quanto posso desejar, e que mais póde contribuir, para de algum modo alliviar o sentimento, que me opprime na presente tristissima conjunctura.

Tenho sido tratado por sua magestade imperial, desde que a Providencia aqui me trouxe, com um carinho verdadeira-

mente paternal, que mal posso expressar, e de que nunca me esquecerei.

Digne-se vossa magestade imperial e real fazer-me respectuosamente lembrado a sua magestade, a imperatriz rainha, a quem, bem como a vossa magestade imperial, conheço e congratulo, por motivo do nascimento do meu sobrinho, desejando a vossas magestades imperiaes, e a meu sobrinho e sobrinhas, a mais constante saude. O céu felicite e guarde a vossa magestade imperial e real, como lhe pede quem é, de vossa magestade imperial e real, irmão e vassallo fiel e amante. — INFANTE D. MIGUEL. — Vienna, em 6 de abril de 1826.

#### DOCUMENTO N.º 156

(Citado a pag. 430)

Carta dirigida de Vienna de Austria pelo infante D. Miguel, a sua irmã, a infanta regente, D. Izabel Maria

Minha querida mana. — Opprimido pela mais profunda máguia, por motivo da irreparavel e lastimosa perda, que acabámos de experimentar, o meu unico desejo é ver conservada na nossa patria a tranquillidade de que ella tanto carece, e illeso o respeito que compete ás soberanas determinações de nosso amado pae e senhor, que Deus foi servido chamar a si; e posto que eu esteja intimamente convencido da reconhecida e illibada fidelidade, que a honrada e briosa nação portugueza consagrou sempre a seus paternaes e legitimos soberanos, tenho todavia reflectido na possibilidade de que algumas pessoas mal intencionadas, e com fins sinistros e reprehensiveis, busquem excitar n'esses terrenos commoções desleaes e criminosas, servindo-se talvez do meu nome para encobrir seus perniciosos desiguos.

Em taes circumstancias, vista a distancia em que me acho de Portugal, entendi que seria, não só conveniente, mas até absolutamente necessario expressar pelo unico modo que



me é possível, que bem longe de auctorisar, directa ou indirectamente, quaesquer machinações sediciosas, tendentes a perturbar o socego publico na nossa patria, declaro bem pelo contrario mui positivamente, que ninguem mais do que eu respeita a ultima e soberana vontade de nosso augusto e saudoso pae e senhor; e bem assim, que sempre encontrará a minha mais decidida desapprovação e desagrado, tudo quanto não seja integralmente conforme ás disposições do decreto de 6 de março do corrente anno, pelo qual sua magestade imperial e real, que Deus haja em sua santa gloria, tão sabiamente foi servido prover á administração publica, creando uma junta de governo, para reger esses reinos, até que o legitimo herdeiro e successor d'elles, que é o nosso muito amado irmão e senhor, o imperador do Brazil, haja de dar aquellas providencias, que em sua alta mente julgar acertadas.

Rogo-lhe, pois, minha querida mana, que, no caso pouco provavel, que alguem temerariamente se arroje a abusar do meu nome, para servir de capa a projectos subversivos da boa ordem, e da existencia legal da junta do governo, estabelecida por quem tinha o indisputavel direito de a instituir, se façam publicos, e declarem quando, como, e onde convier, em virtude da presente carta, os sentimentos que ella contém, emanados espontaneamente do meu animo, e inspirados pela fidelidade e respeito, devido á memoria, e á derradeira vontade do nosso amado pae e senhor.

Rogo a Deus, minha querida mana, que a guarde por dilatados annos, como lhe deseja seu irmão, o mais amante e saudoso. = *Miguel*. — Vienna, 6 de abril de 1826. — A sua alteza, a serenissima infanta D. Izabel Maria.

## DOCUMENTO N.º 156-A

(Citado a pag. 459)

**Representação mandada do Porto pelo general Saldanha á infantia regente, por via de Rodrigo Pinto Pizarro, solicitando-lhe o mandar proceder ao juramento da carta constitucional**

Serenissima senhora. — A importancia das noticias chegadas successivamente a esta cidade, ácerca das novas instituições politicas, que o nosso legitimo soberano, o senhor D. Pedro IV. julgou conveniente decretar para os seus reinos de Portugal e Algarves; o rapido e espantoso desenvolvimento da opinião de todas as classes de individuos, que compõe a população d'esta cidade; a influencia que uma opinião tão geral, e tão fortemente pronunciada pôde, em poucos dias, e em poucos instantes talvez, exercer sobre a tranquillidade do reino inteiro, obrigam-me a chamar a attenção de vossa alteza sobre o que aqui se passa. A primeira noticia fez apparecer n'esta cidade a mais geral alegria: todos proclamavam a nova carta, como o unico porto de salvação para o estado; mas no meio da embriaguez geral, era fãcíl distinguir logo a resolução mais firme e energica de exigir a plena execução dos beneficios do soberano; e esta resolução tomou mais força, á proporção que a *Gazeta de Lisboa* a respeito de tão importantes acontecimentos, fazia nascer terriveis desconfianças, fundadas na idéa de que havia quem se quizesse oppor á execução dos decretos do soberano legitimo.

No meio de um povo tão cheio de enthusiasmo, era impossivel que os sentimentos que o agitavam, não se communicassem ás tropas da guarnição; e com effeito, bem depressa ellas se mostraram animadas da mesma alegria, e hoje estão agitadas pelas mesmas desconfianças. O caracter pacifico dos habitantes, e a disciplina que tenho feito observar ás tropas, os tem contido até agora nos limites do dever e da moderação, e se tem limitado n'estas duas ultimas noites a fazer ap-

parecer no theatro toda a força do seu enthusiasmo, mas com a maior ordem, e com todo o respeito ás auctoridades. Entretanto devo dizer francamente a vossa alteza, que se deixa durar este estado de incerteza, e de desconfiança, e se o primeiro correio não traz ordens positivas para o juramento da carta constitucional, é impossivel responder mais tempo pela tranquillidade publica, ou calcular as funestas consequencias de um tal estado de cousas. Habitantes, officiaes, inferiores e soldados, têm uma só opinião, uma só affeição. Cheios de amor e fidelidade á pessoa sagrada do soberano legitimo, o senhor D. Pedro IV, todos reclamam altamente o inteiro cumprimento dos seus decretos, todos entendem que o governo d'este reino, depois de ter sido confirmado pelo decreto de 26 de abril ultimo, só d'esse decreto deriva o seu poder e auctoridade, e que não pôde legalmente estorvar, embaraçar, nem demorar a execução dos decretos do nosso soberano. Que a obediencia aos decretos do soberano esteja de accordo com as luzes, direitos e necessidades do seculo, e d'aqui resultará uma força, que será extremamente perigoso querer paralyzar.

A sorte de Portugal depende unicamente de vossa alteza ; e é a vossa alteza só que a carta constitucional confia a regencia e governo d'estes reinos ; e toda a demora posta ao juramento e execução d'esta carta parece ao povo o effeito dos esforços das pessoas interessadas em perpetuar-se no poder, e em differir a epocha do estabelecimento da paternal regencia de vossa alteza. A proclamação de 12 d'este mez não dissipou a desconfiança geral, antes a augmentou mais fortemente, pelas noticias vindas de Lisboa, de que alguns homens perversos têm proçurado fazer nascer a discordia entre as tropas da guarnição. A primeira, e maior necessidade dos portuguezes n'este momento, é que a carta constitucional seja promptamente jurada e executada, e que a regencia do reino seja exercida por vossa alteza, a quem pertence, em virtude da carta.

Taes são os desejos, legal e mais energicamente manifestados por todos os habitantes d'esta cidade, e que eu julguei

do meu dever pôr debaixo das vistas de vossa alteza, p  
satisfazer o que devo á minha consciencia, a meu rei, o  
nhor D. Pedro IV, a sua augusta filha, a rainha D. Maria  
a vossa alteza, á minha patria, e a mim mesmo. — (A  
gnado) *João Carlos de Saldanha de Oliveira e Daun.* — 16 de  
julho de 1826.

## DOCUMENTO N.º 157

(Citado a pag 469,

**O ministro de Portugal em Madrid, Joaquim Guilherme de Lima,  
recusa-se a prestar juramento á carta constitucional**

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — O pouco tempo que mediou entre a  
chegada e a partida do correio proximo passado, não me  
permittiu, como tive a honra de dizer a v. ex.<sup>a</sup>, de respon-  
der ao seu despacho n.º 203, em que se me ordena que jure  
cumprir, e fazer cumprir e guardar a carta constitucional,  
decretada por el-rei, o senhor D. Pedro IV, em 29 de abril  
de 1826, para os reinos de Portugal e Algarves, e seus do-  
mínios; que receba o juramento dos empregados da legação,  
e mais portuguezes residentes n'esta côrte, lavrando-se ac-  
tos d'este juramento, que deverão ser remettidos a essa se-  
cretaria d'estado dos negocios estrangeiros, assim como os  
que remetterem a esta legação os consules de sua magestade  
em Hespanha. A propria experiencia das revoluções politi-  
cas na peninsula, que tenho seguido mui de perto, os traba-  
lhos e perigos que soffri em todas ellas, me convenceram do  
quanto eram perigosas as novas instituições, e que as anti-  
gas leis do reino, com alguma reforma moderada, e escru-  
pulosamente meditada, seriam o que mais convinha aos povos  
da peninsula. N'esta persuasão fiz um juramento solemne  
de não servir, se por acaso occorresse outra transformação  
politica em Portugal. Não é preciso recorrer a raciocínios  
subtis, nem a reflexões profundas; basta a simples relação  
dos acontecimentos passados; a lembrança da origem da re-

**B**ellião em Portugal e Hespanha prova sufficientemente, que a ambição do mando, e a sede das riquezas, foram os unicos agentes d'aquelles acontecimentos. Não considero que a actual constituição, com a liberdade de imprensa, tolerancia de cultos, amnistia geral, etc., dada á nação portugueza por sua magestade, o senhor D. Pedro IV, foi um acto livre e espontaneo da sua soberana vontade. Seja-me lícito pensar mui differentemente de outras pessoas, que estão persuadidas que esta é mui differente das constituições de Cadiz, de Madrid e de Lisboa, dos annos de 1812 e 1820. O senhor D. Pedro IV está tão livre no Rio de Janeiro, como estavam livres n'aquelles desgraçados tempos os senhores D. João VI e D. Fernando VII. Os revolucionarios americanos portuguezes, e os seus irmãos emigrados europeus, têm a maior influencia no Rio de Janeiro, e aquelle principe, posto que valoroso, acha-se a 2:000 leguas dos seus alliados, entregue sómente aos seus proprios recursos, e por isso não pôde deixar de succumbir algumas vezes, a fim de ganhar forças para novas luctas, e muito tem feito para não deixar despedaçar as duas monarchias. Desgraçadamente para Portugal aproveitaram os demagogos algum momento em que sua magestade os viu mais enfurecidos, e de surpresa foi lançado em Portugal o pomo da discordia. Bem se prova que não foi um *motu proprio* de el-rei, não só pela violencia e precipitação com que se tratou um assumpto de tanta transcendencia, mas até porque era intempestiva uma constituição, dada a uma nação, que estava contente e satisfeita com o governo suave e paternal do senhor D. João VI, de saudosa memoria. Este grande monarcha, com a sua virtude, extrema bondade e sabedoria, soube como pae carinhoso reunir toda a familia portugueza, e se haviam queixosos, seriam homens despreziveis, incapazes do logar mais infimo entre os homens de bem, e que não podem elevar-se por meio de virtudes que não têm.

Os que trabalharam para isto, tomando um partido activo n'este projecto, não viram o termo funesto que pôde ter este plano; os seus beneficios serão apropriados até certo ponto,

porém depois . . . , serão amaldiçoados e odiados, como a experiencia nos tem mostrado. Não é possível que a nação toda se preste gostosa á realisação d'este projecto. Talvez se me dirá: *não tinhamos outro remedio senão obedecer a el-rei*. A isto responderei, que ha uma grande differença de obedecer a expor, ou representar submissa e respeitosamente; nada se arriscava, e muito se podia ganhar, uma vez que se supplicasse a el-rei, reunindo os votos dos tres estados do reino, e de certo sua magestade deferiria a favor dos portuguezes europeus, que sempre tem dado as maiores provas de amor aos seus reis, da sua obediencia ás leis e respeito ás auctoridades; não se pôde esperar outra cousa d'elles. Este seria, e é o meu voto, que muito tenho ponderado, e que me atrevo a enunciar a v. ex.<sup>a</sup>, como conselheiro que tenho a honra de ser de sua magestade fidelissima. Em consequencia do que estou na firme resolução de não jurar a constituição, e não devendo deixar a legação em abandono, visto não poder delegar em o addido mais antigo dos dois que se acham aqui, peço a v. ex.<sup>a</sup> que tenha a bondade de elevar ao conhecimento do governo o conteúdo n'este officio, a fim de mandar, sem perda de tempo, um representante seu para esta côrte, ou auctorisar com um diploma o addido José Guilherme de Lima, que por muitas vezes se tem encarregado da correspondencia da legação, para que receba de mim o archivo, e informado dos negocios pendentes, continue n'este serviço, assegurando a v. ex.<sup>a</sup>, que eu não farei participação alguma official a este governo, nem praticarei acto algum constitucional n'este pequeno intervallo. Fico entretanto liquidando as contas da secretaria da legação, que terei a honra de remetter a v. ex.<sup>a</sup> com a brevidade possível, assim como o recibo da entrega de tudo que está a meu cargo.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Madrid, 4 de agosto de 1826. —  
III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conde de Barbacena (Francisco). — *Joaquim Severino Gomes.*



## DOCUMENTO N.º 158 .

(Citado a pag. 487)

**Opposição que a Hespanha faz ao reconhecimento da regencia  
nomeada por D. João VI,  
entendendo que pertencia á rainha D. Carlota Joaquina**

**II.º e ex.º sr.** — Aproveito esta occasião segura, que se apresenta, para mandar ao correio mór de Elvas varios Reis de importancia, e informar a v. ex.ª com detalhe sobre tudo que pude saber de Cordova, em a segunda visita que me fez, relativamente á commissão de que veio aqui entregue, e dos passos que elle deu até á sua saída para Lisboa. Principiarei, pois, por dizer a v. ex.ª que o officio recebido por Casa-Flores, em 5 do mez passado, em que dava conta da molestia do nosso augusto soberano, e da criação da regencia, que sua magestade se tinha dignado fazer, supposto não ter em consequencia do seu estado de saude podido assignar o decreto para aquelle fim, foi enviado por este governo ao duque de Villa Hermosa, mandando-se-lhe ao mesmo tempo instrucções para convidar o barão de Damas, embaixador da Austria, e o da Russia, a reunirem-se em conferencia, para lhes expor, que a sua magestade catholica ha sido mui desagradavel a noticia, que o seu embaixador em Lisboa lhe enviou, de que sua augusta irmã havia sido excluida da regencia, que el-rei de Portugal acabava de fazer, como sendo isto muito contrario aos interesses da Hespanha. Que alem d'isto, sua magestade catholica considerava, que poderia ser mui prejudicial ao estado das cousas em seu paiz a vinda de sua magestade, o senhor D. Pedro IV, a Portugal, bem como a sua intervenção, ainda que indirecta, na marcha dos negocios d'aquelle reino, e que o mais proprio para impedir aquelles inconvenientes, se persuadir o senhor infante D. Miguel, que quanto antes viesse a Portugal. Tendo o barão de Damas, e os ditos embaixadores, accedido ao convite do duque de Villa Her-



bem recebido por el-rei, e que sua magestade tinha approvedo a sua missão, principiou então a ouvi-lo, mas sem dar importancia alguma ás suas proposições. Vendo isto Cardova e sabendo, assim como todos, que o padre Cyrillo e aquelle homem que entra em todos os negocios graves do estado por ter o favor de el-rei, e grande preponderancia no conselho d'estado, dirigiu-se a elle, e achou todo o apoio, dizendo-lhe o que tinha passado com el-rei, e o modo como fora acolhido por sua magestade, e qual era o objecto da sua missão, e os meios que se deveriam pôr em pratica, para conseguir o resultado mais vantajoso, devendo ser um d'elles enviar varios emissarios a Lisboa, para fomentar e auxiliar o objecto principal da sua missão, que era ser chamado com a maior brevidade o senhor infante D. Miguel, e impedir que sua magestade, o senhor D. Pedro IV, voltasse á Europa, por poder ser de grande prejuizo para Hespanha<sup>1</sup>. Continuou Cardova por bastante tempo em suas diligencias e pretensões, contudo, sei que sómente conseguiu vantagens nos seus negocios particulares, e mesmo nos de Villa Hermosa, e tratava as suas imprudencias aqui, que até chegou a ir pedir ao embaixador de Napoles n'esta côrte a princeza Christina para esposa do senhor infante D. Miguel. Quiz alem disto

<sup>1</sup> Combina isto com o proceder do padre para commigo, como eu carregado de negocios, que tenho a honra de ser, da nossa côrte, e realmente em contradicção com a antiga amisade, que contrahí commigo na occasião da nossa viagem ao Rio de Janeiro, não sei se esta casa dar-me os pezames do fallecimento de el-rei, pelas razões que acima digo a v. ex.ª, sendo a conducta do padre ainda mais agravada por ser pensionado da nossa côrte. Exigiu de mim que lhe escrevesse de officio, para me dizer o estado em que estavam os padres meus e meus irmãos em Tanger, e a que convento tinha desterrado o religioso frei Francisco de Santa Rosa de Viterbo, da ordem de S. Francisco. Escrevi-lhe a este respeito na data de 8 e 30 de março, e ainda não respondi a meus officios, fiz-lhe saber por um amigo meu, que estava muito doente, e até agora nada tem feito. Conto escrever-lhe um terceiro officio, dizendo-lhe verdades amargas, e rompereí para com este officio para sempre minhas relações de amisade, prevenindo-o que de agora em diante vou dar conta á minha côrte. (Nota do auctor d'este officio.)

fazer sair do ministerio o duque do Infantado, o qual, por ordem de el-rei, o fez sair para París dentro de tres dias. Consta-me que o ministro de Hespanha em Vienna, segundo despachos de Villa Hermosa, fôra convidar e seduzir ao senhor infante D. Miguel, para que sua alteza saísse d'ali no menor tempo possivel para Lisboa, ao que o mesmo senhor respondeu em termos dignos de um principe, que em 1823 fez triumphar os principios da legitimidade com tanto denodo, acto que, reunido á sua conducta ultimamente em Vienna, fazem a mais brilhante parte do seu elogio.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Madrid, em 24 de abril de 1826. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conde de Porto Santo. = *Joaquim Severino Gomes.*

## DOCUMENTO N.º 159

(Citado a pag. 488)

**A infanta D. Maria Francisca de Assis recusa-se em Madrid a fazer com que D. Fernando VII admoeste a rainha D. Carlota Joaquina, sua irmã, a que não trame em Portugal depois da morte de el-rei D. João VI, seu marido**

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Visto não poder eu mesmo apresentar o despacho reservado n.º 8, lembrei-me escrever á senhora infanta D. Maria Francisca a carta que se segue: «Senhora. — A minha letra bem manifesta o estado em que estou; assim mesmo o socego da minha patria, e não menos o da Hespanha, occupam a minha cansada imaginação. Recebi de Lisboa o officio que tenho a honra de remetter aqui incluso a vossa alteza real. Eu não posso sair de casa, e só vossa alteza real póde fazer o grande bem de que elle chegue ao conhecimento de el-rei, e do senhor infante D. Carlos, e desejarei recebê-lo aqui na quarta feira proxima.

«Deus conserve a importante vida de vossa alteza real. Madrid, 16 de abril de 1826.»

Recebi no dia seguinte esta resposta :

«Aranjuez, 17 de abril de 1826. — Recebi a sua carta, e o officio que com ella remetteu ; e não posso menos de dizer, que absolutamente não me atrevo a mostral-o a el-rei, pois como justamente a questão que n'elle se trata é com uma irmã sua, tenho medo, porque não sei como sua magestade pensa a este respeito, e tambem pela minha parte não posso fazer nada em contra de minha mãe; e o partido que toma, e tenho tomado é não me metter em nada, tocante a este assumpto; apesar d'isto, mostrei-o a D. Carlos, e elle disse-me que nada sabia do que se tratava no dito officio, e que elle não fallava em nada a sua magestade, pois era um assumpto muito delicado. Sinto não o poder servir n'isto, e igualmente sinto que não esteja bom ; nós todos estamos bons, graças a Deus.

«Sou sua infanta, que muito o estima. — *Maria.*»

À vista d'isto, já v. ex.<sup>a</sup> pôde formar idéa da opinião, que ha em palacio, tanto mais que recebo agora o bilhete incluso de mr. Lamb. Hoje daremos um forte ataque a Infantado; assim m'o prometteu o conde de Bruetti, que esteve aqui a contar-me cousas excellentes do senhor infante, mostrando-me copia da carta, que sua alteza real escreve á senhora infanta regente. Recommendei ao correio que não gastasse mais de tres dias, e pagasse bem aos postilhões, que v. ex.<sup>a</sup> teria com elle alguma consideração.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> muitos annos. Madrid, 20 de abril de 1826. — De v. ex.<sup>a</sup> obrigadissimo creado. — Ill.<sup>ma</sup> e ex.<sup>ma</sup> sr. conde de Porto Santo. — *Joaquim Severino Gomes.*

# INDICE

DOS

## DOCUMENTOS CONTIDOS N'ESTE VOLUME RELATIVOS Á TERCEIRA EPOCHA

---

### DOCUMENTOS CITADOS NO PRIMEIRO TOMO DA DITA TERCEIRA EPOCHA COM A DESIGNAÇÃO DAS SUAS RESPECTIVAS PAGINAS

	Pag.
N.º 1 (Citado a pag. 7). Officio do conde de Funchal, participando para o Rio de Janeiro ter de sair de Londres para Paris, no intento de tomar parte no tratado de paz dos alliados com a França, emquanto não viesse da capital do Brazil contra-ordem, pedindo levar comsigo para o auxiliar o conde de Palmella, por effeito do seu talento.....	1
N.º 1-A (— 16). Relatorio da pratica confidencial, tida com lord Castlereagh pelos plenipotenciarios portuguezes no congresso de Vienna, ácerca da não ratificação do tratado de Paris por parte do principe regente, e da abolição do commercio dos escravos...	8
N.º 2 (— 17, nota). Carta de gabinete, dirigida pelo principe regente de Portugal ao principe regente de Inglaterra, reclamando-lhe a remoção de lord Strangford, encarregado de negocios por parte da Gran-Bretanha no Rio de Janeiro.....	12
N.º 3 (— 19). Nota dirigida a mylord Castlereagh pelos plenipotenciarios no congresso de Vienna, versando sobre a abolição do commercio da escravatura.....	21
N.º 4 (— 19). Convenção entre o principe regente de Portugal, D. João, e George III, rei de Inglaterra, feita para terminar as questões, e indemnisar as perdas dos subditos portuguezes, em razão dos injustos apresamentos feitos nos seus navios pelos navios de guerra inglezes, com o pretexto de empregados no trafico da escravatura, assegurada em Vienna aos 21 de janeiro de 1815, e ratificada por parte de Portugal em 3 de junho, e pela Gran-Bretanha em 14 de fevereiro do mesmo anno.....	25

- N.º 5 (Citado a pag. 21). Tratado celebrado entre o príncipe regente de Portugal, D. João, e George III, rei de Inglaterra, para a abolição do tráfico dos escravos em todos os logares da costa de Africa ao norte do Equador, assignado em Vienna aos 22 de janeiro de 1815, e ratificado por parte de Portugal aos 8 de junho, e pela da Gran-Bretanha aos 14 de fevereiro do mesmo anno. . . . . 21
- N.º 6 (— 30). Ordem dada pela corte do Rio de Janeiro, para que a restituição de Olivença a Portugal se aceite como compensação condigna da restituição da Guyenna á França. . . . . 24
- N.º 7 (— 34). Recusa-se o príncipe regente de Portugal a fazer tratado algum de alliança com a Hespanha, e a dar-lhe compensação alguma no Brazil pela restituição de Olivença. . . . . 27
- N.º 8 (— 73). Queixa de Napoleão Buonaparte contra a declaração de 13 de março, feita contra elle pelos plenipotenciarios do congresso de Vienna. . . . . 28
- N.º 9 (— 74). Extracto do processo verbal das conferencias das potencias signatarias do tratado de Paris, com relação a Buonaparte, ou ás queixas por elle feitas. . . . . 30
- N.º 9-A (— 120, nota). Relatorio elaborado pelo conde de Palmella acerca da situação de Luiz XVIII, por occasião da sua segunda entrada em Paris, depois da campanha de Napoleão no anno de 1815. . . . . 19
- N.º 9-B (— 122, nota). Nota dos plenipotenciarios portuguezes no congresso de Vienna, dirigida a cada um dos seguintes ministros. Russia, Austria, Inglaterra e Prussia, reclamando para Portugal a quota que lhe pertencia na contribuição de guerra imposta a França. . . . . 34
- N.º 10 (— 134). Nota dirigida pelo conde de Palmella ao marquez de Wellesley, na data de 9 de novembro de 1809, reclamando a restituição de Olivença, como compensação da entrada do exercito luso-britannico na Hespanha, para a libertar dos francezes. . . . . 59
- N.º 11 (— 139). Memoria apresentada no congresso de Vienna, pelos plenipotenciarios de Portugal no referido congresso, com o fim de reclamarem a restituição de Olivença. . . . . 60
- N.º 12 (— 140). Nota official de D. Pedro Cevallos, dirigida ao ministro de Portugal em Madrid, combatendo a exigencia feita ao governo hespanhol da restituição de Olivença. . . . . 64
- N.º 13 (— 142). Convenção celebrada entre el-rei D. João VI, e Luiz XVIII, rei de França, para a restituição da Guyenna franceza, e demarcação da Guyenna portugueza, assignada em Paris aos 28 de agosto de 1817, e ratificação por parte de Portugal aos 21 de janeiro de 1818, e pela França aos 10 de fevereiro do mesmo anno. . . . . 66

	Pag.
N.º 13—A (Citado a pag. 157). Proclamação feita em Fontainebleau por Napoleão Buonaparte, e por elle dirigida aos francezes em 14 de abril de 1815, por occasião de partir para Santa Helena...	71
N.º 14 (— 162). Convenção pela qual a Inglaterra tomou a seu cargo a prisão e segurança de Buonaparte, podendo cada uma das potencias signatarias d'ella ter junto d'elle um commissario para attestar a sua existencia, prerogativa que o conde de Palmella exigiu tambem para Portugal .....	73
N.º 15 (— 163). Tratado em que a Gran-Bretanha, a Austria, a Russia, e a Prussia, declaram Napoleão Buonaparte seu prisioneiro de guerra, commettendo á Gran-Bretanha o fixar-lhe o logar da residencia, e tomar a seu cargo as despesas para tal fim necessarias	75
N.º 16 (— 181). Pede o governo inglez, que no caso da morte de lord Wellington, seja o tenente general sir John Hope, quem o substitua no commando do exercito portuguez como marechal general .....	77
N.º 17 (— 181). Participação feita pelo marquez de Aguiar, de que sua alteza real agradece a offerta do governo inglez, quanto ao mandar ao Brazil uma esquadra para o conduzir á Europa, por julgar dever demorar-se ainda por mais algum tempo n'aquelle estado.....	78
N.º 18 (— 184). Nota de lord Strangford, participando ao governo do Brazil a ida de uma esquadra ingleza ao Rio de Janeiro, para de lá conduzir para a Europa o principe regente, e resposta que lhe deu o marquez de Aguiar.....	80
N.º 19 (— 188). Declara novamente o marquez de Aguiar, que, não obstante chegar ao Rio de Janeiro uma esquadra, para conduzir á Europa o principe D. João, sua alteza persiste ainda em se conservar no Brazil.....	85
N.º 20 (— 190). O governo do Brazil declara subalternas as funcções dos governadores do reino de Portugal .....	86
N.º 21 (— 191). Conferencia tida em Vienna de Austria com lord Castlereagh e os plenipotenciarios portuguezes no referido congresso, a fim de Portugal poder tambem mandar um commissario para a ilha de Santa Helena, destinado a vigiar a segurança de Napoleão, e ser Portugal incluído igualmente na quota imposta á França para as despesas da guerra, que lhe fizeram as potencias alliadas em 1815.....	93
N.º 22 (— 191). Nota dos plenipotenciarios portuguezes em Paris, reclamando dever ser Portugal contemplado tambem na contribuição de guerra imposta á França pelos alliados.....	101
N.º 23 (— 195). Reclamação dos despojos da guerra da peninsula, para serem distribuidos ao exercito portuguez.....	101

	Pag.
N.º 24 (Citado a pag. 195). Nota em que o conde de Palmella repelle a reclamação feita por lord Castlereagh, para que Portugal pague á Inglaterra uma parte das despesas feitas com a construção das linhas de Torres Vedras.....	108
N.º 25 (— 196). Officio do conde das Galveias para o conde do Funchal, sobre a exigencia feita pelo governo inglez, para a extincção do privilegio da companhia dos vinhos do alto Douro..	110
N.º 26 (— 198). Carta regia para o conde de Trancoso (marechal Beresford), ampliando-lhe as suas prerogativas para obstar á deserção, proceder ao recrutamento, castigar os omissos, e reformar as milicias e ordenanças em Portugal.....	113
N.º 27 (— 227). Nota dos ministros das potencias medianeiras, dirigida ao conde de Palmella, por causa da occupação das possessões hespanholas no Rio da Prata, feita abruptamente pelas tropas portuguezas.....	124
N.º 27-A (— 253). Participação da revolução de Pernambuco, feita do Rio de Janeiro aos governadores do reino.....	126
N.º 27-B (— 253). Participação da revolução de Pernambuco, feita pelos governadores do reino para o Rio de Janeiro.....	129
N.º 28 (— 264). Portaria expedida ao intendente geral da policia, para prender os conspiradores de 1817.....	132
N.º 28-A (— 266). Officio dos governadores do reino, dirigido ao ministro de Portugal em Madrid, D. José Luiz de Sousa, participando-lhe a projectada revolução de 1817.....	133
N.º 29 (— 267). Participação feita pelos governadores do reino para o Rio de Janeiro da projectada revolução de 1817.....	135
N.º 30 (— 267). Portaria dos governadores do reino, ordenando ao juiz da inconfidencia o processar os réus envolvidos na conspiração de 1817.....	139
N.º 31 (— 267). Officio do intendente geral da policia, propondo a nomeação de uma commissão para examinar os papeis apprehendidos aos conspiradores de 1817.....	140
N.º 31-A (— 267). Participação feita para o Rio de Janeiro, pelos governadores do reino, de se haver realisado a apprehensão dos papeis dos presos envolvidos na conspiração de 1817.....	142
N.º 32 (— 286). Participação feita aos governadores do reino, por causa do procedimento, que teve com o general Gomes Freire o tenente coronel Hadoche.....	145
N.º 33 (— 288). Ordem dos principaes da patriarchal, para se cantar nas respectivas igrejas um <i>Te-Deum</i> em acção de graças pela descoberta da conspiração de 1817.....	149
N.º 33-A (— 290). Proclamação do chamado <i>conselho regenerador</i> , tido como sendo o provocador da revolução de 1817.....	151



<b>N.º 33-B</b> (Citado a pag. 299). Sentença absolutória dos réus envolvidos na conspiração de 1817.....	152
<b>N.º 34</b> (— 299). Participação feita para o Rio de Janeiro, pelos governadores do reino, da execução dos réus envolvidos na conspiração de 1817.....	155
<b>N.º 35</b> (— 300). <i>Memorandum</i> dirigido a el-rei D. João VI, com o fim de o resolver a que deixasse o Brazil, e que viesse para Portugal	158
<b>N.º 36</b> (— 308). Collecção de documentos, relativos á mallograda conspiração de 1817.....	161
<b>N.º 37</b> (— 370). Organização da divisão hespanhola de Cadiz, productora da revolução liberal de 1820 n'aquella cidade.....	183
<b>N.º 38</b> (— 378). Proclamação dos revoltosos de Cadiz, e do general D. Manuel Freire, que contra elles marchava.....	183
<b>N.º 38-A</b> (— 395). Participação da revolução da Hespanha, feita pelos governadores do reino para o Rio de Janeiro, e vivos receios que ella lhes trazia com relação a Portugal.....	187
<b>N.º 39</b> (— 405). Participação feita por Antonio de Saldanha da Gama, ministro de Portugal em Madrid, ao marquez de Marialva, embaixador portuguez em Paris, sobre o estado em que se achava a Hespanha, ameaçando aniquilar o altar e o throno.....	191
<b>N.º 40</b> (— 405). Carta dirigida para Portugal, por Antonio de Saldanha da Gama, participando que os liberaes hespanhoes se pretendiam constituir em republica, incluindo n'estes planos igualmente Portugal.....	194
<b>N.º 41</b> (— 407). Proclamação dirigida aos portuguezes pelos liberaes hespanhoes.....	195
<b>N.º 42</b> (— 408). Nota de Antonio de Saldanha da Gama, dirigida a D. Evaristo Peres de Castro, reclamando contra um artigo do periodico <i>El Conciso</i> .....	197
<b>N.º 43</b> (— 408). Os governadores do reino reclamam a remoção para fóra de Portugal do ministro hespanhol, D. José Maria de Pando, o que levou Antonio de Saldanha da Gama a dirigir para este fim uma nota ao governo hespanhol em Madrid.....	199
<b>N.º 44</b> (— 411). Nota de Antonio de Saldanha da Gama ao governo hespanhol, relatando miudamente os trabalhos, que os liberaes da Hespanha empregavam para revolucionar Portugal.....	201
<b>N.º 45</b> (— 419). Exposição de João Antonio Salter de Mendonça, dirigida para o Rio de Janeiro, pedindo providencias para melhorar o miseravel estado da fazenda publica.....	208
<b>N.º 46</b> (— 429 e 432). Carta publicada n'um folheto francez, denominado <i>Pièces politiques</i> , dando o marquez de Marialva como envolvido em planos de elevar ao throno portuguez a casa dos duques de Cadaval.....	212

	Pag.
N.º 47 (Citado a pag. 429). Officio do marquez de Marialva para o consul geral de Portugal em Paris, Bernardo Daupias, commettendo-lhe tirar uma inquirição para saber quem fosse o auctor da carta publicada no folheto <i>Pièces politiques</i> .....	216
N.º 48 (— 430). Correspondencia entre o marquez de Marialva e Heliodoro Jacinto de Araujo Carneiro, em que este é perguntado pelo marquez sobre quem fosse o auctor da carta publicada no folheto <i>Pièces politiques</i> , e resposta que Heliodoro lhe deu.....	217
N.º 49 (— 439). Duas proclamações dirigidas pelo conselho militar do Porto aos soldados do exercito, que abraçaram a revolução d'aquella cidade, feita em 24 de agosto de 1820.....	220
N.º 49-A (— 440). Auto geral da camara municipal do Porto, em consequencia do qual se procedeu á nomeação de uma junta de governo, que se denominou junta provisional do governo supremo do reino.....	221
N.º 50 (— 441). Proclamação da junta provisional do governo supremo do reino aos portuguezes.....	224
N.º 50-A (— 441). Officio dirigido ao coronel Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, com o fim de sairem do exercito portuguez os inglezes que n'elle tinham patentes.....	228
N.º 51 (— 442). Proclamação do conde de Amarante aos transmontanos, declarando-se hostile á revolução do Porto.....	229
N.º 52 (— 443). Proclamação do tenente general, governador da Beira Alta, Antonio Marcellino da Victoria, ás tropas da sua provincia, para que se não deixassem enganar pelos revolucionarios do Porto.....	231
N.º 53 (— 443). Proclamação da junta provisional do Porto, dirigida aos habitantes de Lisboa.....	231
N.º 54 (— 444). Carta dirigida pela junta provisional do Porto aos governadores do reino.....	234
N.º 55 (— 446). Proclamação dirigida pelos governadores do reino aos portuguezes, declamando contra a revolução do Porto, e chamando perversos aos seus promotores.....	237
N.º 55-A (— 447). Proclamação dirigida pelos governadores do reino ás tropas, que abraçaram a revolução do Porto.....	240
N.º 56 (— 452). Proclamação dos governadores do reino, annunciando o chamamento a côrtes dos antigos tres estados do reino.....	241
N.º 57 (— 453). Proclamação dos governadores do reino, dirigida aos habitantes do Porto, chamando-os á obediencia do governo legitimo, e participando-lhes o terem ordenado o chamamento a côrtes dos antigos tres estados do reino.....	242
N.º 57-A (— 453). Participação da revolução do Porto, feita para	

	Pag
o Rio de Janeiro pelos governadores do reino, expondo tambem as medidas, que a tal respeito haviam tomado.....	243
N.º 58 (Citado a pag. 454). Proclamação dos governadores do reino, dirigida ao exercito portuguez, deplorando que uma parte d'elle abraçasse a causa do Porto, e participando-lhe ter ordenado o chamamento a côrtes dos antigos tres estados do reino.....	254
N.º 59 (— 454). Carta regia dos governadores do reino, dirigida ao antigo senado da camara de Lisboa, ordenando-lhe que proceda á eleição dos procuradores a côrtes.....	256
N.º 60 (— 455 e 460). Proclamação da junta provisional do Porto, dirigida aos portuguezes em resposta tambem á que lhes tinham dirigido os governadores do reino.....	258
N.º 61 (— 462). Proclamação da junta provisional do Porto, confirmando acharem-se tropas hespanholas na Galliza, para auxiliarem a empreza revolucionaria do Porto.....	263
N.º 62 (— 463). Proclamação dirigida pelo general conde de Barbacena aos seus soldados em favor do governo de Lisboa, e estigmatizando a guerra civil, e a anarchia de que o paiz estava ameaçado.....	266
N.º 63 (— 464). Carta dirigida pelos governadores do reino á junta do Porto, de que foi portador o general Alvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Povoas, com o fim de se congraçar com ella...	267
N.º 63-A (— 472). Officio do governo interino de Lisboa, dirigido para o Rio de Janeiro, e o do conde de Rezende para o referido governo, relatando os acontecimentos da capital no dia 15 de setembro de 1820.....	270
N.º 64 (— 476). Officio dirigido pelo governo interino de Lisboa á junta provisional do Porto, participando-lhe as occorrencias da capital, e achar-se disposto a accordar-se com ella para se conseguir o fim a que se propunha.....	281
N.º 65 (— 477). Officio da junta provisional, respondendo ao governo interino, e fazendo alguns reparos sobre a proclamação do referido governo publicado na <i>Gazeta de Lisboa</i> .....	282
N.º 66 (— 477). Novo officio dirigido pelo governo interino de Lisboa á junta provisional, dando-lhe uma especie de satisfação para remover as duvidas levantadas pela referida junta.....	284
N.º 67 (— 477). Novo officio da junta provisional para o governo interino da capital, participando-lhe que se dirigia para Alcobaça, e que de lá lhe participaria os seus pensamentos sobre o objecto em questão.....	286
N.º 68 (— 480). Officio da junta provisional, dirigido ao governo interino, annunciando-lhe marchar para Lisboa, disposta a unir-se com o referido governo.....	287

	Pag.
N.º 69 (Citado a pag. 482). Representação dirigida a el-rei pelo supremo governo do reino, relatando os successos do Porto, e as causas que lhes deram logar.....	291
N.º 70 (— 483). Manifesto, que com data de Lisboa, foi dirigido pelo supremo governo do reino á nação portugueza, bem como aos soberanos e povos da Europa.....	299
N.º 71 (— 445). Lista das reclamações apresentadas ao governo francez pelos commissarios liquidadores portuguezes, e por estes dirigidas á commissão portugueza em 31 de julho de 1818.....	316
N.º 72 (— 445). O duque de Wellington tem como inadmissiveis as reclamações, que os commissarios liquidadores portuguezes lhe dirigiram, reclamando certas verbas do governo francez.....	317
N.º 73 (— 234). Memoria e projecto de um tratado, apresentado pelo conde de Palmella á sancção dos plenipotenciarios da commissão das cinco grandes potencias.....	324
N.º 74 (— 487). Termo de juramento prestado em Lisboa á nova ordem de cousas politicas, pelos titulares, que então se achavam na capital.....	340
N.º 75 (— 489). Carta patente dos novos poderes concedidos por el-rei ao marechal Beresford.....	342
N.º 76 (— 495). Proclamação dos membros do governo constitucional, annunciando a convocação das côrtes.....	343
N.º 77 (— 496). Carta do juiz do povo de Lisboa, dirigida ao marechal de campo, Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda.....	351
N.º 78 (— 498). Conferencia militar, feita no palacio do governo no dia 11 de novembro de 1820.....	352
N.º 79 (— 498). Auto do juramento prestado pelo governo na sessão do dito dia 11.....	353
N.º 80 (— 499). Proclamação de Gaspar Teixeira aos habitantes de Lisboa, com relação aos acontecimentos do dia 11 de novembro de 1820.....	354
N.º 81 (— 503). Officio do novo governo supremo do reino, estabelecido em Lisboa em 15 de setembro de 1820, dirigido a el-rei para o Rio de Janeiro.....	355
N.º 82 (— 502). Proclamação da junta provisoria do supremo governo do reino, dirigida aos habitantes de Lisboa em 18 de novembro de 1820.....	359
N.º 83 (— 503). Officio de Antonio da Silveira Pinto da Fonseca, pedindo a sua demissão de membro do governo.....	361
N.º 84 (— 503). Novo officio de Antonio da Silveira.....	363
N.º 85 (— 503). Officio da junta provisional, mandando sair para fóra de Lisboa o mesmo Antonio da Silveira.....	364
N.º 85-A (— 516). Officio de D. José Luiz de Sousa, datado de 31	

	Pag
de outubro de 1820, referindo-se a uma conferencia que teve com lord Castlereagh.....	365
N.º 86 (Citado a pag. 517). Participação feita para Londres pelo conde da Feira a Rafael da Cruz Guerreiro, com relação ao apparecimento da revolução liberal do Porto.....	374
N.º 86-A (— 517). Segundo participação do precedente assumpto	376
N.º 86-B (— 517). Officio do conde da Feira, dirigido para Londres a Rafael da Cruz Guerreiro, relatando-lhe a sublevação que tivera logar na cidade do Porto em 24 de agosto de 1820, e as providencias tomadas pelos governadores do reino.....	378
N.º 86-C (— 517). O governo inglez nega-se ao pedido, que se lhe fez em 13 de setembro de 1820, de soccorrer Portugal com algum dinheiro, e com uma sua esquadra.....	381
N.º 87 (— 518). Desistencia feita pelo conde da Feira dos soccorros militares, que tinha mandado pedir para Londres ao governo britannico .....	383
N.º 88 (— 520). Instrucções deixadas em Madrid a Joaquim Severino Gomes por Antonio de Saldanha da Gama, quando d'aquella capital se dirigiu a Paris.....	384
N.º 89 e 89-A (— 524). Circular expedida pelo marquez de Marialva ás differentes legações portuguezas, estabelecidas nas differentes côrtes da Europa, participando-lhes a revolução liberal, rebentada em Lisboa em 15 de setembro de 1820.....	386
N.º 90 (— 525). Nota dirigida pelo marquez de Marialva ao governo francez, participando-lhe a revolução liberal de Lisboa...	387
N.º 91 (— 525). Nota do marquez de Marialva, dirigida ás differentes legações portuguezas, participando-lhes deverem suspender as suas respectivas funcções, por effeito dos acontecimentos revolucionarios de Lisboa.....	388
N.º 92 (— 525). Nota dirigida pelo marquez de Marialva ao principe de Metternich, pedindo-lhe a intervenção da Austria nos negocios politicos de Portugal.....	389
N.º 93 a 93-D (— 525). Notas do marquez de Marialva dirigidas a diversos, para fazer mallograr o governo liberal estabelecido em Portugal.....	391
N.º 93-E (— 527). Officio dirigido pelo marquez de Marialva, em 28 de outubro de 1820, a Thomás Antonio de Villa Nova de Portugal, participando-lhe as medidas que tinha tomado contra o governo liberal estabelecido em Lisboa.....	398
N.º 94 (— 529). Circular expedida pelo governo liberal, para se proceder ás eleições dos deputados ás côrtes.....	403
N.º 95 (— 533). Participação que a regencia, eleita pelas côrtes, faz para o Rio de Janeiro da sua nomeação e installação.....	404

N.º 95-A (Citado a pag. 589). Officio de D. José Luiz de Sousa, participando para o Rio de Janeiro a reunião dos soberanos do norte no congresso de Laybach, com o fim de intervir nos negocios internos de Napoles, alem de outros mais assumptos.....	406
N.º 96 (— 600). Extracto de uma carta, relatando a revolução de Napoles, remetida em circular pelo gabinete de Vienna aos principes da confederação germanica.....	411
N.º 97 (— 600). Memoria dirigida pela côrte de Vienna ás suas legações de Roma, Toscana e Sardenha, por causa da revolução de Napoles.....	415
N.º 98 (— 605). Artigo publicado na gazeta de Vienna contra a revolução de Napoles.....	431
N.º 99 (— 605). Carta dirigida pelo imperador da Austria ao rei de Napoles, convidando-o a uma conferencia fóra dos seus estados.....	435
N.º 100 (— 607). Ordem do dia dirigida ao seu exercito, pelo general austriaco barão de Frimont.....	436
N.º 101 (— 607). Declaração publicada no jornal de Francfort, de 19 de janeiro de 1821, por occasião do exercito austriaco passar o Pô na sua marcha contra Napoles, e declaração que tambem se publicou na gazeta official de Vienna do dia 13.....	437
N.º 102 (— 612). Summario dos primeiros resultados das conferencias de Troppau, que pelas tres côrtes alliadas, Russia, Austria e Prussia, foi transmittido aos ministros acreditados junto aos diferentes soberanos da Europa.....	437
N.º 103 (— 617). Declaração que os soberanos alliados fizeram antes da sua partida para Laybach.....	440

DOCUMENTOS CONTIDOS NA PRIMEIRA PARTE DO SEGUNDO TOMO  
DA TERCEIRA EPOCHA DA DITA HISTORIA

N.º 104 (Citado a pag. 102). Resposta dada pelo conde de Villele á participação que lhe fizera o ministro de Portugal em Paris, de que el-rei D. João VI aceitára jurar a constituição.....	443
N.º 105 (— 113 e 135). Projecto de um tratado de alliança entre o governo constitucional da Hespanha e o de Portugal.....	443
N.º 105-A (— 113 e 135). Documentos comprovando não ser do intento da França invadir Portugal com o seu exercito dos Pyrenéus em 1823.....	451
N.º 106 (— 136). Nota pela qual o ministro de Portugal em Madrid declarou o governo portuguez em hostilidade toda a poten-	

	Pag.
car na península o systema constitucional n'ella .....	461
a pag. 137). Nota do ministro de Portugal em Pa- parapho de um discurso, que o rei de França na abertura das camaras em 28 de janeiro de 1823	463
- 137). Resposta dada por mr. Chateaubriand á prece- ta do ministro de Portugal.....	467
(— 138). Carta do ministro de Portugal em Paris, pedindo eus passaportes a mr. Chateaubriand, e resposta que este mi- tro lhe deu remettendo-lh'os.....	468
110 (— 151 e 152). Proclamação do infante D. Miguel aos por- tuguezes, promettendo-lhes fallazmente uma constituição.....	469
N.º 111 (— 161). Proclamação dirigida por el-rei D. João VI aos portuguezes, com data de Lisboa de 31 de maio de 1823, con- demnando a fuga de seu filho para fóra da capital.....	471
N.º 112 (— 164). Proclamação dirigida de Villa Franca por el-rei aos portuguezes, com data de 31 de maio de 1823, promettendo- lhes uma constituição.....	472
N.º 113 (— 165). Protesto assignado por sessenta e um deputados ás côrtes, não admittindo que se fizesse modificação alguma na constituição de 1822.....	473
N.º 114 (— 170). Segunda proclamação dirigida por el-rei aos por- tuguezes, datada de Villa Franca aos 3 de junho de 1823, pro- mettendo mais explicitamente dar-lhes uma constituição.....	474
N.º 115 (— 177). Declara-se o ministro de Portugal em Madrid, D. Antonio de Saldanha da Gama, collaborador da santa allian- ça, e junto d'ella procurador de D. Fernando VII.....	475
N.º 115-A (— 185 e 186). Relação dos liberaes perseguidos depois da quêda da constituição em 1823.....	478
N.º 115-B (— 185). Relação dos liberaes, que das terras da sua residencia foram enviados para outras; e proposta do intendente geral da policia para se crearem duas juntas, uma em Lisboa, outra no Porto, para julgarem e sentenciarem os processos dos mesmos liberaes compromettidos.....	483
N.º 115-B' (— 186). Circular expedida pelo marquez de Palmella, dirigida aos ministros portuguezes nas differentes côrtes estran- geiras.....	496
N.º 115-C (— 204). Revolta projectada pela rainha D. Carlota, e por seu filho, o infante D. Miguel, em 24 de outubro de 1823...	502
N.º 115-D (— 225 e 234). Proclamação dirigida á tropa pelo in- fante D. Miguel em 30 de abril de 1824.....	503
N.º 116 (— 226 e 234). Carta dirigida por D. Miguel a seu pae no dia 30 de abril de 1824.....	504



	Pag.
N.º 117 (Citado a pag. 229 e 234). Proclamação do infante D. Miguel, dirigida aos portuguezes no citado dia 30 de abril.....	506
N.º 117-A (— 234). Decreto de 3 de maio de 1824, pelo qual el-rei D. João VI relevou a seu filho D. Miguel o excesso de auctoridade, que praticou em 30 de abril do citado anno, e mandou processar os presos feitos por aquelle dia.....	508
N.º 118 (— 240). Proclamação de el-rei aos portuguezes, datada de bordo da nau <i>Windsor Castle</i> , em 9 de maio de 1824.....	510
N.º 118-A (— 241). Carta de D. Miguel a seu pae, pedindo-lhe licença para ir viajar pela Europa.....	513
N.º 118-B (— 246). Decreto de 26 de maio de 1824, mandando tirar devassa pelos successos de 30 de abril do dito anno.....	514
N.º 118-C (— 246). Officio do marquez de Palmella, dirigido para Londres ao conde de Villa Real, para reclamar do governo inglez a vinda de uma porção de tropas britannicas para Portugal	516
N.º 118-D (— 245). Mau effeito que produziram na familia real da Hespanha os acontecimentos do dia 30 de abril:.....	525
N.º 119 (— 255). Pede debalde o governo hespanhol ao portuguez, que ponha em liberdade José Chrysostomo da Fonseca Osorio...	530
N.º 119-A (— 259 e 262). Participação dos acontecimentos do dia 30 de abril de 1824, feita ao ministro de Portugal em Madrid, e carta de D. João VI a D. Fernando VII, queixando-se-lhe da parte que n'elles teve a rainha D. Carlota, e pedindo-lhe que a induza a sair para fóra de Portugal.....	532
N.º 120 (— 260). A dita rainha embarça que saia para fóra do reino o coronel hespanhol, seu agente, José Agostinho Fort.....	536
N.º 121 (— 260). Agentes revolucionarios da rainha D. Carlota Joaquina, refugiados nas terras de que era senhora.....	537
N.º 122 (— 264). Resistencia que oppõe a rainha D. Carlota Joaquina a sair para fóra do reino, depois dos acontecimentos do dia 30 de abril de 1824.....	538
N.º 122-A (— 267). Prohibe-se á rainha D. Carlota que appareça na côrte, por não querer sair para fóra do reino, e por meio da sua ligação com os conspiradores de 30 de abril.....	541
N.º 122-B (— 269). Carta do arcebispo de Evora para a rainha D. Carlota Joaquina, induzindo-a a sair para fóra do reino, e resposta por ella dada ás ditas cartas.....	544
N.º 123 (— 271). Summario mandado tirar pelo juiz do crime do bairro do Castello, sobre os acontecimentos de 30 de abril.....	550
N.º 124 (— 272). Rebelião projectada pelo prior mór de Christo em favor do miguelismo.....	552
N.º 125 (— 274). Varias senhoras da côrte tratam de alliciar, no jardim do paço de Queluz, os soldados do regimento n.º 16....	553

	Pag.
N.º 126 (Citado a pag. 274). Manda-se postar um alcaide junto a Queluz, para examinar o que se passava no respectivo palacio, e as pessoas que para elle levavam cartas.....	555
N.º 127 (— 275). Decreto mandando remetter á commissão criminal, creada pelo decreto de 24 de agosto de 1824, a devassa tirada pelo assassinio do marquez de Loulé.....	556
N.º 128 (— 275). Decreto que manda sentenciar quanto antes os réus compromettidos na devassa, tirada pelos successos do dia 30 de abril.....	559
N.º 129 (— 279). Decreto de amnistia para os liberaes compromettidos até á data d'este mesmo decreto, 5 de junho de 1824.....	560
N.º 130 (— 281). Decreto de amnistia para os compromettidos na morte do marquez de Loulé, e nos successos de 30 de abril de 1824.....	563
N.º 131 (— 281). Relação dos individuos compromettidos na devassa, mandada tirar pelos acontecimentos de 30 de abril de 1824	568
N.º 132 (— 284). Opinião da França a respeito da promessa feita por D. João VI á nação portugueza, quanto á outorga de uma carta constitucional.....	572
N.º 133 (— 286). Nota de mr. Canning, dada em resposta ao pedido que se lhe fez da vinda de tropas inglezas para Portugal.....	575
N.º 134 (— 295). Instrucções dadas á commissão mandada ao Rio de Janeiro, depois da queda da constituição, para tratar com D. Pedro a nova reunião do Brazil com Portugal.....	586
N.º 134 (a) (— 296). Correspondencia havida no Rio de Janeiro entre o marechal de campo, Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, e o ministro dos negocios estrangeiros do Brazil, José Joaquim Carneiro de Campos.....	589
N.º 134-A (— 297). Nota dirigida pelo conde de Rio Maior ao ministro do imperio, e dos negocios estrangeiros no Rio de Janeiro, José Joaquim Carneiro de Campos, queixando-se do mau tratamento por elle recebido n'aquella cidade.....	595
N.º 134-B (— 299). Resposta dada ao conde de Rio Maior, pelo ministro José Joaquim Carneiro de Campos, participando-lhe que a independencia do Brazil era negocio decidido.....	599
N.º 134-C (— 301). Relatorio do que se passou no Brazil, quanto á sua independencia, desde a chegada do conde de Rio Maior ao Rio de Janeiro até 21 de outubro de 1823.....	603
N.º 135 (— 324). Protocollos das conferencias tidas em Londres para o reconhecimento da independencia do Brazil.....	610
N.º 136 (— 328). Carta dos plenipotenciarios brasileiros em Londres, dirigida para Lisboa ao marquez de Palmella.....	627
N.º 137 (— 332). Carta do conde de Suberra para Antonio Carlos	

	Pag.
Ribeiro de Andrada, no sentido de promover a antiga união do Brazil com Portugal, e resposta que elle lhe deu.....	628
N.º 138 (Citado a pag. 340). Officio do marquez de Palmella, desculpando-se das accusações, ou queixas que contra elle fazia mr. Canning.....	631
N.º 139 (— 340). Carta do conde de Villa Real para o barão de Villa Secca, participando-lhe o mallogro da negociação em Londres para o accordo com o Brazil, e resposta que o barão lhe deu.....	639
N.º 140 (— 345). Queixas do conde de Suberra contra o modo por que em Hespanha o tratava a princeza da Beira, e a infanta D. Maria Francisca de Assis.....	641
N.º 141 (— 358). Protocollos das conferencias, que sir Carlos Stuart teve em Lisboa com o conde de Porto Santo, para, como plenipotenciario portuguez, tratar com D. Pedro a reconciliação do Brazil com Portugal.....	648
N.º 142 (— 367). Carta patente de 13 de maio de 1825, pela qual D. João VI legitimou a independencia do imperio do Brazil, reservando a successão de seu filho, D. Pedro, á corôa de Portugal. Tratado concluido entre D. João VI, e seu filho, o imperador do Brazil, ácerca da independencia d'este imperio. Convenção especial sobre o pagamento das reclamações feitas por Portugal ao Brazil.....	664
N.º 143 (— 367). Extracto das conferencias tidas no Rio de Janeiro pelos plenipotenciarios brasileiros, e sir Carlos Stuart, sobre o reconhecimento da independencia do Brazil por parte de Portugal.....	671
N.º 144 (— 371 e 374). Noções historicas sobre a revolta, que deu em resultado a emancipação do Brazil, com outras noções mais extensas, e igualmente historicas, sobre os protocollos que precederam a commissão dada a sir Carlos Stuart, para effectuar o reconhecimento d'aquella mesma emancipação pelo governo portuguez.....	686
N.º 144-A (— 374). Carta de gabinete, em que el-rei D. João VI pede a sua magestade britannica a sua valiosa garantia para a successão de Portugal, e fixação das relações commerciaes com o Brazil.....	694
N.º 144-B (— 374). Carta de lei, e edicto perpetuo de 15 de novembro de 1825, pelo qual se mandou publicar, e cumprir a ratificação do tratado da independencia do Brazil, feito em 24 de agosto do mesmo anno, referindo-se D. João VI muito expressamente á carta patente de 13 de maio, e chamando ao imperador D. Pedro seu herdeiro e successor.....	695

N.º 144-C (Citado a pag. 387). Carta de sentença que julgou a partilha do espolio e herança particular, que ficou por morte de D. João VI.....	698
N.º 145 (— 396 e 403). Mau effeito que produziu no governo portuguez o distincto acolhimento que D. Miguel teve em Paris, em julho de 1824.....	711
N.º 146 (— 398). Carta do infante D. Miguel, dirigida a el-rei de França Luiz XVIII, com o fim de destruir a má impressão da conducta que tivera em Lisboa em 30 de abril de 1824, e officio do ministro de Portugal em Paris, queixando-se ao marquez de Palmella do procedimento do mesmo infante por tal motivo....	718
N.º 147 (— 400 e 402). Carta de el-rei D. João VI, dirigida a Luiz XVIII, defendendo-se das accusações, que junto d'elle fizera seu filho, o infante D. Miguel, e portanto criminando a conducta do mesmo infante.....	727
N.º 148 (— 404). Documento comprovativo da ignorancia em que D. Miguel se achava da lingua franceza.....	730
N.º 149 (— 404). D. Miguel confessa ao ministro de Portugal em Paris ir aprender a lingua franceza ao theatro das Variedades....	732
N.º 150 (— 406). Effeito produzido em Paris pela carta de gabinete, dirigida por D. João VI ao rei de França, Luiz XVIII....	735
N.º 151 (— 406). Projecto que D. Miguel concebeu de sair de Paris, e apresentar-se em Portugal inopinadamente, contrariando as ordens de seu pae.....	737
N.º 152 (— 408 e 409). D. Miguel solicita do conde de Villèle passaporte para sair de França, e dirigir-se a Vienna de Austria....	740
N.º 153 (— 409). Persiste D. Miguel na sua saída de França, na occasião em que Luiz XVIII se achava sacramentado e ungido	747
N.º 154 (— 415). Desatino praticado por D. Miguel contra o ministro de Portugal em Paris, antes da sua partida para Vienna....	749
N.º 155 (— 421). Louvores dados a Francisco José Maria de Brito, pela conducta firme que teve, quando D. Miguel partiu de Paris para Vienna. Communicação feita ao conde de Rio Maior, expondo-lhe a vontade de el-rei a respeito de seu filho.....	752
N.º 155-A (— 430). Carta dirigida por D. Miguel a seu irmão, D. Pedro, reconhecendo-o por legitimo herdeiro, e successor da corôa portugueza.....	756
N.º 156 (— 430) Carta dirigida de Vienna de Austria, pelo infante D. Miguel, a sua irmã, a infanta regente D. Izabel Maria.....	758
N.º 156-A (— 459). Representação mandada pelo general Saldanha á infanta regente, por via de Rodrigo Pinto Pizarro, solicitando-lhe o juramento da carta constitucional. ....	760
N.º 157 (— 469). O ministro de Portugal em Madrid, Joaquim Guizot.	59

	Pag.
Iherme de Lima, recusa-se a prestar juramento á carta constitucional.....	783
N.º 158 (Citado a pag. 487). Opposição que a Hespanha faz ao reconhecimento da regencia, nomeada por D. João VI, entendendo que pertencia á ramha D. Carlota Joaquina.....	785
N.º 159 (— 488). A infanta D. Maria Francisca de Assis recusa-se a fazer com que D. Fernando VII admoeste a rainha D. Carlota, irmã d'elle D. Fernando, em que não trame em Portugal, depois da morte de el-rei D. João VI, seu pae.....	788



